

AMADEU AMARAL

Tradições Populares

HUCITEC - SCET - CEC

AMADEU AMARAL

Tradições Populares



HUCITEC - SCET - CEC

AMADEU AMARAL

Um dos melhores escritores contemporâneos, poeta profundamente humano e suave, homem cheio de bondade e compreensão, Amadeu Amaral vive ainda na memória dos que o conheceram pessoalmente mas pouca reação provoca no espírito das novas gerações. Os seus livros, entretanto, completamente esgotados, oferecem um alto e raro interesse cultural tanto aos povos de língua portuguesa, quanto ao público de qualquer país culto. Mas nos dias presentes, apesar da indiferença oficial pelos centros de cultura que contrasta com o entusiasmo da juventude ávida pela aventura universitária apesar da precariedade do ensino superior, a obra de Amadeu tem que formar ao lado dos grandes espíritos do Brasil. Infelizmente não é possível recolher hoje tudo quanto ele dispersou numa atividade intelectual ativíssima de mais de quarenta anos, no jornalismo, na literatura em prosa e verso, nas suas investigações no campo do folclore, da poesia popular, da dignidade humana e dos direitos humanos, num tempo de ufania nacionalista lírica e sem a menor base na pesquisa direta e mesmo na doutrina pouco conhecida num país com uma enorme

OBRAS DE AMADEU AMARAL

direção de Paulo Duarte

OBRAS DE AMADEU AMARAL

direção de Paulo Duarte

Tradições Populares

O Dialeto Caipira

Poesias Completas

Novela e Conto

Política Humana

Letras Floridas

Memorial de um Passageiro de Bonde

O Elogio da 'Mediocridade

Ensaio e Conferências

Crônicas

Correspondência

TRADIÇÕES POPULARES

AMADEU AMARAL.

TRADIÇÕES POPULARES

Com um estudo de
PAULO DUARTE

Segunda edição



EDITORA HUCITEC

ESTA OBRA É PUBLICADA EM CO-EDIÇÃO COM A
SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 1976

© Copirraite 1976 de Paulo Duarte. Direitos reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., Alameda Jaú, 404, 01420 São Paulo, SP. Capa de Luís Díaz. Serviços gráficos da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A., Rua Conde de Sarzedas, 38, 01512 São Paulo, SP.

Nota do editor: esta edição é uma reprodução facsimilada da primeira edição publicada pelo Instituto Progresso Editorial S.A., em 1948.

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-Fonte,
CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP)

A512t
2.ed.

Amaral, Amadeu, 1875-1929.

Tradições populares; com um estudo de Paulo Duarte. 2. ed. São Paulo, HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
p.

Primeira ed. publicada pelo Instituto Progresso Editorial, 1948.

1. Folclore — Brasil I. Duarte, Paulo, 1899-
II. Título.

76-1281

CDD-398.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Folclore 398.0981
2. Brasil : Cultura popular : Folclore 398.0981
3. Brasil : Tradições : Folclore 398.0981

AMADEU AMARAL

A MADEU AMARAL nasceu a 6 de novembro de 1875, na fazenda São Bento, então situada em território do município de Monte Mor e que passou depois para o de Capivari, cidade esta que sempre admitiu como a sua única terra natal. Nasceu no mesmo ano em que se fundou "O Estado de S. Paulo", cuja influencia em sua vida seria enorme. A fazenda S. Bento pertencia ao avô, de quem seu pai a herdara. Era filho de João Arruda Leite Penteado e de dona Carolina de Arruda Leite Penteado, esta muito loira e prima-irmã do marido. Tiveram cinco filhos: José, João, Amadeu, Maria Elisa e Nicanor.

O sobrenome Amaral provêlo de suas duas avós, materna e paterna. Viveu toda a infância em Capivari, onde fez o curso primário num pequeno collegio que pertencia ao pai e a um espanhol de nome Tomás Boada de Tomassini.

Veteo para São Paulo, sozinho, em 1888, com doze anos de idade, para trabalhar na casa Lion & Cia., propriedade de um alemão casado com parenta proxima. Ao que parece, começou logo a estudar ao mesmo tempo em que trabalhava. Tanto que chegou a frequentar o Curso Anexo á Faculdade de Direito.

Sua vocação para o jornalismo talvez tenha nascido por influencia do pai, fundador da "Gazeta de Capivari" e que, mudando-se, logo depois da partida de Amadeu, para São Carlos, aí teve também "O Popular" em cujas maquinas o seu irmão José, que servia como impressor, perdeu alguns dedos num accidente. Neste jornal, ainda em 1893, Amadeu já publicava versos.

Em 1891, o pai vinha para São Paulo, onde, segundo Silva Leme, passou a exercer, também, as funções de avallador judi-

cial (1) e fundava outro jornal de nome "Lavourea e Comércio", cujas oficinas próprias ficavam á rua S. José, hoje Libero Badaró, entre as atuais avenida S. João e a rua Miguel Couto. Amadeu passou a residir com a família num chalé á rua Aurora, entre a mesma rua de S. João e a rua Vieira de Carvalho, trabalhando nesse jornal auxiliando o pai e seus irmãos mais velhos (2).

Em 1899, já trabalhava no "Correio Paulistano", para onde entrara, ao que parece, em 1892, com dezessete anos, antes, portanto, de abandonar o Curso Anexo. A'quele ano de 1899, com 24 anos, publicava: "Urzes", o seu primeiro livro de versos. Em 1901, permanecia ainda no "Correio Paulistano".

A 18 de fevereiro, casava-se com sua prima e companheira de infância, Ercília Vaz d'o Amaral, na cidade de São Carlos, onde residia o seu sogro Joaquim Vaz do Amaral Carvalho. Casado, regressou a São Paulo, indo morar ainda na companhia do pai, que passara a uma casa do largo da Polvora, no lugar em que, mais tarde, seria o palacete da família Albuquerque Lins. Seu pai morreu no ano seguinte, vitimado pela peste bubônica, quando Amadeu tomou a seu cargo toda a família, isto é, a mãe, a irmã, e dois irmãos, pois José, o mais velho, já vivia em Santos.

Depois da morte do pai, Amadeu passou a residir á rua 24 de Maio, onde nasceu a sua primeira filha, Maria. No ano seguinte, nascia a segunda, Inocência, morando então na rua Araújo, fundos da Escola Normal, para onde se havia mudado.

Foi nesse tempo que exerceu as funções de secretario da Comissão Diretora do Partido Republicano, para onde entrara pelas mãos de Antonio de Godoi, cargo que deixou por não se adaptar ao meio politico-partidario. Mandaram-no certo dia redigir um officio dirigido não se sabe a quem. Amadeu achou que o assunto não ia com os seus principios de moral politica. Para não redigir o officio, demitiu-se...

Em 1905, achava-se ainda no "Correio Paulistano", ao lado de Antonio de Godoi e, de certo aconselhado por este, fez concurso para um lugar de amanuense na Repartição de Policia, tendo sido nomeado. Assumindo Godoi, áquele mesmo ano, as funções de chefe de Policia, foi por este convidado para o posto de official de gabinete. Falecendo o seu grande amigo Godoi, Amadeu exonerou-se da Repartição de Policia.

Nessa epoca, funda-se o jornal "São Paulo", cujo primeiro diretor foi Duarte Azevedo. Amadeu aí trabalhou ao lado de um grupo de intellectuais, brilhantes, dentre os quais, Agenor Silveira, Simões Pinto, Adalgiso Pereira, Roberto Moreira, Roberto de Molina Cintra, Luis Silveira, Gelasio Pimenta e outros. A Duarte de Azevedo sucedeu, na direcção do jornal, Brasílio

(1) Genealogia Paulistana, v IV, pag. 118, 7-1.

(2) Ao que parece, nessa epoca, Amadeu fundava, com José Máximo Pinheiro Lima, a "Revista Literaria", de vida curta, impressa nas oficinas graficas do pai. Nessa revista, com o pseudonimo Ludovicus, colaborava tambem Luis Carneiro, que mais tarde seria, por longos anos, companheiro de Amadeu em "O Estado de S. Paulo".

Machado, quando Amadeu se demittiu da folha, fato que talvez tenha provocado a sua saída de São Paulo.

Por volta de 1907, a mãe residindo então em Anapolis na companhia da irmã Elisa, que ali era professora publica, Amadeu mudou-se para São Carlos, onde ia dedicar-se ao magisterio primario. Ajudou-o muito na mudança e na instalação do collegio, seu cunhado e amigo de toda a vida: Tiago Masagão.

Nessa cidade, foi redator do "Correio de São Carlos", quando era a folha de propriedade de João de Almeida e tinha redação e officinas á rua 7 de Setembro. Em 1908, ano em que nasceu a sua terceira filha Iolanda, costumava redigir diariamente, entre outras secções, "Notas e Notícias", onde comentava fatos locais e de fora. Raramente publicava trabalhos assinados. Entre estes encontra-se "Mentir", em forma de dialogo, em três cenas e três personagens.

* Penalizado com a sorte dos leprosos que viviam abandonados, foi o idealizador e um dos fundadores da Vila Hansen, destinada a dar assistencia aos infelizes doentes. Na coleção do "Correio de São Carlos", de 1908, vê-se um annuncio pelo qual Amadeu preparava alunos para a matricula nos cursos normal e complementar e para exames de preparatorios. Dava lição em casa ou na dos alunos. Ajudava-o, nas aulas de primeiras letras, sua mulher, dona Ercilia Amaral. Nessa época, deve ter escrito pelo menos parte de "Nevoa", editado dois anos depois. Ainda naquelle jornal publicou tambem caricaturas, inclusive uma de Guerra Junqueiro, que saiu na edição de 26 de janeiro de 1908, pois Amadeu conservou sempre uma grande inclinação para o desenho.

Aliás esse traço artistico era comum na familia, pois sua irmã Elisa foi aluna de Almeida Junior, tendo deixado varios quadros — um dos quais premiado nos Estados Unidos — que se confundem com os trabalhos daquelle interessante pintor paulista, pinturas que se encontram hoje em poder de dona Maria do Amaral, uma das filhas de Amadeu, do seu irmão João Arruda e dos filhos do seu irmão mais moço, Nicanor Penteado do Amaral.

Amadeu nunca foi diretor do "Correio de São Carlos", como se vê de uma declaração que al publicou em 13 de julho de 1907. Foi apenas diretor do Collegio "Instituto Sancarlenso", á rua São Carlos, esquina de S. Sebastião. E pensava na fundação de um jornal para crianças chamado "O Pequeno Polegar", cuja publicação estudou com todos os pormenores, matutando na influencia que a imprensa pode exercer sobre o espirito infantil. Dificuldades financeiras malograram esse plano, não chegando a sair um unico numero de "O Pequeno Polegar".

Sua vida al era penosa. Trabalhando muito, Amadeu, magrissimo, dava a impressão de que estava tuberculoso. Alguns pais começaram então a tirar os seus filhos do collegio, que um pouco por isso, um pouco pelos preços baixos que cobrava se fechou. Foi o que determinou a saída de Amadeu de São Carlos. Nessa occasião, o seu sogro já havia falecido. Um amigo arranhou-lhe lugar num jornal de Jau. Preparava-se ele já para seguir, quando um telegrama de Luis Silveira lhe offerecia um lugar no "Comercio de São Paulo", onde trabalhava já quase

todo o grupo de "O São Paulo". Tais as dificuldades com que lutava que, para vir para a Capital, a mãe lhe deu um terno de roupa, mandado fazer a um pequeno alfaiate de Anápolis. Em fins de 1908 ou começo de 1909, volta pois a aqui residir, indo morar numa pensão à ladeira Porto Geral, de onde se mudou para a rua Augusta, à direita, um pouco antes de chegar à avenida Paulista, casa em que nasceu o seu ultimo filho, Amadeu, em 1910.

No "Comercio de S. Paulo", onde permaneceu menos de dois anos, chegou a secretario da redação. Pertencia o jornal a Angelo Pocci, excelente amigo, que aí reuniu quase todo o antigo grupo do "São Paulo", que se tornara unidissimo: Luis Silveira, Simões Pinto, Adalberto Pereira, Roberto Moreira, Gelasio Pimenta, Molina Cintra e mais Armando Prado. Amadeu redigia o artigo de fundo, que tinha o titulo "Dia a Dia", notas avulsas e mais umas crônicas sob o pseudonimo de "Maneco", e cujo titulo generico era "Por ahí", titulo que adotou para outras crônicas assinadas no "Estado", no correr de 1913. Raramente saiu qualquer coisa assinada com o seu nome nas colunas do "Comercio de S. Paulo".

Intransigentemente anti-militarista, tomou attitude contra a candidatura Hermes, desde quando se começou a falar dela, e o seu artigo "Tico-Tico", publicado no "Comercio", em fins de 1909, antes da adoção da candidatura Rui, por São Paulo, foi, na realidade, o primeiro embate da campanha civilista.

No início desta, começou a publicar umas "Cartas do Rio" em que criticava, como se enviadas da Capital da Republica, os acontecimentos politicos. Essas cartas causaram grande sensação pela maneira precisa com que comentava e previa os acontecimentos.

Em setembro de 1909, Amadeu, ainda com a saude combalida, vê-se obrigado a abandonar S. Paulo, para um repouso mais prolongado. Esteve alguns dias em S. Carlos, com a familia de sua mulher, dali seguindo para Anápolis, de visita á mãe e á irmã. Ficou substituindo-o, na columna de "Dia a Dia", Roberto Moreira que passou a assinar os artigos com o pseudonimo Rob.

Foi quando o medico Joaquim José de Carvalho voltou a uma sua idéa antiga de fundar-se uma Academia Paulista de Letras. Naquella secção, Roberto Moreira criticou a iniciativa, pois J. J. de Carvalho queria uma Academia composta de grandes nomes, professores, medicos, advogados, mas, em geral, gente quase que alheia á vida litteraria paulista. J. J. de Carvalho replica zangado e acende-se uma polemica que se prolonga até outubro, trocando ironias e doestos J. J. de Carvalho, pelo "Correio Paulistano", Roberto Moreira, Simões Pinto e outros pelo "Comercio de São Paulo", Vicente de Carvalho, pelo "Estado". Todos, exceto o primeiro, no mesmo ponto de vista contra a ainda não nascida Academia.

A 19 de setembro, o "Comercio de São Paulo" publicava, na sua primeira pagina, uma carta de Amadeu a Roberto Moreira, defendendo a futura Academia. A carta era redigida com uma elegancia litteraria e moral que fez época. Vinha datada de Anápolis, onde Amadeu se achava. A polemica prossegue, mas o tom por que foi por todos tratado demonstra o alto conceito em que

Amadeu era tido pelos combatentes de ambas as partes. A 29 do mesmo mês, Roberto Moreira responde a Amadeu num tom mais do que carinhoso, justificando-se da sua participação na luta com a maneira indelicada inicialmente usada por J. J. de Carvalho. Mas a Academia é fundada e Amadeu ou, melhor, Maneco, em "Por Ahi", crônica de 30 de novembro de 1909, aplaude-a, atribuindo a sua existencia á tenacidade de J. J. de Carvalho que, desde 1906, se batia pela sua fundação. (1) Sua instalação deu-se solenemente a 27 de novembro, no Conservatório de Musica, onde passou a funcionar. Amadeu não estava presente, mas nela ocupava a cadeira n. 33, cujo patrono é Teofilo Dias.

Em 1910, "O Comercio de S. Paulo" prossegue na sua attitude contra a candidatura militar, aquil defendida por um grupo que se cindiu. Um deles, do qual faziam parte Rodolfo Miranda e Pedro de Toledo, adquiriu o "São Paulo"; o outro, chefiado por Gilceirio, comprou o "Comercio de S. Paulo". Quase todo o circulo de Amadeu demittiu-se, indo Roberto Moreira e Simões Pinto trabalhar na Recebedoria de Rendas, onde conseguiram emprego, ficando Amadeu sem trabalho.

Amadeu era nesse momento um grande nome não só pela sua actividade intelectual mas ainda pela firmeza de carater. Timido, modesto, quieto, humilde mesmo, nem estes traços conseguiram occultar a beleza espiritual que nunca se quebrou. Isso chamou a attenção de Julio Mesquita, apaixonadamente civilista, um dos paladinos da candidatura de Rui Barbosa que, conhecedor evidentemente dos antecedentes do escritor que se batera com bravura nas colunas do "Comercio" contra a candidatura militar, resolvera atrai-lo para o seu jornal. Dal o encargo que, do secretario da redação do "Estado", Nestor Rangel Pestana, recebeu Plinio Barreto, já redator do jornal, de convidar Amadeu para all trabalhar. Plinio Barreto desempenhou-se da missão indo á ladeira Porto Geral, onde Amadeu ainda residia.

Nos primeiros meses, apenas escrevia umas cronicas; logo, porém, passou a figurar no corpo de redatores, posto de que só a morte o tiraria.

No fim deste ano de 1910, saia o seu segundo livro de versos "Nevoa", editado pela Livraria Magalhães, cujos originaes Vicente de Carvalho levara á Europa, numa tentativa de publica-los em Portugal. "Nevoa" safu ainda na antiga ortografia. Mas, logo após, contagiado talvez pelo entusiasmo do filologo Silvio de Almeida. Amadeu adotava a ortografia official portugueza, que acabava de ser decretada com a proclamação da Republica em Portugal.

"Nevoa" foi comemorado com uma festa de intellectuaes, no Parque Antartica, onde fez o discurso official Vicente de Carvalho. (2)

(1) Amadeu romperia em 1911 com J. J. de Carvalho, que criticara no prefacio de um livro a sua amizade com Simões Pinto e Roberto Moreira. Ver "O Estado de S. Paulo" de 28 e 31 de março, 2 e 4 de abril de 1911, e "Comercio de S. Paulo", de 1 e 3 de abril de 1911.

(2) "O Estado de S. Paulo", 14 e 15 de novembro de 1910. Neste ultimo numero sai uma fotografia dessa festa.

AMADEU AMARAL

Dias antes dessa festa, Vicente publicara no "Estado" um artigo entusiástico sobre "Nevoa", classificando os seus versos "de uma alta perfeição e dos mais suaves da língua portuguesa". (1)

Do numero dos fundadores da Sociedade de Cultura Artística, em 1912, coube a Amadeu realizar uma conferencia, na sessão inaugural. E' o trabalho sobre Raimundo Correia, que saíria mais tarde em "Letras Floridas".

Com quatro filhos, sem contar outros encargos de familia, Amadeu vivia com dificuldades, pois o ordenado no "Estado" chegava apenas para o estritamente necessario. Foi quando Simões Pinto teve a oportunidade de dar a mais bela prova de amizade que se poderia imaginar: pediu demissão da Recebedoria de Rendas, arranjando para ser nomeado em seu lugar o seu quase irmão Amadeu Amaral!

Na mesma epoca, 1910, mais ou menos, Mario Sampaio Ferraz fundava a revista "A Farpa", a publicação mais bem impressa que possuía então São Paulo e que era, em grande parte, redigida por Amadeu Amaral e Simões Pinto. A apresentação desta revista, em verso, um primor de poesia humorística, é de Amadeu. "A Farpa" viveu até por volta de 1915, quando Simões Pinto foi redigir "A Vida Moderna", para onde levou a colaboração de Amadeu que só terminou com a morte do primeiro, em 1918.

Atingia, nesse momento, o auge, a luta oposicionista do "Estado" contra o governo do sr. Altino Arantes e, principalmente, contra o sr. Oscar Rodrigues Alves, que era secretario do Interior. Agitava-se no jornal um grupo de moços inteligentes que formava o nucleo do "Estadinho", cuja inquietação contribuía muitas vezes, com suas irreverencias, para umas zangas passageiras do velho Julio Mesquita e mais ainda para o desespero permanente de Nestor Rangel Pestana, quase inacessível ao estabelecimento juvenil que fazia algazarra todos as tardes e todas as noites dentro da redação. Allás, por causa de um topico do "Estadinho", Nestor Pestana teve que responder a um processo movido contra o "Estado" por Oscar Rodrigues Alves. Faziam parte desse grupo Julio de Mesquita Filho, Moacir Piza, que usava o pseudonimo de Antonio Paes, Ademar de Paula, o Pintor; Roberto Moreira, Alexandre Marcondes Machado, o celebre Juó Bananêre; o caricaturista Voltolino: Antonio Mendonça, Antonio Figueiredo, Vicente Ancona, Toledo Malta, que seria o Hilario Tacito, autor de "Madame Pommery", Raul de Freitas, Monteiro Lobato. Muitas vezes, a agitação desse grupo era engrossada por outros mais velhos: Amadeu Amaral, Plinio Barreto, Adalgiso Pereira e o proprio Julio Mesquita.

Mas o "Estadinho" vivia á sombra do "Estado" e devia guardar uma certa linha de siseudez compativel com o "Estado". Vai

(1) "O Estado de S. Paulo", 18 de outubro de 1910. Em principio de 1911 Aristeu Seixas publicava um folheto em que denunciava a poesia de Amadeu. Fazendo referencia a este artigo de Vicente de Carvalho, attribui-lhe uma afirmativa que Vicente contestou pe'o "O Estado de S. Paulo". Armou-se uma violenta polemica como se poderá ver nas edições desse jornal de 7, 8, 9, 14 e 15 de março de 1911.

dal aqueles moços, cuja exuberância o "Estadinho" não podia satisfazer, resolveram fabricar outro veículo mais adequado com a falta de juízo geral. Foi esta a origem do "Queixoso", a revista satírica que fez época e até hoje não teve outra talvez no Brasil inteiro capaz de igualá-la. O mais curioso é que ao "Queixoso" aderiu logo Amadeu Amaral e Plínio Barreto e, a seguir, o próprio Júlio Mesquita não tinha nenhuma dúvida em oferecer a colaboração da sua pena notável assinando artigos com o pseudônimo de Mephisto! Encontra-se no "Queixoso", que viveu de 1915 a 1916, o que de melhor produziu Amadeu em poesia satírica e humorística. E no seu trabalho em prosa, antevia-se já o Felício Trancoso que assinaria muito mais tarde as "Memórias de um Passageiro de Bonde".

Em 1916, Amadeu Amaral aparecia como um dos fundadores da "Revista do Brasil", na companhia de muitos paulistas, dentre os quais Luís Pereira Barreto, Júlio Mesquita, Alfredo Pujol, Ricardo Severo, Arnaldo Vieira de Carvalho, Armando de Sales Oliveira, Antonio Picarolo, Olímpio Portugal, Plínio Barreto, Simões Pinto, Adalberto Pereira, Roberto Moreira, Gelasio Pimenta, os últimos, membros do grupo que vinha unido desde o "São Paulo". Amadeu colaborou nessa revista austera, desde o seu primeiro número, ao publicando trabalhos em prosa e verso que figurariam mais tarde em "Espumas", "O Elogio da Mediocridade", "O Dialecto Calpira", "Letras Floridas", neste volume de "Tradições Populares", sem contar muitos escritos ainda ineditos.

Um ano depois, já quando deixara o emprego na Recebedoria de Rendas e restringia toda a atividade ao jornalismo, saiu o seu terceiro volume de versos "Espumas", com uma capa de Helios Seelinger, edição de luxo de "A Cigarra", revista de Gelasio Pimenta, em que Amadeu colaborava com assiduidade. A saída do livro foi comemorada em Santos, com uma festa de intelectuais promovida por Martins Fontes, Valdomiro Silveira e Heitor de Moraes, que estiveram já presentes anos antes, quando se comemorara no Parque Antártica a saída de "Nevoa". Amadeu fez então a sua celebre conferência "A Cigarra e a Formiga", publicada mais tarde em "Letras Floridas".

Morto Bilac, em 1918, amigo íntimo de Amadeu, um punhado de companheiros mais chegados, dentre os quais Alfredo Pujol e Alberto de Faria, amparado pelos grupos do "Estado" e do antigo "Comércio de São Paulo" levanta a candidatura de Amadeu para a vaga do "príncipe dos poetas brasileiros". Anteriormente, outro movimento se fizera nesse sentido, no qual o próprio Bilac tomara parte, mas tudo malogrou porque Amadeu se esquecera de inscrever a tempo para as eleições académicas!

Em 1919, Amadeu Amaral é eleito sucessor de Bilac e toma posse da sua cadeira em novembro quando, com o seu notável discurso de recepção, publica o primeiro livro de prosa.

No ano seguinte, não menos de quatro obras suas apareciam: a novela "A Pulseira de Ferro"; o primeiro trabalho de faiclure, "O Dialecto Calpira"; a conferência "Um Soneto de Bilac" e o magnifico livro "Letras Floridas". Ainda em 1920 ou começo de 1921 dirigiu "Pallas", revista quase de luxo, muito bem feita, mas de vida fugaz.

Nessa época, havia muito, Amadeu era secretario da redação

do "Estado", onde além de um ou outro artigo assinado, fazia "notas", comentários e ainda a crítica literária.

Sem deixar o "Estado", assume em janeiro de 1921, a convite de Monteiro Lobato, a direção da "Revista do Brasil", onde deveria permanecer seis meses, sendo entretanto notáveis as transformações por que passou a celebre publicação, durante esse tempo. Basta lembrar que, até aí, hermeticamente fechada senão hostil aos mais avançados, os mesmos que um ano depois desencadeariam a "Semana de Arte Moderna", puderam eles ser recebidos nas paginas da "Revista do Brasil", inclusive o de mais destaque entre todos: Mario de Andrade.

Já então ensaiava Amadeu as primeiras atividades políticas na Liga Nacionalista, da qual foi um dos fundadores, em 1917, tomando parte saliente na campanha pelo voto secreto, quando, com este nome, publicou dois folhetos, conferencias realizadas na Capital e repetidas em varias cidades do interior. Estes dois opúsculos não constam de nenhuma de suas bibliografias, mas para aquilatar a sua importancia bibliografica basta dizer que a tiragem de cada um deles foi de dez mil exemplares. Uma dessas conferencias provocou tempestade na Camara dos deputados de S. Paulo, agitando durante dias o velho casarão da Praça João Mendes, hoje desaparecido. Foi muito ativa a sua ação na Liga Nacionalista já como membro do seu Conselho Deliberativo, já como presidente da Comissão de Defesa da Língua, já como simples associado. Com os mesmos intuitos politicos e na mesma epoca, inscreveu-se na Maçonaria, tendo sido membro da loja "União Paulista", com sede á rua Xavier de Toledo, para a qual entraram muitos dos seus amigos.

Ainda em 1921, são publicadas três conferencias, em três pequenos volumes: "Cuidar da Infancia", "Dante" e "A Poesia da Viola".

Em 1922, um par de acontecimentos marcou a vida de Amadeu Amaral: a "Semana de Arte Moderna" e a sua primeira luta politica.

A primeira teve nele um observador sereno e compreensivo, como veremos mais tarde, e a segunda foi quando aceitou a sua candidatura a deputado estadual pelo 4.º Distrito e provou o primeiro contacto amargo com os metodos que introduziram a corrupção politica em São Paulo. Foi a Liga Nacionalista que, em manifesto, lançou a sua candidatura, com a de alguns outros defensores do voto secreto (1). Publicou então varios artigos de propaganda, fez conferencias no interior do Estado e, pelo jornal "A Gazeta de Capivari", agora dirigido por Francisco Luis Gonzaga, a mesma folha que seu pai fundara, travou uma polemica com Julio Prestes. A fraude eleitoral e a incompreensão perreplista não permitiram fosse para a Camara Estadual um dos homens mais lucidos e puros que teve São Paulo.

Enorme a sua atividade durante todo o ano. Escreveu artigos, fez conferencias em São Paulo e no interior, como S. Roque, Porto Feliz. Datam daí a sua celebre conferencia "Politica

(1) V. "O Estado de S. Paulo", de 21 de abril de 1922. Manifesto da Liga Nacionalista, sob o titulo "Ao eleitorado paulista em prol do voto secreto".

Humana" e a serie de escritos sobre o voto secreto, a maioria patrocinada pela Liga Nacionalista.

Essa agitação politica prosseguiu até principios de 1923, quando se mudou para o Rio de Janeiro, onde foi trabalhar na "Gazeta de Noticias". Continuou entretanto colaborando no "Estado" com os "Bilhetes do Rio" e um ou outro artigo assinado. Na "Gazeta de Noticias", alem de outras coisas, fez um artigo de fundo e roda-pés de critica literaria, assinados "A". Publicou tambem varios artigos assinados. Dentre estes o excelente ensaio "Poesia de Ontem e Poesia de Hoje" que se acha em "O Elogio da Mediocridade".

Como nos demais jornais em que trabalhou, com excepção de "O Estado de S. Paulo", onde foi um pouco mais assiduo na colaboração assinada, poucos artigos aparecem na "Gazeta de Noticias", com o seu nome. Entretanto, no mesmo dia em que tomava posse do novo cargo, a 26 de janeiro daquele ano de 1923, publicava um rodapé assinado: "A Psicologia do Barbeiro". Vê-se logo o seu dedo na redação, ao aparecimento de secções com titulos muito do seu agrado e que ele introduzia nos jornais para onde ia: "Por ai...", "Dia a dia", "A esmo", etc. Sem contar uma pagina paulista. Mas nessas secções muitos colaboravam, sendo impossivel identificar os trabalhos de Amadeu.

A entrada de Amadeu para a "Gazeta de Noticias" dera-se com uma mudança na sua direcção, e um dos novos diretores foi Laudelino Freire. Provavelmente deste é a iniciativa de convidar Amadeu para o cargo de secretario, posto que, de inicio, foi o seu naquêl journal. Laudelino Freire permanece, porem, poucos meses deixando o lugar, sendo então Amadeu nomeado para um dos cargos da directoria. Foi quando começou a fazer tambem a critica literaria do journal, em rodapés assiduos, chegando até a dois por semana, e cujo primeiro era publicado a 10 de junho.

A orientação politica dada á "Gazeta de Noticias" com o advento do governo Bernardes, desgostou-o profundamente, chegando a uma quase incompatibilidade quando ai se tentou até a compromete-lo, pessoalmente, com o governo. De fato, um dos diretores do journal declarou-lhe um dia que pedira para ele uma audiencia com o presidente da Republica e que esta fôra marcada para a manhã seguinte. Era uma necessaria aproximação da "Gazeta de Noticias" com o Palacio do Catete. Amadeu declarou que isso não deveria ter sido feito sem uma previa consulta a ele, quando teria respondido que não lhe interessava falar com o presidente da Republica. Mas, agora que a audiencia estava marcada, só tinha a declarar que a ela não compareceria. E não compareceu.

Houve naturalmente um estremecimento e Amadeu procurou logo um pretexto para afastar-se do journal. Veio essa oportunidade com o convite feito pelo Governo da Bahia para as comemorações de 2 de julho. Chefiando a delegação que representaria o journal, cujo outro membro foi Pedro Calmon, Amadeu partiu para a Bahia no dia 26 de junho, lá ficando até meados de julho, quando teve de abreviar o regresso ante a noticia do estado grave de um irmão enfermo, que faleceu um dia antes de sua chegada ao Rio de Janeiro.

Em agosto, reinicia a critica literaria, com a mesma assiduidade anterior. Depois do seu regresso, alem de quatro artigos sobre a viagem á Bahia e duas collaborações literarias apenas: "Aproximações" e "Bilac e sua Escada de Estrelas", a sua participação na vida do jornal reduziu-se aos rodapés de critica literaria, que cessaram, de vez, em fins de dezembro, quando deixou definitivamente a "Gazeta de Noticias". Permaneceu entretanto, no Rio, de onde enviava collaboração para "O Estado de S. Paulo", do qual nunca se desligara.

A proposito da sua demissão do cargo de secretario da Comissão Diretora do Partido Republicano, quando contava 27 anos ou pouco mais, Amadeu narrando esse episodio a um grupo de amigos, dentre os quais Ibanez Sales, comentava:

— Vejam vocês como os moços são afoitos. Para não redigir um officio que nem lá assinar, deixei uma posição que me podia ter proporcionado uma carreira politica...

Pois, em 1923, com 48 anos de idade, repetia o mesmo gesto. Na realidade, em idade nenhuma, jamais qualquer interesse profano conseguiu arreda-lo da sua imutavel norma de conduta moral.

Em 1924, residindo ainda no Rio, publicou três livros, todos editados em São Paulo: "O Elcigio da Mediocridade", "Luis de Camões" e "Lâmpada Antiga", este o seu ultimo livro de versos.

Foi mais intensa a sua collaboração no "Estado", durante o ano de 1925, pois, além dos lindissimos "Bilhetes do Rio", começou a enviar tambem os celebres rodapés das sextas-feiras, sobre folclore.

Tendo deixado "A Gazeta de Noticias" contando apenas com os seus vencimentos no "Estado", insufficientes para manter a familia, no Rio, conseguiu, graças ao seu amigo Souza Reis, arranjar um lugar no serviço do imposto sobre a renda, que se organizava e do qual aquele era diretor. Al ganhava um conto e oitocentos mensais. Mas o Rio começou a aborrece-lo e resolveu voltar. Tentou uma remoção para São Paulo. O situationismo, entretanto, não lhe perdoara a ousadia de haver disputado uma cadeira de deputado estadual, em 1922, não lhe perdoava a acirradissima campanha pelo voto secreto, e, principalmente, artigos e conferencias que escrevera e fizera até então: não lhe perdoava a atividade em "O Estado de São Paulo", jornal que se mantinha numa imutavel opposição. Assim, como resposta aos seus esforços para a transferencia, foi-lhe comunicado que esta poderia ser feita ou para a Bahia ou para o Rio Grande do Sul... A replica de Amadeu veio imediata: demitiu-se do lugar e voltou desempregado para São Paulo, onde retomou o posto de redator do "Estado".

Mais tarde, com o apoio de Sud Mennucci, entra como professor de portuguez para o Ginásio Moura Santos do qual assumiu depois a direção. Trouxe para o "Estado" os seus rodapés de critica literaria, de vez em quando qualquer coisa assinada e, em 1927, al publica "Memorial de um Passageiro de Bonde" que só sairia em livro, depois da sua morte, em 1938.

Além do seu trabalho jornalístico, anonimo, quase todo perdido, pela impossibilidade de identificação, collaborou em numerosos jornais e revistas do Brasil, ora assinando, ora usando pseu-

donimos, como Felício Trancoso, Carlos Pinto, Maneco, Yorick, AA e Y.

Fundado o Partido Democrático, Amadeu nele se inscreve, sendo indicado pelo Congresso partidário de 1928 candidato a uma cadeira de deputado. Notabilizou-se a sua campanha pelo cunho de alta educação política que deu á luta. Injuriado e até caluniado pelos adversários, jamais sua palavra se taldou com qualquer referencia de cunho pessoal ou ofensivo.

Como era de esperar, foi derrotado.

Nesse ano funda-se o "Diário Nacional", órgão oficial do Partido, que o convida para ser seu diretor. Neste posto, permaneceu muito pouco tempo, apesar de o seu nome figurar no cabeçalho do jornal por varios meses ainda, quando já voltara a "O Estado de S. Paulo". Trabalhando no "Estado", acumulou, desde final de 1928, as funções ali com as de redator-chefe do "Diário da Noite", lugar que lhe foi arrenjado por Rubens do Amaral.

Em 1929, a Academia Paulista de Letras havia desaparecido da vida de S. Paulo. Só não se dirá que morrera porque um ou outro academico, Ulisses Paranhos á frente, lhe guardavam o arquivo e espalhavam o boato de que vivia ainda.

Fazia anos que não se reunia e basta lembrar a existencia de dez vagas não preenchidas — as de Venceslau de Queiroz, Martin Francisco, Alberto de Faria, Carlos de Campos, Silvio de Almeida, Benedito Otavio, Estevão de Almeida, Ezequiel Ramos Junior, José Vicente Sobrinho e Vicente de Carvalho. Além disso, por se terem mudado para fora do Estado ou do País, deviam passar, como passaram, á categoria de membros honorarios, João Vampré, José Feliciano e monsenhor Benedito de Sousa, abrindo-se, pois, mais três vagas.

Amadeu, o cavaleiro andante das Academias, resolveu ressuscita-la. Convocou os academicos remanescentes.

A esse tempo, a Academia Paulista de Letras escolhia seus membros, independente de solicitação dos candidatos. Depois de numerosas reuniões e entendimentos, organizou-se o grupo que deveria preencher as vagas existentes e foram: Plinio Salgado, Rubens do Amaral, Cassiano Ricardo, Léo Vaz, Sud Mennucci, Artur Mota, Otoniel Mota, Alfredo Ellis, Guilherme de Almeida, Lourenço Filho, Veiga Miranda, Cleomenes Campos e Menotti de Picheia.

Agora era preciso faze-la funcionar. A reforma dos estatutos impunha-se. Amadeu meteu-se ao trabalho. Conseguiu até o milagre de os academicos comparecerem a varias reuniões que ele convocou. E a Academia, afinal, levantou-se, elegendo-se a diretoria, que ficou composta de Amadeu, presidente; Ulisses Paranhos, secretario geral; Artur Mota, 1.º secretario; Candido Mota Filho, 2.º secretario; Aristeo Selgas, tesoureiro.

Estabeleceu-se que os novos membros seriam todos recebidos de uma só vez. A sessão solene, que comunicou ao publico a ressurreição da Academia Paulista de Letras, realizou-se no dia 31 de julho de 1929. Recebeu-os Spencer Vampré. Pelos novos academicos, falou Veiga Miranda.

Mas o melhor discurso foi o de Amadeu Amaral sobre a função das academias. Discrimina as tarefas que a Academia Paulis-

ta se propunha: "Tudo se resume numa palavra: trabalhar. A Academia Paulista não quer ser um museu de figuras, nem um tribunal, nem uma pequena igreja: quer trabalhar a bem da literatura, a bem da sociedade paulista, estimulando os serviços que uma e outra se podem reciprocamente prestar". E uma das coisas mais importantes seria a organização de uma bibliografia, "cuja missão, se a julgarmos pela sua importância prática e pelos benefícios que fará a todos os trabalhadores intelectuais, seria suficiente para justificar uma agremiação. Quantas vezes quem empreende um trabalho atinente a coisas nacionais não perde um tempo enorme e precioso em indagações bibliográficas difíceis, fatigantes, quase sempre incompletas! Quantas vezes não tem de repetir fatos, opiniões, hipóteses, sobre determinados pontos concretos, já explanados com acerto em obras de que ninguém lhe dera notícia!" (1)

Os meses que lhe restavam de vida foi de uma dedicação a mais absoluta à vida da Academia. Compareceu a todas as sessões até que caiu de cama para morrer. Substituiu-o, na cadeira, Altino Arantes, e na presidência, Alcantara Machado. E a Academia

(1) Sob o título "Uma sessão histórica na Academia", a "Revista da Academia Paulista de Letras" publicou em seu n. 15, de setembro de 1941, a descrição da posse solene dos novos acadêmicos após a reorganização promovida por Amadeu Amaral. Aparentemente, trata-se de uma simples transcrição da notícia dada por "O Estado de São Paulo", em sua edição de 1 de agosto de 1929, pois deste modo começa a notícia da Revista: "Assim noticiou o 'Estado de S. Paulo' a sessão solene que a Academia Paulista de Letras realizou a 31 de julho de 1929, considerada histórica pela sua originalidade". E vem o texto transcrito do "Estado" que, apesar de não se achar entre aspas, não deixa a menor dúvida sobre a transcrição, já pelas palavras de introdução, já pelos dois pontos com que se fecha esse introito, já finalmente pela cópia fiel de quase tudo quanto saiu na notícia daquele jornal a 1 de agosto. O certo, porém, é que essa transcrição foi mutilada e foi mutilada exatamente na parte em que se referia ao discurso de Amadeu! De fato, da notícia do "Estado", fazia parte este pequeno trecho: "Abriu a sessão o sr. Amadeu Amaral, que, depois de dar as explicações acima, solicitou ao secretário acadêmico Artur Motta lesse o expediente, do qual constavam diversos telegramas, cartas e cartões de excusas de acadêmicos pelo não comparecimento. . .

Tomando de novo a palavra, o sr. Amadeu Amaral leu um belo discurso, mostrando a função das academias e contando o que a Paulista já fez e pretende fazer, trabalho esse que publicaremos depois.

Levantou-se depois o acadêmico Spencer Vampré, incumbido da saudação aos seus novos colegas etc."

Pois bem, todo esse segundo período sobre o discurso de Amadeu Amaral, a "Revista da Academia Paulista de Letras" cortou ao reproduzir a notícia, em seu número de setembro de 1941! Quer dizer, o fato ficou registrado no arquivo da Academia, como se o discurso de Amadeu não existisse! Por que? Talvez para provar o calporismo que sempre teve Amadeu com as "suas" academias... Veremos adiante que mais alinhado não foi o procedimento para com ele da Academia Brasileira. Mas é curioso que essa distração (quase escrevia: picuinha) se fizesse justamente ao noticiar-se o grande milagre do ressurgimento da Academia que se deve exclusivamente a Amadeu Amaral.

O discurso de Amadeu que a Academia barrou de sua crônica nunca se publicou até 1948. Foi encontrado entre os papéis inéditos do autor, sairá num dos volumes de suas obras completas. O organizador destas ofereceu uma coisa desse trabalho a René Thiollier, secretário da Academia Paulista de Letras, que o publicou em sua revista, n. 42, junho de 1948.

vive hoje, robusta, vivaz mas; ao que parece, esqueceu-se completamente daquele ao qual lhe deve a vida. Porque a sua indiferença por Amadeu e sua obra só pode ser comparada á indiferença da outra Academia, a de bitola larga, á qual também deu eis imenso brilho: a Academia Brasileira.

Em 4 de setembro de 1939, a Academia Paulista comemorou o seu 30.º aniversário de existência. Falaram conspícuos oradores no Teatro Municipal. Nem um só se lembrou de Amadeu Amaral, cuja intervenção, em 1909, permitiu não morresse a Academia, na hora de nascer e cujo esforço arduo, penoso, em 1929, a ressuscitara! E' verdade que não houve quem se lembrasse também do nome de Joaquim José de Carvalho, que é o verdadeiro fundador da Academia, título atribuído nas comemorações, errada e injustamente, a Brasília Machado, o primeiro presidente da sociedade. (1)

Ao noticiar ditas comemorações, a Revista da Academia Paulista de Letras (2), afinal, faz uma referência apressada, como para não dar na vista, a Amadeu: "... os academicos dirigiram-se em romaria ao cemiterio da Consolação, onde depositaram um ramo de flores sobre o tumulo de Brasília Machado, fundador e primeiro presidente da Academia, e, em seguida, outro ramo de flores no jazigo de Amadeu Amaral, no cemiterio de S. Paulo". Uma linha apenas para Amadeu. Não era falta de espaço, porque a mesma revista borrava, mais tarde, quinze paginas para publicar o discurso daquele que mais atentara contra a intelligencia no Brasil e fôra, talvez por isso mesmo, recebido com estrondo na Academia Brasileira de Letras... (3)

Em 1929, Amadeu Amaral via sair o seu ultimo trabalho publicado em livro: a conferencia "As Promessas do Escotismo". Nesse ano ainda lançou "Malasartes", revista infantil de que foram

(1) Em 1909, foi publicado um volume de luxo ("Academia Paulista de Letras" — Lembrança da Sessão inaugural — São Paulo — impressão e relevo das officinas Espindola & Cia. — 1909) comemorativo da fundação e instalação da sociedade. Pelos jornais da epoca, principalmente "Correio Paulistano", "Comercio de S. Paulo" e "O Estado de S. Paulo" e mais esse volume comemorativo, torna-se facilimo levantar o historico da Academia Paulista de Letras. A sua fundação deve-se a Joaquim José de Carvalho, que foi o autor da propria candidatura Brasília Machado a presidente, sendo imposto ao fundador o cargo de secretario geral. Vem no referido volume uma pequena biografia de cada academico. A de Joaquim José de Carvalho assim começa: "Para todos os efeitos, assim da detracção soez, como da gloria esplendente, foi, é, e será o verdadeiro, o unico fundador do Cenaculo paulista". E, depois, seguem-se pormenores dos seus trabalhos de longos anos que, afinal, deram na instalação da Academia Paulista de Letras. E' preciso não esquecer ainda os esforços que deu a J. J. Carvalho para essa fundação o sr. Ulisses Paranhos que, mais tarde, ao lado de Gomes Cardim, tanto ajudaria Amadeu no trabalho de reviver a instituição. Não ha, pois, discussão sobre esse fato, tão ignorado hoje da mesma Academia Paulista de Letras, quanto a celebre carta de Amadeu Amaral a Roberto Moreira, que evitou, em 1909, o malogro dos esforços de Joaquim José de Carvalho, e a ação do mesmo Amadeu em 1929, que permitiu a Academia existisse ainda hoje.

(2) Revista da Academia Paulista de Letras, n. 8, dezembro, 1939.

(3) Revista da Academia Paulista de Letras, n. 25, março, 1941.

editados apenas alguns números inteiramente redigidos por Amadeu.

Exercia as suas funções em "O Estado de São Paulo" e no "Diário da Noite", quando, em outubro do mesmo ano de 1929, caiu com febre tifoide, vindo a falecer, em nobre pobreza, em sua residência, á rua Bela Cintra, ás 11 horas do dia 24 desse mesmo mês e ano. Jaz no cemitério São Paulo, em sepultura doada pelos "Diários Associados".

*
*
*

Conheci Amadeu Amaral, logo depois da gripe, em 1918. Eu trabalhava na revisão de "O Jornal do Comercio", á rua Direita. De madrugada, alta madrugada, saia exausto daquele trabalho horroroso de horas e horas, numa sala sem janelas, ao fundo da redação, instalada num prédio velho e sujo, cujo ar se saturava do cheiro que vinha de uma privada, ao fundo, esta também sem a menor ventilação e sempre num estado de desasselo que nem é bom falar. E iam os revisores e conferentes, comer qualquer coisa no "Café Academico", nos quatro cantos, isto é, rua Direita, esquina de S. Bento (a praça do Patriarca não existia). Eramos sempre uns três ou quatro companheiros, e nossa refeição resumia-se no que permitia o miseravel salario de cinco mil reis por noite de trabalho. Quase todas as madrugadas, nós já aboletados numa mesinha, entrava no café, vindo da rua de S. Bento, em direção da praça Antonio Prado, um vulto alto, escanhoad, sereno, quase loiro, olhos claros, andar compassado, elegante, de baixo de um chapéu velho e dentro de uma roupa mais ou menos descuidada. Não se sentava a nenhuma mesa, ia diretamente ao balcão, pedia qualquer coisa, café ou cerveja preta, engolia aquilo rapidamente e sala em direção ao velho viaduto do Chá. Um dia perguntei a um dos meus companheiros:

— Quem é este sujeito?

— Não conhece? É o Amadeu Amaral, secretario do "Estado".

Amadeu Amaral! Um nome quase familiar para mim. Fôra amigo intimo de meu pai quando ambos frequentavam o Curso Anexo, o "Curral", ali no velho casarão do largo de S. Francisco. Conheceram-se muito antes disso, e fôra meu pai quem o animara a entrar para a Faculdade de Direito, quando ambos trabalhavam como caixeiros, Amadeu em "Lion & C." e meu pai na "Casa Genin". Entraram juntos para o Curso Anexo que ambos abandonaram depois. Pouco mais tarde, já casado, meu pai mudava-se para Franca, a sua cidade natal, deixando aqui Amadeu. Isso em 1900, exatamente quando este trabalhava já no "Correio Paulistano", publicava "Urzes" no ano anterior e eu contava cinco ou seis meses de idade. Então, um desapareceu da vida do outro. Em 1912, voltava meu pai a residir em S. Paulo e aí o nome de Amadeu brilhava entre os intellectuais da época e, em nossa casa, muitas vezes, meu pai falava na velha amizade que os unira. Eram quatro nomes sempre citados como os velhos amigos de meu pai: Alarico Silveira, Alexandre Vilela de Andrade, Paulo Saidanha da Gama (razão por que me chamo Paulo) e Amadeu. Mas entre 1912 e 1917, em que ambos resi-

diam de novo em S. Paulo, creio que não se encontraram muitas vezes.

Pois nessa madrugada de fins de 1918, ao ligar pela primeira vez um nome familiar em minha casa áquele vulto que já conhecia de vista, em suas passagens ariscas pelo café, para sair logo, mergulhando-se na garoa da noite paulista, não me contive. Despedi-me dos companheiros e sai atrás de Amadeu.

Este ia longe, no meio do viaduto do Chá. Custou-me divisar o seu vulto esguio dentro da noite e só o alcancei na rua Xavier de Toledo. Ante o ruído dos meus passos rápidos ele, como adivinhando minhas intenções, voltou-se e parou:

— Vai subir também?

— Vou...

— Então vamos juntos.

Estabelecera-se o primeiro contacto. Fui logo contando quem eu era. Amadeu parou surpreendido:

— Mas eu vi você pequenino!

E fomos rua da Consolação acima, conversando sobre meu pai a vida que viveram juntos, no fim do seculo e, agora, a distancia de anos, que os separava.

Amadeu morava á rua Antonia de Queiroz e eu á rua Barata Ribeiro. Era muito penosa a caminhada que eu tinha de fazer todas as noites, áquela hora da madrugada, em que não havia bondes ou qualquer outro transporte.

Antes, ao sair do Café Academico, eu não ia pela Consolação, descobrira um caminho complicado mas muito mais curto para chegar até á encosta da collina da Avenida Paulista, por onde escorria a rua Barata Ribeiro. Assim, deixando o café e meus companheiros, eu prossegua pela rua de S. Bento até o largo de S. Francisco. Daí, tomava a av. Brig. Luis Antonio para pegar Jaceguai e, por esta, a rua Manuel Dutra, já no Bexiga, a qual subia primeiro para descer, beirando a ponta do Morro dos Ingleses, e ganhar a varzea da Saracura, um brejo, sem iluminação, completamente deserto. Havia aí uma pinguela, mais ou menos na altura em que existe hoje uma bomba de gasolina, fim da rua Manuel Dutra, na esquina da atual avenida 9 de Julho que, evidentemente, não existia. Por um trilho invio ganhava-se a encosta, um barranco alto que ia ter ao que devia ser a continuação da rua Barata Ribeiro, cuja ladeira subia até a minha casa, mesmo em frente á rua da Fonte. Era pelo menos uma hora de caminhada que eu fazia só, todas as noites, ás quatro horas da madrugada.

No mesmo dia em que me aproximei de Amadeu, começou a nossa convivencia de todas as noites. Eu esperava-o no Café Academico ou ele aí me esperava para subirmos a rua da Consolação, juntos. Na rua Antonia de Queiroz, em geral, eu o deixava á esquerda, seguindo um para a esquerda e outro para a direita daquela rua. Ele em busca de sua casa, um pouco adiante, e eu em direcção da rua Augusta, pela qual ganhava Peixoto Gomide e a rua Barata Ribeiro. E nunca mais o caminho da varzea da Saracura me viu...

Amadeu, um dia, declarou que estava fazendo tudo para me pôr na redacção do "Estado", que era o sonho dos meus dezoito

anos. Antes disso, fui demitido do "Jornal do Comercio", por uma desinteligencia com o director. Graças a Amadeu e a Antoninho de Figueiredo, a quem me recomendara Mario Reys, chefe da revisão do "Jornal do Comercio", revoltado com a minha injusta despedida, arranjei um lugar na revisão do "Estado", que funcionava nas oficinas do jornal, á rua 25 de Março. Aí, comecei a encontrar-me com Amadeu, no proprio "Estado", cuja redacção ficava á praça Antonio Prado, para seguirmos o nosso caminho.

Até que um dia, ele me passou para a redacção. E começou a nossa convivencia de todas as noites e de todos os dias.

Lembro-me bem das menores minucias da nossa vida em comum, as mais longínquas. Desde 1918 ou 1919, subíamos, ás tardes, para a redacção do "Estado", ali na praça Antonio Prado, por uma escadinha estreita que ia da administração á redacção, no primeiro andar e lá, depois de abrir uma das janelas, pois só nós íamos á redacção áquella hora, Amadeu me entregava um baú grande de folha, onde se juntava toda a correspondencia do dia e me encarregava de abri-la, e ele ia pondo em cada papel o nome do redator a quem devera ser distribuida. Até da tampa amassada e das ramagens cor de rosa que decoravam esse baú, eu me lembro, como se fosse hoje! De noite voltávamos juntos para casa, não sem antes uma parada num café situado á rua de S. Bento entre a travessa do Grande Hotel e a rua Direita ou no mesmo Café Academico, nos quatro cantos, que ficavam abertos a noite inteira.

A's vezes íamos, só nós dois, comer qualquer coisa no Fernandes, da rua Santa Ifigenia, popularissimo por um apelido que não se pode repetir por amor á decencia, ou num dos restaurantes do largo Paissandu ou adjacencias. E as palestras que fazíamos no caminho de casa, mercê das quais devo tudo o que sei de litteratura, e que duravam frequentemente até á manhã, desenvolviam-se á mesa dos restaurantes, eu, diante de uma caneca de vinho português ou de um copo de vinho italiano, ele diante de uma pequena garrafa de uma cerveja escura chamada "Pretinha", de que Amadeu gostava imensamente.

Mesmo na redacção, era frequente ele pedir um "sandwich" de queijo e uma daquelas garrafinhas de cerveja. O que dava ao velho Brasília, continuo da noite, a oportunidade da plada, sempre a mesma, quando telefonava ao Café Paulista, em frente, na Praça Antonio Prado, fazendo a encomenda da pequena refeição:

— E' do Café Paulista? Então faça o favor de mandar já, aqui na redacção do "Estado", um "sandwich" de queijo e uma pretinha bem fresca, para o seu Amadeu...

Um dia, Amadeu, entrando, de sopetão, na sala do centro, onde se achava o telefone e onde eu trabalhava na companhia de Olival Costa, Pedro Cunha, Vital Ribeiro e onde o velho Skerry frequentemente dormia algumas horas sentado numa cadeira, depois de redigida a secção do cambio, ouviu o recado do velho Brasília...

— Ora, essa! foi a exclamação, num meio sorriso, exclam-

mação que era o seu comentário para todos os fatos inesperados.

Nessa época, convivíamos dia e noite. Unia-nos a minha sede de literatura que ele satisfazia com livros e as nossas longas prosas; unia-nos o nosso folclore e até a política. Porque, no fundo ele amava a política. Não como o comum dos nossos políticos, para dela tirar tudo, mesmo á custa do proprio decoro. Mas para tudo dar-lhe, no sentido de enobrecer-la com as iniciativas culturais e outras grandes realizações e dignificá-la com o exemplo de sua linha impecavel. Foi por isso que principiou a lutar na campanha do voto secreto e depois entrou para a Maçonaria, em 1920 ou 1921, para onde me levou também. Juntos, fizemos parte da loja "União Paulista", instalada numa especie de capelinha que não mais existe, misteriosa para todos que passassem ali pela rua Xavier de Toledo, quase em frente ao obelisco do Piques. Foi com o mesmo animo de luta a favor da regeneração dos nossos costumes politicos, baixados ao nível mais inferior pela fraude e pela desordem administrativa, que, em 1921, disputou uma cadeira de deputado e entrou para o Partido Democratico, em 1927; e ainda não hesitou quando, no mesmo ano, eu fui fazer-lhe o convite para o cargo de diretor do "Diário Nacional", órgão official do Partido, onde juntos trabalhámos e de onde juntos saímos, poucos meses depois.

Amadeu era um homem profundamente sereno. Alto, magro mas espadado, cabelo e pele claros, herança da mãe, muito loura, descendente talvez de holandeses, denunciava a sua serenidade até no andar. Olhos azuis, garços, muito grandes, davam a impressão de estar olhando ao longe, mesmo quando fitava alguém. Sua voz era um pouco rouca, sempre baixa e muito calma, e tomava uma grande expressividade quando conversava, falava em publico ou lia versos ou prosa em voz alta, o que gostava muito de fazer. Até fins de 1917 ou 1918, usava grandes bigodes, como era moda, trambolho da que se libertou, dando ao rosto a sua verdadeira expressão de tristeza tranqüila.

Era proverbial a sua bondade. Não ha quem se lembre de haver ele levantado a voz a quem quer que fosse. Nunca falava dos seus desafetos, todos gratuitos, a não ser para ressaltar um traço positivo. Mesmo dos mais rancorosos que os teve inexplicavelmente, odios que eram sobretudo o reflexo da sua posição em "O Estado de S. Paulo", e por motivos politicos de que Amadeu foi sempre absolutamente estranho. Os seus escritos, em prosa ou em verso, ressaltam esse amor pelos homens, pelos animais e pelas coisas, que se estendia até ás arvores e ás pedras da rua.

A proposito desse seu traço que, desde época de que já não me lembro, me impressionou profundamente na personalidade de Amadeu, certa vez, uns versos de José Lannes me inspiraram manifestação semelhante, perpetrada pelos mesmos metodos metrificados. Nessa brincadeira poetica, sem o querer, tracei com fidelidade uma das faces do carater de Amadeu, a mais bela talvez.

Achavamo-nos num almoço, ao qual comparecera também Alarico Silveira, então secretario do Interior e o poeta José Lannes, que era seu official de gabinete. Amadeu encontrava-se pre-

AMADEU AMARAL

sente, sentado ao lado de Alarico Silveira, seu íntimo amigo. Nós, jornalistas e oficiais de gabinete, comíamos numa segunda classe de ponta da mesa. Nessa época, o nosso passatempo nessas reuniões cacetissimas, aonde íamos por dever de officio, era trazer perfis ou epitafios em verso das pessoas presentes.

De repente, José Lannes passa um cardápio, nas costas do qual vinha um instantaneo de Amadeu:

Ah! quanto leite reclama
O teu nome original:
Não podes passar sem ama;
O nome que Deus te deu
Tem uma ama no Amadeu
E outra ama no Amaral

Achei que o leite não bastava para definir a suavidade pura de Amadeu, principalmente o leite de São Paulo. Vai daí, rabisquei por baixo:

Inigualavel a sua
Capacidade de amor!
Ele ama seja o que for,
Ama as arvores da rua,
Ama este mundo e o da lua,
Ama, de amor sempre igual,
A pedra, a planta, o animal;
Ele ama a prosa e a poesia.
Mas que é que não amaria
Sendo Ama...deu Ama...raí?..

Creio que foi o meu unico golpe de felicidade em poesia metrificada. Refiro-me ao fundo e não á forma. Porque realmente esta pequena palavra — amor — definia Amadeu Amaral. Ele viveu para amar. A sua obra acha-se impregnada desse sentimento a derramar-se pela natureza, sobretudo, pelo semelhante. O que menos custava a Amadeu era a palavra boa em resposta ao apodo, ou o sacrificio por amor do proximo.

A's vezes suas simpatias concentravam-se num quadro, numa coisa, numa entidade, como São Pedro, que ele, embora agnostico, cercava de uma simpatia toda especial. Em sua casa, alguem, um dia, disse, caçoando, que São Pedro era o padroeiro dos usurarios. Ao que volve Amadeu indignado, para ralhár:

— Ora essa! um sujeito tão bom e vocês o caluniando!

Incréu embora, era ele quem escrevia com mais assiduidade cronicas sobre santos, comemorando no "Estado" certas datas, como São João, Santo Antonio, Natal, Ano Bom. Porque nesses santos e nessas datas ressaltava-se o traço da bondade, o ponto de contacto com o seu feltio, e, ignorando-o, ele mesmo não podia explicar a sua simpatia para com varios carregadores de amor e de humanidade, como São Pedro, Santo Antonio, São Francisco de Assis, e outros amigos íntimos de Amadeu. Era desses incapazes de atirar fora um sapato usado, um chapeu

velho, um objeto qualquer, sem dirigir-lhe um olhar de agradecimento pelos serviços prestados. "Lampada Antiga" é catecismo de bondade. Os seres, — a família, os amigos, o proximo, os indiferentes, a humanidade e as coisas; a humildade, a paciência, o trabalho, a dor, a terra, as flores e os espinhos, até uma velha cisterna abandonada — envolve-os tudo e todos de uma mesma nevoa de amor, pois, segundo ele, "só pelo amor a triste humanidade (se algum dia terá de se remir) redimida será". Não ignorava, entretanto, que esse dia estava muito longe. Porque, para ele ainda, esse amor só viria "quando o homem aprendesse que as torturas que o consomem só dele vêm, só ele as deterá". Tinha fé, entretanto, em que havia de ralar essa madrugada, "embora a treva sempre se adensando vá". Sabia que não era para ele, mas isso não importava porque quem sabe verdadeiramente amar não é egoísta. Muito menos Amadeu, em cujo espirito jamais o rancor ou o simples ressentimento pôde medrar. Apenas, para defender-se, ele se armava daquele "nojo resignado" que a necessidade impõe no animo dos homens bons para poder atravessar os enxurros da existencia e a aspereza do contacto com os outros homens.

* *

Da obra inedita de Amadeu Amaral, os estudos folclóricos que saem agora em livro são talvez a parte mais importante. Não é bem inedita, mas é como se o fosse, pois, publicada grande parcela na imprensa paulista, principalmente em "O Estado de São Paulo", a não ser um ou outro curioso que guardou aqueles velhos rodapés semanais, ninguém mais se lembra dela. E foi isso que a salvou, porque os papéis de Amadeu por uma triste fatalidade se perderam em grande parte. Assim, pelo menos dois terços do que resta salvaram-se mercê das coleções daquele jornal, onde se pôde agora fotografar a sua colaboração. Esta parcela e mais alguns originaes em poder das filhas de Amadeu que tudo me entregaram com a confiança que só uma velhissima amizade poderia permitir, e mais um maço de manuscritos, provas e originaes dactilografados, ou não, ha longos anos em meu poder, confiados pelo proprio Amadeu, permitiram a preparação do remanescente da sua obra não reunida em livro, nesta serie cujos primeiros volumes comecem agora a sair.

Todos os seus livros publicados, entre 1899 ("Urzes", a sua primeira obra) e 1929, ano de sua morte quando saiu num folheto a conferencia sobre o Escotismo, ou 1938, data da unica obra inedita publicada postumamente, "Memorial de um Passageiro de Bonde", aliás tambem dada em "O Estado de S. Paulo", no fim de 1927, acham-se esgotados, alguns ha mais de trinta anos.

E' quase inedita, pois, a obra do Amadeu inteiramente desconhecida das ultimas gerações e quase olvidada pelos seus contemporaneos.

E desse magnifico conjunto, salientam-se os estudos de folclore que constituem agora "Tradições Populares", nome que ele proprio deu aos seus rodapés em "O Estado de S. Paulo".

Não se destacam apenas pelo interesse brasileiro. Notabilizam-se pelo carater científico de suas pesquisas num momento em que

ninguém pensava nisso. O folclore era tido até então como simples matéria-prima de literatura, muitas vezes de má literatura. Ninguém, salvo um punhadinho de homens lucidos a começar por Silvio Romero ou Melo Moraes e a terminar por João Ribeiro e Alberto de Faria, encarava a nossa poesia popular, as estórias e brincos infantis, as parlendas, os rifões, as frases feitas, as adivinhas, como objeto de estudo aprofundado, despidido de qualquer fantasia ou laivo de imaginação, para o conhecimento da psique popular ou da alma coletiva brasileira.

Quando poucos poetas, como Gonçalves Dias e Bilac, iam buscar as lendas brasileiras para encastoa-las nos seus versos, ou bons escritores como Afonso Arinos ou Valdomiro Silveira escavavam o filão calpira para contos agradáveis, Amadeu Amaral iniciou a pesquisa sistemática e metódica no campo sociológico, coisa que só seria realmente compreendida, no Brasil, cinco ou seis anos depois da sua morte, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por intermédio dos professores estrangeiros com que se inaugurou a Universidade de São Paulo. Contemporâneos de Amadeu, alguns se dedicaram ao mesmo trabalho, como Basílio Magalhães no campo do folclore e Teodoro Sampaio no do tupi, ou Nina Rodrigues, no do negro, mas foram esforços individuais sem nenhum sentido coletivo, embora, algumas vezes, com base científica, como tentou dar Amadeu aos seus estudos, ora apelando inutilmente para a Academia Brasileira de Letras, ora fundando o primeiro centro de estudos brasileiros, aqui em São Paulo e, afinal, lançando dois excelentes artigos, dois verdadeiros manifestos a favor da fundação de uma sociedade de estudos demológicos (1). Nestes artigos, chegou a delinear um programa de trabalho, orientando a colheita de material, ordenando pesquisas.

Muitos anos antes, em 1918, era eu chamado por ele para o início dessas colheitas, aquilo que os etnólogos modernos denominariam o "trabalho no campo". Pois nessa época Amadeu redigiu uma pequena circular que foi remetida a todos os agentes e correspondentes de "O Estado de São Paulo" espalhados pelo Brasil, solicitando o envio de quadrinhas e mais elementos não só da poesia popular mas também de tudo quanto se referisse aos usos e costumes do povo (2).

(1) Por uma Sociedade Demológica em São Paulo, "O Estado de S. Paulo", 18 de outubro e 6 de novembro de 1925. V. p. 47.

(2) Vale a pena transcrever esse documento:

"Pretendo organizar um "Cançãoeiro Popular" de São Paulo, a exemplo do que já se tem feito em tantos outros países e aqui mesmo no Brasil, em diversos Estados. Serel, pois, muito grato a v. s. se me quiser prestar o favor de, com pequeno trabalho, colher, ou fazer colher por pessoa idônea, alguns versos desses que correm no meio do povo, entre adultos ou crianças, sejam em quadras, sejam em qualquer outra disposição.

No caso de v. s. estar disposto a prestar-me este obsequio, roghe-lhe observar as seguintes indicações:

a) colher todos os versos, por imperfeitos que sejam, indistintamente, visto que os mais imperfeitos e destituídos de sentido podem ter um grande interesse de folclore;

b) escrever os versos sem introduzir neles a menor modificação;

c) declarar ao pé a localidade onde foram apanhados.

Deixo aqui, desde já, os meus cordiais agradecimentos a v. s. na esperança de renova-los na própria obra que trato de organizar".

Devo-lhe a mercê de haver incutido nos meus inquietos dezoito anos incompletos o entusiasmo pelas coisas brasileiras. Dai o ter-me afundado até os cabelos nesse trabalho que Amadeu só cessou em 1929, com a publicação do seu ultimo artigo sobre folclore.

Assim mesmo, nunca se julgou um folclorista, como ele mesmo o declara (1). Mas era notavel o sentido sociologico dos seus trabalhos, uma profundidade oriunda em parte dos seus estudos, em parte talvez da sua admiravel intuição, que tirava desse autodidata, que nunca saiu do Brasil, qualquer indicio ou resquicio de autodidatismo. Apesar da impropriedade de certos vocabulos se formos dar á nossa analise um carater rigido demais, como raça, quando repete este termo, em sentido mais poetico ou sentimental do que científico das "três raças tristes", ou quando usa, ás vezes, a palavra feliçaria em lugar de magia, ou de civilização em vez de cultura, ao lerem-se os seus estudos de folclore tem-se a impressão de uma pesquisa levada a cabo por um notavel investigador com profunda e larga formação científica.

Repetidamente salientou a importancia dos estudos folclóricos, o seu carater universal, essa "continuidade historica que mal ou nunca se acomoda a limitações cortantes de tempo e de territorio". (2). E quantas vezes não salientou a falta de metodo de tais estudos no Brasil, "colheitas realizadas ao acaso das oportunidades" (3), sem sistema, sem metodo, sem nenhum resquicio científico, para delas se tirar o que poderiam dar! Foi Amadeu quem primeiro analysou no Brasil, com objetividade realmente científica, a poesia popular. Desde Silvio Romero, os estudos sobre a poesia popular eram panegiricos: mais ou menos apalxonados e exagerados. Aqui e em Portugal, a poesia popular, com escasas exceções, no numero das quais poderiamos pôr alguns dos autores brasileiros já citados e em Portugal inscrever apenas, até ha pouco tempo, nomes raros como os de Leite Vasconcelos e Jaime Cortezão, quando aqui e em Portugal, na boca e na pena de grandes escritores, aparecia a poesia do povo como o que havia de mais refinado e puro, o apice do sentimento, o sumo da poesia de verdade, como acentuou o proprio Silvio Romero. Amadeu foi o primeiro a quebrar essa formula sentimental e falsa e declarar corajosamente que as coisas realmente belas, sob o ponto de vista puramente poetico, encontradas na poesia popular, são exceções, raras exceções! E muitas dessas exceções não são populares, são de origem erudita (4). Não contente com afirma-lo, provou-o com abundante documentação, frisando, ao mesmo tempo, a confusão que se faz entre coisas belas e coisas interessantes na poesia popular. Isto, sim,

(1) "Uma Tarefa a Executar" — "O Estado de S. Paulo", 22 e 27 de maio de 1925. Ver pg. 25.

(2) "Por uma Sociedade Demologica em S. Paulo" — "O Estado de S. Paulo", 30 de outubro e 26 de novembro de 1925. Ver pg. 47.

(3) Idem, idem. Ver pg. 47.

(4) "A Poesia Popular de S. Paulo" — "O Estado de S. Paulo", 5, 12, 19, 26 de abril e 3 de maio de 1929. Ver pg. 123.

ai quase tudo é interessante, embora muito pouco seja coisa bela, repete ele, em suas conclusões precisas e honestas (1).

Falando sobre a maneira errada por que, geralmente, se observam ou colhem os versos caipiras para se os corrigirem depois, diz textualmente: "Seria tão simples e facil encara-los sob a verdadeira e unica luz a que devem ser considerados não como produtos "intencionais, autonomos e acabados" de uma preocupação autoral, mas como simples "reflexos" de uma vasta elaboração anonima, nunca terminada e interminavel que, de resto, abrange toda a atividade humana do povo — idéias, crenças, arte, filosofia, costumes — num inextricavel enovelamento (2).

Que etnologo moderno não assinaria isto? Quanta vez, em alguns laboratorios de folclore dos Estados Unidos e da França, que frequentei no estrangeiro, não ouvi ensinamentos modernos que já Amadeu havia escrito, sem nunca ter saído do Brasil, nem nunca ter frequentado uma universidade, sem nunca ter visto um daqueles laboratorios!

Mais adiante, repisando o mesmo tema da poesia popular, vem esta análise arguta: "Só a reflexão e a cultura, num estado superior de civilização, tardiamente, permitem estas distinções, abstrações sutis, tornando possível aos poetas cultos conceber "o verso em si mesmo" vazio de conteúdo e construir sobre essa noção quase algebrica toda uma arte complicada. Aliás, modernamente, apareceram poetas revolucionarios que, não sem boas razões, quizeram voltar á concepção primitiva, acabando com as divergencias e disparidades entre o ritmo do verso e o movimento e sintaxe do conteúdo condenando os "enjambements". (3). Isto era escrito ali por volta de 1924, menos de dois anos depois da Semana de Arte Moderna, quando todos os "velhos" se enfuriavam de injuria em riste contra os modernos. Aliás, já acentuei em outro lugar — e a ela voltarei mais tarde — a atitude serena de Amadeu, serena e impar se não fosse João Ribeiro, em face do movimento que tanta transformação traria á cultura intelectual brasileira. Não foi graças a Amadeu, quando seu diretor, que o moço Mario de Andrade, desconhecido de todos, pôde colaborar, pela primeira vez, na austera, classica, parnasiana, academica Revista do Brasil?

Um fato que pouca gente conhece: foi Amadeu quem se lembrou da fundação em São Paulo de um museu de folclore. No Ipiranga existia muita coisa etnografica de mistura com objetos de historia, de zoologia, de botanica, etc. Amadeu pensou numa instituição organizada com metodo e exclusivamente destinada ao folclore. Enquanto esperava vencer a impermeabilidade oficial, para esses assuntos, chegou a iniciar a colheita de materiais. Pediu aos amigos daqui e do interior que lhe arranjassem, pois tais objetos estavam desaparecendo, brucacas, canastras de couro cru, marchetadas de tachinhas, catres, potes, rosarios de contas de lagrimas, pitos de barro com caretinhas, tripeças, santos

(1) "A Poesia Nativa do nosso Povo" — "O Estado de S. Paulo", 9, 16 e 23 de outubro de 1925. Ver pg. 95.

(2) *Ib. ibd.* — Ver pg. 95.

(3) V. nota á pag. 169.

de barro, chinelas "cara-de-gato" e outros para o Museu de Folclore (1).

Aí, por volta de 1916, que ele começou a interessar-se pelo folclore. Data daí a aquisição das primeiras obras sobre o assunto, inclusive a de Sebillet, que lhe incutiu o entusiasmo que nunca arrefecerá. Datam daí os primeiros capítulos de "O Dialeto Caipira", publicados na Revista do Brasil (2). O folclore seria mais tarde o seu refugio espiritual quando deixou definitivamente de fazer versos. Mas só em 1920 esses estudos tomaram um caráter metodico, como ele proprio o declara na "Poesia da Viola", que é, se não me engano, fora "O Dialeto Caipira", publicado nesse ano de 1920, o seu primeiro trabalho folclorico de folego. Foi proferido, em forma de conferencia, em São José do Rio Pardo, em junho de 1921 (3). Logo a seguir, veio-lhe a idéa de preparar "O Cancioneiro Caipira", e a conferencia seria fragmentada, para constituir capítulos diferentes daquele livro. De fato, em outubro desse mesmo ano, publicava ele no "Estado" partes dessa conferencia, como sendo capítulos de "O Cancioneiro Caipira", "em preparo". Esses capítulos traziam os nomes: "Poesia do Viola e Poesia da Viola" e "Flores do Campo e Versos do Povo", respectivamente (4). Em novembro, porem, a pedido dos dirigentes do Asilo de Invalidos Padre Euclides Carneiro, de São José do Rio Pardo, em beneficio do qual fôra a conferencia proferida cinco meses antes, consentiu Amadeu em que o trabalho se imprimisse para ser vendido ainda em beneficio daquela instituição. Isso o decidiu a deixar intacta "A Poesia da Viola", com varias correções, mas sem nenhuma mudança ou transposição do texto, como parte do futuro "Cancioneiro Caipira" (5).

Nesse mesmo ano de 1921, entregamo-nos os dois a uma intensa atividade folclorica. Amadeu animou-me com a idéa de fazermos juntos o "Cancioneiro Popular". Só Deus sabe o que isso foi de incentivo aos meus sonhos de vinte e um anos. Amadeu redigiu então aquela pequena circular solicitando "colher ou fazer colher, por pessoa idonea, alguns versos desses que correm no seio do povo, entre adultos ou crianças, sejam em quadras, sejam em qualquer outra disposição".

Impressa essa pequena circular, enviamos, ora assinada por ele, ora assinada por mim, a todos os correspondentes do "Estado" e a outras pessoas nossas conhecidas.

(1) Só em 1935, o Departamento de Cultura retomou o encargo de Amadeu, a favor de um museu de folclore. Mario de Andrade e seus colaboradores recolheram muito material, inclusive de Musica. Mas expulsos do Departamento aqueles que o fizeram, esse material foi qualificado pelo Prefeito de S. Paulo — é textual — como "bugigangas". Ultimamente, o Museu do Ipiranga, durante anos emperrado por uma rotina desanimadora, dirigidô hoje por Sergio Buarque de Holanda, auxiliado por Herbert Baldus, volta a preoccupar-se seriamente com o material folclorico.

(2) Vol. III, ns. 9 e 10, setembro e outubro de 1916. "O Dialeto Caipira" será o segundo volume das Obras Completas de Amadeu Amaral.

(3) V. pg. 63.

(4) "O Estado de S. Paulo", 10 e 18 de outubro de 1921.

(5) "A Poesia da Viola" foi impresso em 21 de novembro de 1921. A 24 do mesmo mês, antes de ser distribuido o pequeno livro, Amadeu publicava no "Estado" um fragmento, o que val da pagina 53 a 61, do mesmo trabalho.

O resultado desse esforço foram quase cinco mil contribuições que eu dactilografiei em duas vias, uma para ele, outra para mim. As minhas cópias, com anotações, dele e minha, parte a polícia numa de suas estúpidas incursões em minha casa levou também, parte emprestei a Mario de Andrade, com quem ficou durante cerca de dez anos, sendo-me restituída depois de sua morte, com novas anotações de Mario, preciosíssimas lotas que figuram ao lado das de Amadeu.

O entusiasmo despertado por esse trabalho levou-nos, os dois, a fundar uma "Sociedade de Estudos Paulistas", que se reuniu pela primeira e única vez no dia 8 de setembro de 1921. Dos estatutos, redigidos por Amadeu, constavam os seus fins: "facilitar e ativar todos os estudos relativos á historia, á geografia, costumes, linguagem, folclore e o mais que se referir á vida espiritual do povo paulista". Foram seus socios fundadores: Julio Mesquita, Clovis Ribeiro, Brenno Ferraz do Amaral, Otavio de Lima e Castro, José A. de Cerqueira Cesar Neto, Felinto Lopes, Monteiro Lobato, Manequinho Lopes, Cornello Pires, Léo Vaz, João Batista de Campos Aguirre, Vicente de Paula Vicente de Azevedo, Joviano Pacheco, M. Lopes Oliveira Neto, Roberto Moreira, Luis Correia de Melo, Hormisdas Silva, Nestor Rangel Pestana, Julio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral e Paulo Duarte. A directoria compunha-se de um presidente (Amadeu), um secretario (Roberto Moreira) e um tesoureiro (Paulo Duarte).

O nosso entusiasmo ante o resultado da colheita folclórica ditou-me a perpetração de uns artiguetes publicados em diversos lugares, principalmente no "Estadozinho" e os varios interessantissimos estudos de Amadeu publicados, principalmente no "Estado".

Vivemos esse ano de 1921 almoçando, jantando e dormindo folclore. As nossas palestras de madrugada, a caminho de casa, eram modas, rifões e ditos populares. Ceavamos e merendavamos quadrinhas e versos colhidos no interior por alguns correspondentes também contagiados da mania. Dentre eles, três havia que jamais esmoreceram. Foram o correspondente do "Estado" em Perdões, Francisco Damante, Tomé Teixeira, de Itapetininga e meu pai Herminio Monteiro Duarte, de Franca, aos quais devemos uma quantidade enorme de preciosissimos elementos que eles próprios colheram nas respectivas regiões. Nós mesmos, quando viajavamos, eu fazendo reportagens para o "Estado", e Amadeu, ou em férias, ou para realizar uma ou outra conferencia, não perdiamos tempo. Nunca voltavamos sem alguma coisa nova. Em maio de 1921, por exemplo, Amadeu passou uns dias em São Sebastião da Gramma, e daí me mandava uma carta que vale a pena transcrever:

"Paulo — Faça-me o obsequio de receber a minha quinsena no "Estado" e dá-la a Arcília. Depois, peça ao Ricardo mais cem mil réis e remeta-mos immediatamente para aqui, — digo immediatamente porque só permaneceréi neste lugar até o fim da semana, regressando para aí segunda-feira. Havendo aqui agente do "Estado", você pode arranjar a transferencia por ordem epistolar ou, se o tempo urgir, telegrafica.

E' favor dizer lá em casa que vou passando sem novidade e que espero noticias.

AMADEU AMARAL

Se a "Revista do Brasil" tiver saldo, como devia, mande-me um exemplar, e peça dois exemplares do numero que publicou o artigo do Bettencourt Rodrigues (março ou fevereiro) para dá-los ao Nestor, — isto logo (1).

Colhi hoje da boca de um violeiro afamado desta zona umas "modas" muito boas. Uma delas começa deste jeito:

Fui nascido e fui criado
como os peixe na água fria,
aprendi a tocá viola
na idade de quinze dia,
pra combatê com a sereia
naquela bonita lá;
Ela cantava de lá
eu de cá arrespondia;
ela cantava ligero
só pra vê se me vencia;
eu cantava suçegado,
numa volzinha macia.

Veja como isto sai, como isto corre! que ritmo arrastante! Nem o Paulo Setubal!

Lembranças aos companheiros e amigos — Nestor, Julinho, Anconas e mais algum que não desgoste de ter noticias minhas. Diga ao Amadeuzinho que estou esperando cartas dele e confiando no trato que fizemos. Até logo. Amadeu, 30-5-1921"

Foi este entusiasmo que lhe deu a idéia de fazer o projeto do nosso "Cancioneiro" ao mesmo tempo que tratava de uma segunda edição do "Dialeto Caiçara", publicado em 1920. Ambos deviam fazer parte de uma serie a chamar-se "Estudos Brasileiros" e a obra seria editada pela Sociedade de Estudos Paulistas.

Mas esta sociedade morreu logo, restando-nos apenas o animo para proseguir sozinhos. E a Amadeu um pequeno prejuizo financeiro, conforme se vê deste bilhete que me mandou de Caiçari, onde fôra em férias:

"Paulo — Como a nossa Sociedade de Estudos está gorada, peço devolver as mensallidades recebidas, ficando eu responsavel pelas despesas. Acho bom fazer isso logo, pois já lá se vão quatro meses sobre os recebimentos e não convem deixar isso sem solução. Peço tambem dizer ao Caetano, na "caixa" do "Estado", que me mande, com urgencia, os 200\$000 do mês passado. Regressarei na proxima semana. Muito obrigado por tudo, faço votos por que você e os seus tenham um ano de flores e de mel".

Se ainda hoje constitui ato de heroísmo manter-se um pequeno centro cultural, que dirá naquele já longe 1921, quando a politichinha organizava os seus falcatrueiros com o fim de abafar no nascedouro a candidatura de um Amadeu Amaral para deputado?

(1) Trata-se do artigo "Poesia do Povo e Poesia para o Povo", publicado no n. 68, da Revista do Brasil, março de 1921.

Apesar do malogro da Sociedade de Estudos Paulistas, que a incompreensão matou quase ao nascer, o nosso entusiasmo não estorpeceu. E Amadeu traçou o primeiro plano dessa obra que se chamaria "Estudos Brasileiros":

- 1 — Cancioneiro.
- 2 — a) — A Geografia do Dialecto Brasileiro;
b) — Varias etimologias;
c) — Língua de preto;
d) — Brasileirismos literarios.

Disso tudo, só ficou a materia que enche este volume de "Tradições populares", isto é, parte do "Cancioneiro" e um punhado de estudos avulsos.

Antes de publicar-se "O Elogio da Mediocridade", Amadeu seguiu para o Rio, a trabalhar na "Gazeta de Noticias". Al ficaria pouco, voltando quase três anos depois, para São Paulo. Durante esse tempo não perdemos o contacto um com o outro e esse contacto tornava-se mais assiduo ainda por causa do nosso folclore. Apesar de três anos decorridos desde quando começamos a nossa colheita, eu continuava recebendo contribuições de toda parte e dava contas a ele. E quando eu ia ao Rio, reuniamo-nos à rua dos Toneleiros, tal qual faziamos aqui à rua Antonia de Quelros. Mas, durante alguns meses, não falamos em folclore. Até que um dia, em novembro de 1923, recebi uma carta dele:

"Paulo — Saúde, paz e quattrini. Presta atenção: Estou preparando, enfim, em forma de livro, o vasto material folclórico que tanto me ajudaste a collgir. Darei, para começar, um volume de Poesia rustica (trovas, cantigas varias etc.) com prefacio, estudo e notas, e um volume de Trovas populares, com estudo e notas. A' proporção que tiver collhido mais material, irei preparando outros volumes, de versos, e tambem de lendas, estorias, proverbios, superstições, jogos infantis, pegas, lengalengas etc. Os volumes serão pequenos, para facilitar as reedições, os acrescimos e corrigendas, e tambem para facilitar a venda: coisa para cem ou cento e poucas paginas.

No primeiro volume, logo, faço referencia á tua dedicada, intelligente, operosa, silenciosa e majestosa cooperação. E' para te passar mei nos beiços, a fim de que continues a trabalhar no mesmo sentido. Façamos uma obra interessante, simpatica e que ainda ninguem fez nessa terra de ganhadores de dinheiro.

Outro ponto. Tratando-se de uma obra eminentemente paulista, que a São Paulo deve interessar mais do que a qualquer outra terra, eu gostaria de a editar ai, dando um volumito cada dois ou três meses, sob o titulo geral de "Arquivo Brasileiro de Folclore e Dialectologia". Achas isso possivel? E's capaz de dar alguns passos e assuntar? Vê lá; e escreve-me, mas sem grande demora porque preciso tomar uma resolução.

Adeus. Sempre ao dispor. Todo teu, Amadeu, 21-XI-23".

Crelo que visites todos os editores de São Paulo. Mas quem é que aceitaria editar os cadernos de estudos brasileiros "nesta terra de ganhadores de dinheiro"? Tenho convicção de que foi esse primeiro malogro que condenou novamente aquele velho projeto.

Amadeu voltou para S. Paulo e, muitas vezes, retornamos ao velho sonho. Ele sempre me dizia:

— Vamos juntando material e um dia organizaremos o trabalho.

De vez em quando, ele levava ao "Estado" um pequeno estudo folclórico. Só o que foi publicado daria mais de um volume. Na redacção do "Diário Nacional" para onde entramos juntos, no momento da sua fundação, ainda muito conversamos sobre a publicação do material folclórico, mas não me lembro de qualquer tentativa séria.

Tais percalços justificam bem as palavras de revolta ante a indiferença geral pelas nossas coisas que perdura hoje intacta, senão aumentada (1): "Os paulistas, gente famosa pelo seu intratável bairrismo, todo verbal ou verboso, são, na verdade, o indígena brasileiro que menos ama e acarinha o seu torrão" (2).

Os amigos de Amadeu não ignoram o seu antigo entusiasmo pela Academia Brasileira e pela Academia Paulista de Letras. Quando foi ele eleito para a primeira, conforme disse em outro lugar, Amadeu ficou como uma criança que tivesse ganhado um brinquedo. A sua grande ilusão fôra a Academia. Por isso mesmo, a sua grande desilusão.

Depois da posse, estava disposto a dedicar-se inteiramente a ela. Amadeu sonhava uma Academia inteiramente voltada para as letras, para a arte, entregue às pesquisas e ao estudo e ao trabalho de perquirir e publicar obras e documentos inéditos de grande interesse para a nossa vida intelectual e que jazem em arquivos e bibliotecas. Uma Academia tanto quanto possível alheia á humana miséria e aos entrechoques mesquinhos. Uma Academia alta, elevada e nobre, capaz de honrar o mérito com os esforços e os frutos que poderia dar. Possivelmente o próprio acontecimento da sua eleição contribuisse para alimentar e dar nitidez a esse sonho. Tivera ele como adversário, na eleição académica, Lauro Muller, homem de valor e, acima de homem de valor, político de prestígio. Como um pobre escritor provinciano, modesto e tímido poderia disputar uma vaga naquela cenáculo essencialmente mundano e sensível á situação temporal dos homens? Pois Amadeu foi eleito. Bons tempos em que ainda podia acontecer ganhar o poeta numa pugna entre o poeta e o político...

Logo, porém, entrando a sua intimidade, chocou-o fundamentalmente a vida fútil da Academia, a quem o brilho social atrala muito mais do que qualquer preocupação do espirito, menos aparatosa, mais obscura, embora mais fecunda.

Pobre poeta! Tomara por Juno apenas uma nuvem de faduidade, um centro fútil, surdo aos apelos generosos como aquele de tornar-se fulcro de pesquisas sobre o folclore brasileiro, um mélo cada vez mais invadido pela mediocridade, onde o

(1) Graças ao Departamento Municipal de Cultura, fundava-se em 1936, em São Paulo, a "Sociedade de Etnografia e Folclore" que, em outubro do mesmo ano, começava a publicar um boletim mensal. Eram alma dessa agremiação Mario de Andrade, diretor daquele Departamento, Claude Lévi-Strauss e Dina Lévi-Strauss, professores franceses aos quais, principalmente ao primeiro, a Universidade de S. Paulo e o Departamento devem inestimáveis serviços. Hoje, coitado do Departamento de Cultural Arrastase-se por aí minado pelos vândalos de todo genero.

(2) "Poesias, Contos e Lendas" — "O Estado de S. Paulo", 5 de junho de 1925. V. pg. 39.

titulo academico não passava de uma chave-mestra da pequena vaidade, ingresso permanente para a esteril agitação mundana e recepções oficiais. Despida de qualquer interesse pelas atividades culturais, a sua Academia pareceu logo tal qual era, prenunciando dias mais tristes, quando — Casa da Inteligencia — reformaria os proprios estatutos para, na mais lamentavel pantomima de bajulação que o Brasil viu no mais triste periodo da sua historia, acolher o lietrado que destruiu a inteligencia no Brasil! A isso, felizmente, Amadeu não assistiu. Preferiu morrer antes.

As primeiras desilusões, entretanto, não o desanimaram. Só em 1925, a Academia o golpeava diretamente com um novo desencanto. Foi quando proferiu o seu discurso "Folclore e Dialectologia" (1) propondo que uma comissão de brasileirismos, ali existente, ampliasse as suas atividades para o campo do folclore. Ao que parece, o discurso mexeu com melindres arrepiados de imortais pouco afeitos ao trabalho serio. Esse desagrado revela-se bem no segundo discurso que Amadeu proferiu, ainda em sessão ordinaria da Academia, logo a seguir. Um trabalho maior e mais profundo que publicou com o titulo "Uma Tarefa a Executar". (2)

De inicio, salienta com uma ponta de ironia, essa ironia de Amadeu Amaral, tão leve que mal roça o al-o, a esquisitice ou talvez a inoportuna idéia que tivera de lembrar à Academia uma tarefa que lhe parecera digna dela. Depois de pedir perdão pela "primeira imprudencia", volta a insistir no dever da Academia por tomar o encargo de intensificar os estudos folcloricos no Brasil... Nunca se julgou folclorista, por isso tivera aquela ousadia de propor, entre outras medidas absurdas, até a publicação de um boletim mensal de folclore. E, audaciosamente, incita aquele asilo da invalidez intelectual a pôr-se à frente do movimento. E chega ao ponto de externar o seu conceito sobre o que seja uma academia: "Mas é justamente para obras assim, dependentes do obstinado concurso de sucessivas gerações, que se fazem as Academias. Para as obras de invenção rapida e luminosa, que põem as personalidades em relevo magnifico, elas não são necessarias". (3)

Sempre o mesmo ingenuo Amadeu!

Em outubro desse ano, ante o mutismo em que se fechara a Academia, não dando nem andamento, nem atenção à proposta apresentada em maio, Amadeu lança em São Paulo a idéia de fundar-se uma sociedade de estudos demologicos. Refere-se ao seu esforço inútil junto aos imortais da praça de Santa Luzia: "A Academia, ou porque a minha molina eloquencia não lograsse move-la, ou porque a materia não lhe desperte nenhum entusiasmo, ou porque julgue que não lhe compete entrar nesse dominio, seja enfim pelo que for, nada fez nem fará no sentido indicado"

Nesse seu novo apelo (4), Amadeu tentava ressuscitar a nossa Sociedade de Estudos Paulistas, de 1921. Notavel esse trabalho

(1) Sessão de 23 de abril de 1925, discurso publicado em "O Estado de S. Paulo", 15 de maio de 1925. V. pg. 19.

(2) "O Estado de S. Paulo", 22 e 29 de maio de 1925. V. pg. 25.

(3) "Folclore e Dialectologia" — "O Estado de S. Paulo", 15 de maio de 1925. V. pg. 17.

(4) "O Estado de S. Paulo", 30 de outubro e 6 de novembro de 1925. V. pg. 50.

ainda hoje perfeitamente atual. As suas minúcias, as instruções que al estabelece parecem saldas da pena de um etnologo experimentado. Nada foi esquecido, o sistema, fins, a documentação a colher e modos de faze-lo, as subdivisões, tudo está previsto por meio de instruções precisas e perfeitas para as buscas de material e encaminhamento dos inqueritos.

Ante aquele pito bem passado, em outubro de 1925, a Academia, pesadona como uma tartaruga, deu dois passos preguiçosos. Um mês depois, a 5 de novembro, era aprovado um parecer favoravel á proposta feita em maio por Amadeu, documento do qual foi relator João Ribeiro, outro academico do mesmo cotofo do primeiro (1).

Na aprovação platonica e inocua desse parecer ficaram o apoio e os esforços da Academia Brasileira de Letras em favor da generosa idéia de Amadeu...

Outras manifestações deu ela, sim, mas de ordem diferente, como passamos a ver.

Em 1931, a Revista da Academia Brasileira começou a publicar alguns dos trabalhos folclóricos que Amadeu dera anos antes a "O Estado de São Paulo". Dentre eles, o denominado "Por que não formar uma sociedade demologica em São Paulo?", a que atrás se referiu, e saldo naquele jornal em dois rodapés, a 30 de outubro e 5 de novembro de 1925.

Logo no inicio desse trabalho interessantissimo, havia um

(1) E' o seguinte o parecer redigido por João Ribeiro:

"A Academia de Letras apresentou Amadeu Amaral, publicista e poeta, uma proposta para que ela se constituísse órgão de concentração dos estudos folclóricos brasileiros.

Realmente, ha Intelia falta de convergencia e de disciplina dos esforços daqueles que estudam as nossas tradições populares.

As lendas, os mitos nacionais, a poesia, o romancello e as superstições, as rondas, jogos e cantigas infantis têm sido colhidos da tradição oral, sem inventario metódico, sem a comparação e cotejo das suas variantes que se perdem em todo o vasto territorio brasileiro; e assim sucede por falta de um aparelho receptor adequado a tamanha riqueza desordenada e incoerente.

Em São Paulo, ha alguns anos, promoveu Amadeu Amaral essa obra de cultura e de arte de que ainda carecemos, quando outros paises latinos da America, a Argentina e o Chile, conseguiram já resultados apreciaveis.

Desta vez, a elegancia das suas palavras, a solidez dos seus argumentos, o calor e o entusiasmo comunicativo das suas idéias parecem ter convencido os mais incredulos de que é preciso lançar os fundamentos definitivos da nossa cultura tradicionalista.

Na Academia, ha alguns folcloristas notaveis e fora dela não escasseiam os que realmente produziram contribuições valiosissimas.

Dessa produção esparsa e desigual, ha muito que aproveitar, mesmo naquelas que a fraude e a 'magnificação inventiva deturparam impiedosamente.

Defeitos de tal ordem reclamam a critica severa que sabe respirar, escolher e joelrar, apurando a verdade, escoimando-a de interpolações absurdas e inconscientes.

Como, porém, instituir essa critica sem o concurso de um órgão disciplinador e capaz?

Essa tarefa, pensa Amadeu Amaral, cabe á Academia.

No seu estilo harmonioso e fluentissimo propõe Amadeu Amaral a concentração dos estudos do folclore na Revista da Academia, tão pouco divulgada.

E' uma idéia encantadora e feliz que dará maior interesse a

trecho que saiu no "Estado", no artigo transcrito (1). E' aquele em que Amadeu, depois de referir-se ao seu apelo á mesma Academia para centralizar os nossos estudos de folclore, lamentava:

"Mas a Academia, ou porque a minha mofina eloquencia não lograsse move-la, ou porque a materia não lhe desperte nenhum entusiasmo, ou porque julgue que não lhe compete entrar nesse dominio, seja enfim por que for, nada fez nem fará no sentido indicado. E' pena, a mim me parece, porque nenhuma associação estaria mais nos casos de preencher a lacuna indicada", etc.

Pois, ao transcrever, em 1931, o trabalho de Amadeu, quando este já morto, a Revista da Academia Brasileira, numa flagrante demonstração de mediocridade e até de desonestidade intelectual, por... todo esse trecho de leve, delicada e justa censura! Mais deselegante ainda aparece a falta, quando a mesma revista publicara trabalhos anteriores logo depois de feitos, ainda em 1925, época em que saia a critica de Amadeu. Este artigo em que ele a admoestava pela sua indiferença, em lugar de responde-lo justificando-se, preferiu desconhecê-lo até a morte do seu autor, só então publicando-o com a reprovavel mutilação acima citada.

Nada de admirar, pois, que muitos outros trabalhos de Amadeu transcritos de "O Estado de São Paulo" o tenham sido feito sem a menor referencia ao jornal que os publicara anos antes, passando como ineditos ao serem reproduzidos naquela revista. Além dessa falta de etica imperdoavel tratando-se do órgão official de um cenaculo, em principio, de intellectuais, houve outras incorrecções ao serem dados varios trabalhos de Amadeu Amaral naquela revista. Dentre eles, estudos que saíram com titulos de outros

esta publicação, cujas paginas ficam ordinariamente absorvidas pela oratoria academica.

Como faz observar Amadeu, o folclore exige vasta colaboração de todos os pontos do País, de coletores e tradicionalistas nem sempre educados nos verdadeiros metodos: por isso mesmo necessita um órgão de expressão comum, benevolo, acolhedor, mas disciplinado na erudição e nos conhecimentos tecnicos indispensaveis.

A tarefa pode parecer ingrata; mas, como observa Amadeu Amaral, sem esse trabalho impessoal e continuo, que transcende mesmo os limites de mais de uma geração, não é possível edificar em terreno solido e definitivo. "Porque (diz ele) a magnitude e o esplendor do genio estão sempre na proporção do trabalho anterior, impessoal e cooperativo dessa multidão de formigas que "não fazem nada, mas possibilitam e preparam tudo".

Não se poderia dizer melhor.

O proprio folclore em si mesmo é uma preparação organica, espontanea e anterior de toda a arte, de toda a ciencia e de toda a cultura.

Para empregar uma expressão que a psicanálise hoje vulgarizou, o folclore é o subconsciente do espirito. Nada podemos, nada sabemos sem esse estímulo primitivo, que muitos desconhecem, outros maltratam, comprimem ou sufocam sem exito e sem possibilidades de exito.

O que vem á tona é sempre em cada individuo o resultado fatal da sua profundidade ancestral, acumulada na raça e na historia.

Estudando o folclore, estudamos a nossa porção invisivel que é, todavia, a que mais prepondera em nossos destinos. — (aa) João Ribello, Gustavo Barroso".

(1) "O Estado de S. Paulo", 30 de outubro de 1925.

estudos, ensaios incompletos e truncados como a excelente serie sobre paremiologia etc. (1).

Não é á-toa que Amadeu apenas fugazmente colaborou em aludida revista (2), restringindo-se quase que exclusivamente aos discursos que ali pronunciou, não todos, e a um parecer. Só em fins de 1931, dois anos depois da sua morte, a Revista começou a publicar alguns dos seus trabalhos, da maneira atabalhoada e até pouco lisa, como ficou claro atrás. Quando ela poderia perfeitamente (e isto até lhe cabia) ter reeditado por inteiro a obra notavel deixada por Amadeu Amaral, já em livros, já nas paginas da sua revista que, no dizer de João Ribeiro, "ficam ordinariamente absorvidas pela oratoria academica". Desillusão postuma que atingiu nem só Amadeu mas tambem mela duzia dos seus membros que lograram deixar obras de valor, como o proprio João Ribeiro.

Houve, porém, mais uma desillusão, a ultima desillusão que teve Amadeu da sua Academia.

Em 1925, deu-se o julgamento do concurso de poesia, ao qual foram apresentadas varias obras publicadas em 1924. Constituiu-se a comissão de Medeiros e Albuquerque, relator, Augusto de Lima e Rodrigo Otavio. Este, partindo para o estrangeiro, substituiu-o, á ultima hora, Amadeu. O premio foi concedido antes da entrada de Amadeu, a dois candidatos: Prado Kelly e Aristeu Seixas. Amadeu assinou o parecer com restrições:

"Devo consignar as minhas duvidas sobre a legalidade da divisão do premio. Quanto ás menções honrosas, se não tivesse

(1) Os primeiros capitulos de "Paremiologia" foram publicados, em 1925, em "O Estado de S. Paulo": 20 e 28 de novembro; 5, 28 e 30 de dezembro. Só, em 1929, Amadeu retomava o assunto: 10, 17 e 24 de maio; 7 e 28 de junho. Este o seu ultimo trabalho folclorico publicado em vida, pois falecia quatro meses depois.

(2) Consta sua colaboração apenas de 14 trabalhos, durante dez anos de vida academica. Neste numero incluidos os discursos feitos em sessões da Academia, inclusive o de recepção e ainda um parecer de que foi relator.

Ela, pormenorizadamente, a colaboração de Amadeu e referencias sobre Amadeu, na revista da Academia Brasileira de Letras.

Vol. XI, n. 21, janeiro-março, 1922 — Discurso de recepção na Academia. (Amadeu foi recebido em 14 de novembro de 1919).

Vol. XIII, ns. 25-26, janeiro-junho, 1923 — "Poesia de ontem e de hoje"

Vol. XIV, ns. 27-28, dez. 1923 — "Gonçalves Dias" (Lido na sessão comemorativa do centenário do poeta, em 10 de outubro do mesmo ano).

Vol. XVI, n. 33, set. 1924 — "A Pedro Alvares Cabral" (Poesia em colaboração com diversos).

Vol. XVIII, n. 43, julho, 1925 — "Folclore e Dialectologia", pg. 523; "Notas e Reminiscencias" (Bilac), pg. 555.

Vol. XIX, ns 45-46, julho-outubro 1925 — "Bilac" (5.º aniversario da sua morte), pg. 78; "O Padre Rousselot", pg. 145; "Uma Tarefa a Executar", pg. 25; "Poesias, Contos e Lendas", pg. 314.

Vol. XX, n. 51, março 1926 — "Olavo Bilac" (Lido a 5-3-1926 na sessão comem. do 7.º an. de sua morte).

Vol. XXI, n. 54, junho 1926 — Carta a Medeiros e Albuquerque sobre o premio de Poesia. Parecer da Comissão de Teatro.

Vol. XXVI, n. 75, janeiro-fev., 1928 — "Euclides da Cunha" e a Cam. Munic. de S. José do Rio Pardo".

Vol. XXX, ns. 89-92, maio-agosto, 1929 — "Machado de Assis", pg. 353.

entrado á ultima hora na comissão, occupando a vaga de Rodrigo Otavio, ausente do País. eu talvez propusesse algumas cutras notadamente a Rodrigues de Abreu, autor da "Sala dos Passos Perdidos". Com estas e outras restrições, assino o parecer, confiando no alto juizo do eminente relator e no voto final da casa. Amadeu Amaral".

O academico Gustavo Barroso, ao ser discutido o parecer, pede vista e discorda dele, propondo fosse o premio dado a Raul Machado.

A Comissão replicou, com grande vantagem, salientando mais o tom pouco cortés do academico dissidente. A maior parte do livro de Raul Machado havia sido publicada anteriormente a 1924, o que, portanto, desrespeitava as regras do concurso e continha apenas 38 sonetos, 4 poesias e mais 15 paginas de elogios ao autor, dentre os quais o do proprio academico Barroso, que se tornava, pois, suspeito para discutir a questão.

A Academia, porém, deu razão a uma das restrições de Amadeu: aquella sobre a legalidade da divisão do premio. A comissão assim deliberou fosse ele concedido a Prado Kelly, passando Aristeu Seixas a figurar entre as menções honrosas.

Poi quando intervem no incidente outro academico, sr. Afonso Celso, o qual para resolve-lo propõe que o premio seja concedido... a Bastos Tigre, autor de uma cartilha das mães ou coisa parecida e que protestara por não ter sido classificado em primeiro lugar... E a Academia aprova esta proposta! Ha protestos veementes da comissão, salientando aquele precedente inad-

Aqui termina a colaboração publicada em vida de Amadeu.

Vol. XXXI, n. 90, dez. 1929 — Discursos "in memoriam": de Alfredo Pujol, pela Acad. Bras.; Spencer Vampré, pela Ac. Paul. e A. M. Torres. Um artigo transcrito do "Jornal do Comercio", do Rio, e artigo de João Ribeiro, transcrito de "O Estado de S. Paulo".

Vol. XXXII, ns. 97-98, jan.-fev. 1930 — Sessão da Acad. Bras. em homenagem a Amadeu e a Luis Murat. Discursos de Medeiros e Albuquerque, Alberto de Oliveira, Roquette-Pinto, Augusto de Lima e João Ribeiro. E á pag. 209, reprodução de um soneto de Amadeu que figurava no discurso de Roquette-Pinto publicado com varios erros.

Vol. XXXIV, ns. 105-108, set.-dez. 1930 — Discurso de Aitino Arantes, sucessor de Amadeu na Academia Paulista, ao tomar posse da cadeira.

Vol. XXXVI — (Este vol. começam as transcrições de artigos de Amadeu sobre folclore e publicados em "O Estado de S. Paulo") — "Um Pouco de Proverbios e Riffsões" (n. 116, p. 403). No mesmo vol.: "A Poesia Educativa de Amadeu Amaral", conf. de Guilherme de Almeida, seu sucessor na Academia Brasileira, feita em São Paulo, na Soc. de Cultura Artistica. (n. 114, pg. 147).

Vol. XXXVII, ns. 117-120, set.-dez. 1931 — "Os ditados que de fato se dizem", pg. 5; "Mais algumas notas paremiologicas", pg. 115; "Adivinhas e outros problemas", pg. 481.

Vol. XXXVIII, ns. 121-124, jan.-abril, 1932 — "Paremiologia", pg. 5; "Paremiologia", pg. 148; "Paremiologia", pg. 285. No mesmo numero uma poesia de Antonio Sales sobre Amadeu.

Vol. XXXIX, ns. 125-128, maio-agosto 1932 — "Liberdade", palestra feita na Associação Cristã de Moços, em julho de 1929.

Vol. LI, n. 173, maio 1936 — "Paulo Eiró", pg. 57.

Vol. LXIV, jul.-dez. 1942 — Inauguração do retrato de Amadeu na Acad. Brasileira. Discursos de J. C. Macedo Soares e Aitino Arantes. Poesia sobre Amadeu, de Guilherme de Almeida e "O Humour na obra de Amadeu", de Sud Mennucci.

missivel aberto pelo protesto do autor da cartilha das mãos. Medeiros e Albuquerque é visitado por membros da Academia encarregados de dar-lhe satisfações. E, como relator que fôra da parecer, escreve uma carta, em que, depois de analisar o incidente, subscrive "In totum" outra enviada por Amadeu, demittindo-se este irrevogavelmente de todas as comissões de que fazia parte. Creio ter sido a carta mais violenta que Amadeu redigiu em toda a sua vida (1).

Nada adiantou. A lição não teve nenhum proveito para a Academia que manteve a sua decisão a favor do candidato Estos Tigre.

(1) E' a seguinte a carta de Amadeu Amaral:

"Rio, 28 de janeiro de 1926. — Meu caro Medeiros e Albuquerque.

Nesta data escrevi a Coelho Neto declarando que me exonero dos cargos que occupava na Academia, e isso irrevogavelmente.

O motivo, sabe o meu caro amigo qual é. Como membro da Comissão de poesia, de que V. foi o sereno, competente e justiceiro relator, não posso deixar de ver na votação desta tarde uma solene, formal, indistincta desconsideração para com os signatarios dos laudos que V. redigiu.

O primeiro laudo concedia o premio a dois candidatos. Essa conclusão foi combatida, alegando-se que o premio não podia ser dividido e que os contemplados não o mereciam. Não concordando com a critica, mas reconhecendo que o premio era indivisivel, a Comissão, logicamente, propôs que elle fosse outorgado áquele dos dois autores já destacados, que lhe parecia ser o mais forte.

E' claro que o juizo da Comissão podia ser discutido e clarissimo que o plenário tem o direito de dissentir das comissões. Mas a Academia não discutiu coisa alguma. A Academia, provavelmente, excetuada a Comissão e mais alguns de seus membros, não se deu ao trabalho de ler sequer os três ou quatro livros sobre os quais versaram as divergencias. Entretanto, ouviu o novo laudo da Comissão, ouviu a proposta do sr. conde de Afonso Celso, que se apartava tanto do laudo como da critica que lhe fôra feita e, discricionariamente, optou pela ultima.

Foi uma deliberação tomada em confiança, e essa confiança não recaiu na Comissão. A Academia encarregou-nos de um trabalho que não solicitamos, ao qual, ao contrario, procuramos esquivar-nos, trabalho arduo, ingrato, desagradavel. Nós nos desempenhamos dessa tarefa com toda a boa vontade... e todas as fadigas. Quando vamos prestar contas á Academia da obrigação penosa que ella nos impusera, a Academia dá-nos uma risada na cara, atira o nosso parecer para debaixo da mesa, e premia um livro diverso — apenas porque um illustre academico lhe asseverou que esse livro é o que merecia o premio!

Não se poderia exigir caso mais tipico de desconsideração, agravada por um inludivel vexame. Vale por uma destituição em regra. Devo, pois, á Academia o cargo que ella me forçara a aceitar, e com elle os outros cargos, que ella me confiara, decerto, para ter o prazer de me desautorar e vexar em cada um deles, paulatinamente.

Tendo de partir depois de amanhã, para S. Paulo, onde me demorarei até fins da semana proxima, aqui lhe deixo esta carta, que V., se fór á Academia, quinta-feira, me fará o favor de ler em sessão, caso isto, no seu claro criterio, lhe pareça conveniente.

Disponha sempre do seu velho admirador — Amadeu Amaral".

Depois disso, cessou inteiramente a colaboração de Amadeu na Revista da Academia e na própria Academia.

Ante a impossibilidade de fazer-se compreendendo, Amadeu, poeta insatisfeito, desgostoso consciente ou inconscientemente do retrocesso de sua poesia que de "Espumas", quase simbolista, passara a "Lampada Antiga" classico, proximo do parnasianismo, e até do romantismo, abandonou definitivamente as musas e entregou-se ao folclore.

De fato, publicada "Lampada Antiga", em 1924, talvez nunca mais tenha feito versos. Dentre os seus originais ineditos, ha varios volumes de prosa, ha muito retalho de folclore e de literatura infantil, mas foi encontrada uma poesia apenas, esta mesmo incompleta e muito velha, a julgar pela tinta e pelo estado do original. Dentre aqueles originais ineditos perfeitamente organizados para livro, um até em provas (Politica Humana).

Pelo que se pôde encontrar de sua obra folclorica, vê-se que fora organizada tambem para publicação, mas quase tudo se perdeu, apenas algumas folhas numeradas se encontraram de seus artigos colados e corrigidos. Amadeu dedicara os ultimos anos aproveitando o material que colligimos juntos e outros que lhe vieram diretamente no seu derradeiro periodo de vida e la, publicando os trabalhos, nos rodapés das sextas-feiras, no "Estado". Só dois deles ineditos foram encontrados, um em manuscrito e outro dactilografado. Ambos incompletos, mutilados. O primeiro, três folhas apenas, traz o titulo "O Popular em materia folclorica", sal agora neste volume de "Tradições Populares" (1).

O outro, um precioso trabalho, perdeu-se quase inteiro: "Superstições do Povo Paulista".

Lamentavel a pouca quantidade de notas recolhidas do naufragio dos seus papeis. Sobre folclore quase nada se teria salvo se não tivessem sido publicados na imprensa periodica, principalmente no "Estado" (2). A coleção de quadrinhas, adivinhas, ditos populares, estorias, rifões, frases feitas etc., que juntos organizamos, tudo se teria perdido completamente se eu não tivesse conservado copia de uma parte. Grande quantidade, porém, desapareceu.

Em seus papeis encontrei apenas um trecho de "Superstições do Povo Paulista". Um pedaço, a parte final do capitulo VI, muito corrigida com a sua letra: O Homem — Alimentação, vestimentas — Miscelanea. Divide-se em subcapitulos numerados, com algarismos romanos, periodos indicados por letras e paragrafos numerados com algarismos arabicos. Este subcapi-

(1) V. pg. 13.

(2) Felizmente a sua paixão pelo folclore, aguçada nos ultimos anos de vida, fez que ele publicasse no mesmo jornal muitos estudos antigos que jaziam, há longos anos, na gaveta. E' o que se verifica, por exemplo, em "A Poesia Popular de S. Paulo", iniciada em 1924, terminada em 1925 e só publicada em abril-maio de 1929, quer dizer, apenas cinco meses antes de sua morte. Só um trecho da primeira parte do trabalho salu no "Estado", em 27-12-24 e reproduzido na "Revista do Brasil": Vol. XXVII, pg. 84, janeiro de 1925, fasciculo 109.

tulo começa com o período "t", paragrafo 53. Vai até a letra "v", paragrafo 78 incompleto. A parte deste unico capitulo salvo, relativa ao homem paulista, perdeu-se toda com um trecho sobre a alimentação; acha-se completa a parte relativa a vestimentas, faltando um pedaço do que ele qualificou "Miscelanea".

Deve ser um trecho feito pouco antes de sua morte, pois se achava dactilografado no verso em branco de circulares impressas enviadas pelo "O Estado de S. Paulo" aos seus agentes e correspondentes no interior. E estas circulares tinham a data de 18-10-28 (Amadeu morria em novembro de 1929). O original remanescente, nove folhas exatas, acha-se todo corrigido, a lapis e a tinta, letra de Amadeu. Vê-se que era trabalho em acabamento, destinado aos seus rodapés semanais. Reunido ás três primeiras partes, sai publicado como fecho de "Tradições Populares".

Ha muitos anos Amadeu tomava notas para esse trabalho que, pela parte concluida, embora ainda não revista e corrigida definitivamente, se revela, quanto a estudos folcloricos, como um dos mais completos saídos de sua pena. Seria o ciclo da vida do paulista, através do folclore. A primeira parte, "O Homem", é a unica que redigiu, embora incompleta, composta de quatro capitulos: Geração, nascimento e batismo; Infancia; Juventude, amores, casamento; Alimentação, vestimentas, miscelanea. A segunda parte seria "A Casa", de que deixou apenas notas, embora numerosas. Essas notas demonstram que a redação da primeira parte não passava de outras tantas notas mais desenvolvidas num primeiro esboço do trabalho, por é grande o numero de apontamentos principalmente do folclore europeu que deveram ser aproveitados, numa especie de estudo de folclore comparado que não chegou a ser feito. A terceira parte, e talvez ultima, seria "Doenças e Morte". Desse esquema falou-me ele certa madrugada quando saíamos do "Diário Nacional", á cata de um restaurante, para cear. Tratava-se de um ciclo completo de superstições populares de São Paulo que acompanhavam o paulista do nascimento á morte. Um estudo que ultrapassava os limites folcloricos avançando pela sociologia a dentro. Isso ele me descrevia em quase pormenores e lamento não ter prestado sufficiente atenção ou não ter tomado notas, pois só ao encontrar os seus originaes incompletos é que senti a falta de minucias descritivas desse curiosissimo trabalho de que apenas uma parte poderemos hoje conhecer. Lembrc-me que a conversa durou até o restaurante "Correio", onde passamos mais de uma hora. Creio que foi um episodio que ai se deu, a causa de não me ter esquecido desse fato. O restaurante "Correio", á avenida S. João, ao lado do Conservatorio, era muito frequentado pelo meu grupo do "Diário Nacional": Paulo Nogueira Filho, Sergio Millet, Mario de Andrade, Couto de Barros, Tacito de Almeida, José Mariano Camargo Aranha, Rubens de Moraes, Antonio de Alcantara Machado etc. De modo que, logo ao chegarmos, com a intimidade de velho conhecido, me dirigi directamente á cozinha, onde se encontrava o dono, enquanto Amadeu tomava uma mesa no fundo da sala comprida. Na cozinha, dei com uma enorme travessa de rãs que um empregado preparava para a vitrina-geladeira, ao lado do balcão. Conhecendo

Amadeu, encomendei um bom prato daquelas rãs, mas pedi ao Bongiovanni, dono do restaurante, que partisse os bichos em quatro, de modo a não apresentarem aquele aspecto de criança em miniatura, que torna as rãs de fácil identificação. Quando me sentei, disse a Amadeu que já havia encomendado um excelente prato:

— Borrachos á provençal...

Amadeu fez aquela cara sorridente, acompanhada de um riso silencioso, sinal de satisfação que os seus íntimos conheciam bem.

Um quarto de hora depois, vinham as rãs irreconhecíveis, perfeitamente identificáveis, salvo a cor clara demais da carne, com os meus anunciados filhotes de pombo. Comemos como dois esganados. Saímos juntos a pé até á praça da Republica, onde tomamos um taxi. Ambos nos sentíamos admiravelmente. Antes de descer, á ru. Maestro Cardim, onde eu morava, seguindo ele rumo de sua casa, á rua Bela Cintra, eu, já fora do taxi, perguntei-lhe:

— Você sabe o que comemos, ha pouco, no "Correio"?

— Pois não foram pombos? Interrogou-me inquieto.

— Não, foram rãs, que você ha dias classificava como sendo comida de bugre e não de gente...

Lembro-me como se fosse hoje a cara de repugnancia, empertigando um pouco o busto para trás, os labios apertados, que ele fez. E eu rematei, quando o taxi já se punha em movimento:

— Mais um elemento para as superstições do povo paulista...

Três dias Amadeu deixou de aparecer no jornal. Por uma de suas filhas, soube então que se achava doente, tremenda indisposição provocada por uma porcaria que eu o fizera comer...

E' de calcular, pois, a emoção que tive ao encontrar cerca de vinte anos depois, dentre os seus manuscritos, o esboço da primeira parte do trabalho, cujo assunto me ficara gravado na memoria mercê do pequeno incidente das rãs á provençal. Emoção igual á que senti, quando classificando os seus papéis del com uma emenda numas paginas de "Terra de Sol", onde ele publicara "Os estudos folclóricos no Brasil". E, nessas paginas amarellecidas, topel, numa corrigenda com a letra de Amadeu, o meu nome citado dentre os poucos que, áquele tempo, se entregavam aos estudos folclóricos entre nós. Cheguei mesmo a procurar, no meio daquelas notas, qualquer referencia ás rãs, mas não encontrei nada.

Voltemos ao fio, para concluir.

Os derradeiros anos de sua vida foram, pois, dedicados quase exclusivamente ao folclore. Estava aproveitando o enorme acervo amalhado durante pelo menos onze anos. Esse material profuso, organizado, cheio de notas desenvolvidas, como dissemos, desapareceu quase todo. O que ficou dá apenas uma idéia do que se perdeu. E' que entre a morte de Amadeu, em 1929, e o primeiro cuidado metódico para com sua obra em vias de publicação decorre um longo prazo de quase vinte anos. Os seus papéis ficaram, primeiro, sob a guarda do seu filho, cuja vida mais ou menos inquieta e errante não permitia a continua

vigilância sobre aquele precioso arquivo. Enfermou-se gravemente este filho e veio a morrer. Os papéis, ou o que deles restava, passaram para as mãos de uma filha que também adoeceu. Ficando o acervo literário de Amadeu, mais ou menos abandonado, à mercê da poeira, da umidade, dos insetos. Quando, finalmente, se pôde cuidar desses documentos, a maior parte estava deteriorada ou desaparecida.

Os originais do "Cancioneiro Caipira" praticamente pronto, por onde andarão?

Na última nota a "A Poesia Popular de S. Paulo", e publicada em "O Estado de S. Paulo", em maio de 1929, cinco meses antes de sua morte, ele mesmo afirma que tal trabalho constitui "uma espécie de introdução a uma larga coletânea de versos que possuímos e continuamos sempre a aumentar, e que talvez tenha o seu dia de vir à luz em volume: "O Cancioneiro Caipira" (1).

O pouco dessa larga coletânea que resta é o de que ficou cópia em meu poder. De qualquer maneira aí está o que pôde ser salvo, começando-se agora a sua publicação, saldando os editores uma dívida que o passado tinha para com São Paulo e com o Brasil. Dívida de cujo resgate foram incapazes os responsáveis mais diretos: as academias a que ele pertenceu e honrou.

Mercê de um acaso propício, muita coisa fôra publicada em jornais e revistas. Há evidentemente uma enorme dificuldade em reunir tudo. Mas os paulistas atenderam ao apelo, que lhes dirigi nesse sentido, de uma maneira comovente. Recebi contribuição de todos os recantos do Estado. Muitos não hesitaram em desfazer-se de edições esgotadas, manuscritos preciosos, exemplares insubstituíveis, enviando tudo isso para a organização das obras completas de Amadeu Amaral (2). Da parte folclórica, por

(1) "Poesia Popular de S. Paulo" — "O Estado de S. Paulo", 13-5-1929. V. pg. 123.

(2) Com os agradecimentos da Editora e do organizador das Obras Completas de Amadeu Amaral, deve-se registrar aqui a colaboração que deram, já com informações, já com recortes, livros, jornais, revistas, cópias e até originais manuscritos do grande escritor, as sras. Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, do Rio de Janeiro, Lita Prado Freire e Maria Barbosa de S. Paulo, Tita de Oliveira, de S. João da Boa Vista e Rosa Del Palacio, de Itu, e os srs. Roberto Moreira, Luis Correia de Melo, Rubens do Amaral, Ernestino Lopes da Silva, Jonas Rolim de Arruda, Paulo Teixeira de Carvalho, dr. Tiago Masagão, Lambertô Baguette, dr. João Batista Sampaio, Odilon Cesar Nogueira, Abelardo Vergueiro Cesar, Paulo Magalhães, O. Pupo Nogueira, Mario de Sampaio Ferraz, Amadeu Nogueira, Plínio Barreto, Ibanez Sales, A. B. Machado Florence, Ulisses Paranhos, Bento de Abreu, Sampaio Vidal, Christiano Altenfelder Silva, Aureliano Leite, Juarez Lopes, Ranulfo Pinheiro Lima, Orlando Costa, Ernesto Cerf, de S. Paulo; Daniel Bicudo, de Santos; dr. Manuel Viotti, do Rio; Francisco Luis Gonzaga, Homero Dantas, de Capivari; Scylas Leite de Sampaio, de Indaiatuba; Pontoura Costa, Otavio Damiano, Enéas Camargo, de S. Carlos; José Correia Gomes, de Matão; Lafayette Carvalho de Toledo, de Araraquara; Alfredo Palermo, de Franca; Renato Cabral Neves, de Pereira Barreto; Osório Faleiros de Mello, de Barretos; e José Feliciano de Oliveira, de Paris.

Não se pode esquecer ainda o auxílio precioso oferecido pela "Folha da Manhã" e "Folha da Noite" e "O Estado de S. Paulo", publicando o apelo feito para que aqueles dados fossem enviados, nem tampouco, é óbvio, a permanente boa vontade de todos os membros da família de Amadeu Amaral, sem exceção.

AMADEU AMARAL

exemplo, creio que pouco, muito pouco faltará para juntar-se ao que vai no presente volume. Se esse pouco aparecer, sairá numa segunda edição. São gestos como este, demonstrando uma atenção invulgar pelas coisas de espirito, numa era de destruições morais, imperio dadivoso dos simuladores de cultura e dos "ganhadores de dinheiro", para usar uma expressão do proprio Amadeu, que dão esperanças de vermos ainda um dia a nossa terra reposta nos seus quadros de dignidade pessoal e coletiva destruidos em anos de relaxação, sequela do cataclisma ditatorial. Amadeu morreu antes. Não teve de viver a tragedia de assistir á agonia das terras alheias e á queda dolorosa da sua propria terra. Graças a Deus para ele.

PAULO DUARTE

OS ESTUDOS FOLCLORICOS NO BRASIL

I

OS ESTUDOS de folclore estão bem iniciados no Brasil, desde cerca de cinquenta anos. Celso de Magalhães, Silvio Romero, Sant'Anna Nery, Mello Moraes Filho, Pereira da Costa, — todos do Norte, — e Carlos von Koseritz, no Rio Grande do Sul, reuniram boa quantidade de peças, principalmente de poesia, ao lado de algumas lendas, contos e tradições diversas, tentando ao mesmo tempo certas apreciações de conjunto, mais ou menos além da superfície e mais ou menos sistemáticas. Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Batista Caetano, e outros exploraram o autóctone em vários sentidos.

Ultimamente êsses materiais têm aumentado, provindo as contribuições, sobretudo, do Norte e do Rio Grande do Sul, o que revela que o impulso dado por aquêles pioneiros ainda continua nas respectivas regiões, e também parece indicar que nessas regiões existe, ou tem até aqui existido mais intenso amor ao terroir e às tradições locais, do que nas outras partes do país.

Rodrigues de Carvalho, Leonardo Mota, Gustavo Barroso (autor de valiosos volumes) e muitos outros têm dedicado grande atenção à poesia do povo em Pernambuco, Ceará e Estados vizinhos. Catulo Cearense continua a tradição nordestina de uma poesia "popularista" e regionalista, ligando-se diretamente a Juvenal

Galeno. Do Rio Grande do Sul, temos já uma farta bibliografia de folclore, dialetologia e literatura regional, em que haveria algumas dezenas de nomes a registrar: Braz Rubim, Cezimbra Jacques, Simões Lopes Neto, Romaguera Correia, P. Teschauer, Lassance Cunha, Múcio Teixeira, Alcides Maya, Roque Callage...

João Ribeiro, Afrânio Peixoto e Alberto Faria, todos académicos, como Gustavo Barroso, têm também explorado alguns departamentos d'êste vasto domínio. O primeiro deu-nos em 1919 o seu "Folk-lore", um dos livros mais interessantes que possuímos nesta matéria, apesar de dedicado mais especialmente a pontos de erudição, ou por isso mesmo.

Em Minas, S. Paulo e Estados vizinhos, só nos últimos anos começou a manifestar-se algum interesse por êstes assuntos. No primeiro d'êsses Estados, Carlos Góes deu-nos uma grossa colecção de trovas populares, coligidas ali e um pouco por todo o país; e Lindolfo Gomes, uma série de contos e outra de cantigas de adormecer. Em S. Paulo, além de uma vaga recente de literatura mais ou menos regionalista, rica de côr local, em que desigualmente se destacam os nomes de Valdomiro Silveira, Monteiro Lobato, Cornélio Pires, Leônicio de Oliveira, Otoniel Mota, Benedicto Octávio, Paulo Setúbal, Cezidio Ambrogi e outros, pouco mais há do que pequenas contribuições em limitados departamentos da matéria em questão: de Valdomiro Silveira, uma interessante, mas infelizmente curta conferência sobre a poesia da roça; de Cornélio Pires, muitas modas e trovas esparsas, coligidas no interior, junto a bom número de notas sobre costumes, também esparsas pelos seus livros; de Francisco Damante, vários artigos sobre festas, cerimónias e práticas tradicionais na região de Bragança; de Afonso E. de Freitas, parte do livro "Tradições e Reminiscências Paulistanas"; de E. Krug, uma conferencia sobre superstições; de A. Egídio Martins, notas e referências dispersas pela sua obra "S. Paulo Antigo"; de Paulo Duarte, embora muito jovem, uma abundante coletânea de poesia popular paulista, rifões, parlendas, brincos infantis e "estórias", material ainda inédito, que dará contribuição excelente aos estudos folclóricos paulistas, e do autor destas linhas, uma palestra sobre a "Poesia da viola", onde o que há de aproveitável são alguns versos autenticamente populares, por êle coligidos no interior de Estado.

Como se pode entrever pelo rápido resumo que aí fica, — sem dúvida incompleto, pois feito de memória e ao correr da pena,

— a primeira observação geral que todos esses esforços permitem é a de nos acharmos em frente de uma obra dispersa e fragmentária.

Realmente, à parte o que haja de meritório em mais de um trabalho excepcional, salta aos olhos que ainda reina muita confusão e muita indecisão nestes estudos. Ora, são feitos por mero dilettantismo ou passatempo, sem objectivo, sem método e sem seguimento; ora, por simples literatura, visto que o campo das tradições, e especialmente o da poesia popular, fornece abundante matéria para divagações e fantasias; ora, em fim, por outros intuitos não só estranhos à pura investigação, como nocivos a ela por isso mesmo.

Em quase todo o Brasil ainda reina e viceja uma espécie de romantismo regionalista e plebeista, que faz questão de exaltar as qualidades de inteligência, bom senso, perspicácia, valentia, bondade e honradez das populações rurais. Isso não tem nenhum inconveniente apreciável quando permanecemos no terreno da vida comum. Constitui até um aspecto simpático e útil da nossa psicologia de povo, porque é bom que os povos não percam inteiramente a estima de si próprios. Não há, porém, coisa mais contrária ao espirito científico do que tais sentimentalismos.

Quando se trata de estudar seriamente um assunto, que deve ser encarado como simples objecto de conhecimento e nada mais, é preciso que o observador se liberte completamente de idéas preconcebidas e de tudo quanto a isso se assemelhe, dispondo-se a examinar cada caso, por assim dizer, como se nunca tivesse pensado coisa alguma a respeito. Só assim conseguirá ver larga e limpidamente a realidade, e só assim poderá, depois de retinido e apurado um bom número de factos autênticos, tirar algumas conclusões justas e tentar algumas generalizações fundamentadas e razoáveis.

Não é o que sucede ordinariamente no Brasil. Aqui, quasi sempre, o folclorista é atraído ao estudo das criações populares por uma espécie de admiração romântica de seus conterrâneos, pelo transparente desejo de os glorificar, provando que elles são muito inteligentes, muito engraçados ou muito imaginosos.

Que é que se segue? Segue-se, naturalmente, que procuram, entre as manifestações da literatura popular e dos costumes populares, só aquellas que possam apresentar o povo sob uma luz lisonjeira, desleixando tudo quanto se arrisque a parecer chato e "insignificante". Assim, não só largam no escuro uma grande parte das criações populares, como ainda introduzem uma quantidade de preconceitos estéticos, de sentimentos bairristas ou

patrióticos e outros subjectivismos perturbadores na própria parte sôbre a qual pretendem lançar alguma luz.

Porisso é que, até o presente, o que mais se tem estudado é a poesia, e dessa mesma só o mais bonito, sem muito cuidado em marcar a autenticidade e a proveniência das peças, sem sequer muita fidelidade na transcrição, às vêzes.

Por isso, ainda, é que vemos a cada passo, serem apresentados e gabados como genuínas expressões de uma região ou localidade "privilegiada", versos conhecidos em todo o país ou em grande parte dêle, ou serem dados como productos particulares de certos cantadores de fama versos que elles apenas guardaram de cor, introduzindo-lhes modificações mais ou menos superficiais, mais ou menos profundas.

Assim, o maior trabalho consiste essencialmente em demonstrar uma noção empirica e sentimental prèviamente estabelecida: a intelligência, a graça, a perspicácia de um povo e, sobretudo, dos seus "expoentes" poéticos.

Ora, é de tóda a evidência que um estudo nestas condições oferece geralmente bem fraco proveito. Se o que se trata de conhecer são as criações tradicionais do povo, é preciso buscar essas criações sem nenhum "parti-pris", quaisquer que elas sejam, como quer que impressionem o nosso gôsto ou o nosso sentimento, contrariem ou não as idéias que temos a respeito de intelligência, de moral, de arte, ou lá o que fôr.

Muitas vêzes, pode dar-se que aquilo que se despreza como "insignificante" seja justamente o mais significativo como expressão da mentalidade popular.

A poesia que geralmente se colhe já é, em boa parte, um producto de selecção, mais ou menos influenciado pela literatura, e não raro com larga dose de invenção pessoal, devida a individuos excepcionais no seu meio, espertos, viajados, talvez com alguma instrucção. Ao lado dessa, há uma outra poesia, mais espalhada, completamente anónima, caracteristicamente tradicional, fragmentária, ilógica, informe, bastas vêzes privada de sentido. Porque pô-la de lado? Não só é mais "significativa" da mentalidade média ou ordinária do povo, como só ela pode explicar a evolução e o florescimento de muitas dessas formas mais claras e bonitas, que são colhidas de preferênciã.

Depois do sentimentalismo, há outros dois males não menores a considerar: de uma parte, excesso de teorizações imaginosas e precoces; de outra parte, excesso de diletantismo erudito. De um

lado, a pressa e a facilidade de encontrar explicações gerais e de impôr quadros preconcebidos a uma ordem de factos ainda pouco e mal explorados; de outro lado, talvez mesmo por um exagero de desconfiança e de reacção contra os teóricos, um infinito parcelamento filológico dos estudos, reduzidos a sucessivas e pequeninas investigações de gabinete, nas quais toda idea de conjunto e de laço comum freqüentemente desaparece.

Ambas as tendências têm produzido resultados interessantes, devidos ao valor pessoal de alguns estudiosos, e não aos métodos que elas supõem. Basta lembrar, quanto à primeira, o grande esforço sistemático de Silvio Romero, de que proveio tanta coisa aproveitável; e, quanto à segunda, os trabalhos sempre instructivos e deleitosos do eminente João Ribeiro. Mas, à parte esses méritos individuais, as duas orientações, consideradas na sua larga impessoalidade, se me afiguram igualmente prejudiciais.

O teorismo peca por demasiada pressa de construir belos edificios com materiais ainda exiguos e frágeis. O eruditismo peca por demasiado apêgo aos materiais, que examina, lavra e acumula sem pensar bastante no que se há de fazer com eles...

Em todo caso, antes este último. Por mais microscópicos e estéreis que pareçam os seus estudos, têm estes por si ao menos a possibilidade de ser, um dia, talvez, utilizados nalguma obra de vulto, — se bem que o seu próprio carácter excessivamente fragmentário e a sua natural dispersão dificultem e retardem esse hipotético aproveitamento.

Para se fazer uma idea, ou melhor, para se ter a sensação dos estragos que o teorismo improvisador pode causar, devemos encará-lo em certos autores inteligentes, onde elle se apresenta sob formas simples e ingenuas.

Segundo Barbosa Rodrigues, os nossos tupis descendem dos normandos; segundo Varnhagen, dos cários. Para Pôrto Alegre elles provêm mas é dos antigos árias. Teófilo Braga via no indígena brasileiro muito de turaniano, e o próprio lirismo brasileiro ainda lhe parecia ressentir-se do influxo dessa velhissima raça espalhada pelo Velho e Novo Mundo...

Couto de Magalhães pretendeu explicar uma quantidade de termos brasileiros, ou que brasileiros lhe pareceram, como originários do tupi: assim, espoucar, encangar, apinchar, etc. Barbosa Rodrigues viu formação tupi em carapuça. Precederam-nos e seguiram-nos nesse caminho infinitos escritores e amadores. A mania do tupi, como fonte de brasileirismos, tornou-se uma das mais generalizadas no país. Não houve quase vocábulo de feição

um pouco barbaresca, que não se pretendesse explicar pelo abanenga. Bastava o ouvido. Mecejana? Juromenha? Evidentemente, tupi. O verbo será nas frases interrogativas do tipo — “será que ele vem?” — puro tupinismo. A forma verbal “cair-caindo” — reminiscência certa da sintaxe cabocla. O verbo bubuiar parece à primeira vista, e mesmo à segunda, uma simples alteração de borbulhar: ilusão! Bubuiar é tupi legítimo, e até deriva de bebui. Já houve autor que explicou todos os nomes geográficos de S. Paulo, inclusive Casa Branca e outros que tais, como puras corrutelas de nomes tupis.

Alegarão que em tudo isto, a bem dizer, não há teorismo, mas simples abuso vulgar de imaginação. No fundo, porém, há sempre uma teoria, vaga e informe, talvez, mas enfim uma teoria, ou um conjunto de ideias que se julgam suficientemente assentadas para permitir uma interpretação geral dos factos.

No campo do folclore nacional, as vistas teóricas precederam inteiramente a colecta e exame de materiais e a observação directa do homem e dos costumes. Predominaram desde logo, para começar, as ideias antropológicas da escola que pretendeu ver em hipotéticas raças, migrações hipotéticas e hipotéticos caracteres psicológicos de raças, a chave mística de um sem número de fenómenos e de criações humanas. A par de tais fantasias grassaram as doutrinas míticas, em que se haviam embrenhado alguns etnógrafos, filólogos ilustres da Europa e atrás dêles multidões de literatos cheios de imaginação criadora — realmente criadora em sumo grau, porque chegou a tirar verdadeiros mundos do nada.

Varnhagen, tendo colhido duas ou três quadrinhas brasileiras, julgou-se logo habilitado a esboçar qualquer coisa que abraçava o conjunto da nossa poesia popular. Couto de Magalhães, obtendo três outras quadrinhas de fundo e forma puramente portugueses, não hesitou em atribuir-lhes imediatamente origem indiana. José A. de Freitas, no seu opúsculo sobre o “Lirismo Brasileiro”, reúne sob o mesmo influxo misterioso e metafísico da raça turaniana a poesia brasileira, os tupinambás, o Béarn, os bascos, o Egito e parece que a própria China. Batista Caetano — homem de valor entretanto, como Couto de Magalhães o foi — descobriu que a vivacidade chocarreira da poesia popular do Ceará era genuína herança do autóctone...

Velo depois Celso Magalhães, e foi o primeiro que lançou um pouco de ordem no caos das ideias e tentou o que nenhum dos seus predecessores se havia lembrado de fazer: colher materiais, estu-

dá-los, compará-los, procurar-lhes as fontes imediatas, fazer a história natural dos productos do folclore, em vez de teorizar e fantastificar de ante-mão.

Os predecessores obravam como os eminentes sábios da anedocta, que discutiam gravemente se determinado peixe era vermelho ou amarelo, e assim levaram horas e dias em calorosos debates, entre rumas de livros, até que um indivíduo se lembrou de ir buscar um dos tais peixes e colocá-lo sobre a mesa, esclarecendo definitivamente todas as dúvidas. Celso Magalhães foi buscar o peixe. Esta honra lhe caberá para sempre.

Seguiu-se-lhe Silvio Romero, que derramou fortes golpes de luz nestes assuntos e fundou verdadeiramente as bases do folclorismo brasileiro, mostrando pela critica dos autores o perigo das teorizações imaginosas e do romantismo plebeista e esteticista derivado de Grimm e cultivado por Garrett, e firmando os seus estudos na história, na composição actual das populações brasileiras, na observação directa e imparcial dos costumes, numa larga colecta e num minucioso exame dos productos populares.

Contudo, nem Celso Magalhães nem Silvio se libertaram de predisposições subjectivas, de preconceitos sentimentais, de vagos apriorismos tomados como verdades apuradas.

Comentando, por exemplo, a idea de Araripe Junior — de que a poesia popular cearense tem por nota predominante a jogralidade, que esse escritor imaginosamente ligava ao fenómeno das sêcas, dizia, com gravidade, o illustre autor dos "Estudos sobre a Poesia Popular":

"...faz bem em reconhecer a acção deprimente produzida pelas sêcas e por isso mesmo deve convir em que a nota predominante na poesia cearense não deve ser a jogralidade. De quando em vez o sentimento das coisas deve al retomar sua natural expressão. Um povo não há de ter sempre, como resposta aos açoites, aos flagícios que lhe atira o seu melo, o seu mundo, — uma gargalhada alvar!"

Vê-se bem que nos achamos em pleno país dos sonhos...

Porque teria Araripe "feito bem" em "reconhecer" a acção deprimente das sêcas? O que lhe cumpria não era reconhecê-la, era demonstrá-la. Essa idea só se poderia aceitar mediante uma demonstração séria, baseada em factos, em grande número de factos, porque nestes assuntos, por sua mesma complexidade extraordinária, não bastam ligeiros indícios para se ter o direito de assentar uma conclusão.

Depois, não é só falar em "acção deprimente": é indispensável

saber-se o que é que se entende precisamente por essa expressão, que assim sem mais explicações pode dizer muito e não dizer nada. Se se trata de uma pretendida depressão do ánimo, resultando em fatalismo e indolência, é lícito objectar-se que o caboclo cearense não parece mais indolente nem mais fatalista do que os caboclos das outras regiões do Brasil, — antes o contrário é que, ao primeiro exame, se afigura verdadeiro. Se se trata de uma depressão mental, muito menos justa se apresenta a idea de Araripe, porque tudo quanto sabemos dos nossos caboclos e mestiços deve induzir-nos, pelo contrário, a acreditar que seja o cearense um dos mais inteligentes.

Além disso, porque dar por assentado, a priori, que as hostilidades da natureza devem ter, por força, uma acção deprimente qualquer sobre os habitantes? Há casos em que esse efeito parece provado; há outros em que o efeito oposto se pode demonstrar de maneira igualmente plausível. Ai está o exemplo clássico dos holandeses. E temos aqui mesmo o exemplo dos bandeirantes paulistas, mestiços pela maior parte (o pessoal subalterno), que nem mesmo se limitaram a reagir contra a natureza lá onde elles viviam, mas foram, deliberadamente, sertão a dentro, em busca de todas as hostilidades possíveis.

Por fim, estas dúvidas não menos graves: que vem a ser, em termos claros, a tal "jogralidade"? e como conciliar essa "jogralidade", que de qualquer modo deve conter a idea de riso e de burla, com os mornos e melancólicos arrastamentos de uma alma deprimida?

Silvio Romero, entretanto, em vez de certificar logo o carácter gratuito e retórico de tais conjecturas, discute-as muito a sério, — e no mesmo espirito em que elas foram feitas.

Em suma: o caminho a seguir, o bom caminho, o próprio Silvio Romero, como ficou dito, o apontou no seu interessantíssimo livro citado. E se elle mesmo nem sempre o seguiu exactamente, isso se explica um pouco pelo seu temperamento, um pouco pela sua maneira febril de trabalhar e, ainda, pela própria vastidão da obra que teve de realizar quase só em tanta angústia de tempo e tanta escassez de meios. Nós, porém, devemos aproveitar-lhe das lições o que elas têm de mais razoável, mais claro e mais positivo — que é justamente o traçado geral dos estudos.

O caminho a seguir, dissemo-lo, é o que foi rumado por Silvio Romero, em sua direcção geral, — apesar de que o proprio Silvio Romero, como vimos, nem sempre o seguiu muito regularmente na prática. É preciso estudar esses assuntos com um pouco menos de imaginação e sentimento e um pouco mais de objectividade, menos literatura e mais documentação.

Tratemos, antes de tudo, de observar seriamente, pacientemente, os costumes, ritos e usanças do povo, sua linguagem, sua música, a vida dos núcleos populosos urbanos e rurais e das populações esparsas, colectando com o mais rigoroso cuidado as expressões tradicionais e colectivas ligadas a tais costumes, ritos, usanças, etc. Marquem-se escrupulosamente as regiões, os lugares, as épocas em que foram colhidos esses materiais; respeite-se-lhes a forma tal qual ela se oferece, com suas variantes; ajuntem-se-lhes quanto possível as ideias, crenças e práticas que os motivaram, que os acompanham e os explicam.

Reunida grande cópia de material proveniente de todos os pontos do país, — material contrastado, autenticado, localizado, sólido, sem fantasias, sem consertos nem acréscimos, em condições de ser confirmado ou rectificado por qualquer um, como acontece com os materiais das sciências positivas, — então poderemos facilmente esboçar com segurança a geografia do folclore brasileiro ao lado da sua história, esclarecendo-se e fertilizando-se uma à outra poderosamente.

Iniciada essa geografia e essa história das coisas de folclore, isto é — a distribuição dos factos e dos productos através do território e sua coincidência com os acontecimentos antecedentes e circunstâncias do povoamento e da vida colectiva, teremos assentado os fundamentos objectivos e fecundos de um estudo deveras interessante da psique popular no Brasil. Estudo que poderá profundar-se depois em toda a sorte de particularidades, sob os mais diversos pontos de vista, e permitir todas as comparações, todas as generalizações e todas as sínteses teóricas que bem nos aprouverem, porque todas elas serão, ao menos até certo ponto, verificáveis, — condição essencial de todo conhecimento positivo.

O que é preciso banir desde logo, e para sempre, é a prática estéril e confusonária de formular teorias e explicações gerais, para só depois procurar os factos e as coisas que as

justifiquem, — o que com alguma habilidade sempre se consegue, pois a imensa complexidade dos acontecimentos dá para tudo...

Se se objecta que nestes assuntos não pode haver absoluto rigor de método e completa objectividade; que, como na história e, em geral, nas chamadas sciências morais, é preciso ceder largo espaço ao "coeficiente pessoal" e confiar na penetração, no "esprit de finesse", nos dotes individuais dos autores; que não se pode desejar aqui, nas vistas de conjuncto, mais do que uma verdade aproximativa, que satisfaça por um conglomerado harmónico de aparências razoáveis, — ainda assim o rigor e as cautelas que desejamos serão plenamente oportunas, pois, o mesmo nas sciências onde o coeficiente pessoal mais se exerce e se alarga, se é este que dá impulso e fulgor às teorias, é sempre a base concreta de factos que lhes dá solidez e efficácia.

Façamos e promovamos, pois, antes de tudo, um como vasto trabalho de hervanários ou de naturalistas: colher, arquivar e classificar os productos de cada região e districto do país, fazendo-os acompanhar de tôdas as indicações que lhes marquem a autenticidade e identificação.

Agora, outra coisa.

Esses productos são inseparáveis dos usos e costumes: impossível explicar completamente a poesia da roça, sem a música, a dança e os hábitos de trabalho da roça, que com ela nascem e com ela evoluem, formando um todo psicológico indissolúvel; impossível decifrar muitas alusões, ideas e formas encontradas nos contos, versos, dizeres populares, sem o conhecimento das crenças e crendices, das usanças e prácticas do povo; impossível compreender os esconjuros e rezas, sem os actos e gestos que os acompanham e completam. Convém então ampliar o registo daqueles productos com a descrição cuidadosa e fiel dêsses connectários.

Mas, tantos uns como os outros não se explicam também cabalmente sem os seus correlativos materiais: o meio físico, a habitação, o vestuário, os instrumentos e utensilios caseiros, os de caça e pesca, os de trabalho, os symbolos e imagens religiosas, os artefactos domésticos, etc. Um exemplo: os nomes de flores e plantas, em geral, que se mencionam nos versos do povo, tendo em parte heranças tradicionais da poesia popular portuguesa, são também os nomes das flores e plantas que o povo cultiva; os jardins das casas da roça é ainda descendente directo daqueles que os primeiros colonizadores plantaram. A

TRADIÇÕES POPULARES

flora de Camões e de outros poetas do século XVI, no capítulo das pequenas plantas de ornamento, ainda se reproduz praticamente nos modestos jardinzinhos da nossa gente do interior: é o cravo, a rosa, a mangerona, o mangericão, a perpétua, a saudade, a sempre-viva...

Finalmente, o estudo da linguagem, nas suas modalidades regionais e sociais, não pode ser dispensado. Só ele permitirá possuir bem a rítmica da poesia popular, das fórmulas de esconjuramento, dos dictados e refrãos; só ela permitiu a explicação de muitos dizeres obscuros, a interpretação conveniente de numerosos casos de etimologia popular, com as histórias que os acompanham, a determinação exacta de elementos não assimilados, ou assimilados incompletamente, etc. Em suma, é claro que, desde o primeiro contacto com o folclore, se torna necessário estarmos bem a par das modalidades de linguagem sob que elle se manifesta, a menos que nos resignemos a só entender incompletamente muita coisa.

A tarefa é grande, talvez enfadonha, e sem dúvida pouco brilhante. Mas individuos de imaginação viva e intelligencia voadora não estão obrigados a estes misteres modestos. Façamos aquêles que têm disposição de espirito para tais obras obscuras e pacientes, que tomadas isoladamente pouco valem, mas têm sempre o valor do tijolo ou do canto com que se erguem os grandes edificios. O que é indispensável é que a tarefa execute, se queremos construir em terreno firme com sólidos materiais, em vez de vivermos eternamente, a respeito de tudo quanto nos toca mais de perto, no vago das opiniões improvisadas, do "mais ou menos" e da inspiração lírica.

O POPULAR EM MATÉRIA FOLCLÓRICA

*Este trabalho incompleto foi encontrado em manuscrito dentre os
originaes de Amadeu Amaral.*

TEM-SE discutido a significação do qualificativo "popular" em matéria de cantos e outros productos folclóricos. Para uns, "popular" é tudo quanto corre entre o povo, mais ou menos anònimamente. Para outros, é aquilo que é produzido pelo próprio povo, ou melhor, feito por pessoas do povo e adoptado por este. Alguns fazem uma distinção entre "popular" e "popularizado" entendendo por "popular" o producto do povo e por "popularizado" o producto culto que o povo recebeu e adoptou.

Qualquer dèsses critérios, applicado à realidade dos factos, falha immediatamente.

O primeiro peca por demasiado largo. Admite, por exemplo, no mesmo pé, a velha cantiga de berço espalhada por todo um país, repetida por gerações e gerações, e a última modinha inspirada numa ária de ópera ou num "fox-trott" norte-americano, que surgiu e se propagou momentaneamente num determinado lugar. Esse critério deixa as coisas em completa confusão, e nada adianta desde o momento que se quer ver as coisas de perto e discernir uma das outras.

O segundo é apenas um pouco menos vasto, mas não caracteriza melhor o facto. Há productos tradicionais, que todo um povo repete, e que já ninguém pode saber se nasceram no seu seio ou se foram importados, se foram compostos por um individuo culto ou por um individuo anónimo da massa. A questão da autoria é secundária no caso. É claro que todos os productos têm um autor individual; mas quando se trata de criações antigas, é quasi sempre insolúvel a questão de saber quem seria esse autor, ou sequer de saber a que classe de gente teria pertencido.

A distincção entre productos "populares" e "popularizados" é inteiramente fictícia e confusãoária. Incide no mesmo erro precedente, quanto à pretensão de caracterizar o producto "popular", e reforça esse erro com a opposição do "popularizado". A verdade é que todos os productos são "populares" ou são "popularizados": se o que os caracteriza é o facto de estarem muito espalhados entre o povo, os qualificativos equivalem-se. O povo como massa, não compõe coisa alguma. Aquilo que ele repete e transmite é sempre "popularizado", sempre proveio de um autor individual, culto ou inculto, não importa.

Que é que se deve entender, então, por "popular" em matéria de canto, música, literatura? É impossivel estabelecê-lo com absoluto rigor, mas pode-se tentar uma aproximação mais segura, menos vaga, menos falha do que as definições correntes.

Antes de mais, deve-se notar como noções definitivamente adquiridas: 1.º — que existe uma literatura, uma arte, uma sciência popular, isto é, da massa anónima e inculta, as quais se caracterizam, principalmente por viverem na tradição, fenómeno colectivo; 2.º — que, embora bem distintas em seus núcleos, essas formações não se encerram em contornos definidos, não têm limites exactos, como não os têm as classes da sociedade, nem os seus estados de civilização e cultura, etc.

Segue-se dal que, se é fácil reconhecer prontamente a existência, em grosso, de uma literatura, de uma arte, de uma sciência popular, (tradicional, inculta, anónima) é muito difficil, e mesmo impossivel, dizer se um determinado producto ou documento é inteiramente popular. O mesmo se dá nas linguas. O mesmo se dá com o próprio povo, a massa indistincta, cuja existência é evidente, mas onde muitos indivíduos, tomados um por um, apresentam graus variáveis de cultivo, de educação, de posição social, etc., tornando às vezes, impossivel a sua classificação rigorosa em qualquer desses dominios.

FOLCLORE E DIALECTOLOGIA

Estudos mal orientados. De quem a culpa? — O que se deve fazer: os « brasileirismos » — O que se deve fazer; o folclore.

ASSISTI há dias, como muita gente, no teatro Trianon (1), a uma palestra do sr. Leonardo Mota sobre a poesia popular do Nordeste. Foi um trabalho interessante em que este incansável coleccionador se não nos revelou nenhuma face ainda obscura de folclore poético daquela região, dêle nos deu contudo excelentes amostras novas, nas quais a singular vivacidade, a graça chocarreira e a energia dos affectos, próprias dos povos rústicos do Nordeste, mais uma vez apparecem com a nitidez de uma fisionomia acentuada e distincta.

Enquanto ouvia as estrofes recitadas por Leonardo Mota, eu mentalmente recordava os versos dos nossos caipiras do sul, notadamente de S. Paulo de que conheço e possuo boa cópia, irmãos daqueles na linguagem e na simplicidade agreste, mas tão diversos pelo andamento, pelo colorido, pelo gênero de assuntos, pela maior impessoalidade e, sobretudo pela menor dose do elemento satirico.

Entre versos compostos por poetas populares, e autores mais ou menos certos, Leonardo Mota desfiou algumas dezenas de quadrinhas inéditas do Ceará e da Baía, dessas quadrinhas sem dono que andam de boca em boca. Algumas dentre elas já me eram conhecidas de S. Paulo ou de tambem correr de boca em boca e de terra em terra. Outras se não tinham ali correspon-

(1) Discurso proferido em sessão ordinaria da Academia Brasileira em 23/4/25.

dente perfeita, pertenciam contudo visivelmente, á mesma família de muitas que ali vivem sob a protecção dos rústicos, das mulheres e das crianças, essas três classes de tenazes depositários da tradição.

Essas quadrinhas, nas quais a contribuição dos cantadores se reduz geralmente a um mínimo quasi inapreciável, — embora muitas vezes pensem o contrario os que as arrecadam numa região ou localidade sem as comparar ás de outras localidades e regiões, — nessas quadrinhas é que o estudo propriamente folclórico topará maior campo de exploração. Ai, tudo se reduz a elementos tradicionais. Ai é que se manifesta de veras uma coisa que pode denominar-se memória popular. A impossibilidade desses pequenos productos não é a sua unica feição geral. A própria terra, os próprios costumes, o próprio carácter do povo não se imprimem nelas, a maior parte das vezes, com traços fortes e fundos, reflectem-se, quando muito, em imagens embaciadas ou fragmentárias. Dessas versões não se pode dizer que brotem do nosso chão; surgem por ai, no ar, das correntes obscuras da memória do povo, mas vindos de além-mar ou gerados de outros que de lá vieram. Não se compõem, repetem-se; não se inventam, transformam-se.

Ora, acabei justamente pensando nestas duas feições de nossa poesia popular, e mesmo de toda poesia, feições bem distinctas de facto, que nitidamente correspondem a duas correntes de elaboração, a cada passo confundidas em colectaneas e em commentários: a corrente impessoal e tradicional e a corrente viva e pessoal; e daí, por uma natural transição, não me foi difficil acabar meditando noutras coisas da nossa poesia popular e noutras coisas de nosso vasto folclore que ainda não foram estudadas com a merecida atenção.

Verdade é que, nestes últimos anos, se tem explorado o nosso folclore com mais actividade e mais amor. O esforço de Silvio Romero, tão solitário e tão mal comprehendido por tanto tempo, tem hoje seguidores em todo o país e a frequência com que se sucedem as colectaneas e os ensaios demonstra que o público vai tambem começando a ver com olhos mais amigos esses retalhos do espirito popular e da memória popular.

Mas, aqui mesmo é que aparece uma circumstancia um tanto alarmante. Sem querer desfazer nos trabalhos de ninguém, os quais, ao contrario, me prezo de levar muito a sério e, de estimar de veras, é impossivel não reconhecer que algumas das colheitas registadas em livros ou divulgadas em revistas e

jornais ainda trazem muito visíveis os traços de um pernicioso diletantismo, — um diletantismo que, parecendo querer subordinar-se ao espirito da sciência, não tem, na verdade, nem a curiosidade scientifica, nem a gravidade, nem a objectividade, e antes leva a brincar com os assuntos: e a divertir o leitor fácil de contentar.

Todos esses coleccionadores prestam serviço, mas alguns dêles, apenas a quem saiba extrair dos seus trabalhos aquella parte de residuo aproveitável, que só um largo conhecimento e longa prática da matéria ajudarão a descobrir e escolher. Quantas vezes os seus apontamentos mostram a passagem do dedo rectificador ou mesmo da fantasia mistificadora de quem os edita! Outras vezes, deixam de indicar, já não digo a localidade, mas a própria região ou zona determinada de onde procedem, o que lhes tira as últimas e frouxas garantias de veracidade. E não raro se apresentam confundidas num só conjuncto, sem elucidações satisfatórias, ou sem elucidações nenhuma, peças legitimamente populares, isto é, produções que vivem e evoluem no pleno dominio do anonimato, da inconsciência e da tradição, e peças immediatamente oriundas da inventiva individual, aceitas e vendidas como “populares” apenas por terem sido apanhadas em boca de uma pessoa do povo.

O pior é' que este género de pesquisa, feita assim à ligeira e à sôlta, se por um lado vai atraindo a atenção pública para as coisas da nossa terra, vai por outro lado e do mesmo passo, incutindo nos espiritos a idea prejudicial de que isto de folclore é simples passatempo ou quando muito, boa seara de assuntos para divagações sentimentais e patrióticas nas horas vagas.

Quando se reflecte no que têm feito os folcloristas de outros países, e com eles os seus aliados naturais, os etnógrafos, lingüistas, historiadores e eruditos; nas bibliotecas que por lá existem num só dos distritos d'este vastissimo dominio, o dos contos, por exemplo: na imensidão de descobertas interessantes que têm sido feitas mediante o exame comparativo dos factos, abrindo de quando em quando inesperados rasgos de luz sobre largas perspectivas da sciência; na própria multiplicidade e sucessão das theorias e dos ensaios de synthese, que revelam ao menos o vivo interesse intelectual que tais questões podem despertar e entreter; na objectividade, justiça e precisão com que se tem accumulado, examinado, comparado os materiais provenientes dos mais afastados pontos da terra: quando se observa tudo isto e, noutro terreno, quando se consi-

dera a incalculável influência que o folclore exerce na acentuação e conservação do carácter próprio de um povo, reagindo sobre o seu criador, já por si mesmo, já através da arte e da literatura, se estas nêle procuram inspirações, rumos e alentos; quando se observa e se considera tudo isto, é realmente desagradável pensar que, no Brasil, o folclore — salvo excepções — ainda aguarda o alvorecer da curiosidade desinteressada e metódica, que é a própria face espiritual da sciência, e ainda espera mesmo pela boa curiosidade patriótica interessada esta por natureza, mas de um interesse elevado e impessoal não incompatível com a despidiosa imparcialidade scientifica.

Mas a quem cabe a culpa? Aos estimáveis rebuscadores que, como quer que seja, vão por aí labutando num terreno tão vasto, guiados mais pela própria boa vontade e pelas próprias inspirações? Não. Falta um centro autorizado que os estimule, os corrija, os norteie; que lhes recolha os trabalhos, os examine e critique, distinguindo os mais valiosos, mostrando os filhos a explorar e como explorá-los, despertando o favor do público, indigitando aos escritores e aos artistas a riqueza dos materiais arrecadados, e enfim procurando imprimir ao conjuncto dos esforços isolados e dispersivos uma tal ou qual disciplina, útil ao rendimento do trabalho, aos interesses da investigação scientifica e também à finalidade nacional que estes estudos comportam.

Tal centro já podia ter sido constituido, no Rio, pela associação da meia dúzia de estudiosos da matéria, que aqui existem, já conhecidos e recomendados por obras de valor. Mas a verdade é que não se constituiu nem se sabe se surgirá algum dia. Assim, porque não há de a Academia Brasileira tomar a si mais essa tarefa, que, diga-se de passagem, não lhe acarretaria propriamente nenhum "excesso" de responsabilidades nem de trabalho?...

Já tem a Academia uma comissão de brasileirismos. Ora, tal é a dependência mútua que existe entre os estudos dialectais e os estudos de folclore, que o desdobramento do encargo attribuido a essa comissão, ou a nomeação de outra que a si tomasse esta nova parte, pareceria medida lógica e bem inspirada.

Apenas, se tivesse de propôr alguma coisa, eu proporia que em qualquer das hipóteses, essa comissão "de brasileirismos" tivesse outra denominação e outro programa — fôsse uma "comissão de dialectologia", que em vez de só recolher e discutir palavras, lançasse as bases de um estudo metódico e puramente scientifico, sem preocupações prácticas, de todo o complexo dos fenómenos dialectais no Brasil, fonéticos, morfológicos e sintá-

ticos, investigando-lhes as causas e as tendências, mas tratando antes de tudo de colher genuínos materiais de correcta observação, tomados directamente à realidade viva da lingua, fielmente transcritos segundo um sistema invariável, e não só se valendo de documento livresco ou dos depoimentos de segunda mão como de elementos subsidiários.

Mas, voltemos ao folclore. A Academia, tal é a importância da matéria e tão certo será o êxito moral do seu esforço, poderá fazer mais; poderá editar um boletim mensal especialmente destinado a recolher os materiais que forem aparecendo, as apreciações e críticas, as indicações bibliográficas úteis aos estudiosos, e a ir suscitando assim uma corrente de solidariedade intelectual e de propósitos, e uma troca de serviços entre ela e todos quantos se dedicam a tais assuntos no Brasil.

E, uma vez que não estou senão conversando com a ilustre companhia, deixe-me dar de rédeas ao devaneio e dizer que a Academia ainda poderia fazer mais. Conheci uma pessoa que tinha por hábito, quando palestrava com os íntimos sobre coisas da própria vida, levantar castelos extraordinários. De uma feita como alguém lhe censurasse a audácia irrealizável dos seus sonhos povoados de palácios e cavalos, mulheres e jóias, ela mostrou-se surpreendida da reprimenda e retrucou: "Homem! Leve o diabo esta vida, se nem sonhando eu posso ter essas coisas todas! E, visto que só me é dado imaginá-las, parece que seria tolice estar para aí com parcimónias..."

Não me acho bem na situação d'êste sábio indivíduo, porque elle sonhava com a própria ventura, e eu, neste caso, me contento com a modesta vantagem de imaginar uma porção de coisas de que só adviria lustre para a Academia e beneficio para o país. Em todo caso, faço minhas as suas palavras.

A Academia ainda poderia fazer mais, dizia eu. Poderia, realizando a tarefa já indicada, completá-la com uma outra de não menor importância: reeditar, numa colecção de volumes económicos, os escritos de Silvio Romero, Celso Magalhães, Couto de Magalhães, Koseritz e outros inclladores d'êstes estudos no Brasil; reunir e rever todas as obras especiais que se têm publicado no Brasil (não são muitas) e, ou reproduzi-las "in integra", quando se tratasse de livro como o óptimo "Folclore" do sr. João Ribeiro, ou apenas extrair delas a matéria aproveitável, condensá-la, agrupá-la segundo os assuntos, enriquecê-la de notas e referências; finalmente, juntar a isso, como um suplemento precioso, uma cuidada colectânea de contribuições extraídas da nossa literatura,

descripções, alusões, reflexos dispersos por livros de toda espécie, — romances como os de Alencar, Macedo, Taunay, Franklin Távora, Júlio Ribeiro; novelas e contos, como os de José Verissimo, Alcides Maya, Afonso Arinos, Gustavo Barroso, Valdomiro Silveira, Alberto Rangel, Monteiro Lobato, Godofredo Rangel, Simões Lopes Neto, Cornélio Pires, e tantos outros; livros de versos, livros de viagens, livros de teatro, livros de estórias... Quanta coisa interessante espalhada por centenas de volumes! F que ameno e curioso livro se poderia fazer, com trechos, por exemplo, como a descrição do judas largado à corrente do rio, feita por Euclides da Cunha, a pintura dos sambas e práticas de feitiçaria, magistralmente executada por Júlio Ribeiro, a lenda do saci contada com ingênua graça pelo velho poeta paulista Quirino dos Santos, a historia do Tejuco e outras saborosas histórias mineiras referidas por Afonso Arinos!

A Academia conta justamente em seu seio os mais competentes folcloristas do país. Estes, sem dúvida, só terão prazer em auxiliar uma tarefa que condiz com o seu gosto pessoal e até lhes tornará mais suaves as necessidades de documentação e informação, que tanto tempo e tanta actividade lhes consomem, quando cada um só contá consigo.

Enfim, nada poderá opôr-se a que esta Academia tome a frente de um movimento que vai tão irregular e disperso, e o centralize, o impulsione, lhe dê ao mesmo tempo maior intensidade e maior extensão, e assim suscite em redor de si algo que viva e vibre, labore e produza, revelando ao país tantos traços interessantes da sua personalidade, cada um dos quais diz um pouco do seu passado e trás em potência alguma parcela de força futura, que para se desenvolver só aguarda sua entrada nos planos da consciência e da imaginação criadora.

UMA TAREFA A EXECUTAR

TIVE, há várias semanas, (1) a talvez esquisita, talvez inoportuna idea de lembrar à Academia uma tarefa, que me pareceu digna dela, relativa ao estudo das nossas tradições populares. Não esperava contudo que as minhas tímidas sugestões, as quais nem me animei a dar a forma definida de uma proposta official, fossem objecto de meditação e de sério exame. Por um lado, a Academia tem outras preocupações mais urgentes ou mais elevadas, e por outro lado eu realmente não estava seguro do próprio valor das minhas lembranças.

Não sou folclorista profissional, não ando propriamente "enfrenhado" nesta ordem de assuntos, não pretendo de modo algum entrar em competência com os que nela tomaram assento e ganharam uma autoridade difficil de conquistar. Para me explicar a mim próprio a minha interferência, eu só dispunha da arreigada convicção, em que estava e continuo, de que estes estudos podem e devem ser muito desenvolvidos e intensificados, com maior vantagem da sciência, do nosso país, e também daquêles próprios que têm para elles excepcionais e já provadas aptidões.

É por essa convicção, que me animo a voltar ao caso, pedindo perdão antecipadamente. Conhecedores do complicado mecanismo da alma, os meus eminentes confrades compreenderão que, cometida uma primeira imprudência, é natural insistir

(1) Discurso proferido em sessão ordinaria da Academia Brasileira.

naquilo em que nos intrometemos. Não se explicam de outro modo muitas das nossas acções e muitas das nossas palavras.

Mas para tranquillidade futura, posso anunciar que não me deixarei levar indefinidamente pela tentação de tagarelar sobre esta, ou sobre qualquer outra matéria. Quero apenas precisar algumas ideias esboçadas no primeiro discurso, — ou quem sabe torná-las mais diluidas e mais incertas, — e disso me desobriço desta vez, no que se refere às tradições. Quanto a um ponto em que toquei rapidamente, a questão dos estudos dialectais, pretendo a elle voltar, não mais que por um quarto de hora, após cauteloso intervalo. Fecharei então definitivamente esta agreste sanfona, que tive a má lembrança de estirar e que, agora, para voltar à sua tácita redução primitiva, tem que dar som de qualquer maneira...

Lembrei que esta Academia tomasse o encargo de intensificar os estudos de folclore no Brasil e de lhes imprimir uma orientação mais séria, mais metódica e mais fecunda, espancando essa atmosfera de curiosidade vaga, de diversão inócua e de sentimentalismo convencional, que ainda circunda estes assuntos no Brasil e radicalmente prejudica a boa e forte fructificação que se poderia esperar.

Para empreender este serviço, a Academia dispõe, como eu disse, dos mais autorizados mestres no assunto, com obras amplamente conhecidas e justamente apreciadas, e dispõe das luzes de todos os seus membros, perfeitamente aptos a colaborar com aquêles, pois que são fortes em coizas de litteratura, de erudição, de história e de linguagem, matérias estas que se acham por natureza em estreita correlação com a de que se trata. Assim, nenhuma associação de entre as existentes, ou que se viesse a constituir, estaria em melhores condições que a Academia para executar esta bellissima tarefa.

Temos, sim, outras associações que poderiam igualmente contribuir de maneira notável, e a essas a Academia Brasileira deveria solicitar auxilio. Há, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico, que por sinal já tem feito excellentes coizas, ora publicando trabalhos especiales apreciáveis, como o de Pereira da Costa sobre o folclore pernambucano, ora investigando e ventilando tantas questões de história e de geografia, que ou reclamam o estudo das tradições populares, ou trazem a estes preciosos esclarecimentos.

Há também a Sociedade de Geografia, à qual já se devem bons serviços, e que poderia, sem sair do seu programma, prestar

vários outros de grande relevância, como, por exemplo, o de promover a revisão e explicação da onomástica tradicional das nossas regiões, localidades e acidentes topográficos, toda ligada aos usos e costumes, às crenças e superstições, às idéas e sentimentos das várias raças que se encontram no cenário da nossa natureza.

A própria Academia de Medicina teria, se o quisesse, um quinhão a reclamar nesta obra de patriotismo, sem que por isso pudesse dizer-se que distraía sua atenção do campo onde devesse concentrá-la: o estudo da medicina popular é evidentemente útil à ciência e não inútil à clínica, e por mais de uma razão. Às vezes encontra-se numa crença ou numa prática do povo, que à primeira vista parece em absoluto absurda, um substracto qualquer aproveitável, ou pelo menos interessante. Às vezes, essa crença ou prática, não tendo justificação nenhuma, revela entretanto ao higienista e ao clínico o verdadeiro motivo de certas relutâncias estranhas, que lhes embaraçam a acção profissional. Em suma, para encurtar razões, ao médico, quer como estudioso de ciência, quer como praticante da arte de curar, não pode ser indiferente nada do que pertence à saúde do homem, que resume todos os objectos e todos os fins dos seus labores especulativos e da sua actividade práctica.

Agora, se o médico ama aprofundar-se em coisas de psicologia colectiva e social, então não é precisa outra consideração para que se dedique ao estudo das tradições populares, a qual em síntese não forma senão um precioso capítulo daquela vasta matéria.

Vem a propósito lembrar, além de outros, os interessantes trabalhos do dr. Nina Rodrigues sobre o animismo fetichista dos negros da Baía, para, ao mesmo tempo, assinalar uma obra que merecia continuar-se e lançar um golpe de luz sobre o imenso campo de exploração aberto no Brasil a toda a sorte de cientistas jovens, capazes de cooperar no levantamento de uma "ciência brasileira". Ciência brasileira? Sim, uma ciência não apenas feita de generalidades aprendidas e de verdades por cutrem descobertas e alhures verificadas, mas também construída com os "nossos" recursos, baseada na observação directa e independente das "nossas" coisas, impulsada pelas iniciativas livres da "nossa" razão experimental diante das interrogações da "nossa" natureza, e assim capaz de não ser apenas aluna submissa da grande ciência universal e sem pátria, mas colabo-

radora operosa e original, que a enriqueça e também a corrija, que é maneira não menos valiosa de enriquecer.

Contudo, como ficou dito, esta Academia é que deve tomar a si o encargo de promover, incitar e, até certo ponto, centralizar estes trabalhos. A razão é óbvia. Embora entrando por certos lados no domínio de outras especialidades, mais definidas, o estudo das tradições populares não vai sem o auxílio constante da literatura e da erudição geral.

São os homens de letras, e notadamente os homens de letras de muita leitura e com certo gosto e inteligência dos métodos científicos de observação, de comparação e de crítica, os que se acham mais naturalmente indicados para tomar a frente nesta tarefa. A eles o papel de pioneiros. A eles o encargo de rasgar os caminhos, de revolver os filões e de acumular, apurar e preparar os materiais brutos, enriquecendo-os com as suas reflexões e com os complementos elucidativos, que os livros fornecem, isto é, com a respectiva "literatura". A eles a missão de pôr esses elementos assim preparados à disposição do historiador, do geógrafo, do etnógrafo, do psicologista, do sociologista, e também dos escritores e dos artistas, e ainda dos educadores, para que estes os aproveitem sob os aspectos que lhes convenham, à luz dos seus objectivos particulares.

Falei nos educadores.

É ponto que merece atenção a falta do elemento tradicional na formação moral da nossa juventude. Se o Brasil é um país pobre em tradições, entendidas no sentido amplo, as nossas escolas, dir-se-ia, não se esforçam senão por aumentar essa pobreza e torná-la em verdadeira miséria. Não porque combatam propriamente a tradição, mas porque não lhe dão nenhum lugar, e, formando os espíritos de amanhã, neles não põem quasi nada que tenda a ligá-los ao passado da nossa terra e lhes esperte e entretenha depois um sentimento profundo de radicação afectiva, moral e intellectual ao nosso meio.

Há o ensino da história, há o ensino cívico. Trata-se porém de um ensino intellectual, architectado, combinado e transmitido à luz de critérios puramente lógicos, racionais, sem dúvida utilissimo, mas de resultados modestos. Dirige-se sobretudo à intelligência. Daí pode, conforme a habilidade do mestre, conforme o temperamento do aluno, penetrar no campo do sentimento e exercer neste um influxo mais ou menos duradouro. Mas que esta não é a regra, todos o sabemos bem. As lições

passam. Inçadas de áridos pormenores, elas exigem esforços de memória, e esforços que pressupõem já uma certa forma especial de espírito, pois nem todos têm naturalmente a aptidão de organizar as suas aquisições e orientar a sua actividade mental em tórno da mesma ordem de preocupações, principalmente quando essas preocupações não interessam muito à vida prática.

As tradições, não. Estas falam à inteligência de todos através do sentimento comum, e quando aquela as aceita, as aformoseia, as exalta, não faz senão reforçar o intimo prestígio que elas já exercem no coração. É próprio delas infiltrarem-se dentro de nós sem que dêmos por isso, excitarem a nossa imaginação, associarem-se a todos os nossos affectos simpáticos e a todas as nossas paixões amáveis, aderirem aos nossos hábitos mais caros, e irem assim formando em nosso espírito centros de concepção enérgicos e irradiantes, intimamente engrenados com todas as forças da alma.

Para se fazer idea do poder vital da tradição, comparado com o das mais reflectidas construções lógicas, basta considerar os fracos efeitos emocionais e motores que produzem as lições de patriotismo com os de certos excitantes passageiros e occasionais — um pedaço de pano arvorado numa haste, as notas dispersas de um hino, um fragmento de toada vaga da terra nativa ouvido em terra estranha. Estas pequenas coisas incendiam como centelhas; estas asas fragilimas de insectos arrebatam como rajadas.

Um belo discurso pode produzir excepcionalmente um desencadeamento momentaneo de comoção; uma história de criança que nos ficou na reminiscência, uma canção do povo que nos passa de quando em quando pela memória, uma usança tocante de que não nos esquecemos, essas ficam na alma por tôda a vida como pungentes e gostosos acicates do enternecimento, da saudade e da simpatia.

Essas têm o poder excepcional — traço que nunca será demais pôr em relêvo — de serem radicalmente, substancialmente identificadoras do indivíduo com a sua terra e a sua gente; as emoções e as evocações que as acompanham, sendo as mais intimamente pessoais, são ao mesmo tempo profundamente sociais; dão-nos o sentimento agudo da nossa personalidade, no que ela tem de mais nosso e mais recôndito, e dão-nos a percepção do irresistível enlaçamento que nos conjuga ao torrão nativo, independente de todo raciocínio, antes de qual-

quer reflexão, e mesmo contra a nossa vontade. Nada, pois, pode ultrapassar o poder, digamos nacionalizador, da tradição.

É verdade que nem todas as tradições são boas e recomendáveis, e é verdade também que o excessivo apêgo às tradições, quando estas se consubstanciam em regras e pautas impostas à actividade política, económica, artística ou literária, pode tornar-se uma espécie de tirania tão detestável como qualquer outra. Isto, porém, são considerações à parte.

Baste-nos no momento, reflectir nisto — que entre o culto exagerado e o desprezo sistemático há espaço mais que bastante para se mover um povo como o nosso, que por um lado está muito longe dos exagêros tradicionalistas (aos quais provavelmente nunca chegará) e por outro lado precisa de criar uma cultura sistemática do sentimento nacional, cultura que não dispensa o concurso da tradição, que não pode valer-se apenas de meios lógicos, retóricos, intellectuais, indispensáveis de certo, mas, também, sem dúvida, insuficientes.

Eis aí, em que estes assuntos interessam ao educador brasileiro. Em muitos países essa cultura se faz cotidianamente através das escolas. As nossas escolas não a fazem. É urgente imitarmos os estrangeiros ainda neste ponto, depois de os termos copiado em tantíssimos outros.

E não é preciso procurar os mestres à distancia. Temo-los aqui à mão, em nossas grandes cidades, ensinando à nossa juventude o uso preferencial das suas linguas e o culto passivo das suas literaturas, insinuando-lhes por todos os meios sugestivos a admiração e o affecto por tradições, por successos históricos, por homens, por usos, por coisas de além, tratando a nossa lingua e a nossa história como matérias de obrigação sem devoção, consideradas como preenchimento de formalidades impostas pelas conveniências, fazendo executar jogos, cantos, brincos e práticas adventícias, criando, numa palavra, almazinhas desenraizadas dentro da própria pátria, fechadas para as correspondências simpáticas com o ambiente em que têm de viver, fadadas a experimentarem perpetuamente uma espécie de desgosto por tudo que as rodeia e a mágoa de não poderem ir expandir-se nas terras adoradas e distantes cuja atracção as enlaçou tentacularmente para sempre...

Enfim, tudo parece confirmar a conveniência de que nos devotemos com mais amor e mais seriedade ao estudo das tradi-

ções populares, não vagamente, mas com objectivos certos e claros.

Há um objectivo imediato: estabelecer um vasto, minucioso e metódico inquérito, que abranja todas as formas interessantes do assunto em toda a extensão do país, colhendo suas manifestações actuais, reconstituindo as antigas, explicando umas e outras, verificando o que há nelas de particular e o que procede de tendências gerais do espirito humano, o que é fruto da terra e o que deriva das correntes e ciclos internacionais, o que é contribuição de uma ou de outra das raças e povos que vêm formando a nossa população, etc.

E há dois grandes objectivos mediatos: primeiro, — oferecer um conjunto de aquisições apuradas e seguras ao património comum dos conhecimentos, com as quais possam jogar no futuro os investigadores da história, da etnologia, da sociologia, de todas as sciências que se ocupam do homem; segundo, — prestar serviço ao país, já despertando no público um vivo e carinhoso interesse por estas coisas nacionais, já fornecendo à literatura e à arte brasileira um repositório de assuntos, de sugestões e de “motivos” brasileiros, já, finalmente, pondo à disposição dos nossos educadores um precioso instrumento de acção nacionalizadora.

Se, porém, essa tarefa seduz, não convém dissimular que ela não é para ser feita de pressa. Além das dificuldades próprias da matéria, que não são poucas, temos de considerar, no Brasil, outras que se originam de circunstâncias especiais. Uma delas consiste em que, entre nós, não são numerosos os que se dedicam a estudos desinteressados. Outra, consiste na ausência quasi completa de certa classe de colaboradores, que em outros países trabalham na mesma seara das tradições, ou em campos contíguos.

Faltam-nos arqueólogos. Ora, ao arqueólogo incumbe justamente uma tarefa complementar à do folclorista: este examina as tradições mais especialmente nas suas formas orais; o arqueólogo aplica-se de preferência às formas materiais, — aos produtos da arte, segundo a concepção clássica da arqueologia, a todos os produtos do trabalho humano segundo uma teoria mais comprehensiva, de que é expositor e defensor o suíço Deonna.

Não temos estudiosos da música — não digo aqueles que a estudam como artistas, como devotos da arte, como teoristas ou como eruditos da grande música, mas aqueles que encaram as manifestações musicais apenas como factos do espirito humano

ou como fenómenos da vida social e procuram surpreendê-las e acompanhá-las, quaisquer que elas sejam, com a mesma objectividade do naturalista que tanto observa o roble frondoso como o fungo imperceptível, tanto o grande vertebrado como o infimo dos protozoários.

Não temos, ainda, por todo o país, senão raríssimas pessoas inclinadas aos estudos de linguagem com critérios e métodos puramente glotológicos, sem preocupações didácticas, nem polémicas, nem retóricas, sem intuítos de aplicação à arte de escrever, nem à gramática normativa, mas com o cuidado único de captar, descrever e explicar os fenómenos nas suas origens, no seu encadeamento, na sua marcha, à parte quaisquer distinções subjectivas de nobreza ou plebeísmo, de beleza ou feiúra, de correcção ou corrupção.

Ora, as tradições populares, ainda entendendo-se porisso apenas as chamadas tradições orais, não podem ser consideradas sob um único aspecto, sem que haja uma como dilaceração violenta da realidade. Por outra: podem e devem ser encaradas assim, mas sob a condição de não se esquecer o carácter incompleto e provisório da aquisição.

Quando se trata, por exemplo, de versos populares, nós nos portamos, comumente, segundo as ideias e os hábitos da literatura culta. Olhamo-los como a obras acabadas de um autor qualquer, com a única diferença de que esse autor se chama Povo, em vez de se chamar Sancho ou Martinho, e de que, em vez de publicar as suas composições, se limita a imprimi-las na memória. Entretanto, a diferença não está nisso apenas. Este critério simplista pode-se admitir como uma atitude momentânea, mas está longe de conter a verdade exacta. O povo pode ser um autor, sem dúvida, mas não é um autor como qualquer outro.

Uma literatura culta quer dizer uma literatura de épocas em que o homem, reflectindo sobre as próprias feitura de outros tempos, dando-lhes diferentes valores, classificando-as, hierarquizando-as, reduzindo-as a normas, a estalões, a exemplos, faz intervir cada vez mais na produção subsequente o seu espirito crítico, o seu saber adquirido, as suas concepções abstractas e a sua vontade meditada. É a literatura das fases em que, como diz Rénan, "o trabalho intelectual deixa de ser espontâneo para se tornar sapiente, e não se move mais sem consultar seus arquivos depositados nos museus e nas bibliotecas". Então, a literatura se esquivia aos contactos imediatos da vida, desvencilha-se de funções

subalternas ou simplesmente concomitantes, entra por assim dizer a bastar-se a si mesma. Torna-se um ofício, e um ofício aristocrático. Surge o sentimento vivo da paternidade literária, e o nome do "autor" liga-se à obra, não apenas como o do seu criador, mas ainda como o do seu eterno proprietário. E, sobretudo, os produtos do estro passam a ser apreçados em si mesmos, como pequeninos mundos independentes, bem recortados na massa amorfa, instável e fugitiva da realidade total...

Ora, os versos do povo não são literatura cultivada, nem chegam sequer a ser propriamente literatura. Não atingem aquele estado de cristalização. Não há nenhum respeito pela personalidade dos autores: as produções que caíam no domínio do povo são do povo para todos os efeitos. Não há nenhuma concepção de poesia como um fim, nenhuma ideia de que ela possa ter um valor e uma função independentes. Querer apreciá-la em si mesma, é arrancá-la meio arbitrariamente ao mundo das realidades concretas e actuais onde ela vive, que a explica, que a necessita e ao mesmo tempo a restringe.

Antes de mais, os versos genuinamente populares, isto é, aqueles que vivem e evoluem no domínio da tradição, da inconsciência e do anonimato, podem ser encarados, devem ser encarados como num estado de elaboração permanente. Colhem-se aqui e ali composições com aparências de obra terminada e definitiva "datada e assinada?" São, na verdade, formas passageiras, variantes entre muitos variantes, versões, reduções, reflexos, cruzamentos de outras formas, edições aumentadas ou diminuídas de um borrão em que ainda se trabalha. São como fotografias instantâneas de onda inquieta, nas quais a massa de água em movimento se deixa ver numa imobilidade ao mesmo tempo real e enganadora.

Depois, esses versos estão, ordinariamente, de tal modo entrelaçados com a música, ou com a música e a dança, que não se pode distinguir qual é o principal dos tres elementos, qual é o necessário. Todos podem ser principais e acessórios, alternadamente; ora predomina o sentido do ritmo e da melodia, ora prevalecem as necessidades da expressão verbal, ora é a coordenação dos movimentos e figuras do bailado que triunfa — como quando a linguagem e a música se reduzem a gritos, a interjeições, a meros ajuntamentos de palavras e de notas, apenas para esporear os dançarinos, para marcar a cadência, para sugerir ou sublinhar a sucessão dos saltos, dos boleios, dos trancos e dos requebros.

Há também ocasiões em que a música e a poesia se apresen-

tam como correlativos de outros movimentos, não em diversões mas em trabalhos. Quando um ajuntamento de pessoas do povo se ocupa no transporte de objectos pesados, derruba uma árvore, se entrega à faina dos "mutirões", todos sentem a irresistível necessidade de cantar. Muita vez, o canto nem tem palavras e se resume numa repetição de gritos alongados, a intervalos regulares. Às vezes, as palavras aparecem, mas nada exprimem de inteligível; percebe-se bem que o seu sentido é o que menos importa, e que elas se resumem num simples pretexto. Outras vezes, enfim, êsse sentido se manifesta e se precisa, e surgem até composições bem feitas e bonitas. Mas estas composições bonitas não são de regra, são excepções, e excepções mais raras com efeito do que pode parecer através de certas colectâneas muito escolhidas, onde se teve o cuidado de fixar unicamente as versões mais limadas, — e talvez acabando de as limar.

Finalmente, assim como, estudando a poesia, não se podem deixar de lado a música e o movimento, que são como outras faces apenas da mesma realidade — a acção colectiva e coordenada, — também é forçoso não separar êsse tríptico estudo do estudo das crenças e superstições que formam o fundo comum da mentalidade popular. A dança, o canto, a poesia assumem frequentemente um carácter mágico ou religioso. Há numerosos versos que são meras "fórmulas" e que apenas podem entrar na classificação de poesia pelo acidente da medida e da rima. A chave para a compreensão exacta de muitos espécimes colhidos está numa credence morta ou em decadência. Na própria lírica, onde se chega a um certo sentimento menos vago e menos confuso de poesia, ainda assim sem nenhuma concepção da poesia como um fim ou um ideal, são abundantes os reflexos e as influências da religião e da feitiçaria.

E não basta considerar as crenças e superstições. É necessário estender o exame aos costumes em geral. Poesia, dança e música integram-se no maciço das costumeiras e das usanças, são consecutórios de práticas tradicionais — festas, cerimónias, actos colectivos diversos — são sustentadas por estas práticas, destas recebem influxos determinantes das suas formas e maneiras. São numerosíssimos os versos que, destacados dos actos, dos movimentos, dos gestos, das finalidades imediatas que os explicam, ficam pueris e insignificantes como frases arrancadas a uma peça cujo enredo e cujos personagens se desconhecem. Assim aqueles em que tudo se resume numa referência a óbulos solicitados, a atenções recebidas, a determinadas pessoas, a passagens de uma

cerimónia, etc. Postos sem explicação numa colectânea, parecem puras extravagâncias sem pés nem cabeça, e só podem induzir a falsas apreciações.

Mas todos esses factos — poesia, música, dança, cerimonial, usanças, — tem os seus correlativos materiais, instrumentos, utensílios, aparelhos, imagens, amuletos, objetos de toda sorte, Cumpre estender até eles o raio de observação. Nem sempre o exame dessas coisas deverá ser levado à conta de mero prolongamento exterior de indagações que podem ser mais resumidas, ou de simples luxo de in'ormação. Às vezes, esse exame é indispensavel à exegese de um texto tradicional. Assim como não podemos bem compreender as formas, as medidas, a estrutura da poesia, sem o conhecimento da música e das acções correspondentes, também não podemos compreender a música nas suas feições, nos seus recursos, nas suas idiosincrasias, sem vêr de perto os instrumentos que a servem e a limitam, como o corpo serve, limita e condiciona as exteriorizações do espírito.

Considerações semelhantes se poderiam fazer com referência às crenças e suas imagens e mais objectos, à poesia e às coisas materiais a que ela se prende. A respeito d'este último ponto ocorre-me um exemplo frlsante. São frequentes em versos populares de S. Paulo as alusões a certas plantas e flores, igualmente nomeadas a cada momento no cancioneiro português: a rosa, o cravo, o mangericão, a malva, a perpétua, a arruda, o alecrim, etc. Essas plantas e flores não aparecem nos versos de cá por simples reminiscencia dos modelos portugueses; elas figuram indefectivelmente no tipo clássico dos nossos jardizinhos roceiros.

Tudo, enfim, nos mostra como é necessário, nestes estudos, não perder jamais o senso da continuidade e do entrelaçamento das coisas, e como é indispensável o concurso de várias classes de colaboradores. É próprio do espírito popular não distinguir o pensamento do sentimento, nem da imaginação, nem da vontade, nem o subjectivo do objectivo, e por conseguinte não estabelecer divisões ideais no conjunto de suas actividades espontâneas. Experiência, saber, arte, literatura, crenças, tudo se mistura inextricavelmente, tudo se resolve em aspectos policrómicos de uma só mentalidade concreta, essencialmente humana, através da qual todo o mundo exterior e todo o mundo interior se acomodam às várias imposições da vida presente.

Nem insisto no papel dos lingüistas, cuja primacial importância salta aos olhos. Sem o estudo da linguagem popular sob o duplo ponto de vista glotológico e filológico, as indagações de

que tratamos se resumiriam numa cousa vã. Antes de mais examinar, palpar e conhecer miudamente o tecido verbal em que se envolvem os produtos da "literatura popular"; conhecê-lo no seu estado presente e na sua história. O simples estudo da linguagem envolve já um começo de interpretação dos factos, quando não o principal de toda interpretação, como o testemunham tantíssimos exemplos de etimologia popular, fonte copiosa de mitos, lendas e contos. Mas os estudos de linguagem, entre nós, salvo casos perfeitamente esporádicos, ainda não começaram a desembaraçar-se de preocupações gramaticais e retóricas para assumir um nítido carácter de indagação desinteressada.

Em conclusão, a tarefa da Academia, — se esta quiser executá-la — terá de ser dificultosa e lenta. Mas é justamente para obras assim, dependentes do obstinado concurso de sucessivas gerações, que se fazem as academias. Para as obras de invenção rápida e luminosa, que põem as personalidades em relêvo magnífico, elas não são necessárias.

Essa tarefa não será também brilhante. Será uma labuta modesta de operários pacientes, sempre sujeita às eventualidades de ampliações, de correcções, de destruições e reconstruções futuras. Temos que nos resignar a isso. Dessa maneira é que se tem constituído todo o saber organizado, toda a sciência humana...

Sem esta modéstia, este desapêgo da personalidade, esta convicção prévia de que não se trata de edificar nada de definitivo nem de suntuoso, mas de concorrer escrupulosamente para o aparelhamento de materiais destinados a uma obra enorme, que ultrapassa o limite de nossa vida e cujo último plano architectural nem sequer antevemos; sem esta humildade e esta devoção em muitos milhares de obreiros, não haveria nada do que faz a grandeza de todas as coisas grandes nas nações e no mundo, a sciência, a arte, a literatura, o pensamento, as instituições. Porque os próprios génios que surgem de onde em onde como acidentes fulgurantes, só reponham no seio de povos onde haja uma cultura generalizada, onde haja muitos e muitos operários desambiciosos do espirito. E pode-se dizer, em tese, que, a magnitude é o esplendor do génio estão sempre na proporção do trabalho anterior, impessoal e cooperativo dessa multidão de formigas que "não fazem nada", mas possibilitam e preparam tudo...

Porisso os exercicios da intelligência não devem ser olhados apenas como uma concorrência bárbara de personalidades ansiosas por dominar e resplandecer, mas comportam uma espécie de religião, com o seu espirito de fraternidade, de modéstia e de sacrificio e com o seu ideal remoto e consolador.

POESIAS, CONTOS E LENDAS

A insuficiência dos nossos arquivos folclóricos — « S. Paulo, região desconhecida », nesta matéria — Tudo por explorar — A poesia popular paulista, grande filão abandonado — Nossas lendas e as contribuições do índio, do negro e do branco — Qual a proporção de cada um? Ignoramos — Os contos, outra vegetação virgem à espera dos desbravadores — Como coligir — Necessidade de coligir muito, para se poder apurar alguma coisa.

O MATERIAL folclórico do Brasil tem sido apenas explorado superficialmente. Só se tem respigado um pouco nos afloramentos mais visíveis. Ainda em matéria de contos e lendas e de poesia, que são os ramos mais estudados, quanto resta a fazer! Só conhecemos “alguma” coisa de “algumas” regiões, de algumas localidades, de alguns agrupamentos; mas, aqui mesmo, o que temos está em geral dependendo de revisões e crítica que não se fazem.

O que possuímos de melhor a respeito dos índios é pela maior parte de procedência estrangeira. Acérca dos negros, rica mina de observações, com sua mentalidade ainda mergulhada no período feiticista, mas em contacto directo com populações de origem superior, exercendo e recebendo influências que se misturam sem se penetrar, — parece incrível, — não há nenhum trabalho seguido, com vistas de conjunto e abrangendo ao menos uma larga extensão do país ou um largo período de tempo.

Há grandes trechos do nosso território que nem mesmo superficialmente se pode dizer que tenham sido “explorados”. E não é preciso ir longe de São Paulo, não há nada, de véras nada, se não levarmos em conta alguns raros trabalhos de pequeno alcance e com estes os livros de prosa e verso dos nossos autores

regionalistas, interessantes sem dúvida, mas enfim livros de literatura, cujas observações foram "escolhidas" e manipuladas numa intenção de aproveitamento especial e imediato, sem regularidade nem seqüência, e sem métodos nem objectivos de estudos.

Do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e alguns outros Estados há colectâneas de versos, de contos, de lendas, de crenças e superstições de instituições e de práticas consuetudinárias. De S. Paulo, nada disso.

Há mesmo quem acredite que S. Paulo seja terra completamente sáfara em matéria de tradições populares... Não é. O que se dá é apenas que S. Paulo é uma terra onde as pessoas cultas andam absorvidas pelas seducções e pelas imposições da vida activa, e que o paulista, gente famosa pelo seu "intratável" baírrismo, todo verbal, ou verboso, é na verdade o indígena brasileiro que menos ama e acarinha o "seu torrão".

Não há povo, por mais ajuntamento que seja, sem um certo fundo comum de noções, de crenças, de experiências, de fórmulas, de criações narrativas e poéticas, fundo que se explica pela transmissão oral e pela imitação. Esse depósito, qualquer que seja, é sempre interessante como manifestação do espírito humano em determinadas condições históricas, sociais, étnicas, culturais, etc.: tem sempre o valor de uma experiência natural.

Nada prova, porém, — já que a nossa indiferença não é prova, — que em S. Paulo deixem de existir belos e grossos veios de tradições, complexos, variados, irizados do pensamento e da alma de muitas gerações, carregados de tributos de diversa proveniência, e incorporados, com o correr do tempo, às feições de uma mentalidade colectiva relativamente avançada.

Há poucos anos, meti-me a sondar o que havia de poesia popular em S. Paulo, e, em breve período de trabalho, me convenci de que o filão é tão abundante e tão curioso como o de qualquer outra região do país — o que aliás já havia entrevisto através das iniciativas de Cornélio Pires. Temos uma grande corrente nitidamente tradicional, manifesta em copiosa quantidade de versos anónimos, que se repetem indefinidamente, sabe Deus desde quando, e uma grande corrente de elaboração activa alimentada pelo estro inventivo dos poetas da roça mas em parte abeberada de tradições, quanto aos temas e às fórmulas, e em parte reentrando no domínio tradicional pela tendência a conservar-se na memória colectiva.

De uma e outra consegui colher e arquivar boa porção de exemplos, sem maiores canseiras. Só de um cantador de S. José

do Rio Pardo, trabalhador de roça, autêntico e profundo caipira, apesar de umas longínquas tinturas de instrução primária, obteve no espaço de poucos dias cêrca de uma dúzia das muitas "modas" que êle costumava cantar ao som da viola. Dessa espécie de cigarras há exemplares por toda a parte, no interior e no litoral, nos povoados e nos campos.

De Barueri, de Tietê, de Sorocaba, de Casa Branca, de São Sebastião e muitos outros pontos recebi boa messe de versos religiosos e profanos, tradicionais e "inventados", fábulas, sátiras, romances, preces, louvores, cantos líricos, etc.

Enfim, tudo me indicava que, se tivesse podido prosseguir na colecta, não levaria muito tempo a ajuntar um belo acervo de materiais, que permitisse formar idea segura da poesia popular de S. Paulo, na sua extensão, nas suas feições gerais, nas suas tendências, no que ela representa de tradição, no que deve a empréstimos ocasionais e no que encerra acaso de originalidade própria.

O que se dá com a poesia dá-se com tudo o mais. Ninguém procurou ainda colleccionar as lendas e contos que por aí correm, como em todos os povos, desde os mais selvagens até os mais civilizados.

As lendas, ensinam os mestres, são narrações populares que constituem objecto de crença, geralmente localizadas, individualizadas e "datadas", isto é, com determinações de lugar e de época e com personagens reais, ou assim consideradas. Os contos são as outras narrações que não entram nessa definição: não são objecto de crença, referem-se a épocas, lugares e personagens incertas.

É claro que tudo isto são ideas gerais, sem rigidez nenhuma, como todos os esquemas classificatórios em que procuramos encerrar as coisas da natureza e da vida. As lendas podem deixar de ser objecto de crença, os contos podem tornar-se tais, e as transições são difíceis de definir; há contos com personagens reais e com indicação de lugares e épocas, etc.

O campo lendário de S. Paulo, apesar do pouquíssimo que se conhece, pode ser mais ou menos entrevisto nas suas grandes sub-divisões.

Há restos de lendas feiticistas, zoomórficas e antropomórficas do indio, espalhados um pouco por toda a parte e em vias de dissolução e olvido. Destas, é fácil recordar de momento a da Mãe-da-água, a da Mãe-do-ouro, as do Saci e do Currupira, a

do Boi-tatá, etc. Andam em geral muito misturadas com outras de vária origem.

Assim, a do Saci, que é certamente indígena em parte, revelando amálgama de elementos de outros mitos aborígenes (Curupira, Caapora, etc.), sofreu a influência do negro, patente na transformação da personagem num moleque travesso, e ao mesmo tempo incorporou não pouca coisa de procedência europeia. De modo que o Saci marca um momento importante, uma encruzilhada da nossa viagem histórica. O Saci é talvez um símbolo...

Sirva por enquanto o moleque de mera transição para passarmos das lendas indígenas às de proveniência africana.

Estas parece que são as mais sacrificadas, as menos reconhecíveis nas inextricáveis misturas que o tempo operou. O que, aliás, se explica. A relativa persistência dos elementos de origem indígena justifica-se pela anterioridade do índio no convívio dos colonos e seus descendentes. Quando os negros vieram, já encontraram uma população mais ou menos formada e estabilizada, com um nível de cultura superior ao deles. Os recém-vindos é que tiveram de se acomodar ao novo meio moral, aprendendo a língua da terra, submetendo-se à religião e aos costumes. De resto, é de regra que, em tais ajuntamentos de povos no mesmo território, predomine o mais civilizado.

Fala-se muito, insistente e correntemente, na influência do negro em nossa psique. Essa influência pode ser um facto sob certos aspectos, mas no que se refere a tradições — que entretanto valem alguma coisa nestes assuntos — a contribuição do preto parece pequeníssima, ao menos em S. Paulo e, em geral, no sul do país.

Objectar-se-há com a feitiçaria, tão generalizada. Mas este capítulo da feitiçaria é complicado. Em primeiro lugar, a maior parte das crenças e práticas está confinada no círculo dos usos e costumes próprios dos pretos e persiste lá entre eles. Em segundo lugar, os índios também tinham a sua feitiçaria. E os civilizados também têm a sua...

Enfim, nada se pode afirmar por simples presunção, ou por adivinhação. Os factos do espírito são tão reais como os da natureza material, e para dizer alguma coisa com fundamento é preciso examiná-los... Examinar uma grande quantidade deles. Onde estão os factos? Quem já os colleccionou em número suficiente, abrangendo um largo campo de manifestações e compreendendo uma boa parte do país, para poder falar "ore rotundo"

sobre o quinhão real do negro na formação da fisionomia moral do brasileiro?

E, aqui entre nós... será mesmo certo que tenhamos uma fisionomia?

As lendas de origem europeia acusam, naturalmente, em geral, um revestimento cristão ou uma re-manipulação cristã, e devem ser relativamente numerosas.

Há, finalmente, as nativas: na região litorânea, lendas referentes a viagens, fenómenos marítimos, aventuras de navegantes e piratarías; no interior, lendas relativas ao desbravamento das terras, aos conflitos do branco e do índio, à escravidão; por toda a parte, lendas locais ligadas a accidentes naturais, à fundação de núcleos populosos a templos e imagens, etc.

Esse acervo todo está quasi inteiramente intacto. Já é falta de curiosidade!

Temos depois os contos, basta vegetação tão interessante como as lendas.

Estas mostram-nos o homem, em todos os tempos e lugares, às voltas com a necessidade de crer e afirmar, de forjar uma explicação para tudo, de conquistar um terreno firme no imenso resvaladouro de incertezas em que se encontra perdido. Os contos representam outra necessidade humana — a de assistir às evoluções livres do próprio espirito, a de dar expansão às faculdades criadoras. Contudo, essa expansão no povo não chega ao desinteresse, à arte pela arte; há sempre um fundo utilitário em todas as criações verdadeiramente populares, pelo menos nas suas fórmulas originárias.

O conto compreende diversas variedades: as narrações de personagens animais, que, segundo van Gennep, devem ser a espécie mais primitiva, exactamente pelo seu acentuado fim utilitário de disciplina social;

os contos maravilhosos e divertidos, que o nosso povo distingue bem sob o nome de "estória";

as narrativas anecdóticas, correspondentes ao que os antigos denominavam "exemplos", e que o nosso povo igualmente distingue perfeitamente sob o título de "casos" — ou "causos", como lá diz o caipira.

Há outras espécies, menos abundantes, que também se compreendem no género, ou a elle se ligam; falsos contos de brincadeira, uns sem conclusão, outros compostos de maneira a repe-

tir-se indefinidamente a mesma coisa; os que encerram problemas ou adivinhas, etc., etc.

De tudo isso não pode deixar de existir abundante messe em S. Paulo. A questão está em procurar e colher.

Mas, tratando-se de colher, é bom não imitar os autores de tantas colectâneas de contos para a infância e para o povo, parte compiladas, parte apanhadas aqui e ali, indiferentemente. Para que este trabalho possa valer alguma coisa, como verdadeiro inquérito à mentalidade popular numa região, é necessario que os colectores arrolhem a própria fantasia, deitem fóra toda preocupação de completar e corrigir, e reproduzam com fidelidade e simplicidade, não se esquecendo de indicar os lugares, os meios, e, sendo possível, quando se servirem de um informante, a idade, o sexo, a condição social das pessoas ouvidas. É assim que se procede em toda a parte.

Outra necessidade é a de reunir grande quantidade desse material de estudo. Sem isso, todas as vistas sintéticas e todas as generalizações de carácter psicológico e sociológico, que passem de limites muito modestos, são abusos de imaginação, e caem na pura logomaquia.

Sem vêr, examinar, comparar e classificar um grande número de documentos dignos de fé, será impossivel chegar a conclusões sérias e positivas sobre as tão faladas influências de raças, sobre os pretensos caracteres morais de populações desta ou daquela zona ou região, e sobre tantos outros pontos acérca dos quais se costuma discorrer tranqüilamente, a propósito das nossas tradições populares.

As mais belas teorias, assentes num exíguo número de factos, podem cair de um momento para outro como castelos de cartas, com o simples afluxo de um maior número de factos adquiridos e o conseqüente alargamento e transformação das perspectivas. Disto formigam exemplos em todos os ramos de conhecimentos, e em matéria de folclore há exemplos notáveis. Tentadoras e majestosas architecturas como a teoria indiana e a teoria "mítica", sustentadas por homens de alto valor, esvalram-se rapidamente quando, diante da vastidão dos materiais recolhidos em todas as regiões do mundo, inclusive a África, a América, as ilhas do Pacifico, as terras árticas, se teve de reconhecer que era impossivel acomodar tudo isso em quadros traçados nos tempos em que a índia podia parecer a mãe dos mitos e dos contos, como pareceu ser a das linguas européas e da civilização.

POR UMA SOCIEDADE
DEMOLÓGICA EM SÃO PAULO

I — Por que não formar uma associação em São Paulo? — Modelo que se impõe: o puchirão — Os fins e o programa.

II — Documentação a colher — Como proceder à exploração — O preparo dos materiais.

I

EM discurso que foi publicado, lembrei, recentemente, à Academia Brasileira que ela faria bem ao país e a si mesma, se procurasse centralizar os nossos estudos do folclore, animando-os, dando-lhes orientação mais segura, oferecendo-lhes um programa de trabalhos, ajudando-os a virem à luz.

Mas a Academia, ou porque a minha mofina eloquência não lograsse movê-la, ou porque a matéria não lhe desperte nenhum entusiasmo, ou porque julgue que não lhe compete entrar nesse domínio, seja enfim pelo que fôr, nada fez nem fará no sentido indicado. É pena, a mim me parece, porque (1) nenhuma associação estaria mais nos casos de preencher a lacuna apontada — a de um órgão impulsionador e coordenador daqueles estudos, que infelizmente decorrem tão desarticulados, tão falhos e tão caóticos, quando, com um pouco de esforço por parte de uma agremiação prestigiosa, poderiam tornar-se numa grande e fecunda lavoura, operando por todos os recantos do país com ritmo e com energia.

Entretanto, não considero perdido o meu apêlo, porque, apesar da sua pálida insuficiência, ecoou simpaticamente, cá por fóra, em alguns espíritos convencidos como eu da importância destes estudos e da conveniência que haveria em se intensifica--

(1) — Desde o início do período: "Mas a Academia" até aqui foi cortado pela Revista da Academia Brasileira de Letras (n. 119, nov. 1931) quando publicou este trabalho de Amadeu Amaral.

rem e disciplinarem. As demonstrações de aprovação que de quando em quando recebo levam-me a pensar que não pequei perante a eminente companhia nem por extravagância nem por puerilidade, e até me animam a esperar que ainda surjam, se não no Rio, em outros pontos, associações destinadas a representar, em escala menor, o papel que eu indicava à Academia.

Se tal se der, não teremos, aliás, feito outra coisa que seguir os exemplos de muitos outros países de todos os continentes. Para não ir longe, não entrarei em citações. Não me deterei sequer a falar nos trabalhos admiráveis de "American Folk-lore Society", que tem revolido potentemente o seu campo, nem mesmo exporei por miúdo o caso recente da pequenina Cuba, onde começou a funcionar uma agremiação muito bem orientada, que já publica uma interessante, séria e bem arranjada revista, como ainda não tivemos no Brasil...

De S. Paulo, como é natural, visto o agasalho que este grande diário (1) concedeu ao meu bruxoleante discurso e ao mais que se lhe tem seguido na matéria, igualmente me chegam demonstrações de que a lacuna é também sentida por aí.

Uma vez que assim é, por que não se há fazer nessa terra, onde todos os dias brotam iniciativas novas e bonitas, a primeira das nossas associações folclóricas (ou, se preferem, "demolológicas")?

Ainda não há muitas semanas, esse fino poeta e ardente moço que é Paulo Gonçalves me falava em generosa animação e largo descortino dos efeitos que se poderiam esperar de um movimento neste sentido, e, há dias, Palm Vieira, este outro poeta de diversa linguagem, tão apaixonado da sua arte como da sua terra, sempre trepidante de sonhos que se querem transformar em acção, me desenrolava todo um prospecto de excavações que poderiam fazer-se, mediante uma fácil concatenação de esforços, no tocante às artes decorativas populares.

Como estes dois pensarão muitos outros moços de S. Paulo, onde a preocupação de procurar e de fazer o "brasileiro" tem vicejado já em tantas tentativas curiosas, na literatura, na pintura, na arte aplicada.

Pois bem. Por que esses moços não se hão de reunir, entrar num entendimento, traçar o desenho geral de uma tarefa colectiva, e meter mãos à obra?

(1) — "O Estado de S. Paulo", em cuja coluna saíam publicados, cada sexta-feira, os rodapés sobre Tradições Populares.

Convém apenas que não se inicie essa agremiação com umas tantas ilusões que soem acompanhar empreendimentos dêste género e que, com a mesma facilidade com que os impulsionam durante os primeiros dias, logo se lhes convertem em causa de langüidez e de inércia.

Essas ilusões se resumem nestas duas principais: a de um programa comprido e complicado e a de uma organização aparatosa, com muitos sócios, muitos artigos de estatutos, muitos cavalheiros importantes na directoria e muita publicidade.

Os programas demasiadamente ambiciosos não se realizam nunca. As melhores disposições dêste mundo desencorajam-se diante de uma tarefa que excede as forças do comum dos mortais, ainda que somadas; e embora se manifeste certa actividade, no fogo da primeira hora, não tarda a surgir a influência dissolvente da mole dos objectivos, a desmembrar e dispersar as vontades, solicitando-as em diferentes direcções. Assim, a agremiação vem a burlar completamente a sua própria razão de ser, que consiste em criar e manter um verdadeiro "trabalho colectivo", e não em reunir acidentalmente uma quantidade de pequenos esforços contraditórios.

Cumpre, pois, limitar o programa e precisar nitidamente os respectivos pontos. Aqueles que se associarem saberão bem para que é que se associam, que há um certo número de coisas bem determinadas para se executarem; e quem não se sentir com jeito ou vontade, logo verá que nada tem que fazer lá dentro, porque não há campo onde se possam mover a seu talante as fantasias pessoais de cada um.

O aparato é outro perigo: dá logo a impressão de que no fundo de tudo não há outra coisa que um pretêxto para se pôrem personalidades em relêvo. E daí se deriva um fermento inevitável de desarmonia e uma causa certa de desprestígio e de ridículo, dessa espécie de vago desprestígio e de manso ridículo que fórma uma como atmosfera de garôa em tórno de tantas agremiações pomposas e infecundas.

Deixe-se definitivamente de lado a preocupação de arrebanhar sócios a todo transe; proscève-se para sempre o êrro de querer atrair cavalheiros brilhantes que emprestem realce exterior à associação, e nem se pense sequer em fazer ecoar cotidianamente os fatais tambores da propaganda e do preconício.

O que há para fazer é muito simples e não só dispensa como repele aglomerações, aparatos e rumores. Trata-se, em suma,

— para reduzir tudo a uma fórmula concisa, — de fazer com que operem de acôrdo alguns indivíduos igualmente afeiçoados a certo gênero de trabalhos, apenas para que possa cada um vér multiplicado o esforço que depende ou poderia despende sôzinho, e assim realize uma grande economia de tempo com resultados muito mais consideráveis. Só isso.

Existe nas zonas rurais do nosso país um interessante e belo costume: o de se congregarem os pequenos lavradores de um bairro para executar certos serviços de vulto no “sítio” de um colega, a título de adjutório. É aquilo que o caipira paulista denomina “puxirão” e que em outras rejiões recebe diferentes nomes sem que varie na essência — uma aplicação livre, generosa e inteligente do princípio do auxílio-mútuo.

A associação de que se trata deve tomar por modelo o “puxirão” do caipira, — o que, além do mais, lhe ficará perfeitamente a carácter...

Qual, porém, o programa que deve ser fixado? Eis a questão mais delicada que a nova agremiação terá de resolver. Mas com um pouco de reflexão e de boa vontade ver-se-á que não é, praticamente, difícil.

A principal dificuldade é de natureza teórica. O domínio próprio do folclore, como allás acontece em maior ou menor grau com quasi todos os outros ramos de conhecimento, não está bem delimitado: dão-lhe uns uma extensão que parece exagerada e que o levaria a invadir o campo de disciplinas diversas; outros restringem-o um pouco demais aos velhos limites do puro tradicionalismo e — passe a palavra por amor da comodidade — de um “ruralismo” estreito e seu tanto quanto artificial.

Contudo, para que entrar desde logo nestas contendas teóricas? O que não deixa dúvida, como observa o ilustre van Gennep, é que o folclore tem o seu domínio, que não se confunde com o de nenhuma outra sciência; se não é fácil reconhecer-lhe exactamente as divisas é em troca facilímo verificar que existe um núcleo de coisas e de factos sôbre o qual ninguém lhe contesta a soberania.

O folclore estuda os produtos da mentalidade popular. O povo tem uma sciência a seu modo, uma arte, uma philosophia, uma literatura, — sciência, arte, philosophia e literatura anónimas. Tem também um direito, uma religião e uma moral que se distinguem dos que lhe são impostos pela cultura da escola ou lhe vêm por infiltração natural de influências ambientes — muito embora

possam ter tido uma origem cultural remota, mas já trabalhada por um inconsciente processo de adaptação à psique colectiva. Observar, colher, estudar os produtos dessas "instituições" na sua história, no seu domínio territorial, nas influências cultas que recebem e nas influências que exercem sobre a cultura, — eis o objecto do "folclorismo".

Tudo isto se pode melhor encontrar, naturalmente nas populações rurais, que são o "rempart" do verdadeiro espírito popular, o terreno onde as personalidades mais visivelmente se dissolvem nas feições da colectividade, pensando, sentindo e agindo por conta desta. Porisso os folcloristas sempre se apegam de preferência a tais populações, como é de necessidade.

Contudo, é impossível fixar limites àquilo que se entende por populações rurais, as quais não estão separadas geralmente das populações urbanas ou urbanizadas por nenhuma circunvalação intransponível. De mais, o próprio povo das cidades, e até as camadas cultas, apresentam os mesmos fenómenos que se encontram nas zonas rurais, embora muito menos claros, muito mais delidos e transformados por influxos pessoais e culturais, e porisso exigindo do estudioso muito maior soma de perspicácia e dextreza.

Em nosso país, porem, onde quasi tudo está por fazer, não temos muita necessidade de discutir por enquanto esses últimos pontos. As nossas zonas "verdadeiramente" rurais, com seus pequenos e espaçados núcleos de população, aí se acham como grandes minas apenas, ligeiramente exploradas nos afloramentos mais visíveis e, ainda assim, só em certas regiões do país. Apliquemo-nos, pois, a excavar essas jazidas, que teremos trabalho sério para muito tempo.

Já ficou dito que a associação não deve preocupar-se com certos problemas teóricos; mas esclareçamos melhor a questão. Não deve preocupar-se "como associação", porque isto lhe embaraçaria desde logo os movimentos na prossecução dos seus fins, que devem ser nitidamente práticos; mas é claro que a cada associado, individualmente, fica livre o direito de teorizar à sua vontade, nos seus trabalhos pessoais.

Os fins da associação, como associação, devem circunscrever-se única e simplesmente em colher materiais e em arquivá-los com certa ordem e método, pondo-os à disposição dos sócios para que joguem com eles como lhes aprouver.

Este, em linhas muito gerais, o programa a observar. Mas ficar nessas linhas gerais não é propriamente traçar um progra-

ma. Torna-se preciso cingir as coizas mais de perto, concretizar quanto possível.

II

Ficou dito no primeiro capítulo que a associação folclórica de S. Paulo, na hipótese de se fundar, não deve dar-se outra tarefa que a de colher e preparar materiais de estudo.

Isto não convém apenas pela razão de que seria muito difícil e perturbador querer a própria agremiação entrar no exame e debate das questões teóricas; convém, igualmente, porque a principal missão do folclorista brasileiro, missão indispensável a todos os labores de gabinete que pretendam ter base sólida e resultados sérios, consiste presentemente em recolher, classificar, "manipular" produtos e factos, no intuito de preencher as inumeráveis falhas da pobre documentação até hoje armazenada.

Allás, essa simples "preparação" ou "manipulação" de materiais já é trabalho que transcende os limites de uma ocupação puramente burocrática, exigindo o exercício de qualidades nada rasteiras.

Admitido que a tarefa da sociedade deve cifrar-se em colher e preparar documentos, segue-se que é necessário saber-se: primeiro, que documentos teem de ser procurados; depois, como procurá-los; e, por fim, em que deve consistir a sua preparação. Tentemos dar uma resposta clara a cada uma de tais questões.

Como já se disse, variam muito as opiniões dos mestres sobre a extensão do campo folclórico. Entretanto, ha um certo número de coizas sobre as quais ninguém contesta o domínio da nossa disciplina, e não há quem não saiba, ao menos aproximadamente, quais são elas.

Em outra ocasião terei talvez de examinar este assunto mais detidamente. Por enquanto, como cumpre sermos expeditos, devemos estabelecer um plano que, sem copiar nenhum dos adoptados por autores estrangeiros, contenha os pontos essenciais de todos elles e permita futuros retoques e desenvolvimentos, adaptando-os ademais às condições do nosso meio.

Este plano deverá servir de guia do colector de materiais e ao mesmo tempo de norma geral de catalogação desses materiais. É absolutamente indispensável, embora defeituoso e embora se adopte a título provisório. Para se fazerem investigações frutíferas, é necessário saber-se o que se tem de procurar e, depois, como dispôr o acervo obtido, a fim de que não se estabeleça uma inextricável confusão.

A seguinte sinopse parece-me satisfazer a ambos os fins:

I — POESIA, MÚSICA E DANÇA

- 1) RECITATIVO. (Certas peças em versos, destituídas de intenção poética, como as fórmulas mnemónicas, encantamentos, orações, etc., embora podendo interessar a um estudo aprofundado da poesia popular, devem ser remetidas a outras secções).
- 2) CANTO EM ACÇÃO (o que se usa durante certos actos individuais ou colectivos, formando indissoluvelmente corpo com êsses):
 - a) — Cantigas de berço.
 - b) — Cantigas rituais (folias do Divino, lavagem de S. João, etc.).
 - c) — Cantigas cerimoniaes (como as de banquete, as de casamentos, as de louvor e outras, contendo geralmente allusões a pessoas, coisas e actos presentes).
- 3) CANTO-DANÇA (Danças religiosas, danças profanas, rondas infantis).
- 4) CANTO AUTÓNOMO (o que se manifesta independentemente de quaisquer práticas ou cerimónias especiais).

II — NARRAÇÕES

- 1) CONTADAS COMO VERDADEIRAS (lendas):
 - a) — de protagonistas divinos ou divinizados;
 - b) — sobre almas penadas, espíritos, seres fantásticos;
 - c) — sobre animais, plantas, coisas inanimadas, accidentes geográficos, etc.
 - d) — de protagonistas humanos;
 - e) — sobre povos, raças, acontecimentos históricos.
- 2) CONTADAS POR MERO PRAZER:
 - a) — maravilhosas (histórias de fadas, de personagens anormais, etc.);
 - b) — anecdóticas (contos escatológicos, historietas de bichos, historietas humorísticas relativas à religião e ao Além, casos ridículos, histórias de caçadores, de mentirosos, de tipos engraçados, etc.);
 - c) — mnemónicas (compostas como para exercício de memória) e outras.
- 3) ANEXOS:
 - a) — burlas de contadores (histórias que ficam em suspenso, casos que se repetem indefinidamente, contos-armadilhas, etc.);

b) — fórmulas iniciais e finais de contos, fórmulas de transição;

c) — credices e práticas de contadores (exemplos: não contar durante o dia; horas e lugares preferidos; eufemismos para evitar a pronúncia de certos nomes).

III — LINGUAGEM POPULAR

1) DITADOS E PROVÉRBIOS

2) FRASES FEITAS (chover no molhado, cair no laço, bom como ouro, casa de Gonçalo, etc.).

3) MODISMOS (locais e regionais).

4) MOTEJOS (alusivos a nacionalidades, raças, profissões, etc.).

5) ARREMESSILHOS (Ex.: A como vende a farinha? — Olhe o rabicho!)

6) RÉPLICAS ("Naða" é peixe. — Que é isso? É chouriço. — Dobre a língua, etc.).

7) COMENTÁRIOS SINTÉTICOS (Ora, veja! — Esta é de gloriosa. — Faça cócega).

8) NOMES:

a) — alcunhas de povoados e habitantes;

b) — nomes de lugares e acidentes geográficos;

c) — nomes e alcunhas de pessoas e famílias;

d) — nomes próprios de animais;

e) — nomes próprios de coisas;

f) — nomes especiais de seres animados e inanimados (gato = Romão; cacete = S. Benedicto).

9) SIMBOLOS (marcas de propriedades, de fabrico, de posse; sinais de perigo; significados de flores, etc.).

10) MÍMICA (movimentos expressivos).

11) LINGUAGEM CRIPTOLÓGICA (de corporações, de grupos, etc.).

12) TRAVALINGUAS (frases de pronúncia difícil).

13) ADIVINHAS (e outros problemas).

14) PERGUNTAS — ARMADILHAS.

15) FÓRMULAS IMITATIVAS E INTERPRETATIVAS (de pregões, frases latinas, vozes de animais, dobres de sinos, etc.).

IV — TÉCNICAS E ARTES

1) CONSTRUÇÃO (habitações e mais dependências; capelas; embarcações; carros; moinhos e monjolos).

TRADIÇÕES POPULARES

- 2) ARTEFACTOS (tecidos, chapéus, calçados, arreios, cerâmica, rendas e bordados, instrumentos e aparelhos de caça, jóias, etc.).
- 3) DESENHO, PINTURA E ESCULTURA.

V — A CASA E A INDUMENTARIA

- 1) A CASA: móveis, utensílios, adornos; o jardim, a horta, o pomar, a criação miúda, os brinquedos.
- 2) A INDUMENTARIA: trajos característicos de regiões e de classes; apetrechos de vestuário; objectos ligados ao vestuário.

VI — ACTOS COLECTIVOS

- 1) TRABALHOS (costumes relativos aos —)
- 2) CERIMÓNIAS DE PASSAGEM (batismo, casamento, entérro, visitas, etc.).
- 3) FESTAS CALENDÁRIAS.
- 4) RESPONSOS, NOVENAS, ROMARIAS (aspectos profanos e sociais).
- 5) JOGOS (de dados e cartas, esportivos, carreiras, etc.).
- 6) CAÇADAS E PESCARIAS.

VII — ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS.

VIII — CRENÇAS E OBSERVÂNCIAS.

- 1) RELIGIÃO:
 - a) — práticas relativas aos dogmas e preceitos da Igreja;
 - b) — devoções especiais (Virgem Maria, Santa Cruz, os santos, os anjos);
 - c) — promessas, ex-votos, milagres;
 - d) — igrejas, capelas, oratórios, cruzeiros, imagens;
 - e) — orações especiais; breves, patuás, verónicas.
 - f) — o inferno e o diabo.
- 2) MITOS.
- 3) MAGIA e FEITIÇARIA.
- 4) APARIÇÕES e outras manifestações maravilhosas (trasgos, duendes, animais fantásticos, assombrações, etc.).
- 5) SUPERSTIÇÕES (coisas funestas; coisas propícias; amuletos; palavras e sinais cabalísticos, etc.)..

IX — DIREITO POPULAR

(Normas e sanções estabelecidas pelos costumes para regular diversas relações da vida social. Exemplos: praxes referentes ao uso de caminhos e águas, cerimónias para fecha-

mento de negócios, regras para prevenir ou resolver questões em caçadas, pescarias, jogos, carreiras, etc.).

X — SABER POPULAR

- 1) MEDICINA E VETERINÁRIA (matéria médica; remédios e aparelhos; magia preventiva e curativa; benzeduras; explicação e nomes de moléstias, etc.).
- 2) AGRICULTURA E CRIAÇÃO.
- 3) ASTRONOMIA E METEOROLOGIA (ideias sobre os astros, os cometas, o bom e o mau tempo, o arco-íris, as estrelas cadentes, etc.).
- 4) ZOOLOGIA (idéas sobre a geração e a vida de animais, sobre as formas, os costumes, os instintos, sobre a origem de certas espécies; nomenclatura, etc.).
- 5) BOTÂNICA ("mutatis mutandis", os mesmos exemplos que para os animais).
- 6) GEOLOGIA E MINERALOGIA (idéas sobre os metais, as pedras, as terras, as águas, as montanhas, as minas). ETC.

XI — ESCRITOS

- 1) LITERATURA DE CORDEL.
- 2) FOLHAS IMPRESSAS.
- 3) MANUSCRITOS.
- 4) INSCRIÇÕES.

O principal defeito que se notará neste quadro é que mais de uma divisão ou subdivisão entra pela esfera de outra. Os limites cruzam-se, como os de zonas de ondulações diferentes, em parte separadas, em parte contíguas, mas em parte simultâneas. É, porém, impossível estabelecer divisões estanques neste domínio, como em quaisquer outras matérias de estudo.

Aliás, esse defeito, se abstractamente o é, não tem importância prática. As observações, já pela própria complexidade dos factos, já pelos pendores de espirito do observador, já pelas circunstâncias em que elle se encontra, geralmente se organizam em torno de um aspecto predominante. Por esse aspecto far-se-á a distribuição, — sem que ninguém fique impedido, posteriormente, de percorrer o material recolhido e reorganizá-lo segundo o plano dos seus estudos pessoais.

Para realizar o traçado de exploração contido na sinopse, a sociedade deverá ter correspondentes em tôdas as localidades onde seja possível.

TRADIÇÕES POPULARES

Duas coisas será preciso recomendar-lhes com insistência. A primeira é que limitem o seu campo geográfico à área onde possam normalmente exercer a sua observação, isto é, ao seu município, à sua pequena zona. A segunda é que sejam rigorosamente fiéis e exactos.

Aplicando-se a um meio restrito e familiar, pisarão em terreno firme, ficarão conhecendo bem os indivíduos e sabendo como lidar com eles, poderão repetir as observações, e até fazer que se reproduzam factos para os observar melhor. Vale muito mais um pequeno número de apanhados meticulosamente exactos do que todo um montão de notas conjecturais e lacunosas, de segunda mão, sem circunstâncias certas de lugar e de tempo, etc.

Tem outra vantagem essa limitação de campo, para a qual nunca seria demais chamar a atenção dos que se dedicam a estes estudos.

Os factos, conforme nota van Gennepe, não se apresentam como superfícies, mas como volumes, o que quer dizer que têm várias faces. Os observadores geralmente os encaram por uma só face, descurando as demais, muitas vezes como se não existissem.

Assim, as colectâneas de poesia popular, na sua maioria, são meras colectâneas de versos. Ora, a poesia popular, de ordinário, não se separa da música; a música está na génese da peça poética, ou porque esta é composta sobre uma tela rítmica e estrófica determinada por aquela, ou porque uma e outra se organizam ao mesmo tempo. Às vezes, os versos se resumem num simples "pretexto", destituído de valor e até de significação. Portanto, faltando a melodia ou a toada, ou pelo menos algumas indicações e respeito, falta um elemento imprescindível para a compreensão da poesia popular nos seus processos genéticos e técnicos.

Mas a música e a poesia, por sua vez, estão frequentemente ligadas à dança, numa troca de acções e reacções: o tipo da dança determina o tipo da música, o ritmo desta e dos versos ajudam a conservar as formas da dança, etc.

Assim, devíamos ter, não só colectâneas de versos, mas também "cancioneiros" completos, literário-musicais, com indicações precisas sobre os bailados quando também estes concorressem.

Considerações semelhantes poderiam fazer-se a respeito de tudo o mais. Pois bem. Em regra, só pesquisadores locais, bem familiarizados com o seu pequeno meio, podem levar a efeito, pouco a pouco, essas observações conexas, em redor dos

vários aspectos dos factos, — sempre, está claro, que impossibilidades invencíveis, como o desconhecimento da música, não se antepõem a tal desígnio.

A associação, em regra geral, pode deixar aos correspondentes a livre escolha das categorias de factos que preferiram. Contudo, de quando em quando, será útil estabelecer inquéritos especiais, por meio de questionários, a fim de se documentarem rapidamente certas matérias restritas.

Os inquéritos especiais têm a vantagem de precisar a questão, de a resumir num pequeno número de perguntas simples e claras, que não deixa espaço a interpretações e dúvidas; podem versar, por exemplo, sobre um determinado género de narrações (como os contos de caçadores), sobre uma variedade de poesia (como os velhos romances tradicionais), sobre um ciclo de lendas (como o do Saci ou do Calpóra); etc.

Para auxiliar toda esta tarefa de colheita seria muito útil a publicação de um "boletim", pelo qual se prestassem instruções aos colaboradores locais, se desse solução às consultas recebidas — o que pouparia muita correspondência e se tornassem conhecidas ao menos as contribuições mais interessantes.

O plano proposto compreende também muitos objectos materiais, principalmente nas secções "Técnicas e Artes" e "A Casa e a Indumentária". Em regra geral, sempre que se tratar de tais objectos (e em quasi todas as secções elles podem figurar), convém que se obtenham exemplares ou, quando não seja possível, fotografias ou desenhos. Tudo isto dará elementos para a formação de um pequeno museu, complemento utilíssimo do arquivo.

O conjunto da organização de pesquisas deve ser completado por uma biblioteca de obras e publicações especiais e de obras que interessem ao floclore.

Quanto aos trabalhos internos do arquivo, museu e biblioteca, sendo preciso que se façam sem interrupção e sem sobressaltos, cumpre que sejam confiados a um funcionário remunerado.

Mas todo esse material que se fôr acumulando, para ser bem aproveitado, precisa passar por um primeiro trabalho de preparação, por uma espécie de "benefício", compreendendo as seguintes fases:

a) **Autenticação** — Conferir as contribuições referentes a factos semelhantes ou idênticos, mas provenientes de pessoas e de lugares diversos, a fim de apurar o carácter de "popularidade" dos factos, quando elle seja duvidoso. Na falta de exemplares

para comparação, verificar por todos meios, inclusivamente as consultas especiais aos correspondentes, investigações nos livros, etc., se se confirma aquêlê carácter.

b) **Cartografia** — Os factos e objectos cujo carácter de popularidade esteja estabelecido deverão ser localizados, por meio de sinais convencionados, em pequena e sumárias cartas geográficas do Estado (no caso de se limitarem as investigações directas ao Estado, o que terá vantagens práticas que dispensam explanações, ao menos nos primeiros tempos).

Toma-se, por exemplo, uma dessas cartas e dedica-se a um determinado grupo de contos. Reduzem-se fàcilmente êsses contos aos seus temas, indicando êsses temas por um "catch-word" — uma palavra ou uma breve locução. A cada tema faz-se corresponder um sinal gráfico. Não resta senão ir distribuindo os sinais pela carta, para se obter a fixação óptica da área de propagação de cada tema.

Este método tem a utilidade de orientar a investigação em sentidos certos, permitindo-lhe uma marcha positiva. Notada, ao fim de certo tempo, uma solução de continuidade em determinada área, pode-se dirigir a pesquisa para o ponto correspondente àquela falha, no intuito de a preencher ou de a explicar.

Uma vez completa ou aproximadamente completa uma dessas cartas especiais, na qual se encontrem bem indicadas as diferentes zonas de propagação, ter-se-á feito já um trabalho altamente interessante, sólido, exacto, que fornecerá excelente base para estudos mais desenvolvidos, a quem deseje empreendê-los.

O que fica indicado a propósito de contos é applicável a tudo.

Inútil acrescentar que, começando-se por cartas especiais, poderão estas englobar-se depois, sucessivamente, em outras mais gerais e sintéticas, nas quais se assinala, não já a disseminação de pequenos factos, mas a de grandes fenómenos e tendências regionais.

Ambos êstes trabalhos preparatórios devem ser executados pelos próprios membros da associação, aos quais deverão ser distribuídos convenientemente, segundo suas preferências particulares.

Completados, depois, por uma catalogação precisa e cómoda, dentro de pouco tempo terá a sociedade reunido um acervo notável de documentações, pronto para fornecer alicerce seguro aos mais interessantes estudos especulativos e a diversas applicações artisticas, literárias, pedagógicas, etc.

Mas agora, cabe uma pergunta: far-se-á a associação? Depende dos poucos mas valorosos moços de S. Paulo que andam a sonhar com as coisas da sua terra e sentem o anseio de as possuir cada vez melhor, de lhes estreitar a substância e a vibração.

Em outros países, há governos e pessoas importantes que se interessam por estes estudos e estendem até elles o seu auxilio. Entre nós, não convém contar por enquanto senão com o esforço de um pequeno punhado de testarudos, dispostos a passar por... maníacos. Ainda que haja estadista capaz de tal interesse, inevitável será que qualquer auxilio seja interpretado como favoritismo pessoal. É bom não soltar as esperanças por esse lado. É bom mesmo não ter esperanças de qualquer espécie!

Será possível reunir-se esse punhado de heróis?

POESIA DA VIOLA

- I — Flores do campo e poesia do povo*
- II — O floclore e a ternura feminina*
- III — Poesia do violão e poesia da viola*
- IV — A « Moda »*
- V — A « Trova » e sua origem portuguesa*
- V — Lições da Trova. A lenda da tristeza. A lenda da sensualidade.
Os temas*
- VII — Elaboração coletiva*
- VIII — Exageros inconvenientes — A justa medida*

I

QUANDO se perlustram estradas e caminhos, através de campos e matas, o que vulgarmente seduz a atenção do viandante e lhe namora e detém o olhar são certos aspectos, por assim dizer, médios do cenário em derredor, e são certos pormenores vistosos: são as árvores de raro porte, são as caudais, são as plantações ricas de viço, são os morros de estranhas formas, são as habitações elegantes. Os grandes aspectos, geralmente, escapam: o perfil enorme e anfractuoso de uma serra, a massa umbrosa e crespa de uma floresta, um conjunto pictural de barrancos e de águas, de bosque e de pastagens, de caminhos e de casas, por onde o sol capricha em inumeráveis cambiantes fugazes de sombras e de luz, de linhas e de tons, — tudo isso, em regra, só enxergam aqueles que tem consigo ao menos uma fagulha de senso artístico.

Também os pormenores muito pequenos, os acessórios humildes escapam, quase sempre, à observação trivial. Escapam ainda mais que as paisagens e os panoramas. Quem pára à beira de uma estrada para ver de perto a turba de insectos que dança ao pé de um riachinho entre as ervas? Quantos se ajoelham, como o bonachão La Fontaine, sobre as pedras e o pó, para se curvar sobre uma afanosa migração de formigas? E as florezinhas do campo! E as plantinhas quasi invisíveis que nascem

por aí, em qualquer fríncha de pedra, em qualquer ôco de pau, ou derramadas à toa por brenhas e barrocaís sem fim? Quem se importa com elas? Quem quer saber como nasceram, como amam, como se comportam?

Entretanto, essas plantinhas e essas flores sem nome são tão interessantes quanto as suas irmãs mais vistosas e mais queridas. Como as árvores corpulentas da mata, ou como as rosas pesadas e sangrentas dos jardins, umas bafejadas pelas preferências misteriosas da natureza, outras cultivadas pelo carinho humano, essas minúsculas viventes que a natureza desleixa e os homens pisam, têm uma biologia complicada, têm uma estrutura complexa e delicadíssima, são animadas da mesma sêde insaciável de vida.

Quanto à beleza, é inegável que têm a sua. Abaixai-vos um pouco sôbre a relva, arrancai dentre esta uma corolazinha qualquer, que os vossos dedos acertem de pegar. É uma colzinha insignificante. Reparai, porém, no tecido das quatro ou cinco pétalas pequeninas: é uma sêda. E êsse pedacinho de sêda tem o seu brilho discreto. Vêde como o recorte exterior das pétalas faz uma curva perfeita: como se ajustam elas entre si tão finamente, formando um gracioso desenho; como a côr vai morrendo num esverdeado húmido e tenro à medida que se aproxima do cálice. E olhai como a florinha se balança na ponta do hastil arqueado, que parece redução de um junco! Já vêdes que a desprezada de há pouco tem a sua graça e tem a sua beleza. A questão está em olhar com um pouco de carinho e um pouco de paciência.

Muitas coisas, de ordens diversas, se encontram no mundo e na vida, sôbre as quais pesa um destino semelhante ao das plantinhas desdenhadas. Exemplo, a poesia popular. Ela aí está como a vegetação miúda do campo, ao alcance de todas as mãos que a pretendam colher. Mas ninguém colhe. Ninguém se importa. Nasce e morrem versos, estâncias e cantigas se formam, evoluem e desaparecem, entre crianças que logo os olvidam, entre mães que os abandonam quando o filho já pode trocar a canção ingênua pelo romance farfalhudo, entre amas que se envergonham de os cantar muito alto, e só guardados com algum amor por habitadores rudes e simples dessas nesgas remanescentes de sertão, cada vez menores e mais rarefeitas, entre os povoados crescentes e entre as malhas cada vez menores da rede viatória.

E é pena. Essa poesia do povo é singela, é humilde e é rude como as florezinhas do campo. Mas, convém que se note, muitas

vezes ela é menos singela, menos humilde e menos rude do que se nos afigura. Assim como entre aquelas flores algumas há que apenas parecem ligeira diferenciação de folhas, com as quais por pouco se não confundem, assim, entre os versos do povo, ha-os que mal se destacam da prosa corriqueira por um ligeiro artifício de ritmo e de rima. Mas também ha versos que lembram aquela corola de ha pouco, a denunciarem um trabalho já relativamente adiantado. Ha coisas que são aleijões; ha outros que são milagres de arte, reunindo a maior espontaneidade à maior força de expressão, o mais doce lirismo ao realismo mais intenso, — límpidas condensações de verdade, de beleza e de graça. O ponto está em se lhes dispensar alguma atenção e algum carinho, em se examinarem de perto — como quem toma entre os dedos, amorosamente, uma florinha do campo.

Mas nem só pelo aspecto artístico esses versos nos devem interessar. As plantas do campo são colhidas pelos botânicos, estudadas minuciosamente, desenhadas, coleccionadas, submetidas a classificação scientifica. Os versos do povo são colhidos, conservados e estudados, com o mesmo zelo minucioso, nos países cultos, por legiões de folcloristas e de lingüistas. E se ao artista, ou ao simples curioso só lhe importam os versos bonitos, engraçados ou sentenciosos, esses homens de estudo não rejeitam nenhuma das produções do estro popular, todas lhes convêm, todas têm lugar nos seus arquivos, todas se prestam a reflexão. Assim, também o botânico não despreza, entre as plantinhas humildes, as mais humildes, as mais rasteiras, as mais apagadinhas.

Essa poesia, como todas as manifestações do espirito popular, — contos e lendas, rezas e encantamentos, adivinhações e jogos de pulha (1), parlendas e frases feitas, ditados e crendices, — revela-nos alguma coisa positiva acerca do carácter do povo, ajuda-nos a compreender sua mentalidade, suas tendencias actuais, boas ou más, a conservar ou a corrigir, as possibilidades da sua intelligência e da sua energia, seus contentamentos e tristezas, suas aspirações modestas e suas queixas resignadas. Nada disto nos pode ser indifferente. Cada povo deve seguir, como qualquer individuo, o salutar preceito do sábio grego: "Conhece-te a ti mesmo".

Parece-me excusado insistir neste ponto, tentar pôr em perfeito relevo a utilidade deste estudo. Ela é intuitiva. Haverá entre vós não poucos que a compreendam com uma clareza e uma precisão que excedam de muito tudo quanto eu pudesse dizer a

(1) Este foi o nome que aprendi na roça, correspondente àquillo que o sr. João Ribeiro, no seu "Folclore", denominou "pega", segundo o uso espanhol.

respeito. Limitar-me-ei a mostrar, praticamente, por meio de alguns exemplos illustrativos, como da observação, embora perfun-tória, da poesia popular, se podem colher inferência interessantes, que largamente ultrapassam os limites da mera curiosidade vadia.

II

Os estudos de folclore estão apenas em inicio entre nós. O material recolhido — sem se desconhecer o muito que fizeram Silvio Romero, Mello Moraes e alguns outros, é escasso, é defi-ciente, não oferece, em geral, garantias bastantes de fidelidade. Se esta é a verdade quanto ao Brasil em geral, no Estado de S. Paulo, então o caso é incomparavelmente pior. Quase nada existe nesta ordem de estudos. Só ultimamente appareceram algumas contribuições, muito va'losas, mas indirectas, através de artigos e contos de Cornélio Pires, Monteiro Lobato, Valdomiro Silveira, Leôncio de Oliveira, assim como através dos versos do mesmo Cornélio Pires e de Paulo Setúbal. Alberto Faria, em Campinas, colheu e estudou, com perspicácia erudita, preciosos materiais destacados.

Entretanto, o campo inexplorado é bastante extenso. Ha pouco mais de ano, tendo-me resolvido a entrar por esta seara, pude, com o auxilio gentil de alguns amigos — entre os quais devo citar o vosso talentoso conterrâneo José Honório de Silos, a quem sou muito grato — formar um arquivo de muitas centenas de quadrinhas soltas e uma collecção de composições poeticas de outros géneros, sem falar nas mais espécies de productos do "saber popular". Esse resultado, para mim de todo inesperado, foi-me a revelação surpreendente de um manancial bastante rico, não só em abundância, como ainda em vida e variedade.

Aproveito a oportunidade para pedir àqueles dentre os pre-sentes que tenham gosto e pachorra para estas indagações, a fi-neza de me prestarem o seu auxilio. Para este trabalho não ha mister emprego de grandes esforços. Assim como nada custa, a quem vai pelo campo, colher e compor um ramalhete dessas flo-rinhas e dessas folhagens que revestem o chão, assim, em regra geral, para colher os productos do floclore não é indispensável grande dispêndio de energias nem muita habilidade, ou astúcia. Eles pululam em redor de nós. Eles abrolham por aí, à sombra de nossas casas, nas cantigas de adormecer, nos ditados familia-res, nos brincos da criança, nas crendices da velha ama, nas estórias que os vovós contam aos pequenos, ao serão.

TRADIÇÕES POPULARES

Tenho podido observar que as senhoras, freqüentemente, são ótimas colaboradoras nestas colheitas. De mais de uma tenho recebido excelentes contribuições, bem apanhadas, cuidadosamente transcritas.

A que atribuir êste facto? Acredito que se deva, em primeiro lugar, ao pendor natural das mulheres para tudo quanto encerra um grãozinho que seja de graça e de beleza. Mas estou certo de que também concorre nisto a piedade e a doçura da alma feminina.

As mulheres amam as coisas leves, delicadas e transitórias da natureza, — as flores, as próprias flores humildes do campo ou do mato, os pássaros, as borboletas, as crianças. Quantas vezes o seu olhar não se volta, carregado de ternura, para uma corola que se abriu, bonita e desgraçada, no recôncavo bruto de uma grotta húmida, ou entre as lascas escarpadas de um penhasco varrido dos ventos! Quantas vezes as suas mãos não se abrem para receber e para aconchegar ao seio um passarinho friorento e assustado, que mãos infantis ásperamente agarraram! Não admira que elas também tenham um pouco de carinho para as trovas ingénuas onde gemem os sonhos e os queixumes do povo — trovas que são irmãs de todos aqueles serezinhos inocentes e débels.

Pois às senhoras que me ouvem eu dirijo, particularmente, a minha súplica, para que me auxiliem nesta doce colheita de flores humildes, nesta carinhosa caça aos passarinhos selvagens!

I I I

A poesia popular divide-se, de si mesma, em dois grandes ramos distintos: o canto e o recitativo. Há versos feitos para serem cantados à viola ou ao violão; ha versos que apenas se declamam: são décimas, são orações, são fábulas, são parlendas, etc. Apenas trataremos aqui do cançãoeiro.

Antes de tudo, guardemo-nos de confundir o cançãoeiro popular da cidade com o cançãoeiro popular da roça.

O da cidade anda muito impregnado de literatura, sofre sobretudo a influência do teatro e das infinitas colectâneas que os livreiros, de longa data, impingem aos cantores; imprime-se, freqüentemente, em livritos de cordel, e tem suas pre-

tensões. É a poesia dos trovadores de esquina, dos palhaços-trovadores, dos músicos-poetas cujo talento se abre ao calor das tocatas por tabernas de bairro e bailaricos de arrabalde e a poesia do violão.

O cançãoeiro do campo é muito mais singelo e mais original. Não se sabe, em geral, nem como nem onde nascem os versos. Em regra, são repercussões de outros que já foram cantados. Obedecem a normas muito suas. Essas normas pouco variam, tendo por vezes um sabor pronunciadamente arcaico. Tudo nelas é simplicidade de alma, normalidade honesta de sentimentos, ideias de voo curto, mas claras e sãs. Nenhum ressaibo de literatura. Nenhuma rebusca. A linguagem é o genuíno dialecto sem liga. É a poesia dos tropeiros, dos carreiros, dos boeiros, dos trabalhadores de roça. É a poesia do fandango, das noites de S. João em roda das fogueiras, dos puxirões e bandeiras do Divino, dos responsos e dos pagodes. É a Poesia da Viola.

A poesia da viola é a única, em S. Paulo, que se possa dizer genuinamente popular. Tem raízes profundas no torrão nativo. É inconfundível.

Quase toda ela se reparte em dois grandes esgalhos: um, o das composições devidas em tudo à inventiva dos poetas da roça e geralmente constantes de várias estâncias — quadras, sextilhas, oitavas, — em versos de cinco ou sete sílabas, mais comumente de sete; outro, o das quadras soltas e anónimas, em redondilha, pela maior parte de origem portugueza, modificadas pela colaboração inconsciente dos cantadores. No primeiro caso, MODA; no segundo, TROVA, ou, como diz geralmente o povo, verso (aliás bérso).

As modas — que se não devem confundir com as chamadas modinhas, género litero-popular, urbano e não campestre — revelam melhor o génio inventivo do roceiro inteligente; as trovas, "clichés" tradicionais que se repetem por mero divertimento, mais ou menos maquinalmente, nos dão ideia da mentalidade média do caipira. Ambos os ramos são interessantes, ambos se prestam a observações, e reflexões diversas, sempre dignas de atenção. Mas as modas são mais genuinamente nossas.

Vejamos, um pouco por alto, as feições características de cada um desses departamentos da composição poética popular.

I V

Encontram-se entre as modas coisas encantadoras pelo perfume de poesia silvestre, ora acre, ora suave, que desprendem. Es-

cute-se esta curiosa narrativa, colhida por um de meus amigos em Porto Ferreira:

1)

No tempo que fui tropeiro,
por êsse mundo viajava.
A hesta de cabeçada
de flores eu enfeitava.
Batia a carga no rancho,
as cangalhas arrumava;
botava um couro no centro,
a minha cama arranjava.
De noite em pegava o pinho,
lindas canções eu cantava...
Lembrei-me da moreninha
que no meu bairro morava.

Foi uma noite estrelada,
vespra do galo cantar;
eu junto com a moreninha
sentemo de se apartar.
Na hora da despedida,
nós não pudemos falar;
nós dois chorava baixinho
pra ninguém não escutar.
Uma despedida oculta
é custoso de agüentar;
ante uma bala no peito,
morrer sim, mas não penar. (1)

(1) É curioso notar como as ideas poéticas se repetem, até com grandes distâncias e muitos séculos de permeio. Compare-se êsse final com o remate desta estrofe de Enzo Re, poeta dos primeiros tempos da literatura italiana:

Giorno non ho di posa,
Come nel mare l'onda:
Core, che non ti smembri?
Esce di pene, e dal corpo ti parte:
Ch' assai val meglio un' era
Morir, che ognor penare.

(De Sanctis, "Storia della Letterat. Ital", I.)

Temos aqui outra moda, colhida por outro amigo em Perdões, que chega a ser, pela rapidez da acção, pela brevidade condensada, e pelo fecho incisivo, um curiosíssimo exemplar de epigrama erótico:

2)

Tive no meio da casa,
tive morto e amortalhado;
gente p'ra me carregar,
dois adiante, dois atrás,
na carreira sem parar.

Quando cheguei ao cemiterio,
um favor meu bem me fez:
me botou no 'colo dela;
voltei ao mundo outra vez.

Como vedes, não é precisamente de arte parnasiana que se trata. Mas é forçoso reconhecer que aí há uma arte. Há uma arte, e não das mais fáceis. Essa espontaneidade correntia, essa simplicidade expressiva, essa concisão que exclui palavras inúteis, acessórios dispensáveis, amplificações volumosas, tudo isso são qualidades que não poucos literatos de truz lutam sem tréguas para conquistar — e nem sempre conseguem. Trata-se, sim, de uma arte rude, mas rude como as flores sem nome e sem cultura, que podem ser desenxabidas e toscas, — mas são flores. Assim como estas contêm potencialmente tudo quanto se encontra nas flores selectas, cultivadas com carinho, assim na arte popular se descobrem sem dificuldade todas as qualidades fundamentais de estilo e o germe das exigencias universais do gosto reflectido.

Recitei-vos duas modas de amor. O amor é que fornece tema para a maioria dessas composições; mas também cantam elas em varios tons as misérias do pobre campónio, cantam as aventuras e trabalhos, cantam os mais diversos acontecimentos da vida social, observados pelo cantador. E há também as modas de pura fantasia e brincadeira, como esta que ouvi cantada por um calpíra dos arredores desta cidade e que é, indisputavelmente, bem tecida:

3)

Ajuntaram a bicharada,
p'ra fazer uma reunião,
p'ra fazer uma grande festa
nesse centro de sertão.

A onça tinha uma filha
que era linda de feição;
p'ra não misturar co'a raça,
fez casar com primo-irmão.

O tamanduá era o padre,
o lobo era o sacristão:
o macaco, o juiz de paz,
o veado era escrivão.

A noiva sabia ler,
o noivo disse que não;
pra assiná a rogo do noivo,
mandaram chamar o leão.

A barraca é do fandango,
a sala é da coleção: (1)
já repunaro o gambá
por chegar de pé no chão;

(Mas) logo foi alumiado
p'ra servente do quentão.
Mandaram chamá o bugio
p'ra servir os folgasão.

A capivara com a paca
se arranjaram num pontão.
Brinco de ouro nas orelhas,
vestido de gorgorão,

sapatinhos de fivela,
carreirinha de botão,
ficaram na maior forma
p'ra ser damas num salão.

Mandaram buscá instrumento
nesse centro de matão;
o tatu veio de viola,
o lagarto de violão.

Tocador que ali tocava
era um bando de pavão,
que cobriro o mundo inteiro
de toque de bamburrão.

(1) "Coleção", gente fina.

O cuati namorou a cutia
pela réstea do lampião.
O cateto chegou perto,
êle foi não achou bão;

logo formaro uma briga
já arrancaro do facão.
Veiu um bando de queixadas,
levou tudo p'ra a prisão.

A aparição de animais na moda caipira é frequentíssima. Há inumeráveis composições, como a que acabo de citar, a êles intelramente consagradas. São, como é bem de ver, quasi sempre humorísticas, de um humorismo raso e liso, sem segundas intenções, sem refulhos. Contudo, em algumas — nota curiosa — se mistura ao riso um pouco de piedade e de melancolia.

O exemplo mais completo que possuo é uma canção ou moda — “As queixas do boi” — notável pela doçura do sentimento, pelo seguido da narrativa, pela ausência de enxertos e de excrescências, pelo realismo vivo e pelo vigor de certos traços. Colhi-a em S. Sebastião da Gramma, da boca de um cantador, e informou-me Pedro Saturnino que a ouviu, há muitos anos, em Minas, tendo-lhe ela feito tão profunda impressão, que mais tarde o poeta não pôde eximir-se a dedicar um poema ao mesmo assunto — vicissitudes de um novillo, — poema que é um dos mais sentidos e mais fortes da sua lira tão boa quanto bela.

Eis a moda d’“As queixas do boi”:

4)

Eu fui aquele bezerro
que nasci no mês de Maio.
Desde o dia em que nasci
começaram os meus trabalho.

Me trouxeram lá do campo,
me puseram no curral;
me amarraram com uma corda,
para o meu leite roubar.

Me amarraram com uma corda,
roubaram todo o meu leite.
Depois de eu garrote feito,
me caparam de macete.

TRADIÇÕES POPULARES

De dois ano era bezerro,
de quatro eu era garrote.
Me caparam de macete
que eu sofri a dor da morte.

Me trouxeram lá do campo,
me deram tantos esbarros,
puseram tamanha canga
p'ra puxar tamanho carro.

Puseram tamanha canga,
tamanho tiradeirão;
tanta força que eu fazia,
inda tomava ferrão.

Eu mostrei minhas bondades
logo no primeiro dia:
me tiraram eu do meio,
me puseram lá na guia.

Eu fui aquele infeliz
que nasceu no mês de Maio;
me tiraram lá da guia,
puseram no cabeçaço.

Carreiro que me tocava
era um moço valentão;
dei uma chifrada nele,
que varou no coração.

Meu senhor foi, me vendeu,
vendeu com grande despacho;
me puseram na boiada
me tocaram serra abaixo.

Corri matas e capoeiras
p'ra fazer minha fugida;
vi que não tinha remédio,
entreguei a minha vida.

As carreiras que eu dei
lá no alto do capão!
Adonde eu tirava os pés
o cavalo punha as mão.

As carreiras que eu dei
lá no campo da amargura!
Safa tocha do fogo
do rompão das ferraduras.

Adeus, campo, adeus, terra!
adeus, serra de Goiás!
Vou indo por aqui afora,
sei que cá não volto mais.

Eu passei êsses trabalhos,
uns grandes e outros maior:
às quatro horas da tarde,
tive de casco p'ra o sor.

Corri meus olhos p'ra baixo,
p'ra ver meu sangue correr.
Adeus, campo! adeus, terra,
p'ra nunca mais eu te ver!

O carnicheiro safu,
avisando seus vizinhos;
quando foi daqui um pouco,
fui saindo aos pedacinhos.

A velha pediu um pedaço,
êles deram o coração;
tambem deram a barrigada,
p'ra a velha fazer sabão.

Do couro fizeram laço;
veio um ratinho, picou.
Coitado do Ramalhetel
até rato o aproveitou!

Quanto à forma, predominam geralmente na moda o verso setissílabo e a rima única, ora soante, ora toante, alternando com versos brancos. Mas também aparecem de quando em quando versos menores, como o de cinco sílabas, e as rimas variadas. Exemplo de versos pentassílabos:

TRADIÇÕES POPULARES

Sai lá de casa
'tava escurecendo;
a estrela da Guia
já vinha nascendo.

A disposição estrófica baseia-se na quadra, que os cantadores denominam verso. Quando a estrofe é uma oitava, equivalendo pois a duas quadras a moda é dobrada (ou, como dizem os calpiras desta zona, *drobada*). Se se trata de sextilhas, temos então a moda de verso e meio; isto é quadra e meia.

Como os vilancetes e outras composições antigas, de Portugal, a moda tem, próximo ao final, uma volta. A volta consta quasi sempre de um ou dois versos isolados, aos quais se segue uma estrofe de remate, onde às vezes se repete alguma coisa da primeira.

Pedi a um cantador, aqui da Gramma, que me explicasse o que vinha a ser a volta. Disse-me: "E' onde suspende a moda..." Não era decisivo. Mas, pondo reparo, notei que o canto, nesse ponto, se altera e se modifica. Infelizmente, a minha completa incapacidade para bem aprender e comparar impressões musicais me privou de melhor observação.

Geralmente, as modas têm uma introdução, que não faz corpo com ela, na qual o cantarino — ou anuncia o assunto, ou limita-se a cantar, à guiza de preparação, alguma quadrinha alheia ao assunto. Em certos lugares chamam a essa introdução *levante*. O verdadeiro fim do *levante* deve coincidir com a utilidade que se lhe nota: a de prender previamente a atenção do ouvinte, para que nada esperdice do que se vai seguir.

Eis um exemplo de moda dobrada, com volta, rima constante e versos de sete sílabas:

5)

Não tem gosto nem prazer
quem no mundo não viaja.
Eu dei um passelo em Santos,
em quatro somana e meia.
Cheguei na beira do mar,
vi cantiga da sereia,
subino p'la prala acima
sem deixar rasto na areia.

Numa tarde de verão,
na noite de lua cheia,
se eu contá os gosto que tive,
me ferve o sangue nas veia.
Namorei teus olhos pretos
por baixo da sobranceia.
Se eu for preso nos teus braços,
não precisa mais cadeia

Morena, esses teus olhos
me parece uma candeia:
de longe me turva a vista,
de perto a vista clareia.
Teus olhos não tem iguais,
teu rosto não tem parcia.
Se disser' que otra é bonita,
morena, você não creia.

Só por eu te querer bem,
vivo por terras aleia:
eu vim cá foi p'ra te ver,
botão de rosa vermelha.
Tu és um pingo de ouro
que neste salão passcia
Quando eu vejo os teus carinhos,
meus sentidos tutuveia.

VOLTA

Enfeite de teu semblante
é teu brinco das oreia.

Os teus olhos são estrelas
que no ar se relampeia.
Em qualquer parte que eu anda
os teus olhos me campeia.
A respeito a querer bem,
não quero quem me aconsêia;
hei de amar a quem me ama,
querer bem quem me rodeia.

As trovas, essas, como ficou dito, são quadras soltas e anónimas, geralmente de origem portuguesa, ou moldadas pelas portuguesas. Não são exclusivamente roceiras, correm um pouco por toda a parte; mas o caipira é que principalmente as conserva; do meio dos caipiras é que, em regra, elas extravasam.

Distinto escritor, notando a semelhança que existe entre muitas das nossas quadrinhas e outras contidas em colectâneas portuguesas, aventou a possibilidade de que não fôssemos só nós a importá-las, mas também tivéssemos mandado algumas para Portugal. Algumas, é possível, entre os muitos milhares de quadras que por aí se repetem; mas tudo faz crer que tais casos sejam excepcionais, que a regra geral seja a proveniência portuguesa, com maiores ou menores desfigurações e adaptações.

As trovas correntes no Brasil, ainda muitas daquelas que parecem levar, em grande relêvo, sinais de genuíno brasileiroismo, são compostas nos moldes originais das portuguesas e estão cheias de reminiscências portuguesas. A nossa poesia, como já ficou dito, é a moda. A moda é a brasileira filha e neta de brasileiros, harmónica, integrada na paisagem: a trova é a menina lusitana de arrecadas e tamanquinhos, ou a mestiça ainda muito saída ao pai.

Em primeiro lugar, vejamos a forma dessas pequeninas composições. Constam geralmente de quatro versos de sete sílabas, rimando o segundo com o quarto, e quasi sempre se dividem, quer quanto ao ritmo, quer quanto à idea e quanto à estrutura oracional, em duas ametades destacadas:

Passarinho triste canta,
triste deve de cantar;
quem tem seu amor ausente
o seu alívio é chorar.

Saudade, terna saudade,
flor da minha simpatia
tú és a cópia fiel
da minha melancolia.

Vou-me embora, vou-me embora
segunda-feira que vem;
quem não me conhece chora,
que fará quem me quer bem.

Estas as características gerais da trova portuguesa; estas as características gerais da nossa, quanto à forma.

Freqüentemente a primeira das duas ametades de uma quadrinha não tem relação lógica com a segunda, resolvendo-se em puro enchimento:

Lá do ceu cafu um cravo,
pintadinho de nobreza;
quem quiser casar comigo,
não repare na pobreza.

Idêntico fenómeno se observa em numerosas trovas portuguesas, como estas;

A fita do teu cabêlo
dá o nó, não cnega a laço;
não faças conta comigo,
que eu contigo não a faço.

Na rua do Patrocínio,
há uma cruz, lá no cimo;
procure a mulher bonita
quem quiser ter bom arrimo.

As nossas quadrinhas, a cada passo, se firmam, inicialmente, em certos versos muito repetidos, com ligeiras variantes, e que são umas espécies de muletas, ou trampolins:

Fui andando p'rum caminho...

Atirei um limão verde...

No alto daquêle morro...

Eu sou aquêle que disse...

Menina, minha menina...

Vai-te, carta venturosa...

Estas muletas tôdas se encontram no cancionero lusitano. Também lá se encontram muitos temas, muitas imagens,

TRADIÇÕES POPULARES

muitas comparações, versos, expressões, muitos nomes próprios que se repetem a todo instante nas nossas trovas. A propósito, é interessante notar a extraordinária frequência com que surgem, aqui, certos nomes de plantas e flores, notadamente alecrim, mangericão, limoeiro, rosa, cravo, mangerona, flora esta que predomina visivelmente nas trovas portuguesas.

Às vezes, uma quadrinha das nossas parece bem nossa, parece puro producto do nosso chão, tal qual a mandioca ou o juá bravo. Assim esta:

Quem me dera ser tucano,
um tucano aragari,
p'ra eu entrar no teu peito
e p'ra nunca mais sair.

Tudo nesta quadra está a sugerir proveniência brasileira. Entretanto, reparando bem, verifica-se facilmente o estreito parentesco existente entre esses versos e estes outros, do cancioneiro português:

Quisera ser como a hera
pela parede a subir,
para chegar à janela
do teu quarto de dormir.

Quem me dera ser a pomba,
pombinha lá do sertão,
para ir fazer o meu ninho
na palma da tua mão.

A quadra brasileira, com a sua linguagem tão nacional e com o seu nacionalíssimo tucano aragari, foi vasada inteirinha na forma de muitas outras de Portugal.

Outro exemplo. Que ha mais brasileiro do que esta quadra?

Me chamou de quatro-paus,
quatro-paus não quero ser:
quatro-paus padece muito
e eu não quero padecer.

Pois bem. Escutai agora esta, colhida do livro das "Mil Trovas" portuguesas:

Chamaste-me pera parda,
pera parda quero ser;
lá virá o mês de Agosto,
em que me queiras comer.

Até aqui temos visto exemplos de semelhanças parciais. São bastante significativas, mas não são as únicas que existem. Uma grande quantidade de trovas aqui repetidas a cada passo, por tóda a parte e há muito tempo, são importadas da Europa e conservam-se tais quais, — não se levando em conta ligeiríssimas variantes de palavras, que podem muito bem provir igualmente da mesma origem, pois tôdas as quadras, tanto lá como cá, têm grande número de variantes.

Eu poderia citar-vos uma fleira destas imigradas que tão bem se nacionalizaram, traduzidas em dialecto; mas, para não me alongar, citarei apenas uma:

Já te dei meu coração
e sua chave de abrir;
não tenho mais que lhe dar,
nem você o que pedir.

A forma transatlântica é esta (com variantes):

Toma lá meu coração
e a chave de o abrir;
não tenho mais que te dar,
nem tú mais que me pedir.

O nosso povo não fez mais que introduzir leves modificações de linguagem, adaptar convenientemente a fonética e a construção gramatical, passando uma lima sôbre as ligeiras arestas lusitanas da quadrinha importada.

Muita vez, nem essas arestas são eliminadas. Tenho no meu arquivo quadrinhas colhidas no coração do Estado de S. Paulo, numa das regiões mais genuína e tradicionalmente paulistas — a região de Itú, Porto Feliz, Capivarí, Piracicaba e Tietê — nas quais se nos deparam até lusitanismos completamente desusados na linguagem da terra. Exemplos:

Caninha verde,
cana do canavial,
tenho gloria de te ver,
pena de não te **LOGRAR**.

Caninha verde,
cana verde, ó ricocó;
p'ra dançar a cana verde,
as meninas do Grijó.

Hei de pegar nos meus olhos
e hei de mandar para França;
olhos que vêm e não logram,
bem é que vão de mudança.

VI

Do exposto se vê que uma conclusão se pode tirar, desde logo, do estudo do nosso cancioneiro: a trova popular de S. Paulo, e portanto do Brasil, não é senão uma lenta evolução da trova popular portuguesa, quando não é a própria trova popular portuguesa conservada com ligeiríssimas alterações. Dá-se nesta matéria o mesmo que se dá com a língua. A linguagem do nosso caipira é uma adaptação da antiga linguagem popular portuguesa, da qual conserva intactos, ou quasi intactos, muitos elementos arcaizados. Num e noutro caso, a nossa obra tem sido mais de nacionalização do que de criação.

Outras lições se podem tirar d'êste estudo. Julga-se geralmente que a nossa poesia popular é triste, que é triste porque o nosso povo também o é. A mim sempre me pareceu, por via de umas tantas observações, que anda muito de literatura, de fantasia e de idea feita nessa velha história. Acreditei sempre que o nosso povo — especialmente o da roça — tem as suas melancolias e os seus desânimos, como os pobres e os fracos de todo o mundo. Acreditei sempre que há entre essa gente indivíduos inclinados à tristeza e indivíduos inclinados à alegria, como em toda a parte, e que muitos d'esses tristes deviam o seu abatimento apenas á falta de saúde e a insuperáveis dificuldades de vida — ás hostilidades do ambiente natural e social. A prova é que, nas regiões e nas localidades onde há bom clima, trabalho remunerador, facilidades e garantias, o caipira deixa de ser um urupê raquítico em perpétuo parasitismo, para ser planta viçosa; deita raízes, instala-se firme na terra, prospera, enche-se de filhos e netos sacudidos, começa a ter genealogia, abre-se em iniciativas, acalenta aspirações, e ri a bom rir quando calha, como esbraveja e luta quando é preciso.

A poesia popular confirma-me nessas opiniões. Acha-se nela, naturalmente, alguns queixumes e malinconias. Mas, qual a

poesia, popular ou literária, que não os tenha? Em compensação, a nossa revela também muito de jocoso, de chocarreiro, de ridículo e despreocupado. Já vos recitei alguns versos alegres, e poderia recitar muitos outros.

Os versos alegres são mesmo mais numerosos, talvez, do que os versos tristes. E como, na realidade, o povo não canta pelo prazer civilizado e perverso de revolver e espalhar sofrimentos, mas para se divertir, as suas próprias magoas já começam a tornar-se um divertimento, um vinho generoso de festa, desde que entram na medida do verso, se enfeitam de rimas e acompanham as marchas e os sapateados dos fandangos, ao claro som das violas.

Tem o mesmo valor que a fama de tristeza a fama de sensualidade brutal, de que goza o sertanejo. Nada menos provado. Pura lenda literária. Sou avesso a afirmações absolutas e a generalizações ousadas, mas estou em crer, pelo que tenho visto, pelo que a nossa história e a nossa vida deixam notar, que a sensualidade do brasileiro da roça é, no mínimo, menos violenta, menos atirada, menos brutal do que a do europeu. As manifestações que se podem apreciar em nosso folclore são antes pálidas em comparação com o que há de fecundo na poesia popular de outros povos. Ainda assim, têm elas muito reflexo puro da poesia popular portuguesa, e não têm talvez nada original, nem uma imagem, nem uma idéa, nem um acento que se possa dizer caracteristicamente nosso.

Destas considerações para as que se refiram aos temas gerais não há necessidade de nenhum salto. Os temas referentes a amor, mulheres e casamento são, naturalmente, em grande número; são os temas das quadras mais graciosas e das mais belas; mas não constituem maioria. Esse amor é, com frequência, revólto e cínico, desconhece leis, conveniências e delicadezas; mas também se alça e se afina, soluçando ou sorrindo em requintadas notas:

Passarinho triste canta,
triste deve de cantar;
quem tem seu amor ausente,
o seu alívio é chorar.

Os temas truanescos são comuníssimos: jatância de espertalhões, gabolices fantásticas, pilhérias sem senso comum e sem nexos, ralhos e debiques infantis.

A sátira ocupa grande lugar. Tem, como é bem de ver, na grande maiorla dos casos, muito de pueril, tanto na estreiteza, quanto na crueldade. Dirige-se aos ricos orgulhosos, aos maus sacerdotes, às mulheres de irregular comportamento, aos vadios e preguiçosos; não val, muitas vezes, além de coisas materiais, defeitos físicos, indumentária. Só acerca do papo há uma infinidade de quadras, por este gôsto:

Vi um velho com uma velha
lá no largo da cadela,
batendo papo com papo
p'ra ganhar pataca e mela.

De sentimentos de família — amor filial, amor fraterno, amor de parentes, idealização da vida familiar — só se encontrarão tenuíssimos vestígios. Não quer dizer que tais sentimentos não existam; quer dizer que não se cultivam, que não se pensa muito nêles, que não se buscam aí as emoções que se poderiam colher.

Semelhantemente, o sentimento nativista pode, às vezes, relampejar num clarão remoto, através de um impulso de paixão vulgar, porém não se ergue à concepção de uma pátria.

Quanto à religiosidade, finalmente, há bom número de trovas nas quais ela se entremostra, sob formas mais ou menos elevadas, mas tais expressões são visivelmente aprendidas e não têm grande valor como prova de cultura moral.

V I I

Engano muito freqüente é o que consiste em atribuir-se a certos cantadores de fama a paternidade de todos os versos que se lhes ouvem. Há de facto cantadores que inventam, como êles dizem; mas não é razão para se receber como dêles tudo quanto cantam.

Os processos de composição e a ética autoral dos poetas rústicos são muito diversos daqueles que vigoram entre os seus colegas letrados. Os vates do povo não têm o sentimento muito vivo da propriedade artística. Parecem considerar a poesia — e esta é mais ou menos a tradição de todos os povos — como uma espécie de património comum, em cujo fundo pode cada qual prover-se à vontade. E como a êle tudo volta, o acervo vai sempre crescendo.

Isto, aliás, é bem compreensível. Tudo é conservado de memória. O nome do autor nada tem que ver com o texto: deixa-se cair, como excrescência inútil. Transmittidas oralmente, as composições não podem deixar de ser modificadas de todo modo, e surgem as variantes, os enxertos, os cruzamentos.

Assim, a poesia popular assume verdadeiro carácter de obra colectiva — o que aliás não deixa de ser verdade em relação á poesia literária, embora menos claramente.

Isto se verifica sem dificuldade, sobretudo, no que se refere ás trovas ou quadrinhas. Não me permitem as circunstâncias uma demonstração pormenorizada, que nos levaria muito tempo. Mas sempre vos darei um exemplo, que elucida suficientemente o processo comum de composição.

A poesia do povo encontra-se em estado de elaboração incessante. Não conhece obra acabada. Não sabe o que é perfeição imóvel. Tudo se ergue e recai na torrente: um só conjunto, uma só vida, um só organismo em evolução lenta, um só acontecimento em marcha perene.

Uma quadra nunca se cristaliza numa forma definitiva, sofre continuas alterações para melhor e para pior, às vezes, ao mesmo tempo, para melhor numa parte, para pior em outra. Cada um dos seus elementos — verso, rima, imagem, muleta, idea, o próprio tema — se modifica sem cessar. De modo que cada um desses elementos, numa quadra qualquer tomada ao acaso, pode ser considerado como variante de outros de diferentes quadras, e ao mesmo tempo como foco inicial de outras variantes sucessivas:

Ha uma quadrinha assim:

a)

Menina dos olhos grandes,
dos olhos da côr do mar,
não me olhe com esses olhos,
que não me quero afogar.

Temos uma variante onde o segundo verso é substituído por

a2)

olhos grandes como o mar.

Existe uma outra, em que mar deslizou facilmente para amar:

a3)

olhos grandes quer amar.

Numa outra, os olhos, no primeiro verso, passam a ser verdes; esta modificação repercute no segundo verso: "verde da côr do mar"; e os dois ultimos versos substituídos por outros:

b)

Menina dos olhos verdes,
do verde da côr do mar
quando penso nos teus olhos
dá vontade de chorar..

Depois, temos todo um rosário de quadras em cujo primeiro verso reaparece essa menina, em vocativo, com olhos ora grandes, ora pretos:

c)

Menina dos olhos grandes,
do coração pequenino,
na ponta da tua trança
tá amarrado o meu destino.

d)

Menina dos olhos grandes,
da face côr de carmim
quando passar na mea porta,
menina, olha para mim.

e)

Menina dos olhos grandes,
olhos de jaboticava;
não sei se vacê se lembra
do tempo que nós brincava.

f)

Menina dos olhos grandes,
sobrancelha de veludo,
se teu pai não tem dinheiro,
o teu corpo vale tudo.

Cada uma dessas quadras tem, por sua vez, naturalmente, outras variantes. A última delas tem esta:

f2)

Menina dos olhos pretos,
sobrancelhas de veludo,
o seu pai é muito pobre,
mas seu corpo vale tudo.

A seguinte conserva apenas os dois primeiros versos dessa, com ligeiras modificações:

g)

Menina dos olhos pretos,
da sobrancelha mimosa,
os teus olhos mata a gente
e ocê fica crimínosa.

Aquela mesma quadra:

f2)

Menina dos olhos pretos,
sobrancelha de veludo,
o seu pai é muito pobre,
mas seu corpo vale tudo —

ou

f3)

Menina dos olhos grandes,
cabelinho de veludo,
se teu pai é muito pobre,
o teu corpo vale tudo, —

aparece com o primeiro verso mudado para

f4)

Menina, minha menina...

Por esse verso, prende-se a uma nova, numerosíssima enfiada:

h)

Menina, minha menina,
eu vou te dar um conselho:
nunca caia na tolice
de cobiçar moço feio.

i)

Menina, minha menina,
deve ser assim a vida:
eu ser o vosso marido
e mecê minha querida.

Eis que reaparece no segundo verso a sobranceira, mas agora de retrós:

j)

Menina, minha menina,
sobranceira de retrós,
ainda tenho esperança
de me ver apar com vós.

Os dois primeiros versos casam-se a outros dois muito diversos dos precedentes:

k)

Menina, minha menina,
sobranceira de retrós,
dá um pulo na cozinha,
vai coar café p'ra nós.

Agora a menina passa a ser Maria, mas conserva-se o resto:

j2)

Maria, minha Maria,
sobranceira de retrós,
ainda tenho esperança
de viver ao pé de vós.

O primeiro verso repete-se numa nova serie

l)

Maria, minha Maria,
minha flor de Cananeia,
vós nascestes neste mundo
para ser minha teteia.

E assim por diante, indefinidamente, inextricavelmente!

Mas quem dirá que essa última quadra tem a mínima relação com a primeira citada! Quem verá em uma e outra os extremos (extremos aqui para nós) de uma cadeia!

a)

Menina dos olhos grandes
olhos grandes como o mar,
não me olhe com êsses olhos,
que não me quero afogar.

1)

Maria, minha Maria,
minha flor de Cananeia,
vós nasceste neste mundo
para ser minha teteia.

A dessemelhança é completa; entretanto, a ligação está patente. São águas da mesma fonte.

VIII

Erro de espécie diferente — porque consiste apenas num exagero — é êsse, tão comum, e comum entre letrados, que consiste em proclamar como única poesia a poesia do povo, e como verdadeiros primores tudo quanto ela produz.

Esse exagero curioso é apenas uma nova forma da multiforme e universal pedantismo. Depois que alguns espíritos atilados ou... atirados descobriram e proclamaram, com autoridade, a genialidade bárbara da poesia popular, não houve mais literato com ânsias de parecer original e perspícuo, que não quisesse iluminar as gentes ignaras e achatar os colegas com a exaltação sistemática dessa arte incipiente.

O que se tem dito da poesia popular! A afirmação de que o povo é um grande poeta, e até o maior poeta, já é quase corriqueira. É uma boutade, que como boutade pode ser aceitável, mas que se lança a cada passo com a solenidade com que se dizem coisas de peso.

Há uma colecção de quadras portuguesas, aliás bem feita e apreciável, onde se dá às produções nela enfileiradas, genericamente, e sem rodeios, o nome de obras primas. Tudo obras primas. Até isto:

TRADIÇÕES POPULARES

Os pratos na prateleira
sempre estão telim, telim.
No reino do céu se veja
quem te criou para mim.

Conheço uma outra colectânea portuguesa, em cujo prefácio se previne o leitor de que as trovas aí reunidas e classificadas em certa ordem constituem um verdadeiro e grande poema — o poema do povo lusitano, o poema da raça, grande, profundo, luminoso poema épico! O entusiasmo, superexcitado a força de auto-sugestão, toca ao êxtase e ao frenesi.

Sejamos comedidos. O povo é, na verdade, um grande poeta... quando faz coisas belas. Exactamente como qualquer outro colega. Mas nem sempre as faz. Pode-se dizer, sem temor de errar, que as suas obras-primas são, como as de todos os artistas, excepções; que o grande número é o dos productos mediocres, ou menos que mediocres — falhos e tortos.

Isto, considerando as coisas sob o exclusivo aspecto da arte da beleza. Grandíssima, porém, é a quantidade de versos que nós podemos apreciar fundamente, deliciadamente, por outras razões:

porque nos descancam, na sua simplicidade fresca de água clara, das complicações torturantes em que a vida da cidade nos enreda;

porque nos fazem pensar com ternura na ingénua bondade das gentes rurais, na singeleza invejável do seu viver;

porque os lemos sem perder de vista o terreno humilde de onde procedem;

porque nos recordam tradições com as quais nós pusemos em contacto, na quadra saudosa da infância, as vozes amigas que nos embalaram e nos contaram histórias de bichos e de fadas;

porque essas tradições são a melhor porção do protoplasma espiritual em que se modela a consciência do povo;

porque são partículas sagradas da própria essência da nacionalidade, da alma da Pátria.

Eis aí razões de sobra, e boas, e honestas, e sólidas, para que leiamos, para que oigamos, para que procuremos colhêr, carinhosamente, — como quem colhe braçadas de flores do campo, pequeninas e mimosas flores sem nome nem história, — estas outras flores de um outro campo, as flores que esmaltam modestamente a vida rãsa e dura do caboclo, flores de resignação e de doçura!

Ouçamos:

— Falam desejos de amor:

Quem me dera ver meu bem
trinta dias cada mês,
sete dias na semana,
e cada instante uma vez.

Quem me dera ser um cravo,
rosa branca do sertão,
para viver no teu peito,
junto do teu coração.

O rei nasceu p'ra seu trono,
os peixinhos para o mar;
eu também nasci no mundo
sómente para te amar.

— Geme a saudade:

Nada é mais triste no mundo,
mais triste de suportar,
dois corações que se adoram,
um partir, outro ficar.

Trepel no pé da roseira,
para ver se te enxergava:
cada rosa que caía
era um suspiro que eu dava.

— Cantarolam astúcias de amor:

Fui beber água no jarro
com sentido na caneca;
venha, venha, meu benzinho,
cinturinha de boneca.

— Protesta a paixão:

É bem verdade, Maria,
querer Deus nossa união,
pois teu nome principia
na palma de minha mão.

TRADIÇÕES POPULARES

— Resmoneia a prudência:

Quem diz que casar é glória
quando vai se arreceber?
O gosto é naquêlê dia,
o trabalho é até morrer.

Quando o rato enfeitá queljo
e a menina casamento,
ou o queljo tem pimenta
ou a menina impedimento.

— Soluçam queixas:

Eu estava no meu cantinho,
não bulia com ninguém;
vancê mesmo me chamou,
agora me queira bem.

Sabiá, desce do galho,
vem pousar na minha mão,
para ver o quanto sofre
o meu triste coração.

— Clama a alegria:

Louvado seja meu Deus,
que a minha pomba falou.
O meu peito criou asa,
o meu coração voou

— Solfeja a chocarrice:

Casar com mulher papuda,
só com uma condição:
da mulher dormir na cama
e o papo dormir no chão.

— Sibila, minhas senhoras, a calúnia...

As mulé quando se ajunta
p'ra falar da vida alheia,
começam na lua nova
e acabam na lua cheia...

A POESIA NATIVA DO NOSSO POVO

- I — Dificuldade do assunto — A situação da preferência ocupada pela Poesia nos estudos de literatura popular — Excessos sentimentais, entusiasmos artificiosos — O povo concebido como um « poeta » e grande poeta — Na realidade, pouco de « belo » e muito de « interessante » — Corrente tradicional e corrente nativa — A poesia popular do Nordeste: suas tendencias, suas formas.*
- II — O « desafio » — O gênero narrativo, sua primazia no Nordeste — A poesia popular de São Paulo, suas tendencias, suas formas — O gênero lírico, seu predomínio decidido nesta parte do país — Suas variedades.*
- III — Humorismo — sátira — histórias de bichos — O valor dessa poesia — Aspectos que interessam e devem ser estudados.*

I

O QUE ides ouvir (ouvireis?...) não é uma conferência, mas uma sôlta e desprestigiada palestra. (1)

Não que o assunto não se preste para uma grave e sustanciosa dissertação: prestar-se-ia até para toda uma série delas, tal a sua largueza, tal a complexidade dos seus numerosos aspectos e tal a multidão de observações, de sugestões, de vistas e de problemas que se nos deparam ao desdobrar desses aspectos. Mas a própria desmesurada largueza e a própria complicação da matéria me tolheriam toda a pretensão de vos dar aqui, de uma dia para outro, um trabalho com ares de síntese suculenta ou de estudo mais ou menos profundo.

Ainda que me limite ao Brasil, ainda que me limitasse a um só trecho do Brasil, seria impossível passar além de uma certa superficialidade e evitar hesitações e interrogações em barda.

Como tudo o que é folclore e manifestação da psique popular, a poesia rústica tem caracteres universais e internacionais e tem no seu conjunto uma existência e uma continuidade histórica que mal ou nunca se acomodam a limitações cortantes de tempo ou de território. Querer tratar qualquer assunto de "demopsicologia", para usar a denominação proposta por Pittrè, absolutamente dentro de tais limitações, seria o mesmo que pôr-se uma pessoa a estudar a flora ou a fauna da sua terra com abstracção de todas as noções sobre os seres organizados do resto do mundo.

Demais, esta matéria, apesar da relativa abundância da respectiva literatura no Brasil, ainda apresenta falhas tão grandes e

(1) Lido no Conservatório em 17-9-1925.

tão numerosas, que não ha remédio, por enquanto, senão desistirmos de dissertar compendiosamente a respeito.

Ha divisões inteiras que ainda não foram ou só foram muito por alto exploradas. Ha largas regiões do país, como S. Paulo e Minas, como quasi todo o sul, onde quasi nada se tem feito. Além disso, a maior parte dos trabalhos existentes são resultados de colheitas realizadas ao acaso das oportunidades, saltuariamente, reduzindo-se tudo a um montão de coisas fragmentárias e heteróclitas.

Não vai nisto nenhum intento de critica impertinente. Ao contrario, o caso se justifica pelas próprias dificuldades práticas e materiais da investigação, que mesmo em países mais antigos, mais cultos e de muito menor território ainda não entrou no periodo da regularidade, da disciplina e da "colaboração" harmonica.

A preferéncia concedida à poesia pelos estudiosos da literatura popular não é particularidade brasileira. Em quasi todos os países se tem notado o mesmo facto.

Aludindo a isto, Sébillot dá como razão que o canto se impõe à própria atenção dos indifferentes, vem ao nosso encontro, ao passo que os contos, as lendas, os provérbios, as adivinhas precisam ser procurados. Por alguém viver muito tempo entre gente do povo e passarem-lhe despercebidos outros productos da sua mentalidade; o canto, esse, queiramos ou não, entra-nos pelos ouvidos.

Mais ou menos por toda a parte, muito antes que se suspeitasse que podia haver algum interesse em observar as manifestações da vida popular, já os cantos anónimos eram de quando em quando carinhosamente recolhidos e guardados.

Assim é que o catedrático de Salamanca Francisco Salinas — diz Menéndez Pidal — "funda principalmente a doutrina dos seus sete livros "De Musica" em pequenos cantares antigos divulgados por toda a Espanha, conservando-nos de tal modo, nesse tratado, a mais rica e interessante collecção folclorica do século XVI". Depois, no mesmo país, outras pessoas cultas continuaram esse trabalho de preservação, e entre ellas o grande Lope de Vega, por cuja formidável obra teatral uma rica messe de cantigas vulgares espalha os seus olores evanescentes de tomilho, de feno e de musgo ressecados.

Em Portugal também se observa o mesmo facto. Muito antes de Lope e muito mais que seu antecessor Juan de la Encina, Gil Vicente encastoava nos seus autos multidão de versos, de estribilhos, de toadas populares; e desde o século XIII já se reco-

lhiam em cancioneiros, ao lado das produções dos poetas palacianos, as dos jograis e dos cantadores plebeus. Data do século XV o mais velho manuscrito musical de canção portuguesa até hoje conhecido, o da famosa "Canção do Figueiral".

Nos últimos tempos, a poesia popular tem atraído por toda a parte chusmas de admiradores e até de entusiastas. Passou a ser coisa da moda entre certa classe de escritores.

Nada tão freqüente como se verem comovidos, ardentes elogios à musa popular, à sua simplicidade graciosa de flor do campo, ao seu lirismo sincero e forte, aos pensamentos profundos que ela encerra e até à filosofia a que ela chega a alcançar-se com asas geniais... Uma vez no pendor dessa afeição, vai-se até o ponto de descobrir belezas e significados prodigiosos em coisas que nos pareceriam as mais singelas e inocentes.

O erudito escritor espanhol Salvador de Madariaga, declara numa conferência, que o povo de sua pátria é um verdadeiro, um "grande poeta"; e para justificar o asserto, entra a dizer, aliás com penetrante inteligência e num límpido e saboroso estilo, coisas complicadas e maravilhosas até acérca de coplas como estas:

Por la calle abajito
Va quien yo quiero
No le veo la cara
Por el sombrero

Adiós, casa de quatro aguas.
Ventana de cuatro esquinas;
Para mí ya se acabaron
Las entradas y salidas.

De seu lado, um brilhante escritor português, Jaime Cortesão, sustenta em succulento estudo, a mesma tese de Madariaga, com a única diferença de a aplicar ao povo de seu país. O povo português é um poeta, e que grande poeta!

Para o provar, Cortesão escolhe de entre a caudal de versos que esse povo canta um certo número dêles, algumas centenas de quadrinhas de entre trinta ou quarenta mil, que a tanto deve montar a totalidade delas, e, submetendo-os a um laborioso exame interpretativo, afirma que esses versos constituem um "poema", um grande poema, um poema luminoso e imortal, cheio de intenções que vão desde minúcias de arte até remontadas intuições metafísicas...

Entre as quadrinhas, muito escolhidas, que, segundo o escritor, compõem o extraordinário poema da raça, encontram-se estas, que destaco meio ao acaso:

A rosa quer-se apanhada
antes de sair o sol,
o cravo ao meio dia,
pra o seu cheiro ser melhor.

As senhoras da cidade
têm grande opinião;
não sabem como hão de andar,
nem poisar os pés no chão.

Chovam raios de toucinho,
Centéllhas de queijo mole,
Venham quartilhos de vinho.
Que este maltês tudo engôle.

Boa herba é o poejo,
Que se delta na agôrda;
Racha-me a cara com beljos,
Tem cautela não me mordas.

Entre nós também não têm faltado entusiastas da poesia popular. Ouçamos o que, segundo Coelho Neto, dizia a este respeito o ilustre Silvio Romero. Suas palavras resumem os sentimentos e as opiniões de um grande número de pessoas:

"Se vocês querem poesia, mas poesia de verdade, entrem no povo, metam-se por aí, por esses rincões, passem uma noite no rancho, à beira do fogo, entre violeiros, ouvindo trovas ao desafio. Chamem um cantador sertanejo, um desses caboclos destorcidos, de alpercata e chapéu de couro, peçam-lhe uma cantiga. Então, sim.

Poesia é no povo. Poesia para mim é água em que se refresca a alma, e esses versinhos que por aí andam, muito medidos, podem ser água mas de chafariz, para banhos mornos em bacia, com sabonete inglês e esponja. Eu para mim quero águas fartas — rio que corra ou mar que estronde".

Está muito bem; mas a verdade singela e desengraçada é que as tais trovas ao desafio e as tais cantigas do sertanejo não são, geralmente, para que digamos "belas".

Repontam, às vezes, entre fiadas e fiadas de versos, coisas realmente bonitas, e até, se o quizerem, admiráveis; mas são excepções. Percorram-se as colectaneas, de que já possuímos uma boa porção, a começar pela própria colectânea de Sílvio Romero: o forte e abundante manancial de poesia "de verdade", que êle exaltava, o "rio que corre", "o mar que estronda" não se encontra em parte nenhuma; encontram-se apenas gôtas de orvalho irizado, algumas divinamente límpidas e perfeitas, a scintilarem aqui e ali num vasto e crespo carrascal...

Eu poderia citar-vos duas ou três dezenas de estrofes verdadeiramente belas, e para aí uma centena ou mais de graciosas, bonitas, encantadoras na sua ingénua frescura e na sua clara fluência. Por exemplo:

No ventre da Virgem pura,
encarnou divina graça,
entrou e saiu por ela
como o sol pela vidraça.

Eu a amar-te, tu a amar-me,
qual de nós será mais firme,
eu, como o sol, a buscar-te,
tu, como a sombra, a fugir-me?

Como o vento é para o fogo,
é a ausência pro amor;
se é pequeno apaga-o logo,
se é grande torna-o maior.

A alegria dos meus olhos
nem eu sei quem ma levou;
tão alegre que era dantes,
tão triste que agora sou!

Pergunta a quem sabe amar
qual é mais para sentir:
se é amar, vivendo ausente,
se é vêr e não possuir.

Mas para que repetir uma exemplificação que já tem sido feita mil vezes?

Estes exemplos costumam ser apresentados por comentadores imaginosos como simples amostra, como pequena, modesta amostra da poesia popular... Na verdade, não são amostras; são o mais fino da fina flor.

E ainda resta examinar se toda essa fina flor é verdadeiramente popular por sua origem e propagação, isto é, se brotou entre o "povo" e se foi de facto adoptada pelo "povo". Porque ha muito verso que se dá como popular, por o terem ouvido a um ou dois individuos mais inteligentes, mais espertos, ou mais em contacto com as camadas cultas e com a literatura, mas que de facto não tem maior popularidade do que aquela que se lhe proporcionou pela imprensa, entre a gente que lê.

Se, porém, não ha muita coisa "bela", bela sem restrições, na poesia do povo, ha em compensação muita coisa "interessante", e tanto na poesia tradicional de velha origem, como na viva e nova que brota continuamente dos lábios dos cantadores inventivos.

A poesia tradicional compõe-se principalmente de quadras soltas, de romances e xácaras; de cantos religiosos e outros, mais ou menos fielmente conservados de longa data e em grande parte ainda com um sabor estrangeiro ou colonial. Os seus melhores exemplares se encontram entre as quadras soltas, em setissílabos, — género este em que a grande maioria do povo português, por uma curiosa evolução do gosto, fixou desde séculos a sua exclusiva preferência, abandonando a primitiva diversidade de formas que ainda subsiste em outros países.

Ao lado dessa corrente secular, temos a corrente nova, nativa, criadora, sustentada pela rústica fantasia dos poetas do sertão. Esta é, para nós, a vários respeitos, a mais curiosa e a mais digna de estudo.

Aí vemos o povo, não satisfeito de repetir velhas relíquias da sua memória ou de seguir passivamente a trilha das inspirações, dos motivos e das fórmulas importadas, mas dando largas à sua veia própria e fazendo coisa tipicamente brasileira, nutrida do humus nacional, adaptada ao ambiente como as nossas bromélias, as nossas palmeiras e os nossos enrolados cipóais.

Sendo mais espontânea, essa corrente renovadora vai porisso mesmo insensivelmente marcando com outro vigor e outra significação as diferenças regionais que matizam o conspecto psicológico da grande comunhão nacional. Tomemos uma colecção de versos dos poetas rústicos do Ceará e circunvizinhanças — digo

de “poetas”, daqueles que compõem, e não de repetidores: a caracterização regional é profunda e completa.

Um dos distintivos da poesia popular nordestina, — não absoluto como pretendia Araripe Junior com evidente exagero, é a “jogralidade”. De facto, o burlesco e o jocoso dominam a maior parte dessa produção: a fantasia do cantador vive habitualmente num mundo de exagerações, de deformações, de chocarrices grossas, bem “populares”.

Contudo ela não esquece o mundo real: ao contrário, reflecte a cada momento aspectos e traços do ambiente natural e social que a cerca, revelando agudas faculdades de observação particularizada, adstricta a pequenas coisas concretas e sensíveis.

Servem-se os poetas jagunços de uma notável variedade de formas: versos de cinco, de sete e de dez sílabas, estrofes de quatro, de seis, de oito e de dez ou doze versos, com variadas e caprichosas disposições de rimas. Notável também o fôlego desses cantores, que lhes permite estenderem suas composições a dez, quinze, vinte e mais estrofes.

Finalmente, curiosíssima a vivacidade, a fluência, a abundância fácil e gorgolejante de tais versos que têm qualquer coisa do livre andamento de uma linguagem natural.

Uma das variedades mais cultivadas no Nordeste é o canto ao desafio, mas uma forma de canto ao desafio que, não sendo original, já assumiu ali uma feição particular bem acentuada.

Trata-se de uma luta entre dois improvisadores, luta que fatalmente oscila entre gabolices bombásticas e hiperbólicos apodos e motejos.

Ouçamos um trecho de um “desafio” típico entre a cantadora Zefinha do Chabocão e o cantador Jerônimo do Junqueiro, segundo no-lo dá a conhecer o sr. Leonardo Mota:

— Senhora Dona Zefinha,
eu não lhe vim fazê guerra!
Vim, mas foi acrescentá
O'prazê na sua terra.

— Mais porém eu, seu Jerome,
não quero acomodação...
lhe peço até por bondade
que não tenha compaixão!
Ha muito tenho notícia
que o sinhô é valentão,
é uma tirana-boia,

um besouro de ferrão,
uma onça comedeira,
um horroroso leão...
Eu hoje quero mostrá-lhe
que mato sem precisão:
deixo-lhe o corpo furado
só renda de papelão...

— Senhora dona Zefinha
não precisa disso, não...
Vamo cantá irmanado
que o mió é se tê mão:...
Não sô cantô afamado,
isso é títos que me dão...

Depois destas negaças, vem o corpo a corpo, o tabefe e a rasteira:

— Me responda, seu Jerome
aonde sois moradô
em que província nasceu,
que matriz se batizou,
como se chama seu pai,
mãe e madrinha e avô.

— Senhora dona Zefinha,
eu dou conta do recado:
na província Ceará
eu fui nascido e criado;
na matriz do Livramento
é onde fui batizado;
o nome dos meus antigos
não digo, não sou lembrado...
mas eu me chamo Jerome,
o outro nome é Andrade,
o terceiro é Macaúba,
pedra-hipe envenenada.

.....
— Senhora dona Zefinha,
eu sou moleque teimoso,
sou pobre, dou-me a respeito,
sou preto, porém, mimoso.

Vou-lhe dá um enxarope
de nove pau amargoso:
parreira com manacá,
gordião com fedegoso,
milome com cabacinha,
melão-caetano verdoso,
pereiro com quina-quina
são nove pau rígoroso...
Tudo isso é bom remédio
pra quem sofre de nervoso...

II

Em S. Paulo, como por quasi todo o país e como em Portugal, também existe o costume das cantigas ao desafio, e também consistem essas requestas em trocas de chacotas e de injúrias entremeadas de problemas ou adivinhas que devem ser resolvidas. Mas os cantadores, em tais ocasiões, não se estendem nem improvisam tanto como no Ceará: cada um canta apenas uma quadra por vez e essa quadra é quasi sempre tirada de um fundo comum e tradicional, com variações e adaptações. De modo que fazem antes prova de memória do que de inventiva.

Estas justas prendem-se a uma tradição multissecular comum aos países do meio-dia da Europa. Os trovadores galego-portugueses imitadores da poética provençal introduziram na península, além das "cantigas de escárneo" e "de mal dizer", as "tenções", que eram, segundo a arte que acompanha o Cancioneiro Colocci-Brancutti, "feytas per maneiras de rrazon que hufi aja contra outro en quaes diga que por ben tener na prima cobra (= copla) et o outro respondable na outra dizendo o contrayro". Estas palavras descrevem muito aproximadamente os nossos cantos ao desafio, os quais, como outras espécies populares, parecem provir de uma remota imitação da literatura culta.

O espirito que animava as "tenções" é o mesmo que anima os "cantos ao desafio": a preocupação e a vaidade ingénua de ver quem tem maior habilidade e quem póde mais. A esta exhibição pueril se reduzia allás a maior parte da torturada poesia palaciana guardada pelos cancioneiros. O que sobretudo se prezava eram os artifícios do metro e da rima, os jogos de palavras, os chistes, a facúndia, o "engenho".

Exemplo acabado de tais disposições foi o espanhol Baena, incansável, diz Menéndez Pidal, em divertir a corte de João II com esse passatempo. Chegava a palácio um poeta qualquer, e

Baena dirigia-lhe imediatamente um desafio debaixo de todas as regras. Durante a luta, saltavam grosserias de todo calibre. Inútil acrescentar que, ou pela habilidade ou pelo cansaço, Baena vencia sempre; e então anotava no seu Cancioneiro: "No respondió Alfonso Alvárez"; "Jaque y mate que dió Juan Alfonso de Baena contra Juan García"; "aquí se rindió e dió por vencido D. Juan de Guzmán"... É exactamente de tais troféus que mais se orgulham os nossos "desafieiros" matutos, os quais, aliás, — diga-se em seu abono, — ainda têm muitos companheiros, mais ou menos disfarçados, em todos os gêneros de actividade, nas classes que se presumem esclarecidas...

Outro género muito vulgar no Nordeste, mais ou menos como em toda a parte, é o narrativo, mas sempre debaixo do colorido particular que lhe comunicam o temperamento e o gosto dos poetas regionais. Narram-se feitos e aventuras de criminosos, proezas de valentões, trabalhos e façanhas de vaqueiros, lutas com animais bravios; narram-se sucessos políticos, pendengas célebres, casos pícaros; narram-se acontecimentos fabulosos tirados inteiramente da fantasia do autor.

Algumas dessas narrativas formam sementeiras e desenvolvem-se em ciclos como germes de epopéias rústicas. É o que se dá, por exemplo, com os romances de vaqueiros, interessantíssimo caso de elaboração poética popular, bem nacional, englobando um conjunto de ideais e de sentimentos muito próprios a uma classe numerosa em larga região do país; caso tão interessante como tantos outros fenómenos análogos em terras estrangeiras, mas que não teve ainda o estudo acurado que merece, já por causa dos preconceitos intelectuais, estéticos e gramaticais com que vulgarmente se encaram os produtos da literatura popular, já pela orientação estreita segundo a qual só merecem atenção, nessa literatura, os restos arcaicos de velhas importações lentamente naufragadas na memória do nosso povo.

É no género narrativo que se encontram as peças mais completas, mais bem articuladas e mais vigorosas da poesia bárbara do Nordeste. Sinto que o tempo não permita exemplificar detidamente. Aliás, os exemplos são tantos e tão variados que eu me veria enredado em hesitações para escolher. Além disso, os poemas narrativos são em regra demasiado extensos.

Entre esses, um ha que não duvido em qualificar de admirável: é a "Cantiga do Vilela", que o sr. Leonardo Mota reproduz no seu livro dos "Cantadores". A linguagem é rude, a ingenuidade e a incultura roçam ás vezes pelo prosaísmo chato, as incor-

recções são freqüentes, — mas o conjunto é bem lançado, aquillo tudo é um só factó e uma coisa orgânica e viva que brotou da química da natureza, e que se move de um jeito franco, sacudido e jovial, livre de influências retóricas e de pendantismos sapientes. . .

Meu povo, preste atenção
ao que agora eu vou contá,
de um home muito valente
que morava num lugá
e até o próprio gunverno
tinha medo de o cercá.

Vilela era natural
do sertão pernambucano,
e ôle, desde o principio
que tinha o gênio tirano:
comete o primeiro crime
com a idade de dez ano.

Com dôze ano de idade
numa véspe de S. João,
Vilela mais o seu mano
tivéro uma altercação:
só por causa de um cachimbo
Vilela mata o irmão.

Com quinze anos de idade,
passando tres ao depois,
Vilela monta a cavalo,
val ao campo atrás de uns bois;
encontrou quatro rapaz,
atirou um, matou dois.

Assim continua, nêste andamento desembaraçado e natural, a narração das primeiras proezas de Vilela, e a seguir vem a perseguição da polícia, representada por um alferes destemido. Depois de uma série de episódios animados, que se sucedem com a mesma simplicidade sóbria e enérgica, vem um desfecho dramático, heróico e melancólico. Vilela está para matar o valente aíferes numa luta corpo a corpo. Intervém a mulher do bandido, rovida de feminina piedade, e a custo consegue salvar a vida e a liberdade do policial.

Saíu o alferes dali
tristonho e desconsolado,
porque se via sozím,
sem sabê dos seus soldado!
Com o desgôsto que teve
morreu no mato enforcado!

Acaba o Vilela a briga
também muito arrependido;
saíu por de trás de casa,
até dos fio escondido,
que nem mesmo a mulhé dêle
soube mais de seu marido.

— Mulhé, eu fiz seu pedido,
não matei aquele home,
mas me vou, de mato a dentro,
me acabá de sede e fome,
vou comê das fruita braba,
porque quero,
daquelas que os bruto come.

Sai o Vilela de casa,
nos matos escoli um canto,
e ninguém nunca pensava
que êle vivesse tanto.
E ao cabo de quarenta ano
morreu Vilela e foi santo!

Alviça, meu povo todo,
que a minha história acabou-se.
O alferes foi valente
e de valente enforcou-se.
Mais valente foi Vilela:
morreu, foi santo e salvou-se!

Através de toda essa basta florescência da poesia sertaneja nordestense, são escassas as expansões líricas. Estas refugiam-se habitualmente nas quadras avulsas, que em grande parte são cunhadas nos moldes formais e ideativos da quadra popular portuguesa e que se ligam à já aludida corrente tradicional comum a todo o Brasil.

No interior de S. Paulo, também numerosos poetas caipiras compõem ao som da viola os seus toscos poemetos, que depois lançam na circulação cantando-os nas reuniões e patuscadas do bairro.

Também aqui o gênero narrativo é dos mais cultivados, consoante uma tendência universal, e apresenta aproximadamente as mesmas variedades do Nordeste. Também aqui, ha o costume dos "desafios", se bem que não tão desenvolvido como lá. Mas, aqui, o instinto chocarreiro e brincalhão do povo, — de todos os povos, — não oferece o mesmo aspecto de exacerbação e de predominância que se nota naquela outra região brasileira.

Em troca, o lirismo é normal e correntemente cultivado, — um lirismo, sem dúvida, mascavado e simplório, mas enfim lirismo, o canto da alma, o grito musical da dôr, do amor, da esperança, da alegria, do ódio.

Não ha aí nada de comum com a poesia popular urbana, literária ou semi-literária das modinhas, das canções de vário feitio postas em música conforme as regras da arte, nada das poesias da "Lira do Capadócio" ou do "Cantor brasileiro". Trata-se de uma genuína floração sertaneja, com as suas origens, a sua índole, as suas tendências próprias e autônomas. É toda uma grande mina a explorar, — e que em breve terá desaparecido para sempre.

A forma tem também suas particularidades. Os únicos versos empregados são os de cinco e os de sete sílabas. Uma poesia é sempre uma "moda". Uma quadra é um "verso". Quando a estrofe é o que chamamos uma oitava, o caipira só vê aí duas quadras, ou dois "versos" e a moda denomina-se então "moda dobrada". Se se trata de sextilhas, a moda é "de verso e meia". Mas ha também modas onde as quadras se sucedem a granel.

Vejamos umas ligeiras amostras do lirismo caipira.

Tenho na minha colecção uma poesia em que o autor magoadamente relembra as suas desgraçadas aventuras. Foi recrutado para combater na "guerra da Turquia", tomou parte numa batalha no campo de Sant'Ana, e achou prudente "retirar-se" para uma ilha, onde quasi foi engolido por uma baleia. . . Finalmente, depois de muita aflicção e muita saudade amargamente curtida, voltou para sua terra:

Eu cheguei na minha terra,
ninguém mais me conhecia;
até as arves do campo
dava suspiro e gemia.

Pensavam que eu era morto,
nem os ossos não havia.
Esta minha infeliz sorte,
se fosse outro, não cumpria!

Eis como canta um apaixonado, entre uma fiada de ardentes declarações de amor:

Numa tarde de verão,
na noite de lua chela,
se eu contá os gostos que tive,
me ferve o sangue nas vêia.
Namorei teus olhos pretos
por baixo da sombranceia.
Se eu fôr preso nos teus braços,
não precisa mais cadeia.

Morena, esses teus olhos
me parece uma candeia:
de longe me turva a vista,
de perto a vista clareia.
Teus olhos não tem igual,
teu rosto não tem pareia.
Se disser que outra é bonita,
morena, vacê não creia.

Não deixa de ter a sua aurazinha de emoção comunicativa,
na sua singeleza de soluço humano, a canção que assim começa:

Meus padecimentos
Vêm de madrugada
co a revolução
da passarinhada.
Ela canta triste
com voz alterada,
que me faz chorar
co as penas dobrada.

Segue-se uma estrofe em que é de notar a energia bíblica
com que se alegoriza a extrema penúria do coração:

Os prazer que eu tive
já foram cortado;
até a raiz
já foi arrancada,

já foi pra secar
pra não ser vingada;
até a semente
já vai ser queimada.

São numerosas as "modas" de amor aventureiro e frascário, repassadas de um cândido cinismo.

Tenho o meu cavalo
pra mim passeá;
êle me conhece
no jeito de arreá.
Falo bem baixinho:
"Vô em certo lugá"
e êle fica pegando
mosquito no á.

O poeta parte, e durante a entrevista regala a sua pecadora com cantigas à viola, fazendo-a chorar. Então...

Nos olhos brilhantes
peguei repará;
parecia uã estrela
das ondas do má,
nas horas completas
da lua crisá (= eclipsar).
O meu coração
pegô suspirá.

Este tema das visitas à amada, como o das brigas de amor, e das saudades do bem ausente e o dos raptos de moças em ancas de cavalos, é repisado em todos os tons em vário metro.

Ha tambem os poetas moralistas e satíricos; apenas, a moralidade que êles pregam não é muito superior à dos criticados. Porisso mesmo as suas reprimendas versificadas têm o valor documental de um testemunho inconscientemente sincero sôbre os sentimentos e os costumes. Eis como descanta um destes censores:

Rapaziada de hoje em dia
não sei o que estão pensando;
namora as mulé casada,
deixa as solteiras penando,

só pra dá o que entendê,
pra o povo ficá falando.
Quando fôr no fim da vida
é que vão se recordando.

Sou um rapaz de bom gôsto
por viver te namorando.
Arreava o meu cavalo
e sai passeando.
Encontrei com meu benzinho,
ela veio me salvando (= saudando),
me deu um aperto de mão:
"Adeus, como vai passando."

Tivêmo nós dois parado,
nós tivêmo conversando.
Ela foi, virô, me disse:
"Você está me desprezando".
Eu fui, respondi pra ela:
"Eu não vivo te enganando;
deito na cama, não durmo.
passo a noite suspirando".

Virei meu macho pra trás:
"Daqui mesmo eu vou voltando"
Vinha vindo pra te vê,
agora estou te enxergando"
— "Vamos chegá até em casa
prá saudade ir acabando;
eu te dou malva e suspiro.
pra ocê ir de mim se alembando.

(Volta)

Quem tem seus amores longe
passa trabalhos trianos!

Quando foi de madrugada,
o dia vinha clareando,
eu peguei o meu cavalo,
de vagar fui arreando.

Ela foi me perguntou:

“— Não tem dó de ir me deixando”

“— Te deixo o meu coração,
só pra ir te consolando”.

III

De quando em quando, a arte do caipira se complica, deita as manguinhas e tece brincadeiras rimadas para dar mostras do seu virtuosismo. Eis aqui duas estrofes de uma “moda” colhida no sul de Minas pelo meu amigo o poeta Pedro Saturnino:

Primeiro eu peço desculpa
se faço mal em falá:
a respeito dansadô,
tenho gôsto pra dansá;
a respeito inventá moda,
tenho fama no lugá.
Invento moda doída
enquanto a idea me dá;
se canto moda dobrada,
inda torno a redobrá;
faço como no deserto
onde canta o sabiá.

Tenho prestado sentido
de um certo tempo prá cá;
cada moda que eu invento
faz o povo admirá;
e quem não me acredita
pode agora acreditá.
Até moda de três-dôbro (1)
tenho idea pra inventá.
Nos pagode de sciência
eu gosto de aproveitá;
pra cantá moda dobrada
eu posso desafiá.

São muito freqüentes os cantos de índole impessoal sôbre assuntos gerais da vida e da sociedade, sôbre as misérias da gente humilde, sôbre as desigualdades e injustiças da fortuna sôbre a morte, sôbre os costumes. Esses cantos, mais do que quaisquer

(1) “Modas de três-dôbro” — aquela cujas estrofes constam de três “versos”, isto é, quadras.

outros, reflectem a mentalidade colectiva do nosso homem da roça, suas crenças, seus hábitos, suas atitudes, seu modo de ser, o estado de sua cultura.

Como é bem de vêr, apresentam grande variedade de caracteres de fundo e forma; vão desde a lamentação amarga até o riso franco e descuidado ou a sátira violenta, e desde as dimensões e a concentração do epigrama até os longos rosários e estrofes.

Ouçamos uns fragmentos de certa "moda" colhida por Cornélio Pires em Piracicaba. O poeta estabelece, numa série de quadras, uma comparação entre o pobre e o rico, onde o sal do burlesco e do cómico se mistura com o fel de um ressentimento dolorido:

A vida da gente pobre
padece, não tem altura.
A vida da gente rica
arregala e tem fartura.

O rico levanta cedo,
toma café com mistura.
O pobre bebe guarapa,
quasi sempre sem doçura.

A sobremesa do rico,
marmelada e rapadura.
O doce de gente pobre,
miôlo de abobra madura.

A roupa de gente rica,
fazenda boa que dura.
O trapo de gente pobre
é só remendo e costura.
.....

Gente rica fica doente,
vem logo o doutor e cura.
Quando o pobre fica doente,
o remédio é sepultura.

Cavalo de gente rica
tem passo e tem andadura.
A égua de gente pobre.
é calombo e pisadura.

TRADIÇÕES POPULARES

O rico quer comer peixe.
no mercado éle procura.
O pobre agarra na vara
e sai prá noite às escura.
.....

A perna de moça rica
é bonita e tem grossura.
Cambito de moça pobre
inda perde prá saracura.
.....

Quando gente pobre morre
vai gozar lá nas altura.
O rico vai é prá os quintos
fervendo na fervedura.

Pobre Jeca! É essa a consolação única que lhe resta e a única vingança para que sabe apelar: a justiça do ceu depois da morte...

Às vezes, a sátira social toma os trajes da alegoria e da fábula. O poeta roceiro tem certa predilecção pelas histórias de animais, e essas histórias, como acontece em todos os povos, não são mais do que uma transposição de coisas e casos da alma e da vida humana. Os animais não interessam à imaginação popular senão como caricaturas do homem, ou senão pela soma de "humanidade" que ela julga descobrir nêles.

Eu poderia dar-vos diversos exemplos, mas não me devo alongar e limitar-me-ei a uma só "moda" de bichos, a do "Batizado do Sapinho", que é particularmente interessante por certa superioridade da factura. (1)

Nessa moda descreve-se uma grande festa de animals, reprodução perfeita de um "pagode" tradicional de caípiras.

Eu fui assisti uã festa
num dia dêstes passado,
que era uma festa de bichos
e eu achei muito engraçado.

(1) Esta composição está bastante espalhada nos meios rurais de S. Paulo, pois foi colhida em Piracicaba e em Pitangueiras pelo sr. Cornélio Pires, e ainda possui uma redacção de Jaú; o que faz supôr que seja relativamente antiga.

Foi festeiro o senhor Sapo,
em dia de batizado;
e eu tambem fui assistir
porque era inconvidado.

O Coelho junto com a Lebre
era madrinha e padrinho;
alegres, muito contentes,
foram batizá o sapinho
Pois fizéro o batizado
hem lá em baixo do moinho,
e batizáro o inocente
por o nome de Joãozinho.

O Coelho virou e disse:
"Compadre Sapo, vem cá.
O batizado está feito.
o vinho vamos tomá."
O Sapo então respondeu:
"O vinho é mió nós levá
pra fazer a saudação
lá na hora do jantá."

Quando foi no fim da janta,
o Coelho quis cortar chão:
o Sapo virou e disse:
"Compadre hoje não vai, não;
pra festejá o batizado
vou fazê um pagodão;
hoje aqui nós adiverte
com baile, samba e função

Nesses tres divertimento,
divirta no qual quisé;
no terreiro tem o samba,
no salão o bate-pé;
no terreiro da cozinha
tem a dança do soaré."
E o Sapo não se esquecia
de correr pinga e café.

Chegaro os bichos do mato,
cada qual mais bem trajado.
No chegarem no terreiro,
o festeiro foi louvado.

O festeiro nesse dia
matou bol, matou capado.
Foi uma festa de estrondo,
teve um farturão danado.

Já chegou o Tatú-canastra
com sua calça de bombacha;
trazia a sua sanfona
de quarenta e oito baixo.
Tambem trouxe sua filha,
sabelinho cacho-cacho,
chapeuzinho de palheta,
todo chelo de penacho.

Já chegou dona Raposa,
co a sua saíinha preta,
trazendo no seu pescoço
gravatinha de baêta.
Tambem trouxe sua filha,
senhora dona Julieta.
Pra fazê acompanhamento
trouxe a sua clarineta.

O Veado tambem veio
bem logo no escurecê,
trazia sua viola
pra dansá cateretê.
O companheiro do Veado
era o seu Caxinguelê;
cantava moda dobrada,
custosa de se aprendê.

Foi chegando a macacada,
tudo de caixa e pandeiro,
louvando o dono da casa
dando vivas pro festeiro.
Já fizéro uma rodona
bem no meio do terreiro;
e tinha um macaco velho
que disse que era guerreiro.

E lá no meio do samba
uma questão se formou,
pramor de o Macaco vello,
um ponto (1) que êle amarrou.
O ponto foi tão custoso
que ninguém não desatou.
Foi por causa dêsse ponto,
que o samba logo parou

Já bem no meio do baile,
outra questão foi formá.
só por causa da Cutia
dar tábua no Tamanduá.
Já virô o Bandeira e disse:
"En acabo co isto já";
pregô as unhas na sanfona,
fez a sanfona pará.

Outra questão se formou
lá no meio do salão,
so pramor de a Lagartixa
tá de pique co Ratão.
Apagaro a luz que tinha,
ficaro na escuridão,
tramaro de ferro frio
que fizéro um barulhão.

Entrou o Sapo pro meio
e herdou um pescocão:
saíu logo de pulinhô,
foi cair no ribeirão
A Sapa pegô o Sapinho,
foi prá boca do fogão;
a pobre Sapa gritava.
"O negócio nao tá bom:

O Sapo saiu da água
fazendo reclamação:
"Enquanto eu morar aqui,
eu não faço mais função.

(1) Ponto — problema proposto em versos e para ser resolvido em versos, durante um "desafio".

O povinho dêste bairro,
 não tem mais educação;
 entra tudo na caiana,
 fica tudo valentão!"

Tudo isto, está bem claro, fica regularmente longe da grande poesia... Não ha necessidade de se exagerar nada. A verdade é que a grande poesia é um produto de reflexão e de cultura (embora seja certo que depois o excesso de reflexão e de cultura lhe arrefeça o vigor): não brota espontâneamente das cabeças como os aboborais copiosos brotam da terra fôfa.

A poesia popular, — e para lhe chamar "poesia", na maior parte dos casos, precisamos tomar a palavra num sentido que largamente exorbita a compreensão habitual, — é, sem dúvida, uma coisa encantadora, na sua agreste ingenuidade. É necessário ser privado de toda capacidade de simpatia humana e de amor à boa alma sincera do povo para não sentir dentro de si toda uma revoada de emoções agradáveis ao contacto dessa arte bárbara. Mas é exactamente desta nossa capacidade de simpatia que sobretudo deriva o penetrante encanto, emocionalidade, a "graça", a "beleza" da poesia popular...

Tudo o que amamos é encantador para nós. Amai os poetas civilizados, êsses pobres poetas da cidade, tão denegridos, tão negados, tão mal vistos, amai ao menos os que já se foram e já lá descansam na suave inofensividade das sombras, e descobrireis "também" nos seus versos alguma parcela de beleza, alguma coisa que vos toque na alma, alguma fafaca que vos dê a sensação fugitiva e divina da "verdadeira poesia"...

Mas, à parte as questões estéticas e sentimentais, a literatura popular, ainda que destituída de todo valor artístico, pode e deve interessar-nos por vários aspectos, merecendo a maior atenção.

Ha o aspecto etnográfico, ha o psicológico, ha o social. Sob qualquer dêles, essa poesia, na sua inconsciência teórica, na sua despreocupação doutrinária, na sua singeleza de fenómeno bruto, de secreção orgânica, assume um sério valor documental acérca do espirito, das tendências, dos costumes das nossas populações rurais.

Se aos brasileiros cultos que estudam o seu país lhes importa deveras conhecer bem essas populações, que são a infra-estrutura da nacionalidade; se lhes convém de facto colher uma soma

de noções certas, positivas, insofismáveis sobre a mentalidade dessa nossa gente, não podem encontrar melhor documentação do que aquela que é fornecida pela sua literatura oral, especialmente pela sua poesia.

Apenas, é necessário que essa documentação seja colhida com o simples e rigoroso espirito de objectividade que anima as investigações do naturalista, e que a investigação se estenda a todas as regiões do país.

No dia em que pudéssemos contar com um grande "corpus" dessa literatura, bem feito, bem ordenado, bem expurgado de infidelidades e fantasias, e abrangendo o Brasil inteiro. — como aquele que Arago queria que se fizesse para a canção francesa. — nesse dia teríamos dado, na realidade, um passo, um passo largo e definitivo para o conhecimento exacto da nossa gente, principalmente se a literatura oral juntássemos a música, as danças e festas, os cerimoniaes, todas as práticas costumárias, as artes decorativas, todas as artes no seu sentido mais geral.

Essa larga documentação, de acôrdo com o método cartográfico que tem sido empregado com tão bons resultados pelos glotologistas, e que van Gennep recomenda para o folclore, permitir-nos-ia antes de mais, traçar no mapa do Brasil as zonas onde predominam certos gêneros, certos temas, certas formas, certas modalidades de poesia, de narração, de música, de desenho, de costumes, etc. É facil perceber immediatamente que quantidade de conseqüências interessantes se poderia tirar desta simples redução dos aspectos regionaes da mentalidade popular brasileira à visibilidade, à clareza e à comodidade das representações geográficas.

Só estas investigações, orientadas por métodos rigorosos, afinadas pela inabalável impassibilidade scientifica, nos podem dar acerca do espirito popular um conhecimento que valha a pena de ser procurado.

Quando se trata de conhecer os aspectos fisicos do país, ninguém mais se contenta com vagas informações, com historias e atoardas que correm, com simples testemunhos desta ou daquela pessoa, por estimável que seja: quer a carta geográfica, quer a estatística, quer o relatório scientifico, quer o documento seguro, exige a verdade escrita, seca, sólida, depurada, contrastada. Se, porém, do que se cogita é da mentalidade popular, desse outro mundo que tem uma existência tão real, tão concreta, tão positiva, tão independente dos nossos sentimentos, das nossas fantasias, dos nossos desejos, como os climas, os rios, as monta-

nhas, as jazidas minerais ou as quedas de água, — então dispensa-se francamente todo rigor, toda seriedade, todo método, dá-se por entendido que estamos todos habilitados a discorrer a respeito, que aquillo tudo se enxerga logo de um golpe, como um recanto do nosso jardim caseiro em dia de sol...

E discorre-se; discorre-se com aprumo, com fôrça, com garbo. Na verdade, vive-se em pleno e caótico empirismo: não há separação entre o subjectivo e o objectivo, entre a impressão pessoal e a verificação metódica; não há conhecimento regular, não há organização de aquisições. Suprimem-se todas as possibilidades dêsse "contrôle" automático a que ficam sujeitas as observações realizadas debaixo de princípios racionais e impessoais previamente aceitos. Fazem-se discursos, páginas literárias, tiradas polémicas, divagações líricas. Cada um afirma acêrca do povo de sua terra tudo quanto lhe apraz, valendo as afirmações apenas pelo grau de autoridade do seu autor, pelo brilho da palavra, pela emoção que essa transpire, e às vezes pelo "bom senso" — que é a acomodação das coisas a um pacato sentimento do meio termo...

Assim, nada mais explicável que ouçamos a cada passo as opiniões mais disparatadas acêrca do pobre Jeca — um trapo, segundo alguns; uma rocha, segundo outros; ao mesmo tempo, um rebotalho humano, sôrna, mole, incapaz, idiotizado, e um ser admiravel, sóbrio, paciente, bom, honesto, inteligentissimo, empreendedor, heróico...

E a verdade não dá um passo para diante.

Não. Se queremos de veras conhecer o nosso material humano nas suas sedimentações mais modestas (que em grande parte explicam as mais altas), temos de estudar com maior afincio e rigoroso método os produtos em que êle se reflecte e se manifesta. Nesses produtos, o povo aparece melhor que nos mil acídentes superficiais e desorientadores da observação directa: aparece-nos como é, tal qual é, com as suas qualidades e os seus defeitos, com as suas fraquezas e as suas forças, com o que tem de aproveitavel e com o que reclama o nosso esforço de correcção vigilante e amiga. Êle dá-se-nos aqui sem reservas e sem simulações, deixa-se surpreender inteiro, alma, coração, instintos, tendências, — crenças, aspirações, preconceitos.

E, felizmente, apesar de tanto mal que se pensa e nem sempre se diz dêsse pobre povo abandonado, desprezado, explorado e maltratado, se ha nêle muita coisa que incrimina o nosso desamor e a nossa dureza, não ha nada, nada que irremediavelmente nos envergonhe.

A POESIA POPULAR DE S. PAULO

- I — Corrente urbana e corrente rústica.*
- II — Literatura popular e literatura culta.*
- III — Corrente tradicional e corrente inventiva.*
- IV — Invenção individual e a formação de novas camadas tradicionais.*
- V — Outras contribuições para o patrimonio tradicional.*
- VI — Ação modificadora coletiva: seus fatores gerais.*
- VII — Processo da elaboração popular.*
- VIII — Cancioneiro Caipira.*

A POESIA popular do Brasil (1) como a de toda a parte, compreende dois vastos dominios, que se devem discriminar desde logo: o rústico e o urbano. Embora, às vezes, se compenetrem, e possam aparecer manifestações esporádicas de uma delas no territorio de outra, as duas divisões não se confundem. E não devem ser esquecidas de quem quer que pretenda discriminar os varios e verdadeiros aspectos e tendências das nossas criações populares.

A êste respeito escrevemos uma vez:

“Antes de tudo, guardemo-nos de confundir o cancionero popular da cidade com o cancionero popular da roça.

O da cidade anda muito impregnado de literatura, sofre sobretudo a influência do teatro e das infinitas colectaneas que os livreiros, de longa data, impingem aos cantores; imprime-se frequentemente em livritos de cordel, e tem suas pretensões. É a poesia dos palhaços-trovadores, dos músicos-poetas, cujo talento se abre ao calor de tocatas por tavernas de bairro e bailaricos de arrabalde. É a poesia do violão.

O cancionero do campo é muito mais singelo e mais original. Não se sabe, em regra, nem como nem onde nasceram os

(1) — Foi êste o último trabalho folclórico publicado por Amadeu Amaral.

versos. São repercussões de outros que já foram cantados... Obedecem a normas muito suas, normas que pouco variam, tendo por vêzes um sabor pronunciadamente arcaico. Tudo, nelas é simplicidade de alma, normalidade honesta de sentimentos. Nenhum ressalbo de literatura. Nenhuma rebusca. A linguagem é o genuíno dialecto sem liga. É a poesia dos tropeiros, dos careiros, dos boleiros, dos trabalhadores da roça. É a poesia do fandango, das noites de S. João em roda das fogueiras, dos puxirões e das bandeiras do Divino, dos responsos e dos pagodes. É a poesia da viola".

É certo que não se pode estabelecer uma nítida linha de separação entre uma e outra dessas duas ordens de elaboração poética popular, mas nem por isso a diferença fundamental, aqui indicada, deixa de entrar pelos olhos. Para se perceber de golpe toda essa diversidade, basta comparar um "cantador" da roça do interior de S. Paulo, àquilo que denominamos escarninhamente um "trovador de esquina".

O primeiro é um caipira legítimo, na criação, nos costumes, no traje, na fala, geralmente analfabeto; o segundo um cidadão escovado, frequentador de casas burguesas e de galerias de teatro, geralmente com tinturas de instrução.

O primeiro canta "modas" e "bersos", isto é, composições longas e quadras soltas, intimamente ligados — ponto importante — pela substância, pelo ritmo, pela forma, pelo destino, e costumes tradicionais da roça, hábitos de trabalho, gênero de ocupação, dansas e actos religiosos, festejos profanos, etc.; o segundo canta modinhas e lundús, fados e cançonetas, barcarolas e romanças, e outras várias indrominas artificiais, que nada têm com os costumes e são apreciadas em si mesmas, como as peças da literatura e da arte cultivada.

Assim, a poesia da roça não pode ser convenientemente compreendida, se não se observam os "actos" a que se acha entrelaçada, e que a explicam. Apanhar os seus productos, como de ordinário se faz, e amontoa-los nas paginas das colectâneas, sem explicações, e, o que é pior, de mistura com toda uma quantidade de coisas colhidas em vários meios, lugares e tempos, é tirar-lhes a melhor parte do interesse que possam oferecer ao estudioso da psicologia popular, reduzi-los a simples curiosidades, nem sempre curiosas, e mesmo torná-los em grande parte incompreensíveis.

Essa maneira de proceder origina-se num modo de ver muito propagado tanto aqui como em Portugal: por influência de hábitos literários, de preconceitos estéticos e também de certas teorias germânicas, talvez mal interpretadas, considera-se o povo como um artista qualquer, equiparam-se as suas produções às de "outros literatos", e pretende-se que elas sejam lídas e saboreadas isoladamente, apreciadas no seu valor absoluto, como puros artefactos literários.

Então, sob o império destas idéias, como nem sempre os versos do povo são correctos e bonitos, ou escolhem-se cuidadosamente os que o sejam, ou corrigem-se e retocam-se...

Entretanto, seria tão simples e fácil encará-los sob a verdadeira e única luz a que devem ser considerados: não como productos "intencionais", "autónomos" e "acabados" de uma preocupação autoral, mas como simples reflexos de uma vasta elaboração anónima, nunca terminada e interminável, que de resto abrange toda a actividade humana do povo — ideas, crenças, arte, filosofia, costumes, — num inextricavel enovelamento.

Mas continuemos o nosso paralelo.

Os versos do caipira não são escritos; os do "trovador" não são só escritos, mas também são musicados; têm pretensões a literatura, ou foram mesmo tomados à literatura, através das compilações baratas vulgarizadas pelos livreiros.

A música do caipira, igualmente não escrita, vive na tradição e de tradição. É simples, monótona, plangente; sua génese é inseparável do ritmo das pré-adaptadas à medida secular dos versos de sete sílabas ou, menos vulgarmente, de cinco, dispostos as mais das vezes em estrofes regulares.

A música do trovador, ao contrário, vária e copiosa como as modas que se sucedem, ou é pilhada ao largo património público das composições em voga, ou feita expressamente por maestrinos e amadores da cidade: música complicada, caprichosa, melódica, com grande variedade de ritmos, abrangendo versos de todas as medidas e estrofes de todos os feitios.

O instrumento do caipira, como já se disse, é a viola; o do trovador é o violão.

A viola, como o seu sócio o pandeiro, e com os versos de sete e de cinco sílabas, também característicos seculares da poesia popular das regiões rurais portuguesas, de Portugal nos veio, desde os primeiros tempos da colonização.

Tanto um como o outro daqueles instrumentos são frequentemente mencionados em versos de cá e de lá, alguns comuns a ambos os países. O violão procede da guitarra lisboeta e coimbrã dos fadistas, ou de um tipo antigo de que resultou esta última, como é mais provável.

Em suma: a diferença entre as duas correntes é grande, impondo-se a quem quer que deseje estudar a nossa poesia popular, sob pena de baralhar tudo e nunca chegar a compreender a natureza, a filiação, a marcha, as tendências próprias de cada uma, e seus mutuos empréstimos.

Êsses empréstimos, aliás, não são muitos.

A poesia popular da cidade ignora espantosamente a da roça. Toma-lhe, de quando em quando, alguns versinhos, ou limita-se a contrafazê-los, e canta-os com música alambicada, de um sertanejismo exagerado e convencional. A da roça recebe, por sua vez, aqui e ali, por intermédio de alguns calpiras mais espertos e mais em contacto com a gente da cidade, um ou outro trecho de música, um ou outro pedaço de letra; mas êsses empréstimos não chegam a influenciar profundamente a grande corrente tradicional, garantida pelo conservantismo inconsciente do roceiro.

Colsa idêntica deve dar-se em todo o Brasil. Entretanto, a distinção não tem sido feita, contribuindo isto bastante para a falsa idea que geralmente se forma acêrca da poesia e música popular brasileira, que para muita gente é apenas um misto de brejeirice dengosa, de sensualidade estuante e de grossa chocarice, uma resultante de melúrias românticas do século passado, amalgamadas com restos de lusismo, de espanholismo, de africanismo e de caboclismo, de habanera, de fado, de samba e de catterê.

Ora, essa arte, elaborada nas cidades, não é toda a nossa arte popular. É, de certo, interessante, e sob mais de um aspecto; mas nem por isso deixa de ser a menos espontânea e menos natural das manifestações poetico-musicais do nosso povo. É uma arte cultivada, consciente, rapsódica, inçada de elementos peregrinos, abeberada de literatura, com muito de intencional e de aparatoso nos seus boleios brasilícos; obra de poetas e compositores letrados e semi-letrados, ou iletrados mas "sabidos".

Completamente estranha às populações sertanejas de S. Paulo, também o deve ser às de todo o Brasil.

Feita a distincção entre a poesia da viola e a do violão, devemos acrescentar que nem todos os versos do povo são cantados com acompanhamento de instrumentos: ha-os, também, que simplesmente se recitam, ou se cantam em tom de vaga litania, como certas parlendas rimadas, rezas, etc. São porém, excepções.

É quasi escusado aditar: nada impede que essa poesia "cantada" seja, alguma vez, recitada por alguns que lhe têm os versos de cor... Isso não lhe tira o carácter mélico com que nasceu e que, mais do que tudo, concorre para a sua conservação e para o prestígio que exerce na alma simples do sertanejo.

II

Procurámos deixar bem estabelecida a existência de duas grandes divisões da poesia e música popular: uma, urbana, semi-literária, cultivada. outra, sertaneja, espontânea, não escripta e tradicionalista.

Pondo agora de parte esse ponto, convém considerar um processo mais largo, que abrange as duas correntes, ligando-as à literatura em geral.

Assim como não há linha de separação clara entre essa arte inculta e essa arte semi-culta, não há, igualmente, marcos divisórios entre a literatura propriamente dita e a "literatura popular".

Esta, como é sabido, tem sido em muitos paises o nascedouro, ou pelo menos uma das grandes fontes da poesia escrita e cultivada. Na França, na Itália, na Alemanha, em todas as velhas nações, a literatura appareceu e viveu largo tempo como continuadora de uma arte local e autóctone, fixando-lhe as formas e tendências. Em Portugal, a poesia dos antigos cancioneiros e toda de fundo popular, nacional e provençal, embora já literalizado.

No Brasil, porém, a poesia do povo (de origem portugueza, com rarissimos traços de indigenismo e de africanismo, sobretudo no Sul) veio com os primitivos colonos, a par de uma literatura culta já bem distincta daquela. Assim, os dois grandes esgalhos têm evolvido cada um de seu lado. Porisso, durante muito tempo, dir-se-lia que a literatura brasileira, inteiramente destacada do solo, era uma espécie de planta de estufa, inaclimatada e inaclimatável.

Entretanto, aos poucos foi surgindo nos centros povoados, à custa dos residuos dessa literatura e à custa da actividade

própria do povo, aquela corrente urbana da "para-literatura" plebea, a que nos temos referido. E essa corrente restabeleceu de algum modo o contacto entre a elaboração culta e a elaboração popular.

Seguiu-se, porém, marcha inversa à dos velhos povos, cuja arte literária, embora reagindo por sua vez sobre a do povo. representa, contudo, historicamente, a cultura e afinamento de informes materiais e confusos impulsos da criação anónima. A nossa literatura, desligada, no nascedouro, da alma popular, vem depois a influir sobre esta, mas sem desta receber nenhuma influência considerável.

Apenas, de quando em quando, ora ao sabor de modas literárias e nacionalistas, ora por efeito de meras preferências individuais, alguns literatos se têm dedicado a imitar a poesia do povo, às vezes a sério, assimilando-a, porém, mais frequentemente, de maneira affectada caricatural, e com intenção de arremedo.

As duas maneiras estão fundidas nos escriptos de Caldas, que fabricou muito vidrilho barato, mas a quem toca o mérito de ter sentido a significação nacional das inspirações e das formas e ritmos populares, e foi o primeiro representante desabusado e tenaz do brasileirismo literário — a ponto de desdenhar o elemento culto, inteiramente importado e sem raízes na alma do povo.

Ao "fulo Caldas" parece que devemos o início da nossa "modinha", a qual, como notou Silvio Romero, não é criação popular, mas, inspirada em motivos e sugestões populares, teve larga aceitação entre toda a gente culta e semi-culta, tanto no Brasil como em Portugal, apesar dos raros e isolados protestos de alguns puros artistas escandalizados.

Após a Independência houve um periodo muito interessante, que nos oferece largo campo a estudar, durante o qual esse nacionalismo populista se manifestou vivamente na poesia e na música, como em tudo o mais.

A modinha passou a abranger toda composição poética sentimental, ou feita expressamente na indole da canção, ou tirada de autores em voga e posta em música. O "lundu", que também fôra lançado e popularizado por Caldas, passou a ser toda peça mais ou menos brejeira e grotesca, de toada alegre e jocosa.

Para se avaliar até que alturas chegou essa epidemia, basta considerar que autores ilustres e graves não se dignaram de escrever modinhas e lundus para o povo.

Assim como se tem visto modestos e sisudos funcionários públicos, em seus devaneios poéticos, se improvisarem Matamouros ou Manfredos, espirrando odes flamígeras ou elegias apaixonadas, assim naquêlo tempo se viram bons conselheiros e pacatíssimos pais de família garatujar brejeirices desavergonhadas às mulatinhas com e sem caroço ou brincadeiras rimadas mais ou menos no género dos "números" das revistas do ano.

Fizeram-nas Porto Alegre, Bittencourt Sampaio, Teixeira e Sousa, Joaquim Manoel de Macedo, José Mauricio, Joaquim Norberto e até sacerdotes, como o padre Teles. Musicou-as em São Paulo, Elias Lobo.

De toda essa demorada torrente, que se expandia das grandes cidades, principalmente do Rio, ainda restam espalhadas pelo país alguns farrapos de toada e de letra, a lembrarem as glórias da "Mulatinha do caroço", do "Seu Pereira de Moraes", do "Vem cá, Bitú", etc.

É possível que também restem traços disso, diluídos na massa da elaboração sertaneja, como acontece com outras velhas composições esquecidas, cujo despojos fragmentados um exame minucioso pode rastrear na memória do povo, através das suas criações contemporâneas.

De alguns decênios para cá essa poesia do violão (que também foi do piano) já não é cultivada pelos homens de letras e vem sendo banida dos serões familiares.

O "Trovador" de hoje escapa às reminiscências da modinha e do lundu e anda muito impregnado de canções estrangeiras. Continua, entretanto, a orientação geral do primeiro movimento: o mesmo lirismo quente, os mesmos dengues melosos e a mesma patuscada, com o mesmo arremedo exterior e fantasioso do roceiro, tudo misturado de elementos vindos de toda a parte — empréstimos literários, ritmos, neumas e frases de samba e cateretê, de cantigas de capadócios e de embarcadócios, de toadas do Norte e do Sul.

Mas o "trovador", por isso mesmo que tem a pretensão de desdenhar o roceiro e de o "representar" nos seus cantares, sem com eles se confundir, e por isso mesmo que é incapaz de discriminar as correntes literárias regionais, sociais e étnicas, vai elaborando nos centros urbanos uma "arte popular brasileira", que

propende a ser uma síntese de todas essas correntes e a tornar-se por sua vez um factor de caldeamento psicológico.

Tal síntese já se sente bem nisso que se denomina "música brasileira" ("flor amorosa de, três raças tristes") a qual não vem especialmente do branco, nem do negro, nem do caboclo, e tão pouco do Norte ou do Sul, mas lembra tudo isso, com alguma predominância, de certo excessiva, de boleios e plangências negroides, — o que se deve à sedução do pitoresco selvagem e à constante sugestão do elemento negro, que se aglomera nas cidades litorâneas.

O prestígio dos grandes centros urbanos, a graça e novidade dos productos, os processos imitativos da moda, tudo propelle à irradiação dessa arte pelo país inteiro, por todos os povoados. O primeiro cantor da roça, desde que vá morar para a cidade, substitue prazeirosamente pelas últimas canções as cantigas bisonhas e monótonas do mato, e troca a viola humilde pelo violão ambicioso. O ensino, por sua vez, pondo o jovem roceiro em contacto com a civilização, faz-lhe desdenhar e esquecer as coisas do "sítio" e preferir essa arte mais esperta e mais divertida.

A pouco e pouco, essa arte vai criando uma maneira de sentir um gosto, um conjunto de tendências emocionais, acima das diferenças de classe, de raça e de região. É portanto elemento nacionalizador.

Em resumo: a literatura, no Brasil, pouco recebe da paraliteratura popular, em troca, sobre ela exerce uma constante influência, através da corrente urbana, com que se acha mais em contacto. Essa corrente, no seu carácter mesclado, serve de intermediária entre as letras verdadeiramente cultas e a elaboração genuinamente rústica, não permitindo que esses dois extremos permaneçam absolutamente alheios um ao outro.

Contudo, o que consegue instilar na memória do roceiro é bem pouco, e esse pouco só demoradamente penetra. Quando se ouve entre o povo do sertão algum canto que trai a presença de resíduos literários, pode-se ter a certeza, nove vezes sobre dez, de que esses resíduos são velhos de vários decênios, e provieram de composições já esquecidas pela corrente urbana e inteiramente abandonadas, ao pó e à traça dos arquivos da literatura culta.

É verdade que de quando em quando aparecem nas colectâneas de cantigas roceiras, alguns versos de origem literária recente, e até de autores conhecidos. Pode dar-se o caso de versos

tais se haverem vulgarizado rapidamente, por qualquer circunstância. Mas é preciso desconfiar da facilidade com que muitos colectores dão de “popular” ou “popularizado” a tudo quanto respigam.

Freqüentemente, basta-lhes uma vaga informação, basta-lhes saber que os versos foram ouvidos a uma ou duas pessoas do povo. Ora, nem tudo quanto se ouve a pessoas do povo é “popular”. Nada impede que indivíduos incultos saibam de cór, por acaso, até composições parnasianas do mais acendrado artificialismo.

Para que uma peça poética deva ser considerada “popular” ou “popularizada”, é preciso que ande de facto incorporada ao património tradicional do “povo”, e não apenas à memória de meia dúzia de indivíduos numa determinada localidade. Como se reconhece essa incorporação? Pela presença dos versos em vários pontos diferentes, e — como o povo não os guarda senão de cabeça, — pelas alterações inevitáveis que vão sofrendo, pelo incoercível pulular das variantes e pela dispersão dos seus elementos através de outras composições populares.

Portanto, não é suficiente dizer que uma dada peça é popular ou popularizada, é necessário prová-lo. E a prova só se pode fazer por um trabalho lento, paciente e minucioso de colecta e confrontação de materiais.

Além da influência que exerce na poesia rústica através da corrente urbana, exercerá a literatura alguma cutra, directamente? Sim, mas rara e débil.

Há, por exemplo, entre o povo da roça umas cantigas religiosas que são visivelmente de origem literária, e não lhe vieram de certo pelo intermédio dos “trovadores” citadinos, pouco dados a expansões devocionais, mas pela ação da igreja ou de pessoas leigas, mas ou menos cultas, amadoras desse género especial de locubrações.

Pertencem a esse número as seguintes quadras colhidas em Capivari (São Paulo), as quais na sua imperfeição actual, ainda conservam sinais da pena estudiosa e anónima que laboriosamente compôs a sua primeira versão, não se sabe quando nem onde:

O meu santo S. João
o meu Batista sagrado,
é o anjo do “Empireu”
que por Deus foi humanado.

.....

Pede sim, que triunfemos
do pecado e de mil vícios,
que oprimem as nossas almas
entre imensos sacrifícios.

E estas de Barueri:

Nós "escolemo" a vós, Pedro
por um singular patrão.
Alcançai de Deus eterno
das nossas "curpa" o perdão,

Na porta do ceu vós stais,
como a primeira luz.
Peço que nos dêis a gloria
para sempre, amen, Jesús.

Casos desta ordem, porém, podem ser considerados accidentais. A regra geral é aquella: a literatura só influi sôbre a arte rústica muito de longe, demorada e levemente, por intermédio do ramo urbano da poesia popular.

III

Cumprê estabelecer uma nova distincção, igualmente indispensavel. A "poesia popular", em sentido lato, como a semi-literária (e como, numa esfera mais vasta, a puramente literária), abrauge um fundo tradicional, colectivo, feito de ideias e de formas transmitidas, e um coeiciente de invenção pessoal.

Na poesia roceira de S. Paulo, como na de toda a parte, distinguem-se bem essas duas ordens de elementos; consta ella:

a) de "productos tradicionais" e anónimos, mais ou menos fielmente guardados pelo povo — ora retocados por indivíduos mais espertos e sabidos, ora deturpados pelos mais incultos e boçais;

b) de uma "literatura viva", de invenção, obra de poetas rústicos, na qual o coeiciente pessoal se subordina em grau variável às normas tradicionais e aproveita elementos de criações anteriores.

Pertencem ao primeiro grupo, entre outras coisas, essas infinitas quadrinhas soltas, cujas variantes se acham muito espalhadas, há muito tempo; e ao segundo grupo, as cantigas inventadas pelos aedos do sertão e referentes a factos da época — festas, crimes, desastres, milagres, invenções e modas, etc.

Exemplo típico do primeiro género:

Balaio, meu bem balaio,
 balaio do coração;
 moça que não tem balaio
 bota a costura no chão.

É um producto já puramente tradicional, conhecido e repetido em todo o interior de S. Paulo, sem modificações, há muitas dezenas de anos, e também popularizado em outras partes do país, como o Rio Grande do Sul.

Exemplo do segundo ramo é o seguinte relanço de certa "moda" composta por um poeta da roça:

Eu comecei a dizer
 "sô" obrigado a "sustentá":
 a historia de João Maria
 não sei até onde irá.

Ele roubou dona Antônia
 na noite do "carnavá".
 De passagem comprou ua besta
 do seu Firmino de Sá.

Ele passou em Tatuf
 antes do dia "clareá".
 Quando chegou no Tararé,
 ele não pôde "passá".

Aqui, a invenção pessoal, é que prepondera, cabendo à tradição apenas as formas de linguagem, a métrica, a disposição dos versos e rimas (onde talvez haja uma reminiscência longinqua dos antigos romances) e pouco mais.

Mas as coisas nem sempre se apresentam assim claras.

A cada passo acontece que um daqueles productos tradicionais é modificado, mais ou menos profundamente, mais ou menos superficialmente, pelo cantador.

Também succede que um producto pessoal tome à tradição algo mais do que os simples elementos comuns acima enumerados.

Exemplificam o primeiro caso as seguintes variantes de uma pobre quadrinha espalhada por grande parte do Brasil:

Mandei "fazê" ua barquinha
da casca do araçá.
p'ra ir buscar meu benzinho,
que está lá no Paquetá.

(S. Simão)

Vou fazer minha barquinha
da folhinha do guapé.
p'ra levar o meu benzinho
de Santos p'ra Taubaté.

(Tietê)

Vou fazer minha barquinha
da casca do jataí.
p'ra levar meu amorzinho
lá p'ra o lado de Mogí.

(Tietê)

Mandei fazer um barquinho
da raiz do alecrim,
p'ra imbarcar o meu benzinho
da horta p'ra o jardim.

(Casa Branca)

Vou "mandá fazê" um barquinho
da raiz do alecrim,
p'ra mudar meu S. Gonçalo
do altar para o jardim.

(Perdões)

Nos "Cantos" de Sílvio Romero vem esta variante do Rio Grande do Sul:

Mandei fazer um barquinho
da casca do camarão,
para levar o meu bem
de Santos, ao Cubatão.

Carlos Góis colheu em Minas a mesma variante de Casa Branca, apenas com a troca da expressão "da raiz" pela "de galhinhos" (1)

(1) "Mil quadras".

É flagrante nesses exemplos a permanência de um lastro tradicional, com variações livres — cuja extravagância também decorre da tradição.

Exemplo do segundo caso, uma estrofe de certa “moda” de amor composta por um poeta roceiro:

eu sou como as pedrinhas
daquelas aguas correntes.
Não há nada neste mundo
que me faça andar contente.

(S. Sebastião da Grama)

Os quatro primeiros versos dessa estrofe não são mais do que uma entre numerosas variantes de conhecida quadra popular, de que existem versões em todo o país, e também em Portugal, como atestam estes exemplos:

Eu não tenho pai nem mãe,
nem neste mundo parentes:
sou filho das tristes ervas,
neto das aguas correntes.

Minha mãe é uma ribeira,
meu pai um rio corrente:
sou filho das águas claras,
não tenho nenhum parente. (1)

Estas próprias formas não são por sua vez, mais do que um fragmento da “Canção da Orphan”, dos Açores, colhida por Teophilo Braga, ou da “Canção do Engeitado”, de Algarve, referida pelo mesmo autor na sua “História da Poesia Popular Portuguesa”.

Cumprе distinguir, portanto, antes de tudo, as produções pessoais das tradicionais; em seguida, as primeiras, o que elas contenham de elementos tradicionais e, nas segundas, o que haja de colaboração pessoal.

O resultado final tenderá a apurar o fundo colectivo anónimo de tais composições e a sua genealogia.

(1) “Mil quadras”, de Agostinho Campos, e “Cancioneiro Popular”, de Cortesão.

Esse trabalho nem sempre é fácil. Frequentemente, os elementos se acham de tal modo amalgamados, que se torna penoso discriminá-los. Só o conhecimento e comparação de grande número de cancioneiros locais e regionais poderá revelar a persistência de certos traços, permitindo verificar-se que pertencem a um fundo tradicional mais ou menos remoto, mais ou menos esquecido.

Não raramente, esses traços ficam reduzidos a uma ideia, a simples estrutura de uma quadra, a uma frase, a uma palavra.

Para exemplo, lembraremos os numerosos versos compostos por poetas rústicos, em que aparecem o "cravo" e a "rosa" como símbolos dos amantes.

Versos de certa "moda":

Meu amor me batizou
por nome de Cravo branco

Outra, descrevendo alegoricamente uma briga de flores, diz:

O Cravo-chita co'a Rosa...
pau e faca 'tão falando.

Este simbolismo se encontra a cada passo nas nossas trovas gerais, em grande parte importadas. Em Portugal, existe desde séculos e ainda se conserva tenaz a tradição do Cravo e da Rosa, como atestam estas quadras, entre dezenas:

Rosa branca, toma côr,
não sejas tão desmaiada,
que dizem as outras rosas:
Rosa branca, não és nada.

Eu sou cravo e tû és Rosa,
qual de nós brilhará mais?
Os cravos pelas janelas,
as rosas pelos quintais. (1)

Já Puymaigre, em 1881, notava êsse duplo simbolismo a propósito do velho romance de Bernal Francês. (2)

(1) "Mil trovas". A primeira destas quadras é também popular em S. Paulo.

(2) "Choix de vieux Chants portugais".

Há também numerosos exemplos literários, como este de Gil Vicente, citado, entre outros, por L. Chaves (1):

Deus vos salve, minha rosa

saudação do Escudeiro a Inês no "Auto de Inês Pereira".

Aqui, como em Portugal, a rosa também, freqüentemente, simboliza a Virgem Maria, prendendo-se à tradição católica da Rosa Mística.

Costuma ainda aparecer nos versos do nosso povo a "Rosa de Alexandria", ou "Flôr de Alexandria", como numa conhecida quadra esponsalícia:

Viva o Cravo, viva a Rosa.
viva a Flor de Alexandria.
e viva o noivo com a noiva,
com toda a sua bizarria.

Essa Rosa de Alexandria é do cançãoeiro popular português:

O' rosa de Alexandria
deixa-te estar em botão...

A rosa para ser rosa.
deve ser de Alexandria... (2)

e deriva, provavelmente, do vetusto romance de Branca Frôl, em algumas de cujas versões se dá esse nome a uma das personagens ("Rosa, flôr de Alexandria"...).

Como dissemos, a persistência do elemento tradicional chega a reduzir-se à estrutura íntima, à "fôrma" ideológica e rítmica dos versos. Grande número de cantigas populares não são nada mais do que apresentações novas e superficiais de um fundo abstracto rigidamente conservado. Variam as palavras, variam as ideias, tudo parece variar, mas de facto há simplesmente uma série de "substituições" que não alteram as relações, de fundo, nem o bolelo, nem o ritmo. Adiante demonstraremos isto com exemplos.

É por se esquecerem deste carácter específico da poesia popular que, a cada passo, os admiradores da veia poética do ser-

(1) "O amor português".

(2) "Mil trovas".

tanejo brasileiro dão à versalhada que apanham exagerado valor, como documentos do talento dos autores ou como puras florescências da "alma" de uma determinada região do país.

A rapsódia, o centão, a reminiscência, o apêgo a um substracto ossificado, é o que caracteriza a genuína poesia do povo, sem excluir a própria corrente "inventiva".

IV

É pois necessário distinguir entre as produções tradicionais e as pessoais, entre a corrente antiga e comum e a corrente individual. — sem esquecer que a primeira pode apresentar-se mascarada sob aparências de novidade e a segunda pode perder boa parte da sua originalidade à medida que a análise lhe vá descobrindo os elementos tomados à elaboração tradicional.

Estas observações são indispensáveis, pois em muitos trabalhos de folclore se confunde sob a mesma larga rubrica de "poesia popular" tudo quanto é cantado por pessoas do povo (1). Até versos visivelmente fillados à literatura culta, inspirados e moldados por esta, são incluídos em colectâneas como exemplos de "poesia popular". (2).

O campo próprio do folclore é a tradição; o seu processo distinctivo é a elaboração e transformação colectiva de productos de uma "para-literatura" independente. As infiltrações cultas e eruditas que aí se dão são mesmo "infiltrações", vêm de "fóra", não participam da vida íntima e espontânea da criação popular; "agregam-se-lhe".

As próprias composições individuais dos poetas roceiros (quando eles poetam efectivamente como roceiros), não só revelam a persistência de um fundo tradicional mais ou menos acentuado, como tendem a reincorporar-se na corrente da tradição oral, vulgarizando-se, deitando raízes, evoluindo, por sua vez, numa indefinida peregrinação de bôca em bôca.

Naturalmente, guardam-se mais, melhor se incorporam na corrente tradicional as invenções que a esta se adaptam ou acomodam, pois a esta se acha acostumada a memória e com ela o gosto do povo.

(1) Opinião aliás sustentada pela eminente d. Carolina Michaelis, mas com a qual não podemos concordar.

(2) Livro ha em que aparece como tal um "soneto" regular, sob o pretexto de ter sido composto por um matuto da Bahia, como se por isso deixasse de pertencer simplesmente à literatura culta.

Também se conservam mais as que giram em torno dos assuntos permanentes: o amor, as diferenças sociais, o sofrimento, a vida e a morte; as que se referem a costumes radicados; e, entre os indivíduos menos grosseiros, as que são "bem feitas".

O motivo estético também tem sua importância. Mas trata-se aqui de uma estética popular, que precisa ser objectivamente encarada como ela é, e não de acôrdo com teorias preconcebidas.

Tomemos para exemplo a moda do "Batizado do Sapinho", a qual se encontrou em vários pontos do Estado, distante uns dos outros (Piracicaba, Pitangueiras, Jaú) e da qual possuímos duas versões, uma com quinze, outra com dezenove estrofes. É uma alegoria ou fábula, uma peça inactual, preenchendo assim uma das condições de vulgarização; está intimamente ligada aos costumes, pois representa sob traços animalescos um quadro da vida sertaneja; finalmente, concorre para a sua aceitação o facto de ser uma das composições que mais agradam ao gosto dos caipiras inteligentes.

O andamento da narrativa é rápido e vivo, as personagens estão fortemente marcadas, a comicidade é espontânea, ingenuamente graciosa, a linguagem é compreensível, sem as interrupções, obscuridades e absurdos que se atropelam em tantas outras peças populares.

Citaremos ainda a "moda" de amor colhida em Piracicaba por Cornelio Pires:

Que moça bonita,
que linda figura,
bem feita de corpo,
fina de cintura.
Seu rosto é modelo,
parece pintura;
é chumbada de ouro
sua dentadura.

.....

Dessa "moda" fomos encontrar uma variante, com trechos bastante diferentes, em S. Sebastião da Gramma, município de S. José do Rio Pardo, quasi em outro extremo do Estado.

Temos ainda uma de Aterrado, outra de Sorocaba, ambas aparentadas com a de Piracicaba e Gramma acima referida. A medida dos versos é a mesma. O começo é semelhante. Diz a de Sorocaba:

Que moça bonita,
que rica senhora...

Diz a de Aterradinho:

Mocinha bonita,
mecê é um pancadão...

O desenvolvimento de todas é, no fundo, o mesmo: principia-se com uma expressão admirativa diante de uma bonita mulher; descrevem-se-lhe os encantos; passa-se ao convite para a fuga, e faz-se o elogio da cavalgada que deve ser usada.

Diz a de Piracicaba (com variante em Gramma):

Pois vamos comigo
morar no Itapura.
Eu te dou cavalo
sem ter pisadura,
cavalinho esperto
de passo e andadura,
que sabe soberbo
"batê" as ferraduras,
cavalo roliço,
mas só de gordura,
que sai no caminho
e a estrada êle fura,
e não tem distância
e não tem lonjura...

A de Aterradinho:

Ela me convida
pra ir no sertão.
Que cavalo tenho?
Todas "condição":
é baio, é rosilho,
é pampa, é alasão,
de marcha batida
que rola no chão.

A de Sorocaba:

Ela perguntou:
 Onde é que ocê mora?
 — Eu não sou daqui.
 “tou” chegando agora.
 Se “quisê ir comigo,
 saia cá p’ra fora
 monte na garupa
 e nós dois “atora”.
 Minha mula é magra,
 mas de certo escora.
 Não precisa relho,
 nem precisa espora,
 marcha na andadura.
 na guinilha rola.

A invenção pessoal, portanto, vulgarizando-se, pode dar lugar a novas camadas tradicionais, mais ou menos extensas geograficamente, e mais ou menos duráveis.

Os cantadores, ainda que famosos, têm individualmente um raio de acção limitado a pequenas regiões. Mas, como eles se repetem e se imitam sempre uns aos outros, acabam formando uma elaboração comum, em certa localidade ou grupo de localidades, e essa, naturalmente, já tem maior força expansiva, irradiando desse “centro” para mais longe. Assim se formam os ciclos girando em redor de determinados assuntos ou classes de assuntos. Assim se formou, de certo, em qualquer ponto do Nordeste, o tão interessante ciclo dos vaqueiros, cujos domínios se estendem hoje por vários Estados daquela zona, com repercussões mesmo fora dela.

Quais os factores que podem determinar o maior ou menor alcance de tais irradiações e repercussões? Sem dúvida, o grau de densidade das populações, o da sua homogeneidade étnica, a semelhança ou dessemelhança de certos costumes (como exemplifica esse próprio ciclo dos vaqueiros).

Também pode influir a intensidade de relações entre lugares mais ou menos distantes. Assim é que, a certos respeito, parece haver mais pontos de semelhança entre a poesia roceira de São Paulo e a do Rio Grande do Sul do que entre a de São Paulo e, talvez, a dos próprios Estados intermediários. Deve-se isso, provavelmente ao forte comércio de “tropas” que houve outrora entre aquelas duas circunscrições do país, através de extensa região sertaneja do sul de São Paulo, centro do Paraná e

oeste de Santa Catarina; commercio êsse que tinha o seu foco em Sorocaba, onde se realizavam concorridíssimas feiras de animais, a que afluía muita gente das duas provincias (e também da de Minas e outras).

No Rio Grande do Sul e em São Paulo ha restos ou reminiscências de certas dansas e cantigas de outrora, como o "balaio", a "tirana", a "chimarrita", etc. Grande número de quadras antigas são comuns aos dois Estados, e maior ainda é o número de variantes de fundo e forma, que, lá e cá, procedem do mesmo património tradicional. Ainda se encontram referências a São Paulo em algumas quadras do Rio Grande, como estas, que se acham nos "Cantos" coligidos por S. Romero:

Mandei fazer um barquinho
da casca do camarão,
para levar o meu bem
de Santos ao Cubatão.

Quando eu era pequenino,
cantava que retinia:
Eu cantei em Sorocaba.
no Oriente se ouvia (1)

Adeus, Curitiba triste,
alegres campos gerais:
eu sou aquele que disse
que a São Paulo não vou mais.

Essas formações locais e regionais são muito interessantes de estudar, desde que se procure discriminar paralelamente os elementos da velha tradição portuguesa-colonial nelas persistentes e os elementos de diferenciação derivados dos "meios" brasileiros.

Dois factos de ordem geral a ter em vista:

1.º — Toda a literatura popular do Brasil provém do tronco português. Se ha influencia de outras origens, ou têm agido como dissolventes ou são "agregados" occasionais e superficiaes. (As pretensas contribuições do indio e do negro são dessa espécie. E ainda assim quando não se resolvem em puros enganos, fruto de ideas preconcebidas, de generalizações apressadas, ou de simples interpretação errónea de materiais).

(1) Oriente — Republica Oriental.

2.ª — Derivada dessa velha corrente, que domina todo o país e de acôrdo com o crescente esquecimento dos seus productos e com a crescente adaptação do brasileiro ao ambiente físico e social próprio, se têm vindo formando centros de elaboração locais e regionais, manifestos em certas tonalidades gerais, nos reflexos da natureza, dos costumes, da vida economica, na organização de novos ciclos temáticos, etc.

Essas formações esboçam, naturalmente, os primeiros lineamentos de uma geografia social e psicológica do Brasil popular.

V

Não é só, porém, a invenção dos poetas roceiros que aumenta o património tradicional, ou que o "recompõe", que é expressão mais exacta. Como já dissemos, pode dar-se o caso (raro, embora, em S. Paulo) de se infiltrarem certas reminiscências e certos elementos da corrente urbana e da própria literatura. Ha também a importação.

A poesia das populações rurais, como temos dito, é toda de origem portuguesa, mais próxima ou mais remota. O fundo recebido do outro lado do Atlântico, em pequena parte, se conserva tal qual, com insignificantes modificações; em grande parte, vai-se desgastando, transformando, dinamizando, dando lugar a uma luxuriante florescencia de elaborações locais. Tem continuado, porém, a introdução de versos portugueses no meio popular? Não o cremos. Se tem, deve ser em pequenissima escala e sem força de propagação. O fundo português do nosso cancionero é coisa adquirida ha muito tempo e corresponde a um periodo encerrado.

Só resta a importação de outros Estados e zonas do país. Não se pode saber por enquanto se ela chega a constituir um aflu-xo considerável ou não. Mas é inegável que existe. Devia ter sido particularmente intensa no tempo dos escravos, oriundos em grande parte do Norte. Aquel está um capitulo que por si só daria margem a interessantes indagações.

Exemplos de infiltração urbana e literária:

Roxa saudade,
mimosa flôr,
tú és o emblema
do meu amor.

Assim como as flores nascem
a minha Lília nasceu;
assim como as flores morrem,
a minha Lília morreu.

Ambas as quadras são, evidentemente, de origem culta. A primeira parece pertencer a alguma velha cantiga ou arieta ao gosto neo-clássico do século XVIII e parte do XIX. A segunda pertence a uma poesia de que ha esparsas outras quadras e que figura em obra portugueza como colhida em Póvoa de Lanhoso (1). Essa poesia, que ha dezenas de anos ouvimos cantar no interior andou bastante popularizada nas cidades e ainda se lhe encontram restos espalhados um pouco por toda a parte. Em Minas, Carlos Góis colheu a seguinte variante da mesma quadra:

Como as flores nascem
a minha Liria nasceu;
como as flores morrem,
a minha Liria morreu.

Exemplo de infiltração puramente literária, de origem e por via religiosa:

Glorioso precursor
do Verbo eterno humanado,
de seis meses concebido,
de Deus foste visitado.

Quando Isabel recebeu
a saudação de Maria,
vós em seu ventre exultaste
no Senhor com alegria.

Estes versos fazem parte de uma série de quadras cantadas em festas roceiras de S. João, e colhidas em Capivárí.

— Exemplo de importação nacional:

Adeus, joazeiro verde,
nascido na baixa vertente!
Adeus, boquinha de rosa!
Adeus, coração da gente!

Como bem nos fez ver o nosso amigo sr. José Honório de Silos, de S. José do Rio Pardo, que ali colheu a quadrinha acima, esta deve ter vindo do Nordeste onde existe a árvore mencionada

1) "Cancioneiro de Músicas populares", por César das Neves e G. de Campos. — Porto, 1896.

no primeiro verso, desconhecida em S. Paulo (1). Além disso, pode haver nessa trova alguma reminiscência dos romances nordestenses do "Boi Espacio", da "Vaca do Burel", etc., onde se repetem adeuses naquele estilo:

Adeus, vasante de baixo!
adeus, serra do Colté!

VI

Consideradas as duas correntes — a tradicional e a inventiva, uma geral, a outra individual — é tempo de nos referirmos à acção modificadora exercida paulatina e inconscientemente pela multidão sobre os productos vulgarizados.

Ha certa analogia entre aquelas duas correntes e as correntes arcaizante e neológica das línguas; e essa tal acção modificadora, lenta e inconsciente, se assemelha em mais de um ponto à evolução fonética e morfológica. A lei do menor esforço também domina esta ordem de factos, manifestando-se numa continua adaptação das formas a novas condições fisiológicas e psicológicas, determinadas, de seu lado, por um conjunto de diferentes factores. Mais por comodidade do que por teoria, reduziremos tais factores à "raça", ao "meio" e à "época".

Como nas línguas, a evolução dá-se através do espaço, suscitando, as diferenciações "dialectais" de região para região, e dá-se através do tempo, marcando várias fases históricas.

Raça — No caso brasileiro, o factor de diferenciação "raça" tem sido tratado com excessiva desenvoltura. Não é raro ver-se, a propósito de qualquer coisa somenos — uma quadrinha, uma idea, uma expressão, um verso, — apontarem logo gravemente para a "influencia" indiana ou africana. A verdade é que, se nas lendas, contos, superstições e outros capitulos se percebe a acção psico-étnica do indígena e do negro, com a poesia já não se dá o mesmo.

Esta, "enquanto poesia", ou producção métrica rimada, nada deve a qualquer daqueles dois elementos. Ninguém descobriu ainda a minima influencia especifica, directa e indiscutivel, do prêto ou do autóctone, quer nas suas "formas" usuais, quer no seu "fundo de ideas", quer nas suas "tendências" orgânicas. Nem mesmo se encontrou até hoje, entre as coisas que o povo canta

(1) Onde entretanto a palavra "joazeiro" facilmente se aclima, pois ha aqui um fruto do campo chamado "joá" sendo provavel que se dê á planta uma vez ou outra, aquele mesmo nome derivado.

ou receita, um simples trecho versificado autenticamente originário de uma daquelas duas fontes (1).

E se esse trecho fôsse encontrado, não teria grande valor probante. Factos isolados e superficiais não representam "influência", como verrugas e pintas da pele não têm significação sensível nas condições anatómicas ou fisiológicas de um organismo. Nada impede, por exemplo, que um indivíduo qualquer componha por passatempo alguns versos em abaneenga, ou em certa língua africana, em espanhol ou em italiano, e que esses versos se popularizem numa dada época, em dado lugar e em dada classe de apreciadores. Deverá concluir-se daí pela realidade de um determinado influxo étnico "na poesia popular" do país?

Influência directa e especial do índio ou do africano, nesse ramo, não existe. Eles têm influído é no fundo psicológico geral das nossas populações rurais, — sentimentos, crendices, práticas supersticiosas, etc. Mas, aí mesmo, essa influência não é por toda a parte do país tão profunda, nem é sempre tão fácil de discriminar como a cada momento se pretende. A mistura das contribuições, salvo raríssimos casos, é ordinariamente inextricável.

O que sabemos em definitivo é que boa parte do povo brasileiro, sendo um amálgama de três raças, as duas acima nomeadas

(1) Desde Sílvia Romero que infatigavelmente se apontam como documentos de "influência" indígena estas duas peças do Norte:

Te mandel um passarinho,
 "patuá mirá pupé"
 pintadinho de amarelo,
 "lporanga ne laué".
 Vamos dar a despedida
 ("mandú sarará")
 Como deu o passarinho
 ("mandú sarará")
 bateu asa, foi-se embora,
 ("mandú sarará")
 deixou a pena no ninho
 ("mandú sarará")

O primeiro exemplo é uma quadrinha em que ha dois versos em lingua tupi (ou tupi macarrônico?), evidentemente concebidos "em português" — no mesmo metro, e com rimas. Nada vale como indicio de qualquer "influência".

Talvez méro divertimento ocasional. Esses mistifícios de línguas não são raros na literatura culta ou popular de toda a parte.

O segundo exemplo não é mais do que uma co-variante de larga família de quadrinhas popularíssimas, em todo o Brasil e de indubitavel origem portuguesa. Apenas o colector apanhou-a, de certo, como a ouviu cantar nalgum baluarte, com interposição momentânea de palavras que, sem lhe affectar absolutamente nem o fundo nem a forma, serviam de completar a adaptação do canto ás medidas da música e da dança. Esses complementos occasionais, vazios de sentido, são também communíssimos no canto popular de toda a parte. Basta lembrar o "olá-lo-lé", o "lá-ri-lo-lá", o "olá-olá" e mais neumas ou refrãos de encher, que todos estamos fartos de ouvir a portugueses, franceses, espanhóis, etc.

Cita-se ainda um caso de interposição como exemplo de "influxo africano": — "mussunga mussunga hê...". Vale o mesmo que o outro.

têm colaborado na composição da chamada "alma colectiva". Essa resultante é que actua na evolução da nossa poesia popular, toda de origem portuguesa mediata ou immediata, imprimindo-lhe feições nacionais.

Actua, antes de mais, pela linguagem. Os versos importados têm de sofrer logo uma primeira adaptação à fonética, à morfologia e à sintaxe dialectais. Como essas alterações resultam frequentemente em quebras de ritmo ou desparelhamento de rimas, então intervém a obra reparadora da intelligência e da imaginação. Depois, estas vão mais longe e operam modificações profundas, tentam variantes e desdobramentos, ensaiam novas composições mais ou menos afastadas dos modelos importados.

Tomemos para primeiro exemplo esta quadrinha portuguesa:

Inda que o lume se apague,
na cinza fica o calor;
inda que o amor se acabe.
no coração fica a dôr.

("Mil Trovas")

A palavra "lume" está quasi de todo obliterada na memória do nosso povo; assim, adoptando aquella trova, ele substituiu "lume" por "fogo". E foi tudo quanto modificou.

Caso já um pouco mais interessante é o desta outra quadrinha:

Já te quis bem nesta vida,
já te perdi a afeição,
já te varri à vassoura
de dentro do coração

("Mil Trovas")

"Afeição" não é termo do vocabulario popular paulista. A construcção "varrer à vassoura" é inusitada. O ditongo "oi", nesse ultimo vocábulo, é sempre substituido por "ou", (aliás "ô" fechado) pois, como demonstramos no "Dialecto Caipira", embora o povo de S. Paulo conserve os dois ditongos, nunca usa um pelo outro nos mesmos vocábulo. De tudo isso, e sem nos referirmos a outras variações de forma que são factos ordinários na poesia popular de toda a parte, resultou esta quadrinha colhida em Casa Branca, aliás conhecida em diversos pontos do Estado.

Já te quis, hoje não quero,
já te perdi a feição,
já te varri co'a vassoura
fora do meu coração

"Feição", para o nosso povo, significa fisionomia: "já te perdi a feição quer dizer — "já me esqueci da tua cara", "já nem me recordo da tua figura".

Um exemplo curioso de apropriação sintática:

Portugal

Toma lá meu coração
e a chave de o abrir;
não tenho mais que te dar,
nem tu mais que me pedir.

("Mil Trovas")

Brasil

Já te dei meu coração
e sua chave de abrir:
não tenho mais que te dar,
nem você o que pedir.

(Casa Branca)

O povo em S. Paulo manifesta invencível repugância pelo emprego do pronome oblíquo da terceira pessoa — "o", "a", que só aparece em certas fórmulas ossificadas ("que o parta"...); daí a alteração do segundo verso. A notar também a mistura característica de pronomes da segunda e terceira pessoa.

Outro exemplo de adaptação pronominal:

Portugal

Pinheiro, dá-me uma pinha
pinheiro, dá-me um pinhão;
menina, dá-me os teus olhos,
que eu te dou meu coração.

("Mil Trovas")

Brasil

Pinheiro, me dê uma pinha.
roseira, me dê um botão;

TRADIÇÕES POPULARES

morena, me dê um abraço.
que eu te dou meu coração.

(Casa Branca)

Assim, de alteração em alteração, chega-se até a não conservar mais que a estrutura primitiva de uma quadra, com palavras inteiramente novas, e a inventar outras apenas moldadas pelo metro e disposição geral dos modelos importados. Só dois exemplos, para não nos alongarmos demais:

Quem me dera ser tucano,
um tucano araçari,
p'ra eu entrar no teu peito
e p'ra nunca mais "sai".

(Perdões)

Essa trova é mera variante de uma outra, portuguesa, que também deitou prole em diversas regiões do Brasil:

Quem me dera ser as contas
desse teu lindo colar,
para dormir no teu seio
e nunca mais acordar.

("Cancion. pop.", de Cortesão)

Esta outra quadra paulista parece igualmente bem nacional:

Me chamô de quatro paus,
quatro-paus não quero ser;
quatro-paus padece muito
e eu não quero padecer.

De facto, procede também de numerosa família espalhada em Portugal, e de que citaremos esta:

Tú me chamas pera parda,
pera parda quero ser;
lá virá o mês de agosto,
em que me queiras comer.

("Mil Trovas")

Apesar de se mostrar às vezes bastante activa essa "colaboração" nacional, é também frequente encontrarem-se nas trovas, que o povo canta, palavras, frases, expressões diversas que são puros lusitanismos. Mal avisado, porém, andaria quem concluísse daí que o falar do povo de S. Paulo ainda guarda "muito" das formas idiomáticas de Portugal, — como na presença de vocábulos indígenas em versos populares do Brasil se tem concluído por uma vasta influência do aborigene. Boa parte desses

lusitanismos são conservados apenas por inércia nos versos, e só nos versos de importação directa; não se incorporam, absolutamente, à linguagem usual. São, muitas vezes, conservados numa localidade e substituídos em outras por expressões mais familiares ao nosso povo.

Temos por exemplo, esta quadrinha:

Hei de pegar nos meus olhos
e hei de mandar p'ra a França;
olhos que vêm e não logram,
bem é que vão de mudança.

(Capivari)

Tudo puramente português. "Lograr", no sentido de alcançar, obter, é verbo desconhecido do nosso povo. Assim a frase "bem é que...". Entretanto, como em vários outros casos, tudo se conservou. Mas conservou-se em Capivari, talvez pela existência de colonos portugueses nas lavouras locais. Em outras localidades, é muito provável que só se conheçam variantes já nacionalizadas.

Outros exemplos de lusitanismos conservados por pura memorização vocabular:

Janelas avarandadas
longe deita umas biqueiras...

(S. Bento do Sapucaí)

Tudo, aí, é puramente português. Note-se especialmente o verbo, na acepção em que está empregado, estranha à linguagem corrente do nosso roceiro. O substantivo "biqueira" (de bica) também não é usual aqui. A quadrinha encontra-se nas "Mil trovas" de Agostinho de Campos:

Janelas avarandadas
longe deitam as biqueiras...

Mas a influência da "raça", ou melhor, da "psique colectiva", não se manifesta só através da forma.

a) Aparece em referências a crenças, abusões, práticas antigas e generalizadas (1):

...quando o galo preto canta
faz chorar quem tem saudade.

(?)

(1) Não quer isto dizer, porém, que nos elementos de tais crenças, abusões, etc., sejam de criação nacional. Nos exemplos citados, não é difícil reconhecer traços de lusitanismo na superstição do galo preto como na da velha feiticeira, como na de São Jerónimo defensor contra o rato. Os versos do alecrim e da arruda encontram-se no cancionário português.

Alecrim verde, esperança;
arruda, contra peçonha...

(Casa Branca)

...Mulher velha é feiticeira,
bota feitiço na gente.

(Baruerf)

Fala mais aborrecida
é a fala da saracura;
só que a perna é remédio
p'ra curar as criaturas.

(Perdões)

Sou raio, fogo, corisco,
onde não ha S. Jerome;
sou mesmo cabra danado,
onde piso urubu come.

(Tietê)

b) Aparece em alusões aos vários elementos étnicos:

O anu é "passo" preto,
"passo" do bico rombudo;
foi praga que Deus deixou
todo preto ser belçudo.

(Guaratinguetá, etc.)

Alecrim verde, esperança
arruda, contra peçonha;
o branco que belja negro
é porco, não tem vergonha.

(Casa Branca)

Anu preto, vá-se embora,
que o anu branco lá vem;
não quero que o mundo diga
que o anu preto é meu bem.

(Vários lugares)

Bode de cabelo grande
merece ser penteado

com pente de cinco pontas,
para não ser confiado.

(Litoral)

Caboclo não vai ao céu.
nem que seja rezador;
caboclo tem barba grossa,
cutuca Nosso Senhor.

(Tieté e outros lugares)

Sai daqui, seu pé de chumbo,
calcanhar de frigideira..

(Geral)

O café do italiano
é de moda diferente:
não é doce nem amargo,
não é frio nem é quente

(Amparo).

c) Aparece, enfim, na selecção instinctiva dos productos, concedendo sensível preferênciã aos de tom chocarrão e fantástico e aos assuntos de amor e de folguedo. Através dessa escolha inconsciente, tanto mais interessante quando se compara ao cancionero português, onde ha abundância de notas sentimentais e delicadas, se reflecte, melhor que em tudo o mais, a alma inculta do nosso povo roceiro nas suas verdadeiras feições

Sobre isto escrevemos há tempo: (1)

"Julga-se geralmente que a nossa poesia popular é triste, que é triste porque o nosso povo tambem o é. A mim sempre me pareceu, por via de umas tantas observações, que anda muito de litteratura, de fantasia e de idea feita nessa velha história.

Acreditei sempre que o nosso povo — especialmente o da roça — tem as suas melancolias e os seus desânimos, como os pobres e os fracos de todo o mundo. Acreditei sempre, que ha entre essa gente individuos inclinados à tristeza e individuos inclinados à alegria, como em toda a parte, e que muitos desses tristes deviam o seu abatimento apenas à falta de saude e a insuperáveis difficuldades de vida — ás hostilidades do ambiente natural e social. A prova é que, nas regiões e nas localidades onde ha bom clima, trabalho remunerador, facilidades e garantias, o caipira deixa de ser

(1) — Poesia da Viola, pag. 48-52.

um urupé raquitico em perpétuo parasitismo, para ser planta viçosa; delta raízes, instala-se firme na terra, prospera, enche-se de filhos e netos "sacudidos", começa a ter genealogia, abre-se em iniciativas, acalenta aspirações, e ri a bom rir quando calha, como esbraveja e luta quando é preciso.

A poesia popular confirma-me nessas opiniões. Aham-se nela, naturalmente, alguns queixumes e "malinconias". Mas, qual a poesia, popular ou literária, que não os tenha? Em compensação, a nossa revela também muito de jocoso, de chocarreiro, de ridente e despreocupado.

Os versos alegres são mesmo mais numerosos, talvez, do que os versos tristes. E como, na realidade, o povo não canta pelo prazer civilizado e perverso de revolver e espalhar sofrimentos, mas, para se divertir, as suas próprias magoas já começam a tornar-se um divertimento, um vinho generoso de festa, desde que entram na medida do verso, se enfeitam de rimas e acompanham as marchas e os sapateados dos fandangos, ao claro som das violas.

Tem o mesmo o valor que a fama de tristeza a fama de sensualidade brutal, de que "goza" o sertanejo.

Nada menos provado. Pura lenda literária. Sou avesso a afirmações absolutas e a generalizações ousadas, mas estou em crer, pelo que tenho visto, pelo que a nossa história e a nossa vida deixam notar, que a sensualidade do brasileiro da roça é, no mínimo, menos violenta, menos atirada, menos "brutal" do que a do europeu. As manifestações que se podem apreciar, em nosso folclore são antes pálidas em comparação com o que ha de fescenino na poesia popular de outros povos. Ainda assim, têm elas muito reflexo puro da poesia popular portuguesa, e não têm nada original, nem uma imagem, nem uma ideia, nem um acento que se possa dizer caracteristicamente nosso.

Destas considerações para as que se reffram aos temas gerais não ha necessidade de nenhum salto.

Os temas referentes a amor, mulheres e casamento são, naturalmente, em grande numero; são os temas das quadras mais graciosas e das mais belas; mas não constituem maioria. Esse amor é, com frequência, revoltoso e cinico, desconhece leis, conveniências e delicadezas; mas também se alça e se afina, soluçando ou sorrindo em requintadas notas:

Passarinho triste canta,
triste deve de cantar;
quem tem seu amor ausente,
o seu allyio é chorar.

Os temas truanescos são comuníssimos: jatância do espartalhões, gabolices fantásticas, pilherias sem senso comum e sem nexo, ralhos e debiques infantis.

A sátira ocupa grande lugar. Tem, como é bem de ver, na grande maioria dos casos, muito de pueril, tanto na estreiteza quanto na crueldade. Dirige-se aos ricos orgulhosos, aos maus sacerdotes, às mulheres de irregular comportamento, aos vadios e preguiçosos; não vai muitas vezes, além de coisas materiais, defeitos físicos, indumentária. Só acerca do papo ha uma infinidade de quadras, por este gosto:

Vi um velho com uma velha
lá no largo da cadeia,
batendo papo com papo
p'ra ganhar pataca e meia.

De sentimentos de família — amor filial, amor fraterno, amor de parentes, idealização da vida familiar — só se encontram tenuíssimos vestígios. Não quer dizer que tais sentimentos não existam; quer dizer que não se "cultivam", que não se pensa muito neles, que não se buscam aí as emoções que se poderiam colher.

Semelhantemente, o sentimento nativista pode, às vezes, relampejar num clarão remoto, através de um impulso de paixão vulgar, porém não se ergue à concepção de uma pátria.

Quanto à religiosidade, finalmente, ha bom número de trovas nas quais ela se entremostra, sob formas mais ou menos elevadas, mas tais expressões são visivelmente aprendidas e não têm grande valor como prova de cultura moral".

Meio. — O meio físico e social concorre muito, como era inevitável, para essa obra de transformação colectiva. Contudo, é interessante notar que nem sempre a accelera notavelmente. Já vimos que a linguagem dos versos populares, às vezes, conserva lusitanismos inteiramente desusados na linguagem vulgar. Da mesma forma, conserva reminiscências de muita coisa de Portugal:

Atirei o limão verde
lá na torre de Belém...

(Geral)

TRADIÇÕES POPULARES

P'ra dansar a cana verde,
as meninas do Grijó.

(Capivari)

Meu galinho da campina,
rouxinol da laranjeira...

(?)

Eu quisera ser a hera
p'ra na parede subir...

(Monte Alto)

Cravo branco na janela
é signal de casamento...

(Já citados)

Do pinheiro nasce a pinha...

(Franca, Casa Branca)

Escrevi teu nome na areia
com uma pena de pavão... (1)

(S. Simão)

Eu sou como a flôr da murta,
daquela que cai no chão

(Barueri)

As flores e plantas mencionadas com mais freqüência em nossos versos populares coincidem pela maior parte com as que aparecem nos versos e tradições portuguesas. Já nos referimos ao cravo e à rosa, no capítulo III. Ha também a açucena, o amor-perfeito, a perpétua, a mangerona, o alecrim, o mangericão, a aruda, a salsa, etc., que a cada momento ocorrem nos versos de cá e de lá. Os nomes de pessoa mais freqüentes em nossos versos coincidem com os de mais largo uso no povo português: Antonio, Manuel, Maria, Ana, etc., e são de facto os mais usados também pelo nosso caipira. O estudo da onomástica popular, entre nós, compreendendo, naturalmente, diminutivos, alcunhas, nomes de família, revelaria casos curiosos de persistência tradicional

Compreende-se essa persistência. O povo rural, em toda a parte, é obstinado conservador de velharias, na linguagem, como nos costumes.

1) Essa "pena de pavão" não aparece aí fortuitamente. L. Chaves, no "Amor Português", mostra como isso está apegado a varias manifestações do folclore lusitano.

Entretanto, o povo é conservador inconsciente e, assim, não pode evitar que uma corrente modificadora e inovadora prossiga, por sua vez, na sua acção ininterrupta. Sem nenhuma intenção determinada, ele tanto conserva como altera, destrói e cria.

O influxo do meio exerce-se, naturalmente, em todos esses actos. Eis um punhado de exemplos, nos quais a nossa natureza e os nossos costumes se reflectem, juntos a uma "redacção" já bem nacionalizada:

A cachaça é meu parente,
o vinho é meu irmão.
Não ha fandango nenhum
que meus parentes não vão.

(Tietê)

Recortado, recortado,
como a folha da mamona;
verso que vancê cantou
eu carrego na patrona.

("Os Caboclos", de Vald. Silveira)

O' senhor dono da casa,
cabeça de jacutinga,
pramor de Deus eu lhe peço
que corra aqui c'uma pinga.

(Barueri)

Tenho meu pandeiro novo,
de couro de tamanduá;
quem toca no meu pandeiro
tem vontade de cantá.

(Tietê)

Vancê me mandou cantar
pensando que eu não sabia;
eu não sou como o caboclo,
quando não canta assobia.

(Monte Alto)

Eu me chamo tico-tico

TRADIÇÕES POPULARES

e estou no galho trepado;
cuide lá da sua vida,
no meu não tenha cuidado.

(Perdões)

Eu toquei minha buzina,
o cachorro pegô uivá;
eu passei capim e mato
e também samambaia.

(Perdões)

Eu queria ser peneira
na colheita do café,
para andar dependurado
na cintura das muié.

(Tremembé)

Eu tenho minha casinha
amarrada com cipó.
Seu café está demorando,
é sinal que não tem pó.

(S. J. do Rio Pardo)

Valha-me Nossa Senhora,
Santo Antonio de Nazaré.
A vaca mansa dá leite,
a braba dá quando qué.

(S. J. do Rio Pardo)

época. — Também a época, isto é, aquelas modificações de ideias e sentimentos trazidas pelos novos acontecimentos da vida geral, contribuem para a transformação do cancioneiro.

A poesia popular urbana reflecte, os sucessos com extraordinária prontidão. Bem examinados e ordenados, os seus productos poderiam seguir uma cronologia rigorosa e servir, de subsidio documental à história social, política econômica, mundana do país. Não ha quasi facto notável que neles não repercuta: perturbações públicas, lutas partidárias, carestias, epidemias, modas, desastres, mortes memoráveis, etc. A poesia rural também reflecte um pouco de tudo, mas, ou só aquilo que se passa nas vizinhanças, ou só os acontecimentos distantes que por qualquer

circunstancia chegam a impressionar o roceiro, o que é raro.

Esses reflexos observam-se mais na corrente "viva" ou "inventiva", de que resultam as "modas", composições dos aédos sertanejos. Na corrente tradicional das cantigas gerais, já eles vêm a ser bem menos freqüentes. Alguns exemplos:

Reminiscência da época da independência: X

O' galego, pé de chumbo...

(Geral)

Da guerra do Paraguai:

Eu fui combater c'o Lopes,
ele sendo um homem crué:
eu fiz batalhão de homens
e ele fez de mulé.

(Tieté)

Já fui a Montevidéu,
já voltei, não vou lá mais;
não sou vara de trombone
que anda p'ra diante p'ra trais.

(Tieté)

Da escravidão:

Senhora, mecê me compre,
que eu quero ser seu escravo;
se o dinheiro não chegar,
o resto eu mesmo lhe pago.

(Perdões)

Da proclamação da República:

No dia 15 de Novembro,
no campo da Aclamação,
Deodoro gritou — República.
Ladário gritou — que não.

(Campos do Jordão)

Da colonização estrangeira:

Eu mandei vir capanema,
acabou-se o formigueiro.

TRADIÇÕES POPULARES

O Brasil está perdido
por causa dos estrangeiros.

(Amparo)

Da expansão cafeeira:

Ela mora atrás do morro
no meio de um guaximal;
hoje em dia é fazendeira,
tem um grande cafézal.

(Perdões)

Eu queria ser peneira...

(Já citada).

Da antiga importância e influência da Bahia:

Da Bahia me mandaram
um presente num canudo...

(Casa Branca, etc.)

Macaco torrado
que veio da Bahia...

(Toada vulgar)

Dos progressos modernos:

Minha gente, venham vêr
coisa que nunca se viu:
aeroplano andar no ar,
telegrama andar no fio.

(Casa Branca)

VII

Os productos verdadeiramente populares (ou popularizados, é o mesmo), caracterizam-se pela mutabilidade, pela disseminação e ainda pelo poder de irradiação das suas ideias e formas, — tudo

isso junto a uma força de conservação tenaz, manifesta num certo número de coisas que sobrevivem.

A mutação lenta mas continua faz com que não se possa colher o mesmo producto em dois lugares ou duas ocasiões livres, sem lhe encontrar alguma diferença (do que aliás há excepções). Às vezes, as diferenças resultam das traições da memória; outras vezes, representam verdadeiros retoques. Daí as variantes.

A disseminação pode abranger o país todo, ou boa parte dele, e pode ficar limitada a uma pequena região provinciana.

Acreditamos que, de um modo geral, os productos mais disseminados não sejam muito novos, nem muito antigos. A disseminação, entre o povo do interior, o povo roceiro e iletrado, é muito lenta: as formações, adaptações ou importações locais custam a transpôr os limites da pequena comunidade. Os productos antigos, por sua vez, ou se esquecem aqui e ali, ou vão-se a pouco e pouco transformando e disgregando, até se diluírem na elaboração colectiva: ao cabo de algum tempo só ficam, mais ou menos intactos, em pequenas povoações isoladas e vegetantes.

A irradiação das ideas e formas é um dos mais interessantes aspectos dessa elaboração colectiva. Tomada em bloco, ela apresenta, na mente popular, os mesmos fenómenos que se passam no espírito do individuo que compõe.

Este, em regra, por muito que invente, ou pense inventar, não faz senão procurar inconscientemente na sua memória os ritmos, os ecos, as imagens, as palavras, as combinações de síllabas, os mil resíduos de emoção, de fundo e forma que aí se foram depositando através das impressões recebidas. Com esses materiais já assimilados e incorporados ao próprio psiquismo é que o individuo compõe. A criação está no conjunto da obra e não nas suas partículas. Assim, também, o povo não inventa nem cria, na verdade: transforma. Tudo, nas suas producções, é repercussão próxima ou longínqua de coisas anteriores.

A esse poder germinativo das ideas e formas depositadas na memória popular é que chamamos irradiação.

Um dos casos de irradiação mais comuns é o que se refere às muletas iniciais, aos chavões com que o povo costuma começar as suas trovas avulsas, e que têm por efeito facilitar a composição e memorização. Essas muletas, que não são muito numerosas, têm um poder infinito de reproducção com variações. Quase todas, se não todas, são de origem portuguesa:

Minha gente, venham vêr...
 Eu fui aquele que disse...
 Menina, minha menina...
 Vamos dar a despedida...
 Fui andando p'r um caminho...
 No pico daquele morro...
 Atirei um limão verde...
 Vai-te carta venturosa...
 Ninguém viu o que eu vi hoje...
 Quem me dera ser um cravo...
 Açucena co' pé na água...
 Batatinha quando nasce...
 Meu pai, p'ra me vêr casado...
 Abaixai-vos, serra...

Essas muletas podem apresentar-se bastante transformadas: "Menina, minha menina" pode estar mudada em "Maria, minha Maria", "Morena, minha morena", "Menina da saia branca", "Menina dos olhos verdes", etc. "Quem me dera ser um cravo" é tipo de numerosos versos em que a mesma ideia aparece com outras palavras: "Eu queria ser um lenço", "Quisera ser como a rosa", etc. "Atirei um limão verde" tem larga irmandade: "Atirei o limão doce", "Atirei o cravo na água", "Eu pinchei o anzol na água"...

Mas a irradiação não se dá apenas com os versos iniciais. Frequentemente se dá também com os finais. O verso "dentro do meu coração", que fecha uma quadra já citada, reaparece em várias outras de diferente molde. Às vezes, dá-se mesmo que certos versos, destituídos de qualquer função que explique a preferência (como essa de abrir ou fechar as trovas) e despidos do menor interesse como conceito ou como forma, igualmente se encaixavam nas mais diferentes composições: assim, os septissílabos "lá no centro de sertão", "me pus a considerar", etc.

Essas mesmas irradiações se dão, já não com versos inteiros, mas como locuções, conceitos, imagens, etc. Poder-se-iam multiplicar os exemplos, mas inutilmente. Aliás, já a esse particular nos referimos no capítulo III.

Ha um caso de "irradiação" sumamente curioso, ao qual também já nos referimos em outro ponto, mas não podemos deixar de voltar agora, com certa detença, pois é um dos fenómenos essenciais da elaboração popular de que vimos tratando.

Como já dissemos, são numerosas as toadas populares, as estrofes, os trechos de composições que obedecem a moldes mais ou menos estrictos e rígidos. Grande quantidade das quadrinhas soltas principalmente, pôdem reduzir-se a poucos esquemas, que na verdade se poderiam chamar esquemas geradores. Um exemplo, entre muitos:

A roseira com suas rosas,
toda se humilha no chão:
quando a roseira se humilha,
que fará meu coração!

(Portugal)

O sol prometeu à lua
uma fita de mil côres:
quando o sol promete prendas
que fará quem tem amores! (1)

(Portugal).

Eu vi a morte pescando
nas águas do Jiquiá:
quando a morte pesca peixe,
o que de nós não fará! (2)

(Casa Branca)

Fu! ao mato cortar lenha,
Santo Antonio me chamou:
quando o santo chama a gente,
que fará quem já pecou!

(Port. e Brasil)

(1) Das duas quadras portuguesas citadas, a primeira vem no "Amor Português", de L. Chaves e a segunda nas "Tradições", de Leite de Vasconcellos.

(2) Desta quadra ha uma variante paulista:

...quando a morte pesca peixe,
vejam que fome não ha!

Dir-se-lá coisa puramente ocasional; mas não é. A mesma idea da fome reaparece numa variante do Rio Grande do Sul, segundo Sívio Romero:

Eu vi a morte pescando
de caniço e samburá:
quando a morte pesca peixe,
que fome não ha por lá!

Carlos Góis colheu em Minas uma outra variante, mais chegada á do Rio Grande do Sul:

Eu vi a morte pescando
com isca de samburá:
quando a morte pesca peixe,
que fome ela não terá!

Estas aproximações mostram como é estreito o campo da invenção livre, que largamente se costuma emprestar ás composições populares. Mostram, igualmente, como cumpre aos folcloristas fazerem o possível por colher os seus materiais com absoluto respeito ás formas sob as quais estes se apresentam. O que parece fortuito, muitas vezes, tem uma razão de ser.

TRADIÇÕES POPULARES

Não é preciso esforço para se ver que todas essas quadras têm um molde comum rigorosamente mantido. Nos dois primeiros versos, enuncia-se um facto; nos outros dois, tira-se uma ilação, começando por “quando”, repetindo o verbo da primeira sentença, e terminando com a exclamativa: “que fará...!”

Além dessas trovas, que rigorosamente se amoldam a um esquema, ha muitas outras que lhe obedecem num ou noutro ponto.

Outro facto frequentíssimo: o cruzamento dessas irradiações esquemáticas. Em Portugal e varias regiões do Brasil, ha uma longa série de trovas que começam pelo verso: “Eu ia por um caminho...”, ou semelhante, e que contam alguma surpresa acontecida:

Eu ia por um caminho
encontrei uma coruja...

Fui andando pr'um caminho,
o capim cortou meu pé...
etc.

Nessa grande serie, encontra-se uma que diz:

Fui andando p'lo caminho,
ramo verde me pegou,
— Não me pegue, ramo verde,
nosso amor já se acabou.
(Barueri)

É evidente, o cruzamento desse tipo com o esquema atrás exemplificado deu-se na quarta quadra citada:

Fui ao mato cortar lenha
Santo Antonio me chamou...

De tudo se colhe, em resumo, que a elaboração popular procede por duas maneiras gerais: ou modificando as cantigas a seu sabor, adaptando-a às ocasiões, aos meios, etc. (variantes), ou compondo outras. Estas, porém, em grandíssima parte, ou recebem elementos disjuntos de anteriores (irradiações) ou se amoldam mais ou menos rigorosamente a moldes estruturais (abstractos esquematismo).

VIII

A primeira pergunta a que pode dar lugar o nome de “Cancioneiro caipira” consistirá em indagar se ele não restringe de-

masiado o campo do nosso proprio estudo, visto que incluimos aqui as trovas populares, e essas trovas não são exclusivamente caipiras, mas correm por tôdas as classes de gente. A pergunta, embora possa parecê-lo, nada tem de embaraçosa.

É certo que algumas trovas ou quadrinhas soltas andam muito vulgarizadas entre a população das cidades; mas apenas um pequeno número. Quem as guarda em quantidade máxima e quem as infiltra entre a população urbana (quando elas não se espalham por meio da imprensa ou de outro veículo ocasional) é o habitante da roça. Além disso, cumpre notar esta circunstância importantíssima de que as trovas, nas cidades, são geralmente mero objecto de curiosidade, não correspondem a forma alguma da vida social, nem conservam quasi nenhuma vitalidade propria, ao passo que entre as populações rurais elas estão entranhadas nos costumes, fazem parte de vários actos colectivos usuais, e estão continuamente palpitando numa activa elaboração anónima, irradiando-se, transformando-se, dando nascimento a variantes numerosas.

O dominio próprio da trova, portanto, são as zonas rurais e sertanejas, e não andamos errados collocando-a dentro dos limites do "Cancioneiro caipira".

Ha alguma coisa que excede esses limites, e pertence a todos, na cidade, no campo e no mato: são as cantigas de adormecer, certos santos infantis com os respectivos jogos ou brinquedos, e pouco mais. Dessas espécies não trataremos.

Em troca, a restante matéria do "Cancioneiro caipira" lhe é caracteristicamente própria. Além das trovas, ele abrange certas modalidades de poesia que se extremam visivelmente do cancionero urbano, semi-culto ou semi-literário.

A poesia roceira, como dissemos nas precedentes notas, apresenta-se como uma grande elaboração, em que é possível distinguir: uma "corrente tradicional", já caracterizadamente impessoal e colectiva, e uma "corrente inventiva" e individual em plena actividade criadora ou transformadora. É certo que as duas correntes, às vezes, se interpenetram e confundem, mas não menos certo é também que, de ordinário são bem perceptíveis.

À primeira corrente correspondem as trovas, muitas das quais são comuns a Portugal ou às ilhas portuguesas, e muitas apenas representam variações de fundo ou de forma dos mesmos tipos inalteráveis.

Pertencem ainda a esse grupo umas pequenas composições de seis ou oito versos, de duas ou três quadras, que não são

mais do que desenvolvimentos das referidas trovas. Não é grande o número delas.

Tambem entram na mesma divisão muitos versos religiosos, a'que chamaremos "cânticos", entoados em cerimônias cultuais usadas entre o povo da roça. Esses cânticos, em grande parte, acusam origens cultas ou semi-cultas, mais ou menos remotas e sem repercussão nas populações urbanas. A história dessas origens é ainda um problema bastante obscuro.

Incorporam-se na mesma classe algumas litanias referentes a actos e práticas muito comuns e antigas — como os versos acerca do baralho de cartas.

Por fim, pertenceriam tambem à corrente tradicional os antigos romances portugueses. Dêstes, porém, não cremos que restem mais do que fragmentos, conservados por um ou outro individuo idoso. Pelo menos, nunca verificámos, nem nos consta que ainda se conservem romances completos, ou sequer trechos mais ou menos perfeitos. O que temos podido colher pessoalmente são vagas reminiscências; e só de um dos nossos prezados colaboradores, o saudoso dr. Silvio de Andrade Maia, recebemos uns pedaços muito deturpados e desconexos do romance de "Dom Alardos", "Alarcos", ou "Conde Yanno", apanhados em Barueri.

Da segunda corrente procede tóda uma larga e continua produção de poemas de vária natureza, aos quais o roceiro dá o nome genérico de "modas", por uma extensão arbitrária. A "moda", como a palavra deixa entrever, e como é empregada mesmo em Portugal, seria a principio certo género de composições leves, letra e música, para canto e dança, que surgiam nas romarias e outras festas do povo e assim entravam na circulação.

Essas composições dos poetas rústicos podem grupar-se em classes, de acôrdo com as diferenças de fundo e de índole que se lhes notam:

- a) canções líricas;
- b) alegorias e fábulas;
- c) cantos narrativos.

Nas canções líricas é facil distinguir duas divisões gerais: as affectivas, referentes a sentimentos e situações individuais (geralmente numerosas); e as que versam temas impessoais e permanentes (trabalhos e sofrimentos da vida, diferenças de sorte, etc.).

Tambem nos cantos narrativos conviria distinguir dois grupos: o dos históricos, ou feitos especialmente com o fito de guardar memória de acontecimentos e figuras passadas, e o

dos que se limitam ao registro e ao comentário ligeiro de factos e coisas actuais. Como é bem de ver, os primeiros tomam facilmente um carácter lendário ou fantástico.

Quanto à sátira e ao humorismo, são antes questão de tom ou de atitude do que de género, e podem revesar-se, nas mesmas classes de composições, com a maneira sentimental, a trágica, a burlesca, etc.

Em todas as formas do cancionero, é absolutamente predominante o verso de sete sílabas, seguindo-se-lhe, em menor escala, o de cinco (1). Qualquer composição em versos de outra medida, se existe, deve ser reflexo literário ou urbano, sem vitalidade. Encontram-se, sim, às vezes, versos de seis, oito sílabas, metidos entre os usuais: são meros desvios da norma habitual, devidos a cantadores menos hábeis.

As rimas são sempre colocadas nos versos pares, como em toda a poesia rústica do Brasil e de Portugal (e de outros países também). Só por acaso ou por infiltração estranha se encontrarão versos ímpares rimados.

A disposição estrófica das "modas" baseia-se na quadra, que o roceiro denomina "verso" ou "pé". Essa é a unidade

(1) — Não entraremos aqui no exame da questão se aquilo que nós chamamos "verso", de acordo com as nossas ideias literárias e cultas, não será, em verdade, para o povo, um simples "hemistiquio".

No espírito do povo, que não conhece métrica, não sabe abstrair e se guia nestes assuntos apenas pelo instinto, o verso não tem individualidade independente do pensamento, o que há são "pensamentos ritmados e completos formando parelhas". Por isso as "quadras" populares se caracterizam absolutamente pela divisão em duas metades indissolúveis e paralelas, com uma rima que as articula:

Passarinho triste canta
triste deve de cantar;
quem tem seu amor ausente,
o seu alívio é chorar.

Sai lá de casa
tava escurecendo,
a estrela da guia
já vinha nascendo.

(Brasil)

A fita do teu cabelo
dá o nó, não chega a laço;
não faças conta comigo
que eu contigo não a faço.

(Portugal)

Ajudai-me companheiro,
que eu não sei cantar sozinho:
o meu peito tá tapado
da poeta do caminho.

(Brasil)

básica. Se a composição é em oitavas, chamam-lhe "moda dobrada", isto é, de "verso" duplo, nova unidade estrófica. Se as estrofes abrangem três quadras, a moda é "redobrada". As modas em sextilhas são de "verso e meio".

Além dessas, ha as modas corridas, sem disposição estrófica regular, nas quais predomina a mesma rima, à maneira dos antigos romances.

Como os vilancetes e cantigas do Portugal antigo, muitas modas regulares têm, próximo ao final, uma "volta", que consta geralmente de dois versos isolados, às vezes tomados a alguma das primeiras estrofes.

Também freqüentemente, a moda tem uma introdução, que consiste numa quadra e não faz corpo com o poema, servindo apenas como de preparação ou anúncio. Esse proêmio chama-se "levante". Ao terminar o canto, ajunta-se à "moda" uma outra quadra, à guisa de conclusão ou moralidade. Denomina-se essa quadra "baixão", por ser cantada num tom grave, diverso do que se deu ao corpo principal da peça.

Sirva de exemplo a quadra:

Bode do cabelo grande
merece ser penteado
com pente de cinco pontas,
para não ser confiado.

É uma quadra "popular", mas deve ser de origem culta ou semi-culta. O pensamento, fugindo ao ritmo habitual, profundamente arreigado, se desenrola, sem pausa, por três versos. É o que basta para se inferir que a trova não nasceu no meio popular.

Quando se trata de sextilhas, oitavas ou o que fôr, ha sempre a mesma disposição de pensamentos completos e "ritmados" em factos paralelos:

Eu fui passeá no jardim,
eu vi as flores brigando.
Fiquei muito admirado,
sempre vivo imaginando;
eu falei pra o meu bemzinho
que o mundo está se acabando.

(Brasil)

Quando esses exemplos, entre milhares, não bastassem a demonstrar que o povo não tem consciência da individualidade do "verso" separado do pensamento, dever-se-ia considerar que o povo, como a glotologia fartamente demonstra, nem sequer tem muita consciência da individualidade das próprias palavras (dal, muitos fenómenos de adição e subtração de sons e sílabas, amálgama de vocábulos, etc.). Só a reflexão e cultura, num estágio superior de civilização, tardiamente permitem estas distinções e abstrações subtis, tornando possível aos poetas cultos conceber o "verso em si mesmo", vazio de conteúdo, e construir sobre essa noção quasi algébrica toda uma arte complicada.

Aliás, modernamente, apareceram poetas revolucionários que, não sem boas razões, quiseram voltar à concepção primitiva, acabando com as divergências e disparidades entre o ritmo do verso e o movimento e sintaxe do conteúdo condenando os "enjambements".

“Volta, baixão, levante”, tudo está intimamente relacionado com a música. Poesia e música são coisas inseparáveis, se se deseja ter conhecimento completo de uma ou de outra, pois são contínuas as reacções mútuas dessas duas faces da criação artística entre os roceiros. Poesia e música são compostas ao mesmo tempo, ao som da viola, em sucessivos ensaios paralelos; uma ajuda a mnemonização e a divulgação da outra: uma acompanha a sorte da outra através das modificações incessantes que as atacam e que marcam o seu grau de popularidade.

Infelizmente, não nos é possível, neste primeiro trabalho sobre a poesia da roça, dar a devida amplitude às indagações sobre a música, nem mesmo recorrendo a trabalho alheio, pois até hoje nada existe feito sobre a matéria, que seria tão interessante explorar profundamente.

O canto é sempre a duas vozes, quer se trate de “moda”, quer de outras cantigas, independentemente dos coros. O violeiro-cantor não dispensa um companheiro. Referem-se a este costume muitas quadras, como as seguintes:

Ajudai-me, companheiro,
que eu não sei cantar sozinho;
o meu peito está tapado
da poeira do caminho.

(Amparo).

Companheiro, me ajudai,
que eu não posso cantar só;
que nós dois cantando juntos,
cantaremos mais “mió”.

(Barueri).

Se a “moda” é inseparável da música, a trova é inseparável da música e da dança: é apenas um dos aspectos de uma “composição” global e única, em que a voz, a letra, a música instrumental, os ruídos de palmas e sapateados e os movimentos rítmicos do corpo se entrelaçam para um efeito de conjunto.

O desenho rítmico das quadras está inteiramente subordinado às pausas, cadências e balanços da dança.

Há dansas de puro folguedo (cateretê, cururú, samba, cana-verde, etc.) e dansas culturais, como a de S. Gonçalo e a da Santa Cruz.

Também se cantam as trovas nos “muchirões”, a fim de alegrar o trabalho dessas tarefas colectivas, para as quais os

pequenos lavradores convocam às vezes os amigos e vizinhos, retribuindo-lhes o auxilio com beberetes e folguedos.

Tudo isto, repetimos, tão intimamente ligado está aos versos, que em verdade estes não se deveriam considerar isolados. Só o conhecimento exacto dos costumes, actos e gestos que os acompanham poderia fornecer a explicação de muitas obscuridades de tais versos, auxiliar o estudo completo das suas formas, e dar enfim cabal compreensão da natureza orgânica destes productos populares, muito diversa da dos puros productos estéticos, reflectidos, "desinteressados" e válidos por si mesmos.

Infelizmente, o que sabemos com exactidão a respeito desse fundo costumário é ainda muito pouco. Nem sequer podemos apelar para a litteratura, pois esta, com raríssimas excepções, apenas fornece vagos quadros descritivos, aformoseados, romanizados, sem época nem lugar determinados, e enfim sem garantias bastantes de fidelidade à natureza, proporções e extensão dos factos.

Só nos resta fazer votos por que espiritos jovens e indagadores, sequiosos de conhecer as "verdadeiras" realidades da nossa vida e de organizar os nossos conhecimentos do meio brasileiro em bases concretas e metódicas, se atirem com vigor e coragem a esse vasto e interessantissimo campo de exploração, quasi inteiramente virgem, pondo de lado as fantasias litterárias, os devaneios sentimentais, as theorias precoces e ambiciosas, os eruditismos estéreis, para ver tudo com os próprios olhos, e não reter senão unicamente o que fôr "visto" e bem visto.

É preciso estudar estes assuntos com a mesma objectividade e o mesmo cuidado de exactidão que se põem, por exemplo, no estudo da geografia. A psique popular é outro mundo a reclamar espiritos que o vão descobrindo e estudando pouco a pouco, antes de dissertar sobre suas coisas. A geografia psicologica do nosso povo ainda está no periodo em que a outra geografia, anteriormente a Colombo, estribada nas suas vistas preconcebidas e pedantescas, negava a existência de antípodas, acreditava em ilhas maravilhosas e paises de encantamento, e punha limites prévios à curiosidade indagadora dos descobridores.

Quadro sinóptico das principais vistas metódicas indicadas no trabalho acima:

Poesia popular. Dois ramos: 1) o urbano, elaborado nas

idades litorâneas, eclético no gosto e nos processos e com tendência a unificar os regionalismos nacionais; 2) o rústico, pertencente às regiões interiores, com tendências particularistas.

2) Ramo rústico. Duas correntes: a) uma, tradicional, de fundo português-colonial; b) outra, inventiva, elaborada livremente, embora dentro de moldes gerais da tradição, pelos poetas-cantadores.

a) Corrente tradicional. Persiste em: peças e trechos antigos; formas gerais de composição; arranjo dos versos e rimas; metrificação; formas de linguagem; esquemas ideológicos e rítmicos; imagens e ideias; referências a coisas e factos. Altera-se por: esquecimento; substituições e mutações; dispersão de elementos. Recompõe-se por: fixação de novas achegas; infiltração literária e urbana; importação.

b) Corrente inventiva. Em parte, ocasional e passageira. Em parte, capaz de se integrar no fundo tradicional e de o reforçar pela formação de ciclos locais, mais ou menos extensos e reproductivos, e pela manifestação e acentuação de modalidades regionais.

Um parentesis final. O trabalho que aqui se termina, mais longo, de certo, do que seria conveniente, foi escrito ha cerca de quatro anos e dormia na gaveta, á espera de oportunidade para ser remanejado. Infelizmente, não houve tempo para isso, nem pudemos colher os novos elementos com que contávamos para as correcções e os desenvolvimentos necessários. Tal como está, ele tem por ventura o mérito de ser um primeiro passo. Corrijam-no, completem-no os que tenham gosto e paciência para esse género obscuro e penoso.

Essas notas sobre a poesia popular de S. Paulo constituem uma espécie de introdução a uma larga colectanea de versos, que possuímos e continuamos sempre a aumentar, e que talvez tenha o seu dia de vir á luz em volume: o "Cancioneiro Caipira".

A propósito, devemos consignar aqui um agradecimento a dois novos colaboradores, que gentilmente nos enviaram bons punhados de versos populares colhidos no interior: os srs. "Aglaus Aglaóphilo" (?), desta capital, e Homero de Paula Lima, de Penápolis.

Gostaríamos muito de ver esse bom exemplo largamente imitado. Convindo, sempre, notar que tudo deve ser escrupulosamente reproduzido tal qual se ouve, com todos os seus possíveis erros e extravagâncias, acrescentando-se a indicação do lugar. Igualmente importa muito tomar nota da naturalidade do canta-

TRADIÇÕES POPULARES

dor, sobretudo se fôr de diferente região do Estado, ou de outro ponto do país.

A abundância de material, facilitando um largo cotejo dos versos, vindos de várias e afastadas localidades, permitirá apurar com segurança o que é indubitavelmente popular, o que é com certeza tradicional, etc.

UMA CANTIGA DE BERÇO

E NTRE as canções de berço mais vulgares no interior de S. Paulo há uma que diz assim (com variante):

Topei com a Senhora
na beira do rio,
lavando os paninhos
do seu bento filho.

A Senhora lavava
S. José estendia.
O menino chorava
do frio que fazia.

— Não chores, meu menino,
não chores, meu amor
que a faca que corta
dá um talho sem dor.

Foste bem nascido,
foste bem criado,
filho de uma rosa
e de um cravo encarnado.

Nascestes em Belém,
em palhas deitado
bendito, louvado,
para sempre, "amen".

Esta lição é evidentemente defeituosa. O sentido da terceira quadra tornou-se ininteligível, e daí em diante parece faltar ou sobejar alguma coisa, não sendo improvável que os últimos versos pertençam a alguma outra cantiga do Natal, gênero antigo e comum aos povos cristãos.

Os srs. João Gomes Junior e J. B. Julião incluíram no seu livrinho "Ciranda, Cirandinha..." uma outra versão, sem declarar a procedência, mas provavelmente colhida em S. Paulo:

Fui andando por um caminho,
encontrei Nossa Senhora
lavando os paninhos
do seu bento filho.

A Senhora lavava,
S. José estendia;
chorava o menino
do frio que fazia.

— Não choreis, menino,
não choreis, amor;
do mundo os pecados
nos cortam de dor.

Os filhos dos homens
em berços de flores,
e vós, meu menino,
gemendo de dores.

Aquí, os dois primeiros versos resultam de uma visível contaminação de outras muitas cantigas avulsas que principiavam por essa forma: "Fui andando por um caminho, encontrei..." etc. Aliás, discordam demasiado da medida e da disposição das rimas, a que os outros obedecem com ligeiras discrepâncias.

A segunda metade da terceira quadra diverge fundamente da primeira lição, e, se apresenta melhor sentido, considerada em si mesma, disparata igualmente do entrecho.

Pereira da Costa registra duas lições pernambucanas, correctas de versificação, e que se afiguram melhor conservadas que as precedentes; mas o curioso é que a terceira quadra, numa e noutra, encerra com ligeira diferença as mesmas variantes das lições acima, com as mesmas dificuldades da intelligência:

TRADIÇÕES POPULARES

I — Estava Maria
à beira do rio,
lavando os paninhos
do seu bento filho.

Maria lavava,
José estendia,
chorava o menino
do frio que tinha.

— Não chores, menino
não chores, amor,
isso são pecados
que cortam sem dôr.

Os filhos dos homens
em berços dourados,
e vós, meu Jesus,
em palhas deitado.

II — Nossa Senhora
na beira do rio,
lavava os paninhos
do seu bento filho.

Maria lavava,
José estendia,
chorava o menino
do frio que tinha.

— Calai, meu menino,
Calai, meu amor,
que a faca que corta
dá talho sem dôr.

Esta segunda lição pernambucana está inserta no meio de uma porção de versos da mesma medida, mas que claramente procedem de outra fonte, embora se refiram também ao Natal do Cristo.

Temos ainda uma versão mineira, apanhada por Lindolfo Gomes:

Nossa Senhora,
na beira do rio,
lavava os paninhos
do seu bento filho.

A Senhora lavava,
S. José estendia;
o menino chorava
do frio que fazia.

— Não chores, meu menino,
não chores, meu amor,
que a faca que corta
Dá golpes sem dôr.

É interessante que, em todas as lições, a terceira quadra se apresenta ininteligível. A persistência dessa confusão, no mesmo ponto, em cópias procedentes de lugares tão afastados, é indício de que a cantiga deriva de alguma forma em língua estranha, que não pôde ser bem interpretada no passo de que se trata.

Esta hipótese é corroborada pela verificação de que a cantiga não é producto brasileiro nem português, apesar de ser também conhecida em Portugal, onde Teófilo Braga a recolheu. Parece ser italiana. Pelo menos, existe igualmente na Itália, na Toscana, onde Giannini e Corsi apanharam mais de uma versão. P. Toschi, reproduzindo uma de Giannini em seu livro "La Poesia religiosa del popolo italiano", declara ter essa cançãozinha, provavelmente da origem literária, conquistado o favor do povo.

Eis a lição que Giannini inseriu numa das suas obras, "Canti popolari toscani":

Maria lavava.
Giuseppe stendeva,
suo figlio piangeva
dal freddo que aveva.

— Sta zito, mio figlio,
chè adesso ti piglio!
Del latte t'ho dato,
del pane 'un ce n'è.

TRADIÇÕES POPULARES

La neve sui montá,
cadeva del cielo,
Maria col suo velo
copriva Gesù.

Também esta parece indubitavelmente incompleta.

A terceira quadra das nossas versões corresponde à segunda da "cangoncina" acima. É o ponto em que Maria manda calar o menino que chora. Até esse ponto, dir-se-ia terem sido os versos portugueses decalcados sobre os italianos; nesse ponto, as diferentes versões se embrulham, e depois se separam em dois grupos.

Não tentemos deslindar o caso, que só poderia ser esclarecido mediante a reunião e comparação de um maior número de variantes, tanto portuguesas como estrangeiras, — o que de certo seria demasiado trabalho para tão modesto objectivo. Mas fique indicado o problema, que é pelo menos tão curioso e espiçante como milhares de quebra-cabeças artificiosos, sendo de facto infinitamente mais intelectual e mais humano do que estes.

— "Data venia", reproduzo a melodia da cantiga, na forma em que a registraram J. Gomes Junior e J. B. Julião, sensivelmente igual á que conheço:



UM ROMANCE TRADICIONAL

S. Paulo e os depósitos tradicionais — Restos do romance do « Conde Yano » encontrados em Barueri — Ligeira comparação dos mesmos com as versões portuguesas e espanholas e com as de Sergipe e Pernambuco — Provável existência de outras reminiscências do mesmo gênero.

PARECE indubitável que a persistência de formas arcaicas, nos costumes, na literatura popular, na linguagem, tem sido bem menos tenaz em S. Paulo — pelo menos no S. Paulo de três ou quatro decênios a esta parte — do que nos Estados do Norte.

Nessa última porção do Brasil ainda se encontram, na tradição oral, entre outras antigualhas curiosas, vários romances portugueses mais ou menos bem conservados, e já recolhidos por Celso Magalhães, Silvio Romero e outros; ao passo que de S. Paulo nada se conhece até hoje nesse gênero.

Entretanto, a inexistência de publicações não significa em absoluto a inexistência de matéria. Alguma coisa sempre existirá, embora muito alterada ou desfeita e dispersa. Mas a indiferença por estes assuntos “sem importância”, como por uns tantos outros, é também muito mais profunda em S. Paulo do que no resto do país; de modo que a nossa pobreza, sendo real na espécie, parece ainda maior do que é na verdade.

Há tempos, o meu saudoso amigo Silvio Maia, tão cedo arrancado ao carinho dos que o amavam e às esperanças dos que lhe sabiam prezar o culto, fino e penetrante espirito, sabedor da minha mania de coleccionar coisas populares, fez-me presente de uma boa quantidade de versos por elle recolhidos de parceria com o nosso amigo comum José Gonçalves, na pequena e vizinha villa de Barueri, — lugar que, como toda a região circundante da capital, é dos mais ricos em depósitos tradicionais de todo gênero.

Entre êsses versos, pela maior parte quadrinhas avulsas, veio uma composição relativamente longa, muito estragada, com falhas de sentido e falhas de versos, a que o calpíra, que a ditára, dava na sua geringonça o nome de "romanzo" (único exemplo, que conheço, de conservação dêste termo tradicional no seio do nosso povo).

Trata-se efectivamente de um romance cavalleiresco antigo, e dos mais saborosos, na sua singeleza rude, no seu tom sincero e comovido, na sua despreocupação de arte e na sua pungente dramaticidade. É o romance que Almeida Garrett recolheu e "restaurou" sob o título de "Conde Yano" e de que existiam numerosas versões em Portugal e Açores, bem como na Espanha (Castela, Catalunha e Galiza) — lá, sob os nomes de "Conde Alarcos", "C. Anardo", "C. Alberto", "Dom Duarte", "Conde Alves"; aqui, sob os de "Conde Alarcos", "Infanta Solisa", "Conde Flores", etc.

O assunto, reduzido ao traçado esquemático, se reconta em poucas palavras:

Uma princesa confessa ao rei seu pai que quer casar-se com o conde de tal, já casado. Espanto do pai. Explica então a moça que êsse conde faltara a sério juramento de amor que lhe havia feito. Manda o rei chamar o conde e exige-lhe, em desgarrado, que mate imediatamente sua esposa para se casar com a princesa. Vai o infeliz para casa, profundamente conturbado, e, instado pela carinhosa companheira, dá-lhe parte da tremenda sentença do rei. A condessa lembra inútilmente diversos recursos para se iludir a determinação real, enquanto à sua morte. Não há recurso possível. O marido está obrigado não só a matá-la, como também a cortar-lhe a cabeça, que ha de ser apresentada ao rei. Resigna-se então a desgraçada e despede-se dos filhos pequeninos, entre lágrimas. — Nas versões castelhanas, executa-se a sentença, e a vítima inocente cita o rei e a princesa a comparecerem perante o tribunal de Deus dentro de breve prazo; predição esta que se realiza. Nas versões portuguesas, a execução não chega a efectuar-se, porque vem de repente a notícia de que a princesa acaba de morrer, por castigo divino (1).

(1) Ignora-se ainda onde nasceu o romance, se em Portugal, se na Espanha, e portanto se a versão castelhana, mais longa que as portuguesas será um "desenvolvimento" destas, ou representará a forma original de que as portuguesas seriam "reduções".

Quanto à antiguidade, esta é indicada pela própria difusão do poema por todas as regiões da península ibérica, ilhas portuguesas e diferentes pontos do Brasil, além de que todos os seus aspectos de fundo e forma se

TRADIÇÕES POPULARES

Vale a pena fazer um pequeno estudo comparativo acêrca do romance de Barueri.

Embora muito deturpado, é um dos raríssimos representantes, que ainda restam em S. Paulo, de uma espécie das mais dignas de interesse por sua ancianidade, por sua significação histórica, pelo vigor do seu admirável florescimento à margem da literatura culta e oficial, e ainda por outras razões.

Eis o romance, ou, melhor, os restos confusos do romance

-
- 1 — Do que chorais, minha filha,
o que tendes, filha minha?
— Calai-vos, senhor pai.
se eu choro razão eu tinha.
- 5 de vêr as outras casadas
e eu aqui tão sózinha.
- No reino tem sete condes
..... filha minha,
- 9 escolhe o maioral
para consigo casar.
-
- Conde Alardo é casado,
já tem mulher e filhos.
- 13 — Êste mesmo é que eu quero.
êste mesmo é que eu queria.
-
- Mande chamar conde Alardo
pra jantar conosco um dia,
- 17 na cabeça da sua mesa,
com um pouco de alegria.
Lá no meio do jantar
mostrará uma prenda sua.
- 21 Hei de matar sua mulher
pra casar com sua filha.
Se ela é bonita e formosa,
Prenda sua é maravilha.

harmonizam perfeitamente com as feições gerais dos romances dos séculos XIV ou XV a XVII.

Já se pretendeu encontrar nesta peça um carácter histórico: teria sido inspirada pelo episódio da morte de dona Maria, mulher do príncipe dom João, por intrigas de sua irmã Leonor Teles, que concebera o plano de a eliminar para conseguir depois o casamento do príncipe com a infanta Beatriz, sua filha e do rei dom Fernando. Isto, porém, podendo ser uma hipótese aceitável, ainda está longe da confirmação.

O assunto do romance foi posto em teatro por diversos escritores, entre os quais Schiegel, na Alemanha, e Lope de Vega, na Espanha.

25 — Bota-te, pajem, no campo,
apressa-te no andar,
vai-me chamar conde Alardo,
pra vir comigo jantar.

.....

29 Neste momento do dia,
lá no meio do jantar,
te amostrar uma prenda minha.
Se ela é bonita e formosa,

33 prenda minha é maravilha.

.....

Matai a sua mulher
pra casar com minha filha.
Conde Alardo, vai para casa,

37 faz logo o que eu te digo;
antes de um quarto de hora,
antes de uma ave-maria,
me trás a cabeça dela

41 nesta formosa bacia.
Cobre-la com esta toalha
da mais fina que havia.

Conde Alardo vai pra casa,
45 triste que era demasia;
as lágrimas eram tantas,
que pela rua corriam.

— Me conta teus males,

49 meu marido.

— O que hei de vos contar,
..... mulher,
que o rei te mandou matar

53 pra com sua filha eu casar;
antes de um quarto de hora,
antes de uma ave-maria,
pra eu levar vossa cabeça

57 nesta formosa bacia.

— Antes me botai nos montes,
.....meu marido,
que os bichos me comeriam;

- 61 ou matai outra condessa
que comigo se pareça.
.....
Me dá cá aquela menina.
que eu quero dar de mamar.
65 Mamai, mamai, minha filha.
mamai por despedida.
Hoje ainda tendes mãe.
amanhã terás madраста
69 da mais alta fidalguia.

Nisto bate o sino da sédia.
Aí, meu Deus, quem morreria?
Nesta uma hora do dia.

- 73 pra me fazer companhia
morreu a freira professa
p'las culpas que cometia.
descasar um bem casado.
77 coisa que Deus não faria.

Esta salgalhada só se torna inteligível confrontada com algumas das versões portuguesas ou espanholas mais concretas; ainda assim, trechos há que não podem ser facilmente esclarecidos, pois não correspondem a outras passagens das referidas versões.

A parte, por exemplo, compreendida entre os versos 19 e 24, onde se fala numa "prenda", é provavelmente contaminação de algum outro poema, — se não provém de alguma forma perdida do mesmo romance, o que parece menos provável.

Na parte final (versos 70-77) deve ter havido outra intercorrência de elemento estranho. A "freira professa" que ali aparece nada tem que ver com a história. O fecho das versões portuguesas é sempre mais ou menos como o encontramos em Garrett (salvo no que se refere à criança que fala):

Tocam os sinos na sé...
Aí! Jesus! quem morreria?
Responde o filhinho ao peito.
respondeu — que maravilha!
--- "Morreu foi a nossa Infanta
pelos males que fazia,
descasar os bens casados,
coisa que Deus não queria".

Mas a pobre versão de Barueri, apesar de tudo, não é inútil. Estes frangalhos de reminiscências populares sempre servem de alguma coisa, por muito reduzidos e arruinados que estejam.

Diz lá a princesa, nos versos 15 e 16:

Mande chamar conde Alardo,
pra jantar conosco um dia.

Adiante, nos versos 29 e 30, ressurgue o "jantar", sem nexo apreável nem com o que precede nem com o que segue.

Estes versos parecem à primeira vista inexplicáveis, tanto mais quanto, segundo creio, nada se encontra que lhes corresponda nas versões portuguesas conhecidas.

Puymalgre, nas notas que dedicou a este romance e onde se refere a diversas variantes, nenhuma regista que se relacione com o ponto. Garrett, igualmente. Aqueles versos explicam-se, porém, pela versão castelhana, conforme a redacção de Ochoa, que o mesmo Garrett reproduz em seguida à sua; são o eco deste episódio, perfeitamente engrenado com os outros passos da narrativa:

Convidadlo vos, el rey,
al conde Alarcos un día,
y después que hagais comido.
decidle de parte mia,
decidle que si se acuerda
de lá fé que del tenía.
la qual él me prometió,
que yo no se la pedia,
de ser siempre mi marido
y yo que su mujer sería.

.....
Otro día de mañana
el rey de misa salla,
luego se assentó á comer.
no por gana que tenía.
sino por hablar al conde
lo que hablarle quería.
Allí fueron bien servidos
como á rey pertenecía.
Después que hubieron comido,
toda la gente salida,
quedóse el rey con el conde
en la tabla do comía.

TRADIÇÕES POPULARES

Enpezó el rey a hablar
la embajada que traía:
— Unas nuevas traigo, conde,
que dellas no me placia,
por las quales yo me quejo
de vuestra descortesía:
prometistes á la infanta
lo que ella no los pedia,
de siempre ser su marido,
y á ella que le placia.
Si á otras cosas pasastes,
no entro en esa porfia.
Otra cosa os digo, conde,
de que más os pesaria:
que mateis á la condesa,
que así cumple á la honra mia.

O que se conclui desta verificação é que a fôrma deturpada de Barueri deve proceder de uma versão portugueza hoje desconhecida, e provavelmente muito antiga, mais vizinha da castelhana do que as colleccionadas por Garrett e outros, nas quais foi desprezado o episódio do jantar.

Ha outros factos a corroborar a hipótese.

A versão sergipana, igualmente muito deturpada que Sílvio Romero incluiu nos seus "Cantos" alude ao mesmo episódio sob outra fôrma:

Mandai vós, ó pai, chamá-lo,
para vossa mesa um dia.
— Corre, corre, cavaleiro,
dos mais ligeiros que tenho,
vai dizer ao conde Alberto
que venha jantar comigo (1)

Também encontramos esta particularidade na versão de Goiana, denominada "A bela Infanta", e que foi inserta por Pereira da Costa no seu "Folclore Pernambucano":

(1) Esta versão sergipana traz vestígios de contacto com outro romance antigo, o de "Silvaninha", facto que também se deu em Portugal, como se vê, por exemplo, da forma recolhida por Leite de Vasconcelos ("Romanceiro"), e ainda na Galiza, onde o poema foi encontrado por Milá y Fontanals.

Mandai vós chamar o conde
 pra jantar conosco um dia,
 e perguntai se está lembrado
 das palavras prometidas
 (1)

Do mesmo modo que na versão paulista, o episódio só aparece, tanto na de Sergipe como na de Pernambuco, debaixo dessas rápidas alusões, sem seguimento.

Não há maneira de explicar estas variantes, tão espalhadas no Brasil, sem recorrer à existência de uma forma portuguesa que contivesse o mesmo pormenor, — já que não se afigura aceitável a hipótese de que as versões brasileiras procedem directamente de alguma das espanholas.

O romance de Barueri, parece-me, é o único exemplar do género colhido em S. Paulo. Não é improvável que no mesmo lugar, entre a gente idosa, possa ele ser re-apanhado em melhor estado de conservação.

Também não é improvável que existam mais restos de romances antigos naquela e em outras localidades pequenas e velhas, de vida pouco movimentada.

É pena que a nossa falta de curiosidade vá deixando cair ao esquecimento do povo o que ainda resta destes despojos do nosso passado, que, antes de mais, tão úteis poderiam ser como documentos de critica histórica, no estudo dos capitulos ligados à formação das nossas populações, à sua composição étnica e às feições e tendências da sua mentalidade geral.

(1) P. da Costa registra ainda uma versão de Pageú de Flores, incompleta, sob o título de "Dona Isabel".

UM CICLO DE ROMANCES RUSTICOS

- I — Os poemas nordestenses do « Boi » (« romances de vaqueiros ») — Os exemplares conhecidos — Area de propagação do ciclo.*
- II — Uma « moda » paulista-mineira que se liga ao ciclo nordestense dos « romances do boi » — Hipóteses sobre as origens e desenvolvimento do ciclo — Inutilidade das conjecturas sem a colheita e exame de maior material — A complicação terrível da « cozinha » poética popular.*

I

EXISTE entre as produções poéticas dos matutos do Nordeste brasileiro um verdadeiro ciclo de romances (1) ou xácaras que giram em torno de bois amentados ou barbatões e de proezas de vaqueiros valentes.

Pode considerar-se como tipo desses romances, ou de parte deles, o denominado "Rabicho da Geralda", que Sílvio Romero colheu no Ceará. É o mais longo, bem ordenado e homogêneo da série. Começa dêste jeito:

Eu fui o liso Rabicho,
boi de fama conhecido;
nunca houve neste mundo
outro boi tão destemido.
Minha fama era tão grande
que enchia todo o sertão;

(1) A denominação de "romances" dada a estes poemas, embora não caia mal ao carácter narrativo nem à forma rápida e enérgica, em redondilhas, que eles têm de comum com os antigos poemas portugueses dêsse nome, não deixa contudo de ser um pouco forçada.

"Romance", em Portugal e Espanha, não costuma apenas designar um vago género de composições caracterizadas por certas regras mas alude também a um período social bem determinado e sem retorno, no qual tais composições foram feitas e do qual elas conservam profundas e indeléveis marcas. Não parece muito acertado dar tamanha extensão a palavras que o uso assim consagrou num sentido histórico, com visível vantagem para a clareza das ideias. Empregamos entretanto o nome de "romance", porque vem sendo usado desde Celso Magalhães, Alencar e S. Romero, e enquanto não se inventa outro com a mesma brevidade e a mesma precisão relativa.

vinha de longe vaqueiros
pra me botarem no chão.
Ainda eu era bezerro
quando fugi do curral,
e ganhei o mundo grande
correndo no bamburral.

Seguem-se as perseguições, que se malogram diante da braveza e matreirice do "Rabicho".

Encontrei-me cara a cara
com o cabra topetudo;
não sei como nesse dia
ali não se acabou tudo.
Foi uma carreira feia
para a serra da Chapada;
quando eu cuidei era tarde,
tinha o cabra na rabada.
"Corra, corra, camarada,
puxe bem pela memória;
quando eu vim da minha terra
não foi pra contar história".
Tinha adiante um pau caído,
na descida de um riacho;
o cabra saltou por cima,
o ruço passou por baixo.

.....

Apertei mais a carreira,
fui passar no boqueirão;
o ruço rolou no fundo,
o cabra pulou no chão.
Nesta passagem dei linha,
descansei meu coração,
que não era desta feita
que o Rabicho ia ao moirão

Sobreveio, porém, uma grande seca, e o Rabicho errava em busca de água para beber, até que foi dar a uma cacimba em terreno cercado, onde o surpreenderam e capturaram.

Acabou-se o boi de fama,
o corredor famanás;
outro boi como o Rabicho
não haverá nunca mais.

Dêste romance Alencar obteve cinco versões, que, em vez de publicar tais quais, entendeu de condensar numa só, correcta e bonita, imitando o que fizera Garrett com os romances populares de Portugal.

Rodrigues de Carvalho publicou uma versão de Quixeramobim, no mesmo Estado do Ceará, indicando-lhe a data originária de 1792, em verdade mera versão, embora contendo numerosas variantes e também algumas passagens diferentes.

Perelra da Costa colheu por sua vez, em Pernambuco, um romance do "Boi Liso" (1), que obedece longinquamente ao mesmo desenho geral, mas em forma bem diversa, como se pode ver pelo seguinte trecho:

A história do boi Liso
quem nunca viu venha vêr;
princípio de vida e morte
vou agora descrever.
Fui bezerro em vinte e sete,
em vinte e oito garrote,
no ano de trinta e dois
passei o golpe da morte.
.....

Fui sempre boi presumido
e de grande opinião,
e só se ouvia falar
neste boi da Conceição.
El porque o meu viver
nesta terra ficou charro,
me compraram João Gaspar
e José da Costa Barros.
Eles quando me compraram
foi com grande soberbia,
mas eu sempre manguiei deles
em qualquer hora do dia.
Para os campos me soltaram,
pra onde fui bem zangado,
mas jurei por minhas barbas
de nunca mais ser pegado.

(1) Conferir com o primeiro verso do precedente: — "Eu fui o Liso Rabicho".

Seguem-se, como no "Rabicho", as perseguições encarniçadas por parte de um troço de vaqueiros, destemidos, terminando pela captura e morte do animal.

O mesmo Pereira da Costa dá outro romance do mesmo Estado, colhido no sertão do Brejo da Madre de Deus — "O boi Espácio":

Eu tinha o meu boi Espácio.
muito preto, caraúna;
por ter as pontinhas finas
não pude passar-lhe a unha.
Aquele menino Janjão,
por ser muito atarantado,
subiu naquele oiteiro
e me espalhou todo o gado.
Sobe o oiteiro, desce baixa,
desce baixa e sobe oiteiro,
só ficou o boi Espácio.
por não temer o vaqueiro.
Lá vem seu António do Monte
com sua lança na mão:
-- Rendam armas, camaradas,
vamos botar o boi no chão.

Vieram outros vaqueiros, mas a todos venceu e escapou o Espácio. O dono da fazenda oferece um prêmio a quem matar o terrível barbatão; apresenta-se um forasteiro, atraído pela fama do Espácio e pela promessa da recompensa.

Montam uns, se apelam outros,
e ficaram outros montando,
quando viram longe ao campo
um vaqueiro esquipando
num cavalo russo-pombo
de crinas acastanhadas
e listra preta na testa
e a cauda cardeada.
Esse vaqueiro não é daqui,
esse vaqueiro é de fóra,
pela roseta da espora.
pelos trajas que ele traz.

— Deus vos salve, camarada!
— Deus vos salve, companheiro!
o que me bota por aqui
é a procura do dinheiro.
— Quantos dias trás de viagem?
— Pois eu trago trinta dias,
pela notícia que tive,
meu senhor, dêsse seu boi.
— Se você matar o Espácio
e voltar com os seus pés,
dou-lhe ouro, dou-lhe prata,
dou-lhe dois contos de réis.
— Eu vos digo, camaradas,
e aos que quizerem vêr:
se me matar, eu morrer,
havemos de morrer nós dois;
se eu nunca temi a homem,
como temerei a bois?

A luta foi porfiada; mas, depois de muitas peripécias, o vaqueiro leva a melhor. Então o Espácio — curioso episódio — resolve pedir-lhe misericórdia e começa a contar-lhe a sua vida. Em dado momento, tenta escapar de novo, mas o “danado” do vaqueiro corta-lhe a retirada e desfere-lhe o golpe mortal.

Solta rédeas pra a fazenda,
faz pernas no seu cavalo,
e distância de trinta passos
escanchou-se no terreiro.
— Senhor Francisco Lins,
pelo favor que tenho feito
e o beneficio recebido,
mande dar ao meu cavalo
ração de milho cozido.
— Não ignore perguntar-lhe:
é solteiro ou é casado?
— Sou solteiro até hoje
por não ter tomado estado.
— Escolha destas três filhas
a que mais lhe agradar,
que eu dou-lhe dez engenhos,
dez fazendas de criar.

S. Romero publicou uma versão sergipana do "Espácio" muito descosida e grosseira, mas através da qual se percebe alguma coisa do quadro primitivo. Começa por esta forma:

Eu tinha meu boi Espácio,
que era meu boi corteleiro,
que comia em três sertão,
bebia na Cajazeira,
malhava lá no oiteiro,
descansava em Riachão.
Eu tinha meu boi Espácio,
meu boi preto caraúna.
.....

Em seguida, narra-se a captura e morte do boi, terminando assim a primeira parte. Na segunda parte, quem tem a palavra é o próprio animal, como na versão de Pernambuco:

No ano em que eu nasci,
no outro que me criei,
no outro que fui bezerro,
no outro que fui mamote,
no outro que fui garrote,
no outro que me caparam,
andei bem perto da morte.
.....
Eu estava no meu descanso
debaixo da Cajazeira;
botei os olhos na estrada,
lá vinha seu António Ferreira.

O António Ferreira captura o Espácio, depois de peripécias vagamente indicadas e diz o boi continuando a sua autobiografia:

Me meteram no curral,
me trancaram de alçapão;
e bati num canto e noutro,
não pude sair mais, não.
Adeus, fonte onde eu bebia,
adeus, pasto onde eu comia;
adeus, ribeira corrente,
adeus caraíba verde,
descanso de tanta gente.

Segue-se a terceira e última parte, que se cifra numa prolixa enumeração com veleidades humorísticas:

O couro do boi Espácio
deu cem pares de surrão,
para carregar farinha
da praia de Maranhão.
O fato do 'boi Espácio,
cem pessoas a tratar,
outras cem para virar,
o resto pra a urubusada.
O sebo do boi Espácio,
dêle fizeram sabão,
para se lavar a roupa
da gente lá do sertão.

.....

Silvio Romero reproduz ainda uma versão do Ceará, mais curta, onde as partes, bem discriminadas na versão de Sergipe, estão em completa mistura, predominando o tom enumerativo. Ambas tem algo de comum com o "Espácio" de Pernambuco, mas as diferenças entre elas e este são mais numerosas e profundas do que as analogias.

Podemos, pois contar até aqui quatro romances de bois:

1) O RABICHO — Versão cearense de Silvio Romero.

2) O BOI LISO — Versão pernambucana de Pereira da Costa, que apesar de alguns pontos de semelhança com o primeiro, não deixa de ser outro romance.

3) — O BOI ESPÁCIO — Versão pernambucana de P. da Costa.

4) O BOI ESPÁCIO — Versões sergipana e cearense (S. Romero) de uma composição que, apesar das suas analogias com a precedente do mesmo título, não se pode considerar simples modalidade daquela.

Ha outros. Silvio Romero publicou mais os seguintes:

5) A VACA DO BUREL, de Pernambuco. — Fala a própria protagonista, narrando sua vida e aventuras, muito semelhantes no fundo, mas só no fundo, às do "Boi Espácio". Os últimos versos:

Adeus, fazenda, adeus, pasto;
adeus, malhada e bebedor;
adeus, restinga e carrasco,
serrote do Logrador.
adeus, vasante de baixo;
adeus, serra do Coité;
acabou-se a famaná
da fazenda do Burel.

6) A-B-C DO BOI PRATA — Igualmente “autobiográfico” e cheio de aventuras e proezas, mas guardando apenas vagas semelhanças com os precedentes.

7) — O BOI SURUBIM, do Ceará — Celebra as façanhas de um boi, mas este muito querido do seu dono, ao contrário dos outros.

Gustavo Barroso dá-nos mais estes, cearenses:

8) O BOI MOLEQUE — Narra uma história com peripécias análogas à do Espaço e do Rabicho, mas em sextilhas, terminando por indicar, irónicamente a vitória do animal:

O restante desta história
não foi possível tirar,
porque muito vaqueiro velho,
depois de se enrascar,
se empenharam com o poeta
para êle não continuar.

9) O BOI MISTERIOSO — Espécie de lenda de um boi que desaparece sem deixar traço e reaparece ao fim de muitos anos, causando terrores.

10) O NOVILHO DO QUIXELÊ — Pelo pequeno fragmento reproduzido parece tratar-se, como diz aliás o coleccionador de um romance semelhante ao do “Surubim”.

Finalmente, Rodrigues de Carvalho coleccionou os seguintes:

11) O BOI VITOR — História de um barbatão, semelhante nas linhas gerais às do “Espácio”, da “Vaca do Burel”, do “Prata” e do “Rabicho”.

12) O BOI PINTADINHO — Como o precedente, mas também composição distinta, e não simples versão.

13) O BOI ADÃO, de Piauí — Fragmento, que deve ser da parte final, bastante parecido com a última parte do “Espácio”.

Perfazem-se, pois, salvo omissão ou confusão, treze romances diversos, todos referentes a proezas de bois, quase todos compostos em moldes narrativos análogos.

As versões publicadas provêm dos Estados de Piauí, Ceará, Pernambuco e Sergipe. Considerada a descontinuidade desses territórios, todos situados entretanto na mesma região do país, é de crer que existam outros romances, ou pelo menos outras versões dos romances acima, nos Estados intermediários — Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba. Devem também existir nos sertões do Maranhão e da Baía, que tem com aquela região certa comunidade de condições étnicas, económicas, etc., que visivelmente favorecem a propagação dos produtos da literatura popular.

É muito provável que mesmo no Sul da Baía se conservem traços deste ciclo, e que por aí tenha ele passado para Minas, Goiás, etc. A razão ver-se-há mais adiante.

II

Não foi sem motivo que aludi, linhas atrás, à possibilidade de que a área de propagação deste ciclo seja muito maior do que poderiam fazer supôr os exemplares conhecidos, todos pertencentes a quatro ou cinco Estados do Nordeste. Também não foi sem motivo que indiquei a probabilidade de que essa área abranja o sul da Bahia e mesmo uma larga região brasileira aquém desse Estado.

Em 1921, estando em S. Sebastião da Gramma, localidade paulista muito próxima de Minas, pude colher um poema narrativo aparentado com os do Nordeste. Essa composição, segundo me informou o poeta Pedro Saturnino, é também conhecida naquele último Estado, onde ele tivera ocasião de a ouvir cantar, por sinal que nela se inspirara para escrever uma das mais sentidas poesias do seu livro — "Grupiaras".

Uma coisa que logo ressalta desse poema rústico é a adaptação do fundo a um meio diverso do nordestense. Aí não se trata de barbatões nem de vaqueiros, mas das aventuras de um boi de carro, mais consentâneas aos costumes das populações sertanejas desta parte do país.

Apesar dessa e de outras diferenças, o parentesco aludido pode ser perfeitamente provado, como veremos.

Aquí vai, no seu vestuário pouco elegante, o romance colhido em S. Sebastião da Gramma. "Moda" ouvi-o eu nomear. Com efeito, para o caipira de S. Paulo, toda composição em versos e cantada é "moda", termo que nos veio de Portugal, onde o povo o aplica mais especialmente às cantigas e músicas de bailar.

Eu fui aquêle bezerro
que nasci no mês de Maio.
Desde o dia que nasci
começaro os meus trabaio.

Me truxéram lá do campo,
me puseram no currá;
me amarraram c'úa corda
para o meu leite roubá.

Me amarraram c'úa corda,
roubaram todo o meu leite.
Depois de eu garrote feito,
me caparam de macete.

De dois ano eu era bezerro.
de quatro eu era garrote.
Me caparam de macete,
que eu sofri a dor da morte.

Me truxéram lá do campo,
me deram tantos esbarro,
Puseram tamanha canga
pra puxar tamanho carro.

Puseram tamanha canga.
tamanho triadeirão;
tanta força que eu fazia,
lnda tomava ferrão.

Eu mostrel minhas bondades
logo no primeiro dia;
me tiraram eu do melo
me puseram lá na gula.

Eu fui aquêle infellz
que nasceu no mês de Maio;
me tiraram lá da guia,
puseram no cabeçaio.

Carreiro que me tocava
era um moço valentão;
dei uma chifrada nêle
que varou no coração.

TRADIÇÕES POPULARES

Meu senhor foi, me vendeu,
vendeu com grande despacho;
me puseram na boiada,
me tocaram serra abaixo.

Corri matos e capoeiras
pra fazer minha fugida;
vi que não tinha remédio,
entreguei a minha vida.

As carreiras que eu dei
lá no alto do capão!
Adonde eu tirava os pés
o cavaio punha as mão.

As carreiras que eu dei
lá no campo da amargura!
Sala tocha de fogo
do rompão das ferradura.

Adeus, campo! adeus, terra!
adeus, serra de Goiás!
Vou indo por aqui fora,
sei que cá não volto mais.

Eu passei êsses trabalhos,
uns grandes e outros maior;
às quatro horas da tarde
'tive de casco pro sor.

Corri meus olhos pra baixo
pra vêr meu sangue correr.
Adeus, campo, adeus terra,
pra nunca mais eu te vêr!

O carnicheiro saiu
avisando seus vizinhos;
quando foi daqui um pouco,
fui saindo aos pedacinhos.

A velha pediu um pedaço,
êles dero o coração;
tambem dero a barrigada
pra velha fazer sabão.

Do couro fizeram laço;
veio um ratinho, picou.
Coitado do Ramallete!
até rato aproveitou!

Quem desprevenidamente iêr agreste poemeto, depois de ter lido os do Nordeste, poderá deixar de reconhecer entre o primeiro e os outros mais que umas vagas analogias exteriores — bois, versos setissilabos, linguagem matuta... Entretanto, mediante um pouco de atenção, não ha negar que êste heroi cornífero é parente do “Rabicho”, do “Espácio” e outros do grupo.

Notem-se ainda os seguintes caracteres comuns: a simpatia peio animal, como fonte de inspiração; a forma autobiográfica; o desenvolvimento da história em fases que vão desde o nascimento e as primeiras torturas até a matança. Mas ha mais: ha diversos pormenores marcando iniludivelmente uma relação generativa entre a nossa moda e os citados poemas nordestenses.

Começa a moda:

Eu fui aquêlo bezerro
que nasceu no mês de Maio;

começa o romance do “Rabicho”:

Eu fui o liso Rabicho,

e começa o “Espácio”:

No ano em que eu nasci.

As desventuras do bolzinho golano principiaram bem cedo:

Me trouxeram lá do campo,
me meteram no curral.

O “Rabicho” alude à mesma época da vida e à mesma espécie de cárcere:

Ainda eu era bezerro
Quando fugi do curral;

e o mesmo pormenor se encontra no “Espácio”:

Me meteram no curral.

Vem depois a fase em que o boi da nossa "moda" passa de bezerro a garrote e em que o capam, fazendo-o sofrer a dôr da morte. O mesmo episódio se acha no "Espácio", em forma diversa, mas com a reaparição dos mesmos factos indicados pelos mesmos vocábulos — e com a mesma rima:

no outro (ano) que fui bezerro,
no outro que fui mamote,
no outro que fui garrote,
no outro que me caparam,
andai bem perto da morte.

O goiano refere as perseguições que sofreu:

As carreiras que eu dei
lá no alto do capão!
Adonde eu tirava os pés
o cavalo punha as mão.

Mal se aceitaria esta quadra como procedente desta outra, do "Rabicho", tão diversas parecem à primeira vista:

Apertei mais a carreira,
fui sair no boqueirão;
o ruço rolou no fundo,
o cabra pulou no chão.

Contudo, não ha fugir: uma delas descende da outra. A situação a que se referem ambas é absolutamente a mesma: um boi fugitivo, perseguido por um homem a cavalo. Note-se, ademais, a persistência da palavra "carreira", no primeiro verso de cada uma das duas quadras, e ainda a conservação da rima, que parece desempenhar nestas transformações um papel de centro de resistência semelhante ao das sílabas tónicas nos vocábulos.

A "moda" mineiro-paulista assinala a derrota do bicho com sentidos adeuses á natureza:

Adeus, campo! adeus, terra!
adeus, serra de Golás!

exactamente como no "Espácio" (versão de Sergipe):

adeus, pasto onde eu comia!
Adeus, fonte onde eu bebia!

e como na "Vaca do Burel" (Pernambuco):

Adeus, fazenda! adeus, pasto!
.....
Adeus, vasante de baixo!
adeus, serra do Coité!

A moda termina contando o esquarteramento e distribuição da vítima aos pedaços, destinando-se um pedaço a ser convertido em sabão. O mesmo acontece, como vimos, no "Espácio" de Sergipe.

Não é preciso mais para evidenciar que entre a "moda" paulista-mineira e os citados romances nordestenses não existem apenas coincidências. Esses poemas todos teem uma história comum, que abrange a própria geração e o mútuo encadeamento déles.

Isto posto, há duas hipóteses. A primeira é que todos esses poemas descendam de uma fonte única, hoje perdida ou ignorada. Esta suposição, porém, se poderia explicar as analogias gerais, não daria o mesmo resultado quanto às semelhanças de pormenor. Compreende-se que todos os poemas tirassem de um só estalão, além das linhas gerais, muitos pormenores; mas que coincidissem dois ou três déles como que a escolher, aqui e ali, os mesmos pormenores e até as mesmas palavras, eis o que não é facilmente admissível.

A segunda hipótese é que um dos poemas em questão tenha sido o ponto de partida dos demais. Esta conjectura presta-se aparentemente a explicar tudo, as analogias gerais e as semelhanças de pormenor. Mas ha objecções sérias... Basta uma: a "moda" paulista-mineira contém traços que só se encontram no "Espácio", outros que só se acham no "Rabicho" e ainda outros que só reaparecem na "Vaca do Burel" (conforme as versões conhecidas), como se pode verificar cotejando atentemente as passagens transcritas atrás. Assim, poderia afigurar-se lógico que a referida "moda" é que tivesse dado o ponto de partida, visto ser muito difícil admitir que o autor sertanejo dela conhecesse todos aqueles romances do Nordeste, dispersos por vários trechos de um imenso território. Mas, se a "moda" foi o ponto de partida, como explicar o facto de que os poemas do Nordeste se assemelham muito mais uns aos outros

do que ao poema sullista, aproximando-se entretanto d'êste último em pontos destacados?

Não vale a pena prolongar esta discussão. Só a esbocei para mostrar a dificuldade extrema destas questões de genealogia, em se tratando de literatura popular, dificuldade que se impõe desde que se querem examinar as coisas um pouco mais de perto.

Essa dificuldade — eis do que convinha chegar mais uma vez — não se soluciona com os simples recursos da lógica, menos com os da imaginação adivinhadora; é indispensável antes de tudo procurar, coligir, cotejar materiais, muitos materiais, acompanhados de informações exactas quanto à procedência; só do exame crítico d'esses materiais e dessas informações é que poderão ir surgindo os elos ocultos que restabeleçam o encadeamento procurado. Ha certa analogia entre êste caso e o estudo das etimologias, no qual a simples consideração das formas nada esclarece, tornando-se absolutamente insubstituível o elemento histórico e circumstancial.

A complexidade do problema é aliás fácil de se compreender.

Os produtos da literatura oral não se fixam; ou só se fixam acidentalmente pela escrita. Guardados de memória, transmitidos de boca em boca, estão sujeitos a mil deturpações inconscientes e a mil modificações voluntárias.

Por outro lado, o autor popular é geralmente menos um autor que um "arranjador". Não se preocupa de originalidade, e a figura do plágio não se lhe delinea na consciência, senão em casos muito especiais. Quando compõe, serve-se da prata da casa, mas não hesita em misturar com ela todos os metais estranhos que se lhe apegaram ao espirito — reminiscências, trechos, estrofes, versos, frases, expressões de peças alheias. O poeta anónimo é um grande cultor do centão.

Psicológicamente, o exame especial d'êste aspecto, na poesia popular, é dos mais interessantes, porque nos revela, em grande, a plena actividade de um processo natural que é comum a toda a vida do espirito, mas que na literatura só se manifesta debaixo de hábéis disfarces e infinitas dinamizações.

Com os poucos materiais que tenho à mão, indicarei ligeiramente algumas das numerosíssimas intercorrências que se depa-ram nos poemas rústicos de que se trata.

São de um d'esses poemas êstes versos:

Eu tinha meu boi Espácio,
que era meu boi corteleiro

.

Eu tinha meu boi Espácio,
meu boi preto caraúna.

Entre as centenares de quadrinhas sôltas de S. Paulo, que conservo no meu arquivo, há uma que mão amiga me enviou de Tietê e que assim começa:

Tenho meu boi caraúna,
filho de boi araçá.

A semelhança é flagrante. Mas êsses versos estão compostos segundo um tipo conhecidíssimo em grande parte do Brasil, ou em todo o Brasil, e de que são exemplos mais os seguintes:

Tenho meu cavalo russo,
orelha de serelepe

.

Tenho meu cavalo báio
e úa mula, pangaré

.

Tenho meu engenho de água,
meu moinho de virar

.

Tenho meu relógio de ouro

.

Pode-se aproximar a êstes o primeiro verso do "Boi Barroso", espécie de xácara colhida no Rio Grande do Sul por Simões Lopes Neto:

Meu bonito boi barroso,
que eu já contava perdido...

Essa xácara apresenta outras e mais interessantes analogias com o ciclo nordestense. É ainda uma história de boi amontado, em cujo encalço andam perseguidores a cavalo. Releva notar que, encontrada no extremo sul do país, deixou traços de sua passagem pelo Nordeste, como atesta o sr. Gustavo Barroso. Aqui está justamente um dos pontos a elucidar com a possível amplifi-

tude, mediante paciente colheita de materiais, no caso de se querer rastrear as origens, formação e desenvolvimento do ciclo.

Continuemos. As enumerações com que termina o "Espácio" de Sergipe:

O couro do boi Espaço
deu cem pares de surraão...
O cebo do boi Espaço
dêle fizeram sabão...
A língua do boi Espaço...
etc.

prendem-se a um género de diversões rimadas muito vulgar na poesia jocosa do povo e de que se encontram exemplos no Sul, no Norte em toda a parte. Como observou Silvio Romero, ha nessas distribuições qualquer coisa dos "testamentos" de animais, da literatura de cordél. A distribuição do boi retalhado, especialmente, encontra-se na versalhada de certos "reisados" nortistas bem conhecidos, convindo notar de passagem que de tal versalhada já me vieram às mãos uns fragmentos desconexos achados no interior de S. Paulo...

Nem os antigos romances herdados de Portugal são estranhos à complicada cozinha destes poemas narrativos. A versão pernambucana do "Espácio", colhida por P. da Costa, contém ecos muito deformados mas ainda identificáveis de tais romances tradicionais:

Deus vos salve camarada!
.....
Se você matar o Espaço,
se voltar com os seus pés,
dou-lhe ouro, dou-lhe prata,
dou-lhe dois contos de réis.
.....
Diz-me cá, rico vaqueiro,
quem te ensinou o teu cavalo?
.....
Diz-me cá, rico vaqueiro
como se chama teu pai?
.....
Escolha destas três filhas
a que mais lhe agradar,
que eu dou-lhe dez engenhos,
dez fazendas de criar.

É visível à primeira inspecção, a reiterada reminiscência dos romances cavalheirescos.

Mais uma nota, entre muitas outras que se poderiam acumular sem maior utilidade no momento: existem, na "Moda do Bol", colhida aqui em S. Sebastião da Gramma, dois versos —

Adonde eu tirava os pés
o cavalo punha as mãos —

que se encontram tais quais, ou quasi, numa composição de género e índole totalmente diversa, apanhada no Ceará pelo sr. Leonardo Mota.

Como se vê, a complicação é enorme, e porisso mesmo torna mais interessante, mais "vivo", ericando-o de pequenos problemas curiosos e excitantes, o estudo pormenorizado desta circulação de ideas e de fórmas, cuja descrição fiel e documentada formaria sem dúvida um capitulo sugestivo de psicologia colectiva e se prestaria de certo a amplas generalizações.

PAREMIOLOGIA

- I — Matéria atraente — Dificuldades, questões gerais preliminares — Dominio da Paremiologia. Proverbios típicos — Variações — Frases feitas.*
- II — Outros dizeres coletivos e tradicionais — Paremiologia e « Brásão Popular » — Alcunhas e Apodos — Apotegmas — Outras fórmulas — Resumo.*
- III — Classificação — Objecto da Paremiologia.*
- IV — Em língua portuguesa — Bibliografia — Necessidade de uma revisão dos catálogos existentes — No Brasil.*
- V — Um pouco de provérbios e rifões.*
- VI — Os ditados que de facto se dizem.*
- VII — Mais algumas notas paremiológicas.*
- VIII — Ainda um pouco de paremias.*
- IX — Nos dominios da Paremiologia.*

I

OS ADÁGIOS e outros “dizeres” tradicionais do povo constituem uma das mais ricas e atraentes matérias, de entre quantas pertencem ao folclore ou com elle se relacionam de perto.

Não admira, pois, que desde remotos tempos, nos actuaes paizes da Europa, elles despertassem a curiosidade de numerosos rebuscadores, como já a haviam despertado antes entre os hebreus, gregos, latinos, chinezes e outros povos.

Na França, segundo Leroux de Lincy, já no século XII se faziam colecções de “respits” ou “reprouviers”, — aos quaes, no século seguinte, se começou a dar o nome erudito de “proverbes”, por influência dos latinos e particularmente dos provérbios de Salomão, lidos e traduzidos nas escolas universitárias. De então em diante, e sobretudo depois da descoberta da imprensa, a actividade dos coleccionadores veio num crescendo contínuo, accumulando uma bibliografia colossal.

Na Inglaterra, na Itália e na Espanha também se manifestaram cedo o mesmo interesse e a mesma faina, sendo de se notar que, no último desses paizes, já no século XVI, Nufies de Guzmán publicava uma colecção comparativa de “Refranes y Provérbios” em diversas linguas.

Em Portugal, as colecções mais antigas que se conhecem datam do século XVII, com os padres António Delicado e Bento Pereira.

Esses autores todos, porém, até meados do século passado, eram não só muito incompletos, como demasiado confusos. Limi-

tavam-se em geral a acumular a matéria por ordem alfabética ou por alguma outra ordem igualmente arbitrária, quando não a lardeavam de obnoxios comentários e explanações; e nessa matéria compreendiam máximas e sentenças de origem erudita ao lado de adágios e anexins indígenas e populares.

Em 1859 appareceu o "Livre des Proverbes Français" de Leroux de Lincy, que alguns consideram como o fundador da moderna paremiologia ou estudo scientifico dos modos de dizer collectivos e tradicionais. Leroux tentou dar a esses lugares comuns uma classificação racional, esboçou um historico escrupuloso da sua bibliografia e estudou-lhes as origens e as formas.

De então em diante os estudos tomaram orientação mais segura, embora ainda não perfeitamente delineada, trocando o vago e o confuso das dissertações genéricas e fantasiosas por objectivos mais limitados e mais firmes. Tratam os especialistas de comparar os modos de dizer dos diferentes povos, de lhes rastrear as origens, de lhes determinar as áreas de propagação, de lhes historiar a vida através do tempo e do espaço, — a espera, de certo, que o prosseguimento dos esforços vá aclarando cada vez melhor a matéria e permitindo fixar a pouco e pouco os principios gerais e as leis particulares que a regem.

Isso, porém, força é convir, ainda tardará, não só pela novidade da disciplina, como porque ainda se observa muita hesitação nos próprios escritores que devem estar melhor informados. Basta notar que Sébillot dedica a esta matéria, no seu "Folk-lore", apenas quatro ou cinco páginas vagas, e que van Gennep, na sua obrinha de igual titulo, nem sequer trata do assunto.

São evidentes as dificuldades que ainda se antepõem às tentativas de sistematização. Vale a pena apontar as principais, a fim de pôr uma certa ordem nas ideas.

1.º — A abundância constitui o primeiro embaraço à plena posse e ao lúcido manejo da matéria. Na Alemanha já se chegou a fazer uma colecção de 45.000 adágios nacionaes ("Dicionário de Provérbios Alemães", de Wander), com certeza a maior que ainda se publicou. Na Rússia, o repositório de Dalh contém 25.000. Todos os outros países antigos da Europa, reunindo-se e ampliando-se as numerosas contribuições existentes, poderiam apresentar colecções relativamente tão vastas como a alemã ou a russa. E não há povo, desde os mais civilizados até os mais selvagens, que não possua o seu adagiário mais ou menos extenso. Assim, onde quer que um estudioso deseje penetrar neste terreno, sentir-se-á atrapalhado para vêr claro em tão variegada multidão.

2.º — Mas, se a abundância é um embaraço, muito maiores são aqueles que resultam já da existência de largas regiões ainda mal ou nada exploradas, e onde portanto falece a base das colecções feitas, já da falta de certa uniformidade fundamental na apresentação da matéria.

A glotologia pode dispôr de elementos relativos a todas as linguas, calcados nos moldes gerais da gramática e do vocabulário. Enquanto não houver quadros semelhantes, universalmente adoptados, para os factos da paremiologia, esta disciplina só muito restritamente poderá recorrer a um dos mais fecundos métodos das sciências da natureza e do homem — o comparativo.

3.º — Outra série de dificuldades vem da mobilidade da matéria a estudar. Os adágios e ditados não formam um património estabilizado e morto, uma espécie de reservatório onde se possa colher com vagar e segurança. Há, sem dúvida, em cada época, um depósito que se pode considerar mais ou menos estratificado no espirito popular, mas é muito maior o número das formações em pleno movimento.

Nascem dizeres colectivos aqui e ali, ora ficando nos limites de uma localidade ou de um grupo social, ora expandindo-se à maneira de mancha de tinta para além das divisões geográficas ou morais, ora saltando de um ponto para outro bem distanciado. De modo inverso, outros restringem gradativamente as respectivas áreas geográficas, só vivendo afinal a vida postíça dos arcaísmos em obscuros recantos.

Os dizeres transformam-se, sofrem contaminações, sobrevivem ao próprio conteúdo, irradiam-se em variantes, desaparecem a pouco e pouco ou rapidamente; emigram de região para região, de país para país, passam do povo às classes cultas ou à literatura, descem da literatura ou das classes cultas para o povo.

Ora, é indispensável ter em consideração todos esses factos; do contrário, a paremiologia se havia de emperrar em preconceitos semelhantes aos da velha gramática, para a qual quasi só existia a lingua dos escritores e de determinados melos cultos, e esta lingua, em certa época de glória suprema se "fixava". A introdução da noção de "vida" e de movimento nêsse domínio remodelou e ampliou formidavelmente a visão dos factos. É indispensável que não se olvide tal noção no estudo da paremiologia.

4.º — Temos ainda uma fonte de dificuldades, ligada à mobilidade e que nos acabamos de refêrir: é a indeterminação

das raízes desta matéria. Os provérbios propriamente ditos (se é que sabemos bem o que venham ser "provérbios propriamente ditos") ligam-se a diferentes formas de expressão tradicional, e é impossível traçar linhas divisórias exactas entre uns e outros. Considere-se qualquer das definições existentes: são tôdas meramente aproximativas. A substância fluida escapa por entre as frinças das frases que a pretendem conter.

Ao lado dos provérbios, prolóquios, adágios, anexins ou rifãos, melhor dizendo, "de em volta" com eles, há simples "ditos", "dizeres", "ditados" que não têm o carácter sentencioso e geral dos primeiros, nem têm muitas vezes a sua construção plena e independente, podendo reduzir-se a simples e breves locuções que se integram no entrêcho do frasear ordinário.

Entre um provérbio típico (por exemplo — "Quem tem bôca vai a Roma") e uma simples e rápida locução (como "não ser carne nem peixe") é fácil reconhecer uma nítida diferença. Mas já não é nada fácil, se não fôr impossível, enxergar e definir diferenças claras entre provérbios e ditos considerados em bloco, assim como entre as diversas variedades de cada uma dessas duas classes de lugares comuns tradicionais.

Estas dificuldades transparecem bem na própria incerteza e confusão da nomenclatura corrente. Muitos autores de colecções e muitos que se referem a esta matéria costumam salvar-se designando-a, um pouco aèreamente, por enfiadas de termos: "provérbios, adágios, rifãos, sentenças e modos de dizer populares..." Outros, como Leroux de Lincy, tudo resumem num só termo. A obra dêsse escritor, como já vimos se intitula "*Le Livre des Proverbes français*", mas contém dizeres de todo género, desde o prolóquio cheio, sonoro e sábio até os simples apòdos com que se designam gentes, terras, países, etc.

Toda a literatura desta matéria demonstra que aqueles que dela têm tratado, ou nunca puderam saber onde deviam parar, ou, como Leroux, tiveram a clara intuição de que era forçoso ampliar-se o campo, acrescentando-se-lhe todos os terrenos contíguos até se topar com os seus limites naturais.

A nova concepção da paremiologia consagra em princípio êsse alargamento do respectivo domínio. Está nisso em contradição com o seu próprio nome (de "paroimia", *paremia*) etimológicamente restrito; mas não é êste o único exemplo de tal divergência na vasta família das disciplinas científicas.

Até onde, porém, deverá ir exactamente êsse domínio? (Excusado dizer que uma delimitação precisa e definitiva seria impos-

sível, neste como em qualquer outro departamento de estudos. Quando se fala em traçar limites exactos, é necessário subentender sempre uma certa flutuação reduzida ao mínimo).

Tomemos por ponto de partida o provérbio ou adágio típico, aquele que logo se impõe a todos como merecedor de tal nome, e que sempre constituiu, em toda a parte, o núcleo aonde as atenções primeiro convergiram. Por exemplo:

Mal de muitos consolo é.

Não ha fumo sem fogo.

Quem anda aos porcos tudo lhe ronca.

"Chi và piano và sano".

"Il mercante si conosce alla fiera".

"Tout chemin mène à Rome".

"Lo que no se empieza no se acaba".

Poder-se-hiam acrescentar milhares por esse estilo.

A indole e o alcance de tais proposições variam muito, como é fácil verificar num rápido exame. Há, entretanto, em todas elas certos caracteres comuns.

Em primeiro lugar, todas encerram um fundo condensado de experiência reflectida, são amostras de um "saber de experiências feito", experiências da alma humana, das relações sociais, dos fenómenos da natureza, etc. Não ha que discutir a legitimidade teórica ou lógica dêsse saber; basta certificar-se que é uma forma de saber, um conjunto de "verdades" gerais adequadas à mentalidade média dos povos e expresso com a segurança da convicção. Este aspecto é que levou Vico a criar a famosa frase "sabedoria das nações" aplicada aos provérbios, e que já levára Aristóteles a vêr nêles uns como retalhos de antiga filosofia, — opiniões essas que não tinham senão o inconveniente de generalizar demasiado, à conta de um certo número de prolóquios notáveis.

Outras feições características dos provérbios aludidos são a concisão e a elegância. Não há palavras inúteis. Frequentemente, dispensam-se mesmo palavras que poderiam ser úteis, como se se quisesse dar ao conjunto mais o atractivo de uma tal ou qual obscuridade. A frase é cadenciada: o provérbio, quando não é puro verso, é parente próximo deste, pelo ritmo e, muitas vezes, também pela rima. O todo, firme, enérgico, definitivo, brilha de uma certa originalidade de invenção e de expressão e grava-se fácilmente na memória.

Em suma: os exemplos citados, como milhares de outros, distinguem-se pelo seguinte:

a) pelo seu carácter de unidades completas e independentes;

- b) pelo seu fundo de generalidade e de saber experiencial;
- c) pela sua forma sentenciosa, concisa e pitoresca.

Há porém infinitos dizeres colectivos e tradicionais que, constituindo "todos" completos e independentes, se desviam contudo, daqueles tipos definidos e selectos, quanto a algum ou alguns dos seus característicos de fundo ou de forma; ou não teem a mesma generalidade, ou não exprimem verdades "sèriamente" concebidas, mas simples impulsos affectivos, ou cifram-se em meras alusões a individualidades, casos e cousas, ou não têm a forma sentenciosa e elegante, etc:

"Lodo en Mayo, espigas en agosto".
 Miguel, Miguel, não tens abelhas e vendes mel?
 Morrer por morrer, morra meu pai que é mais velho.
 Quanto mais burro, mais peixe.
 Lá se vai tudo quanto Marta fiou.
 Livra-te de dianteira de padre...
 Onde ha galo não canta galinha.

Relinindo estas espécies de adágios, logo se notará que, de transição em transição, será forçoso acabar enfileirando grande número de proposições que só tenham de comum com o provérbio selecto o serem colectivas e tradicionais e o constituirem unidades independentes, sem mais nenhuma das características daquele.

Mas nem aí se poderá parar. Essas unidades perdem a cada passo a sua independencia lógica, subordinando-se à construção do frasear corrente. E mesmo frequentissimo encontrarem-se em escritos de toda a sorte adágios abreviados, frases alusivas a adágios, paráfrases de adágios.

Ora, acontece que muitas vezes essas alusões e paráfrases correspondem a anexins conhecidos, mas outras vezes apenas lembram formas plenas e independentes caídas em desuso e mesmo esquecidas. Não há, pois, nenhuma separação real entre os tipos completos e as simples "expressões proverbiais" que só marcham mediante um nexu exterior que as ligue ao entrêcho do frasear ordinário. Por aqui entramos no vastíssimo domínio das chamadas "frases feitas":

- ... com pés de lã.
- ... plantar verdes para colher maduras.
- ... entrê a cruz e a caldeirinha.
- ... dar o braço a torcer.
- ... chover no molhado.
- ... como gato por brasas.
- ... bom para o fogo.
- ... levar couro e cabelo.
- ... dar as de Vila Diogo.

Acabamos de vêr que, partindo daquilo a que chamamos provérbio, adágio ou anexim "típico", isto é, das formas independentes e plenas, sentenciosas e pitorescas, encontramos uma quantidade enorme de frases igualmente completas, mas já sem alguns ou nenhuns dos outros característicos do provérbio perfeito. Vimos também que depois dessa multidão de dizeres diversísimos temos a não menor multidão das frases de sentido incompleto, que se integram no entrêcho da elocução ordinária.

Eutre essas três largas categorias de dizeres populares tradicionais é impossível estabelecer separações nitidas, que correspondam à realidade viva dos factos.

Segue-se que o campo da paremiologia, de um modo geral, deve abranger todas as expressões colectivas e tradicionais que organicamente se relacionam com os provérbios.

Mas, dito isto, estará delimitado esse domínio? Aiuda não. Ainda ha outros dizeres colectivos e tradicionais, que às vezes poderão parecer pertencentes a uma outra ordem de factos, distinta dessa de que nos ocupamos, mas que no entanto são também dela inseparáveis.

Para só tomar um exemplo ao vocabulário, o termo "tripeiro", aplicado popularmente aos filhos do Porto, à maneira de apodo, parecerá que deva ficar no exclusivo domínio da lingüística. Contudo, também cai sob a jurisdição da paremiologia, antes de qualquer outra razão, por aquella mesma proximidade orgânica que nos obriga a colocar aí tanta quantidade de simples e breves locuções.

Exemplo de outra ordem é este dito popular espanhol, que se afigurará talvez mais ligado ao gênero conto do que à paremiologia:

O filho da vizinha, por madrugada, achou um saco. — Mais madrugada quem o perdeu.

De facto, é uma anedota resumida. Mas essa anedota condensada corre como ditado, tem como os ditados uma applicação freqüente a casos da vida, ao jeito de comentário ou moralidade. Demais, essa narrativa minúscula se filia a um copioso gênero de dizeres que se encontra em toda parte, e que mantém por sua vez estreitas afinidades orgânicas com os provérbios.

Tudo isto se verá melhor nas linhas que seguem.

Entre os adágios ha muitos que essencialmente se referem a raças, paizes, cidades, etc., às vezes com sentimentos amigáveis

« benévolo, mas de ordinário com intenção hostil ou satírica. É toda uma espécie de etno-antropo-geografia sentimental e burlesca.

De Espanha nem bom vento nem bom casamento.

Homem da Beira e besta muar, sempre tem coices para dar.

"Non conosce l'Italia e non la stima — chi provato non ha la Spagna prima".

"Fiorentin mangia fagiuoli, — lecca piati e tovaglioli".

"Italia para nacer, Francia para vivir, Espanha para morir".

"De Jerez — ni buen vino ni buen casamento, — ni mujer que tenga asiento".

"De l'Anvergne ne vient — ni bon vin ni bon vent — ni bon argent — ni bonnes gens".

"Calaisien, tête de chien".

Como succede com os adágios em geral, conforme vimos, também a estes corresponde larga cópia de "frases feitas" de sentido incompleto e, as mais das vezes, de forma variável:

... contas do Porto.

... amigo de Peniche.

... despedir-se à francesa.

... fumar como um turco.

... a santa terrinha.

... fazer festas a galegos.

... "furla francese".

... le peigne de l'Allemand" (os cinco dedos).

... "saoul comme un Anglais".

Daqui é natural e inevitável a transição para o capítulo dos simples apodos e alcunhas com que os diferentes grupos humanos mutuamente se mimoseiam:

"Gavacho" — o francês, na Espanha.

"Jacques Frog" — o mesmo, na Inglaterra.

"Tête carrée" — o alemão, na França.

"Fransquillon" — o valão, entre os flamengos da Bélgica.

"Melselocker" — O estrasburguês, na Alemanha.

"Stinker" — o judeu, na Alsácia.

"Ratinho" — o rústico da Beira, que vai a outras províncias portuguesas fazer as colheitas.

"Mangeur de rats", — "— de renards", "— de corbeaux", etc. — os habitantes de diversas localidades, na França.

"Tripeiro" — o portuense, em Portugal.

"Alfacinha" — o lisboeta, em Portugal.

"Gaúcho", "carioca", "barriga verde", "capixaba", "biriba", "cabeça chata" — os filhos de várias circunscrições políticas e administrativas, no Brasil.

Com esta série de adágios, frases e termos tocamos em cheio naquilo que os folcloristas franceses denominaram "Blason populaire", ou seja o conjunto das manifestações tradicionais

das ideias que os diferentes grupos humanos formam ou aparentam formar acérca de si mesmos e dos outros.

Mas, admitidos no campo da paremiologia os simples termos da espécie acima aludida, não ha razão nenhuma para que se restrinja tal admissão ao vocabulário do "Brazão popular". Entre as alcunhas e os apodos que se referem a grupos étnicos ou geográficos e aqueles que se referem a grupos sociais — partidos, famílias, classes, etc. — não ha nenhuma diferença de natureza: tudo responde à mesma tendência de todos os povos em todos os tempos.

É forçoso pois abranger todo esse género de expressões. Não importa que pertença também à lingüística, em particular à semântica. Não ha invasão de uma disciplina em terreno de outra, pois a lingüística se ocupa das palavras em seus sons, fórmãs, flexões e sentido, enquanto que à paremiologia elas só interessam quando se integram na caudal das fórmulas colectivas e tradicionais, auxiliando a compreensão das mais extensas e complexas.

Como vimos há um género de fórmulas colectivas e tradicionais que são como historietas extremamente condensadas e se applicam por comparação às mais variadas situações da vida.

Chamam-lhes alguns paremiologistas "apotegmas" (1), "apólogos proverbiais", ou, como propõe o alemão Seiler, "Sagwoerter". O género é universal, e já Quintiliano o dava como vulgar entre os gregos, justamente sob o nome de "paremia", então bem mais restrito do que hoje: "*paroimias genus illud quo est velut fabella brevior et per allegoriam accipitur*". (2)

Exemplos:

"Nada receies", disse o galo à minhoca; e engoliu-a. (Alemanha).

"Eu entrarei na jaula, se tirarem a fera cá para fóra", disse o rústico. (Alemanha).

"De vagar, que esta festa não se faz sem mim", disse o Fibbia (quando ia a enforcar, dirigindo-se à multidão que corria a assistir ao espectáculo). (Italia).

Diz a caldeira à sartan: "Tirte lá, não me luxes". (Portugal, século XVI).

(1) Dão pois a esta palavra um sentido diverso daquele que está consagrado nas línguas modernas.

(2) A. van Gennep, secção "Folk-lore", "Mercure de France" — 15 de março de 1925.

O mais comum é assumirem, esses ditos de cita uma feição expressamente comparativa, por meio da particula "como". Por isso muitos os designam genericamente pela expressão "como diz", substantivada, subentendendo-se que o verbo pode variar: "dizia", "disse", "diria", etc. Ha mêmso fórmulas gerais de citação, conhecidas por toda a parte: "como dizia minha avó", "como diziam os antigos", "como diz o outro", "comme dit l'autre", "ce dit le villain", "comme disait ma grand mère d'autre fois", etc.

"Vive la lumière!, comme dit cet aveugle".

Estão verdes, como disse a raposa.

Por aqui não passou, como dizia o frade (indicando imperceptivelmente o interior das mangas, para não mentir à autoridade que procurava um fugitivo).

Não gosto de curiosos, como disse o padeiro quando lhe entraram em casa os verificadores do peso. (Holanda).

Nem todos os apotegmas comparativos são "como-diz". Ha uma grande variedade dêles que escapa a essa denominação:

É como frei Tomás: façam o que eu digo e não façam o que eu faço.

Estar com a mão de S. Pedro, entre o ceu e o inferno.

É como os da Mealhada, que o que dizem à noite pela manhã não é nada.

"Il fait comme Gribouille, qui se met dans l'eau de peur de la pluie".

"Esser come il piovano Arlotto, il quale non sapeva leggere altro che nel suo libro".

"Far come i pifferi di montagna, che andarono per suonare e furono suonati".

"Son como las ovejas de San Pedro, que pagan unas por otras".

"Estás como Juan Flor, que se curaba para estar mejor".

Muitos destes apólogos proverbiais deixam de trazer qualquer fórmula de cita ou de comparação, tornando-se assim mais típicos do género, mais semelhantes a verdadeiras historietas reduzidas ao traço essencial:

A cutia ficou sem rabo... (Interior de S. Paulo).

"Per un punto Martín perse la cappa".

"El hijo de la vecina, por madrugar, se halló un costal, — Más madrugó el que lo perdió".

"A costa de su pellejo, Francisco Esteban fué guapo".

Outros reduzem-se à frase attribuida ao personagem de uma narração conhecida, dispensando-se de o nomear:

Aqui é que a porca torce o rabo.

"Er ist wahrer Jacob (É um Tiago verdadeiro). (Alemanha).

"No hay ai un valiente que quera pelear con dos valientes?"

"Troppa grazia, Sant'Antonio".

Vem, afinal, a multidão das frases completas ou simples locuções que, sem assumir em rigor a forma de apotegma, ou recordam narrações vulgares, ou se referem a contos já olvidados, tornando-se porisso mais ou menos enigmáticas:

Mais passou Nossa Senhora no Algarve.

Tirar a castanha do lume com a mão do gato.

Vestir-se com as penas do pavão.

Vér os meninos órfãos a cavalo.

A fé do carvoeiro.

Tomar a parte do leão.

Combater moinhos de vento.

"Quanto più la lana gonfia, più presto crepa".

...onde Judas perdeu as botas.

Onde canta galinha não canta galo.

É bem facil de vér que todas estas formulas apotegmáticas, como as outras já referidas anteriormente, e talvez mais do que essas outras, são variáveis, estão menos sujeitas a cristalizar-se. Tudo isso resvala mais livremente para o domínio do arbitrio individual, que modifica os dizeres, resume-os, desenvolve-os, desloca-lhes as partes, etc.

O provérbio, ainda assim bastante sujeito a alterações, tem a favor de sua integridade a maior perfeição de forma e a concisão por vezes lapidar: é naturalmente mnemónico, e além de o ser não sofre, em regra, modificações de palavras sem prejuizo do sentido. O mesmo não se dá com os apotegmas, que já não exigem essa fixação.

Poderíamos entrar ainda pelo campo dos provérbios e apotegmas históricos, bíblicos, agricolas, etc., mas sem vantagem para o fim que no momento levamos em vista. Preferimos tocar num ponto por agora mais importante.

A seara dos "dizeres colectivos e tradicionais é muito vasta e comprehende ainda uma quantidade de coisas que não cabem nas variedades percorridas ou referidas; comprehende todo aquele genero que os folcloristas estrangeiros costumam distinguir sob o nome de "formulettes", "jingles" — pequenas fórmulas rimadas ou assonantadas, que "se associam a numerosos actos da vida humana" (Sébillot): práticas supersticiosas, jogos e brincos infantis, etc. Também estes dizeres todos deverão entrar no domínio da paremiologia?

Em regra geral, não entram e a razão é bem compreensível. Essas fórmulas se apartam sensivelmente da índole e função dos provérbios, apotegmas, ditados e mais modos de dizer correlatos: estes são fórmulas de expressão perfeitamente adaptáveis aos usos da linguagem comum, à comunicação de opiniões, conceitos, sentimentos, desejos, etc., ao passo que aquelas outras de nada servem a esse intercâmbio.

Pode sim acontecer que uma dessas fórmulas fechadas e especiais, por um motivo ou por outro, assumam valor expressivo na linguagem de toda a gente, sem mais ligação com o ritualismo nem com o meio particular em cuja dependência se conservava; neste caso, é claro que se incorpora à paremiologia.

Resumo — Depois da longa digressão que acabamos de fazer pelo terreno dos factos, é lícito que procuremos enunciar em poucas palavras qual deva ser a justa concepção da paremiologia: — é o estudo das formas de expressão colectivas e tradicionais incorporadas à linguagem corrente.

Esta definição inclui, além dos provérbios, toda a sorte de modos de dizer que sirvam à intercomunicação geral de noções, juízos, sentimentos, etc., e exclue todos aqueles que só tenham sentido e aplicação quando associados a determinadas práticas.

III

É extremamente embaraçosa a classificação racional dos dizeres colectivos. A quantidade deles é tão vasta, são tantas as suas variedades, e tão frequentemente oscilam entre tipos diversos, que é talvez impossível distribuí-los com exactidão por diferentes compartimentos.

A classificação faz-se ordinariamente por assuntos ou por ideias. A de Leroux de Lincy compreende catorze divisões gerais, e dentro destas os dizeres são registrados por ordem alfabética:

1. Sagrados (Religião, mitologia).
2. Relativos à natureza física.
3. Tempo, astros, ano, estações, dias, horas.
4. Relativos aos animais.
5. Relativos ao homem.
6. Históricos: países, povos antigos e modernos.
7. Históricos: províncias, cidades, aldeias, rios, ribeiros de França.

8. Historicos: brasões, divisas, alcunhas.
9. Históricos: nomes próprios em geral.
10. Condição, posição, dignidade, cavalaria, nobreza, títulos, guerra, caça, jogos, divertimentos.
11. Política: legislação, jurisprudência, sciências, letras, artes, comércio, navegação, profissões diversas, officios.
12. Costumes, usos antigos e modernos, vestuários, móveis.
13. Alimentação, refeições.
14. Moral.

Vê-se logo que Leroux procurou conciliar a lógica com a commodidade.

As divisões gerais poderiam ter sido reduzidas a menor número, de modo a só ficarem aquelas que mutuamente se excluíssem.

A denominação de "históricos", dada a provérbios e ditados referentes a brasões, divisas, países, povos, etc., é talvez, demasiado elastica, e além disso tem o inconveniente de se prestar a confusões: de facto, podem-se chamar históricos tanto os dizeres que aludem a acontecimentos e a figuras históricas, como os que apenas se originaram de circunstâncias históricas e portanto só nestas encontram explicação cabal. (1)

Outros reparos poderiam ser feitos à sinopse de Leroux.

O folclorista Long, baseado na colecção russa de Snegireff, tentou uma classificação mais rigorosa e mais sintética: (2)

- I. Antropológicos: a) propriedades naturais e morais em relação com os diversos povos; b) provérbios referentes à linguagem, à fé, à superstição, aos costumes, etc.; c) moral.
- II. Políticos e judiciários: d) legislação; e) leis; f) crimes e castigos; g) cerimónias judiciárias.
- III. Físicos: h) meteorologia, astrologia; i) rurais; j) médicos.
- IV. Históricos: k) cronológicos; l) topográficos; m) etnográficos; n) pessoais.

Esta classificação é mais scientifica, mas ainda assim é fácil vêr que dará lugar a não poucas dúvidas.

Subsiste a questão dos "históricos". Sendo a classificação por assuntos, deveria entender-se que essa classe fosse a dos dizeres referentes a "assuntos históricos". Mas não é esse o pensamento do autor. Incluindo na divisão os topográficos e etnográficos

(1) A. van Gennep, por exemplo, no já citado artigo da secção de Folclore do "Mercure de France", chama "histórico" ao apotegma alemão "Er ist ein wahrer Jacob", não porque se refira intencionalmente a um "assunto histórico", mas porque nasceu de circunstâncias históricas, ao tempo em que o culto de São Tiago de Compostela, popularizado em toda a Europa, desbancava os outros Tiagos locais. Aquele era "o verdadeiro S. Tiago", o legítimo, o bom.

(2) Sébillot. "Folk-lore".

ficos, é evidente que também considerou como históricos os dizeres provenientes daquillo que se pode chamar a "historiologia popular", isto é, as ideias populares sobre as origens de accidentes geográficos, caracteres de raça, etc. — ideias essas geralmente imbuídas de lendas, de credulices e preconceitos.

Não é só. Ha um número enorme de provérbios, ditados e frases feitas relativos aos animais e aos vegetais. Onde collocá-los? Parte dêles poderá caber perfeitamente na divisão dos "rurais", mas é claro que só uma parte.

Outra questão complicada se relaciona com a classe dos "morais". Na realidade, os provérbios e ditados de fundo moral se podem distribuir pelas mais diversas categorias de "assuntos". Para não alongar, basta notar-se que muitos dos que se referem a bicho não encerram outra coisa que um conceito ou preceito moral sob forma simbólica: "cão que ladra não morde", "a cavallo dado não se olha o dente", "a galinha do vizinho é mais gorda que a nossa"...

Grande número de fórmulas podem entrar em diversas divisões, e não há meio de estabelecer um critério para se preferir uniformemente uma dessas.

Foi o que bem viu e ao que procurou obviar Tommaseo, o erudito e crítico italiano, quando escrevia ao paremiologista Strafforello, autor do dicionário de provérbios — "La Sapienza del Mondo":

"In tali raccolte è difficoltà grave disposti secondo l'ordine delle idee; e uno ordine e quasi una via si richiede per ritrovarsi in quella folta e lussureggiante foresta. Ma, perché lo stesso proverbio cade sotto diversi ordini d'idee, nè solamente può ma suol essere a diversissime cose applicato; il raccoglitore gioverebbe che lo collocasse sotto il titolo di quella che a lui pare l'idea principale: e poi sotto le altre accenare, segnandone non altro che il numero nell'indice in fondo al volume".

Em suma, é forçoso contentarmo-nos com classificações apenas aproximativas. Mas no caminho da aproximação ainda haverá naturalmente a possibilidade de se darem mais alguns passos.

Aliás, a verdadeira classificação científica não seria pelos assuntos, critério este mais de ordem prática do que outra coisa, mas pelos caracteres distintivos das variedades de dizeres, segundo sua natureza psicológica e sua estrutura verbal.

Para tanto, porém, seria preciso antes de mais esquecer por momentos as actuaes denominações e as ideias incertas e contradi-

TRADIÇÕES POPULARES

tórias. muita vez artificiosas e arbitrárias, que a elas se ligam, e ensaiar uma terminologia nova, positiva e precisa.

A principal tarefa a que os paremiologistas se têm dedicado modernamente é a que se prende às questões de origem. Sobre isto existe em quasi todo o mundo civilizado uma vasta literatura, cujos começos, na Europa, parecem datar geralmente de princípios do século XIX.

Antes dessa época, os que trataram da matéria se limitavam a colleccionar dizeres, ajuntando-lhes quando muito algumas indicações gerais sobre a sua proveniência literária ou popular. Na França, o intuito de estudar, de modo regular e seguido, a formação e filiação dos adágios e ditados, considerados um a um, parece ter surgido com Quitard, autor do "*Dictionnaire étymologique et historique des proverbes*", publicado em 1842.

É verdade que, já em 1526, apparecia em Veneza uma obra de Aloyse Cinthio — "*Della origine delli volgari proverbi*"; mas esse livro, segundo Strafforello, que o registra na bibliografia do seu já aludido dicionário, é apenas uma collecção de novelas escandalosas, em versos, nas quais os provérbios serviram antes de pé e pretexto para fantasiosas criações do que de objecto de explicação sincera.

Como quer que seja, Cinthio tem tido muitos imitadores de vario feitio, até o presente. É conhecida em toda a parte essa espécie de pessoas que não pestanejam para architectar histórias mais ou menos engenhosas afim de "esclarecer" a origem e filiação de frases e palavras. Tivemos aqui o dr. Castro Lopes, cuja real erudição clássica não lhe impediu, antes lhe ajudou os surtos da imaginação novelesca, em matéria filológica.

Com Quitard e Leroux de Lincy, na França, com Tommaseo, Strafforello e outros, na Itália, essas questões começaram a ser tratadas de maneira mais detida e mais séria. Tommaseo expendeu a respeito ideas sensatas e justas.

Entretanto, exceptuando talvez unicamente Leroux, esses e outros autores ainda batiam caminho mal definido. Cediam demasiadamente à propensão de "avaliar" os provérbios e ditados. Encaravam-os de um ponto de vista de apreciadores. Seguindo as ideas clássicas sobre a sabedoria e as belezas dos adágios (escolhidos); ideas reforçadas pela autoridade de Erasmo e de Vico, atentavam principalmente no valor moral, intellectual, poético, didático, estilístico dos dizeres. Recomendava-se a colleccionação,

como o fet Tommaseo, porque o livro que reunisse os provérbios de todos os tempos e todos os povos seria, "dopo la Bibbia, il libro più gravido di pensieri."

Esta attitude, legitima em si mesma, tinha entretanto graves inconvenientes num género de estudos que devia visar à objectividade e à imparcialidade scientificas. A consequência immediata era colherem-se de preferência as fórmulas que pareciam belas e boas, e desprezarem-se ou mesmo condenarem-se abertamente as que se julgava atentarem contra o bom senso, a boa moral, o bom gosto ou o bom tom, — segundo o temperamento ou a fantasia de cada um.

O grande mérito de Leroux de Lincy foi ter compreendido que as fórmulas colectivas e tradicionais podiam também ser olhadas como simples matéria de estudo, semelhantemente a quaisquer outras coisas e fenómenos da natureza, e que portanto não havia distinguir entre fórmulas boas ou más, belas ou feias, cumprindo pôr de lado todo intento de doutrinação ou qualquer idea de finalidade prática immediata.

Hoje é esse o ponto de vista que prevalece, e, uma vez estabelecido, a principal tarefa dos estudiosos tem girado em torno das questões de origem e filiação.

Os resultados de todas as investigações neste sentido tendem a responder às seguintes interrogações: Que ha, em cada língua ou dialecto, ou em cada país ou região, de original e de emprestado? Quais as fórmulas comuns a mais de uma língua ou dialecto, a mais de um país ou região? Quais os factos e circumstancias que suscitaram a formação de adágios e ditados originaes, quais as fontes dos emprestados? Quais os processos de difusão das formulas, por via tradicional ou por via de órgãos de cultura, — livros, escolas, religiões? Inversamente, quais as razões por que muitas delas perderam terreno e chegaram a desaparecer da tradição oral?

Esse trabalho todo não é tão difficil quanto possa parecer, pelo menos em relação às fórmulas cristalizadas e elegantes, aos "provérbios" actualmente em uso. Sobretudo nos países de antiga civilização.

O estudo é facilitado por uma copiosa bibliografia, e ha o auxilio precioso da literatura geral, onde são numerosas as obras que fornecem mesmo abundante de indicações, principalmente entre as de teatro, novela, poesia humoristica e satirica, moralistas, gramáticos, etc. Existem mesmo grandes escritores, cujas obras, accessiveis a todos, são fartos repositórios de fórmulas co-

lectivas e tradicionais; tais La Fontaine, Rabelais, Shakespeare, Cervantes, Lope de Vega, Tirso de Molina.

Quanto a outras espécies de fórmulas que não provérbios — as simples proposições sem fundo permanente e sem forma sólida e interessante, os ditados anecdóticos, etc. — tendo merecido menor atenção aos coleccionadores, sendo menos característicos e portanto menos reconhecíveis na literatura, menos duráveis, menos mnemónicos, mais sujeitos a transformarem-se, os problemas de origem, filiação e propagação se tornam em geral bem mais árduos.

O objectivo distante dêste estudo deve consistir em chegar-se a estabelecer, depois de todas essas indagações particulares, os modos e condições gerais de tais processos, os princípios que naturalmente presidem à vida das fórmulas colectivas e tradicionais — por assim dizer a etimologia, a morfologia, e semântica e a história externa dessas concreções de ideias e de palavras, que tão persistentemente representam por todo o mundo as maneiras de pensar e de sentir das “almas colectivas”.

Se é esse um objectivo distante, que só poderá ir sendo abordado depois de desbastada uma grande quantidade de materiais e de resolvidos os seus problemas especiais e concretos, cumpre entretanto não o perder de vista. Ele deve iluminar, ao menos de longe, o labor filológico, erudito em torno dos exemplares e dos casos isolados, afim de se evitar o que não raramente sucede — a evaporação de toda ideia de finalidade ou de rumo geral no imenso labirinto das questões de pormenor.

IV

Bibliografia — Nopitsch, na sua “Literatur der Sprichwörter”, publicada em Nurembergue, em 1833, já por essa época pôde dedicar nada menos de oitenta e quatro páginas à só enumeração das obras alemãs de paremiologia, não comprehendidas as dialectais. Em lingua portuguesa, ainda estamos um pouco longe dessa abundância: não vamos sequer a oitenta e quatro obras...

O mais antigo repositório de provérbios e ditados, em vernáculo, parece que é o de frei Aleixo de Santo António — “Filosofia moral tirada de alguns provérbios ou adágios”, etc., — publicado em Coimbra, em 1640.

Em 1651 appareceu em Lisboa o livro do licenciado António Delicado, obra rarissima hoje (de que a nossa Biblioteca Nacional possui um exemplar) e que é em verdade a primeira collecção de formula de todo género, relativamente grande e disposta por assuntos.

Pouco depois, em 1655, surgiu a lume a obra do padre Bento Pereira — "Florilégio de modos de falar e adágios", etc., igualmente rarissima, mas reproduzida em apêndice ao "Vocabularium bilingue" do mesmo autor.

O século XVIII foi um pouco mais rico.

Bluteau reuniu no seu "Vocabulário português-latino" (1712-1728) boa quantidade de fórmulas tradicionais.

Pedro José Suppico de Moraes deu os seus "Apotegmas" (1720), collecção de anedotas históricas nas quais se encerram ditos sentenciosos attribuidos a personagens notáveis.

Mais ou menos o mesmo, porém com outra linguagem, outro sabor literário e outra sabedoria, fez o padre Manuel Bernardes em sua famosa "Nova Flôresta ou Silva de vários Apotegmas e ditos sentenciosos", etc. (1706-1728).

Manuel de Paiva, sob o pseudónimo de Silvestre Silvério da Silveira e Silva, publicou em 1760 o seu curioso tratado das "Enfermidades da lingua", um dos mais preciosos sob o ponto de vista da genuína fraseologia colectiva e tradicional, pois registra uma grande quantidade de dizeres correntes ao seu tempo, em vez de fazer obra livresca e erudita. Pena é que, animado de intuitos gramático-moralisticos, — coisa comunissima naquellas eras, — se tenha limitado a recolher as formulas que julgava baixas e grosseiras, para as indigitar à execração dos homens de bem.

Em 1780, saiu dos prelos da tipografia Rollandiana a compilação de F. R. I. L. E. L. — "Adágios, Provérbios, Rifãos e Anexins da Língua Portuguesa", — da qual se fez em 1841 uma segunda edição, bastante conhecida.

De então em diante, e pelo século XIX a dentro, ao contrário do que se podia esperar, não houve progresso notável. Em 1856, appareceu o "Ensaio fraseológico" de Francisco António da Cunha de Pina Manique, o qual, em matéria de adágios, quasi se limitou a reproduzir os que foram insertos em obras anteriores. Além dêsse, só se poderá apontar um ou outro livrinho sem maior volume nem maior novidade, como a "Filosofia popular em Provérbios" publicada na série da "Biblioteca do

"Povo e das Escolas", pelo editor Corazzi, em Lisboa, no ano de 1882.

O que de mais interessante appareceu em tão largo periodo foi a "Feira dos Anexins", de dom Francisco Manuel de Melo, obra do século XVII mas só editada em 1875, graças a Inocência F. da Silva. Como a de Paiva, fornece copiosa documentação, não só de ditados, como também de simples locuções de uso vulgar, — infelizmente ensartada em diálogos cheios de equívocos ou trocadilhos, de maneira que nem sempre se saberá distinguir o que é comum do que pertence à inventiva do autor, ou nem sempre se encontrará a frase tradicional na sua verdadeira forma.

Se lembrarmos agora os escritores que, nos últimos tempos têm entrado mais ou menos detidamente por esta seara, ou trazendo alguma contribuição para o acervo recolhido, ou dedicando-se a estudos parciais, teremos dado uma vista de olhos geral sobre o que se prende mais directamente à paremiologia portugueza, em nossa lingua.

Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso, nos seus estudos populares, Leite de Vasconcelos, nas suas "Tradições" e em outros escritos, fornecem certa cópia de apreciações e apontamentos úteis. No Brasil, temos os dois interessantissimos volumes de "Frases feitas" do sr. João Ribeiro, colecção de estudos acérca das origens e transformações de formulas tradicionais.

Nêste último gênero haveria mais que citar, tanto do Brasil como de Portugal, a querer-se fazer uma resenha mais ou menos completa. Apenas lembraremos aqui um livrinho pouco conhecido — "Provérbios historicos e locuções populares" — publicado no Rio de Janeiro, em 1879, sob o pseudónimo de Teobaldo, e que revela um escritor ameno e culto, enfronhado em coisas de literatura e erudição, embora não isento de defeitos. Mais tarde vieram os "Anexins, Prolóquios, Locuções", etc., do dr. Castro Lopes, e as "Frases e Palavras" de Alfredo de Carvalho, publicadas em Recife.

Recentemente, appareceu em Portugal uma "História geral dos Adágios portuguezes", de Ladislau Batalha, na qual se trata das relações dos adágios e ditados com as crenças, costumes e tendências do povo. É, conforme diz o autor, uma como introdução a obra de maior fôlego. Não lhe escasseiam elementos para interessar, mas os fins que se propõe parecem demasiado vastos e imprecisos. Falta-lhe, sobretudo, a nosso vêr, como falta à maior parte das obras atrás enumeradas, a base indis-

pensável de uma revisão severa do material colhido e de uma nova colheita directa nas fontes populares.

Por enquanto, o que urge é saber-se até que ponto são fiéis os catálogos existentes. Para isso, e também para ampliar a colecção, não ha outro meio senão submeter êsses catálogos a um exame critico rigoroso, à luz dos documentos literários, e confrontá-los com os elementos que se puderem tirar, já da linguagem dos escritores mais vernáculos e familiares, já, principalmente, da tradição oral.

Sem êste trabalho preparatório, que nunca se fez, que pelo menos nunca se fez em grande escala, é pouco menos de inútil dissertar sôbre a paremiologia portuguesa. Antes de tudo, precisamos saber o que é exactamente a paremiologia "portuguesa".

De facto, desde que appareceu o primeiro livro de provérbios e ditados em nossa lingua, as formulas uma vez registradas foram sendo aceitas e repetidas pelos successivos colectores. Nunca se curou de verificar se tais fórmulas eram ou tinham sido de uso efectivo ou se vieram pelo menos a popularizar-se depois de publicadas.

A principio, e até uma época não remota, aí por meados do século XIX, não se tratava geralmente de provérbios e anexins "por êles mesmos", de um modo objectivo e desinteressado. Uns, como frei Aleixo de Santo António, utilizavam-se dêles para fins doutrinários moralizantes; outros, como Paiva e dom Francisco Manuel, com intuitos de critica de linguagem e de costumes. Aquêles que se limitavam a catalogar, parecendo assim imparciaes e objectivos, sem outra preocupação que o estudo das próprias formulas, quaisquer que fossem os seus méritos ou deméritos, na realidade não seguiam bem definidamente essa orientação. Parece que andavam apenas animados de um espirito de vaga curiosidade e de moda intelectual. Daí o misturarem-se, indiferentemente, dizeres de uso efectivo, portugueses genuinos, com outros que na verdade só se encontram nos livros. Tudo era bom, desde que estivesse impresso em português.

Sabe-se bem que um grande número de provérbios e de modos proverbiaes faz parte de um património antigo e comum a diferentes povos, por vezes muito afastados. Em certos casos, a difusão se operou em épocas remotas, impossiveis de determinar. Em outros casos, a introdução se fez por via de contactos históricos, guerras, migrações, romarias internacionais, etc. Em outros, ainda, a via de propagação é a literária. Mas, quando

essa propagação é real, quando a fórmula passa da literatura para o uso efectivo e de veras se naturaliza, é inevitável que sofra modificações mais ou menos profundas, para se adaptar ao novo ambiente moral e social, à nova mentalidade e ao génio da nova língua.

Entretanto, encontra-se nos repositórios portugueses uma quantidade de frases que correspondem exactamente, palavra por palavra, fundo e forma, a outras que se acham nas colecções francesas, espanholas ou italianas, sendo evidente que houve no caso simples tradução para engrossar artificialmente o cabedal vernáculo.

O adágio — “Tantas vezes vai o cântaro à fonte, que um dia lá fica”, é o francês “Tant va le pot à l’eve que brise”, forma do século XIII, que se encontra no “Roman du Renart”. Esse adágio, porém, popularizou-se tanto, que não pode deixar em verdade de figurar num catálogo português. É um caso típico de naturalização.

O mesmo não se pode dizer desta variante, registrada pelos nossos paremiógrafos: “Cântaro que vai muitas vezes à fonte, ou deixa a asa ou a frente”. Não passa de tradução literal do espanhol: “Cântaro que muchas veces va a la fuente, deja el asa o la frente”, e é muito provável que nunca tenha entrado na corrente oral. A forma espanhola é por sua vez mera tradução da francesa do século XVI: “Tan va la cruche à la fontainette — qu’elle y laisse le manche ou l’oreillette”.

Como esse, ha numerosos rífãos apresentados como portugueses, mas que foram tomados artificialmente a outras línguas e não parecem ter entrado nunca no uso comum. Exemplos:

“Cada um estenda a perna até onde tem a coberta”. — “No estienas la pierda más de lo que alcanza la manta”.

“Perdoar ao mau é dizer-lhe que o seja”. — Perdonar al malo es decire que lo sea”.

“A cabra da minha vizinha mais leite dá que a minha”. — “La cabra de mi vecina da más leche que la mia”.

“Comer trutas, ou jejuar”. — “Ayunar o comer truchas”.

Quem do seu se desapossa antes da morte, deem-lhe com um maço na fonte”. — “El que dispone de su caudal antes de su muerte, merece que le den con un palo en la frente”.

“A homem ventureiro, a filha lhe nasce primeiro”. — “All’uomo fortunato nasce prima la figlia”.

“A feição cega a razão”. — “Affezione accieca ragione”.

“Quem longe vai casar, ou vai enganado ou vai enganar”. — “Chi lontano va a maritare, o é ingannato o va a ingannare”.

— “El que va a casar fuera de su lugar, o va engañado o va a engañar”.

"Casar, casar, soa bem e sabe mal". — "Casare, casare, suona bene porta male".

"Não ha panela tão feia que não ache o seu cobertouro". —

"Non v'è pentola così brutta da non trovare il suo coperchio".

"Mulher se queixa, mulher se doi, mulher enferma quando ela quer". — "Donna sì lagna, donna sì duole, donna s'ammala quando lo vuole".

"O velho que se cura cem anos dura". — "Il vecchio che si cura cent'anni dura".

"Velho que não adivinha não vale uma sardinha". — "Vecchio que non indovina non vale una sardina".

"Velho amador, inverno com flor". — "Vecchio in amore, inverno in fiore"

"Pão quente, muito na mão e pouco no ventre". — "Pan bollente, molto in mano e poco nel ventre".

"Não comas crú nem andes com pé nú". — "Non mangiar crudo, non andar col piede ignudo".

"Quem quizer ser muito tempo velho, comece-o a ser cedo".

— "Se vuoi viver sano e lesto, fatti vecchio un pò più presto".

"Achaques à sexta-feira pela não jejuar". — "Achaques en la viernes por comer de carne".

"A mula velha, cabeça nova". — "A mula vieja, cabeza nueva".

"Mulher formosa, ou doida ou presunçosa". — "Mujer hermosa, o loca o presuntuosa". — "Bella donna, cattiva testa".

"Rogos de rei mandados são" — "Ruego de rey mandato es".

"Os erros do médico a terra os cobre". — "Las faltas de los médicos las tapa la tierra".

"Castigar velha e espulsar cão, duas doidices são". — "Reprender a viejos y espuljar vellón, dos necedades son".

Poderiam facilmente multiplicar-se tais exemplos de rifões e provérbios cuja existência, em português, não parece ultrapassar as páginas dos catálogos impressos, cifrando-se em meras apropriações artificiais.

É verdade que, em muitos casos, é difícil saber-se qual foi a língua do verdadeiro original, porque, assim como os colectores portugueses teem pilhado as colecções estrangeiras, também os estrangeiros teem procedido frequentemente de igual maneira.

O adágio — "Casa de terra, cavallo de herva, amigo de palavra, tudo é nada", acha-se no italiano: "Casa di terra, cavallo d'erba, amico di bocca non valgono il piede di una mosca". Esta forma está mais próxima da francesa — "Maison de terre, cheval d'herbe et ami de bouche, ne valent pas un pied de mouche". Mas ha também uma variante dialectal milanesa, sem o "pé de mosca", mais chegada à portuguesa: "Casa de tera, cavallo d'erba e amis de boca no i val na cioca". E tudo, afinal, lá se vai prender à forma holandesa — "Casa de lama,

cavalo de erva e amigo de boca, pouco valem". Qual teria sido a fonte originária?

O que se afigura indubitável é que, em português, nunca esse adágio foi usual. Mas existem adágios usuais que também provieram de traduções literárias, estando no mesmo caso do precedente: não se pode verificar com facilidade a que língua foram tomados.

"O olho do amo engorda o cavalo" — corresponde perfeitamente ao italiano: "L'occhio del padrone ingrassa il cavalo"; ao piemontês: "L'eui del padron angrassa el caval"; ao siciliano: "L'occhio di lu patroni ingrassa lu cavaddu"; ao francês: "L'oeil du maître engraisse le cheval". Diz o alemão, como os outros: — "O olho do dono engorda o cavalo". Temos enfim a forma latina, mãe de todas: "Oculos domini saginati equum".

"A mulher e a galinha, por andar se perde asinha" — é tradução literal do espanhol: "La mujer y la galina, por andar se pierden aina". Contudo, deve existir ou ter existido uma forma popular, já diferenciada, e introduzida ha muito tempo. Dai terão provindo os versos da quadrinha brasileira, uma das mais popularizadas no país.

"A mulher e a galinha
Não se deixa passear".

O mesmo adágio tem esta forma italiana: "Femmine e galline, se giron troppo si perdono".

"Triste da casa onde a galinha canta e o galo cala" — é evidente versão, não menos literal do italiano: "Trist' é quella casa dove la gallina canta e il gallo tace". A variante francesa, perfeitamente igual no fundo, difere um pouco na forma: "Triste est la maison où le coq se tait et la poule chante". A lição italiana prende-se mais directamente à alemã, que assim reza: "Mal vai a casa onde a galinha canta e o galo emudece". Portanto, a genealogia da forma portuguesa parece clara: veio da italiana, que por sua vez terá saído da alemã.

Mas, se essa forma, registrada pelos paremiógrafos portugueses, não parece ter-se popularizado, isto não quer dizer que na tradição oral não existam outras, oriundas da mesma cepa de ideias. É bem conhecido este ditado português, realmente popular, mesmo no Brasil: "Em casa de Gonçalo mais pode a galinha do que o galo". Não menos popular, nos dois países este outro: "Onde canta galinha não canta galo".

Se numerosos são os adágios que os paremiógrafos, portugueses traduziram, mas não introduziram no uso vulgar, também não poucos dos que vivem na torrente oral, inteiramente nacionalizados, são de inegável proveniência estrangeira.

O francês sobretudo tem sido fonte de grande cópia de fórmulas colectivas popularíssimas em Portugal e no Brasil.

"Não sabe para que santo se ha de voltar" — é tradução, e má tradução, de "Il ne sait à quel saint se vouer".

"Pôr o carro adeante dos bois" outra versão aproximativa: "Il se faut pas mettre la charrue (sic) devant les boeufs".

"Pescar em águas turvas" é redução de "Eau trouble, grain su pescheur", fôrma francesa do século XVI.

"Não ha rosa sem-espinhos" reproduz fielmente — "Il n'y a pas de roses sans épines".

"É preciso bater o ferro enquanto está quente" corresponde a "Il faut battre le fer tandis qu'il est chaud", fôrma do século XVI, modificação desta outra do século XIII: "En dementres que li fers est chaus le doit l'en battre".

"Ponho a mão no fogo" é o francês "J'en mettrais la main au feu".

"Procurar agulha em palheiro" — "Chercher une aiguille dans une botte de foin".

"Ouro é o que ouro vale" — "Or est qui or vault".

"Nem tudo o que luz é ouro" — "N'est pas tot or ice qui luist" (século XIII).

"O "hábito não faz o monge" — "La robe ne fait pas le moine" ou "Li abis ne fait pas l'ermite" (século XIII).

"Ter o diabo no corpo" — "Avoir le diable au corps".

"Fazer o diabo a quatro" — "Faire le diable a quatre".

"Despir um santo para vestir outro" — "Decouvrir Saint Pierre par couvrir Saint Paul".

"Por amor do santo beija-se o altar" — "Pour amour du saint baise on les reliques" (século XIII).

"Não ha fumo sem fogo" — "Feu ne fut onquer sans foumée".

"Fogo de palha" — "Cela se passe comme un feu de paille".

"Prometer mundos e fundos" — "Promettre monts e merveilles".

"É um pobre diabo" — "C'est un pauvre diable".

"A fé do carvoeiro" — "La foi du charbonnier".

"Tirar a castanha com a mão do gato" — "Faire comme le singe, tirer les marrons du feu avec la patte du chat".

Todas essas fórmulas são correntes no Brasil, se não também em Portugal. Entretanto, parte delas não está registrada nas colecções impressas, — o que mostra bem como andam estas divorciadas da tradição oral, da verdadeira peremiologia viva da nossa língua, a única que nos interessa.

Não é, porém, só ao francês que devemos parte dos nossos ditados e modos de dizer mais usuais. Também os temos tomado a outros idiomas.

A frase "chorar como um bezerro", mais comumente "como um bezerro desmamado", está no italiano: "Piangere come un vitello".

"Chover no molhado" lá está igualmente: "Piovere sul bagnato".

"Saco vazio não pára em pé" corresponde justamente a "Sacco vuoto non istà ritto".

"Amarre-se o burro à vontade do dono" não é senão "Lega l'asino dove vuole il padrone".

"Barriga cheia, pé dormente" traduz "Pancia piena, piede addormentato".

E mais:

"Amigo de todos e de ninguém" — Amico di tutti e di nessuno".

"Deus me guarde dos amigos, que dos inimigos me guardo eu" — "Dagli amici mi guardi Iddio, che dai nemici mi guardo io".

"Antes só do que mal acompanhado" — "Meglio soli che male accompagnati".

"O homem é fogo e a mulher estopa; vem o diabo e assopra" — "L'uomo è fuoco, la donna è stoppa; viene il diavolo e gliel'accocca".

"Longe da vista longe do coração" — "Lontano dagli occhi, lontano dal cuore".

"Não falar de corda em casa de enforcado" — Non parlar di corda in casa dell'impicato".

"Boi sôlto lambe-se todo" — "Bue sciolto lecca per tutto".

"Arranja fama e deita-te a dormir" — Fatti fama e còricati".

"Quem desdenha quer comprar" — "Chi disprezza compra".

"O futuro a Deus pertence" — "L'avenire è nelle mani di Dio".

"Água passada não moi moinho" — "Acqua passata non macina più".

"Mão fria, coração quente" — "Mano fredda, cuore caldo".

Do espanhol deve ter vindo grande número dos nossos rifões e ditados correntes, mas como também é probabilíssimo que tenha êle tomado outros ao português, torna-se difficil estabelecer a prioridade.

Notaremos apenas a semelhança entre algumas frases usuais no Brasil e as correspondentes da Espanha.

É comum aqui o modo proverbial — “descansar carregando pedras”, ou “enquanto descansa carrega pedras”.

Esta última variante se liga à seguinte da Andaluzia: “Mientras descansas, machaca granzas”.

“Filhos criados trabalhos dobrados” ajusta-se exactamente a “Hijos criados, duelos dobrados”. Este adágio, cujo fundo é europeu e encontra-se em outros países, está registrado nos livros portuguezes sob a forma: “Meus filhos criados, meus trabalhos dobrados”. Os italianos dizem: “Figli piccoli, guai piccoli; figli grandi, guai grandi”.

Ouve-se aqui freqüentemente um ditado anecdótico, de fôrma variável: Está como o outro, que foi persignar-se e quebrou o nariz”. É o andaluz: “Púsose a santiguar y se sacó un ojo”.

Outra frase nossa: “É um pão e um pedaço”. Não a encontramos nos catálogos, mas é vulgaríssima em São Paulo. Prende-se evidentemente ao espanhol — “Bueno es un pan con un pedazo”.

“Não ha nada como um dia depois do outro” — “No hay cosa más socorrida que un día tras otro”.

“E’ usualíssima no Rio e outras partes do país a locução “até debaixo de água”, para encarecer atitudes ou convicções inabaláveis. Deve ter origem anecdótica, provavelmente uma reminiscência da anedota da tesourinha. O que é certo é que a nossa locução tem esta correspondente espanhola: “habla hasta debajo del agua”.

Enfim, voltando à nossa tese — tudo mostra que a primeira coisa a fazer-se, em matéria de paremiologia portuguesa, é uma completa e rigorosa revisão dos elementos acumulados nas colecções impressas em confronto com os que se acham de veras incorporadas ao património vivo da língua.

Se se quer tratar sèriamente de um assunto, é preciso que antes de mais se saiba com segurança do que é que se trata... Estar a estudar fórmulas “tradicionais” que de facto só pertencem, muitas vezes, à tradição livresca, e a jogar com elas como se fossem todas genuinamente portuguezas, é querer construir

palácios de teias de aranha, e perseverar numa labuta sem o mínimo sentido racional.

O que nos importa é conhecer bem quais são as fórmulas realmente usuais, nascidas na língua ou adoptadas por ela e que assim correspondam de facto a modos de pensar colectivos e habituais.

Portanto, em vez de fazer obra com os paremiógrafos anteriores, o que urge é colher da corrente oral, por toda a parte onde se fala português, os adágios, rifões, anexins, locuções de emprêgo verdadeiramente familiar, e depois tentar uma classificação dos mesmos, não segundo quadros já estabelecidos, mas segundo o esquema que a própria natureza dêes fôr indicando como o mais orgânico e exacto.

A pesquisa nos livros será sem dúvida indispensável, mas com todas as cautelas possíveis. Como já vimos, grande número de fórmulas registradas não são e provavelmente nunca foram usadas: representam apenas uma pilhagem, por meio de traduções liberais, em livros estrangeiros.

Não são, porém, só as colecções de dizeres que padecem desse defeito. Os escritores, também, muitas vezes apanharam em outros idiomas as frases com que quizeram dar a seus escritos um sabor de linguagem viva e corrente, um tom familiar ou popular.

A "Comédia Eufrosina" é um rico repositório de tais fórmulas. Mas mal irá quem ali mergulhar (como aliás tem sucedido) na certeza de que aquilo tudo é português de lei. É preciso desconfiar da abundância, e não esquecer que a literatura espanhoila e a italiana influenciavam muito os autores portugueses da época. Na "Comédia" encontra-se até uma frase em que aparece o substantivo "matto", que não deve ser o nosso mato comum, mas o "matto" italiano, que é um pouco diferente — pois quer dizer "doido".

A mesma reflexão se aplica a outros escriptores que esmal-taram a sua prosa e os seus versos de dizeres aparentemente usuais: ao Camões das Comédias e das cartas, a Gil Vicente, a todos os outros. Multíssimos de entre tais dizeres seriam usuais de facto; todos, é quasi certo, que não".

A verdadeira pesquisa não ha de partir dos livros, mas da tradição oral. Os livros servirão de muito, mas subordinados ao critério da indagação directa nas fontes vivas, e mais como documentos para a busca das fórmulas evolutivas anteriores, assim como para o descobrimento das origens. A base, o eixo, o nó de todo este estudo é a tradição oral.

A colheita dos dizeres tradicionais no Brasil ainda está quasi inteiramente por fazer. Referimo-nos aos verdadeiros dizeres tradicionais, àqueles que se acham de facto incorporados aos usos habituais da lingua, como a falamos aqui.

Esse trabalho, feito com ordem e escrúpulo, seria interessantissimo, além do mais, no ponto de vista da paremiologia portuguesa geral. Existem entre nós numerosas frases colectivas já caducas ou inteiramente transformadas em Portugal que auxilia-riam a recomposição do antigo património vernáculo e facilita-riam a interpretação histórica ou lógica de certas fórmulas portu-guesas.

Mas haveria outro interesse particular na catalogação dos nossos adágios e modos de dizer: era permitir que se verificasse, também, por este lado, até onde vai a diferenciação lingüística, e com essa diferenciação psicológica e social entre o Brasil e a velha metrópole.

As fórmulas colectivas e tradicionais reflectem maravilhosamente a mentalidade de um povo, sua história, seus costumes, crenças, estados affectivos, tendências gerais, aos olhos de quem saiba vê-las e utilizá-las como instrumentos de indagações superiores.

V

Seria muito interessante fazer-se uma collecção de provér-bios e ditados brasileiros. Alguma coisa tem sido tentada, mas em muito pequena escala. Gustavo Barroso, Leonardo Moia e outros folcloristas do Nordeste, d. Alexina de Magalhães, Lindolfo Gomes e outros de Minas e S. Paulo, têm trazido algu-mas contribuições. Tudo junto, é pouca coisa.

Compreende-se essa aparente frouxidão dos investigadores, em tal campo.

Em primeiro lugar parece que o nosso património próprio é de facto muito restricto — não tanto no que toca a modos proverbiais, frases feitas e outras expressões menores dessa especialidade — mas no que se refere a verdadeiros adágios e provérbios.

Depois, seria difficil, na maioria dos casos, discernir bem o que seja fundamentalmente nacional do que seja apenas tra-dução ou variante brasileira de provérbio importado.

Mas, por isso mesmo que essa separação depende, em definiti-vo, de ultteriores indagações, geralmente demoradas, seria bom que se fôsem reunindo, sem grandes exigências de expurgo, todos aqueles dizeres que tivessem um "certo ar" brasileiro e fôsem "de facto" correntemente usados por nosso povo, ou largas fracções dele.

Este critério do uso efectivo tem também o seu interesse. Se não é com efeito aquele que mais deva interessar ao folclorista, que procura colher todas as manifestações certas e positivas da tradição oral. O serem originais ou não, constitui já outro problema.

A maior parte dos autores que têm escrito sobre adágios, ditados, rifãos, frases proverbiais, frases feitas, etc., o fizeram sob um ponto de vista meramente literário ou filológico, estudando com o mesmo afã tanto os usuais como aqueles que só se encontram nos livros, ou em raros livros. Ao folclorista, sem desprezar o lado filológico, convém dar a dianteira ao critério da efectividade do uso, colhendo todas as frases que realmente de velha data se tornaram familiares ao povo de uma determinada região do país ou do país inteiro.

De toda a massa enorme de adágios e ditados que correm impressos nas colectâneas, na literatura, nos livros didácticos, ficar-se-ia sabendo qual a parte efectivamente "viva", a que gira no seio da nossa população, a que vai de veras funcionando como modificador da "psique" popular.

Sob este aspecto vital, seriam "brasileiros", para começar, todos os provérbios, ditados e frases feitas que o brasileiro usa "de facto", familiarmente, e que, assim, como não podia deixar de suceder, ele vai modificando, variando, corrompendo ou vestindo de nova roupagem.

E' claro que só mediante um longo contacto com as populações mais estabilizadas ou mais homogêneas — as rurais, as dos pequenos centros — se pode chegar a fazer essa colheita. Mas esse é justamente o officio do folclorista.

Quanto às origens, será difficil, repetimos, em muitos casos, extremar com rigor o que seja legitimamente nosso do que não o seja. Nestas matérias de folclore, sempre é mais fácil encontrar encadeamentos analógicos que se percam em várias direcções, do que deparar um facto, uma coisa com caracteres de puro indigenismo.

Desde Vico, que dava grande importância aos provérbios, se costuma dizer que estes são a "sabedoria dos povos". A consideração da realidade folclórica nos induz a rejeitar essa fórmula.

Não são "os povos" que fazem os provérbios, e isto parece que dispensa demonstração. Os provérbios, em boa parte, vêm dos grandes livros, como a "Bíblia", como as "Fábulas" clássicas e as de La Fontaine, ou vêm... de outros provérbios mais anti-

gos. Em boa parte, mas cremos que muito menor do que se imagina, vêm de individuos do próprio povo, mais atilados ou mais intelligentes.

A "autoridade" exerce nesta matéria uma função importante, como a exerce em tudo, no espirito do povo. Quando não se trata de livros de universal reputação, trata-se de pessoas que, num determinado círculo, chegaram a impôr-se como mais sábias e mais profundas que o vulgo.

Assim, nas familias, vemos filhos, sobrinhos e netos repetirem, com respeito ou com admiração, sentenças e ditos agudos, não raro sem agudeza alguma, deixados por seus maiores. É mesmo usual, em todos os povos, citarem-se provérbios e riffsos com a fórmula: "Como diziam os antigos", ou, em tom de brincadeira, "como dizia minha avó", etc. Isto apenas para mostrar a fôrça da autoridade, oposta à da experiência e meditação própria.

Ora, acontece que essas pessoas mais atiladas ou mais intelligentes são exactamente aquelas que receberam mais alguma instrução ou souberam adquirir-la por si mesmas, tendo assim bebido no grande caudal da sabedoria sem pátria nem época.

Não é pois, o "povo", entidade a que se tem pretendido dar um character autonomo exagerado — realização de abstracção — e a que se tem querido misticamente emprestar misteriosas faculdades criadoras, não é, pois, o "povo" o autor dos adágios e ditados. Todas as obras "do povo", ali, como no mais, partem do individuo.

A "sabedoria das nações" é, na verdade, a sabedoria das "élites" eternas, e, na maioria dos casos, mal compreendida e mal assimilada. A sabedoria dos provérbios, universal como a razão, é que vai, a custo, conquistando os povos.

Estes, em geral, aceitam mais depressa as frases menos sábias ou mesmo destituídas completamente de senso e de qualquer valor, cujo número é incomparavelmente maior no património da tradição oral.

Os provérbios são producto de cultura, que essencialmente se opõe à idea de elaboração colectiva de massa. A acção da cultura também é colectiva, mas representa o pensamento consciente das minorias superiores, naquella parte mais indiscutida, que tende a universalizar-se.

Vejamos alguns ditados brasileiros (brasileiros, no sentido que ficou indicado):

"Estão com os pés em duas canoas" — dizem de quem se garante contra as alternativas desfavoráveis de uma situação, de modo que, decidindo os acontecimentos sempre fique bem. É o provérbio latino *"Bonum est duabùs ancoris niti"* (Convém amarrar-se a duas ancoras), representando em francês por *"Avoir deux cordes à son arc"*. Em italiano há uma variante: *"Non bisogna tener il piede in due staffe"*. Não se deve ter os pés em dois estribos.

"Falar no mau, aprontar o pau" — Aplica-se, geralmente por brincadeira, quando uma pessoa aparece no momento em que dela se falava. Tem os seus correspondentes em italiano: *"Quando si nomina il diavolo se ne vede spuntar la coda"*. (Quando se nomeia o diabo vê-se-lhe aparecer o rabo) e: *"Nomina un tristo — subito visto"*. Em francês: *"En parlant du loup, on en voit la queue"*.

O nosso ditado é bastante antigo na língua, como se vê de interessante estudo de João Ribeiro nas *"Frases feitas"*.

"Filho criado, trabalho dobrado" — Muito usado entre as famílias de S. Paulo. Dir-se-ia simples tradução livre do italiano: *"Figli piccoli, guai piccoli — figli grandi guai grandi"*. Mas ainda se parece mais a esta forma andaluza: *"Hijos criados, duelos dobrados"*.

"Os filhos, depois de mamar na mãe, passam a mamar no pai" — Ditado cuja forma não está fixada, mas cujo fundo e expressões principais não variam. Compare-se ao italiano: *"I figliuoli succhiano la madre quando sono piccoli; e il padre quando sono grandi"*. Em todo caso, a importação não é recente, como não é a de nenhum dos outros citados.

"Parentes são os dentes" — Usadíssimo na roça, para denotar a inutilidade das relações com parentes. Mas por que "os dentes" é que são os verdadeiros parentes, como parece querer dizer o rifão? O caso exigiria exegese mais demorada.

Encontra-se em italiano coisa semelhante: *"E' più vicino il dente che il parente"*. (Está mais perto o dente do que o parente). Não esclarece grande coisa. Entre nós, ha a superstição de que sonhar com perda de dentes é anúncio de morte na família. E, em italiano, um outro ditado assim reza: *"Doglia di parente — doglia di dente"*.

Não procuremos, ao menos por agora, entrar neste cipoal.

"Sair com alguém nas costas" — Expressão igualmente vulgar, equivalente a perder as estribeiras, ir às do cabo, dizer todas as verdades. É possível que tenha havido aqui um desvio

do sentido primitivo. "Carregar alguém às costas" seria mais natural que significasse: suportá-lo; mas suportá-lo contrariamente, com fadiga. Era fácil deslizar desta idea de impaciência recalcada para a de impaciência que explode.

A hipótese que aliás lançamos de passagem, sem lhe dar grande valor não é inteiramente gratuita. Em francês se diz: "Poster quelqu'un sur les épaules" (carregar alguém às costas) por: estar cansado, farto de aturar esse alguém. "Esta imagem natural e nitida", diz L. Martel, "já era empregada pelos gregos".

"É um pão e um pedaço" — Usadíssimo no Estado de São Paulo. Refere-se a qualquer vantagem material considerável. Encontra-se este em espanhol "Bueno es un pan con un pedazo".

"Não ha fumaça sem fogo" — Isto é: tais factos ou tais ditos valem como indício de alguma ocorrência oculta, devem ser repercussões de alguma coisa que dissimula. Em francês: "Il n'est point de feu sans fumée".

"Quem não arrisca não petisca" — Em La Fontaine: "Qui ne risque rien, n'a rien" ("Fables", X, XIV). Em Plauto: "Necesse est facere sumptum, qui quaerit lucrum".

"Quem val a Portugal perde o lugar" — Em francês: "Qui va à la chasse, perd sa place". O nosso anexam, usado, hoje, quasi exclusivamente pela infância, deve ter sido a princípio um ditado "serio". O francês applica-se àqueles que abandonam suas occupaões para se irem divertir, expondo-se a virem encontrar o seu lugar occupado por outrem.

O nosso devia exprimir a mesma idea, e talvez tenha sua razão de ser a substituição de "caça" por "Portugal". É plausível a suposição de que, antigamente, muitos empregados portugueses se fôsem à sua terra e durante a ausência perdessem o lugar.

"O que é de raça corre caça" — Subentende-se "cão". Equivale a "Filho de peixe sabe nadar". Em francês: "Bon chien chasse de race".

"Língua não tem osso" — Em italiano: "La lingua non ha osso — ma rompe il dosso".

"Tão caipora, que, se abrisse uma chapelaria, as crianças nasceriam sem cabeça" — Esta frase feita humoristica dir-se-ia trasladada do italiano: "Se io mi mettessi a fare il cappellaio, gli uomini nascerebbero senza testa". (1)

(1) Os provérbios citados do francês, bem como os latinos, são do livro de L. Martel, "Petit Recueil de Proverbes français", 11.ª ed. Paris. Os italianos, do livro "Proverbi e Modi proverbiali italiani" de G. Franceschi; Hoepli., Milão. Os espanhóis, do tomo XVII dos "Cuentos, advinanzas y refranos populares" de Fernán Cabañero: Rubiños, Madrid.

Algumas das nossas quadrinhas populares são proverbiais: ou encerram ditados, ou cifram-se em ditados mais ou menos desenvolvidos.

Uma, conhecidíssima de velha data em S. Paulo e em outros pontos do país:

A mulher e a galinha.
não se deixa passear:
a galinha o bicho come;
a mulher dá que falar.

Não é senão um provérbio versificado. Encontra-se em italiano:

"Femmine e galline, se giram troppo si perdono".

E encontra-se em espanhol:

"La mujer y la galina por andar se pierde aina".

Esta versão espanhola tem a sua exacta correspondente em Portugal: "A mulher e a galinha por andar se perde asinha".

A quadra também corre naquele país, onde a colheu, entre outros, Leite de Vasconcelos.

Estas rápidas notas foram feitas ao correr da pena, sem outra intenção que a de mostrar aquilo que dizíamos: muitos dos provérbios e anexins usuais entre nós, e mesmo dos que se afiguram mais nossos, não são senão reproduções ou repercussões de frases estranhas. Isto parece pelo menos "tão" interessante como se esses anexins e ditados fôsem originaes...

Poderíamos continuar, mas não queremos fatigar o leitor. Demais, ainda teremos de voltar à matéria.

VI

Demos, no capítulo anterior uma pequena lista de provérbios e rifões popularizados entre nós. Vamos continua-la, sempre sob aquele critério que ficou esboçado, o critério do folclorista; colher todos os ditados que são "ditos" efetivamente pelo povo, que andam no uso corrente, o que é mais interessante do que fazer/colectâneas respigadas em livros de biblioteca ou na literatura presente, as quais podem ter a sua graça, como brincos de erudição filológica, mas nada nos dizem do espirito popular tal como elle é em nosso meio.

Os ditados que seguem, são todos usuais; alguns, também circulam na literatura e já estão recolhidos nas velhas colectâneas, outros não.

Existem igualmente, em livros de folclore, provérbios e rifões dados como populares, mas que nunca encontrámos de facto em "uso corrente": até nova verificação, não os consideramos tais, porque, antes de tudo, o "popular" ha de ser "geral": Está visto que nos restringimos ao Estado de S. Paulo.

Mão fria, coração quente — Entende-se mais ou menos ao pé da letra. Os italianos, que têm o mesmo ditado, e dos quais provavelmente o recebemos (mas ha muito tempo) parece que não o entendem de modo tão material. "Mano fredda, cuore caldo", segundo G. Franceschi, significa: "Chi poco dimostra sente più degli altri".

A esta restrição e concretização do sentido, se a houve, deve-se o aparecimento de uma pequena crendice. Aqui, acredita-se ou finge-se acreditar que ha uma relação inversa entre a temperatura das mãos e a dos affectos. Assim como se diz "Mão fria, coração quente", se diz também "Mão quente, coração frio". Será apenas mais um exemplo de um processo inconsciente muito comum nas relações da linguagem com os costumes. As palavras geram crenças e mitos. As imagens abstractas e gerais são tomadas no sentido material e suscitam uma porção de ideias parasitárias e extravagantes.

No próprio domínio dos provérbios, Franceschi cita um, "Cosa che punge amor disgiunge" (Coisa que punge o amor desune) e explica: "Isto é, a ofensa faz cessar o amor; mas o provérbio, tomado à letra, suscitou o preconceito de que, com presentes de objectos de ponta (alfinetes, espadas, facas, etc.), se faz mau agouro à amizade e ao amor".

Casa velha tem baratas — Refere-se a pessoas achacosas. Mais freqüentemente, emprega-se apenas o primeiro membro: "casa velha", já com propensão a afastar a ideia das "baratas" ou das pequenas mazelas suplementares, para ter em mente a própria solidez periclitante do "edifício". Na sua forma plena, o ditado corresponde ao italiano: "Casa senza abitanti, nido di topi" (Casa vazia, ninho de ratos).

Dizer o milagre, mas não o santo — isto é: contar o facto, ocultando o nome do autor. Em italiano, sem ironia, se exprime a mesma coisa: "Si dice il peccato, ma non il peccatore".

Quem anda caipora, até cachorro lhe molha na perna — é um ditado bem nacional, na aparência. Na verdade, pode ser a

tradução do italiano: "Chi é nato disgraziato, anche le pecore lo mordono" (à letra: Quem nasceu infeliz, até as ovelhas o mordem). A mesma ideia é expressa por outras formas: Ha uma, que não é inteiramente estranha a S. Paulo, e que o sr. Leonardo Mota regista como de uso no Ceará: "Quando urubú anda calpóra, o de baixo... no de cima".

Chover no molhado — Outro, antigo, e que cheira ao torrão. Mas, aqui, nem o feitiço é nosso: dizem os italianos: "Piovere sul bagnato". A "chuva" tem feito germinar muitos dizeres desta philosophia familiar. Seguem-se mais alguns exemplos:

Tirar o cavallo da chuva — Usa-se, em geral, imperativamente: "Tire lá o seu cavallo da chuva", isto é: "Não me venha com essa", "Fique lá com a sua pretensão". Não conhecemos equivalente exacto no adagiário geral da língua, nem no de outra.

Quem está na chuva é para se molhar — Isto é, quem se meteu numa luta ou está numa posição, sujeita a dissabores, deve resignar-se a isso.

Nem que chova canivetes (ou facas de ponta) — Haja o que houver. Outra forma da mesma ideia:

Quer chova, quer faça sol — E, num sentido restricto:

Chuva não quebra osso — que já ficou registado.

Quem tem rabo de palha não se senta perto do fogo — Aplica-se às pessoas que, tendo muito por onde se lhes pegue, provocam discussões e lutas, expondo-se a acusações e censuras. A mesma ideia assim se exprime em italiano: *Chi ha il capo di cera non vada al sole* (Quem tem cabeça de cera não ande ao sol). É interessante que o nosso ditado, correspondendo bem a esse, quanto ao fundo, parece ligar-se a este outro, também italiano, quanto à forma: *"Non bisogna metter la paglia accanto al fuoco"* (Não se deve pôr a palha junto do fogo). Ainda em metáfora de fogo:

O homem é fogo, a mulher estopa: vem o diabo e assopra. — A colectânea de Roland regista: "Mal se apaga o fogo com a estopa", e nada mais que se assemelhe ao nosso ditado, entretanto bem antigo e generalizado entre nós. A forma é visivelmente

italiana: "L'uomo é fuoco, la donna stoppa: viene il diavolo e gliel'accocca".

Fogo de palha — Em italiano, o mesmo: "Fuoco di paglia".

Brincar com fogo — Em espanhol: "Jugar con fuego".

Não é carne nem peixe — Em italiano: "Non essere né carne né pesce". Em francês: "On ne sait s'il est chair ou poisson".

Achar o pratinho feito — Corresponde exactamente ao italiano "Trovar la pappa scodellata (Achar a papa no prato)".

Com a pulga atrás da orelha — Em italiano, com mais propriedade: "Mettere una pulce "in" un orecchio".

Estar como piolho na costura — Em italiano: "Esser come il pulcino nella stoppa".

Coçar a cabeça — Em italiano: "Gratarsi la pera". Vem de longe: dizia uma facecia escolar da idade média, em latim macarrónico: "Gratatio capitis (sic) facit recordare cosellas".

O que entra por um ouvido sai pelo outro — É velho na língua, como se vê deste passo de D. Francisco Manuel, "Feira de Anexins", dialogo I, § 14.º: "Antes aos de grande orelha lhes entra isso por um ouvido e lhes sai pelo outro..."

Com uma mão atrás e outra adiante — Em d. Francisco Manuel, "Feira de Anexins", Dialogo II, § 4.º: "Você entrou nestes diálogos com uma mão atrás e outra adiante; todo o seu cabedal de chistes se podia apertar em uma mão".

Sentar-se em jacá furado — Eis um dos dizeres mais populares entre a nossa gente da roça, e que tem todo o aspecto de coisa local. Quer dizer: embarcar em empresa arriscada, meter-se em coisa de éxito duvidoso ou sujeita a perigos. A mesma idea, com analogia também de fórma, em italiano: "Sedere in pizzo" (ponta, extremidade, pico).

Estar como peixe nagua — Dizem os franceses: Être comme le poisson dans l'eau".

Estar num torniquete — O conceito fundamental é velhissimo e se reveste de várias fórmulas em todas as línguas. Diziam já os latinos: "Inter incudem et malleum" (Entre a bigorna e o martelo). Os franceses não fizeram senão traduzir essa frase: "Entre l'enclume et le marteau".

Meter-se em funduras — Em espanhol: "Meter-se em hon-duras".

Dar vomitório a alguém — É justamente o francês: "Faire rendre gorge à quelq'un", metáfora que parece tirada do costume que tinham os caçadores medievais de fazer os falcões vomitar antes da caça: "Faire rendre gorge".

Coçar a orelha com o pé — Diz-se dos mulatos. Aparentemente, não ha senão uma imagem, para declarar que o individuo é "cabra". Mas este não é o único animal que se coça com a pata: o que induz a desconfiar que alguma outra origem terá tido esse dito. Reza um velho anexim francês: "Il ne se mouche pas du piéd" (Ele não se assoa com o pé). Vale o mesmo que dizer de uma pessoa que é bem educada e de boas maneiras. Informa L. Martel que a frase nasceu do facto de que os artistas de feira, gente de baixa condição, entre as diferentes sortes que costumavam fazer, executavam essa de passar o pé pelas ventas, como quem se assoava. A explicação não é lá muito satisfactoria; mas enfim sempre se colhe de tudo isto, por enquanto, que ha em francês um ditado análogo ao nosso tanto na fórma como no fundo.

Torcer as orelhas — ás vezes ajunta-se: "e não sair sangue". Em d. Francisco Manuel, "Feira de Anexins", diálogo I, § 14.o: "De eu não ter dado orelhas ao que tenho ouvido, torço a orelha e não me deita sangue..."

Pôr a mão no fogo — No adagiário francês: "J'en mettrais la main au feu". A origem está provavelmente nos medievos "julgamentos de Deus", entre cujos suplicios se contava o de queimar uma das mãos. Se é que não remonta mais longe, até o caso lendario de Mucius Scaevola.

Estar com a orelha quente — Os latinos já acreditavam, como atesta Plínio, que, quando se falava bem de uma pessoa, a orelha

direita dessa pessoa “tinia”; quando mal, a orelha esquerda é que campainhava. A mesma crendice vigora entre nós, com a única diferença que o “som” subjectivo foi substituído pela quentura anormal do pavilhão. Ambos os fenómenos são vulgaríssimos. Dizem os franceses, como os latinos: “Les oreilles doivent vous avoir tinté”. — Se entre nós já não se fala no tintinar do ouvido, em Portugal é possível que se guarde essa tradição. Pelo menos, a ela parecia referir-se d. Francisco Manuel na sua “Feira de Anxins”, dialogo I, § 1.º: “São duros dos cascos, e ainda que souberam que lhes cascaveis, eles trazem cascaveis nas orelhas, que lhes soam, e aos equívocos subtils dão á cabeça”.

Virar casaca — De origem francesa: “Tourner casaque”. Remonta ao tempo das lutas entre católicos e protestantes: estes usavam “casaque” branca; a dos católicos distinguia-se por uma cruz encarnada. Os transfugas, diz Martel, quando se apresentavam aos contrários da véspera, exibiam a casaca, virando-a e revirando-a, para mostrar que não eram inimigos.

Engraxar as mãos a alguém — Corresponde justamente ao francês: “Graisser la patte à quelqu’un”. No tempo de Clotário I, foi concedido às igrejas o direito de receber o dizimo das vendas da carne de porco. Os vendedores, para abrandar o zelo dos fiscaes, lhes “punham na mão” um pedaço de lardo ou de carne. Dai o adágio.

Deus que o marcou... — Refere-se aos indivíduos defeituosos aos quais se attribui acção ou intenção perversa. Em italiano se diz “Segnato da Cristo”.

Aharrar o burro à vontade do dono — Em italiano: “Legar l’asino dove vuole il padrone”.

O rabo é que mais custa esfolar — A colectânea de Roland regista: “O rabo é o pior de esfolar”. Em italiano: “La coda é lá più dura a scorticare”.

Enquanto descansa, carrega pedras — Em castelhano: “Mientras descansas, machaca granzas”.

Quem não deve não teme — Dizem na Espanha: “El que mucho teme, algo debe”.

TRADIÇÕES POPULARES

Nada como um dia depois do outro — Em espanhol: "No hay cosa más socorrida que um dia tras otro".

Formiga tem catarro — Alusão a meninos que se querem apumar como homens. Em italiano: "Le pulci hanno la tosse" (As pulgas estão com tosse). (1)

Mais um punhado de adágios usuais:
Burro velho não toma ensino.
Cada macaco no seu galho.
Cotia ficou sem rabo de tanto fazer favor.
Contar com o ovo na barriga da galinha.
Caír de cavalo magro.
Casar não é casaca que se pendura na estaca.
De pensar morreu um burro.
Estar no mato sem cachorro.
Estar com cara de cachorro que quebrou o pote.
Em festa de macaco inambú-chintã não pia.
Embarcar em canoa furada.
Feliz como porco depois da festa.
Filho de peixe sabe nadar.
Filho de peixe é peixinho.
Lé com lé, cré com cré.
Macaco não olha para o (próprio) rabo.
Macaco que muito mexe quer chumbo.
Macaco velho não mete a mão em cumbuca.
Mais vale um gosto do que quatro vinténs.
Mais vale almoçar e jantar bem do que passar sem ceia.
Ninguém morre na véspera.
Não ser relógio de repetição.
Não poder vêr defunto sem chorar.
O papel tudo aceita.
O que é de gosto regala a vida.
Palavra de rei não volta atrás.
Pimenta nos olhos dos outros não arde.
Para se encontrar com o diabo não carece pressa.
Passar a pão e laranja.

(1) — Como da outra vez, os adágios italianos são citados do livro de G. Franceschi — "Proverbi e modi proverbiali italiani" (Hoepfl, Milão); os franceses, do de L. Martel — "Petit Recueil de Proverbes français" (Garnier, Paris); alguns dos espanhóis, do tomo XVII das obras completas de Fernán Caballero, "Cuentos, Adivinanzas y Refranes" (Rubinos, Madrid). Os provérbios latinos e o que se refere à história dos ditados franceses e italianos, são extraídos dos dois primeiros livros citados.

Praga de urubu não mata cavalo magro.
 Procurar sarna para se coçar.
 Quem nunca comeu melado, quando come se enlambuza.
 Quem nasceu para dez réis não chega a tostão.
 Quem quer vêr marmota, paga.
 Quem não ajuda não atrapalha.
 Quem não trabuca não manduca.
 Quem não pode trapaceia.
 Quem não chora não mama.
 Quem dorme com criança amanhece "molhado".
 Quem ha de gabar o toco senão a coruja'
 Quem pensa não casa.
 Saír a porca mal capada.
 Tomar o pião na unha.
 Tapar o sol com peneira.
 Tão bom como tamborete.
 Tudo o que cáí na réde é peixe.
 Vergonha é roubar.

Poderíamos aumentar o rosário, mas talvez sem a mesma certeza quanto à efectividade e constância do uso. Os que aí ficam são todos ditados que de facto se dizem habitualmente, em terras de S. Paulo.

VII (1)

Leonardo Mota, no livro "Violeiros do Norte", dá uma collecção de adágios e ditados populares do Nordeste. Como éle é bom observador, bom registador de coizas, fiel e sensato, podemos tomar o seu trabalho como uma das raras contribuições com que contamos para o estudo da nossa paremiologia "viva", daquela que anda efectivamente na linguagem usual do povo.

L. Mota coligiu ditados e também locuções de uso constante. Este é outro objecto digno de atenção e estudo. Têm, como os ditados, porém, ainda mais talvez do que estes, o valor de uma boa documentação da linguagem popular mais do que os ditados, porque os ditados, como acontece com os versos, podem conter elementos ossificados, lusitanismos mantidos pela tradição, que de facto não sejam empregados senão nessas peças de enfeite, que o povo engasta no discurso como "entre aspas", por uma espécie de eruditismo ingênuo.

As locuções, ao contrário, desde que estão em curso, já têm mais probabilidades de ser verdadeiros elementos activos de ex-

(1) Os primeiros capitulos foram publicados em 1925 em "O Estado de S. Paulo", os últimos, a começar pelos dois anteriores, em 1929.

pressão, isto é, elementos sujeitos às mesmas acções e reacções, às mesmas repercussões e irradiações a que estão submetidas, as partes vivas de uma língua.

Além disso, como já fizemos notar em rabiscos aqui mesmo publicados em 1925 (1), o estudo da paremiologia não pode limitar-se a provérbios e refrãos. Não é possível traçar linha divisória, a não ser arbitrária, entre provérbios e refrãos, de um lado, e simples locuções ou frases feitas, de outro lado. Muitas destas não são senão restos de ditados esquecidos. Muitas parecem, ao contrário, tender a desenvolver-se em provérbios. Muitas ainda, representam alusões a ditados que, por abreviar, não se reproduzem mais.

Assim a paremiologia deve abranger, de uma vez, todas as formas populares, consagradas de expressão oral, inclusive as "pulhas", as "respostas", os "apodos", etc.

Vejamos os ditados que Leonardo Mota colheu no Nordeste.

A cavalo dado não se abre a bôca. — A fôrma geralmente conhecida, registada pelos paremiologistas e consagrada pela literatura, é — "A cavalo dado não se olha o dente". É curiosa a variante acima, não por ser uma variante, coisa comum, mas por coincidir exactamente com a fôrma italiana: "A cavalo donato non si guarda in bocca", e com a francesa: "A cheval donné on ne regarde pas la bouche".

A gente pensa que faz um giro e faz um girau. — Diz o collector que vale o mesmo que "A gente pensa que se benze e arrebenta as ventas" (variante de uma velha frase proverbial: "Quis fazer o sinal da cruz e quebrou o nariz", que tem esta versão espanhola: "Púzose a santiguar y se sacó un ojo"). Outro ditado equivalente, ainda do Nordeste:

A gente pensa que faz um calculo e faz um cacúlo.

Andar escovando urubú. — Equivale a "Andar sem emprêgo". Abundam as expressões pitorescas para caracterizar essa situação: "Estar no desvio", "a lavar cachorro sem sabão", "medindo ruas", etc.

Ano de muito chocalho e pouco pescoço — Refere-se "ao ano seguinte ao de uma sêca, em que o gado, os animais e as criações foram dizimados pela fome". Adágio regional.

Ano de muito rasto e pouco pasto — ano de sêca, em que os pastos são torrados pelo sol e as retiradas sucedem-se. Regional.

(1) Quatro folhetins sobre "Paremiologia", Novembro e Dezembro de 1925, e que correspondem aos capítulos anteriores.

Antes fanhoso do que sem nariz — isto é, dos males o menor. Cremos que não é de todo desconhecido cá pelo Sul.

A regra se põe na bôca do sacco. — Explica Leonardo Mota: “os negócios só andarão bem se prèviamente ou logo de começo se fixarem as normas que os regerão”. Aquele distincto folclorista está mais habilitado do que nós para interpretar os ditados da sua terra, mas é possível que haja aí outro matiz. A metáfora parece evidentemente referir-se ao costume, que os roceiros observam nas feiras e mercados, também por cá, de correr uma “regra” pela boca do sacco chelo (de arroz, farinha, ou o que quer que seja). Entre nós, às vezes, o vendedor, depois de correr a regua, ou mesmo sem isso, despeja por cima, dando-a “de chôro”, mais uma porção, que vai forniar um monticulo em ponta: é o que se chama “cacular”, isto é, “acogular” como está nos dicionários. Não se comprehende bem como o ditado nordestino teria tomado a significação que lhe dá o nosso amigo. Pareceria mais natural que significasse que os serviços só devem ser retribuídos depois de feitos. Mas isto não é uma contestação.

A roda pior do carro é que faz mais barulho. — Dispensa explicação. Parece claro que provém do italiano: “La peggio ruota é quella che stride”.

As vezes, à falta de um grito, vai-se embora uma bolada. — A expressão “à falta” é puro lusitanismo. Por aqui, e cremos que no Nordeste o mesmo se dá, a linguagem corrente só usa “por falta”, “pela falta”. Esse ditado, a ser de facto assim mesmo, deve então constituir exemplo dessas locuções ossificadas, que há em todas as línguas e só se empregam em determinadas circunstâncias.

Atrás do pobre anda um bicho. — Diz L. Mota que este equivale ao ditado português: Atrás dos apedrejados correm as pedras”. Não nos parece. O ditado português encerra talvez a observação de um facto trivial na sociedade: quando um desgraçado é victima de acusações e zombarias violentas, não há compaixão para elle, antes toda a gente acompanha e secunda os ataques. Dirá o mesmo que estes outros: “A cão mordido todos o mordem” — “Ad alberò caduto, dâgli, dâgli”.

O provérbio nordestino, a nosso vêr, se refere simplesmente à condição do homem pobre que os povos se inclinam a julgar ligada a uma espécie de fatalidade adversa. São allás numerosas, na paremiologia universal, as alusões à má estrela dos pobres. “Quem não tem dinheiro (diz uma velha facecia) até lhe fazem do assento candleiro...” E dizem outros ditados: “Ao pobre e ao

nogal, todos lhe fazem mal". — Quem não tem dinheiro não tem graça" — "Vale quem tem" — "I poveri non han parenti". E Dante no "Inferno":

Con quel furor e con quella tempestá
Ch' escono i canti in dosso al poverello
Che di subito chiede, ove s'arresta.

Boi solto se lambe todo. — Este é velho na língua; está na colectânea de Rolland. Nem é de formação vernácula. Encontra-se no adagiário italiano, fonte onde parecem ter ido beber largamente os literatos e anexiristas portugueses de outrora: "Bue sciolto lecca per tutto".

Boi manso, aperreado, arremete. — Porisso diz um adágio português: "De boi manso me guarde a mim Deus; do bravo eu me guardarei". (Afrânio Peixoto registra: "Boi sonso, çornada certa" ("Adágios brasileiros", Revista da Academia).

Botar verde para pegar maduro. — Cá pelo Sul se diz: "Plantar verde para colher maduros". Não lhe conhecemos símil exacto em outra língua. Mas há um "diton" que talvez não seja estranho à origem do nosso anexim: "Prendre quelqu'un sans vert", isto é, pegar alguém desprevenido. O sentido é diferente, mas o sentido dos adágios também se modifica com os tempos e os meios.

Cachorro, por se avexar, nasceu com os olhos tapados. — Entenda-se por "avexar-se": apressar-se. Equivale ao francês "Qui se hâte trop, se fourvole". E há um ditado italiano bem mais parecido com o nordestino: "La gatta frettolosa fece i gattini ciechi", que se pode traduzir: "Por ter muita pressa a gata pariu os seus gatinhos cegos". De resto, o adagiário de todos os povos encerra advertências mais ou menos pitorescas contra os inconvenientes da pressa exagerada. Diz o brocardo latino com lapidar concisão: "Festina lente". (Apressa-te... de vagar).

Com o pé adiante a mão atrás. — Significa: "átõa, sem meio de vida". A fórmula portuguesa tradicional, ainda subsistente em S. Paulo, é: "Com uma mão adiante e outra atrás". No passado artigo, vimos que d. Francisco Manuel de Melo dá essa fórmula, exactamente, na sua "Feira de Anexins".

Cavalo comedor, cabresto curto. — Está na colecção portuguesa de F. R. I. L. E. L. (Rolland): "A cavallo roedor, cabresto curto". E está, igualmente, no adagiário italiano: "A cavallo mangiatore, capestro corto".

De noite todos os gatos são pardos. — É de uso muito antigo e muito espalhado. Em italiano: "Al bulo tutte le gatte sin biglie". Em francês: "La nuit, tous les chats sont gris".

De pensar morreu um burro. — Já o registámos entre os vulgares em São Paulo. Só faltou dizer que se trata propriamente de uma dessas "respostas" faceciosas que o povo usa dar a frases alheias. Diz o sr. Mota: "De pensar, etc. — retrucam irónicamente os matutos quando alguém pede desculpas, alegando que "pensava que..." É o mesmo em São Paulo; e em Minas também, como atesta o sr. Lindolfo Gomes ("Nihil novi"). Como este último autor bem sugere, deve haver nessa resposta um trocadilho com a dupla significação de "pensar".

É um pão com dois pedaços. — Já vimos que a fôrma usada em São Paulo difere um pouco: "É um pão e um pedaço". coincidindo com a espanhola registada por Fernan Caballero. Mas a colectânea de Rolland regista: "Bom é um pão com dois pedaços". E aqui temos um pequeno problema curioso.

No frigar dos ovos é que a manteiga chía. — Variante de anexim muito vulgarizado: "No frigar dos ovos é que se vê a gordura". Na coletânea de Rolland: "Ao frigar dos ovos o vereis".

Pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. — Também não é peculiar ao Nordeste, nem ao Brasil. A coletânea rollandiana regista: "Quem torto nasce, tarde se endireita".

Quem come do meu pirão leva do meu cinturão. — Em substância equivale ao velho ditado português: "Quem dá o pão dá o ensino". Afrânio Peixoto (op. cit.) consigna esta variante: "... leva do meu bordão".

Em terra de sapo, de côra com'êlé — Nota o colector que corresponde ao provérbio arabe: "Em Roma, sê romano". Dizem os franceses: "Il faut lurier avec les loups" e "Soyez fou avec les fous". E também dizem, sem nenhuma influência arabe: "Il faut vivre a Rome comme á Rome".

Ficar na varzea sem cachorro. — Variante do nosso "Estar no mato sem cachorro".

Outros ditados interessantes colhidos pelo mesmo escritor no Nordeste:

Depois que o diabo come é que chegam as colheres.

Filho só puxa o pai quando o pai é cego.

Missa e maré se espera ao pé.

Não ha dois altos sem um baixo no meio.

Nem reza de padre velho dá jeito.

TRADIÇÕES POPULARES

O que Deus der se come, o que faltar Sant'Anna intéra
O que é do home o bicho não come.
Mais tem Deus pr'a me dar do que o diabo pr'a me tirar.
Quem adiante não olha atrás se fica.
Quem compra sem poder, vende sem querer.
Quem de moço não morre, de velho não escapa.
Quem de uma escapa cem anos vive.
Quem guarda com fome o gato come.
Quem levou tiro que conte os buracos.
Quem precisa é quem se estira.
Quem vai à festa, três dias não presta.
Quem quer passar bem não sai de casa.

Como se vê, é considerável a contribuição que o talentoso escritor trouxe ao incipiente estudo da paremiologia brasileira, campo quasi de todo inexplorado. Temos aí um bom punhado de anexins e rifãos autenticamente usuais. E ainda há na colecção muitos outros dizeres que não respigamos.

São curiosos antes de tudo, porque, em grande parte, revestem um cunho de originalidade e de pitoresco, embora encerrando conceltos tradicionais consagrados pelo bom senso dos povos. A vivacidade e o colorido de muitos desses ditados fazem lembrar a graça chocarrona do adagiarío andaluz.

Depois, esses ditados nordestinos, como ficou rapidamente indicado nas precedentes notas suscitam várias questões de origem e migração, que interessam ao estudo geral da paremiologia portuguesa. Alguns prendem-se a fórmulas italianas ou francesas, sem aparentemente se ligar ao adagiarío português; ou, entre a fórmula portuguesa conhecida e a italiana ou francesa, se acostam mais a uma destas últimas.

Seria muito de desejar que os estudiosos de folclore e de linguagem e em geral, de assuntos populares brasileiros, tratassem de coligir os dizeres usuais de suas respectivas regiões. É tempo de seguirmos o exemplo da Alemanha, da Inglaterra, da Itália e muitos outros países, onde existem numerosas colectaneas de provérbios e ditados, umas gerais, outras regionais ou dialectais.

Compilações há, como a alemã de Wander, que contém dezenas de milhares de frases (aquela, 45.000). Ainda ha pouco, publicou-se uma na Espanha, de Rodriguez Marin, intitulada justamente: "Más de 21.000 refranes castellanos" e depois dessa appareceu uma outra grande colecção de Cejador y Franca, "Refranero castellano".

Se a colheita que Leonardo Mota fez no Nordeste permite imaginar a riqueza do filão que existe por lá, também não faltam indícios de que em outras regiões do país haveria muito que ajuntar.

Em Minas, por exemplo, tudo leva a crêr que deve ser considerável a quantidade de dizeres consagrados pelo uso popular, não faltando, ao lado do elemento tradicional antigo as inovações e adaptações que traduzem a capacidade própria do povo para dar expressão original às suas experiências.

No próximo capítulo veremos algo a respeito daquele Estado.

VIII

Dissemos, no ultimo capítulo, que tínhamos algo que ajuntar a estes insossos apontamentos paremiográficos, com relação ao Estado de Minas. De facto, um dos nossos raros leitores, o prezado confrade Amadeu de Queiroz, envia-nos um punhado de dizeres populares dali, afirmando que, conforme o que opinávamos sôbre o critério aconselhável nestes estudos, não se trata de pseudo-dizeres do povo, mas de verdadeiros adágios correntes e moentes.

Reproduzimo-los em seguida, com as rápidas notas que de momento lhes podemos ajuntar, como temos feito com grande parte dos já compilados.

Praga de urubú não mata cavalo gordo. — Registámo-lo já entre os usuais em São Paulo, com a única diferença do adjectivo: "magro", em vez de "gordo". Aliás, conhecemos também esta variante, e até nos parece que ambas as formas são empregadas, assim como se emprega igualmente o ditado sem adjectivo nenhum.

Urubú quando está caipora, nem galho de peroba (o) escora. — Já ficou registado o anexim nordestino, colhido por Leonardo Mota, e não de todo desconhecido em São Paulo: "Urubú quando está caipora, até o de baixo... no de cima". Este de Minas é uma espécie de variante do mesmo tema do calporismo encarnado no urubu. Afrânio Peixoto, no trabalho citado, enumera diversas outras.

Por que a insistência em pôr esse bicho em tantos dizeres populares? Reminiscências da fábula da raposa e o "corvo" (nome que por aqui se dá também ao urubu)? Ecos de alguma das nossas histórias populares de animais?

Ocorre-nos um outro dito brasileiro, em que a mesma ave serve de comparação: "Passo de urubu malandro". Já ficou mencionada aquela frase-feita do Nordeste: "Andar escovando urubu". E é possível que não esteja encerrada a série.

Deus é grande, e o mato é maior. — Também corre por S. Paulo. Apenas, temo-lo ouvido com um "mas", em lugar da conjunção "e".

Eu te conheço, meu pau de laranjeira! — Igualmente vulgar por cá. Recordamo-nos vagamente de o já ter visto explicado algures, mas não nos lembra como, nem onde. À primeira inspecção, parece derivado do dito francês: "Conheci-o ameixeira" (isto é, quando ainda era simples pau de ameixeira) ou da mesma anedota que a este deu origem:

Conta-se que havia em certa paróquia dos arredores de Bruxelas um S. João reputado por muito milagroso. Como a imagem se deteriorasse, o cura resolveu substituí-la por outra, esculpida num pedaço de uma ameixeira do seu pomar; mas os devotos sumiram-se. Intrigado durante muito tempo, sem poder atinar com a explicação do caso, o padre afinal aborda um dos antigos fiéis do santo, então indiferente como os demais. E esse lhe revelou a causa do afastamento: não tinha fé no santo novo. "Por quê?" perguntou o cura. "Ora, conheci-o ameixeira!" (Rozan. "Locuções, Proverbios...", trad. espanhola de Luis de Terán).

Boi sonso é que arromba curral. — Não topamos ainda com este na tradição oral em S. Paulo, mas é muito provável que por aí corra.

Afrânio Peixoto regista: "Boi sonso, cornada certa"; e Leonardo Mota recolheu no Nordeste: "Boi manso, aperreado, arremete".

Cavalo comedor, cabresto curto. — Já ficou registado entre os coligidos por L. Mota no Nordeste. Como dissemos, é do adagiário geral da língua.

Deixa estar, jacaré, a lagoa ha de secar! — Igualmente usual em São Paulo.

O que cai no pari é peixe. — Já registado, em artigo anterior, como corrente neste Estado, com "rêde" em vez de "pari".

Dona Alexina de Magalhães consigna outra variante mineira: "Tudo o que cai no jiqui é peixe" ("Provérbios populares"); e Afrânio Peixoto: "Tudo quanto cai no munzuá é peixe".

Sair a porca mal capada — É de uso geral e antigo.

Negro, quando pinta, cento e trinta — Isto é, quando o negro chega a ter cabelos grizalhos, é porque está em idade muito avançada. Leonardo Mota colheu no Nordeste: "Negro quando pinta, três vezes trinta".

Onde o galo canta, aí janta. — Depara-se aqui um caso curioso: por influência, naturalmente, do verbo "cantar", que em outros dizeres consagrados aparece como predicado do sujeito "galo", alterou-se desse modo o velho provérbio português, que é: "Abade, d'onde canta, daí janta".

Moça, chita e fita, não ha feia nem bonita. — Conhecemo-lo por cá, mas sob modalidade um pouco diferente: "Moças, flores e fitas, não ha feias nem bonitas". Tudo derivações da patusca sentença: "De gustibus et coloribus non disputandum".

Quem escuta, ouve. — Condensação um tanto sibilina do provérbio português já muito abreviado: "Quem escuta, de si ouve", isto é, quem anda a querer surpreender conversações alheias, corre o risco de ouvir coisas desagradáveis.

O direito do anzol é ser torto. — Está na "Feira de Aneixins", de d. Francisco M. de Melo: "Bem sei eu que o direito do anzol é ser torto..." (Dial. II, parágrafo 3.º).

Boi morto vaca é. — Como o precedente, não vem na colectânea de Rolland, mas está na citada "Feira" (Fábula VI).

Um gambá cheira outro. — Igualmente consignado por Afrânio Peixoto, na sua citada série de ditados brasileiros, sem designação de procedência. Nunca o ouvimos por aqui. Talvez um eco deformado do velho "Asinus asinum fricat".

Cachorro rabi não passa em pinguela. — Outro ditado de feição brasileira. Sé-lo-á também no miúdo? Como temos visto, muitos ha que aparecem vestidos à nacional, mas não são mais do que versões ou paródias.

Mulher e cachaça em toda a parte se acha. — Leonardo Mota registou no Nordeste: "Mulher e pau de porteira em toda a parte se encontra".

Faca na barriga dos outros não doi. — Evidentemente, variante do provérbio já registado como usual em S. Paulo: "Pimenta nos olhos dos outros não arde".

Em festa de jacu, nhambú não vai — Já o havíamos registrado sob a variante: "Em festa de macuco, inambú-chitã não

pia". Afrânio Peixoto colheu: "E à festa de jacú não entra nambú".

"Inambú, nambú, inhambú, nhambú", tudo são formas usuais do mesmo nome.

Quem nasceu para dez réis não chega a vintém — Demô-lo sob a fôrma: "não chega a tostão". Ambas as moedas correm, à vontade de quem emprega o ditado.

Papagaio come milho, periquito leva a fama — Também já registado entre os vulgares em S. Paulo. A propósito: "Lindolfo Gomes levantou uma dúvida interessante sobre o termo "fama", que diz ser alteração de "rama", apoiando-se numa quadrinha do "Anatómico jocoso":

Papagaio come milho,
periquito leva a rama;
cada negro que é cativo
vai falar à sua dama.

Apesar desse exemplo, acreditamos que o ditado, como corre pelo Brasil, deve estar certo. É um exemplo isolado contra o uso constante e geral, que de resto faz perfeito sentido.

A expressão destacada "levar fama", também está no uso vulgar. Há uma quadrinha paulista onde se encontram estes versos de feição proverbial:

Quem anda por casa alheia
leva fama de faminto.

Laranja madura na beira da estrada, ou é azeda ou tem maribondo — Já o temos encontrado em artigos e colectâneas, e também com a palavra "maribondo" trocada em "vespa". Não o registámos, porque na verdade nunca o ouvimos empregar. A presente comunicação é indício de que se trata de um provérbio "vivo", pelo menos em Minas, pois o nosso missivista nos afirma que todos os que envia são "de facto correntemente usados".

Afrânio Peixoto, como só ha poucos dias verificámos, colheu o mesmo adágio sob ligeira variante: "Laranja madura na estrada, ou é podre ou tem maribondo".

A barriga não dói uma vez só — Com esta variante, no já citado trabalho de Afrânio Peixoto: "Dôr de barriga não dói uma vez só". A locução "dôr de barriga" em sentido figurado nos vem de tradição velha. Lê-se em F. M. de Mello, "Feira de Aneixins", dialogo II: "Que dôr de barriga tem você com isso?".

Dar dói, chorar faz ranho — F. M. de Mello, "Feira de Aneixins", dialogo V: "...o muito chorar faz ranho".

Para encontrar o diabo não é preciso madrugar — Já mencionamos como usual em S. Paulo, sob a fôrma: "Para se encontrar com o diabo não carece pressa".

Gato de luva é sinal de chuva — Em S. Paulo se diz: "Macaco de luva...". Aplica-se como zombaria. Onde se teria originado a estrambótica idea? Parece plausível que o dito tenha nascido como paródia de um dos numerosos provérbios meteorológicos ou agrícolas existentes na lingua portugueza, como em todas.

Quem mal usa mal cuida — Em S. Paulo se diz: Gato ruivo, o que usa cuida". A colectânea de Rolland regista: "A porca ruiva, o que faz, isso cuida", fôrma que Ladislau Batalha reproduz, dando o provérbio como "antigo" ("História geral dos Provérbios portugueses").

Tal como corre em Minas, o ditado tem um cunho de lusitanismo bem pronunciado; talvez seja simples e velha traducção do italiano: "Chi mal fa, mal pensa", ou de um outro, em diferente lingua, de que também o italiano tenha tirado o seu.

A "porca ruiva" e o "gato ruivo" devem ser acréscimos um pouco arbitrários, provavelmente influenciados por vários outros ditados referentes à pelagem avermelhada (ruiva ou ruça), tida como signal de mau carácter, tanto nos individuos humanos como nos animais. Tida onde? Em Portugal, se damos credito aos seus ditados: "Falsos por natura, cabelo negro e barba ruiva" — "O homem ruivo e a mulher barbuda, de longe se saúda" — "Conhecido como o cão ruivo" — etc. Mas esses ditados correspondem a varios outros da lingua italiana: "Uomo rosso e can lanuto, piuttosto morto che conosciuto" — etc.

Por fóra muita farofa, por dentro molambo só — Este corre mais ou menos por todo o país, e é um dos que deparam problemazinhos mais intrincados quanto à sua origem e transformação. Parece ter passado por muitas aventuras.

Em Portugal, existe de longa data um ditado, que vem mais de uma vez nos "Apólogos dialogais" de dom Francisco Manuel: "Por fóra pau e viola, por dentro pão bolorento". Também se encontra em outros autores e, se nos não enganamos, em Gregorio de Matos, com ligeira variante: "Por fóra, bela viola...". E' claro que o nosso adagio, ou é alteração desse, ou vem de fonte comum.

Em certo comentário, num dos seus números de abril de 1927, "La Nacion", de Buenos Aires, recordava o seguinte trechinho de uma "popular zarzuela hespanhola": "Tanto vestido blanco, tanta farola, y el puchero, en la lumbre con agua sola". Aqui temos, evidentemente, não a origem do nosso ditado, que remonta no mínimo ao século XVIII, mas talvez uma das causas da sua feição actual. É de notar a similitude sônica entre "farofa" e "farola", e a identidade de sentido das duas palavras.

Além desses, o nosso prezado missivista nos dá mais uma boa série de dizeres interessantes e pitorescos, de feitio aparentemente nacional, por ele colleccionados em Minas:

Água por morro abaixo e fogo por morro acima (dificuldades grandes) — A melhor espiga é para o pior porco — Azul e verde, ranho na parede — Alegria de pobre é um dia só — Caça ruim é que desarma mundéu — Chuva que troveja não cai — Casa feita, mulher por fazer — Com quem pode não se brinca — De dia na lama, de noite na cama — Entrou o diabo na casa do terço — Galinha que canta é dona dos ovos — Irmão de barqueiro não paga passagem — O diabo tanto mexe com o olho do filho que afinal o fura — Porco não se coça em pau de espinho — Pote velho é que tem boa água — Por baixo da água e por cima do fogo — Quem tem olho fundo chora cedo — Quem não quer barulho de cabaca não carrega duas — Quem vive com fé casado é — Quem não dança pega criança — Quem dá e torna a tomar, no inferno vai parar — Quem dá leva saco — Quem herda não furta — Quando o negro não quer fava, fava nele! — Uns gostam de sarro de pito, outros de morrão de candeia.

Juntamente com esses, muitos outros ditados usuais em Minas que também o são em São Paulo; alguns já por nós registados, outros ainda não:

Atirar no que viu e matar o que não viu — Amarrar cachorro com linguça — Amarrar o burro à vontade do dono — Amigos, amigos, negócios à parte — Burro velho não toma ensino — Cada macaco no seu galho — Do couro sai a correia — Dois bichudos não se beijam — Mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga — Mais vale um gosto do que quatro vinténs — Morrer por morrer morra meu pai, que é mais velho — Mal com ele, pior sem ele — Não anda o carro adiante dos bois — Nunca falta um chinelo velho para um pé inchado — O que é de gosto regala a vida — O papel tudo aceita — O que não mata engorda — O rabo é mais difícil de esfolar — Os dedos da mão não são iguais — Quanto mais alto, maior o tombo — Quem tem padrinho rico não morre pagão — Quem está na chuva é para se molhar — Quem não chora não mama — Quem não arrisca não petisca — Quem sai aos seus não degenera — Quem vem atrás feche a porteira — Quem quer bem sempre se encontra — Quem diz o que quer ouve o que não quer — Roupa suja lava-se em casa

— Sair o trunfo às avessas — Sair o tiro pela culatra — Saco vazio não pára em pé — Santo da terra não faz milagre — Sapo de fora não chia — Um dia é da caça, outro do caçador — Uma mão lava a outra — Virar o feitiço contra o feitiço.

Outros, enfim, já nos parecem dever ser menos vulgares. Pelo menos, nunca os encontramos por cá. Afigura-se-nos pertencerem ao numero dos ditados que se costumam dizer “populares”, mas que de facto só se encontram entre gente culta, e sobretudo entre a gente que escreve para o publico. Como quer que seja, não são apenas de origem portuguesa, como os da lista precedente, mas a própria forma, ou redacção, é toda lusitana:

Amor é vento, vai um, vem cento — A rico não devas e a pobre não prometas — Casa onde falta pão, todos gritam e ninguém tem razão — Dentada de cão, pelo do dito — Festa acabada, músicos a pé — Mais vale amigo na praça que dinheiro na caixa — Mateus, olha os teus — Menino e sino não dão de si sem pancada — Na sêda mais fina é que a mancha pega — O olho do dono engorda o cavalo — Os costumes de casa um dia vão à praça — Quem anda aos porcos tudo lhe ronca — Quem tem capa escapa — Tolo é o cão que enjeita o osso que lhe dão.

No que se refere às paremias, como na linguagem em geral, ha uma corrente culta ou literaria e uma corrente popular. Seria bom dirigissem os colecionadores e estudiosos sua atenção para esse duplo fenomeno, a fim de separarem os produtos de uma e outra corrente, que allás, muitos vezes, nos casos concretos, se apresentam entrelaçadas.

Apurados os dizeres que de facto se acham incorporados ao patrimonio da literatura oral do povo; feito esse primeiro desbaste, é claro que não só já se deu um passo no sentido de conhecer melhor essa literatura, como tambem já se pode, com mais fundamento aventar hipóteses e encaminhar os estudos acerca das origens e transformações desses dizeres.

Um outro amável correspondente, este da Bahia, o sr. José Teixeira Barros, nos faz uma comunicação que reputamos interessante: que grande numero, ou quasi todos os ditados reproduzidos em um de nossos passados capítulos como usais em São Paulo, também são correntes naquele Estado. E' interessante a comunicação, porque ela serve justamente a um dos fins que devemos ter em vista: estabelecer o inventário das paremias efectivamente usadas pelas nossas populações, distinguindo ao mesmo tempo as que são de uso regional e as que pertencem a um fundo comum a todo o pais.

Els os dizeres que o sr. Barros enumera como usuais na Bahia, e por nós apontados como vulgares em São Paulo:

Amarrar o burro à vontade do dono — Chover no molhado — Chuva não quebra osso — Como uma mão atrás e outra adiante — Com a pulga atrás da orelha — Cada macaco no seu galho — Contar com o ovo no "interior" da galinha — Cair de cavalo magro — Casar não é casaca — Dizer o milagre sem dizer o santo — De pensar morreu um burro — Enquanto descansa carrega pedra — Fogo de palha — Filho de peixe, peixinho e — Mão fria, coração quente — Meter-se em funduras — Macaco quando mexe quer chumbo — Mais vale um gosto do que quatro vintens — Mais vale passar sem jantar do que dormir sem cear — Não ver defunto que não chore — Não ser carne nem peixe — Nada como um dia depois do outro — O rabo é mais duro de esfolar — O papel tudo aceita — Palavra de rei não volta atrás — Pimenta nos olhos dos outros não arde — Para se encontrar com diabo não precisa acordar cedo — Praga de urubu magro não mata cavalo gordo — Procurar sarna para se coçar — Pôr a mão no fogo — Quem não deve não teme — Quem casa quer casa — Quem não arrisca não petisca — Quem nasceu para dez réis não chega a vintém — Quem não chora não mama — Quem pensa não casa — Quer chova quer faça sol — Torcer as orelhas e não deitar sangue.

Como se vê, a maior parte dessa lista coincide também com a de Minas.

Além desses, o sr. Barros dá mais os seguintes, que são simples variantes:

Parapagaio velho não aprende a falar — E' o nosso "Burro velho não toma ensino".

Em festa de branco, negro não se mete — Corresponde a: "Em festa de macuco, nambu não pia".

Gato que nunca comeu azeite, quando come se lambuza — E' conhecido: "Quem nunca comeu melado..."

Finalmente, o nosso gentil missivista bahiano cita um rifão que parece novo para nós: "Quem te mandou, urubu pelado, meter entre os coroados?"

IX

Bem desejávamos, como se viu no capítulo anterior, pôr um ponto final... provisório nesta série de considerações insossas acerca das paremias nacionais. O assunto não interessa a quasi ninguém, pelo menos em S. Paulo, onde estas coisas do nosso folclore passam por meras caceteações contumazes de quem não tem mais que fazer. S. Paulo já chegou a um grau de desenvolvimento intelectual de tal modo avantajado, que estas laboriosas miudezas, preparatórias de conclusões futuras, já foram todas ultrapassadas, como carreiros desnecessários a quem anda de automovel, ou de avião.

Desde 1925, ano em que começámos a publicar uma enfiada de trabalhos atinentes ao folclore paulista e, portanto, ao nacional, temos recebido grande número de cartas, umas portadoras de achegas ou de contribuições, outras de reparos e observações diversas; cartas de mineiros, de nordestenses, de bahianos, de fluminenses, de amazonenses, residentes em S. Paulo ou lá nos confins das suas terras. Daqui, de paulistas, raríssimas vezes tivemos ensejo de receber um auxílio, uma rectificação, uma lembrança, qualquer coisa que denotasse algum espontâneo interesse pela matéria. As poucas contribuições que nos têm vindo dos nossos conterrâneos têm sido arrancadas a poder de empenho, — salvo contadas excepções.

Pretendíamos, pois, passar a outro assunto, embora sempre no vasto campo do folclore, o qual, dentro da nossa irremediável certeza de vistas, que não procuramos dissimular, continuamos considerando como seara muito preciosa para quem quer que deseje melhor conhecer a realidade objectiva da nossa psique, assim como da vida espiritual de todas as colectividades humanas.

Acontece, porém, que ainda agora, nos acaba de trazer o correio mais uma contribuição — dupla contribuição de materiais e de observações. Vem, como tantas outras, de um brasileiro que não é de S. Paulo. Trata-se do nosso ilustrado colega e amigo, o sul-riograndense Vivaldo Coaraci (que nos perdoará esta pequena violação da reserva em que se deve manter a correspondência particular). Inteligência aberta e maleável, de uma curiosidade sem fim, capaz de se ocupar com uma quantidade de coisas sem o mínimo fito de proveito pessoal, apenas por um impulso de "generosidade" intelectual, o competente engenheiro e publicista leu as nossas frioleiras acerca de paremias, e escreveu-nos de Boa Vlagem, em data de 8 do corrente:

"Tenho lido os seus estudos sobre folclore. Não sou cultor da especialidade, mas reconheço o seu interesse. Várias vezes tenho-lhe dado algumas contribuições corriqueiras, colhidas no decurso da minha vida errante de engenheiro (no tempo em que ainda o era).

Tenho acompanhado os seus últimos trabalhos sobre provérbios e ditados, matéria em que a colecção das minhas observações é grande. E é por isto que ousou trazer-lhe um pequeno comentário.

Parece-me difícil precisar um critério regional estricto na questão das paremias. A maioria dos provérbios citados como sendo paulistas, eu os conheço de uso vulgar no Rio de Janeiro,

no Estado do Rio, em S. Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul, terras cujo falar popular me é bem conhecido. Ainda ha pouco viu o amigo que muitos dos ditos de S. Paulo são vulgares em Minas e na Bahia. Pois, também o são naqueles Estados que citei acima. Sob esse ponto de vista, a unidade nacional, parece-me, é um facto. Muito mais fácil seria de uma lista geral de rifões, ditados, lugares comuns, etc., usados pelo povo, extrair aqueles poucos que são de carácter estritamente regional, pois constituem minoria muito pequena, do que citá-los logo de início.

Outra observação que me permito. Alguns dos ditados que o amigo presume serem usados apenas por gente culta, encontram-se de facto na boca do povo. Dentre os mencionados como tais em seu último artigo, citarei os seguintes que tenho ouvido em uso corrente nas camadas populares:

Ao rico não devas e ao pobre não prometas; Dentada de cão cura-se com pelo do mesmo cão; Mateus, primeiro os teus; O olho do dono é que engorda o cavalo; Quem anda aos porcos, tudo lhe ronca; Quem tem capa escapa.

Como vê, alguns deles apresentam ligeira variante sôbre as formas citadas no seu artigo.

Parece-me que é justamente nesta questão das variantes, sobretudo das pequenas variantes, que se pode precisar o carácter regional. De zona para zona do país, o povo introduz pequenas alterações nos modos de dizer. Já lhe disse que não entendo do assunto; mas é provável que esta minha observação esteja registada e estudada pelos folcloristas.

As formas de que o amigo às vezes desconfia, por lhe parecerem de carácter demasiado lusitano na sua construcção, são muitas vezes vulgares no Rio Grande do Sul. Creio que seja esse o Estado em que o português falado pelo povo é gramaticalmente mais escoreito e mais se aproxima da linguagem de Portugal. Gramaticalmente, digo eu; não na pronúncia, nem no vocabulário. Será a permanência da influência dos ilhéus que povoaram parte do Estado sulino?

Assim, como exemplo, da transformação do vocabulário, cito o provérbio português: "Tantas vezes vai o pucaro à bica, que um dia lá fica", que no Rio Grande toma a forma: "Tantas vezes vai o pote à fonte que um dia lá se quebra".

Outro aspecto que me parece muito interessante deste assunto é a sinonímia, se assim se pode dizer, dos ditados, isto é, formas diferentes para exprimir a mesma idea. Exemplo: "Dois bicudos não se beijam" e "Duro com duro não faz bom muro". Na última

forma, existe, se é permitido dizer assim, um pouco mais de "filosofia", pois implica a necessidade da "argamassa", isto é, do elemento aglutinante e maleável para as construções duradouras.

Para que o amigo não se queixe de que lhe escrevi uma carta inteiramente inútil, aqui junto uma relação de ditados e ditos que são realmente "ditos" e que tenho ouvido em uso pelo povo, principalmente no Rio Grande. Apenas não me sobra tempo para os pôr em ordem alfabética, pois que vou citando de memória, não direi ao correr da pena, mas ao correr da máquina:

Quem casa quer casa; Dever é honra, pagar é brío; Filho de peixe sabe nadar; Não ha tropa que não tenha um boi corneta. Eles são brancos, lá se entendam (var.: "avenham"); Macaco não olha para seu rabo; Falar no mau, aparelhar o pau; Quem fala no diabo, olha para a porta; Chuva não quebra osso; Língua não tem osso; Do melão o melhor é o calado, Deus os fez e o diabo os ajuntou; Casa arrombada, tranca na porta; Burro morto, cevada ao rabo; Quem ama o feio, bonito lhe parece; Se não fosse o mau gosto, que seria do amarelo? Quem não quer passar por lobo não lhe veste a pele; Cada cabeça, cada sentença; Quem meu filho beija, a minha boca adoça; Macaco velho não mete a mão em combuca; De pequenino se torce o pepino; Cão de raça caça; Não ha sábado sem sol, domingo sem missa e segunda sem preguiça; Quem espera sempre alcança; Quem espera desespera; Noivado prolongado acaba desmanchado; Quem ha de gabar a noiva se não o noivo? O que arde cura e o que aperta segura; Não ha mal que sempre dure nem bem que nunca acabe; Lua nova de setembro trovejada, trinta dias de molhada; Cada um sabe onde lhe aperta o sapato.

Expressões que não constituem sentenças, mas que são lugares comuns frequentemente usados, são numerosas. Não quero importuná-lo dando-lhe uma lista das mesmas. Apenas citarei, pelo seu caracter acentuadamente regional, as seguintes do Rio Grande do Sul:

Pisar no poncho... (ofender, irritar); Disparar com os arreios (zangar-se, enfurecer-se); Andar escoteiro (andar sozinho); Pisar (machucar); Do lado de montar (do lado esquerdo); do lado de laçar (do lado direito); Apertar a guaiaca ou a cincha (passar fome); Tomar mais um mate (conversar um pouco mais, demorar-se); Estar com o pé no estribo (estar a despedir-se); Alisar o pêlo (agradar, lisonjear).

Fácil seria aumentar essa lista, com um pouco mais de tempo para lembrar.

Se alguma dessas coisas que lhe forneço tiver qualquer interesse para o amigo, muito satisfeito ficarei, e menos envergonhado de lhe haver roubado tanto tempo. Creia-me sempre, etc.”.

A observação do noesso prezado amigo sobre o “critério regional” coincide com o que temos vindo dizendo nestes artigos.

A cada passo aparecem por aí citações de provérbios, ou colectâneas deles, atribuindo-se-lhes, sem pestanejar, um carácter “popular” e um carácter “regional”, ou “nacional”. Há muita confusão nisso tudo. Temos insistido justamente no intento de se clarificarem e ordenarem essas ideas. Vamos tentar uma nova apresentação do que temos procurado, de certo insuficientemente, fazer compreender.

Primeiro, a questão da “popularidade”. No artigo inicial desta série, deixámos meo esclarecido este ponto. Os coleccionadores de ditados e rifãos, geralmente, reúnem tudo, quer os que andam na boca do povo, quer os que são usados apenas por certa camada culta, quer, enfim, os que só se encontram de facto na literatura, sendo completamente desusados. É um direito deles. Podem-se coleccionar provérbios como se coleccionam caixas de fósforos ou flôres. Demais, os provérbios podem ser objecto de mais de um género de estudo. Mas o ponto de vista do folclorista não póde ser esse. O folclorista estuda a literatura oral do povo, que consta de adágios, dizeres diversos, contos, poesias e ainda muita coisa mais, — literatura essa que tem os seus caracteres especificos e não se confunde com a outra, a literatura escripta, a “literatura literaria”, embora, naturalmente, como tudo que é humano, tenha ligações com esse e outros departamentos da actividade espiritual. O que interessa ao folclorista, no que respeita a dizeres, é estudar os que são productos do povo ou estão incorporados à literatura oral do povo. O que interessa especialmente ao folclorista brasileiro é “estabelecer o inventario das paremias efectivamente usadas pelas nossas populações”, dos dizeres que são realmente “ditos”, ingenuamente e habitualmente empregados pelo povo.

(O “povo” de que falamos é a massa inculta, e especialmente a rural, mais ou menos iletrada. Essa é que focaliza particularmente, em toda a parte, a atenção do folclorista, visto ser no seu seio que se encontra a literatura oral mais indene de intercorrências eruditas, de influências do impresso, de pretensões cultas, de modificações individuais).

Isto, quanto ao "popular". Quanto ao regional, tudo está ligado naturalmente a esse primeiro critério. Toda a literatura oral de cada povo se move dentro destes círculos concêntricos: o "universal", o "plurinacional" (grupos geograficos de povos), o "étnico" (povos da mesma raça ou de raças afins), o "nacional", o "regional" o "local". É claro, porém, que, empreendendo-se o estudo do folclore de um determinado país ou região, não se podem ir logo applicando essas divisões a tudo quanto se apresenta, decidindo previamente: isto é regional, isto é nacional, isto é importado, etc.

A primeira tarefa a levar por diante é reunir os materiais, a maior quantidade de materiais que se possa colhêr, nos pontos mais diversos da área, considerada. O exame e cotejo desses materiais é que pode, depois, permitir que se apure definitivamente quais são os que só se encontram em determinados lugares, os que são comuns a diversos lugares, os que pertencem ao país todo, ao mesmo tempo que se lhes estudem as origens ou as migrações.

Essa reunião de materiais e esse exame e cotejo — parciais, rápidos e provisórios — é o que temos vindo a fazer, mostrando que muitos ditados "do Ceará" também são de S. Paulo ou Minas, ou têm as variantes mais ou menos distanciadas: que muitos "de Minas" são conhecidos em S. Paulo, etc.

A carta de Vivaldo Goaraci vem provar-nos que boa parte desses adágios são igualmente comuns ao Rio Grande do Sul. Continuando-se por algum tempo estes confrontos entre as diversas regiões e districtos do país, estará logo esboçada, com o caracter de positividade que se requer, a nossa geografia paremiológica — compreendendo o que é "nacional", o que é "regional", o que é "estadual", etc.

Então, poderemos indagar, com fundamento, quais as razões dessa difusão desigual das paremias. Encontraremos, naturalmente, diversas causas interessantes de precisar, umas ligadas às influências literárias de varios idiomas, outras aos elementos povoadores antigos ou recentes, etc. Quanto aos dizeres realmente "brasileiros", são, sem dúvida, de formação regional, e reflectem os diversos meios e suas condições típicas de vida.

O nosso caro correspondente dá-nos uma série de expressões proverbiais ou de frases feitas, de carácter "acentuadamente regional". A maior parte dessas frases são vulgares no in-

terior de S. Paulo, ou têm equivalentes que denotam uma genealogia comum. "Andar escoteiro" (aliás expressão portuguesa antiga) "do lado de montar", "estar com o pé no estribo", "alisar o pêlo", são modos de dizer velhos e correntes por aqui. "Apertar a gualaca", não garantimos, mas lembramo-nos bem de já ter ouvido, entre caípiras, um dito qualquer em que entrava aquele substantivo. Vem a pêlo notar que essa expressão, "apertar a gualaca" ou "a cincha", evidentemente, se relaciona com a antiga frase portuguesa "estar com a sela na barriga", que também é muito usada em S. Paulo, e provavelmente no Rio Grande do Sul.

Nesse ultimo Estado, encontra-se grande número de productos folclóricos (ditados, contos, versos) referentes aos costumes lá predominantes, e sobretudo aos costumes ligados ao cavalo. Mas nem sempre, ou raramente, esses productos serão de genuína origem local. Em muitíssimos casos, os costumes da terra não obram mais do que como fixadores de espécies antigas e tradicionais que melhor toavam com eles. Em outros casos, não fazem senão tecer variações de colorido local em redor de productos antigos e importados.

Em coisas de folclore, é difficilissimo encontrar — principalmente em países de imigração como o Brasil — qualquer coisa original. Parece mesmo que os estudos de folclore tendem a provar, de um modo geral, que não existe verdadeira originalidade nessa matéria, que tudo é migração, evolução, mutação gradual e infinita de ideas e de formas, de "temas" e de expressões.

ADIVINHAS E OUTROS PROBLEMAS

MUITA gente que se tem por avisada, quando se digna de considerar um pouco mais atentamente os productos que andam na tradição oral do povo, tem a impressão de que tudo são coisas insignificantes e desprezíveis. Nem outra causa explica a lentidão e dificuldade com que se vai formando o inventário do nosso folclore, entregue aos únicos cuidados de meia dúzia de rebuscadores isolados, quando quasi toda a gente estaria em condições de lhe trazer o seu quinhão de observações e notas, por pequeno que fôsse, tão ligados andam os factos demopsicológicos à vida ordinária de cada um.

Entre esses productos, as adivinhas e outros problemas são daqueles que mais insignificantes se afiguram, naturalmente. Muitas pessoas que se inclinam talvez a conceder uma vaga importância aos contos e lendas à poesia ou às artes plásticas populares, se negarão a reconhecer o mínimo valor às adivinhas, como a outros géneros igualmente humildes.

Esses productos não têm geralmente merecimento como obras de inteligência e de gosto; portanto, não prestam para nada. E' o ponto de vista ordinário. E' o mesmo ponto de vista que se opunha — e ainda ha quem o sustente — ao estudo dos dialectos, "patois" e linguas especiais do povo, sob o pretêxto de que tais mixórdias de "corruptelas", de "erronias" e de "barbarismos" não

deviam merecer a atenção da gente polida e ilustrada. Seria o mesmo ponto de vista de quem quisesse excluir do domínio da psicologia a arraia-miuda, os povos selvagens, os indivíduos anormais e desequilibrados e, mais que tudo, os animais, alegando que toda essa escória fôsse indigna de preocupar a mente do sábio.

A verdade é que não ha factos sem importância no campo do folclore, e que os problemas pertencem até ao número dos mais interessantes.

Não há quem não conheça as "adivinhas". São, geralmente, enigmas verbais, que representam o objeto por meio de analogias, muito vagas, mas cujo mútuo concurso o delimita suficientemente:

Dos campañeras van a compás, con los plés delante y los
ojos detrás —
diz uma "adivinha", espanhola recolhida por Fernán Caballero.
(1) O significado é "tijeras", tesouras (fôrma esta que se des-
pluralizou em português, parêlha de outras que designam objectos
dúplos — óculos, calças, etc.). Cada uma das analogias de per
si poderia aplicar-se a uma infinidade de coisas, mas a reunião
delas compensa essa imprecisão.

Muitas vezes, as analogias apresentam um sentido exacto, independente do conteúdo occulto: pintam vivamente uma coisa, significando outra muito diversa. Os enigmas desta espécie são em regra escatológicos e, não raro, surpreendentemente engenhosos. Mais uma prova talvez do extraordinário poder excitante da malícia, no sentido mais geral da palavra, sobre o desenvolvimento da intelligência humana. Eis aí uma bela tese para ser explanada: a amoralidade radical da intelligência...

Até aqui só se falou de um terminado género de problemas populares, aquele a que corresponde mais exactamente o nome de "adivinhas". Existem outros.

Há uma classe a que os italianos dão o nome de "passerotti". Consistem em perguntas muito simples, que surpreendem, desorientam, mergulham o perguntado em profunda meditação, e entretanto não exigem senão um pouco de vivacidade e de espirito.

Um exemplo italiano, tirado de Giannini:

— "Perché il cane mangia gli ossi?
— Perché la carne se la mangia il padrone".

Outro, francês, de Sébillot:

— "Pourquoi fait-on bouillir l'éve (l'eau)?
— Parce qu'on ne peut pas la faire rôtir".

(1) Obras, tomo XVII, "Cuentos, adivinanzas y refranes populares"
— Madrid.

Há os problemas matemáticos, reais ou aparentes, de ordinário apenas aparentes: "Cem ovos, a vintém cada um; a como sai a dúzia?" Há os que versam a respeito de genealogias complicadas, etc.

A literatura das adivinhas é abundantíssima, J. Eisen conseguiu colleccionar mais de 9.000 só na Estónia. Na Espanha (onde lhes chamam, em castelhano, "adivinas", "adivinanzas", "acertijos" e em catalão, "endevinellas"), Férrnan Caballero, Machado y Alvarez e outros escritores colheram muitas centenas. Em Portugal, Leite de Vasconcelos e Teófilo Braga registraram boa quantidade de adivinhas, em grande parte semelhançatíssimas às galegas. Na Itália, antes e depois de G. Pitré, que publicou mais de mil, appareceram as recoltas de Baroni (1851), Giannini, Rua, Nieri, De Gubernatis e outros. Na França, diversos escriptores entre os quais E. Rolland, Bladé e Sébillot apresentam um milheiro ou mais de "devinettes".

Em outros países da Europa, — Inglaterra, Alemanha, Rússia, — assim como das Américas também existem collecções mais ou menos volumosas, e pode-se dizer que em todos se tem ao menos verificado a existência do género.

No Brasil, ainda nada se fez além de ligeiras colectas de entre as quais cumpre salientar a do sr. Leonardo Mota.

De seu lado, os viajantes e os eruditos descobrem adivinhas nos países orientais, China, Indo-China, Asia Central, e nas regiões incultas da Oceânia e da África a Malásia, as Celebes, o Senegal, Madagascar, Zanzibar. Os negros senegaleses, os zulus, os basutos têm mesmo predilecção por elas, como matéria de passatempo. (1).

Essa universalidade já dá que pensar; e muito mais, se se considera que os enigmas em toda a parte conservam caracteres comuns, e que não raramente coincidem entre si exemplares colhidos nos pontos mais diversos, como se vê por estes:

Ainda o pai não é nado,
Já o filho anda por cima do telhado.
(Portugal)

Qu'es aixó:

El pare encara no est nat
Qu'el fill ya corre pel terrat? (2)

(Catalunha).

(1) P. Sébillot, "Le Folk-lore".

(2) Teófilo Braga, "As Adivinhas Populares", na revista "Era Nova". O primeiro exemplo é tomado da Gramática de João de Barros, 1538, e o segundo de Milá y Fontanals.

Quando il padre nasce, il figlio è già per casa.

(Itália).

Decifração: o fumo.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos, sem necessidade. Limitemo-nos a citar mais um, de outro género, e que se refere ao Brasil. É aqui muito vulgar o "passerotto": — "Por qué os cães entram na igreja?" Encontra-se tal qual na Itália; "Perché il cane entra in chiesa?" — e a resposta é idêntica: "Perchè trova la porta aperta." (1)

A universalidade é sinal indiscutível de que o género provém de remotas eras da humanidade. Aliás, ha notícia dêles nas mais afastadas épocas históricas.

No livro dos juizes menciona-se um enigma proposto por Sansão. Na Grécia, segundo a lenda conhecida, a Esfinge exigia a decifração de problemas terríveis, sob ameaça de morte. Esses problemas terríveis eram apenas adivinhas comuns... O oráculo de Delfos pronunciava-se às vezes numa linguagem figurada que envolvia os caracteres essenciaes da adivinha. Escriitores gregos e latinos registraram ou compuseram enigmas.

Em muitos povos existem contos que versam sobre adivinhações, propostas ao herói sob pena de morte, como as da Esfinge. O fundo de tais contos parece provir de uma forma primitiva de imaginação, contemporânea de épocas pré-históricas. A coincidência de sobreviver tal fundo em narrações de povos muito afastados e muito diferentes uns dos outros reforça essa conjectura, ou essa quasi certeza.

Esse mesmo fundo sugeriria outro problema: as adivinhas terão tido alguma função "séria", antes ou além da de simples divertimento? Mas esse problema já está respondido afirmativamente por numerosas observações registradas. Pode-se mesmo dizer que já está respondido, num sentido geral, pelo que se sabe a respeito da mentalidade primitiva, que, tudo organizando em torno da crença e do rito, inclusivamente as próprias palavras, não podia deixar de dar uma importância extraordinária a esses finos e engenhosos achados da intelligência.

Os exemplos da Esfinge e do oráculo de Delfos, já citados, mostram a apropriação da adivinha pela actividade religiosa. Vem a propósito a seguinte observação de Tylor (2):

(1) G. Giannini, "Scilogilingua, Indovinelli-Passerotti... — Florença.

(2) T. Braga, lugar citado.

O oráculo ordenou a Temenos que o exército fôsse guiado por um homem com três olhos; Temenos interpretou-o confiando a missão a um zariolho que ia a cavalo. Esse mesmo enigma reaparece, um pouco desenvolvido, e sob a forma de pergunta, numa lenda nórdica, como proposta por Odin ao rei Heidrek:

“— Quem são os dois que vão à assembléia com três olhos, dez pés e uma cauda?

“— Odin, que é cego de um olho, montado no seu cavalo Sleipnir, de oito patas”.

Nas lendas escandinavas há heróis que decifram enigmas propostos por gigantes, e os próprios deuses lutam entre si lançando adivinhas ao desafio.

As adivinhas têm tido também o seu papel nos costumes de diversos povos. Em outros tempos, na Estónia, os condenados à morte podiam resgatar a vida decifrando um enigma difícil. Na Indo-China, em determinadas festas, ainda se propõem tais problemas, sendo o respondente, conforme acerta ou não, premiado ou valado. O enigma de Salomão, já referido, envolvia uma aposta, cujo objecto era um certo número de peças de vestuário. Em alguns países, tem-se verificado a realidade do facto, que se menciona em contos muito divulgados pelo mundo, de se impôr a decifração de enigmas aos pretendentes de casamento. No arquipélago de Aru, Malásia, os indivíduos que velavam cadáveres propunham adivinhações uns aos outros. Costume semelhante se vai encontrar na Baixa Bretanha, entre os velhos que ficavam no cemitério depois do entérro. Os alfoús do centro das Celebes só usam esse passatempo quando os campos estão semeados, e logo que se decifra um enigma, os presentes exclamam, dirigindo-se às almas dos antepassados: “Fazei brotar o nosso arroz e que as espigas sejam grossas”. Nos tempos védicos, por ocasião do grande sacrifício do cavalo, os sacerdotes se cambiavam adivinhações... (1)

Os “contos de adivinhas” existem por toda a parte, costumando os folcloristas colocá-los numa sub-seccção especial. São particularmente interessantes pela razão, já apontada, de pressuporem, muitos dêles uma forma de imaginação primitiva e de pertencerem assim, provavelmente, a uma antiqüíssima corrente de tradições, hoje universalizada.

É certo que essa imaginação primitiva, como todas as fases da evolução humana, ainda persiste, nos povos bárbaros e selva-

(1) P. Sébillot, obra citada.

gens e nas camadas incultas dos países civilizados, ao lado das mais avançadas manifestações da cultura universal. Assim, teóricamente, nada parece impedir que ainda hoje surjam dessas camadas novos contos de adivinhação. Isto, porém, não invalidaria, antes traria certo reforço à hipótese da primitividade histórica do sub-gênero.

Como quer que seja, ao folclorista cabe investigar, por meio do aparelho erudito, do método comparativo e dos vários recursos da crítica, os diversos graus de vetustez dos temas e narrações, tendo já um índice precioso no seu maior ou menor campo de propagação.

O sub-gênero de que se trata tem representantes em todo o mundo, na Alemanha como na Pérsia, na Rússia como em Portugal, nos contos de Grimm como nos das "Mil e uma noites". É exemplo bem conhecido o conto português de "Frei João Sem-cuidados", ou, conforme a versão quinhentista colhida por Trancoso, de "Dom Simão".

O rei mandou chamar o protagonista e impôr-lhe a decifração de três problemas, sob pena de o fazer matar: "Quanto pesa a lua? Quanta água tem o mar? O que é que eu penso?" Frei João saiu de palácio muito macambúzio, engasgado com os problemas, até que se encontrou com o seu moleiro, que se dispôs a ir à presença do rei disfarçado nas roupas do outro, para dar solução às perguntas. As respostas foram estas: à primeira — "não deve pesar mais de um arratel, porque todos dizem que ela tem quatro quartos"; à segunda — "como vossa majestade só pergunta pela água do mar, é preciso primeiro que mande tapar todos os rios"; e à terceira — "pensa que está falando com frei João Sem-cuidados e está mas é falando com o seu moleiro".

Outro exemplo português é o conto de João Ratão, também vulgarizado no Brasil, e que já anda absorvido no ciclo de Malazartes.

Relacionada, pois, com o conto, a adivinhação também se liga a outro gênero popular, o do anexim, conforme observou Teófilo Braga. Como o enigma, o adágio se reduz muitas vezes à representação do significado por meio de analogias, e exige certo esforço interpretativo.

Mas a semelhança fica por aí, havendo diferenças essenciais entre os caracteres próprios de um gênero e de outro. A adivinha não vai além de objectos materiais e de factos simples e corriqueiros da natureza e da vida humana, ao passo que o ane-

xim encerra um "conceito" geral resultante de prolongada e complexa experiência colectiva.

Ha mesmo uma tal ou qual opposição entre os processos. A adivinha toma um simples objecto ou um facto comum e singelo, e eleva-o pela analogia a uma esfera superior: personifica fenómenos, converte coisas inanimadas em seres vivos e dotados de vontade e intelligência, etc.; o anexim, ao contrário, reduz o conceito abstracto ao caso particular concreto e pitoresco: "De grão em grão a galinha enche o papo — Tantas vezes vai o púcaro à fonte que um dia lá fica — Boi solto lambe-se todo — Mal vai ao rato que não sabe mais de um buraco".

Já entre os gregos e latinos, com Cleóbulo e outros, a adivinha passou para o campo literário, polindo-se e complicando-se. Nos tempos modernos houve uma época em que ela chegou a ser cultivada até por poetas notáveis em toda a Europa, e especialmente na França. Bocage, Curvo Semedo e outros, em Portugal, foram dos últimos influenciados por essa moda.

O facto merece, aqui, apenas esta menção geral. Serve de mostrar que esta classe de productos populares, como todas as outras, teem subido à dignidade da literalização culta e, como acontece com as demais, tem soffrido a influência da contracorrente literária. Mas a penetração das producções cultas no seio do povo iletrado é sempre muito lenta e muito limitada, raramente chegando elas a incorporar-se na tradição.

Em suma, verifica-se que os problemas populares, como o indicam sua universalidade e sua alta antiguidade, correspondem especificamente a congénitas necessidades inconscientes do espirito humano. Isto, quer na hipótese de uma só corrente de origem muito remota, quer na da poligenia e confluência de diversas correntes.

De um modo geral, será talvez fácil fundamentar a psicologia dos problemas populares. Englobam-se na mesma tendência que faz com que os indivíduos cultos e incultos tenham gosto de armar e vencer difficuldades de todo género, gosto que tem uma das suas grandes manifestações nos esportes, jogos e proezas materiais, outra nos innumeráveis exercícos de raciocínio, accomodados ao grau de desenvolvimento mental de cada um. Entretanto, aceito este ponto de partida, os embaraços apparecem de roldão, se se trata de avançar no sentido retrospectivo, e se pergunta pelas causas dessa própria tendência.

Demais, restaria ainda explicar porque essa tendência, podendo ter mil aplicações diferentes, entretanto se externa, quanto aos problemas populares, em formas comuns a todos os povos. Na hipótese monogênica, esta dificuldade se abrandaria, explicando-se a universalização dos problemas por essa outra tendência humana — a imitação. Mas, na hipótese contrária, só restaria apelar, ao menos por enquanto, para o ponto de vista exposto por Lang a propósito dos contos — a identidade fundamental do espírito humano em todas as latitudes e em todos os tempos, dando origem a criações idênticas. Mas é evidente que não se pode abusar dessa teoria, que deve ter seus limites, arriscando-se a constituir por sua vez outra questão insolúvel...

Como quer que seja, o que parece podermos ter por assentado é que os problemas populares como os exercícios de pronúncia e de memória, e como outras fórmulas e parlendas da tradição oral, têm uma função educativa, não apenas geral e vaga, mas freqüentemente aplicada na prática à excitação da inteligência infantil pelo estímulo da curiosidade e do amor próprio".

BONS SINTOMAS E BOAS NOVAS

*Cartas recebidas — O interesse manifestado pelo folclore — E a
Associação Paulista de Estudos Populares?*

SEJA-ME permitido interromper por hoje a série de folhetins que venho dedicando à paremiologia (1) para atender a alguns correspondentes que me honraram com observações e comunicações a propósito de assuntos aqui ventilados.

Um desses missivistas é um ilustre psiquiatra brasileiro, que também é um dos homens de mais sólida cultura geral dos nossos meios intelectuais.

Começa dando generosamente o apoio dos seus aplausos, não de certo a estes escritos sem valla, mas à intenção que eles representam:

"Tenho acompanhado com muito prazer e grande interesse os seus trabalhos das sextas-feiras, no "Estado".

...Sinto não ter agora saúde e força para estar entre os seus humildes colaboradores nessa grande obra que v. tem em mente e com que ha de prestar enorme serviço às letras pátrias".

O que eu desejo pôr em relêvo nessas linhas não são as expressões amáveis, é apenas a espontânea aprovação que um dos nossos espíritos mais preparados e menos propensos a êntusias-

(1) Estes folhetins foram publicados em "O Estado de S. Paulo", em 1925.

mos fáceis e a sonhos errantes se digna de trazer ao modesto esforço que ando desenvolvendo para incrementar este gênero de estudos nacionais em S. Paulo. Tal aprovação, como vem, e sendo de quem vem, serve no mínimo de mostrar que esse esforço é bom e merece continuado por outros mais capazes. Não penso nem desejo outra coisa.

Em seguida, o meu preclaro missivista se fixa numa frase que ha semanas passadas me calu da pena: "Eis aí uma bela tese para ser explanada: a amoraldade radical da intelligência", e observa que este assunto já foi explanado por Freud e seus discipulos.

Entra depois em considerações interessantes sobre a teoria do sábio vienense, e especialmente sobre a larga exploração dos elementos etnográficos e folclóricos — costumes, lendas, mitos, histórias, facécias, etc. — empreendida pelos psíco-anallstas em abono das suas ideas e em auxílio dos seus métodos, facto este que é mais uma entre numerosas provas da utilidade scientifica dos estudos em cuja extrema estelra vou caminhando.

A questão contida na frase transcrita é, porém, demasiado excitante e demasiado complicada para ser discutida neste rápido registro. Fica para quando houver mais tempo e vagar, — se houver, "hélas"!

Outro missivista é ainda um médico, este jovem e sequioso de saber e de acção.

Também acha que as investigações do nosso folclore são outra coisa que mero passatempo de espíritos desocupados ou malnacos; e, tendo visto no plano geral que ha três ou quatro semanas aqui escarvoei, para a hipotética associação demológica de S. Paulo, uma secção dedicada à medicina popular, dá-me a ótima noticia de que está fazendo um acurado trabalho de exploração nesse campo, através das tradições vigentes em nosso Estado:

"Desde começos deste ano ando coleccionando coisas sobre puericultura popular, — a principio com antipatia, para as combater como higienista; últimamente, porém, cheio de profunda simpatia por esse aspecto da mentalidade da nossa gente.

Ao encetar meu trabalho, imaginei que com o interrogatório de meia dúzia de matronas esgotaria o assunto. Enganei-me redondamente.

Sobre o fenómeno da concepção, ha uma série de observações e regras, na sciência popular, que dariam matéria para um

volumen. O capítulo — gravidez — é enorme: coisas que a mulher deve fazer, coisas que deve evitar, ora em benefício próprio, ora em benefício da criança; diagnóstico do sexo, prognóstico, etc. Igualmente complicado é o parto, com dezenas de “simpatias” para o abreviar. Depois... a criança tem que passar pela dentição, tem que falar, andar; não deve ser manhosa, não deve ser “agarrada”, precisa de riqueza, de valentia, de esportezza, para tudo existem, não uma, e sim colecções de práticas, cada qual mais “eficaz”.

Tenho ainda reunido material sobre a nosologia infantil: sintomatologia, diagnóstico, prognóstico e terapêutica das moléstias da criança, sob o ponto de vista popular.

O assunto é enormemente mais complicado do que eu supunha”.

Antes de mais, felicitemo-nos pela inteligente empresa desse talentoso scienista, que, como scienista de verdade, como espirito dotado de curiosidade e de iniciativa, — os indispensáveis motores internos da genuína capacidade scientifica, — não se contenta com o saber adquirido nos livros e quer exercer por conta própria uma actividade investigadora na grande biblioteca dispersa da vida e da natureza.

Destas mentalidade interrogativas, inquietas, cultas sem serem livrescas, ansiosas por ver com os próprios olhos e por palpar as realidades com a própria mão, e sobretudo instigadas pelos desafios do nosso próprio ambiente inexplorado e desconhecido, destas mentalidade é que precisamos com urgência, — se na verdade pretendemos aspirar a uma legitima emancipação intellectual.

Quanto à extensão que o jovem higienista descobriu no terreno por onde entrou desprevenido, e que tanto o surpreendeu, vem a propósito repetir por outras palavras o que já aqui escrevi, se bem me lembro, mais de uma vez: essa extensão é bem maior do que geralmente se supõe, não só naquele, como em todos os departamentos do “saber popular”, da “literatura popular” e das práticas e usanças tradicionais populares.

Tratando ha tempos, neste mesmo lugar, da extrema pobreza dos estudos de folclore em S. Paulo, eu disse que se tinha a impressão de que essa pobreza reflectia uma grande miséria de depósitos tradicionais no seio do nosso povo. Mas isso era ilusão. Todos os povos possuem uma quantidade mais ou menos larga de tais substractos, e se às vezes se nos afigura o contrá-

rio é apenas porque não se explorou o terreno. A olho, não se pode avaliar nada. Para encontrar, é necessário procurar. Procure-se, e achar-se-á.

Mesmo em matéria de poesia popular, em que parecia mais ou menos convencido que São Paulo era muito pobre em comparação de outras partes do Brasil, não se podia afirmar nada sem um prévio trabalho de exploração; tendo eu enveredado ha tempos por esse domínio, em poucos dias de permanência no interior consegui sem maior esforço reunir uma collecção de peças bem interessantes, — bem interessantes como puro material folclórico, como simples documentação de influências tradicionais, e ainda como provas da intelligência e da sensibilidade dos nossos rústicos, tão desdenhados pelos civilizadíssimos urbanicolas deste país.

No tocante então à medicina e à restante "sciência" do povo, é bem certo que temos aí um vastíssimo sertão quasi virgem de incursões investigadoras. Por ser assim vasto é que, quando lembrei à Academia Brasileira a conveniência de que tomasse a frente destes estudos, para lhes dar novo impulso e orientação mais séria e mais fecunda, sugeri que ela poderia procurar a colaboração da Academia de Medicina:

"...o estudo da medicina popular, evidentemente útil à sciencia e não inútil à clinica, e por mais uma razão. Às vezes, encontra-se numa credence ou numa prática do povo, que à primeira vista parece em absoluto absurda, um substracto qualquer aproveitável, ou pelo menos interessante. Às vezes, essa credence ou prática, não tendo justificação nenhuma, revela entretanto ao higienista e ao clinico o verdadeiro motivo de certas relutâncias estranhas, que lhes embarçam a acção profissional.

Em suma, para encurtar razões, ao medico, quer como estudioso de sciencia, quer como praticante da arte de curar, não pode ser indifferente nada do que pertence à saúde do homem, que resume todos os objectos e todos os fins dos seus labores especulativos e da sua actividade prática.

Agora, se o medico ama aprofundar-se em coisas de psicologia colectiva e social, então não é precisa outra consideração para que se dedique ao estudo das tradições populares, o qual em synthese não forma senão um precioso capítulo daquela vasta matéria".

Seja-me lícito citar o resto, para fechar:

"Vem a propósito lembrar, além de outros, os interessantes trabalhos do dr. Nina Rodrigues sobre o animismo fetichista dos negros da Bahia, para, ao mesmo tempo, assinalar uma obra que merecia continuar-se e lançar um golpe de luz sobre o imenso campo de exploração aberto no Brasil a toda a sorte de scien-
tistas jovens, capazes de cooperar no levantamento de uma "sciência brasileira".

Sciência brasileira? Sim, uma sciência não apenas feita de generalidades aprendidas e de verdades por outrem descobertas e alhures verificadas, mas também construída com os "nossos" recursos, baseada na observação directa e independente das "nos-
sas" coisas, impulsada pelas iniciativas livres da "nossa" razão experimental diante das interrogações da "nossa" natureza, e assim capaz de não ser apenas aluna submissa da grande sciência universal e sem pátria..." etc.

O farmacêutico Octávio de Araujo Ribeiro, residente em Cerqueira César, que já por mais de uma vez me fez a gentileza de remeter interessantes contribuições sobre vários assuntos, manda-me uma série de orações em uso entre a gente rústica da região. São em geral orações milagrosas, especialmente destinadas a obter determinados favores — preservação contra os inimigos, contra as balas, contra os riscos materiais de toda a sorte, etc.

Essas orações não são, em regra, produtos populares, mas adoptadas pelo povo e incorporadas à tradição, muitas vezes acompanhadas de usos e costumes próprios das camadas incultas, constituem matéria subsidiária muito digna de atenção na ordem de estudos de que ora se trata.

Aliás, o capítulo da religiosidade popular ou da "sub-religião" popular, — uma religião concreta, despida de abstracções e de misticismos e elivada de credices cujas raízes se entranham no animismo, no fetichismo e na magia, — abre aos espiritos investigadores, curiosos de psicologia colectiva, um dos mais amplos e atraentes objectos de observação e pesquisa que a mentalidade popular pode oferecer.

Ainda neste domínio, a pobreza da nossa bibliografia de "estudos" só é comparável à... abundância das dissertações fantasiosas e divinatórias, que a nossa inesgotável genialidade derrama todos os dias a propósito destes elementos estáticos do nosso edifício étnico-social.

O que de tudo quanto ficou dito se colhe afinal, é que ha não poucas pessoas cultas e capazes que se interessam vivamente pela matéria tradicional brasileira, e sentem a necessidade de que ela seja sistemática e profundamente explorada, deixando-se um pouco essa espécie de borboleteante diletantismo literário-erudito-recreativo com que comumente se tratam estas coisas, e que na realidade não dá grande proveito.

Já se vê que não foi desarrazoada a idea, que ha pouco lembrei nestas notas, de se fundar em S. Paulo um pequeno circulo de estudiosos, "sans tambour ni trompette", para organizar e promover o grande e metódico inquérito que o folclore nacional está esperando.

Tive ocasião de oferecer aos prováveis iniciadores da associação o esboço mal amanhado de um programa de trabalhos. Mesmo com as limitações que me pareceram necessárias — abandono de fantasias e de ambições exageradas, afastamento de questões teóricas, esforço exclusivamente dirigido para a rebusca e colleccionação de materiais, — que vasto campo ainda permaneceria aberto à actividade de toda uma legião de obreiros decididos! E, apesar sempre de tais limitações à tarefa colectiva do circulo, que copiosa e atraente messe de obras em perspectiva se poderia divisar para logo como fruto dêsse trabalho modesto!

Com apenas dois ou três anos de acção regular, bem organizada, sem necessidade de febres e atropélos, a associação teria reunido elementos fartos, para uma série de publicações interessantíssimas, ricas de verdades exactas acérca da nossa terra e da nossa gente e mais ricas ainda de ensinamentos e sugestões para a sociologia brasileira, para todo o pensamento que lavra a gleba das questões nacionais, e também para, a literatura e para a arte. Isto sem falar no interesse puramente scientifico, geral e inactual, da tarefa.

Entre as publicações acima aludidas, apenas por exemplificar concretizando, poderia constar-se: uma primeira contribuição, farta, regular e verídica, sobre as lendas e contos; outra, sobre o "cancioneiro" (letra, música e parte descritiva); outra, sobre as artes decorativas populares documentadas pelos artefactos usuais (cerâmica, rendas e bordados, objectos de adorno caseiro e pessoal, etc.); outra, ainda, sobre a casa e a indumentária, — esta, como a precedente, illustrada com fotografias ou desenhos em profusão...

TRADIÇÕES POPULARES

Refiro-me apenas aos assuntos cujos elementos se encontram mais facilmente, em quantidade mais que bastante para um ou vários e alentados volumes.

Por quê não se ha de meter mãos à obra? Por quê não ha de ser S. Paulo quem dê mais este exemplo de brasileirismo reflectido e construtivo, fóra do terreno dos interésses immediatos e, sobretudo, muito acima da verbiagem declamadora e divinatória, das rixas barulhentas e inúteis e dos exhibicionismos pessoais, essas verdadeiras pragas da mentalidade brasileira?

UM CONTO PICAresco

CORNÉLIO PIRES bordou um dos seus engraçados contos de calpiras em torno do seguinte assunto, em resumo:

Um roceiro vem a S. Paulo e cai nas garras de um espertalhão da pior espécie. Este leva-o um dia a jantar num restaurante, onde comem à tripa fôrra; no fim, pretextando qualquer coisa, retira-se, deixando o calpira à sua espera. Depois de muito tempo, como o homem não volta e como lhe exigem o pagamento, o roceiro resolve explicar-se com o gerente, declarando que fôra convidado e que estava desprevenido; mas o gerente não quer saber de nada, e impõe-lhe este dilema: ou paga, ou não sai. O desventurado dá largas à sua indignação contra o patife que o pôs naqueles assados, e, matutando, paroiando, acaba por afirmar que dará com o tal ali dentro, sem maior demora, por meio de umas mandingas que ele conhece. Pede uma agulha e um bom pedaço de linha. Dão-lha. Dirige-se então à porta da rua, espeta a agulha na porta com a linha enfiada e presa por um nó, pega na linha e vai-se afastando a pouco e pouco, a esticá-la à medida que corre os dedos por ela, tudo isto debaixo de um ar de concentração e mistério. Afinal, chegando à extremidade da linha, que teve o cuidado de puxar para o lado da rua, dá um salto para fóra e diz adeus ao pessoal do restaurante.

O tema dêste caso pertence à tradição popular. Recordo-me bem de já o ter encontrado há muito numa historieta carioca, na qual, como sempre acontece com este género de narrativas, o papel principal era atribuído a um indivíduo conhecido. Encontra-se também num dos contos colhidos por Teófilo Braga, em cuja colecção figura sob o título — "O Jogo do Pira".

Um estudante queria comer sem pagar, e andando uma vez à tuna foi parar a casa de uma estalajadeira, onde pediu tudo o que lhe apeteceu. Depois de bem comido, tratou de se safar, e propôs a estalajadeira que lhe ensinaria um jogo novo muito bonito.

— Então como é o jogo?

Disse-lhe o estudante:

— Segure neste novelo e deixe-me a ponta da linha, porque é o jogo do Pira. Ora, veja como é que se joga.

Ele começou a puxar a linha, andando de costas para a porta, e a dizer: Pira, pira, pira. Foi saindo e, assim que se apanhou na rua, bota a correr dizendo: Pira por aqui abaixo. E ninguém mais o apanhou.

Em nota, T. Braga regista que o essencial do caso foi posto pelo celebre Giordano Bruno, em sua comédia "Il Candelaio", onde o estratagema usado pelo freguês consistiu em apostar uma corrida.

Não será desinteressante recordar, embora sem tentar aqui aproximação alguma, que, entre as frases da linguagem calaceira do Rio de Janeiro, é muito comum ouvir-se esta: "Então como é o jogo?", exactamente igual à do conto português, sendo notório que muitas de tais frases-feitas representam, em toda a parte, restos de contos esquecidos.

O vocábulo "pira", que não se sabe o que significa em si, e provavelmente nada significa, é frequente em Portugal, nas frases: "pôr-se na pira", fugir, pôr-se ao fresco, dar as de Vila Diogo, e "andar na pira", estar sem vintém, não ter onde cair morto. Também se diz por lá "pireza" em lugar de "pira".

Como simples apontamento, e sem entrar no cipoal das étimologias, registre-se ainda:

Alberto Bessa, no seu livro "Gíria portuguesa", dá mais as seguintes fórmulas: "piro", o mesmo que "pireza"; "pirandó", idem; "pirar", fugir; "piranga", falta de meios, miserável; "pirangar", andar a pedir; "pirangueiro", pedinchão. E mais: "caipira", vadio, malandro.

Este último termo foi usado em Portugal como designação depreciativa de certo partido político, no tempo das lutas constitucionais. Encontra-se em Camilo, "Brasileira de Prazis". O album de cantos populares de Carlos das Neves traz uma canção satírica desse tempo, intitulada "Os caipiras".

E' evidente a importação brasileira, em mais de um daqueles vocábulos da gíria portuguesa.

UM CASO DE ETIMOLOGIA POPULAR
COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR
DE UM MITO

UM fenómeno relativamente comum é aquillo que os novos gramáticos denominam “etimologia popular”, nome que aliás não se ajusta lá muito bem á coisa. “Etimologia” dá a entender apenas — explicação da origem dos vocábulos; ao passo que a expressão “etimologia popular” foi adoptada para designar as alterações dos vocábulos por efeito de uma errónea e imaginosa compreensão da respectiva origem.

Há, por exemplo, na Itália, uma localidade antiquíssima, que se chamava outrora Vintimila. O povo, perdida a consciência da linguagem latina, começou a vêr aí duas palavras que nada tinham com o caso, e mudou aquele nome para “Ventimiglia”. Assim, os ingleses fizeram do francês “contre-danse” — “country danse”; o povo em França transformou o latino “laudanum” em “l’eau d’ânon; os espanhóis tiraram de “erciniolum” — “ruy señor”, e em Portugal se fez de “água végeto” — “água de objecto”.

Como é bem compreensível, operando tais modificações, a imaginação popular não fica nos vocábulos, mas vai até aos factos e às coisas, projecta-se pelo mundo exterior. Para vêr em “laudanum” a frase “l’eau d’ânon”, é preciso acreditar de algum modo que esse produto se deriva, ou pôde derivar-se a princípio de alguma prática, processo ou fenómeno em que figurasse preclpuamente uma jumenta... Daqui para a formação do mito verbal não ha mais que uma dfierença de intensidade imaginativa.

Não se formou de outra maneira a bonita lenda de S. Cristóvão, entre muitas de toda espécie. Conta a "Legenda aurea" que o santo se ocupava em transportar através de um rio, sobre os ombros, os viajantes que tinham necessidade de fazer essa passagem; até que um dia lhe apareceu um menino, para que o carregasse, e esse menino era o Cristo. Toda esta história, bem engendrada, pormenorizada, perfumada de poesia, nasceu da necessidade ou do desejo de explicar o nome do santo, que em grego quer dizer — aquele que leva o Cristo (Christophoros).

Temos um curioso exemplo nacional de etimologia popular como elemento transformador de um mito.

É muito comum no Brasil a crença do boitatá (mboy-tatá) ou cobra de fogo, cujo suporte real vem a ser simplesmente o fogo fátuo. Em Santa Catarina, porém, segundo Crispim Mira ("Terra Catarinense") o boitatá é um duende misterioso e maléfico, que reveste forma diversa da de "cobra de fogo":

"É grande como um touro, com patas como as dos gigantes e com um enorme olho bem no meio da testa, a brilhar que nem um tição de fogo. Ninguém sabe onde seja o seu antro, nem do que se alimenta. O certo é que ora se mete pelo mar a dentro como um cavalo-marinho, ora voa por cima das árvores como um fantástico pássaro infernal".

Percebe-se nisto tudo que a palavra "boi" (mboy) é que deu causa à transformação do mito primitivo, que deixou de ser uma cobra, explicação zoomórfica do fogo fátuo, para ser um monstro corpulento e de forma incerta e variável. Ainda não é propriamente um "boi" (quadrúpede) mas já se avizinha talvez desse avatar: "É grande como um touro"... Em todo caso, a palavra, tomada no seu sentido português, perturbou completamente a concepção antiga, misturando-se com a ideia cristã e popular do diabo:

"Certa vez chegara junto à igreja e ia espojar-se quando o padre o viu e fez o sinal da cruz. Foi o bastante. Ouviu-se um estrondo e o "quer que é" sumiu-se como um relâmpago, deixando grande cheiro de enxofre. O bicho deve ter parte com o "quimbimba", se não é êle em pessoa. Quem sabe lá!"

Não será de admirar que dentro de mais algum tempo a transformação se tenha completado, e aquilo que foi a cobra errante do indígena se fixe definitivamente em boi, num boi diabólico e maléfico, mas boi, como o bode preto é bode ou como a mula sem cabeça é mula... quando não é cavalo.

PEDRO MALASARTES

- I — Recordações pessoais — Um tipo interessante: espertalhão, descarado, embromador, « au demeurant », bom rapaz — Malasartes em Minas — Malasartes na literatura — Traços da sua biografia — Produto de vários cruzamentos internacionais — Conclusão, sem concluir.*
- II — Introdução desnecessária — A venda dos porcos, a panelinha maravilhosa, a árvore de dinheiro e outros episódios da aventureira vida do ilustre pícaro.*
- III — Mais aventuras — Malasartes e Mâchepied — Malasartes em Portugal — Suas origens.*
- IV — O noveleiro.*
- V — Novos contingentes — Considerações mais ou menos oportunas — Como o nosso herói entrou no céu: duas versões-tipo — Outra modalidade da « morta assassinada » — Os ladrões e a missa de Roma — A marca da boiada — E continua...*
- VI — A contribuição de outros — Mais um punhado de historietas edificantes.*
- VII — Ainda a contribuição de outros — Novos episódios e variantes.*

UMA das "estórias" mais conhecidas em S. Paulo, nos meus tempos de menino, era a de Pedro Malasartes. A bem dizer, não se tratava propriamente de uma história, mas de todo um ciclo, de uma porção de narrações diversas, que vinham a ser as aventuras de uma personagem meio fabulosa, meio realista, com partes de diabo e partes de malandro, dotado de espírito e malícia caracterizadamente plebeus.

Tenho vaga recordação de alguns episódios. Malasartes gostava de prégar peças ao próximo. Como tantos heróis de contos populares de toda a parte, era triunfal e jovialmente amoralista; por outra, tinha a moral adequada às concepções espontâneas da massa, que facilmente perdôa a ausência de escrúpulos em troca da graça e da esperteza, sobretudo quando as vítimas são os grandes do mundo.

Malasartes — se bem me lembro — empregou-se, de uma feita, como guardador de porcos; na primeira oportunidade, vendeu os porcos, depois de lhes ter cortado as orelhas, espetou-as num lodaçal e foi explicar-se com o patrão dizendo que os animais se haviam afogado. De outra vez, praticou um malefício qualquer, terminando por fazer que a vítima pegasse um objeto mal

cheiroso oculto sob o seu chapéu, emborcado no chão, cuidando que agarrava um passaro. Tenho ainda vaga lembrança de um terceiro episódio, o da viagem ao céu. Malasartes lá foi e, sendo-lhe recusada a entrada, teve jeito de arremessar o chapéu ou a carapuça pela porta, e depois, pedida e obtida licença para ir apanhá-la, deixou-se ficar na mansão dos justos, passando a perna ao próprio S. Pedro.

Deixada a puerícia e com ela a terrinha, nunca mais ouvi, acêrca de Malasartes, senão as referências proverbiais que são comuns em todos os meios. Contudo, é sabido que as suas histórias continuam espalhadas por quasi todo o país, e devem existir ainda em S. Paulo. Serão porém aquelas de que guardo apagadas reminiscências? Serão outras? Serão aquelas e outras?

O sr. Lindolfo Gomes colheu em Minas uma dessas histórias, na qual se encontra inteiro o carácter endiabrado do herói, e na qual também entra em scena um corvo, aliás urubu. Essa versão deve ter companheira em S. Paulo.

Quando o pai de Pedro Malasartes morreu, deixou aos filhos uma casinhola, que foi repartida, literalmente entre os herdeiros, tocando áquele uma folha de porta. Pedro pô-la ao ombro e saiu pelo mundo. De caminho, dando com uns urubus a devorar um burro morto, arremessou a porta para cima dêles e assim conseguiu agarrar uma dessas aves, quebrando-lhe uma perna. Com a porta às costas e o urubu em baixo do braço, foi bater a uma casa, onde pediu comida, sendo mal recebido pela dona e pela criada. Servindo-se da porta, encostada à parede, trepou para o telhado e pôs-se a inspecionar o interior da habitação, a vér o que faziam e a ouvir o que diziam as duas mulheres. Estavam elas ocupadas em preparar e a pôr a bom recato uns tantos guizados e guloseimas para certo hóspede esperado pela senhora. A páginas tantas, surge inopinadamente o marido, entra e trata de jantar. Pedro torna a bater, é bem acolhido pelo homem, janta com a familia e, para se vingar das mulheres, obriga o urubu, a força de patadas na perna doente do infeliz, que está de baixo da mesa, a emitir uns guinchos entrecortados, que o nosso gollardo interpreta como revelações do sigilo com que são guardados os piteus da senhora. Esta vê-se obrigada a servir os piteus. Pedro regala-se, com o dono da casa, e acaba furtando ao próprio benfeitor, que lhe compra o urubu "maravilhoso".

Como se vê, o herói é perfeito: engenho maléfico, feita absoluta de vergonha, crueldade, ânimo vingativo, ingratidão; mas, com tudo isso, alguma graça e uma espécie de inocência animal. Como lá diz Marot na sua "épitre" célebre a propósito de um patife dêsse género, "pipeur, larron jureur".

"Au demeurant, le meilleur fils du monde".

O carácter de Malasartes encontra-se freqüentíssimamente nos heróis de contos e fábulas de todos os povos. Sua essência está naquela espécie de inocência profunda com que é praticado o mal, como o praticam as crianças. Esses heróis não são imorais, mas amorais.

La Fontaine, que tinha bastante dêse carácter, compreendeu-o, talvez, porisso, muito melhor que outros fabulistas, como Florian, dominados pela preocupação de achar nas fábulas a ilustração ou o exemplo para as lições da moral abstracta. Mas, por essa mesma razão, as fábulas de La Fontaine, maravilhosas como expressão ingênua da sabedoria "prática" dos povos, podem ser nocivas, se as olhamos sob o ponto de vista de uma ótica doutrinária ou ideal, aos espíritos ainda verdes e excessivamente inclinados à moral corrente do egoísmo e da esperteza.

O sr. Graça Aranha apanhou o Malasartes à tradição oral e, numa obra talhada à feição de peça de teatro, fez dêle uma figura com proporções de símbolo humano. Não sei até que ponto se baseou nos elementos populares, mas tenho a impressão de que prôpriamente desse herói aproveitou pouco mais que o nome, uma vez que os traços fundamentais são comuns a inumeráveis figuras do folclore universal.

O que porém revela notar é o exemplo que deu aquêlê escritor aos nossos homens de letras apontando-lhes um rico filão ainda não explorado com visão filosófica e intuição estética.

Malasartes não é a única figura ou o único assunto fecundo da literatura popular no Brasil. Há por aí um mundo de coisas que, arrancadas ao domínio dos mitos, lendas e contos do povo, interpretadas com o sentimento da sua significação humana ou do seu valor nacional, podem comunicar vida e força a obra de imaginação permitindo-lhes acordar misteriosas resonâncias e simpatias através dos espíritos, já naturalmente preparados pelo próprio ambiente de onde elas emergiram.

Qual a origem do nosso Malasartes? É cedo para qualquer resposta que não seja muito incompleta. Primeiro, é necessário conhecer-se melhor a famosa personagem, tal como a representam os contos que por aí correm.

Estas figuras de narrativas populares não se fixam. Transformam-se de nma região para outra, de uma época para outra época. Absorvem temas componentes de outras histórias. Mudam de nome. Entretanto, conservam um substracto ideal, um fundo conceptivo que pode ser universal e perpétuo, ou nacional, ou regional. Procurar êsse fundo, debaixo das varian-

tes, das contaminações, das fragmentações, é tarefa indispensável quando se trata de conhecer como e por que vias se formou um desses tipos.

Enquanto se espera por outros elementos, pode-se contudo indagar alguma coisa acêrca do nosso herói.

O nome, por exemplo, é português, e bastante antigo. Teófilo Braga, que colheu um conto portuense de "Pedro das Malas Artes", lembra que Francisco Manuel cita esse nome nos "Relógios falantes", e indica, como referência ainda mais velha, o seguinte verso da canção 1.132 do Cancioneiro da Vaticana:

"Chegou Payo de Maas Artes".

Mas, o "Pedro das Malas Artes" do conto portuense não se parece nada com o nosso. É-lhe até oposto. Corresponde ao tipo do nosso "João Bobo", ao "Jean Sot" da França e, como nota T. Braga, ou "Giufa" dos contos sicilianos. Em Portugal mesmo, diz ainda aquele escritor. Consigliieri Pedroso achou a aludida história sob o nome de "Manuel Tolo".

Este Malasartes-Tolo é um puro imbecil que tudo entende e faz às avessas e dá uma série de prejuízos à velha mãe, levando por sua vez muita pancada. Aparenta-se com o tipo clássico do servidor estúpido e desastrado, que aparece desde tempos imemoriais em farsas e comédias, por todos os países, e ainda diverte a criangada nas pantomimas de circo.

Aqui poderá perguntar-se: como se deu a radical transformação do Malasartes, na sua passagem para o nosso país?

Há razões para se duvidar de que tenha havido propriamente uma transformação, e mais ainda de que tal transformação se tenha dado no Brasil. É possível que Malasartes haja tomado em Portugal mesmo, ou na península, essa duplicidade de feições.

Há na Espanha um "don Pedro de Urdemalas". Este nome, como o do nosso herói, inculca antes ideas de "arteirice" e esper-teza do que de imbecilidade e desajeito. A referência de Francisco Manuel, citada por T. Braga, não esclarece nada, mas, indo-se à fonte, dá ares de se acomodar melhor a um Malasartes finório do que a um Malasartes balôrdo.

Eis o que diz o escritor do século XVIII:

"Tomei por devoção (fala o relógio da cidade) não dar à gula e à ociosidade nenhum adjutório. A uns acomodados, que tem como onzeno mandamento jantar às onze horas, hei feito tais trapaças, e de tão mau humor, que me puderam levantar estátuas, como a Pedro de malasartes..."

O relógio gaba-se de ter desorientado com suas horas trocadas a esses gulosos "confrades da Vianda"; confessa que usou de "trapaças" e porisso compara-se a Malasartes. Portanto, o Pedro do século XVII, citado por d. Francisco Manuel, não devia o ser o de igual nome, também conhecido por Manuel Tolo, que T. Braga e C. Pedroso encontraram, mas o mesmo que nós conhecemos no Brasil, ou muito semelhante a este.

Quanto à referência da canção 1.132 do Cancioneiro da Vaticana, aqui a reproduzo com toda a estrofe respectiva, como se encontra na edição de monaci:

Chegou payo demaas artes
con seu cerome de chartes
enó leeu el nas partes
que chegasse ahu mes
edo lues ao marts
ffoy comendados do cres (1)

Do entrecho não se pode, ao que parece, inferir nada que se relacione directamente com a nossa personagem popular, já que a simples expressão "de más artes" podia evidentemente ser empregadas sem alusão a uma determinada personagem, e mesmo antes de tal personagem ter tomado esse nome. Releva notar duas circunstâncias:

primeira — os versos referem-se a um certo "Payo", e não a um Pedro:

segunda — o adjectivo "más" já aparece aí na sua forma moderna, reduzida pela queda do "l" medial e contracção dos dois "aa" (na ortografia antiga, (a) dobrado corresponde efectivamente ao "a" longo ou acentuado).

Ora, não é muito para se crer que, tendo o nosso herói o nome de "PAYO de MÁS Artes" no século XIII ou XIV, viesse depois a trocá-lo por "PEDRO de MALAS Artes".

"Malas" poderia, sim, ter-se conservado, ao lado de "más", como arcaísmo popular ou regional. Naqueles mesmos séculos

(1) Em ortografia mais intelligível (e conforme a substituição feita pelo mesmo T. Braga na sua edição do Cancioneiro)

Chegou Payo de Más Artes,
com seu cerome de Chartes,
e non leu el nas partes
que chegasse há um mês,
e do lunes ao marts
foi comendador d'Ocrês

"Cerome", "cerome", "çurame", diz Viterbo, era um capote ou sobretudo. Do "lunes ao marts" — da segunda à terça-feira.

usava-se também aquela forma, que aparece no próprio Cancioneiro da Vaticana. Mas aqui não se trata do adjectivo isoladamente e sim do nome de uma determinada personagem popular.

O que é certo é que o Malasartes brasileiro nos aparece inteiramente livre de equívocos. Nada tem que vêr com o outro de igual nome, encontrado no Porto por Teófilo Braga.

Sob a sua carcassa parece que se reúnem retalhos de vários espertalhões internacionais.

O tema dos suínos, a que aludi em começo, sem muita confiança na minha memória, constitui o principal de um outro conto coligido por Teófilo Braga, o do "Guardador de porcos", e acha-se nos contos da Rússia e do Piemonte.

O urubu sábio, descende, provavelmente, por influência do nome de "corvo", de diversos "exemplos" europeus e antigos em que esta ave figura como falante. Contudo, convém notar que o urubu não é considerado palrador pelo conto, mas dado como tal pelo seu dono — o que em todo caso pressupõe nos outros a crença nas capacidades raciocinantes e expressivas do bicho.

O tema da entrada no céu, que também, se as minhas reminiscências não falham, era incorporado ao ciclo de Malasartes, nos meus tempos de menino, encontra-se no conto português do "soldado que foi ao céu", assim como num conto brasileiro, colhido em Minas por Lindolfo Gomes, cujo herói é um escrivão.

Finalmente, o do lôgro mal cheiroso tem o seu equivalente remoto na história do "Poucet", (não a de Perrault, porém) que Gaston Paris aproximou, por esse e por outros aspectos à do "Hermes" grego. "Poucet", como "Hermes", é ladrão, especialmente ladrão de gado, e, como "Hermes", para se livrar de um ser mais forte, usa de um recurso ofensivo ao olfacto. (Huet, "Les Contes pop.").

É de notar a analogia geral de carácter entre essas personagens e o nosso Malasartes: todos engenhosos, empulhadores e alegremente malandros.

O que aí fica são simples notas descosidas. Valem apenas a mostrar que a genealogia e a biografia do Malasartes brasileiro são mais complicadas e talvez mais interessantes do que os de muita personagem viva, e até ilustre, merecendo que nos dêmos o trabalho de a estudar. Mas, para isto, a primeira coisa a fazer seria reunir os elementos que a tradição oral ainda conserva.

II

As histórias de Malasartes constituem um dos ciclos noveltísticos mais curiosos da nossa literatura popular, — pela antiguidade das suas origens; pela multiplicidade dos temas estranhos que

para ele tem confluído; pelo que contém de elaboração nossa; pelo que reflecte das várias épocas e várias regiões do nosso país, espalhado como está por todo ele ha longo tempo; pelo que encerra de profundamente humano em sua concepção inicial e de profundamente brasileiro nos acrescimos e modificações que o nosso povo lhe vem espontâneamente introduzindo, por sua livre fantasia e livre vontade, sem o jugo das prescripções sociais, sem preocupações literárias, moralizantes ou quaisquer outras.

É fácil conceber o interêsse que teria um estudo completo dêste ciclo. Mas para isso, era indispensável, antes de mais, que se colligisse tudo quanto fosse possível colligir do que anda na tradição oral pelas diversas regiões do país; e êste trabalho preliminar ainda está longe de se poder dar por concluído. Está apenas iniciado, e mal iniciado.

No Brasil ainda não se comprehende, geralmente, a importância destas indagações, que os homens sérios têm por mera curiosidade frívola de espiritos desocupados. Assim, os estudiosos dêstes assuntos, que em toda a parte do mundo sempre se utilizam de um largo número de colaboradores obsequiosos, entre o público instruído, se encontram aqui freqüentemente à míngua de matéria, a labutar como monjolo sem escora, que remoe uns restos de grãos esquecidos no pilão...

Porisso é que, desde Silvio Romero, ainda não se fez no Brasil uma coletânea de contos populares, com proporções e com jeito adequados a estudos de conjunto. Silvio testarudo e infatigável, foi o primeiro e o último; e já lá se vão cerca de quarenta anos.

Enquanto isto succede no Brasil, não há mais palzinho balcânico, povoado madagascariño ou tribo pele-vermelha que não tenha sido cuidadosamente explorado por folcloristas estrangeiros, sobretudo por uns pascácios ingleses, norte-americanos e alemães: e o mais curioso é que êsses pândegos são tomados muito a sério por homens que têm nome de sábios lá por fóra. Faz até lembrar o calpíra que dizia para o compadre, comentando as exquísitices de um naturalista germânico: "Quá! Istrangêro é bêsta..."

Mas vamos ao nosso Malasartes. O introito vale a justificar a presente e as seguintes reincidências no assunto, assim como a atenção que se vai dar a cada uma das insignificantes historietas colligidas.

Registrei atrás, em brevíssimo resumo, não propriamente uns contos, mas uns temas que, se estava bem lembrado, figuravam em contos do ciclo de Malasartes: a entrada no paraíso, pelo

estratagema da carapuça; o lôgro do passarinho em baixo do chapéu; a ladroeira dos porcos. Amáveis correspondentes fizeram gentileza de me confirmar a lembrança: todos êsses temas pertencem de facto a contos da série malasartiana. Ninguém me comunicou, porém, os próprios contos, em seu desenvolvimento narrativo, tais como são contados.

Um dos referidos correspondentes, o sr. E. Bomeisel diz-me que a aventura da porcada é realmente uma das de Malasartes; apenas, segundo a versão que êle conhece, o que o malandro espetou no lodo foram as caudas, e não as orelhas dos suínos. Mas o mais interessante é que a mesma versão tem um seguimento, que o missivista, salva a redacção, assim resumiu:

Depois de ter mostrado ao patrão que os suínos se haviam atolado, mandou-lhe o crédulo homem que desse uma corrida até a casa e pedisse lá umas enxadas, com que desenterrassem os animais. Pedro lá foi e, recebido pelas tres filhas do patrão, com as quais andava embeigado, disse-lhes que levava ordem do pai para as abraçar. E como as moças duvidassem, voltou-se para o lado onde se achava o porqueiro e gritou-lhe: "São as tres, não é?" — "Sim", respondeu o bom homem, alto e firme. Então as meninas cederam.

Este segundo tema é variante fescenina de outro que está igualmente no já citado conto português do "Guardador de porcos", versão da ilha de S. Miguel.

Eis aqui êsse conto, transcrito do livro de T. Braga:

"Era um homem casado, que tinha um rapaz que lhe guardava os porcos. Indo o rapaz uma vez para o pasto, chegou-se um homem a êle dizendo — Vendes-me êsses sete portos?" — "Não vendo senão seis: mas o tio ha de dar-me já os rabos e orelhas dêles". Ficou o contrato feito; o rapaz recebeu o dinheiro e logo ali cortou as orelhas e os rabos dos seis porcos. Chegando a um charco, espetou no lodo as orelhas e os rabos dos seis porcos, e enterrou o sétimo porco até meio do corpo. E foi logo a gritar ter com o amo, para o vir ajudar a tirar os porcos, que tinham caído no charco. Veio o amo, e assim que puxou vieram-lhe os rabos na mão; com medo de perder os porcos todos, disse ao criado: — Vai a casa e diz à mulher que te dê duas pás, para puxarmos os porcos cá para fora".

O criado, que sabia que o amo tinha duas sacas de dinheiro, chegou a casa e disse à mulher: — O patrão manda dizer que me entregue as duas sacas de dinheiro. A mulher desconfiou; mas o criado disse que ela chegasse ao balcão e perguntasse se eram ou não as duas. Pergunta a mulher de cá: — Ambas de duas?" — "Sim, diz-lhe, ambas de duas".

A mulher não sabia que eram as pás, e entregou-lhe as sacas de dinheiro. O rapaz agarrou-as e foi-se por outro caminho, e, encontrando um veado, matou-o e tirou-lhe as tripas, que meteu por dentro da camisa. Chegando perto de um homem que conhecia o patrão dêle começou a dizer: — Deixa-me retalhar as

tripas". E pôs-se a cortar as que tinha do veado; o patrão quando chegou a casa e soube da ladroeira do criado, correu atrás d'ele, e encontrou no caminho o seu conhecido, a quem perguntou se tinha visto passar por ali o moço. Ele respondeu: "— Vi, e ele fez uma coisa: tirou as tripas e cortou-as para correr mais depressa". "— Também eu vou fazer o mesmo para o apanhar". E, cortando as tripas, cafu morto. O moço, quando soube isto, voltou para trás e foi ter com a patroa, que estava viúva, e casou com ela".

O conto ilheu do "Guardador" encerra tres temas: o dos porcos atolados, o do lôgro à família do patrão com a inconsciente cumplicidade d'este, e o das tripas deitadas fóra.

Os dois primeiros encontram-se, como vimos, numa das narrações do ciclo de Malasartes no Brasil. O terceiro está em outra do mesmo ciclo — a da Panelinha maravilhosa — conforme a seguinte versão de Caçapava, que gentilmente me comunica um outro correspondente, o sr. A. C. Ramos Pinto:

Um dia, Malasartes estava à beira de uma estrada, preparando um "afogado". (O "afogado" é uma espécie de caldo ou sôpa de carne, muito apreciada pelos habitantes das margens do Paraíba: é o regalo do povileu nas festas do Divino, nas barracas dos mercados ou feiras). O petisco estava pronto, fervendo, perfumoso, quando passou um tropeiro com a sua tropa. Pedro apaga o fogo e faz desaparecer, num instante, todos os vestígios do fogão improvisado, de fôrma a parecer que estava cozinhando sem fogo. Vem logo a patifaria: "— Que está fazendo, moço?" "— Pois não vê? estou preparando o meu jantar nesta panelinha que cozinha sem fogo". O tropeiro fica admirado e, farejando uma boa ocasião, propõe a troca da tropa pela panelinha. A troca é efectuada... e Pedro desaparece.

O tropeiro experimenta o maravilhoso utensílio, cança-se de o virar e revirar, e acaba percebendo a "manta" que levou. Corre em perseguição de Malasartes. Mas este arranja um recurso: mata um carneiro, tira-lhe a barrigada e com esta debaixo da camisa continua a fugir, numa disparada louca. Chega junto a um ribeirão, onde está uma lavadeira. Explica-lhe que vem fugindo à perseguição do tropeiro e que, para ficar mais leve, vai tirar as tripas. Dito e feito, com uma faca faz que abre a barriga, lançando fóra as tripas, do carneiro, com grande pasmo da lavadeira. Depois, corre, corre... "Chega o tropeiro e indaga da mulher se não viu passar por ali um homem correndo. A lavadeira responde que sim e que, por signal, o tal homem tinha aberto a barriga com uma facada e tirado as tripas para correr mais depressa. "— Ah! Ele não me engana, não! exclama o tropeiro. Vou fazer o mesmo". E, com uma facada, abre o ventre, arranca as tripas... e morre.

Este conto reúne dois temas bem distintos, cada um dos quais constitue uma historieta. O segundo pode ser facilmente ligado a qualquer outro, em que uma das costumadas proezas de Malasartes termine pela fuga sob ameaça de perigo sério. Compreende-se

pois que tenha passado da história dos porcos para a da panela. E compreende-se ainda melhor que esta última corra também só-zinha.

Assim a conheceu o sr. A. Brito, que fez a fineza de me mandar, de Limeira, esta versão de Pernambuco:

Malasartes andava de viagem, e um dia, sob o sol quente, foi descansar para o leito de um rio seco, à sombra de um joazeiro. Arranjou a trempe, fez fogo e lá colocou uma panela com água. Quando esta já fervia, passaram uns almocreves. Malasartes esconde a trempe, cobre o fogo com areia, e mostra aos recenvindos a sua maravilhosa panela, que dispensa o fogo. Os almocreves compram-lhe por bom dinheiro, e ele safa-se.

Como se vê, tanto a versão paulista com a nordestina sofreram o trabalho usual de adaptação ao meio. Na segunda, é visível a adaptação ao cenário natural. Na primeira, a vítima de Malasartes é um tropeiro, tipo que foi outrora muito comum em S. Paulo e teve grande importância na economia e nos costumes da província.

Era natural que o tropeiro na imaginação popular, desempenhasse o papel de papalvo explorado, no qual ela sempre simboliza vingativamente as classes que ganham dinheiro e com isso chegam a exercer certa influência. O tropeiro figura em outros contos esparsos entre o povo e também deixou traços na poesia. Estas coisas, colecionadas com os devidos cuidados, poderiam ajudar-nos a compreender mais intimamente a vida de S. Paulo na época que precedeu a febre do café e o desenvolvimento das estradas de ferro.

O tropeiro reaparece nesta outra historieta, igualmente segundo uma versão de Caçapava, comunicada ainda pelo sr. Ramos Pinto:

Malasartes prega sobre uma árvore, à beira de um caminho uma quantidade de notas de vários valores, e fica à espera do incauto ("que quasi sempre é um tropeiro"). Este não tarda em aparecer e dá com o nosso herói a fazer a sua colheita de dinheiro, todo contente. "— O' moço, o que está fazendo aí". "— Ora! pois não vê? Cólho dinheiro. E a árvore desta vez está bem carregadinha". O matuto passa a mão pelo queixo, coça a barbicha, e interpela o moço: "— Quer vender essa árvore? Quanto quer?" Malasartes, depois de muita broma e muita volta, conclue o negócio, debaixo de uma condição: vende a árvore, mas fica com os frutos pendentes. O tropeiro concorda, passa-lhe gorda quantia — e Malasartes azul.

Ainda um caso, — o da Morta assassinada, — também apanhado em Caçapava e também devido à obsequiosidade do sr. Ramos Pinto:

Quândo morreu a avó de Malasartes, ele chorou bastante; mas, sempre em apertos, tratou de tirar partido dessa desdita.

Coloca a defunta num carrinho de lenha, bem agasalhada, como se estivesse a dormir. Leva o carrinho à casa de um caboclo amigo, a quem pede que tome conta da velha, enquanto ele vai à cidade a uns negócios. Diz que a avó está dormindo. Dorminhoca como quê... Pede também ao amigo que dê à velha um café-zinho daí a uma hora, lembrando que, para a despertar, será preciso abaná-la com um leque durante muito tempo. O caboclo de nada desconfia e, todo serviçal, diz ao Pedro que vá sossegado, que suas recomendações serão cumpridas à risca. Passa-se uma hora e o nosso homem vai levar o café à velhinha. Abana-a, abana-a, mas descobre logo que está morta. Malasartes volta da cidade e, diante do caboclo penalizado, faz um barulho dos diabos. Berra que o homem lhe matou a avó, que é um bandido, etc. Mostra-se desconsolado e disposto a tudo. O caboclo, com receio da lei e da "otoridades" entra num conchavo com Malasartes, passando-lhe grossa quantia. O malandro embolsa o dinheiro e consente em ir-se embora...

Mais tarde, depois de muito matutar, o homem percebe o lôgro de que foi vítima, e, para recobrar o perdido, resolve imitar a manha de Malasartes. Mata sua avó, transporta-a num carrinho, faz tudo quanto Malasartes fez... E o resultado já se sabe, a patifaria é descoberta e o caboclo geme na cadeia.

Há que distinguir nessa historieta dois temas: o primeiro, que se pode denominar "o da morta matada", e o segundo complementar, da viva assassinada por imitação. O primeiro destes temas, debaixo de várias vestimentas que não lhe afectam a concepção fundamental, reaparece num conto de Sergipe, o único do ciclo de Malasartes recolhido por Sílvia Romero, e que assim se pode resumir:

Malasartes foi ter com o rei e prometeu presenteá-lo com três raparigas bonitas, se ele lhe desse três botijas de azeite. Levou as botijas e foi pousar à casa de uma velha, pedindo-lhe que as guardasse no seu galinheiro. Alta noite, corre ao galinheiro, quebra as botijas e enlambuza de azeite as galinhas. Pela manhã, vai acordar a velha e pede-lhe as botijas. Esta dirige-se ao galinheiro e volta com a notícia de que as aves as rebentaram. Malasartes exige três galinhas em pagamento, e parte. Na seguinte noite, vai pousar a outra casa e pede á dona que lhe guarde as galinhas junto aos seus perus; pela calada, mata as galinhas, repete toda a comédia da véspera e acaba carregando seis perus. Depois, reedita a mesma farsa em outra casa, e leva seis ovelhas em pagamento dos perus; depois, a mesma coisa, e arrebatava seis bois.

Troca os bois por objectos de ouro com um vendedor ambulante. Encontra uns homens que carregam uma moça morta numa rede, e obtém que eles lhe confiem para a enterrar. Ficando só, enfeita a defunta, põe-lhe os objectos de ouro, e apresenta-se à casa de um ricoço, dizendo às filhas deste que aquela é a filha do rei, que está doente e anda passeando com ele. Pede pouso para ambos, conduz a defunta á cama que lhe destinaram, e diz ás filhas do hospedeiro que a moça custa muito a dormir e chora como criança, recomendando que, se chorar, lhe metam

a correia. Alta noite, esgueira-se para de baixo da cama e põe-se a imitar choro de criança. As filhas do ricoço dão a valer na "chorona", até que ela "se cala". Pela manhã Pedro pede que lhe entreguem a companheira, e quando lhe dizem que ela é morta, arma um grande barulho, arrepela-se, grita que o rei c mandará à força... O hospedeiro, atrapalhado, faz-lhe propostas a vêr se o acomoda, e, afinal, Malasartes se retira levando três belas mulatas escolhidas de entre as escravas da casa, indo ofertá-las ao rei.

Nas "Histórias da Baratinha" livro para crianças, de Figueiredo Pimentel, encontra-se uma versão dêsse mesmo conto das "Botijas de azeite".

Não é difícil vêr que o tema da defunta é o mesmo que já deparámos, muito transformado, no conto de Caçapava. Essencialmente, é tudo a mesma coisa: trata-se em ambos os casos de uma mulher morta, de que Malasartes se utiliza para a fazer "morrer" segunda vez às mãos de gente incauta, que depois explora. Mas o mesmo Figueiredo Pimentel dá um outro conto em que êsse tema ressurge, vestido ainda mais semelhantemente à versão caçapavense.

Por umas tantas que Malasartes lhe fizera um homem vai à choupana do espertalhão disposto a matá-lo. Entra, dá com um vulto na cama e liquida-o a pancada. Não era Pedro, mas uma velha a quem êle dera pousada. O malandro, já desconfiado, não dormira em casa. — Encontrando o cadáver, Malasartes fica muito calado, arranja um carro, põe nêle a defunta sentada, e toca. No meio do caminho, pára numa venda, pede cerveja e diz ao taverneiro que leve um refresco á avôzinha que está no carro; mas como ela pode estar adormecida, e sendo surda que nem uma pedra, é bom gritar-lhe bem alto. O vendeiro, homem irritadigo, leva o refresco á velhota, chama-a, grita-lhe, e afinal, perdendo a paciência, arruma-lhe com o copo na cara. Malasartes aparece, faz a sua scena, etc., e surrupia dez contos de réis ao "assassino".

Aqui temos o mesmo tema da defunta, e além do tema alguns acessórios que se acham no conto de Caçapava: o carro; a bebida, que no outro conto é um café; o sono pesado, etc. Entretanto, as histórias em si são diferentes. É esta uma das curiosidades da literatura oral.

A permanência dos temas é bem compreensível, porque êles representam o miúdo da invenção, a parte mais difícil de improvisar, aquela em que a originalidade é sempre um problema. e não só na literatura oral. Mas o que já não se compreende sem esforço é a permanência de pormenores por vezes mínimos. Toda uma história se transforma: modificam-se as situações, os personagens, a intriga; a fabulação é outra, a tal ponto, que às

vezes custa um pouco descobrir o caroço central, o tema gerador e comum; entretanto, conservam-se pequenos traços acessórios de secundária importância.

Diz-se por graça de certas roupas muito remendadas, que elas, ao fim de algum tempo, sendo as mesmas que foram, já são outras. Estes contos são por vezes como uma dessas roupas, — na qual, tendo-se trocado tudo, ainda se conservem todavia alguns botões da sua primeira “incarnação”.

Como quer que seja, o facto parece revelar alguma coisa muito própria do espirito humano e ligada à raiz dos processos gerais de elaboração literária: todo um vasto campo de indagações a caboucar.

Ora, bem. Ha umas histórias francesas, do Maine (1), nas quais figura um trapaceiro, Jean Mâchepied, que é moralmente o fiel retrato de Pedro Malasartes. Uma das proezas de Mâchepied:

O “Seigneur de Paroisse”, zangadíssimo com umas falcatruas do biltre, vai procurá-lo à casa. Vendo-o vir, Mâchepied combina com a esposa o seguinte: fingirá dar-lhe um tiro de espingarda; ela cairá como morta; momentos depois, êle virá com um fole, fá-lo-ha funcionar em lugar adequado, e ela resuscitará. Entra o senhor, e Mâchepied larga o tirásio na cara metade. “— Que fazes, miserável?” “— É isso, matei minha mulher, coitada! Vendo que vós vinheis, ela pensou que eu ia pagar com a vida a minha brincadeira e pediu-me que a fizesse morrer antes de mim”. O senhor explica-lhe que não tinha a intenção de o castigar tão severamente, queria apenas repreendê-lo. Mâchepied à vista disso, pega no fole e faz reviver a mulher... O “Seigneur de Paroisse” achou aquilo magnífico, e, como sua esposa costumava apoquentar-se excessivamente quando davam grandes jantares, pensou logo que seria excelente recurso matá-la na véspera e fazê-la ressuscitar quando tudo estivesse pronto. Assim fez — e depois embalde deu ao fole em cima da pobre dama. Estava “definitivamente” morta.

Esta historieta é bem diferente da versão de Caçapava, mas o duplo tema fundamental se reduz ao mesmo — é sempre o caso de um falso assassinio acarretando um assassinio verdadeiro, por imitação. As duas partes do tema não se encontram nas outras histórias nacionais que até agora conhecemos, mas é muito provável que perdurem juntas nalguma ainda não coligida.

Dir-se-ha que entre a historieta nossa e a francesa não deve haver mais do que simples coincidência. Nêsse caso, haverá outras coincidências juntas. O carácter dêsse Mâchepied, como se vê pelo conto acima resumido e se vê por outros casos da série, é exactamente o mesmo no nosso Malasartes. Não

(1) “Légendes et contes du Maine”, por George Boreau, et Marc Langrais; Paris. Libr. Blériot, 1898.

e só isso: entre esses outros casos, mais de um apresenta analogias notáveis com os do nosso ciclo, analogias que não se podem explicar por simples coincidência, como ainda veremos.

III

Aos contos publicados temos que juntar mais o seguinte, coihido em Ouro Preto pelo sr. Octavio de Araujo Ribeiro, que gentilmente no-lo enviou de Cerqueira César, onde reside:

Pédro Malasartes sempre ouviu dizer que o Diabo era a mais experta criatura do mundo. Desde então uma idea fixa dominou-o por completo: enganar o Diabo. Dia e noite castigava o bestunto, moendo e remoendo mil e um planos. Certa ocasião, passando por um bairro da cidade, viu numa casa, estirado sobre uma mesa, o corpo de uma velha recém-falecida. Como um raio, surgiu-lhe na mente a luminosa idea, que elle andava buscando há tanto tempo.

Aproveitando um momento em que não havia ninguem de guarda à defunta, apoderou-se dela e carregou-a para longe. Arranjou dois cavalos arreados, escarranchou num dêles a velha morta, amarrando-a sólidamente, dando-lhe uma attitude de amazona, cobrindo-a com vistoso chale e pondo-lhe à boca um fumegante caximbo. Feitos estes preparativos, montou no outro animal e tomou rumo do inferno.

Este era situado lá no fundo de uns grotões da serra, e Malasartes correu mil perigos para conseguir descer até lá com os animais. Mas era hábil cavaleiro, e chegou são e salvo. O inferno era um casarão extremamente longo e muito baixo, cujo telhado era todo de folhas de zinco. Ai chegado, Pedro apeou-se, bateu à porta uma, duas, tres vezes, e ninguem acodiu. Tornou a bater com mais força e nenhuma resposta. Furioso com o silêncio, vendo que o telhado era de zinco, começou a arremessar-lhe pedras, fazendo um barulho medonho.

Foi então que a sombria porta rangeu nos gonzos, surgindo um diabinho que perguntou a Pedro o que desejava. — "Falar ao Diabo", respondeu. O diabinho desapareceu e dai a momentos apresentou-se Satanás em pessoa. Malasartes, mostrando-lhe a velha, que continuava montada a cavalo e que à frouxa luz daqueles lugares parecia viva, contou ao Tinhoso que se achava reduzido a extrema miséria, com a família curtindo fome, etc. Sabendo que o Diabo comprava almas, trazia ali a sua mãe, cuja alma estava decidido a vender, pois era o único recurso que tinha para salvar a numerosa familia dos transe em que se achava. O Diabo consultou o livro do inferno e viu que o nome da velha não estava registrado, então pulou de contente e mostrou-se disposto a fechar o negócio. (Conforme a tradição, o Diabo é mais do que arquimilionário, e com toda a sua inesgotável fortuna está sempre empenhado em perder o mundo).

Depois de discutir bem todos os termos da transacção, o Diabo entregou a Pedro 500 contos e, conforme ficara combinado,

Pedro regressou para a cidade acompanhado por um diabinho, que tinha por missão carregar a alma da velha logo que esta morresse. — “E bem que é uma velha!” exclamava o Diabo, esfregando as mãos; “não custará a vir cá para baixo”.

Para maior fortuna de Pedro o diabinho que o acompanhava era bobo. Chegaram os viajantes a uma campina e então Malasartes, pretextando que a cidade ficava muito longe e que a velha não podia apanhar vento, mandou o diabinho abrir um buraco muito fundo e aí colocou-a. — “Se ela morrer nesta cova”, dizia ao emissário das Profundas, “não faz mal; irá mais depressa lá para o braseiro”. O diabinho achou que era verdade e riu-se com gosto.

Como a noite vinha caíndo, ali mesmo acamparam, e logo que raiou o dia, Pedro explicou ao diabrete que a velha não tinha agüentado, morrendo dentro do buraco, e pediu-lhe que fosse avisar o Diabo. Este logo viu que tinha sido ludibriado, pois a alma comprada não havia chegado ao inferno, sendo que não podia estar no Ceu nem no Purgatório. Rubro de raiva, partiu à procura de Pedro e encontrou-o; mas este sem lhe dar tempo para o menor movimento, mostrou-lhe uma cruz que trazia consigo. No mesmo instante ouviu-se medonho estrondo, e o Diabo desapareceu numa negra nuvem, tresandando a enxofre.

Malasartes conseguiu enganar o próprio Diabo. Todo o mundo soube do caso, e o nome de Pedro correu de boca em boca entre mostras de admiração e respeito.

Este conto, à primeira vista, pode afigurar-se inteiramente distinto dos demais do mesmo ciclo. Mas não é. A velhota defunta que aí aparece é evidente reminiscência do tema da “morta assassinada”, que sob variações mais ou menos profundas já vimos em diversas outras histórias. Trata-se sempre de uma defunta, de cujo corpo Malasartes se apodera, afeitando-o, dando-lhe aparências de vida e conduzindo-o de um lado para outro, com o fim de passar a perna a algum incauto.

Como se vê, esta ficção deu no gôto do povo. Há factos semelhantes em outros países. Um dos temas que se acham espalhados no Oriente e na Europa, e que tem desabrochado em grande quantidade de contos de vária extensão e vário feitio, é o do cadáver encontrado por um indivíduo nas proximidades de sua habitação, e que esse indivíduo leva para a porta de outra casa, a fim de não ter incômodos com a autoridade, e que o outro morador por sua vez transporta para perto da residência de um terceiro, etc.

Já vimos que a defunta dos contos brasileiros de Malasartes se liga indubitavelmente à mulher do conto francês de Mâche-pied, apesar da aparente disparidade. Esta última não era morta, mas bem viva e bem esperta: fingiu-se de morta, como

boa colaboradora do marido, que precisava de representar a sua farsa ao fidalgo simpíório. Contudo, esse conto do Maine se reduz em última análise a isto: o falso assassinio de uma mulher, acarretando o assassinio efectivo de outra mulher, por imitação; e é nisto que também se resume o conto da avó de Malasartes. E esse conto da avó de Malasartes se encadeia visivelmente, pela primeira parte do tema, como ela aí se apresenta, aos outros contos do mesmo ciclo nos quais se depara uma defunta.

Como já ficou dito, entre o conto da avó de Malasartes e o da mulher de Mâcheplid não deve existir mera coincidência, pois, a admitir esta, teríamos de aceitar várias outras juntas, o que viria dificultar o caso em vez de o simplificar. O carácter do trapaceiro francês é muito semelhante ao do espertalhão brasileiro. Além disso, outras façanhas de Mâcheplid têm similares perfeitas entre as de Malasartes.

No citado livro de Figueiredo Pimentel encontra-se uma história na qual:

Malasartes, empregado de um fazendeiro, teve um desagui-zado com o patrão e este acabou matando-lhe o cavalo. Mala-sartes tira o couro do animal e parte para a cidade, afim de o vender. De caminho, tem uma aventura análoga á que já vimos num conto coihido em Minas — o do jantar fiado — ganha uns dinheiros e volta para casa.

Antes de recoiher, procura o patrão para agradecer o favor que indirectamente lhe prestou matando o cavallo. Conta-lhe que os couros de cavalo estão caríssimos, e porisso conseguiu fazer um negócio da China; para prova, exhibe a quantia recebida. O fazendeiro, deslumbado, mata os seus quatro cavalos, tira-lhes os couros e manda-os vender, mas os couros não lhe dão nada.

Exasperado, resolve matar o embusteiro: vai á casa d'ele, dá com um vulto na cama, arruma-lhe com uma vara de ferro. É o episódio já visto, em que a vítima do fazendeiro é uma pobre velha a quem Malasartes deu pousada, e de cujo cadáver se utiliza para uma nova faicatrua.

Emboisado o fruto da última ladroeira, o incorrigível procura de novo o fazendeiro para lhe agradecer ainda esse favor de ter assassinado a velha em lugar d'ele, e conta-lhe que ganhou boa quantia vendendo o corpo a um médico anatomista. O fazendeiro caia-se; na primeira oportunidade, mata uma velha criada e vai oferecer o cadáver ao tal médico, de quem recebe apenas uma descompostura.

Afinal, o iudibriado tenta mais uma vez matar Malasartes, bota-o num sacco para o lançar ao mar, o diabo do homem foge, embruiha o fazendeiro com uma história de palácio encantado no fundo da água, e acaba fazendo com que o perseguidor se afogue.

Não diz F. Pimentel de onde tirou esta série de aventuras, mas o que é certo é que pelo menos algumas delas correm por aí

sob diferentes versões na tradição oral. Pois todas estas façanhas correspondem a outras tantas de Mâchepled.

Habitava este uma casinha ao pé do castelo de um "Seigneur de Paroisse" e tinha uma vaca magra, que de quando em quando invadia a pastagem do fidalgo. Irritado com as amofinações da vaca, o "Seigneur" mata-a. Mâchepled resigna-se e trata de aproveitar o que pode da rez abatida. Aproveita-lhe também o couro, que resolve ir vender à cidade próxima.

De caminho, dá com um bando de ladrões a dividir dinheiro roubado; enrola-se no couro da vaca, investe contra os mellantes apavora-os, dispersa-os e apodera-se das moedas, que são muitas, e de ouro e prata. Então volta para casa e, de passagem, agradece ao fidalgo a violência que lhe fez, pois graças a ela está rico: vendeu o couro da vaca por um dinheirão. O "Seigneur de Paroisse" mata uma das suas nébias vaquinhos e manda vender o couro, mas o preço pedido não faz senão arrancar gostosas risadas aos compradores. O castelão interpela Mâchepled, e este encontra meios de o fazer matar outra vaca, e depois outra e outra.

Desenganado por fim, o fidalgo vai à casa do malandro, e desenrola-se a scena já contada, em que a mulher de Mâchepled finge morrer de um tiro e em seguida revive graças a um fole manejado pelo marido — que assim, induz o adversário a matar sua nobre esposa na convicção de a poder ressuscitar pouco depois pelo mesmo processo.

Chegado ao cúmulo da exasperação, o aristocrata resolve acabar de veras com o patife; mete-o num saco, manda-o arremessar ao Sarthe, mas Mâchepled salva-se e, depois de várias peripécias, embroma ainda uma vez o perseguidor e dá com ele afogado.

Como facilmente se pode verificar, o paralelismo é perfeito, embora por vezes o desenvolvimento dos temas e dos acessórios se afaste um pouco do elxo comum.

Um dos pontos em que é mais acentuada a divergência entre o conto de Maine e o brasileiro, é o episódio que se segue à morte do animal (vaca no primeiro, cavalo no segundo). Malasartes, como Mâchepled, vai vender o couro e, como o francês, não chega a realizar o negócio, porque topa no caminho com uma nova aventura, que lhe dá magnifico resultado. Mas, ao passo que Mâchepled encontra uns ladrões e os põe em fuga, por meio do artificio que se sabe, arrecadando em seguida o dinheiro que elles repartiam, Malasartes vai pedir agasalho a uma casa, onde come à tripa fôrra com os moradores e acaba arranjando gorda quantia.

São casos diferentes. Ha, entretanto, alguma coisa comum entre elles, além do resultado final (o dinheiro embolsado): no conto francês, o herói envolve-se no "couro" para amedrontar os ladrões; no conto brasileiro, versão de F. Pimentel, o protagonista serve-se do "couro" para as suas maroteiras, apresentando-o como encantado. O traço comum é o couro; e aqui temos mais um flagrante e curioso exemplo do papel que desempenham nestas

composições populares certos pormenores que à primeira vista parecem destituídos de toda importância e completamente mortos. (1)

Isto não esclarece a divergência entre os dois episódios, mas autoriza a conjectura de que houve um só ponto de partida para ambos, cujo paralelismo inicial é indicado, aliás, pelo dos demais casos das duas séries irmãs.

Esta suposição é reforçada por um conto português, colhido por Leite de Vasconcelos, no qual Pedro Malasartes, trepado a uma árvore, se diverte a fazer partidas a uns "ladrões" que estão jantando, e os amedronta e afugenta. Aqui reaparecem personagens que já vimos na aventura de Mâchepied, embora em situações diversas, e reaparece o pormenor da "fuga" dos ladrões apavorados. Por outro lado, reaparece também a particularidade do "jantar", que, em circunstâncias diferentes, já encontramos na citada versão brasileira. Assim, não é impossível que esse conto português, em que se encontram juntos elementos de um e outro dos episódios em questão, represente, já muito alterada, a forma primitiva de que se tenham eles originado.

Trata-se de pormenores quasi ínfimos, incrustados em narrativas diferentes, mas é claro que a multiplicidade de tais encontros, dentro de um mesmo ciclo, e em partes correspondentes de versões paralelas, afasta a idea de mero acaso e atesta a existência do ponto de partida comum.

Esses pormenores são, pois, aproximadamente, nos contos populares, o que são nos organismos vivos certas particularidades anatómicas que já não têm função, ou que se adaptaram através do tempo a necessidades diversas das originárias, conservando todavia caracteres que certificam o entroncamento remoto de tipos muito diferenciados.

Observámos já de outra vez que o nosso Malasartes era completamente diverso do que se nos apresenta no conto do Porto, colhido por Teófilo Braga. Esse é um idiota chapado, e aparece mesmo, numa versão publicada por Consiglieri Pedroso, sob o nome de Manuel Tolo. Nem porisso abandonámos a idea de que o Malasartes brasileiro proviesse de Portugal. Além de outras razões, a referência feita por dom Francisco Manuel levava a supor

(1) Na versão de Minas, que já reproduzimos, esse "couro" encantado está substituído por um "corvo", e parece que esta é a variante mais vulgar do país. Não é descabida a hipótese de que o "corvo" tenha nascido de uma simples analogia sônica, e à guiza de correção da primitiva palavra, após o desmembramento do episódio e consequente esquecimento da aventura anterior, que explicava a existência do tal couro.

um carácter mais próximo do nosso herói do que do tal toleirão do Porto.

O tom conjectural que adoptámos podia ter sido de certeza, se nos tivéssemos lembrado de recorrer às "Tradições" L. de Vasconcelos, o que só fizemos depois. Como já se viu no parágrafo anterior, esse autor dá um conto português perfeitamente integrável na concepção do Malasartes corrente no Brasil. E registra mais o seguinte: primeiro, que, em geral, Malasartes é identificado em Portugal com o diabo; segundo, que, numa "ópera" portuguesa de 1741, "Encantos de Merlin", vem esta alusão: "gras ao senhor de Baylard que me fez a mim Pedro de Malas artes, ensinando-me em paga de o servir em Paris a Mágica branca, ou a negra Mágica". Aqui, o personagem da "ópera" apresenta-se como um feiticeiro, equiparando-se por isso a Malasartes (1). Tudo, como se vê, inculca um tipo endiabrado, vívaz e inventivo.

Em conclusão:

O nosso Malasartes, como "tipo", gravado na imaginação popular, nos veio de Portugal, em suas linhas gerais. Alguns dos temas vulgarizados no Brasil são também, claramente, da mesma procedência, embora desligados lá do nome desse herói: assim o da venda dos porcos, o das tripas arrancadas, o do lôgro à família do patrão com a inconsciente cumplicidade deste e por meio de um diálogo à distancia, etc. Quanto aos contos paralelos à série francesa de Mâchepied, não se pode saber por enquanto como foram aqui introduzidos. Finalmente, os que nem aparecem nas colectâneas portuguesas, nem na série francesa (o lôgro do passarinho, a entrada no ceu, etc.), tem ainda assim todos os indícios de procedência europeia, não apresentando traço algum de originalidade nacional.

Nada existe, então, de brasileiro nestes contos todos que por aí correm? Existe alguma coisa, e não desprezível.

Há, em primeiro lugar, as modificações determinadas pela necessidade de adaptação, as quais são muitas e curiosas, sob mais de um aspecto. Há, depois, o facto geral da integração de todo o ciclo de Malasartes dentro das linhas de um carácter definido.

(1) Esta passagem mostra que outrora, em Portugal, o nosso herói seria um praticante de artes mágicas — de "más artes". Vir-lhe-hia daí o nome? Entre os contos populares daquele país há um em que se fala de certo indivíduo que, em Paris, foi discípulo de um "mestre das artes", ou de um feiticeiro, conto esse interessantíssimo por conter um tema que se encontra em outros países da Europa, na Índia, nos povos árabes, etc. Esse indivíduo talvez seja o próprio Malasartes, cujo nome se haja perdido na versão publicada.

Não inventámos nenhum dos contos, nenhum dos temas, mas de vários contos e temas desparelhados, vindos de diversas partes, eliminando aqui, acentuando ali, compusemos uma figura completa, coerente, animada de contornos bem marcados, de feições inconfundíveis, e cuja vitalidade se afirma numa vulgarização que abrange quasi todo o país.

Assim, o nosso povo criou um tipo, nada insignificante, mesmo esteticamente, e que é de algum modo emanção original da sua psique, não obstante nada ter de novo em qualquer das suas partes. O que aliás está de acôrdo com a lei geral de toda criação, artistica ou natural: tudo se reduz a sínteses novas de elementos preexistentes; e o carácter de criação reside apenas no facto de que a síntese não é a simples soma de tais elementos, mas implica a aparição de uma realidade diversa. Nas coisas do espirito, como nas da natureza, não há "começos absolutos".

IV

Examinando, atrás, vários contos do ciclo de Malasartes no Brasil, demonstrei o paralelismo de alguns dêles com a série de aventuras de Mâchepled, figura da ficção popular no Maine, França. Observei, porém, que em alguns pontos êsse paralelismo se interrompia, desviando-se uma ou outra das séries para um lado, a prender-se com outras e ignoradas correntes em sentido diverso.

Não vou agora infligir ao leitor a recapitulação do que ficou exposto. Limitar-me-hei a citar as passagens necessárias para introduzir umas novas aproximações, e quem tiver bastante curiosidade para fazer o cotejo completo poderá recorrer dos passados capitulos.

Os nossos contos de Malasartes não se ligam apenas à França, mas também à Itália. Angelo de Gubernatis publicou, entre muitas outras "novelline" italianas, esta de Santo Stefano di Calcinaiá (que dou em resumo), sob o título "I due Furbi e lo Scemo":

Eram tres irmãos, dois inteligentes e um tolo. Um dia, êste pôs uma panela de feijões ao fogo e, depois de cozidos cobriu as brasas com cinza para que continuasse brandamente a fervura. Vêm visitá-lo os irmãos, e êle manda à mulher que traga a panela dos feijões, o que provoca o riso dos visitantes, que notaram estar o fogo apagado. Explica-lhes o tolo que aquillo é uma panela maravilhosa, na qual se cozinha sem lume. Os irmãos muito admi-

rados querem por força comprar a panela, e o bobo "cede-lha" por cem escudos.

De volta à casa, os irmãos do tolo preparam o mantimento deitam-o na panela, colocam esta sobre cinzas e saem a cuidar da vida. À noite, recolhem e vão direito aos feijões, que lá devem estar prontinhos. Abrem a panela, e compreendem o lôgro. Correm à casa do tolo.

Este, vendo-os vir furiosos, combina um estratagemma com a mulher. Põe-lhe debaixo da axila uma bexiga cheia de sangue, e diz-lhe que cáia como morta logo que 'êle der um golpe na bexiga, e "ressuscite" quando ouvir um terceiro toque de apito. Os irmãos chegam, fazendo estardalhaço, mas o tolo, fingindo que briga com a mulher, grita mais do que eles, precipita-se contra ela e golpeia a bexiga. A mulher cai banhada em sangue deante dos cunhados, presas de horror. Mas o tolo saca do apito e sopra; ao terceiro sópro, ela ressurgue fresca e lépida. Os irmãos, enchem-se de admiração e querem por toda lei levar o apito; o tolo "cede-lho" por cem escudos. Eles vão para casa, matam as mulheres, tentam revivê-las e...

Exasperados, voltam ao tolo para dar cabo dêle. O homem-zinho havia comprado uma jumenta, enfiando-lhe doze moedas em baixo da cauda. Os dois dão com êle nas proximidades de sua casa e vão tratando de executar o que trazem planeado. O tolo pede apenas que lhe permitam levar para casa aquela jumenta, e esta, a cada passo que dá, deixa cair uma das moedas. Quando acabam de cair oito moedas, os dois irmãos espertos querem a viva força comprar a jumenta. O tolo "cede-lha" por cem escudos. Chegados à casa, os dois colocam o animal sobre um lençol, e lá tombam as quatro moedas restantes; mas, depois das moedas, só cáem coisas bem menos preciosas...

Os dois retornam ao patife decididos a suprimi-lo, botam-o num saco e vão arremessá-lo ao rio. Encontram no caminho um pastor com suas ovelhas, temem ser descobertos, abandonam o saco e retiram-se. O tolo solta uns gemidos, o pastor interpela-o, e êle explica que o levam naquele saco para o fazer papa contra sua vontade. O pastor sente-se tentado, entra no saco em lugar do tolo, e o tolo vai-se com as ovelhas em troca do papado.

Voltam os irmãos quando já não há transeunte no caminho, pegam no saco, atiram-o ao rio e partem. Não demora muito e surge-lhes o tolo pela frente com as ovelhas. Espantam-se. O malandro conta-lhes então que cada gole de água que lhe entrava pela boca era uma ovelha que êle ganhava. Os dois invejam-lhe a fortuna, atiram-se ao rio, e lá ficam.

A. de Gubernatis diz em nota que êste conto deve ser de proveniência céltica, pois entre os celtas da Bretanha se acham dêle diversas variantes.

Aqueles dos leitores que se lembrem dos contos brasileiros de Malasartes correspondentes à série de Mâchepléd já devem ter percebido que as aventuras do tal "toló", na verdade espertalhão, do conto italiano, formam outra série até certo ponto paralela às precedentes.

O episódio do apito é o mesmo do fole de Mâchepied, sob outro revestimento. O do saco, está na série francesa e na de Malasartes, com o mesmo caminhar, e as mesmas ovelhas, com o mesmo lôgo em que cafu êsse caminhar e com tudo o mais daí até o fim.

O mais curioso é que na "novellina" italiana se acha também o episódio da panela maravilhosa, que não está nas duas séries irmãs de Malasartes e Mâchepied, mas encontra-se num outro conto de Malasartes que dei avulsamente e que anda muito vulgarizado no Brasil.

Mas, nem só na França e na Itália se descobrem elos do nosso ciclo malasartiano; também os temos na Rússia.

O mesmo A. de Gubernatis dá a seguinte historietta da coleção russa de Erlenwein:

Um homem tinha tres filhos, dois intelligentes e um tolo; morrendo, deixou a cada filho alguns bens, tocando ao terceliro um boi. A viuva vai para a companhia do tolo. Este resolve-se a vender o boi, e toca para a aldeia.

Ao atravessar uma floresta, ouve uma árvore ranger; pensa que a árvore fala e vende-lhe o boi, declarando que voltará no dia seguinte. Volta de facto, mas os lobos tinham-lhe comido a rez. Pade o dinheiro à árvore, e, como esta não responde, dá-lhe com o machado e derruba-a. Cai dinheiro em quantidade. O tolo carrega o que pode para casa.

De caminho, encontra-se com um camponês que lhe pergunta o que leva: "Dinheiro (responde), e ainda deixei lá na árvore quantia que dá para mais dois carros". Depois, larga a carga em casa e volta a buscar mais. Alcança o camponês, que se dirige ao tesouro, e mata-o. Intervém a justiça. Interrogado sobre se viu a vítima, o tolo responde que êle mesmo lhe cortou a cabeça e acrescenta que a depôs em cima da estufa, em sua casa. A mãe do matador, porém, substituiu a cabeça humana pela de uma cabra; a justiça convence-se de que o assassino é apenas um idiota e deixa-o em paz.

Em casa, o tolo monta guarda ao dinheiro, e dorme em cima dêle. Os irmãos, sabedores do acontecimento vêm uma noite para o matar e roubar, mas nessa noite quem ficou vigiando o tesouro foi a mãe, e esta é que morre. Acode o tolo, e os irmãos dão-lhe cem rublos para que se cale.

O tolo pega no cadáver, deixa-o cair sob o carro de um mercador, grita por socôrro, faz barulho, e o mercador lhe compra o silencio por outros cem rublos. Leva o cadáver para a aldeia, encosta-o à porta de uma casa e bate; o morador abre, o cadáver cai, o homem passa-lhe por cima, e o tolo faz novo barulho. Os irmãos, vendo que se pode especular com os cadáveres, matam as respectivas esposas — e vão para a cadeia.

Tudo isto apresenta desde a primeira vista um ar de parentesco bem sensível com as aventuras do nosso Malasartes e dos seus colegas estrangeiros com que já travámos relações. Have-

ria muitos pontos a sublinhar e a comparar, mas pouparei ao leitor toda análise enfadonha.

Notarei apenas que nêsse conto russo se nos depara, sob roupagem que não o desfigura, o mesmo tema da "morta assassinada e explorada", aproveitado em diferentes casos de Malasartes.

Dentre êsses diferentes casos cumpre destacar a versão avulsa, aqui reproduzida há tempo graças à gentileza do sr. A. C. Ramos Pinto, que a ouvira em Caçapava. Como fiz observar comentando-o, êste conto é interessante por ser o único dos brasileiros, pelo menos dos meus conhecidos, que encerra aquele tema da "morta assassinada" com o seu complemento — "a viva assassinada por imitação".

O duplo tema encontra-se na série francesa de Mâchepied e, como se acaba de vêr, também se encontra no "skazko" russo acima reproduzido, e sob fôrma ainda mais próxima à do citado conto paulista.

Fiquem registadas mais estas notas sôbre o nosso Malasartes. Os leitores perdoar-me-hão a desordem delas e também a insistência, levando tudo à conta de uma boa intenção — como direi? — talvez patriótica.

Fresco patriotismo, dir-se-há, que se esforça para mostrar que o nosso Malasartes, já considerado muito nosso, filho legítimo dêsses matos, irmão nobre do caapora, do saci e do boi-tatá, não passa de um conglomerado de retalhos estranhos.

Aos que assim me objectem direi que a brasilianidade de Malasartes, como a dêles, como a de nós todos, não está propriamente na proporção do sangue de tatú ou de macaco que êle possa ter nas veias, mas na sua integração dentro dos caracteres e tendências actuais desta imensa totalidade viva a que chamamos Brasil.

O que seria muito desejável era que se levasse mais longe a colheita dos contos e tudo o mais que se refere ao nosso Malasartes (ditados, etc.), afim de se completarem os lineamentos da figura e a série dos seus feitos e gestos. Isso talvez permitisse encontrar outros elos que liguem o nosso ciclo ao "marck-lore" de outros países, como os já descobertos nas análises e comparações que fiz.

Agradecerei muito aos leitores de todo o Brasil que me queiram prestar o seu auxilio, mandando-me tudo quanto conheçam como popular nêste capítulo. Não importa que só conheçam versões já publicadas. Podem escrevê-las, conforme as tem ou-

vído, e enviar-mas para serem examinadas. Às vezes, uma variante aparentemente insignificante abre uma pista nova. Só o que é indispensável é que, ao redigir, se ponha de lado toda preocupação de enfeitar ou endireitar as narrativas. Aqui, é o caso de parodiar o Cornélio Pires: Não lhe bulam! Felo mesmo é que é bonito...

V

Bem inspirado andei eu quando, querendo ajuntar os casos dispersos do Malasartes brasileiro, apelei para a boa vontade dos leitores e das leitoras não indiferentes a estas ninharias — ninharias que podem valer muito, assim como há grandes coisas que no frigrir dos ovos não valem nada.

Tenho recebido, depois das contribuições já registadas, várias outras não menos valiosas, por virem de pessoas conhecidas, ou que se dão a conhecer, e pessoas que se limitam a reproduzir singelamente o que ouviram, mostrando assim compreender bem que não se trata de fazer literatura, nem de procurar hipotéticas pérolas de imaginação popular, mas de colleccionar "o que há", como faz o naturalista quando estuda uma região inexplorada.

O ideal seria que esses produtos da tradição oral fossem apanhados com inteira fidelidade não só à substância e à forma em geral, mas ainda à própria linguagem, com suas modalidades dialectais, suas construções especiais, suas maneiras peculiares de dizer e até com sua fonética. Assim teem procedido os bons folcloristas estrangeiros.

Mas isto, na verdade, só pode ser feito, directamente, pelos folcloristas de profissão, armados de método, de tacto e de paciência, dispondo de tempo que nem todos teem de seu, e capazes, como especialistas treinados, de descobrir na multidão os bons contadores, que não são comuns.

Esses bons contadores são individuos que, por temperamento, por educação, por terem boa memória e por outras circunstâncias, se tornam como uns artistas do género. Entre esses mesmos é preciso distinguir os que respeitam humildemente a tradição e os que, dotados de faculdades inventivas, introduzem floreios e enxertos. Essas distinções todas só podem estar praticamente ao alcance de profissionais, e no Brasil os que lidamos com esta materia ainda somos todos mais ou menos amadores que lhe dedicamos umas horas furtadas a outras occupaões ou ao repouso.

Deixemos pois todo rigor de execução para os nossos successo-

res de algum dia, quando se começar a compreender que "isto" não é uma simples diversão para as horas vagas, mas uma especialidade muito séria e complexíssima, ou, melhor, um conjunto de especialidades, cada uma das quais constitui ou tende a constituir uma ciência à parte.

Por ora, continuemos a colher e armazenar os materiais que pudermos, não a trouxe-mouxe, é claro, mas com as simples dósas de bom senso, de escrúpulo e de respeito à verdade objectiva, que não são apanágio de especialistas quaisquer e não exigem nenhuma preparação particular.

É este um trabalho modesto e miúdo, nada do agrado dos nossos intelectuais e aprendizes ou aspirantes a intelectuais, que preferem genialmente teorizar "de omni re" com absoluto desdém por tudo o que seja informação exacta acerca das coisas. Entretanto, é um trabalho útil, sem a menor dúvida; e uma das suas utilidades consiste justamente em contrabalançar um pouco os estragos profundos desse "genialismo" generalizado, improvisador e adivinhão, um dos mais sérios venenos da inteligência brasileira.

O caso Malasartes é disso uma ilustração significativa. Ninguém se havia dado o encargo de recolher quanto fôsse possível encontrar-se, a esse respeito, na tradição oral brasileira e de confrontar, embora pela rama, o que fôsse recolhido com o que existisse de semelhante nas colectâneas estrangeiras. Apenas Silvio Romero reproduzira um dos contos do ciclo, no seu livro de "Contos populares", e alguns escritores andaram depois pegando aqui e ali umas narrativas, fragmentos e referências. Nada mais. Com este exíguo material, que na verdade dava apenas um cheiro do assunto, e tendo-se a mais unicamente a vaga notícia de que havia muitos contos de Malasartes espalhados pelo país, disseram-se com então várias coisas sentenciosas acerca de tais histórias e de tal tipo. Entre outras, que Malasartes era a personificação mítica da floresta brasileira... produto nacional portanto, e que produto! — logo uma coisa comparável a certas criações gregas ou escandinavas.

Era muito bonito, está claro, mas tinha o pequeno inconveniente de ser em absoluto uma fantasia. Malasartes não é um mito, nem é criação nossa. Como já se mostrou nestas notas, o tipo nos veio de Portugal, onde é antiquíssimo, e foi aqui talvez rejuvenescido e aperfeiçoado. Os temas até agora registados nesta secção, ou provenientes de livros, ou de depoimentos pessoais, ligam-se todos indiscutivelmente ao "marck-lore" europeu — ao hispânico, ao francês, ao bretão, ao italiano, ao russo.

Estas verificações, afinal, não valem mais do que todas as teorias erguidas no ar? Valem sim, a começar por serem "verificações" e portanto uma aquisição e não um esforço perdido, e a terminar por nos darem um pouco a perceber, concretamente, a imensa vastidão da vida dos temas e os processos por assim dizer subterrâneos de sua propagação, desenvolvimento, diferenciações, fluxos e refluxos através das fronteiras e das épocas — uma fresta aberta para a grande vida colectiva e misteriosa do espírito humano em suas profundidades oceânicas, inacessíveis às tempestades que flagelam a superfície.

Continuemos pois a nossa colheita, amigos cooperadores, e ponhamos o tal de Malasartes para aqui, todo êle, de corpo inteiro, com todas as suas ronhas e artimanhas — como quando êle entrou no ceu.

Este caso da entrada no ceu já foi aqui referido, e já vimos que, ha uma versão mineira cujo herói não é Malasartes mas um escrivão anónimo, e uma versão portuguesa cujo protagonista é um soldado igualmente anónimo. Agora, um dos meus amáveis correspondentes, o sr. Vergilio de Ávila, manda-me de Lavrinhas uma outra versão bem diferenciada e mais interessante, por s. s. ouvida em Pinheiros nos seus dias de infância:

Cansado de vagar pelo mundo, Malasartes resolveu dar um passeio ao ceu, onde chegou com tres dias de viagem. Bateu no portão do paraíso e esperou. Pouco depois ouviu a voz de S. Pedro:

— Quem é?

— Sou eu.

— Eu quem?

— Pedro Malasartes.

— Que vem você fazer aqui no ceu?

— Vim dar um passeiozinho, quero vêr essas belezas ai dentro.

— Não pode ser, moço; no ceu não entra ninguém vivo.

— Tenha paciência, S. Pedro, quero só dar uma espiadinha...

— Nada, não é possível.

— Ora, abra, S. Pedro, abra por favor... é só por um instante... Deixe-me ao menos botar a cabeça ai dentro...

E tanto pediu e rogou, que S. Pedro, já abalado, ou caceteado, entreabriu-lhe a porta para que espiasse.

Malasartes deitou-se, mais que de pressa, de barriga para baixo, com os pés voltados para a porta, e foi-se deslizando para dentro do ceu.

S. Pedro protestou, mas o Malasartes retrucou-lhe que o santo se havia comprometido a deixá-lo meter a cabeça no ceu, e era o que estava fazendo. O chavelro celeste não teve remedio senão conformar-se, porque palavra de santo é como a de rei, não volta atrás; e o caso é que quando a cabeça de Malasartes penetrou no ceu já lá estava o corpo dêle inteirinho...

Este conto tem de comum com o outro da viagem ao céu — a discussão com São Pedro e o triunfo do espertalhão. Mas a estratégia usada é inteiramente diverso e, para mim, todo novo. No outro conto, a que aludo, a artimanha consiste apenas em arremessar o chapéu ou o gôrrô para dentro do paraíso e em pedir licença para ir apanhá-lo.

Estratégia demasiado infantil, cujo êxito não faz muita honra a S. Pedro, que poderia facilmente despachar o intrujão carregando-lhe a carapuça e mandando-o rodar. Foi talvez pensando assim que algum anónimo inventor de histórias criou a seguinte versão da viagem ao céu, em que o estratégia da carapuça está justificado, — versão esta que igualmente me foi comunicada pelo sr. Ávila e igualmente provém de Pinhéiros:

Andando Malasartes por uma estrada, encontrou-se com um pobre, que lhe pediu esmola. Deu um vintém ao pobre, e este que não era outro senão Nosso Senhor fez-lhe presente de um gorro vermelho, declarando-lhe que só ele Malasartes e ninguém mais poderia pôr a mão nêsse objecto.

Tempos depois, cansado de vaguear pelo mundo, entendeu Malasartes de dar um passeio ao céu. Para lá se encaminhou, e depois de três dias de viagem batia no portão de São Pedro.

O santo porteiro perguntou lá de dentro quem era, e ele respondeu; perguntou o que desejava, e respondeu. O santo negou-lhe a permissão pedida; mas o viajante tanto rogou, tanto chorou que ele sempre consentiu em entreabrir a porta para que espiasse um pouco. Mal vê a fresta, Malasartes atira o gôrrô para dentro e começa a gritar: "Quero o meu gôrrô, quero o meu gôrrô!". S. Pedro prontifica-se a ir buscá-lo, mas o burlão protesta: "Não pode ser, só eu posso pegar no meu gôrrô. Ninguém mais, só eu. São ordens de Nosso Senhor".

S. Pedro tratou de certificar-se da verdade, e veio a saber que Malasartes não mentia. Não havia outro remédio: deixou-o entrar para apanhar o gôrrô.

Assim Malasartes conseguiu entrar no céu. Mas não se demorou lá muito tempo...

O tema da "morta assassinada", rico em variantes de todo feitio, tem mais esta que me é comunicada por distintíssima senhora paulista:

Malasartes, quando lhe morreu a mãe, resolveu tirar partido dessa desgraça. Pegou no cadáver, vestiu-o apropriadamente, colocou-o sobre um cavalo arreado, sujeitando-o em cima da sela com sólidas amarras, e depois obrigou o matungo a enveredar pelo milharal de um lavrador.

Este, escandalizado com a sem-cerimónia daquela amazona, que lhe invadia a plantação, protestou, gritou, e o resultado foi que o animal se espantou e deu com a defunta em terra. Acudiu então Malasartes e fez uma grande scena de dôr e de recriminações, terminando por entrar em acôrdo com o lavrador para que a questão morresse ali mesmo, acôrdo que consistia principalmen-

te em passar-lhe o causador da "morte" da defunta um bom mas-so de "pelegas".

As senhoras, em toda a parte, e principalmente as senhoras que já viveram um pouco mais do que as moças, têm sido excelentes colaboradoras dos estudiosos das tradições populares. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, ha mesmo damas que figuram na primeira plana dos folclóristas como autores de trabalhos universalmente conhecidos.

Para não desmentir a regra, aqui temos outra senhora, que me fornece uns contos de Malasartes, e não é a última a quem tenho de agradecer a colaboração. Reside no Rio, e atinge respeitável idade, guardando fresca memória das muitas lendas, contos e cantigas que ouviu desde a infancia, na capital do país e no interior de S. Paulo, notadamente em Campinas. Narra com grande desembaraço e com facilidade de expressão, gostando de pormenorizar e também de florir um bocadinho. Na impossibilidade de reproduzir exactamente as suas narrações, aqui as darei em fiéis resumos:

Estava Malasartes a vagabundar por uma estrada, sem saber que fizesse da sua vida, quando viu que se aproximavam ladrões. Meteu-se de pressa num buraco do chão e ajoelhou-se lá dentro, calado e quieto. Passam os ladrões, dão com êle nessa posição, e ficam intrigadíssimos.

— Que é que faz aí, Pedro?

— Estou ouvindo missa em Roma.

— Ora esta! você está maluco?

— Sim, senhores, é o que lhes digo, estou ouvindo missa cantada em Roma, ouvindo perfeitamente.

E com grande seriedade Malasartes applicava o ouvido à terra, e persignava-se, e murmurava orações, tal qual quem assiste devotamente a um belo officio solene.

Os ladrões convenceram-se de que aquilo era verdade e pediram que os deixasse ouvir também um pedaço da missa. Malasartes accedeu, fê-los descer ao buraco, ensinou-lhes o que tinham de fazer, e disse-lhes afinal que ficassem ouvindo enquanto êle dava um pulo até a estalagem mais próxima, a busca de umas comestinas para todos.

Os ladrões concordaram, e Malasartes, para ir e voltar mais depressa, pediu a um dêles que lhe emprestasse o cavallo. Montou, fincou as esporas... e sumiu-se no mundo.

— Malasartes arranhou um dia uma pequena boiada, e andava com ela até que anoiteceu. Resolveu então pedir pousada numa fazenda, e tambem licença para soltar a boiada no pasto.

— Não ha perigo de se misturarem os meus bois com os seus, dizia êle ao fazendeiro. Os meus estão todos bem marcados.

O fazendeiro concordou, Malasartes soltou os bois no pasto e foi dormir. De manhã muito cedo saltou da cama e tratou de reunir a boiada.

O campeiro da fazenda acompanhou-o. Pedro pegava aqui um touro, ali uma vaca, acolá um vitelo, dos seus e dos da fazenda, arrebanhando tudo á vontade.

De quando em quando o campeiro observava:

— Então como é isso? Esse boi é do patrão, eu o conheço muito...

— Está enganado, respondia Malasartes. Eu não disse que os meus estavam todos muito bem marcados?

— Mas eu não vejo marca nenhuma. Que marca é essa?

— Olhe aqui, explicou Malasartes, agarrando a cauda de um boi. A minha marca é um O. Veja...

E lá se foi com os bois do fazendeiro.

VI

Aqui vai o terceiro e último conto dos que me foram comunicados pela senhora idosa, residente no Rio, a quem me referi atrás:

Malasartes e os talheres de ouro — Um dia roubaram a um rei uns ricos talheres de ouro que lhe tinham sido dados de presente por um soberano oriental. O rei fez grande empenho em descobrir o ladrão ou os ladrões, mas, por mais que ele e seus familiares se esforçassem, não foi possível atinar-lhes com a pista. Alguém se lembrou então de lhe inculcar o Malasartes, como única pessoa capaz de dar com os meliantes.

O rei mandou-o vir à sua presença, tratou-o bem, deu-lhe excelentes aposentos em palácio, mas declarou-lhe que dali não sairia enquanto não desvendasse o mistério. Pedro foi para o seu quarto muito preocupado, sem saber como havia de se livrar da entalção.

Depois de algumas horas, veio um criado de palácio trazer-lhe uma refeição numa bandeja, encontrando-o mudo e absorto em seus pensamentos. Quando o criado se retirava, apenas ouviu Pedro exclamar consigo, com um suspiro: "Lá vai um!".

Chegando à cozinha, contou a um companheiro o que vira e ouvira, declarando que Pedro parecia desconfiar d'ele e que lá não voltaria mais. "Pois vou eu", disse o outro, e efectivamente assim fez quando chegou a hora de se levar nova refeição a Malasartes. Encontrou-o do mesmo modo, taciturno e preocupado, apenas exclamando quando o homem se retirava: "Lá vão dois!".

O segundo criado chegou à cozinha e contou o sucedido ao copeiro chefe, acrescentando que realmente Pedro parecia desconfiar alguma coisa e que lá não voltaria. "Irei eu", bradou resolutamente o chefe. E, quando foi hora, para lá se dirigiu com a bandeja. Repetiu-se a mesma scena presenciada pelos outros, exclamando Pedro entre si: "Lá vão três!". O copeiro chefe, porém, ouvindo-o, convenceu-se de que Malasartes estava realmente na posse do segredo e, sentindo fugir-lhe a valentia, abriu-se com o hóspede, confessou-lhe tudo, afirmou o seu arrependimento e rogou-lhe por caridade que não o perdesse. Respondeu-lhe Ma-

lasartes que não lhe faria mal algum, sob a condição de que trouxesse ali para o quarto, muito às ocultas, os talheres de ouro, de sua majestade. Assim foi feito.

No fim de três dias, o rei entrou nos aposentos de Pedro e perguntou-lhe se já tinha deslindado o problema. Pedro mostrou-lhe os talheres de ouro sobre uma mesa. O rei ficou muito admirado e agradeceu-lhe o serviço recompensando-o generosamente.

Temos agora uma terceira senhora que benévola e se resolve a colaborar nesta fixação dos pedaços dispersos do nosso fantástico Malasartes. Trata-se da exma. sra. d. Amélia dos Santos Nora, residente em S. Paulo, e os casos que ela redigiu, segundo me comunica em três linhas que revelam compreensão perfeita das boas normas de escrupulosa exactidão a seguir nestes assuntos, foram "ouvidos de uma caipira de 40 anos, moradora e natural do Estado do Rio, arredores de Barra Mansa, em 1906". Ei-la:

A panela maravilhosa — Estava Malasartes, uma vez, entretido a cozinhar o seu arroz à beira de uma estrada, quando percebeu que alguém se aproximava. Mais que depressa apagou a lenha e atirou-a para dentro do mato, escondendo os vestígios do fogo com a areia do caminho. O passante, que logo apareceu, notou que a panela estava a ferver sem lume. Interrogou Malasarte e este respondeu que a panela tinha de facto essa propriedade, acabando por vendê-la ao incauto por bom dinheiro.

A pedra ameaçadora — Andava Malasartes por um caminho, quando, percebendo que se aproximava um tropeiro, correu a encostar-se a um enorme pedra, dando mostra de empregar todas as forças em detê-la. O tropeiro estranhou aquilo e perguntou-lhe o que estava fazendo. Malasartes respondeu que a tal pedra ameaçava rolar por ali abaixo e esmagar o mundo; por isso a escorava. Tendo, porém, que satisfazer uma necessidade urgente, pediu ao tropeiro que o substituisse por momentos naquele serviço.

O homem accedeu e lá foi escorar a pedra, muito convencido. Malasartes, entretanto, tratou de tanger a tropa e desapareceu com ela.

A polícia lograda — De uma feita, sabendo que a policia andava à sua procura, Malasartes muniu-se de uma zagaia e, quando viu que o delegado se aproximava, apontou-a para o ar, como a querer arremessá-la. O delegado chegou-se para perto d'ele, intrigado, e perguntou-lhe o que vinha a ser aquilo. Malasartes respondeu tranqüilamente: "É que, ontem, atirei um boi para os ares, e agora estou a espera que caia para o fregar". A autoridade ficou receosa de se meter com um homem de tanta força e foi tratando de se pôr no seguro.

O jantar frio e o jantar quente — Estando empregado numa casa, certo dia, à hora da comida, Malasartes correu à mesa antes das mais pessoas e deitou farinha em todos os pratos. O patrão,

contrariado com tanta farinha, não quis comer, e assim Malasartes ficou com a ração dobrada. A cozinheira perguntou-lhe porque pusera farinha nos pratos, e êle explicou: "A comida estava quente, foi para esfriar".

No dia seguinte, a cozinheira apresentou o jantar frio e Malasartes tornou a fazer a mesma coisa. Interrogado, disse que o fizera porque a comida estava fria: fôra para aquecer. O patrão não se satisfiz com a explicação e apontou-lhe o ôlho da rua.

A sopa de pedras — Um dia Malasartes bateu a uma casa e pediu almoço. Negaram-lho. Pediu então que ao menos lhe deixassem cozinhar umas pedras, pois tinha fome. A dona da casa que era gananciosa, quis logo aprender como era que se podia comer pedra e permitiu que Malasartes entrasse. O malandro catou umas pedrinhas e pediu um pouco de gordura para as temperar. Satisfeito, pediu água, depois umas pitadas de sal, depois um punhado de arrôz etc. e assim conseguiu fazer um prato succulento. Regalou-se com êle, e enquanto comia punha de lado as pedrinhas, a que chamava "sementes".

A esposa alegre e o marido medroso — Malasartes e dois companheiros foram a uma casa conhecida e lá se banquetearam com a dona, quahdo viram que o marido vinha entrando. Sobresaltada, a mulher escondeu os hóspedes num quarto. Malasartes, ao retirar-se, pegou a toalha da mesa pelas pontas, com tudo o que tinha em cima, fazendo uma especie de trouxa, e levou-a consigo.

À noite, tratando os tres de dormir, Malasartes disse aos companheiros que não podia fechar os olhos sem rezar em voz alta. Os companheiros assustados rogaram-lhe que tal não fizesse, e Malasartes, a custo concordou, sob a condição de que um dêles tirasse toda a roupa. Um dos dois pôs-se à fresca, mas Pedro não se deu por satisfeito e exigiu que o outro fizesse o mesmo, ameaçando-o de rezar em voz alta. Depois que o segundo companheiro se despiu, Malasartes imitou-o, refiniu as roupas todas e meteu-as na trouxa. Rompeu então a rezar num vozerio agudo. Os companheiros pediam-lhe por quantos santos havia que se calasse, mas qual!

O dono da casa despertou com o barulho, foi vêr do que se tratava e deu com os tres homens nus a caminhar pela casa, um após outro, e Malasartes à frente com a grande trouxa na cabeça, rezando aos berros. O homem, tranzido, pensou logo em almas do outro mundo e deixou que os tres hóspedes se afastassem em paz.

O primeiro dêstes casos é ainda uma variação de um dos temas narrativos mais vulgarizados pelo Brasil, e que, como já vimos, também se encontra nos contos populares da Rússia. O tema da pedra ameaçadora é conhecido em outros pontos. O da sopa de pedras é assunto de uma narração portugueza recolhida por Teófilo Braga, e dêle tem sido publicadas várias redacções literárias. Finalmente, o da esposa alegre e do marido medroso teem toda a aparência de uma fórmula sêca e fragmentária de história muito antiga, no género das narrações picarescas e engenhos-

sas de que se encontram numerosos exemplares nos novelistas medievais, os Bandello, os Firenzuola, os Sacchetti, os Boccacio, os Chaucer, os Trancoso.

Já vimos, numa versão de Caçapava, o conto da árvore de dinheiro, a cuja sombra Malasartes extorquiu boa quantia a uma das suas vítimas habituais, o tropeiro boçal. O sr. Raul Guedes de Melo me dá a conhecer uma variante de Jaboticabal, onde a ouviu ha anos passados.

A essa está ligada, como seguimento, a história das tripas arrancadas, que, conforme também já vimos, serve de apêndice a diversos casos em que as proezas de Malasartes terminam pela fuga e perseguição.

A árvore de dinheiro — Um dia, de manhã, vendo-se apertado com a falta de dinheiro, Malasartes arranjou com uma velha um bocado de cera e algumas moedas de vintem, e caminhou por uma estrada a fora. Chegando ao pé de uma árvore, parou e pôs-se a prégar os vintens à folhagem, com a cera que levava. Não demorou muito, appareceu na estrada um boiadeiro; e como o sol, já então levantado, fosse derretendo a cera e fazendo cair as moedas, Malasartes apanhava-as ávidamente. O boiadeiro, curioso, perguntou-lhe o que fazia, e o espertalhão explicou que a fruta daquela árvore eram moedas legítimas, e elle as estava colhendo. O homem mostrou desejos de dispôr da árvore encantada, e, engabelado por Malasartes, acabou trocando-a pelos boizinhos.

Depois, Malasartes pôs-se ao fresco, levando os bichos, e o boiadeiro ficou a arrecadar os vintens que tombavam. Mas os vintens acabaram-se logo, e o triste compreendeu que havia sido enganado. Resolveu então sair no encalço do mariola.

Malasartes, que não tardára em passar os bois a cobre, vendo-se perseguido, matou um carneiro, tirou-lhe a barrigada, escondeu-a por dentro da camisa, e abriu o pala na estrada. Chegando perto de um córrego, onde estava uma lavadeira, fingiu que rasgava a barriga e arrancava as tripas, ponde fóra as tripas do carneiro. A mulher olhava para aquillo espantada, e então Malasartes explicou-lhe que o fazia para ficar mais leve e poder fugir mais de pressa à perseguição do inimigo. Chega depois o boiadeiro, pergunta à lavadeira se viu o fugitivo, e ella conta-lhe o sucedido. O homem, para não dar vantagem ao meliante, resolve imitá-lo, e passa a faca pela barriga, mas às de veras.

Uma particularidade que se faz notar nas histórias de Malasartes é a freqüente aparição de bois, — negócios de bois, proezas em tórno de boiadas, etc. Isto, não sendo criação brasileira, mas observando-se igualmente na Euroça, constitui indício de alta antiguidade de tais temas, que parecem pertencer à mesma familia dos que já se desenhavam em certos contos gregos de Hermes, outro herói de espertezas em que figuram bois.

Aqui temos um novo conto brasileiro em que êsses animais reaparecem, não certamente por mero acaso, mas por efeito de confusas reminiscências de outros episódios. Comunica-mo o sr. Flaminio de Campos Gatti, residente em S. Paulo:

Malasartes condenado à morte — Tantas e tais fizera Malasartes na terra onde vivia, que o rei deliberou mandar prendê-lo para ser lançado ao rio dentro de um saco. Quando menos esperava, sua majestade encontra o malandro a conversar sossegadamente com uma das princesas, no próprio palácio. Mandou-o agarrar e metê-lo no saco, dando ordem para que o fossem deitar ao rio no mesmo instante.

Os soldados carregaram o fardo e lá se foram. De caminho, lembraram-se de beber uma pinga numa venda de estrada, largando a carga no lugar. Enquanto isso, Malasartes gritava dentro do saco: "Não quero casar com a filha do rei! Não quero casar!" Passava por ali um boiadeiro com a sua bolada e perguntou a Pedro que história era aquela de casar com a filha do rei. O patife explicou: queriam casá-lo a força com a princesa; para isso o levavam preso no saco. O boiadeiro ficou com água na boca e prontificou-se a substituir o preso para ir ser marido da filha do rei. Soltou Malasartes, entrou para o saco em lugar dêste, e o maroto lá se foi com a bolada do homem em troca do casamento.

Quando os soldados voltaram a pegar a carga, o boiadeiro começou a gritar lá dentro "Eu quero casar com a filha do rei, eu quero!" Responderam os soldados: "Pois sim, váis casar mesmo..." e foram jogá-lo ao rio.

Malasartes tratou logo de vender a bolada, e em seguida foi para casa, mandando abrir uma passagem subterrânea de lá até a cadeia, deixando porém uma paredinha de terra a separar o túnel da prisão. Depois, comprou uma sanfona e foi fazer serenata em frente do palácio real, tocando e cantando com grande rumor. O rei mandou-o trancafiar de novo.

Metido na prisão, Malasartes derrubou a taipa que deixára na boca do túnel e por ali se escafedeu, muito no seu sossego.

Como os leitores estarão lembrados, o tema da condenação à morte por afogamento no rio, dentro de um saco, e conseqüente fuga do condenado, que se faz substituir por um incauto, enganando-o e roubando-o, aparece sob vários desenvolvimentos em outros contos nacionais e estrangeiros, notadamente na série francesa de Mâchepied e na italiana publicada por Gubernatis.

A mesma historieta, com pouca variação, me foi enviada de Vila Campestre pelo sr. Manuel Gonsalves, a cuja contribuição terei de me referir mais de espaço.

O mesmo sr. Gatti me fornece ainda um episódio, êste, ao que parece, menos vulgar:

As batatas escondidas — Malasartes chegou uma noite, cansado de caminhar e varado de fome, a uma fazenda, onde pediu pousada. Lá ficou na prosa à espera que lhe oferecessem alguma coisa de comer, mas a noite ia ficando velha, e nada. Entretanto

to. Pedro ouvia rumores de gente na cozinha, de onde chegava também um cheiro tentador de batata assada.

A certo momento, não se conteve: "Com licença", e tocou para a cozinha, dizendo que ia contar um caso engraçado. A dona da casa tratou logo de esconder a vasilha de leite e as batatas que estavam no fogão, cobrindo estas com cinza. Malasartes chegou-se para perto do fogo empunhando uma varinha e começou a contar a sua história.

Era uma história de viagem. Então, manejando a varinha, dizia êle: "Olhem, dêste lugar até aqui ha seguramente quatro léguas das boas..." e fazia um risco por cima da cinza. Nesse jogo as batatas iam aparecendo, e o contador as recolhia, concluindo: "Pois dali até aqui eu caminhei sem parar e não achei jeito de comer coisa alguma. Portanto, com licença dos senhores..."

E chamou as batatas ao peito, indo ainda descobrir o leite escondido, que também foi engolindo com todo o despacho.

A história do passarinho é uma das mais vulgarizadas, e parece remontar a uma alta antiguidade. Como, em geral, todas as histórias escatológicas e mal-cheirosas que o povo conserva entre si, tem um valor folclórico bem acentuado. Estas narrações, pela sua própria grosseria e deselegância, estão preservadas de cair na literatura e mesmo de se propagarem entre as camadas cultas, que mais facilmente modificam e variam os casos contados.

O sr. Raul Guedes de Melo, a quem já me referi, manda-me uma versão colhida ha tempos em Jaboticabal:

O passarinho preso — Malasartes ia uma vez por uma estrada e sentiu uma necessidade comum. Satisfê-la e, vendo que vinha a certa distância um cavaleiro, colocou o chapéu em cima e ficou abaixado a apertar-lhe as abas contra o chão. Chega o cavaleiro e pergunta-lhe o que faz. Responde Malasartes que tem ali preso um passarinho raro, de grande valor, e pede-lhe que o fique guardando enquanto êle dá um pulo até casa, em busca de uma gaiola. Para ir mais de pressa, pede-lhe também que empreste o cavalo por um momento. O homem concordou e Malasartes correu a espora no matungo, sumindo-se. No fim de muito tempo, cansado da espera, o homem resolve-se a pegar o passarinho e caminhar. Levanta cuidadosamente o chapéu, de uma banda, e enfia a mão para garrar o pássaro...

Ainda um conto enviado pelo mesmo sr. Melo e de igual procedência. Por outra, não se trata bem de "um" conto, mas de uma série de episódios encadeados. Estas séries são freqüentes, e os episódios que as compõem apresentam grande mobilidade: desaparecem daqui, reaparecem ali, são substituídos por outros muito diversos, cruzam-se com outras histórias, reduzem-se, desdobram-se, etc. É o que se nota ainda uma vez nesta lição jaboticabalense:

O patrão feroz — Malasartes andava empregado numa fazenda, e um dia o patrão ordenou-lhe que fôsse ao mato cortar uns mourões roliços e de certa grossura, para uma casa que ia

construir. Malasartes saiu, cortou uma porção de bananeiras ainda cheias de frutas verdes, e voltou com os troncos aparados em forma de mourões. O patrão subiu a serra com ele e guardou-lhe um rancor tremendo.

À noite, Malasartes, matreiro que era, não se deitou na cama. Arranjou em cima dela, com panos, uma coisa à semelhança de um vulto, e pôs no lugar da cabeça uma garrafa de melado. Depois, escondeu-se atrás de uma porta. Às tantas, vem o patrão com uma tranca, no escuro, chega perto da cama e arruma tremenda pancada "na cabeça" de Malasartes. Não ouvindo nem um gemido, acredita que o matou e, para se certificar passa a mão pelo travesseiro, besuntando-a de melado. Retira-se então certo de estar livre da tal bisca.

De madrugada, porém, Malasartes grita com voz soturna pelo patrão, exigindo o dinheiro dos seus jornais. O homem, apavorado com a ressurreição do bicho, dá-lhe quanto dinheiro ele quer e deixa-o seguir viagem.

Na versão em série de Figueiredo Pimentel, já citada ha tempos, Malasartes é também empregado de um fazendeiro e tantas lhe faz que este delibera matá-lo no seu quarto de dormir, com uma "barra de ferro". Malasartes, porém, pressentindo vingança, cedeu sua cama a uma pobre velhinha que lhe passava pela porta, e esta é que morre debaixo da pancada. Depois, aproveita-se do cadáver para operar novas falcatrúas: é o tema a que me tenho referido sob o vocábulo-sinal ("mot-type") de "morta assassinada".

A narração acima engloba neste ponto um tema diverso, que se encontra em outros contos populares de vários países, notadamente no português de "Maria da Silva", da colecção de Teófilo Braga: neste a menina esperta coloca na cama uma boneca, com mel dentro do pescoço, e esta boneca é degolada em lugar dela pelo rei vingativo.

VII

Como temos visto, graças à amável colaboração de diversos leitores do "Estado", (1) os contos de Malasartes, que se diriam quasi inteiramente delídos da memória popular, ao menos em S. Paulo, ainda se conservam na tradição oral, ainda são sabidos por muitos e naturalmente continuam a transmitir-se às gerações que vão chegando.

Essa impressão de esquecimento e morte nós a temos a respeito de muitas outras coisas, que não só os contos de Ma-

(1) — Este estudo foi publicado em rodapé em "O Estado de S. Paulo", em 1923.

lasartes. À primeira vista, parece sempre que todo depósito está esgotado: mas, por pouco que se arranhe a terra lá surgem os velos ocultos.

As correntes tradicionais são efectivamente "subterrâneas", por natureza, não se exibem por aí à grande luz, nada tem que fazer cá fora. É no recato dos lares, ao pé do fogo ou junto à lâmpada dos serões sossegados, é nos ajuntamentos fortuitos da gente do povo, ao pé das casinhas pobres acoradas no escuro da noite, sob o céu estrelado, que as crianças e os humildes reclamam histórias, histórias que façam estremecer e que façam rir, e é aí que os contadores exercem a sua função de correios do passado longínquo, fazendo-o a meia voz, como que a medo, e como conscientes de trazerem uma mensagem secreta do "primitivo" de ontem aos simples e aos pequeninos de hoje.

Para conhecer se há ou não uma farta literatura oral em determinado país, não basta perambular por elle de ouvido e de olhos alerta, como quem observa exterioridades da vida; é preciso interrogar, investigar, e em muitos casos vencer as naturais reservas e desconfianças com que o povo, em toda a parte do mundo, fecha as suas coisas à curiosidade nem sempre discreta da gente engravatada.

Assim como está acontecendo com estes contos de Malasartes, acontecerá por certo com todo um mundo de variedades folclóricas, escondidas sob aparente olvido: para serem encontradas, é necessário que se procurem.

Como diz Sébillot, pode uma pessoa viver por muito tempo entre a gente do povo e passarem-lhe despercebidas as suas narrações, os seus provérbios, as suas fórmulas tradicionais. Só o canto se manifesta por si até certo ponto, porque entra pelos ouvidos; e daí a razão pela qual as cantigas têm sido coligidas em toda a parte desde largo tempo, mesmo em épocas nas quais não se compreendia o interesse que podiam apresentar estes productos da mentalidade popular.

Depois das contribuições já publicadas, ainda me restam duas a reclamar immediata atenção, além de outras que por enquanto me limito a agradecer e cá ficam arquivadas para oportuno aproveitamento.

A uma delas já me referi, e é a do sr. Manoel Gonsalves, de Vila Campestre. Trata-se de uma narrativa em série, isto é, na qual diferentes episódios, que de ordinário andam separados, se encadeiam numa composição única. Aqui vai, "ad majorem Malasartis gloria":

Um dia Malasartes foi visitar o rei; entrou de cabeça erguida, e de cabeça erguida saiu. O rei não gostou da altivez; e, para obrigar o súbdito indelicado a curvar-se na sua presença, mandou pregar uma travessa na porta. Passam-se uns dias e Malasartes volta. Dando com a travessa a meia altura da passagem, vira as costas para o trono, abaixa-se e entra, sem se curvar ao rei.

O rei então estourou e deu ordem a dois guardas para que agarrassem Malasartes, o pusessem dentro de um saco e o fôsem atirar ao mar. Os soldados pegaram Malasartes, puseram-o num saco e lá se foram caminho do mar. Mas, passando por uma venda, tiveram gana de refrescar as goelas; largaram o fardo na estrada e entraram no negócio.

Nisto passa um cavaleiro. Pedro, percebendo que vinha gente, começou a berrar dentro do saco: "Não quero casar com a filha do rei! não quero!..." O cavaleiro parou e perguntou-lhe do alto do seu bonito alasão: "Que faz aí, amigo?" Malasartes contou ao cavaleiro a sua desgraça: queriam obrigá-lo a casar-se com a princesa, e para isso o levavam naquele saco.

O homem do alasão invejou a sorte do prisioneiro e ofereceu-se para lhe tomar o lugar, em troca do cavalo. Assim se fez. Malasartes lá se foi repimpado no pingo, e o cavaleiro ficou dentro do saco, cuja boca fôra amarrada com uma boa corda.

Quando os soldados voltaram, o ensacado pôs-se a gritar: "Estou resolvido, amigos. Caso-me com a filha do rei". Os soldados riram-se, achando que Malasartes era um camarada de muita força, capaz de brincar até na hora da morte; e lá foram atirar o fardo à água.

Pedro, depois de andar à toa um tempo, chegou a uma cidade e aí ficou, pondo uma tenda de ferreiro. Nesse tempo Jesus Cristo andava pelo mundo com S. Pedro, e um dia parou à porta de Malasartes para que lhe ferrasse o burrico de sua montaria. Malasartes prontamente ferrou o burrico; mas, incorrigível, pregou as ferraduras com os rompões para a frente. Depois, não aceitou pagamento, mas pediu a Jesus que lhe concedesse três graças: a primeira, que tudo o que pousasse na macleira do seu quintal não pudesse arredar de lá sem ordem sua; a segunda, que tudo o que entrasse na sua bolsa de couro, também não pudesse mais sair; a terceira e última, que só ele tivesse o direito de pegar na sua carapuça.

Em balde S. Pedro beliscava Malasartes, dizendo-lhe ao ouvido que pedisse o reino do céu; Malasartes nem dava fé. Feitos os pedidos, Jesus Cristo declarou que estavam satisfeitos, e foi-se embora.

Malasartes depois disso continuou cada vez mais pobre. Um dia resolveu vender a alma ao diabo por uma gorda quantia de dinheiro, combinado que no prazo de um ano o diabo viria buscá-lo.

Nesse intervalo, o incorrigível foi de passeio à cidade de onde havia saído dentro de um saco. O seu reaparecimento espantou o povo, e mais a sua riqueza. Malasartes explicou

então: é que no fundo do mar havia um tesouro enorme de pedras preciosas; de lá conseguira escapar com punhados delas. A gente da cidade alvoroçou-se e muitos quiseram enriquecer a custa de um mergulho, como Pedro. Metade do povo morreu afogada.

Quando acabou o prazo combinado com Satanás, um enxame de diabinhos entrou pela casa de Malasartes para o levar. Declarou que estava pronto; mas por uma experiência, só pra vér, queria que os diabinhos se transformassem em moedinhas de tostão, dentro da sua bolsa de couro. Os diabinhos não puseram dúvidas: zás! tudo virou níquel. Malasartes fechou a bolsa bem fechada, botou-a na bigorna e arrumou-lhe o martelo com fôrça. Os diabinhos urraram, e pediram-lhe que os soltasse, em troca de mais um ano de prazo. Malasartes deixou-os sair.

No fim do segundo ano os tais voltaram em busca do condenado. Pois sim, que iria, mas que esperassem um pouco enquanto êle acabava umas coisas; e podiam ir comendo maçãs na árvore. Os diabinhos subiram à macieira; Malasartes arrançou um espeto de duas varas de comprimento, aqueitou-o na forja até vermelhar, e depois foi para baixo da árvore e começou a enfiar os diabinhos no espeto, pelo traseiro. O resultado foi que conseguiu novo prazo de um ano para entregar a alma a Satanás.

Quando terminou o prazo, Malasartes já andava enjoado da vida e disposto a marchar. Mas o diabo não apareceu, nem ninguém por êle. Então Malasartes resolveu seguir para o inferno por seu pé. Chegando lá, bateu à porta. Satanás abriu, e bum! rolou no chão desacordado. Um bando de demónios acodiu no mesmo instante; dando com Malasartes, tremaram e suplicaram-lhe que se fôsse embora.

Malasartes, em vista disso, deliberou tocar para o ceu. Bateu. São Pedro abriu a porta, e foi-lhe dizendo logo que ali êle não entrava. Malasartes, muito manso, roga ao santo que ao menos lhe deixe vér um pouco o paraiso. São Pedro entreabre a porta, e Malasartes joga para dentro a carapuça.

Nessa carapuça ninguém podia pôr a mão; e o porteiro do céu não teve remédio senão deixar que Malasartes entrasse para a retirar. Êle entrou, e ficou.

O sr. Sinésio Trindade de Melo envia-me de Monte-mor uma variante dos episódios do Cristo, das graças concedidas e do pacto com o diabo, o que revela que êsses temas se acham de facto bastante espalhados. Na versão acima, a macieira de Malasartes e algumas outras particularidades parecem acusar a proveniência européia da composição. Na do sr. Trindade, redigida conforme se narra no sul do Estado, a árvore é uma figueira, e há outras diferenças de pormenor.

O caso da ida ao ceu e ao inferno é contado por outra forma:

Um dia chegou para Malasartes a hora de ir para o outro mundo, e de nada lhe valeu a esperteza; teve que marchar. Quando se viu no estradão da eternidade, pensou no que faria e resolveu, em primeiro lugar, ir bater à porta do céu.

Lá foi; mas São Pedro, assim que o enxergou, deu-lhe com a porta na cara. Então deliberou ir ao inferno; foi, bateu, mas o porteiro, dando com o homem que surrava até os diabos, tratou de fechar o portão com quantas trancas havia e foi correndo avisar o seu rei.

Houve um reboliço dos diabos no inferno: pavor e correrias por todos os cantos. O próprio Satanás tremeu; mas, recuperando o sangue frio, pensou, pensou e ordenou que se deixasse entrar o hóspede. E disse-lhe:

— Eu não quero você no inferno, Malasartes; você, além do que já fez, ainda é capaz de vir aqui revolucionar a minha gente.

— Tenha paciência, seu Satanás, mas aqui estou e aqui fico.

— Então vou fazer-lhe uma proposta: que se decida o seu destino pela sorte do jogo. Aceita?

— Feito!

— Se você perder, irá direitinho para o caldeirão.

— Está dito. E se eu ganhar, você me paga com uma das almas que lá estão fervendo.

Começaram o jogo, e cada qual fazia o possível por passar a perna no outro. Mas Pedro Malasartes era mais esperto e ganhou a primeira partida, depois a segunda e assim outras. Satanás, vendo que não podia derrotar o parceiro e que ia perdendo almas sobre almas, postas em liberdade por Malasartes, mandou botar o insuportável para fóra do inferno.

Malasartes andou vagando como alma penada, muito tempo, sem saber onde havia de se aboletar. Até que um dia teve uma ideia, e tocou de novo para o céu. Chegando à porta do céu, tomou uns ares muito humildes, e bateu de vagarinho. São Pedro abriu um postigo, enfiou a cabeça e perguntou:

— Quem bate a estas horas?

— Sou eu, meu santo...

— Eu, quem? Diga o que quer, e toca!

— Será possível que o meu santo padroeiro não me reconheça?... Pois eu sou o Pedro Malasartes.

— Malasartes?! Outra vez?! Já não lhe disse que o seu lugar não é aqui?

— Não se zangue, meu santo, meu grande santo... Sei muito bem que nunca entrarei neste lugar de glória...

— Então vamos vêr, o que quer?

Malasartes, com muita brandura e muita lábia, pediu ao santo que entreabrisse ao menos a porta, um bocadinho, só para que pudesse espiar por um momento a beleza do céu. Tanto pediu e tanto fez que São Pedro o atendeu. Então, mais que depressa Malasartes atirou o chapéu pela fresta.

São Pedro bufou e descompôs o patife, e tanto barulho fez que começaram a ajuntar-se magotes de anjos e de justos ali junto da porta.

Acontece que o chapéu era um objecto terreno, além de estar muito sujo, e ninguém no céu lhe podia tocar. Mas Pedro Malasartes reclamava o chapéu, não abria mão, e enfim, para encurtar, não houve jeito senão permitir-lhe que entrasse. E o malandro entrou, muito contente, com ar vitorioso.

Mas o atrevimento não ficou sem castigo. Levaram o tal para junto de um monte enorme de milho e mandaram-o contar os grãos um por um. Malasartes, que remédio! começou a contar, a contar, a contar, e levou um mundo de tempo a amontoar os grãosinhos para um lado. Quando já estava acabando a contagem, veio um anjo e misturou tudo. E Malasartes teve de começar de novo... E até hoje lá está contando e recontando os grãos de milho, sem acabar nunca.

Nesta história, justifica-se a intangibilidade do chapéu, dentro do paraíso, da qual depende a entrada de Malasartes, com o facto de se tratar de um objecto material que não pode ser tocado por mãos celestiais. Na que ficou reproduzida mais atrás, a intangibilidade resultou de uma graça especial de Jesus Cristo. Em qualquer dos casos, o que se busca é um artificio que explique a intromissão do grande pecador no reino da glória.

Não ha aí, de certo, unicamente um brinco literário, mas a expressão do sentimento popular que não desejaria vêr o seu herói condenado às penas eternas e que o fez adversário e vencedor do próprio diabo. Assim se conciliou esse sentimento, habilmente, com as injunções irrevogáveis da teologia.

Toda a substância destas narrativas é de importação europeia, e seria um nunca acabar se fôssemos estabelecer confronto entre os respectivos temas e os que se encontram em multidão de histórias dispersas por toda a parte. Sem ir tão longe, podemos verificar logo que os temas das graças concedidas, das aventuras com os diabos, da ida ao inferno e ao céu e da entrada no paraíso são todos conhecidos, com variações, em Portugal, como se vê no conto do "Soldado que foi para o céu", da colecção de Teófilo Braga; e, conforme nota deste, o mesmo conto se encontra na Bretanha Francesa, em vários pontos da Itália, etc. O tema dos dons concedidos ao soldado está no conto do "Judeu nas Silvas", de Grimm.

Pode-se notar ainda, que o tema das graças, no conto do soldado, não se desenvolve expressamente em torno de Jesus Cristo, mas de um velho pobre, a quem o militar de má vida fizera a caridade de o transportar ao longo de uma ponte. Nisto se resume o episódio capital das lendas de S. Cristóvão e de S. Julião Hospitaleiro; são aliás numerosas as narrativas lendárias nas quais o Cristo aparece disfarçado em pobre, como para experimentar o coração dos humanos.

A GENEALOGIA DE UM CASO

•

I — Gênese das lendas e contos nacionais — Inconvenientes da imaginação — O caso do caipira e do potrinho e a historieta quinhentista dos calçotes — Identidade fundamental de uma e outra — Sua ligação com um conto mongólico — A questão de parentesco — Origens da nossa novellística popular — O caso do potrinho e o tema universal da bilha de leite.

II — O caipira e o potrinho.

É MUITO freqüente verem-se pessoas inteligentes e cultas, tratando de tradições populares, não se atrapalharem para dar immediata explicação dos problemas que se apresentam. A respeito de Malasartes, já houve quem escrevesse que elle era pura criação brasileira, filho legítimo da imaginação indigena em conúbio com a nossa natureza povoada de traições e de medos. Era, não há dúvida, uma hipótese bonita, a cujo propósito se podia discorrer por aí além agradavelmente... Contudo, a verdade singela e provada é que o Malasartes não é brasileiro.

Assim, também, acêrca do popularíssimo Saci, já se decidiu muitas vezes que o moleque nos veio da África. Nada menos provável! Preto em certas partes do país, caboclo em outras, o Saci reveste diversas fórmãs e cifra-se afinal num instável conglomerado de lendas e ficções indigenas e europeas.

Nêstes assuntos, a imaginação divinatoria desprega as asas com extraordinária facilidade. É um demónio de tentação que elles tem... Entretanto, ella aqui não tem nada que fazer, — senão, de quando em quando naquella razoavel medida dentro da qual, sujeita a uma disciplina apertada, pode servir de cauta batedora ao espirito de indagação. O caso é de trabalho atento e paciente, de bom senso e de método, de informação exacta e de inferências bem controladas. Enfim, não se trata de voar, mas de caminhar passo a passo, por cima de sólidas lascas de reali-

dade objectiva, de documentos apurados, postos à guiza de ponte num imenso aguaçal de incertezas...

Nada nos parece, às vezes, mais original, mais inédito, nem mais local ou pessoal do que a geração de uma anedota. Essa impressão está gravada no próprio nome dos contos populares em várias linguas — "novelle", "nouvelles". Afinal, verifica-se que, na maioria dos casos, tais novidades já têm cabelos brancos e já fizeram a volta do mundo.

A invenção, a maior parte das vezes, se resume no aproveitamento consciente ou inconsciente de elementos carreados pelas correntes tradicionais. E isto tanto é verdade na literatura popular como na "literatura literária".

Em matéria de contos, a originalidade nunca pode ser peremptoriamente afirmada. Pode-se afirmar, freqüentemente, com provas na mão, que essa originalidade "não existe". Agora, para garantir que ela "existe", seria preciso dispôr de todas as provas e poder manejá-las, isto é, conhecer mais ou menos o folclore e a literatura de todo o mundo...

Na novelística popular brasileira nem sequer os nomes das espécies são nossos. Chamamos a uns contos "estórias", que é precisamente, até na fôrma, o nome que se lhes dava há quatrocentos ou quinhentos anos em Portugal. A outros conhecemos por "casos", denominação também portuguesíssima. (Por sinal que se parece um tanto com o nome de "skaski", que lhes dão na Rússia, e com os de "chascos" e "chascarillos", que eles têm ou tiveram na Espanha...). (1)

Os leitores de S. Paulo devem conhecer o "caso" do Calpíra e do Potrinho. (2)

Um homem da roça, com família numerosa, e só tendo de seu, além dos cacareus, a clássica égua do calpíra, começou um dia a "maginar" a sua vida. Andava mal de sorte. Mas a égua estava para dar cria... Séria para breve. Sairia um potrinho. E o potrinho, bem tratado, daria um matungo de primeira... Ia o homem por aí fora, a confidenciar com a família reunida ao pé do fogo, quando um dos rebentos o interrompeu festivamente:

— Ih! que bão! que bão! Eu munto nêle, eu corro a espora nêle...

O velho não o deixa acabar; manda-lhe uma guascada e, num arranco de cólera:

— Já tá judiando do potrinho, diá!...

(1) — Esta última aproximação (skaski-chascos) é de Teófilo Braga.

(2) — Por popular o tenho, além de outras razões, porque mo contaram como tal, no interior. Não seria mau saber-se se é realmente popular, e sobretudo se há variantes ou versões diferentes. Quererão os leitores de boa vontade e com pachorra bastante comunicar-me o que saibam a respeito?

Eis aí. Uma historieta "inocente", sem nada de procurado nem de fino. "Podia" bem ter sido inventada por qualquer... Mas não foi. O facto é que ela está bordada sobre um esquema velhíssimo e em torno de um tema central dos mais espalhados pelo mundo.

Entre os contos populares recolhidos por Trancoso no século XVI e reproduzidos por Teófilo Braga, há um que assim principia:

"Perto da cidade do Porto, onde chamam Paço de Sousa, havia um homem que tinha seis crianças..."

O contador obedecia à tendência, também universal, para adaptar os "casos" ao cenário de cada terra, a fim de lhes dar maior aparência de verdade e por aí aumentar-lhes o sal. Continuando, conta que o homem do Paço de Sousa era pobríssimo e que os filhos viviam esfarrapados.

"E vendo-os tais, disse à mulher:

— Ouvis? lembre-vos amanhã, se Nosso Senhor quiser, que peça à minha comadre Briolanja de Paiva uma quarta de linhaça emprestada: semeá-la-hemos, e com ajuda de Deus havemos linho, de que façamos no verão calçotes para esses cachopos.

Os filhos, tanto que o ouviram, saltando no ar com muito prazer, diziam uns aos outros rindo:

— Ai, calçotes, mana! Ai, calçotes!

Tanto riram e folgaram, estando ainda nós, que o pai disse:

— Oh! dou ao demo a canalha que, como se sentem vestidos, não há quem possa com eles".

É, no fundo, o nosso caso do potrinho com outra vestimenta, isto é, de calçotes. A significação fundamental é a mesma: as situações ridículas a que pode levar uma pessoa a mania de contar com vagas possibilidades. Trata-se em ambas as narrações de um pai de família que se consola da miséria imaginando prosperidades futuras; em ambas, a cadeia dos sonhos ambiciosos começa num vago suporte material, aqui um potrinho ainda por nascer, ali uma quarta de linho que ainda vai ser arranjada; em ambas, a prole interrompe os cálculos do sonhador, e em ambas termina tudo com uma explosão de cólera por parte do patriarca.

Em nota referente à historieta de Trancoso, T. Braga cita um conto parecido da colecção mongólica de "Siddki Kür", em que o ponto de partida é uma pele de carneiro, de que o pai pretende fazer pano, para depois comprar um burro, e para afinal sair no burro a pedir esmolas com os filhos.

Haverá de facto parentesco histórico entre esses contos?

Parece que é inegável o parentesco, entre o conto de Trancoso e o nosso, do calpira. Além das semelhanças intrínsecas e exteriores que já vimos, temos de admitir como princípio geral,

tratando-se da novelística popular brasileira, que nenhum conto popular de Portugal deve ter deixado de vir para o Brasil, durante os vários séculos decorridos de constante imigração portuguesa. Se não se encontram facilmente alguns deles, ou é que estão acantoados em regiões ainda não exploradas, ou é que se disgregaram, ou se incorporaram a outros ou se transformaram pelo esforço natural de adaptação, já aludido; mas, na verdade, de uma forma ou de outra, "êles devem andar por aí".

Releva notar que o costume de contar e ouvir histórias era muito mais geral nos séculos passados, não se limitando a mulheres velhas e a crianças, nem à gente humilde. Em Portugal, a própria aristocracia cultivava o género, como se depreende de referências dos escritores, e entre estes Rodrigues Lobo.

Quanto ao conto mongólico, numerosos exemplos de propagação universal ou internacional, já estudados com abundante documentação, provam que não há nada de impossível no parentesco. As semelhanças de fundo e de pormenor depõem em favor. As longas migrações de contos explicam-se pelas migrações de povos, pelas incursões guerreiras, pelas relações de comércio, pelas missões religiosas, pela redacção literária e conseqüente facilidade de se difundirem por cópias e traduções.

De resto, o conto da colecção de "Siddki Kür" podia ter penetrado em Portugal da mesma maneira que entrou a história da Bilha de azeite, contada por Gil Vicente no "Auto de Mofina Mendes", e que não é senão a representante de um outro tipo ou do arquétipo da nossa narração.

Essa história da Bilha já serviu mesmo ao ilustre Max Müller para demonstrar, em trabalho de fôlego, a imensa capacidade de expansão das narrações populares. Encontra-se quasi em toda a parte do mundo, debaixo de variações e modalidades que não lhe alteram a essência, e nem mesmo o desenho esquemático.

Supõe-se que esse conto da Bilha tivesse vindo para a Europa por via de traduções do "Pantcatranta"; mas ultimamente encontrou-se na Índia e no Tibete uma forma popular, que a certos respeito melhor se aproxima das versões latinas da idade média, de que procedem as versões cultas das línguas modernas (dentre as quais se destaca a de La Fontaine). Isto constitue indício de que o conto penetrou na Europa também por via oral, independente da tradição literária. (Huet, "Les Contes pop.")

O que em todo caso parece bem assentado é que a sua primeira origem tem de ser procurada no Oriente.

É bastante conhecida a versão de Gil Vicente, a mesma, com leves diferenças, que havia de ser mais tarde colhida, aperfeiçoada e devolvida à circulação universal pelo génio de La Fontaine ("La laitrière et la pot au lait"); em todo caso, não vem fora de propósito reproduzi-la, porque, nestas dissaboridas conversas, o que há de melhor é o que pertence a outrem, como na sopa de pedra do outro conto popular:

"Mofina Mendes:

Vou-me à feira de Trancoso
Logo; nome de Jesu,
E farei dinheiro grosso:
Do que este azeite render,
Comprarei ovos de pata
Que é a coisa mais barata
Que de lá posso trazer.
E estes ovos chocarão;
Cada ovo dará um pato
E cada pato um tostão,
Que passará de um milhão
E meio, a vender barato.
Casarei rica e honrada,
Por este ovo de pata,
E o dia que for casada
Sairei ataviada
Com um brial de escarlata;
E diante o desposado
Que me estará namorando
Virei de dentro bailando
Assi desta arte ballado,
Esta cantiga cantando.

(Estas coisas diz Mofina Mendes com o pote de azeite à cabeça, e andando enlevado no bailo, cai-lhe, e diz:)

Pero Vaz:

Agora posso eu dizer
E jurar e apostar
Que és Mofina Mendes toda.

Pessival:

E se ela baila na vòda
Que está ainda por sonhar.
E os patos por nascer,
E o azeite por vender,
E o noivo por achar,
E a Mofina a bailar:
Que menos podia ser?"

Releva notar aqui, além de outras diferenças de menor importância, que na versão de La Fontaine a portadora do pote (de leite) limita as suas divagações ao campo dos negócios lucrativos, enquanto que a Mofina vai adiante, enveredando pela ficção do amor, do casamento e da festa de núpcias, — pormenor feliz, muito adequado à personagem, e que com verdade e com graça explica o desastre final.

Será pura invenção do poeta português êsse tema do amor e da bôda?

Não sei; mas, como se verá, encontra-se coisa vagamente semelhante na versão das "Mil e uma noites" (1) que abaixo se resume, ainda a título de amenização (sempre o caso da sopa de pedra):

El-Aschar, sujeito indolente, tendo herdado cem dracmas do pai, resolveu comprar artigos de cristaleria para os revender, preferindo êsse ofício por ser pouco trabalhoso. Instalou-se numa esquina com o seu cesto e daí apregoava aos passantes. Um dia, encostou-se à parede e pôs-se a sonhar. Ia vender toda aquela mercadoria e apurar quatrocentas dracmas. Compraria com essas quatrocentas dracmas uma quantidade de coisas para continuar negociando, e os lucros iriam crescendo em proporção. Dentro em pouco El-Aschar teria muito dinheiro, um palácio, escravos, cavalos. Depois, casaria com a filha de um rei ou de um visir, e o sogro ainda se sentiria muito honrado em lhe entregar. Oferecer-lhe-hia um grande dote. No dia do casamento, manteria diante da esposa um ar de altiva dignidade, para que ela conhecesse a sua força e o respeitasse. E a linda e nobre senhora se magoaria com essa espécie de indiferença, e nos dias seguintes se desvelaria por agradar o marido e inventaria toda a sorte de artimanhas para lhe arrancar a esmola de uma carícia. Em dado momento, ela viria tentá-lo com humildes finezas, aproximando-lhe dos lábios uma taça de vinho; e êle, furioso com semelhante familiaridade, lhe deitaria um olhar coruscante e lhe daria uma bofetada, e mais um pontapé na barriga... Deu de facto o pontapé, mas foi contra o cesto de cristais, pondo-os em cacos. (2)

(1) Edição de Mardrus.

(2) A fábula XII do livro I, de La Fontaine — "O Prior e o defunto", é talvez a literalização de uma outra forma popular do mesmo tema. Trata-se de um sacerdote que, acompanhando um defunto rico, dentro de um coche, ao mesmo tempo que reza por êle põe-se a imaginar as vantagens materiais que deve auferir; de repente, num solavanco, vem o defunto abaixo, cai sobre o ministro, e lá vão dois para o cemitério. Aqui, porém, é provável que haja contaminação de outro tema bastante espalhado na Europa — o do morto (ou estátua) que se vinga, caindo sobre o seu ofensor.

II

Reproduzi atrás um "caso" que me fôra contado há tempos no interior de S. Paulo como conto popular, mas que eu ignorava se realmente o seria, entre nós, embora apresentasse todos os caracteres do género. Era a historietta do Caipira e do Potrinho.

Depois de mostrar que ella se ligava bem claramente a uma das que vêm no repertório do quinhentista Trancoso, e de me referir ao seu parentesco não menos evidente com as muitas narrativas do tipo da Bilha de leite, espalhadas por todo o mundo, eu concluí que seria interessante saber-se se essa historietta pertencia realmente, à tradição oral no Brasil e se não existiriam outras variantes.

A respeito escrevem-me dois amáveis leitores, um da Bahia, outro de Minas, declarando conhecer o caso de o ouvirem contar a pessoas do povo, num e noutro daqueles Estados. Assim sendo, é indubitável que se trata de um producto incorporado à tradição, e não de uma fantasia individual recente. Releva notar que os pontos onde elle foi colhido por mim e pelos meus correspondentes estão muito distantes entre si: S. Carlos, no Estado de S. Paulo; margens do S. Francisco, na Bala, e Ouro Fino, em Minas.

Nestes dois últimos lugares, como seria de esperar, o conto não se apresenta tal qual na versão paulista: o que é mais uma garantia da sua "popularidade". Trata-se de duas novas versões, que todavia conservam fundamentalmente o mesmo esquema.

A baiana, como ficou dito, vem das margens do S. Francisco; manda-ma o sr. Romualdo R. Vieira, morador na localidade denominada Sento-Sé (nome esdrúxulo, mas real):

Um matuto estava à porta do rancho, a pensar na vida, enquanto perto d'elle, um filho destaramelava a língua, a fazer castelos. "Ganhei um ovo. Este ovo dará um pinto. Quando o pinto fôr galo, vendo-o e compro um porquinho. Quando o porco estiver bem gordo, vendo-o e compro um poldrinho, para passear. Hei de galopar por essas caatingas fora..." Nisso, o matuto velho, que vinha acompanhando com interesse a progressão dos ambiciosos sonhos do rapaz, dá-lhe um empurrão e exclama: "Tá val é descadeirar o poldrinho..."

Agora a versão mineira, communicada pelo sr. J. Sousa Junior, de Ouro Fino:

Era um roceiro muito pobre e com familia numerosa. Uma noite, reunido à familia junto ao fogo, começou a pensar na vida. Estava mal de sorte; não tinha nada mais de seu além de uma gamela e alguns pratos de folha. De repente, a mulher

interrompe-lhe a meditação, com ar muito alegre: "Uh! até que, graças a Deus, vacê pode arranjar milho e plantar uma boa roça". E êle: "Isso, vacê teve uma boa lembrança. Eu estava mesmo imaginando na minha vida. Com êsse milho posso plantar uma boa roça, na verdade; depois da colheita, compro uma égua. A égua é bem capaz de dar dois potrinhos..." E lá ia o homem de sonho em sonho, quando o despertou um barulho entre os pequenos. "O que é isso aí?" E um dos garotos, entre soluços: "Êles estão me batendo porque eu falei que monto num potrinho, soco a espora na barriga dêle até sair sangue..." O homem pega num tição e avança furioso para a prole: "Já estão querendo matar os potrinhos pestalhada!"

SANTO ANTÓNIO

O taumaturgo português e as adaptações do culto popular — Deparador de objectos perdidos... e de negros fugidos. — O testemunho de Vieira. O santo e a feitiçaria. — Protector das donzelas e casamenteiro. Milagroso à força... Ainda o testemunho de Vieira. Comparações. — Um santo familiar e um culto alegre. Fogos e brincos. Resposos e festas. Versos e contos. — Santo António belicoso. — Um trabalho que merece fazer-se.

I

CONTA-SE, que, quando Santo António prégou aos peixes, entre o seu sisudo auditório havia algumas rãs. Passaram depois uns cavaleiros pelo lugar do sermão e quiseram saber o que dissera o santo. Os peixes, discretos, ficaram calados, mas as rãs lá tiveram as suas cócegas e informaram que êle havia falado assim: Cró, cró, cró...

Unamuno, que reconta a anedota nos seus "solilóquios", o faz para pôr em relêvo a transparente "moralleja"; cada um traduz na sua lingua o que ouve dizer aos outros; isto é, cada um afeiçoa o mundo exterior à substância do próprio espirito.

Não há falar justo, certo, preciso, nem perfeito e luminoso, que não sofra modificações mais ou menos graves em passando por alheias ouças. Não debalde, como notou António Vieira, temos no ouvido um caracol, que parece feito expressamente para torcer as palavras que recebe...

Foi provavelmente pensando nessa lamentável contingência que, de outra feita, o mesmo santo António, prégando, ao ar livre, para um grande ajuntamento de povo onde se misturavam forasteiros de vinte nações de tal modo se houve que não sòmente sua

rala chegava forte e clara a todas as orelhas, como cada pessoa lhe ouvia o sermão na sua própria língua — os italianos em italiano, os alemães em alemão, os turcos em turco.

Mas o santo, que assim mostrava reconhecer os riscos de deformação a que se acha exposto o objecto em suas relações com o sujeito, não conseguiu ou não quis prolongar o milagre além daquele discurso e daquele auditório. A apreensão subjectiva das coisas, “o ponto de vista humano por excelência”, não só entrou desde cedo a deformar-lhe a palavra, como também o espírito que a concebia, e não só o espírito como tudo — corpo, alma e vida de santo António.

A vera imagem do puro e místico frade, famoso por sua poderosa eloquência, por sua imensa modéstia, por sua castidade sem mancha, por seu desprendimento de cuidados e vaidades mundanas, foi-se logo adaptando a um fundo de concepções pre-existente na cabeça do povo foi-se reconstruindo segundo o sentimento comum, foi-se enredando na brumosa teia da Lenda, fiandeira que não dorme, — e era uma vez a realidade exacta e preciosa.

Das raras qualidades intellectuais que celebrizaram o teólogo e o prêgador nada se conservou na figuração popular. Aquele admirável desprendimento ascético se contaminou de terrenidades succulentas. Aquela castidade intemerata se mudou numa pureza muito relativa. Enfim, toda a imagem do santo, de luminosa e impalpável que era, se condensou e se atarracou numa espécie de homem-do-povo idealizado, — uma criatura simples e bonachona, complacente e serviçal, mas nutrida de affectos humanos, capaz de orgulho, de cólera, de parcialidades e mesmo de malícias e travessuras.

Assim o enxergam o povo português e o brasileiro, e assim o concebem os outros povos latinos, — principalmente italianos, franceses e espanhóis, — pois entre todos elles a fama e a devoção do taumaturgo deitaram profundas raizes.

Santo António é o “santo dos milagres”. Nenhum os fez mais notáveis, nem mais copiosos, nem mais diversos. Este não tem propriamente especialidade: todo o campo das acções prodigiosas, dividido para os outros santos em departamentos mais ou menos extensos, para o franciscano português tem sido limitado. Ele percorre-o à vontade, em todos os sentidos. E, apesar de tanto poder, é o mais humilde, o mais alegre, o mais “camarada” dos grandes da côrte celeste...

Se não tem uma especialidade única, parece entretanto ser o único numa especialidade: a de deparar os objectos perdidos. Só

nêste capitulo o número das suas intervenções há muito que não tem conta.

De onde lhe viria a atribuição dêste officio? Os bolandistas registram quantidade de milagres neste sentido, mas não descobriram a origem da singular advocacia. Para alguns escritores religiosos, essa origem deve ser procurada no reaparecimento dos Comentários aos Psalmos, que se haviam extraviado das mãos do seu santo autor ao tempo em que êle residiu em Mompilher.

Há outras conjecturas. O nosso erudito e sagaz João Ribeiro ("Fabordão"), observando que não encontrou referência ao officio de deparador de coisas perdidas nos escritores portugueses anteriores à "Monarquia Lusitana", aventa a hipótese de um mito verbal, nascido em França pela aproximação das palavras "épave" (resto de naufrágio, e antigamente qualquer coisa sem dono) e "Pave" (fórma popular do nome de "Padova", o qual velo a servir como de apelido ao nosso santo). A hipótese é engenhosa, e seria plausível se a fama de deparador não estivesse ligada ao nome do taumaturgo desde remotíssima época, fóra de Portugal e da França.

Num velho hino em louvor de António de Pádua, cantado nas igrejas, e cuja autoria é atribuída a S. Boaventura, contemporâneo e confrade de António, já se encontra alusão a esta fculdade:

Si quaeris miracula,
Mors error, calamita.
De mon, lepra fugiunt,
Algré surgunt sani:
Caedunt mare, vincula.
Monsbra, resque perditas
Permet — acclorunt
Juvenes et cani:

Os prêgadores mediavaes Pelbartus Themeswarius e Guilielmus Pepinus também se referem ao caso. São palavras do segundo:

"Habet hic Sanctus privilegium a Domino circa res perditas, quaclosaepê suis meritis recuperantur..." (1).

A hipótese mais segura é que o privilegio em questão derive simplesmente de algum ou alguns dos milagres do próprio santo. Além do já referido, de Mompilher, êle operou muitos outros em que houve um traço comum — a restituição: restituição de filhos aos pais, restituição de membros, etc. Esse traço comum podia ser

(1) F. A. Carlos das Neves, "O grande Taumaturgo de Portugal Santo António de Lisboa". Porto, 1895.

fácilmente especializado no sentido de restituição de coisas perdidas.

Outros poderes entraram na jurisdição habitual do santo por efeito de certos milagres que os hagiólogos ou a tradição dizem ter êle realizado em vida. Reza uma quadrinha colhida em Pernambuco por Pereira da Costa:

"Aplaca fúria do mar,
tira os presos da prisão,
ao doente torna são
e o perdido faz achar." (1)

Os três primeiros poderes aí enumerados correspondem a milagres conhecidos (sendo que o segundo milagre consistiu em salvar o santo a seu próprio pai que estava para ser enforcado em Lisboa, onde António se apresentou achando-se ao mesmo tempo em Pádua. Assim, nada de extraordinário em que a última faculdade derive também de uma ou várias façanhas, consideradas como efeito de uma disposição "normal" por parte do taumaturgo.

No Brasil de outrora, o santo não se limitava a fazer com que reaparecessem coisas extraviadas, mas, na crença vulgar, levava a sua complacência ao ponto de auxiliar os donos de escravos e os capitães do mato na caça aos fugitivos. Atesta-o o padre António Vieira, no seu sermão de Santo António prêgado no Maranhão em 1663:

"Se vos adoce o filho, Santo António! Se vos foge o escravo, Santo António! Se requereis o despacho, Santo António! Se aguar-

(1) Esta quadrinha pertence a um "responso" de Santo António conhecido. Vem êste sob a seguinte forma no livro de Manuel Bernardes Branco — "O Padre Santo António de Lisboa, taumaturgo e oficial do Exército português"; Lisboa, 1887:

"Quem milagres quer achar
contra males e o demónio,
busque logo a Santo António,
que aí o há de encontrar.

Aplaca a fúria do mar,
tira os presos da prisão,
ao doente torna são
e o perdido faz achar.

E sem respeitar os anos,
socorre qualquer idade;
abonem esta verdade
os cidadãos paduanos."

É a tradução do já citado hino de S. Boaventura, cujo fêcho se tornou proverbial:

"Narrent hic qui sentiunt,
Dio et Paduani."

da-se a sentença, Santo António! Se perdeis a menor miudeza de vossa casa, Santo António! e talvez se quereis os bens da alheia, Santo António!

Homem, houve no Maranhão, menos ha de cinco anos, que tendo induzidas duas testemunhas para lhe jurar em falso na matéria de liberdade ou cativoiro, no dia em que houveram de jurar mandou dizer uma missa a Santo António, para que jurassem contra a verdade; e porque juraram como iam instruídos, veio o pleiteante a esta mesma igreja dar graças ao Santíssimo Sacramento e a Santo António.

Mas a fé do vulgo não conhece incompatibilidades com o crime e o vício, e disto os exemplos abundam em todos os lugares e tempo. Entre nós, o santo lisboeta é até obrigado a ser cumprise em prática da feitiçaria, embora talvez não tanto como Santo Onofre ou S. Cipriano.

Lembro-me de ter assistido, na meninice, a umas "carreiras" de cavalos, em que houve uma questão porque o proprietário de um dos animais se queixava de que o dono do vencedor havia enterrado um Santo António na "raia".

Abusões dêste género há infinitas, e dariam matéria para uma colheita interessante, como tudo o mais que se refere à nossa sub-religião popular, vasto campo de observação inteiramente inexplorado.

Mais uma faculdade do taumaturgo — a de proteger as moças casadouras para que arranchem noivo. Filia-se a outra, mais geral — a de amparar as donzelas.

É curioso notar que esta fama, sendo para nós de procedência portuguesa, parece ter adquirido aqui maior extensão e vitalidade do que em Portugal mesmo.

Lá, o santo casamenteiro por excelência é São João, como se verifica da poesia popular e como pessoalmente o atestam escritores portugueses de hoje, entre os quais Jaime Cortesão, no seu "Cancioneiro", e Luís Chaves, no seu "Amor Português" (1). Nós não só conservamos como aumentamos os créditos do santo neste particular.

As moças brasileiras, de sul a norte, na cidade como no campo fazem grande consumo de "santo-antoninhos" de pau, de barro, de cêra, de chumbo, em estatuetas, em medalhas, em gravuras.

Conta Pereira da Costa que em Pernambuco, para obrigar o santo a realizar o que lhe pedem, tiram-lhe as devotas o Menino Jesus, só o restituindo depois do milagre; viram-no de cabeça para baixo, arrancam-lhe o resplendor e pregam-lhe uma moeda no lugar da tonsura; penduram-no de uma corda dentro de uma cis-

(1) Leite de Vasconcelos, nas suas "Tradições", faz apenas ligeira referência a Santo António casamenteiro.

terna, etc. São práticas, essas, que com pouca diferença se repetem pelo país inteiro.

A tais práticas — embora ligadas a rogativas de outra natureza, — referiu-se também o padre Vieira, com benignidade não estranhável em pregador tão fértil em audácias, num outro sermão de Santo António proferido no Maranhão em 1657:

“Não haveis de pedir a este santo como aos outros, nem como quem pede graça e favor, senão como quem pede justiça. Quem pede justiça a quem tem por officio fazê-la, pede requerendo; e quem pede a dívida a quem está obrigado a pagá-la, pede demandando. E assim haveis de pedir a Santo António: não só pedindo e rogando, mas requerendo e demandando; requerendo como a quem tem por officio deparar tudo o perdido; e demandando como a quem deve e está obrigado a o deparar. E senão dissei-me: Por que atais e prendeis esse santo, quando parece que tarda em vos deparar o que lhe pedis? Porque o deparar o perdido em Santo António não só é graça, mas dívida; e assim como prendeis a quem vos não paga o que vos deve, assim o prendeis a ele. Eu não me atrevo nem a aprovar esta violência, nem a condemná-la de todo, pelo que tem de piedade”.

As ameaças e castigos aos santos e, em geral, às entidades sobrenaturais, pertencem a uma corrente de observâncias que se perde na noite dos tempos e vai prender-se à psique dos primitivos.

Em Minnerrois (Hérault, França), até 1850, quando se fazia um casamento, as raparigas desfilavam diante da imagem de S. Sire dando-lhe na cabeça com uma machadinha e dizendo-lhe numa fórmula rimada que a feririam com ela se não lhes dava noivo dentro de um ano. Em Ain, dirigiam-se a S. Braz, ameaçando-o de o arremessar ao Ródano. Em Sorbey (Mosa) lapidam S. Vildbrock, se em determinado prazo lhes falta com a graça requerida. Em várias localidades do oeste da França as imagens dos santos casamenteiros são crivadas de alfinetes. (Sebillot, “O Paganismo contemporâneo”).

O que se faz na França a outros santos, faz-se em Portugal a Santo António: em Lisboa, arremessam-lhe a imagem dentro de um poço ou quebram-a; no Algarve, amarram a imagem e penduram-a dentro de um poço de cabeça para baixo.

Na Andaluzia observam-se práticas semelhantes com o mesmo santo.

Mas estas ameaças e maus tratos não se limitam à questão de casamento. Segundo Pittrè (citado por Sebillot), na Sicília, em tempo de seca, levam em procissão a imagem de um santo, à qual dirigem ameaças, entre as quais a de lançá-la à água; em Licata, intimam a Santo Ângelo, patrono da paróquia: “Piovi ó

corda", — "chove, ou leva corda". Os campónios de Rosolini encerram numa igreja a imagem de S. José, e ali a conservam presa até que chova. Em Catânia fazem o mesmo com a de Santo António.

Em princípios do século XVII, campónios de Cornualha ameaçavam os santos com castigos severos, se não garantiam o regresso de pessoas queridas, e, em caso de falta, cumpriam as ameaças, ou açoitando as imagens; ou arremessando-as à água. Os marinheiros procediam semelhantemente quando pediam a concessão de um bom vento. Se o vento era contrário, as mulheres de "Saint Quay" (Costas do Norte) deitavam pó à imagem d'êste santo. (Sébillot) . .

Poderiam multiplicar-se os exemplos.

II

A religião cristã tem sido alvo de muitas acusações, e uma das mais repetidas consiste em afirmar-se que é uma religião melancólica. Nietzsche, entre outros, comparando-a ao politeísmo greco-romano que lhe parecia todo vida, fôrça e esplendor, achava-a lúgubre e descobria nela uma inimiga da alegria humana a semear a terra de cruces.

Imaginações. Essa visão alucinatória e megalomórfica do mundo antigo, sobretudo do mundo helénico, é uma das carepas da mentalidade moderna, que assim criou uma Grécia mais mística do que trinfá Olimpos juntos e lá colocou a "idade de ouro" da humanidade, renovando uma espécie de utopia retrospectiva muito cara a todos os povos passados e presentes.

Por outro lado, se é possível que o cristianismo seja seu tanto quanto sombrio em certas nações protestantes, é preciso desconhecer inteiramente a alma e os costumes dos povos católicos para pretender que a religião mata nos crentes a alegria da vida, ou o sentimento da liberdade, da fôrça e da comunhão cósmica.

Tristes, os italianos expansivos e ruidosos! Tristes, os espanhóis na sua variegada e ensolada terra, quasi último refúgio europeu da individualidade saliente, vivaz e pitoresca! Triste, a sonora e clara Provença. Tristes, os portugueses, os fortes, pacientes e doces portugueses da aldeia, do campo e da serra!

Triste, a Irlanda povoada de tradições poéticas e toda faiscante de energias indomáveis! Ora...

Os santos populares dos países latinos são espelhos da alma vivente das colectividades, e nenhum talvez, dentre os santos canonizados, mais completo do que António de Lisboa ou de Pádua.

É este um santo que não se parece nada com certas personificações mitológicas descoradas e intangíveis; apresenta-se à imaginação popular como homem de carne e osso, apenas aumentado de um resplendor de sobrenaturalidade.

Mas essa própria sobrenaturalidade, em vez de arrastar para o lado abstracto e vertiginoso da crença, aponta espontaneamente para a vida e é no meio das coisas concretas e multicolores d'este mundo que ela se manifesta e se impõe, misturada às forças da natureza.

Santo António (na mente popular) é essencialmente um bom homem do povo, singelo, serviçal e brincalhão. Curiosíssima a constância d'este carácter através das extensões territoriais e temporais.

Sem dúvida que a tendência universal dos povos lhes dá sempre para conformarem os seus santos queridos à medida pouco variável do seu modesto ideal; mas, se todos os santos populares são em regra bonachões e complacentes, nenhum d'êles é assim profunda e familiarmente amável como António e nenhum se apresenta assim, sempre igual, através dos séculos e das distâncias, aos olhos de tantos povos diversos.

Nenhum, digo mal: S. João Batista é nesses pontos émulo do discípulo de S. Francisco de Assis; mas nem porisso deixa de conservar certo matiz diferente, mais naturalista do que propriamente humano.

A simpatia popular cercou o nosso santo, de modo especial, desde os primeiros tempos.

Quando foi do seu trespasse, em Pádua, conta-se que as crianças clamavam nas ruas: Morreu o Santo! "O Santo" era como já lhe chamavam.

Era já o taumaturgo que havia operado uma fleira de milagres, piedosos e pitorescos: restituira a vida a um bando de meninos afogados, aplacara uma bâtega importuna, certa vez que prégava ao ar livre; fizera uma mulher levantar-se limpinha de um lameiro onde caíra; vencera só com a sua palavra, frente a frente, humilde e audacioso, um tirano de péssimos bofes — Ezzelino; conseguira, em França, que um asno se curvasse respeitosa e humildemente diante do Santíssimo Sacramento; fizera emudecer

numa noite todo o povo coaxante de uma lagoa, em Mompilher; prêgara aos peixes e fôra ouvido com atenção e gravidade... De uma feita, falando na igreja do convento, lembrou-se de que à mesma hora tinha outra obrigação que cumprir no côro; curvou-se debaixo do capuz, emudeceu, e, sem sair do púlpito, foi visto no côro a desempenhar-se da tarefa momentaneamente esquecida...

Emfim, os seus milagres costumavam trazer um certo salnete de suave candor e de graça tocante, muito próprio a namorar os corações. E assim continuaram após a sua morte.

Um dia, o papa Bonifácio VIII manda que se retire a sua imagem do lugar onde se fixara, na igreja de S. João de Latrão, ao lado das dos apóstolos a fim de ser substituída pela de outro santo mais avançado na hierarquia dos méritos da antiguidade. Vêm os pedreiros, trepam por um andaime até a efigie, e dão o primeiro golpe de picão; mas o santo, movendo o braço na larga manga do burel, atira tão valente punhada que os lança por terra com os andaimes e os instrumentos do ofício, em meio de grande fracasso... Os homens nada sofreram.

Diante de tão manifesta vontade de permanecer onde estava, lá o deixou ficar o papa e não se lhe tocou mais. Como, porém, devia Sua Santidade ficar surpreendido com essa inesperada mudança de humor no humílimo franciscano, que sempre se fizera notado por um infinito desprezo das honrarias e das glórias!

Esta saturação de sentimentos humanos havia de continuar até hoje, combinando-se graciosamente com a santidade e o maravilhoso.

António de Pádua converteu-se numa espécie de "topa a tudo", sempre muito pronto a servir aos seus fiéis, sempre solícito à menor invocação, sempre infinitamente tolerante.

Deparador de coisas extraviadas, presta-se a intervir em mínimos incidentes da vida, que nada têm que ver com a saúde dos corpos nem com a salvação das almas. Presta-se até, como vimos, a deparar escravos fugidos.

Coopera em mandingas de candomblés em tramoias escatológicas de amor (1). Torna-se belicoso, êle que era o mais

(1) Matéria delicada, que é preciso tratar com os cuidados devidos às crenças alheias e à moral, mas que merece uma exploração a fundo, tanto é o seu valor documental para estudos antropológicos. Pode-se fazer uma ideia do lastro intensamente humano dessas práticas, sabendo-se que, assim como existem no Brasil, existem em toda parte, e não só com outros santos, mas particularmente com o próprio Santo António. Em Andaluzia, as moças do povo costumam executar uma sorte de agulhas com a imagem d'êste Santo: consiste em arremessar-lhe uma quantidade delas, à guisa de pequeninas setas; conforme o lugar em que se espetam, calcula-se o tempo

inofensivo dos mortais, e — divino sargento — leva exércitos ao saque e à matança, defende fortalezas e cidades. Castíssimo protector das donzelas, passa logo a ser, mais restritamente, protector das donzelas casadouras, e não já um protector cándido e severo, mas uma espécie de padrinho muito condescendente e algo frascário. Cria mesmo a fama de gostar das moças como qualquer mortal: quebra-lhes os púcaros nas fontes, para as assustar, e misteriosamente os recompõe; chama-as maliciosamente:

Fui ao mato buscar lenha,
Santo António me chamou

.....

A sua festa anual se faz entre fogos e barulhos, danças e risos...

Por qué? Este capítulo das tradições atinentes à sub-religião popular não está bem estudado, sobretudo nos países latinos. Os próprios factos ainda não foram colleccionados com sufficiente abundância e método satisfatório, abrangendo vastas áreas, de modo a permitir conclusões sobre o encadeamento histórico das crenças e observâncias que elles revelam. Afigura-se porém muito provável que esses traços de paganismo provenham, ao menos em parte, da vizinhança com a festa de S. João, a qual, de seu lado, sabidamente absorveu velhas práticas derivadas de remoto culto solar. A mesma influencia se deve talvez o prolongamento dos fogos e patuscadas até o dia de S. Pedro.

O facto é que na véspera de Santo António, em Portugal, notadamente em Lisboa e outros pontos, costumavam outrora e desde longínquos tempos celebrar-se com fogueiras e luminárias, danças e bríncos e cantarolas. Em 1787 escrevia lord Beckford numa de suas cartas portuguezas:

"Já era escuro quando saí da grande portada (do convento de Belém) e achei o terreiro em frente alumiado com a luz coruscante de um renque de fogueiras à beira do Tejo. A custo alcancei a minha carruagem sem ser chamuscado por buscapés e bombas, e desejei ver-me fóra no momento em que entrara, por quanto estourou um foguete mesmo debaixo dos focinhos dos meus machos, que os espantou horrivelmente.

Se por milagre me não acalentasse Santo António, esperava não pregar olho em toda a noite, tamanho era o estrondo do fogo artificial, das labaredas estridentes das fogueiras, das gaitadas das buzinas, em louvor da festa de amanhã, 555.º aniversário do memorável dia em que o Santo querido de Lisboa pas-

que falta à rapariga para se casar. É uma das muitas sortes de casamento que se executam, em certas épocas, entre o povo de numerosos países, e que tem habitualmente um acentuado carácter de "naturalismo" ingenuo.

sou em plácido trânsito aos gosos do paraíso: vi a sua imagem à porta de quasi todas as casas e até das barracas desta populosa capital, colocada em altar e adereçada por profusão de velas de cera e de flores”.

Na Espanha, a tradicional verbena aparece em vários lugares associada ao culto do santo português.

No Brasil, essas homenagens incandescentes e ruidosas estão radicadas a fundo nos costumes, por toda a parte e em todas as classes, exceptuada apenas a “aristocracia” das cidades maiores.

Como era natural, formou-se em tórno do Santo, a par de forte vegetação de crenças e lendas, — umas comuns a todo um povo ou a diversos povos, outras locais e subordinadas a invocações particulares, — uma não menos basta vegetação de literatura oral.

Infelizmente, o que se conhece dessa literatura é apenas amostra do que existe, ou existiu e se vai decompondo. A não serem alguns raros contos, como o da “Afilhada de Santo António”, que andam nas colectâneas, e algumas composições poéticas, em boa parte não populares, mas simplesmente popularizadas, essa literatura antonina ainda é matéria inédita que espera por uma monografia nem sequer planeada até hoje.

Seria isso trabalho devéras interessante, embora nada viesse a conter de aproveitável senão a simples transcrição fiel e metódica dos materiais recolhidos.

De tudo havia de ressaltar bem a figura do Santo como a concebe o povo, com algo do tipo geral dos heróis populares simpáticos e algo dos génios familiares benfazejos e brincalhões. Ressaltaria também a verdadeira indole e feição da crença vulgar, toda alimentada de coisas concretas, toda terra a terra, despida de misticismo, saborosamente empolpada de vida e de poesia.

A essa literatura antonina, considerada com largueza, podem dar-se como pertencentes as cantigas, orações e responsos que o povo repete em suas cerimónias extra-ecclesiásticas, — coisa ainda frequente nos pequenos centros interiores.

São pela maior parte de origem culta, vieram mesmo provavelmente dos templos, mas ainda assim podem conter algum elemento popular, quando mais não seja, nos retoques e nos supplementos de partes caducas. Demais, embora não propriamente populares de origem, estão de facto ligados de modo tão estreito às práticas e gestos da sub-religião plebea, que não devem ser postos de lado.

Tenho na minha colecção alguns trechos de cânticos ou de recitativos devotos, colhidos no interior de S. Paulo. Pouca

coisa, serve apenas de indicio do muito que deve existir espalhado por tantas localidades, e sobretudo nas pequenas localidades das zonas mais antigas.

Umas quadrinhas apanhadas em Barueri pelo meu saudoso amigo Silvio Maia, que tanto amava o povo de nossa terra:

Bendito lovado seja,
o vosso nome é António;
vós tendes de Deus valia,
causais horror ao demónio.

António, santo bendito,
milagroso, singular,
sois da nação portuguesa
espelho de Portugal.

António, santo bendito,
pedimos com devoção,
alcançai de Deus eterno
de nossas culpa o perdão.

Insignificantes como elles são, estes versos não são de composição roceira; devem ser restos deturpados de jaculatórias, ou de hinos, productos da literatura escrita, semi-culta e devota, que vive à sombra das igrejas. Deve também ser de origem portuguesa, como leva a conjecturar a marca de patriotismo gravada na segunda estrofe.

Mais quadrinhas do mesmo género:

Meu glorioso Santo António,
a sua capela cheira,
cheira cravo, cheira rosa,
cheira flor de laranjeira.
(Guaratinguetá)

O' meu padre Santo António,
confessor de S. Francisco,
pregastes vosso sermão
no altar de Jesus Cristo.

O' meu padre Santo António.
santo de Deus estimado,
no dia 13 de Junho
do povo sois venerado.
(S. Sebastião)

Estes louvores repassados de grave fervor pertencem por assim dizer à face exterior e official da religião popular. Ao lado dêles florescem os versos joviais e maliciosos, que constituem uma outra forma de homenagem, menos directa e menos

convencional, mas bem mais significativa na sua espontaneidade de floração selvagem:

Santo António disse missa,
S. João virô missá;
S. Pedro safu na porta:
quem quisé venha beljá.

(Taubaté)

Santo António da Cachoêra
foi serrado com serrote;
muié tem força na língua
como boi tem no cangote.

(Amparo)

Valei-me, Nossa Senhora,
Santo António de Nazaré:
a vaca mansa dá leite
e a braba dá quando qué.

(S. José do Rio Pardo)

Fui no mato buscar lenha,
Santo António me chamô:
quando o santo chama a gente,
que fará os pescadô! (1)

(Casa Branca)

Notas análogas e mesmo iguais nos depara o cancioneiro português:

Santo António me acenou
de cima do seu altar;
olha o maroto do santo,
que também quer namorar!

Minha avó tem lá em casa
um Santo António velhinho;
em as moças não me querendo,
dou pancada no Santinho.

S. Francisco é meu pai,
Santo António meu irmão,
os anjos são meus parentes,
— oh-que linda geração! (2)

(1) Diz uma variante de São Bento do Sapucaí, no último verso:
que fará quem tem amor!
Dizem outras:
que fará quem já pecou!

A quadra, nesta derradeira forma, encontra-se no cancioneiro português, de onde naturalmente nos veio.

(2) Também popular no Brasil. Há uma quadra de S. Paulo e do Rio Grande do Sul, que é paródia dessa outra:

A cachaça é meu parente,
o vinho é meu irmão,
e não ha função nenhuma
se meus parentes não vão.

O' moças, andem ligeiras,
vão pedir a Santo António
que as ponha todas em linha
no livro do matrimónio.

No cancionero espanhol:

A San António le pido
y no me le quiere dar
el niño que tiene encima,
que me acompañe a llorar.

Tengo que mandar hacer
un San António de plata,
e metérmele en el pecho,
porque una Antónia me mata.

III

Tratando-se de tradições populares do Brasi e de Portugal, acérca de Santo António, não seria de rigor entrar pelo capitulo relativo às virtudes guerreiras do taumaturgo, pois êsse já não é do domínio propriamente popular, tem sido escrito por gente de esfera elevada, príncipes, eclesiásticos e militares.

Contudo, êsse capitulo se liga por mais de um ponto à parte caracteristicamente folclórica. O fundo psicológico dos factos é o mesmo, e até, justamente por se tratar de individuos de alta classe, oferecem alguns dêles curioso exemplo de persistência de fenómenos da mentalidade primitiva em meios onde se poderia supôr uma consciêcia religiosa mais apurada.

Salvo engano, a mais antiga manifestação do culto guerreiro a Santo António, de que ha memoria no Brasil, foi em 1638, quando da agressão à Bahia pelos holandeses. Estes, apesar de grande superioridade em número e armas, foram rechassados e fugiram em desordem: milagre de Deus e de Santo António, disse-o e provou-o com abundância o padre Vieira em sermão prégado na igreja dêsse orago, na mesma Bahia.

Mas em todo êste sermão, não attribui o prégador nenhuma particular virtude guerreira ao nosso santo; nem acho referêcia a tal coisa nos outros que êle proferiu na Europa e no Maranhão em louvor do famoso franciscano. O milagre da vitória foi operado pelo taumaturgo, não por lhe serem affectos os negócios da guerra, mas porque êle tudo podia, em qualquer gênero de prodigios.

Conhecido como é o sistema de Vieira, que nada desprezava ou esquecia, quando tratava de reunir elementos com que reforçasse as suas teses e demonstrações, ou com que esmaltasse o discurso de pitoresco e de graça, não parece crível que se a fama guerreira do santo já soasse vulgarmente por aquele tempo, elle deixasse de aproveitar e valorizar tão rico tema. De coisas menores elle se utilizou mais de uma vez, e falando a respeito do mesmo santo.

No final do sermão da Bahia, Vieira exortava o milagroso protector a repetir em Pernambuco o milagre do seu auxilio aos portuguezes e brasileiros. Seria então a melhor oportunidade para se referir à advocacia belicosa do santo; mas apenas alludiu mais uma vez à sua qualidade de deparador de coisas perdidas:

"Lembraí-vos glorioso Santo, dos muitos templos e altares em que ereis venerado e servido naquelas cidades, naquelas vilas e em qualquer povoação por pequena que fôsse; e que nos campos e montes onde não havia casa, só vós a tinheis. Lembrai-vos dos empenhos e grandiosos feitos com que era celebrado o vosso dia, e sobretudo da devoção e confiança com que a vós recorriam todos em suas perdas particulares e do prontissimo favor e remédio com que acudíeis a todos. O mesmo sois e não menos poderoso para o muito que para o pouco. Apertai com esse Senhor que tendes nos braços, e apertai-o de maneira que, assim como nos concedeu esta vitória, nos conceda a última e total de nossos inimigos"

O silêncio de Vieira acêrca do ponto parece constituir prova de que a devoção guerreira de Santo António, se já então existia, não era geral, e podia ser ignorada mesmo de homens lidos e curiosos, como o grande pregador.

Entretanto, conta Jaboatão que, pouco depois, durante a campanha libertadora contra o holandês, João Fernandes Vieira recebeu positivos auxilios do santo, de que era grande devoto.

Parece que desde então a sua marcialidade ficou consagrada.

Em setembro de 1685, era inscrito nos assentamentos de uma das expedições contra o quilombo de Palmares (sempre o negro fugido!) como simples praça do exército, com soldo pago pelo Senado da Câmara de Olinda (P. da Costa, "Folclore Pernambucano").

A devoção deste santo estava, de facto, como disse Vieira, muito radicada em terras pernambucanas. Tinham-o mesmo por padroeiro da capitania, senão em virtude de lei, ao menos por tácito acôrdo da população. Houve até uma câmara, a de Igua-rassú, que o colocou entre os seus vereadores, pagando-lhe os 27\$ anuais que todos os outros percebiam. As câmaras de Olinda e Recife durante muitos anos celebraram a sua festa, oficialmente, com grande pompa.

Em 1716, o governador D. Lourenço de Almeida dirigiu uma carta ao rei, comunicando-lhe que, em revista passada à infantaria, lhe fôra apresentada uma petição de Santo António, que, tendo prestado grandes serviços, só percebia soldo de praça, pelo que e promovera a tenente da fortaleza de Santo António dos Coqueiros, com 2\$700 de sôldo por mês. Este acto foi aprovado pelo Conselho Ultramarino em agosto de 1717.

Um século depois, encontramos o santo no posto de "alferes", provavelmente em outra guarnição. Pediram então os franciscanos de Recife que fosse promovido a sargento-mór. O governador Luis do Rego Barros não concordou, e fez acompanhar o requerimento de uma informação tipo pão-pão, queijo-queijo.

O que os franciscanos queriam (dizia Rego Barros) era uma esmola "a titulo de postos conferidos a Santo António". Ora, este era um "oficial que nunca morre", e assim havia de chegar necessariamente ao "sôldo de marechal do exercito, e do que mais pudessem inventar, e então serjam os frades sustentados a custa da real fazenda, — "o que não me parece preciso", rematava o franco e poupado governador.

A petição foi indeferida.

Em 1710, é no Rio de Janeiro que o santo entra para a milícia. Quando Duclerc tentava apoderar-se da cidade, o governador Castro Morais apelou para o tradicional protector da nação portuguesa, conferindo-lhe o grau de capitão.

Em Portugal, ha quem atribua o início desta devoção a D. Afonso VI, outros a D. Pedro II.

É verdade que já em tempo do primeiro gozava o santo da fama de ser protector das acções guerreiras dos portugueses, como se vê destes versos da "Alfonselda" de frei Jerónimo Vaia:

Fará coisas nunca ouvidas
Em favor dos lusitanos.
Não sendo dos castelhanos.
Com ser de coisas perdidas;
Tingirá, cortando vidas,
De vermelho o burel pardo.
E com impeto galhardo.
Triunfando em todo o risco,
Posto que é frade francisco.
Brigará como um bernardo.

Parece, porém, que o primeiro documento certo da militarização do santo data da regência do príncipe D. Pedro, que, depois de o ter feito alistar como soldado raso no regimento de

infantaria de Lagos, o promoveu, em 1683, quando subiu ao trono.

Era obrigatório a cada recruta dar um fiador, e Santo António "deu" como tal a "Rainha dos Anjos", a qual "se tornou responsável em como não havia de desertar". É o que consta de uma certidão passada em 1777 pelo major do citado regimento (1), dom Hércules António Carlos Luís José Maria de Albuquerque e Araujo de Magalhães Homem.

Acrescenta a certidão que o santo se portou sempre muito correctamente sob as armas.

"Outro sim, certifico que em todos os papéis e registros acima mencionados não existe nota alguma acêrca de Santo António, nem de mau comportamento, nem de irregularidade por êle praticada, nem de ter sido em tempo algum açoitado, preso, ou de qualquer modo punido durante o tempo que serviu como soldado raso no regimento. Que durante todo o tempo em que tem sido capitão, vai quasi para cem anos, constantemente cumpriu seus deveres, com o maior prazer, à frente da sua companhia, em todas as ocasiões, quer na paz, quer na guerra, e de modo tal que tem sido visto por seus soldados vezes sem número, como êles todos estão prontos para testemunharem; e em tudo o mais se tem comportado sempre como fidalgo e official; e por todos êstes motivos acima mencionados considero-o como muito digno e merecedor do posto de major agregado ao nosso regimento, e de quaisquer outras honras, graças ou favores que aprouver a S. M. conferir-lhe".

Durante as lutas com os espanhóis dirigidos por Berwick, consta que o taumaturgo passou rapidamente por todos os postos, até o de generalíssimo, onde permaneceu. E consta ainda que, na batalha do Sabugal, tiveram os portugueses, e atrás dêles os aliados um momento de grande terror, pânico e de recuo precipitado, porque uma bala inimiga desrespeitosamente, carregara com o generalíssimo de cima do andor.

Dom João VI, quando no Rio de Janeiro, ordenou que fôsse o santo promovido ao posto de tenente-coronel. Vê-se mais uma vez que a ordem das graduações não era observada com rigor quando se tratava de tão abnegado official. Promoviam-no com solenidade a postos inferiores aos que êle já desfrutava.

Justificou o monarca o seu acto, na carta-patente então expedida, com a eficaz intercessão do santo em favor dos exércitos do reino e com a "paz que se dignou conceder à Monarquia Portuguesa". Foi isto em 1814.

O mesmo rei premiou depois o celestial tenente-coronel com o grande cordão da ordem de Cristo.

(1) Encontra-se transcrito em — "O Grande Taumaturgo de Portugal", por F. A. Carlos das Neves. Porto, 1895, e "O Padre Santo Antonio de Lisboa", por Manuel Bernardes Branco, Lisboa, 1887.

O império conservou-lhe fielmente o posto e a condecoração. Ainda em Outubro de 1887, o "Jornal do Comércio" publicava uma pequena notícia, na qual se dizia que a caixa de pagamento das tropas da capital havia entregue ao provincial da Ordem de Santo António a quantia de 240\$000, de soldo correspondente ao trimestre decorrido de Julho a Setembro, "ao qual tem direito o tenente-coronel honorário do exército, o glorioso Santo António". (Sant'Anna Nery, "Folklore brésilien").

A República reformou compulsoriamente o augusto miliciano, sem lhe reconhecer direitos. Com o que o santo não se deve ter amofinado muito.

A carreira não era, sem dúvida, do seu agrado. Ele sempre mostrou que gostava mais de dar e conservar a vida e de vencer a morte do que de derramar sangue e massacrar pobres criaturas de Deus. Foi com certeza contra sua vontade que tardiamente substituiu o façanhundo S. Jorge, que desde o século catorze era reconhecido em Portugal como legítimo senhor de tal prebenda, ocupando o posto de marechal de campo.

Enfim, — e mais uma vez, — o que se sabe do folclore antonino, em toda a parte, é bem pouco em comparação com as grandes correntes de crenças, de superstições, de lendas, de narrativas, de cerimónias e de poesia que se vem espalhando através de diversos povos, desde a idade-média, a carrear aqui e ali restos e despojos de tradições ainda mais antigas. Se, assim é em toda a parte, em S. Paulo sabe-se menos que em parte alguma, menos até do que em outras regiões do Brasil.

Entretanto, esse património de tradições aí está, bem perto de cada um, em todos os lugares e classes. Não há quasi pessoa que não possa contar alguma coisa a respeito — esta, uma reminiscência de actos e práticas; aquela, uma lenda, um apólogo, uma historieta; aquela outra, uma fórmula, uns versos, ora oração, uma adivinha, um anexim.

O folclore é assim — um domínio de toda a gente. Os simples vivem-o, inconscientemente, recebendo e transmitindo com inocência a herança dos antepassados, e não raro acrescentando-a, ou deturpando-a: os outros, embora sem se preocupar, são espectadores, e como tais sempre guardam alguma lembrança do que viram ou ouviram.

Não há senão explorar comodamente esse mundo, esse desconhecido familiar, para se conseguir uma larga soma de mate-

riais, que pode dar lugar a descobertas muito interessantes: depende apenas de um pouco de paciência e de tempo — armas indispensáveis a quem se dedica a estas indagações.

As coisas que se oferecem comumente, em redor de nós, com relação ao nosso assunto, a maior parte das vezes se afiguram — ou insignificantes e ridículas, ou demasiado fragmentárias e inproveitáveis. Outras vèzes, surgem dúvidas quanto ao seu carácter de popularidade. Mas, anotem-se apesar de tudo, e clas-siquem-se os apontamentos segundo uma divisão prática qualquer, não esquecendo de assinalar os lugares, as datas e mais circunstâncias que possam interessar. Com o tempo, avolumado o arquivo de notas, pode resultar de uma fácil comparação dos materiais que o fragmentário se complete, que o incerto se consolide, que o insignificante ou ridículo ponha o observador na pista de coisas menos desdenháveis, mais significativas e mais sérias. Assim, também, aquillo que a principio não se tinha meios de averiguar se era deveras popular, ou apenas invenção individual isolada, pode ter reaparecido em lugares e épocas diversas — e nêsse caso a verificação está feita, e o trabalho empregado não o foi em vão.

Outro cuidado conveniente — com razão recomendado pelos mestres — é o de limitar a região e os assuntos a explorar. Querer um observador ocupar-se de todos os ramos de folclore ao mesmo tempo, e em toda a parte, é votar o próprio trabalho a uma meia esterilidade inevitável.

Os aspectos e fórmãs da sub-religião popular, já não direi no Brasil, mas em S. Paulo, ou apenas em algumas das suas regiões dariam por si sós matéria sufficiente para alguns anos de laboriosa investigação, desde que se pusesse definitivamente de lado o costume de só vêr tudo por alto e de fugida, e se resolvesse dar a todas as observações feitas um carácter de rigoroso objectivismo e de escrupulosa fidelidade.

Não haverá quem se anime a empreender em S. Paulo êste modesto, lento e por vezes fatigante trabalho, capaz entretanto de chegar a alguns resultados verdadeiramente interessantes e scientíficamente úteis, bem mais interessantes e mais úteis do que tantas futilidades com que se fazem gemer os prelos todos os dias, sem glória nem proveito apreciável para ninguém?

SUPERSTIÇÕES DO POVO PAULISTA

- I — O Homem — Gestação, nascimento e batismo.*
- II — O Homem — Infância.*
- III — O Homem — Juventude, amores, casamento.*
- IV — O Homem — Alimentação, vestimentas — Miscelânea.*

I

É IMENSA a cópia de crendices e abusões sôbre os mais variados assuntos existente no Estado de S. Paulo. A superstição impera ainda, no interior e mesmo na capital, entre as classes menos cultas. Esta afirmativa pode ser comprovada a qualquer momento, pois são freqüentes as manifestações da fé depositada por inúmeras pessoas em simpatias para curar toda a sorte de males, assim como do receio que têm essas mesmas pessoas de violar qualquer tabú estabelecido por velhas crendices. Nêste trabalho refiro-me a algumas dessas cousas que "não se devem fazer" e a muitas outras cuja realização só benefícios pode trazer. Por exemplo: colocar picumã e tela de aranha sôbre feridas para que estas cicatrizem depressa é ato comum entre os nossos caipiras, sendo o estranho remédio aconselhado a todas as parturientes para que o apliquem no umbigo dos recém-nascidos. Mas, que a pobre mãe não se dê o capricho de assistir ao batizado do pequeno — o que, certamente, lhe seria muito grato — porque isso atrairia toda a sorte de males sôbre a inocente criatura.

Caso raro nas tradições populares paulistas, que são bastante ricas, o capítulo que agora se desenvolve e que se estende das abusões tendentes a proporcionar a fecundação até as que acompanham a primeira infância, não regista grande número de crendices e aquelas que pude recolher são, em sua mór parte, sobejamente conhecidas. O que me anima a publicar êste primeiro ensaio é o fato de ser êle um dos poucos que sôbre o assunto têm aparecido em nosso Estado.

a) — **FECUNDAÇÃO** — 1. As práticas supersticiosas tendentes a proporcionar ou impedir a fecundação, quasi que não existem entre nós. Anotei, porém, a seguinte simpatia indicada pelos nossos caboclos como remédio seguro contra a esterilidade:

Quando uma mulher cabocla não tem filhos e está desejosa de os ter, o marido vai à procura de uma anta macho, caça-a e arranca-lhe o membro genital, cujo couro põe a secar ao sol. Dêste couro, depois de seco, é feita uma infusão que deve ser tomada pela mulher estéril que, assim, verá finalmente satisfeitos os seus anseios maternos.

Essa crendice, que me foi comunicada por pessoa observadora e conscienciosa, não teve confirmação por parte de nenhum outro estudioso dos costumes caipiras que consultei a esse respeito, nem se encontra em nenhuma das obras em que baseei o presente ensaio. Registo-a, não obstante isso, dada a fé que me merece o informante.

2. Na vespera de S. João costumam muitas pessoas pôr ao relento um copo d'água em que lançaram uma clara de ovo. Na manhã seguinte, indo ver o copo, procuram essas pessoas crêdulas interpretar as figuras que se formaram com a clara. Exporéi mais detalhadamente, num artigo subsequente, em que consiste essa superstição; no presente quero apenas me referir a outra parte dessa crendice, e esta menos conhecida do que a primeira. As mulheres do povo parecem acreditar que a água que passou a noite ao relento, juntamente com a clara de ovo, possui virtudes fecundantes e muitas tomam-na, quando querem ter o seu lar enriquecido.

Trata-se, como se vê, de uma simples prática de magia simpática, cuja origem não precisa ser revelada a ninguém, uma vez que nada tem de obscura.

3. Abusão corrente aqui é a que ensina não deverem as mulheres comer frutos duplos, para que não venham a ter, quando casadas, filhos gêmeos.

Em Pernambuco, a proibição se estende aos ovos duplos (1). De Gubernatis refere igualmente essa crendice, dando-a como existente no Voigtland, onde "se tem o cuidado de impedir às mulheres, especialmente às mulheres grávidas, o comerem frutos duplos", a fim de que não venham a fecundar-se de gêmeos (2).

(1) Pereira da Costa, *Folk-Lore Pernambucano*, sem data, pg. 114.

(2) A. de Gubernatis, *Storia Comparata degli usi natalizi in Itália e presso gli altri popoli indo-europei*, p. 62; Milão, 1878.

4. Diz o povo que quando o marido sofre dór de dentes e isso indicação de que a espôsa está grávida.

5. As mulheres em estado interessante têm grande cuidado em procurar não vêr pessoas ou cousas que possam influir desfavoravelmente sôbre a criatura que trazem no ventre. Supõem elas que a vista de indivíduos defeituosos, ou mesmo de fotografias dessas pessoas, fará com que a criança venha ao mundo com idênticos defeitos.

Sôbre essa superstição que é, talvez, universal, correm, em nosso Estado inúmeras lendas e contos. Na Itália ela é conhecida, dizendo-se "nos arredores de Nápoles à mulher que olha para um coelho ou uma lebre que ela se expõe a ter um filho de orelhas grandes ou afeado por um lábio leporino (1)". A mesma crendice existe na França, na Irlanda, na Suécia, na Colúmbia Britânica, no México, em Madagascar, etc. (2).

b) — O PARTO — 6. Monteiro Lobato, no seu apreciado volume de estreia, "Urupês", dedica uma página às superstições e crendices dos nossos caboclos e, entre outras, refere a seguinte:

"Num parto difícil nada tão eficaz como engulir três caroços de feijão mouro de passo que a parturiente veste pelo avêso a camisa do marido e põe na cabeça o seu chapéu também pelo avêso (3)".

Em Pernambuco diz o povo que "basta colocar na cabeça da parturiente um chapéu de homem e a criança nasce logo sem o menor incidente (4)".

Leôncio de Oliveira, que conhece perfeitamente os usos e costumes do caipira paulista, fala-nos, em seu livro "Vida Roceira", sôbre o mesmo assunto:

"Acreditam (os caboclos) também em breves para os partos laboriosos, facilitando-os incontinenti, logo que forem colocados no pescoço das parturientes. E para maior eficácia sentam-nas sôbre uma quarta, colocam-lhe sôbre a cabeça o chapéu do marido e ordenam-lhes que soprem com fôrça numa garrafa" (5).

O costume de fazer as mulheres grávidas vestirem peças de roupa do marido no momento do parto encontra-se em vários

(1) Paul Sébillot, *El Paganismo contemporaneo en los pueblos celto-latinos*, trad. de F. Peyró Carrió; um volume da *Encyclopedia Scientifica*, pg. 40, Madrid, 1914.

(2) Paul Sébillot, *Le Folk-Lore*, um volume da "*Encyclopédie Scientifique*", pgs. 187-189; Paris, 1913.

(3) Monteiro Lobato, *Urupês*, Col. Brasília, pg. 80.

(4) Pereira da Costa, op. cit., pg. 111.

(5) Leoncio de Oliveira, *Vida Roceira*, pg. 31, S. Paulo, 1919.

outros povos. Diz o ilustre autor de "Le Folk-Lore": "Na tribo australiana Arunta, o pai se despoja de sua cinta, que é levada à parturiente por um outro homem e colocada por ele na cintura dela. Usos paralelos aparecem na Europa. Na França, no século XVIII, vestia-se na mulher prestes a dar à luz os calções de seu marido e esse costume era ainda recentemente observado na Lorena, no Limousin, na Espanha e na Escócia. Na Irlanda, quando se colocava sobre a parturiente uma vestimenta do marido, pronunciando um conjuro, era ele quem sofria em seu lugar e gritava como ela" (1).

7. Falhando a simpatia dos caroços de feijão, da camisa e do chapéu pelo avêssio, indica Monteiro Lobato "um derradeiro recurso usado freqüentemente pelas parteiras matutas: colar no ventre encruado a imagem de S. Benedito" (2).

S. Benedito não aparece com freqüência na superstição paulista como protetor das parturientes; pelo menos foi essa a primeira vez que o encontrei nessas funções. Sabe-se, porém, que o autor de "Cidades Mortas" costuma relatar com fidelidade os usos e costumes do nosso Jeca.

8. É ainda de "Urupés" a seguinte passagem: — "Nesses momentos angustiosos (os do parto) outra mulher não penetre no quarto sem defumar-se ao fogo, nem traga na mão caça ou peixe: a criança morreria pagã" (3).

Interessante esse aspecto do culto ao fogo, culto de que encontramos reminiscências várias em nosso folclore. O ato de defumar-se outra mulher antes de entrar no quarto teria como único fim, provavelmente, purificá-la de quaisquer faltas que por acaso houvesse cometido.

Quanto à proibição da entrada de certos alimentos, no presente caso caça e peixe, no quarto da parturiente, existe na Europa credence semelhante. Diz Sébillot: "Na Alemanha a proibição se aplica particularmente ao pão e ao sal" (4).

9. A tesoura, que surge em inúmeras superstições europeas concernentes a este capítulo, vêmo-la em nosso Estado apenas na seguinte simpatia, indicada para favorecer o parto: deve-se amarrar uma tesoura (aberta?) sobre o ventre da parturiente, a fim de que a criança nasça sem dificuldade.

10. Acreditam os nossos matutos que se uma mulher dá à luz sete filhos do sexo masculino, sem que o nascimento de

(1) Sébillot, *Le Folk-Lore*, pgs. 193-194.

(2) Monteiro Lobato, *op. cit.*, pg. 86.

(3) *Id. ibid.*

(4) Sébillot, *El Paganismo contemporaneo*, pg. 43.

uma menina venha interromper a série, o sétimo rebento está condenado a ser lobisomem quando atingir a idade adulta.

"Se mulher (a setima filha) transforma-se em bruxa, ou numa grande e bravia porca acompanhada de quatorze leitões e sai, estrada fora, a atacar os retardados forasteiros" (1).

Na Sicília empresta-se aos homens nascidos nessas condições o poder de curar determinadas doenças (2).

c) — OS PRIMEIROS DIAS DA CRIANÇA — 11. Muitas crianças, ao nascer, trazem sobre a cabeça um tenue véu, uma película finíssima. Diz o povo que são crianças felizes. Nasceram empelcadas; serão afortunadas durante toda sua vida e em todos os seus empreendimentos alcançarão sucesso. Os pais dos venturosos pimpolhos devem conservar a película sempre consigo, pois que, assim, ela lhes trará igualmente felicidade.

É essa uma superstição extraordinariamente difundida. Resumo de De Gubernatis (3) as seguintes linhas:

Os alemães crêem nessa superstição e denominam à película "Gluckshaube", ou touca da felicidade. Os venezianos denominam-na camiseta e dão-lhe os mesmos poderes de talismã benéfico. Na Lombárdia acreditam igualmente nas virtudes da película. Na Itália diz-se de um homem afortunado que nasceu vestido, e alude-se sem dúvida, à camiseta de bom agouro; na França diz-se que ele é "né coiffé".

Diz ainda De Gubernatis: — "Secondo Ello Lampridio, le antiche levatrici romane levavano quella cuffietta (ch'egli chiama pileum), per venderla, come praticavano nel secolo passato le levatrici danesi ed inglesi, agli avvocati, che se ne servivano come di talismano per riúscire eloquenti"... Na Bolonha emprestam-lhe o mesmo poder protetor e chamam-na a camisa da Madona, sendo a própria criança quem deve trazê-la consigo (4). O povo romano crê igualmente na camisa que traz felicidade a quem a trazer consigo (5). Vemô-la, ainda, na Bélgica.

12. Logo que a criança nasce costumam os caipiras colocar sobre a ferida recém-aberta do umbigo teia de aranha e picumã... para estancar a hemorragia e facilitar a cicatrização. 13. O cordão umbilical é enterrado cuidadosamente, porque se ele fôr roi-

(1) Leôncio de Oliveira, op. cit., pg. 14.

(2) Giuseppe Pitré, *Curiosità di Usi Popolari*, pgs. 155-156, Catania, 1902.

(3) A. de Gubernatis, op. cit., pgs. 127-128.

(4) Id. *Ibid.*, pg. 196.

(5) Gigli Zanazzo, *Usi, Costumi e Pregiudizzi del popolo di Roma*, pg. 42; Turim, sem data.

do por algum rato, o infante ficará, como aquele animalzinho, com o mau veso de se apropriar das coisas alheias.

A mesma superstição em Portugal e na Toscana (1).

14. As mulheres que amamentam, para que não lhes falte o leite, devem rezar um rosário de contas de capim ou ter junto ao seio umas contas também de capim. Ha uma determinada espécie dessa gramínea cujas grossas sementes, de uma côr azulada ou lilás, são muito usadas pelos matutos para fazer rosários. Essa espécie já recebeu, mesmo, a denominação popular de capim de rosário e sobre ela corre uma lenda em nosso Estado.

Conta-se que as primeiras sementes do capim de rosário formaram-se de gotas de leite caídas do seio da Virgem, quando, em certa ocasião, amamentava ela o Menino Jesus. Dizem outros que foram lágrimas de Nossa Senhora quando fugia para o Egito, a fim de livrar Jesus da cruel perseguição de Herodes. Em Minas Gerais, as sementes do mesmo capim são chamadas contas de lágrimas.

"Na Alemanha, o *polypodium vulgare*, que cresce entre as fendas dos rochedos, passa por ter nascido do leite da Virgem" (2).

Segundo Leite de Vasconcelos, as mulheres da Beira Alta (Portugal) trazem ao pescoço uma conta a que denominam conta leiteira, emprestando-lhe o poder de evitar que lhes venha a faltar o leite (3).

15. Acredita-se que a água do primeiro banho do recém-nascido tem virtudes mágicas. Assim é que costumam as mães dar de beber a seus filhinhos uma colherada daquela água a fim de que eles comecem a falar em breve prazo.

Usa-se também colocar na bacia uma moeda de ouro para que a criança venha a possuir fortuna. Em Portugal, na Suécia e no Norte da Escócia o povo faz o mesmo (4).

16. As criancinhas, antes do batismo, têm uma sorte extraordinária. Não sofrem desastres, não padecem doenças, não correm perigo de espécie nenhuma.

d) — O BATISMO — 17. A mãe da criança que vai ser batizada não deve comparecer à cerimonia. O povo não explica a

(1) Consiglieri Pedroso e A. de Gubernatis, apud Sébillot, *El Paganismo Contemporaneo*, pg. 52. Cf. também Leite de Vasconcellos, *Tradições Populares de Portugal*, pg. 204, Porto, 1882.

(2) A. de Gubernatis, *Mythologie des Plantes*, I, 216, apud Sébillot, *Le Folk-Lore*, pg. 138.

(3) Leite de Vasconcellos, op. cit., pg. 92.

(4) Sébillot, *El Paganismo contemporaneo*, pgs. 56-57.

classe de perigos que ameaçarão o pequenino ente, caso essa tradição seja violada. Diz sómente que "faz mal".

Um folclorista francês, o sr. R. Bézoles, parece ter descoberto o motivo dessa interdição. Em seu livro "Le Baptême", refere o citado escritor como existente na Grécia abusão idêntica àquele nosso preconceito. Entre os gregos, a proibição de comparecer à cerimonia do batizado se estende também ao pai da criança.

"Porque não podem eles (os pais) — pergunta o sr. Bézoles — assistir ao batismo de seu filho?" E acrescenta, logo a seguir: "A resposta me parece fácil. Sabe-se que nem o pai nem a mãe têm o direito de batizar sua progénie, a menos que esta se encontre *in extremis* e que não se achem próximas outras pessoas. Não lhes é possível ser, ao mesmo tempo, pai e compadre, mãe e comadre" (1).

18. Não se deve dar ao infante o nome de um irmão já falecido; senão a criaturinha corre perigo de não vingar.

Em Roma aconselham que não se dê o nome, não só de irmãos como de quaisquer parentes já falecidos, para evitar o mesmo perigo (2).

19. A criança deve chorar durante o batizado. Se não o faz, tiram dal maus presagios, dizendo que morrerá ao mesmo ano em que se realizar a cerimonia ou dentro em breve. Muitos beliscam o neofito para que chore.

Essa superstição corre mundo, quasi sempre ligada à idea de morte próxima.

Assim, "em Maia, se a criança se abstém de choros é sinal de que morrerá cedo (3). Sobre o mesmo assunto diz Sébillot: "Em Portugal, se (a criança) não grita morrerá antes de um ano; em Marselha, em Menton e em Suffolk, viverá muito pouco. No Norte da Inglaterra, em Cornwall e em Sussex, diz-se que o diabo ainda não safu de seu corpo e beliscam-na para que grite" (4).

20. Criança de breves dias que entrega sua almazinha pura de qualquer pecado ao Criador, vai para o céu, caso já seja batizada, sendo lá transformada em anjo. Quando morre antes do batismo — pagã, diz o povo — não vai para o céu, fica no Limbo.

Leite de Vasconcelos recolheu a mesma abusão na localidade portuguesa de Vila Real (5). Na Argentina "é crença generali-

(1) R. Bézoles, *Le Baptême*, apud A. de Gubernatis, *Storia Comparata degli Usi Natalizi in Italia*, pgs. 213-214.

(2) G. Zanazzo, *op. cit.*, pg. 115.

(3) Leite de Vasconcellos, *op. cit.*, pg. 204.

(4) Sébillot, *El Paganismo Contemporaneo*, pg. 74.

(5) Leite de Vasconcellos, *op. cit.*, pg. 210.

zada que as crianças de curta idade, mortas sem ter podido pecar, vão direitas ao céu, sendo lá transformadas em anjos" (1). Os naturais de Costa Rica dizem de uma criancinha morta que ela se foi encontrar com os anjos; o mesmo pensam os rumenos e os húngaros (2).

É só o que podemos recolher sobre este capítulo. Não é muito, sem dúvida, mas os primeiros intentos não podem ter a galhardia daqueles de quem já encontra o terreno desbravado e amanhado. O folclore paulista, mormente no que se refere às superstições é um campo tão vasto e tão inculto, que desanima, com sua extensão e com sua rudeza, o explorador mais afoito.

Não é possível fazer-se, do primeiro arranco, obra duradoura. Apelo para os hipotéticos leitores dêste ensaio a fim de que, no caso de se interessarem pelo assunto, tenham a bondade de me enviar contribuições, consignando sempre as localidades onde foram registradas as crendices.

II

e) — INIMIGOS DAS CRIANÇAS — 21. Os garotos paulistas e certamente também os de outros Estados do Brasil, têm, durante os primeiros anos de sua vida, vários inimigos perfeitamente gratuitos, como sejam a cuca, o papão, o lobishomem, o saci e outros. Todos esses génios malfazejos se comprazem em transformar a vidinha de nossos meninos num verdadeiro inferno. A cuca e o papão roubam as crianças para devorá-las; o lobishomem procura surpreendê-las a jeito para chupar-lhes o sangue, e o saci-pererê perturba-lhes o sono fazendo mil estrepolias.

Essas figuras de nossa mitologia são bastante conhecidas, e não é meu intuito estender-me em considerações sobre elas, o que, de certa maneira, se afastaria do objectivo dêste ensaio. A cuca e o papão merecem, todavia, menção especial, pois dos entes sobrenaturais acima citados são os únicos que se dedicam apenas a perseguir as crianças; os outros procuram também atrapalhar a vida do Homem em todas as suas etapas.

As cucas são bruxas que o sr. Leôncio de Oliveira (3) descreve como "velhas e fantásticas harpias, estriges famélicas que

(1) Juan B. Ambrosetti, *Supersticiones y Leyendas*, pg. 45, Buenos Aires, 1917.

(2) Roberto Hertz, *Mélanges de Sociologie Régieuse et Folk-Lore*, pg. 94, nota 1, Paris, 1928.

(3) L. de Oliveira — *Vida Rocelra*, pgs. 16-17.

se ajudam de bons vinhos e sugam à noite o sangue às crianças não batizadas". Para livra-las de tão triste sorte, costumam as mães, acrescenta o mesmo escritor, "trazer a vela acesa a noite toda e sob o leito do filho uma tesoura aberta em forma de cruz".

Em Portugal, de onde a crença nas cucas, deve ser proveniente, usa-se também a tesoura para evitar que as bruxas se aproximem dos berços, e juntam-se ao instrumento ramos de aruda e alecrim (1).

O bicho papão, ou simplesmente o papão, é o correspondente masculino da cuca e, para afugentá-lo, cantam as mães ou amas, ao embalarem as crianças:

Sái, bicho papão,
de cima do telhado!
Deixa o menino
dormir sossegado.

Em Portugal a quadra é conhecida. Refere-se, porém, á cuca, que é chamada côca, e ao invés de se ordenar ao génio indesejável que sáia de cima do telhado, elle é, pelo contrario, mandado para lá. É a seguinte a versão portugueza de nossa quadra:

Vai-te Côca, vai-te Côca,
para cima do telhado,
deixa dormir o menino
um soninho descansado. (2)

Essa quadra, com quasi todo o seu lusitanismo, é conhecida em Minas. Transcrevo, a seguir, o verbete Cuca, do glossário que constitui uma das partes de "O Dialecto Caipira":

"Cuca, s. f. —, entidade fantástica com que se mete medo às criancinhas:

Durma meu benzinho,
que a cuca j'el vem —

diz uma cantiga de adormecer. Por extensão, entre adultos, ameaça, atos destinados a atemorizar: "Eu cá não tenho medo de cucas!" A palavra e a superstição, esta quasi de todo delida já,

(1) Alm. de Lembr., 1856, p. 271, apud. L. de Vasconcellos, Trad. Pop. de Portugal, p. 204..

(2) L. de Vasc., o. c., p. 208.

em S. Paulo, existem espalhadas pelo Brasil. Num dos seus contos golanos, escreveu Carvalho Ramos: "Ah, sim, a bruxa... Essa, de certo, levou-a o "Cuca", num pé de vento, à hora da meia noite..." Em Pernambuco, significa mulher velha e feia, espécie de feiticeira, e é também o mesmo que "quicuca", "tituca", rôlo de mato (Garcia de Rezende). Beaurepaire-Rohan regista as variantes "corica", "curuca", "curumba", das terras do Norte. A cuca paulista é em tudo semelhante ao vago "papão" luso-brasileiro, ao "bicho" e ao "tutú" de vários Estados, ao "negro velho" de Minas. Diz uma quadrinha popular portuguesa citada por Gonçalves Viana (Palestras Filológicas):

Vai-te "papão", vai-te embora
de cima dêsse telhado,
deixa dormir o menino
um soninho descansado.

Diz uma quadrinha mineira, visivelmente aparentada com a precedente:

Olha o "negro velho"
em cima do telhado.
Ele está dizendo,
quer o menino assado.

Outra ainda mais próxima da portuguesa, e também de Minas (citada como a primeira por Lindolfo Gomes):

Vai-te, "Côca", sai d'aqui
para cima do telhado:
deixa dormir o menino
o seu sono sossegado.

Vê-se dêsse exemplo que em Minas se diz "côca". As formas portuguesas são "côca" e "côco". Na procissão de Passos, em Portimão, havia um indivíduo vestido de túnica cinzenta e coberto com um capuz, a quem chamavam "côca" (Leite de Vasconcelos, segundo Lindolfo Gomes). A essa figura correspondia nas antigas procissões do Entérro, em Minas (L. Gomes), e na dos Passos, em S. Paulo, o "farricôco". Lê-se no "S. Paulo Antigo": "Adiante dessa soleníssima procissão era costume, parece que até o ano de 1856, ir o pregoeiro, chamado Farricôco ou a Morte — vestido de uma camisola de pano de côr preta, tendo

na cabeça um capuz do mesmo pano, que lhe cobria o rosto, com dois buracos nos olhos, e lhe cala sôbre o peito... sendo que as crianças, ao avistarem êsse feio personagem, ficavam apavoradas, pois umas choravam e outras tapavam com as mãos os seus olhos". Em Espanha há "coca", serpente de papelão que, na Galiza e outras províncias, sai no dia de "Corpus Christi"; ha também "mala cuca", malicioso, de má índole. G. Viana (Pal.) refere-se ainda a uma palavra castelhana, "côco", entidade fantástica, que se julga habituada a devorar crianças humanas, como o "papão". A sinonímia entre "papão" e "côco" ou "côca", está estabelecida no seguinte distico das "Orações académicas" de frei Simão, citado por G. Viana:

O melhor poeta um "côco",
o melhor vate um "papão".

"Côco" encontra-se ainda em Gil Vicente, no "Auto da Barca do Purgatorio", onde parece indicar o diabo:

Mãe, o "côco" está ali.

Braz da Costa Rubim parece que dava a "côco" a significação geral de entidade fantástica; definindo "bitu", chama-lhe — "côco para meter medo às crianças", e define idênticamente "boltatá".

No trecho acima transcrito daquela obra vêem-se os dois primeiros versos de uma cantiga de ninar ("acalanto" — diz-se no Norte). São eles:

Durma, meu benzinho,
que a cuca j'el vem.

Os versos restantes, muito comuns em S. Paulo são os seguintes:

Papai foi na roça,
mamãe logo vem.

Ha outras quadrinhas em que a cuca aparece, como por exemplo:

Dorme, nenê,
que a cuca vem pegá.
Papai foi na roça,
mamãe volta já.

Numa variante, o último verso é substituído por este: "Mãe no cafesá".

22. Como se esses fabulosos perseguidores, em cuja existência ainda ha muito quem acredite, não bastassem para inundar de terror a almazinha de nossos patricios de palmo e meio, contam estes ainda com vários outros inimigos não menos rancorosos que os precedentes. Afirmam, por exemplo, os caipiras que os turcos comem crianças. Turcos são chamados geralmente, no interior, os mascates estrangeiros, sem que se cogite muito da sua nacionalidade. As ciganas e principalmente as ciganas loucas participam com os turcos da pouco invejável fama de devoradores de crianças (1).

A gente miúda tem, ou pelo menos tinha um terror sagrado das ciganas que vão de porta em porta dizendo a buena dicha. Isso se explica como também o fato das crianças recearem os soldados, pelo costume que têm as mães de incutir propositadamente esse medo nos meninos, para que não queiram brincar na rua.

23. Vê-se, pois, que além dos inimigos mitológicos tem a criança que se defender dos humanos. E o mais curioso é que entre estes últimos deve ela recear aqueles mesmos que admiram ou invejam sua beleza e saúde. E isso, porque uma criança gorda, forte, bonita, respirando saúde, pode tornar-se, de um dia para outro, magra, feia, triste e doente. Diante de um caso desses, pergunta-se espantado:

— Que teria provocado tão extraordinária mudança?

Os pais explicam desolados: — Foi quebranto — que puseram nela...

Coisa terrível, o quebranto! Basta que uma pessoa deseje de ter um filho gordo e bonito olhe para uma criança nessas condições e sinta-se intimamente triste por não lhe ter sido concedida tal felicidade, para que dentro em pouco o menino invejado feneça e se desfigure. É por esse motivo que muitos pais não ficam satisfeitos ao ouvir grandes elogios à beleza dos seus rebentos.

(1) "O Saci-Pereré" — Resultado de um inquérito — S. Paulo, 19 — Depoimento do sr. J. Ayres, p. 249.

Creio que essa superstição é conhecida em todo o Brasil, mas a pobreza de nossa bibliografia folclórica não me permite afirmá-lo. Em Pernambuco ela é corrente (1).

Para evitar o quebranto coloca-se uma figa ao pescoço das criancinhas.

Na antiguidade clássica já se temiam os funestos efeitos do mau olhar.

Diz o folclorista italiano G. Franceschi: "Gregos e romanos acreditaram piamente no fascínio, e Demócrito em vão andou procurando as origens de tal crença "assaz difusa, principalmente entre os mediterrâneos", ao passo que Aristóteles não julgou inverossimil que o influxo irradiante do olhar de algumas pessoas pudesse provocar funesta perturbação no corpo e na mente dos fascinados (2)".

Segundo o mesmo autor, os etruscos usavam a figa, que ele descreve como "uma mão fechada, com o polegar colocado entre o indicador e o médio, tal qual como aquelas atualmente em uso na Itália e na Espanha para os lactantes" (3). — Os hindus "não gostam de ser vistos quando comem, nem de verem os seus filhos olhados ou louvados" (4). A crença no mau olhar foi registada ainda entre os sicilianos (5); os ingleses (6), os indígenas chibchas de Terra Firme (Venezuela e Colômbia) e entre o povoinho das cidades do Ocidente da Venezuela (7).

Assinalo a existência dessa superstição entre os povos acima citados, a título de mera curiosidade, pois a referida crendice é indubitavelmente universal.

24. Há uma cantiga paulista que, se não me engano, começa com os seguintes versos:

Sapo cururu,
de ao pé do murundu...

(parece dizer-se também: "da beira do rio")

(1) Per. da Costa, Folk-Lore Pernambucano, p. 104.

(2) G. Franceschi, Superstizione, Milão, 1914, p. 30.

(3) Idem, idem, p. 33.

(4) Id., ibidem, p. 163.

(5) P. Pitré, Usi e costumi, credenze e pregiudizi del popolo siciliano, Palermo, 1889, II, pgs. 177-179 apud Sébillot, El paganismo contemporaneo, p. 59.

(6) G. Franceschi, op. cit., p. 163.

(7) Julio C. Salas, Etnologia e historia de Tierra Firme, Madrid, s. d., p. 153.

Não me recordo dos versos subsequentes. Existe, porem, uma variante mineira dessa cantiga, citada pelo sr. Felício dos Santos (1), em nota ao livro "A Tribo dos Bororós", do Pe. Colbacchini, traduzido por esse patricio. Diz a referida variante:

Bacururu
lá de ao pé do murundu,
vem buscar menino
que não quer dormir.

Bacururu pode ser uma corruptela de sapo cururu, mas não é impossível que se trate de uma palavra indigena, como sugere o sr. Felício dos Santos. De qualquer maneira é um ente mitológico, criado para meter medo às crianças desobedientes.

25. Para encerrar esta série de desafetos dos petizes é preciso falar ainda de um tal dedo mindinho, grande intrometido e mexeriqueiro que se encarrega de contar aos mais velhos tudo quanto fazem os meninos. Um vaso quebrado, um doce comido fora de horas e às escondidas, uma nota má na escola — tudo o terrível dedo mindinho sabe imediatamente; de tudo está ao par, e tudo transmite, sem perda de tempo, à mamãe ou ao papai. A's crianças pequeninas esse intrigantezinho de marca causa mais receio que todas as cucas, papões, lobishomens e sacis juntos. Porque, sempre que o dedo mindinho fala, as palmadas ressoam.

Na França as mamãs apelam para esse mesmo sistema de intimidação, e não só na França como também entre os índios Tetons, da América do Norte (2). Na Espanha, além do dedo mindinho, há um "pajarito" que se dedica a armar essa espécie de enredos (3).

26. Para se defender de tão variados e assustadores inimigos, não têm as crianças outro protetor sobrenatural que o seu anjo da guarda, com quem muitas vezes sonham. Infante que dorme a sorrir é porque sonha com o seu alado protetor.

(1) Pe. Colbacchini, A tribo dos Bororós, Rio de Janeiro, 1919 — Nota do tradutor, pgs. 113-114.

(2) Sébillot, Le Folk-Lore, p. 219 — Na parte referente aos índios Tetons, louvou-se esse autor no trabalho de Dorsey: A study of Sioux cults II c. rapport., S. I, Washington, 1854.

(3) C. Rozán, Locuciones, proverbios, dichos y frases, etc. — Trad. e adaptac. do francês, por Luis de Terán, Madrid, s/d., p. 76.

27. f) CRESCIMENTO DA CRIANÇA — Não se deve passar por cima de uma criança porque isso faz com que o crescimento da mesma estacione (1). Entre os meninos quando um passa ou pula por cima do outro, costumam dizer, em tom de pilhéria: "Não crescerás durante tantos anos"... Muitas vêzes o pulado leva a coisa a sério e, então, para que ele se acalme e não receie mais ficar para o resto da vida com estatura de garoto, é preciso que o autor da brincadeira torne a pular e, desta vez em sentido contrário.

No Ceará, conta Leonardo Mota, dá-se o seguinte conselho aos pequenos: "Meu santo, não deixe ninguém passar a perna por cima de sua cabeça, não, que isso faz mal: faz a gente não crescer e ficar batoré..." (2).

A mesma crença existe em Portugal, onde é também conhecida a maneira de se desfazer o encantamento (3). Sébillot refere ter sido corrente em França, no século XV, esse procedimento mágico e acrescenta que "ainda hoje ele é praticado por brincadeira, havendo, também, pessoas que o empregam a sério, os rapazes especialmente. Conta-se entre os atos ilícitos em vários países, onde se diz comumente que impede o crescimento de quem tenha sido objeto d'ele. Os que infringem a proibição ajuntam às vezes à pernada uma fórmula em que expressam seus desejos: em Montferrat a vítima não deve crescer em 100 anos (4). Nas proximidades de Roma diz-se que "nun bisogna fás-sell passá fra le gamme; si nó artrimenti cureno é risico de nun cresce de statura" (5). Em Madagascar ninguém deve passar sobre aqueles que estão deitados, ou sobre seus pés (6).

28. Aos três anos de idade, as crianças têm exatamente metade da altura que terão quando adultas.

g) A FALA — 29. Como já vimos no primeiro capítulo d'este trabalho, as crianças devem tomar uma colherada da água em que se banharam pela primeira vez, a fim de que se tornem loquazes dentro de pouco tempo.

(1) L. de Oliveira, o. c., p. 32.

(2) Leonardo Mota, *Violeiros do Norte*, p. 218.

(3) L. de Vasconcellos, o. c., pgs. 210 e 280.

(4) Sébillot, cit. Grimm, in — *El Paganismo Contemporaneo*, p. 87.

(5) G. Zanazzo, *Usi, costumi e pregiudizi del popolo di Roma*, p. 45.

(6) Gennep, *Tabou et totémisme à Madásgascar*, Paris, 1904 — apud Sébillot, *Le Folk-Lore*, p. 326.

30. É indicado também como excelente meio de se alcançar o mesmo resultado, o dar de comer às crianças "línguas de pássaros palradores, como chãs-chãs, papagaios, periquitos, gralhas, etc." (1).

31. Agora, é um perigo mostrar criança ao espelho antes que ela comece a balbuciar os primeiros nomes: isto atrasa a fala.

As crianças portuguesas, ou pelo menos as crianças do Minho, também não podem olhar para espelhos antes de começar a falar porque se o fizessem ficariam mudas (2).

h) CURIOSIDADE INFANTIL — 32. Um dos primeiros problemas que preocupam a mente das crianças é o de como vieram elas t r a êste mundo de Cristo. A curiosidade não lhes permite delongas no esclarecimento de questão de tanta importância, e, assim sendo, os pequenos apelam para os pais em cuja sabedoria depositam aquela f  que move as montanhas. Postos no dilema de responder mentindo, ou de não responder, destruindo, dest'arte, a confiança dos filhos em seus conhecimentos enciclopédicos, os pais preferem transigir com o amor   verdade e dão uma explica o fantasiosa aos inocentes perguntadores.

Essas respostas são pouco variadas e quási sempre as mesmas, tanto no Brasil como na Europa, na Ásia e talvez no resto do mundo. Em nossa terra conta-se  s crianças que elas nasceram no meio das rosas ou de quaisquer outras flores.  s vêzes, para  borrec -las, há quem lhes diga que nasceram num p  de couve.

Os pais inglêses, franc ses, italianos, alemães, chin ses e outros que se v em nas mesmas aperturas em face das perguntas indiscretas dos seus v stagos, dão respostas exatamente iguais às nossas (3). Na teogonia hindu, as flores de lótus representam um papel importante (4).

Os selvagens   que não andam a inventar caraminholas para emba car os seus filhos. Segundo afirma Sébillot, as explicações d esse g nero só foram encontradas entre indígenas já meio civilizados (5).

Há ainda uma resposta muito usada, não só no Brasil como em vários outros países (6): as crianças foram compradas pelos

(1) L. de Oliveira, o. c., p. 32.

(2) L. de Vasconcellos, o. c., p. 305.

(3) A. de Gubernatis, *Storia comparata degli usi natalizi in Italia*, pgs. 10-11.

(4) Id. *ibid.*

(5) Sébillot, *Le Folk-Lore*, p. 215.

(6) *Rev. das trad. pop.* — IX, 102 — apud. Sébillot, *Le Folk-Lore*, p. 216.

país em determinados lugares, o mais das vezes grandes cidades europeas.

1) **DENTIÇÃO — 33.** Quando, aos seis ou sete anos de idade, começam as crianças a mudar de dentes, costumam elas jogar o primeiro dente de leite, que lhes cai, para cima de um telhado, dizendo: "Andorinha, andorinha, leval meu dente, trazei-me outro".

Não creio que existam em S. Paulo, muitas fórmulas além dessa. Na capital, nunca ouvi outra, e ela existe, sem a mínima alteração, no interior do Estado (1), onde também é conhecida a seguinte versão:

Andorinha, ó andorinha,
leval esse meu dentinho,
trazei-me outro bem alvinho (2).

Em Pernambuco é conhecida a fórmula:

Mourão, mourão,
toma teu dente pódre,
dá cá o meu são (3).

No Pará as crianças também atiram os dentes de leite para cima dos telhados, mas não sei se pedem de alguma maneira particular o nascimento de novos dentes. Sant'Anna Nery, que registou a superstição naquele Estado, não se refere a nenhuma fórmula (4). Em Portugal há várias, mas em nada semelhante às nossas. A credence existe, porém, e portanto já sabemos de quem a herdamos (5). Na Espanha a abusão também é comum, e existem fórmulas que não conheço (6). As crianças italianas dizem ao jogar o dente de leite:

Muro, muro novo,
ti do um dentino vecchio:
fammene venire uno buono! (7)

(1) "Pinchá o dente de leite de uma criança in riba do telado, dizendo: "andurinha, andurinha, leval meu dente, trazei-me ôtro", fals nascê dente." — Cornelio Pires, *Conversas ao pé do fogo*, p. 160.

(2) L. de Oliveira, *op. cit.*, p. 33.

(3) P. da Costa, *op. cit.*, p. 103.

(4) Sant'Anna Nery, *Folk-Lore Brésillen*, Paris, 1889, p. 60.

(5) L. de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 205.

(6) Sébillot, *El Paganismo contemporaneo*, p. 92.

(7) C. Giannini, *Canti popolari toscani*, Florença, 1921, p. 61, n. 12.

Na Europa essa superstição deve estar muito difundida e, provavelmente, não haverá país que a desconheça. Fica-se com essa impressão ao saber da existencia dela em países às vezes distantes entre si como, além dos já citados, a Suíça, a Inglaterra e a Suécia (1).

j) **BRINCAR COM FOGO — 34.** As crianças até 9 ou 10 anos, mais ou menos, costumam urinar quando dormem. Não sei que relação se descobriu entre esse fato e o perigoso costume que têm os pequenos de brincar com fogo, para condicionar e primeiro ao segundo. O caso é que os pais ou as amas, sobretudo no interior do Estado, ao verem os meninos às voltas com caixas de fósforos acendendo fogueiras, dizem logo:

— Deixem disso, meninos! Não brinquem com fogo, que vocês urinam na cama.

Atualmente diz-se isso às crianças para evitar que elas se queimem ao acender as fogueiras, mas a abuso ter-se-á originado desse mesmo receio, ou terá tido outro nascedouro e outra finalidade? Infelizmente no estado em que se encontram hoje as superstições desse género é extremamente difficil, ou mesmo impossivel averiguar a sua formação. Limitemo-nos, pois, a acrescentar que o mesmo prejuizo existe em Portugal (2), na Espanha (3), na França (4) e na Itália (5).

k) **DOENÇAS DA INFANCIA — 35.** Para quem sabe o quanto é rica a medicina popular paulista, para quem conhece a infinidade de remédios usados pela gente dos nossos campos para tudo quanto é doença, inclusive as da infância, parecerá ridicula e mesquinha a contribuição que ora trago ao estudo dessa parte do nosso folclore. Na realidade hesitei bastante em publicar a parte final deste capítulo, que sou o primeiro a achar extremamente magro. Duas considerações levaram-se, porem, a dominar a hesitação e a publicá-la com todo o seu raquitismo.

A primeira dessas considerações foi a de que o folclore supersticioso paulista está por assim dizer, virgem como uma floresta do Amazonas, e nessas condições, qualquer contribuição, por mais modesta que seja, deve ser bem recebida. A segunda conside-

(1) "Na Suíça, na Grã-Bretanha, na Suecia e nos Abruzos, arrojam-se os dentes de leite ao fogo e pede-se-lhe que os devolva e faça nascer bem direito". — Sébillot, *El Paganismo contemporaneo*, p. 82.

(2) L. de Vasconcellos, o. c., p. 35.

(3) A. Guichot y Serra, *Supersticiones populares recogidas en Andalucia*, p. 90 — apud Sébillot, *Le Folk-Lore*, p. 218.

(4) Sébillot, o. c. p. 218.

(5) G. Zanazzo, o. c., p. 255.

ração, e a mais importante, resume-se em que este trabalho não pôde ser diminuído por coisa nenhuma, pois já sai das mãos de seu autor de maneira a muito pouco, ou nada, se aproveitar dele.

Vejamos pois as superstições medicinais, a primeira das quais, por sinal, não foi registada por mim, mas por Monteiro Lobato:

“O específico da brotoeja consiste em cozimento de belço de pote para lavagem (razão de só se encontrarem potes esbeijados). Ainda há aqui um pormenor de monta: é preciso que antes de usar o banho a mãe do doente molhe na agua a ponta da sua trança. As brotoejas saram como por encanto” (1).

36. Lombrigueiro (vermifugo) só se dá às crianças em mês cujo nome não conta a letra R entre as que o formam. O vermifugo mais usado são sementes de abóbora. Mas isto não é superstição, é ótimo remédio.

37. Criança com soluço incomoda os outros, principalmente durante a noite, e quando a perturbação se prolonga os pais enchem-se de medo. Para que cessem os soluços, deve-se colocar uma folhinha verde atrás da orelha do pequerrucho, ou então pregar um fiapo de cobertor na testa dele. Há quem afirme que o cobertor precisa ser vermelho.

Este segundo remédio vi-o aplicado, também, no Rio de Janeiro, a uma criança que soluçava. Com grande desapontamento da mãe do nenê, o mal não passou.

38. Receita para tirar um argueiro dos olhos: Fecha-se o olho são e vai-se imprimindo com o dedo indicador um movimento rotativo à palpebra do mesmo, dizendo contemporaneamente:

Santa Luzia passou por aqui,
no seu cavallinho comendo capim;
perna de banco,
nariz de cupim
(ou de funil, funil)

O argueiro não demorava a sair do olho.

Há ainda uma fórmula que nunca ouvi aqui em S. Paulo, mas que um amigo disse-me ser corrente em Santos:

Santa Luzia passou por aqui,
em seu cavallinho comendo capim,
Sangue de Cristo caiu nos meus olhos,
não me fez mal.

(1) M. Lobato, Urupês, Col. Brazilia, pg. 79.

No primeiro dos ensalmos teve-se a preocupação da rima, mas também foi o único cuidado que se teve. A quadra, tal como está, é perfeitamente idiota e fica-se na dúvida sobre se a "perna de banco" e "o nariz de cupim" eram de Santa Luzia ou do seu cavalinho de saudosa memória. A segunda quadra (?), onde não houve a preocupação da rima, é composta de elementos disparatados; pertencentes, ao que parece, a dois ensalmos diversos.

Pode-se admitir, também, a hipótese do ensalmo a Santa Luzia ter primitivamente constado de várias trovas que foram sendo esquecidas ou deturpadas com o andar dos anos, restando afinal em nossos dias apenas alguns versos espalhados por esses Brasis afóra. Aceita essa hipótese — aliás extremamente discutível — a seguinte trova do folclore pernambucano pertenceria a esse ensalmo:

Corre, corre cavaleiro,
pela porta de S. Pedro,
e disse a Santa Luzia
que me mande seu lençinho
para tirar-me este argueiro (1).

Uma senhora paulista reativou-me a memória, fazendo-me lembrar dos dois primeiros versos de um ensalmo semelhante a esse e muito conhecido em S. Paulo:

Corre, corre cavaleiro,
pela porta do carneiro...

Gostaria de conhecer os versos restantes, mas não ousou esperar que alguém se dê ao trabalho, já não digo de me escrever algo a respeito, mas mesmo de ler estas linhas, aliás muito mal traçadas...

Registo o ensalmo de Santa Luzia entre as superstições relativas à infância, porque só as crianças ainda o recitam e acreditam na sua eficácia.

Como fêcho deste capítulo, direi que Santa Luzia também é na Itália a padroeira contra todos os males dos olhos (2).

(1) P. da Costa, op. cit., p. 218.

(2) G. Zanazzo, op. cit., p. 81.

III

1) **EXPERIÊNCIAS DE AMOR — 39.** Neste nosso já longo e demorado excursão pela superstição paulista vimos acompanhando — eu e os leitores que acaso haja angariado — a vida de uma criatura imaginária, desde o seu feliz nascimento — feliz porque foram observados minuciosamente os ditames da medicina popular para o caso — até os alhores de sua juventude, vendo como se livrou a criança dos mais extraordinários perigos, das mais variadas doenças e dos mais encarniçados e sobrenaturais inimigos.

Agora, a nossa criatura já é um rapaz requestado pelas meninas, uma vez que tendo passado incólume pelos supra-referidos perigos goza de perfeita saúde e imaginamos seja dotado de alguma beleza. Nessas condições é justo que o rapaz tenha muitos amores, e é natural, também, que em certas namoradas não deposite plena confiança. Como verificar se o seu amor é correspondido? As duas maneiras mais comuns de se tirar isso a limpo são as seguintes:

a) Colha-se uma flor chamada “amor dos homens”, cuja corola é formada por tenuíssimos “pompons”, e sobre-se sobre ela. Se permanecerem alguns fios do arminho fica-se sabendo que a amizade não é correspondida; se não ficar nenhum é porque o é.

Essa experiência não é tão brasileira como muita gente supõe. Na França sopra-se sobre o amargão para saber quantos anos faltam para casar (1). Embora os objectivos sejam diferentes, a experiência é a mesma.

b) Mais conhecido que o anterior, mas ainda menos brasileiro que ele, é o costume de arrancar as pétalas de determinadas flôres, o malmequer por exemplo, dizendo a cada pétala arrancada: “sim, não; sim, não...” A última dá a resposta.

Na Itália as jovens enamoradas fazem o mesmo. É o que afirmam G. Franceschi (2); Pitré, para a Sicília (3), e G. Zanzano, para Roma (4). Os franceses também usam esse meio prático de conhecer os sentimentos de outrem (5).

(1) Sébillot, *El Paganismo Contemporaneo*, p. 115.

(2) *Superstizione*, p. 58.

(3) *Curiosità di usi popolari*, p. 118.

(4) *Usi, costumi e pregiudizi del popolo di Roma*, p. 130.

(5) Sébillot, *o. c.*, n. 115.

m) **ARRUFOS DE NAMORADOS — 40.** De posse da certeza de que é amado ou de que não o é, o nosso rapaz toma a decisão competente. No segundo caso rompe com a namorada. Muitas vezes esta era apenas leviana; gostava do moço, mas tinha outros amores. O malmequer, porém, não falha: dá logo na cabeça, para usar uma expressão que todo o mundo emprega quando conversa, mas poucos têm coragem de escrever. A rapariga, vendo-se abandonada pelo namorado sente-se arrependida e chora de saudades. É então que aparece o saci, numa atribuição que ninguém suporia fosse ele capaz de se arrogar. É que o diabinho, embora não pareça, tem bom coração e deixa, por momentos, as suas estrepolias para encarregar-se de obter a reconciliação de amantes. Quando o namorado ouve o saci assobiar fica sabendo que a menina está triste, chorando amargamente (1). Não é difícil, nesse caso, que o arrufo desapareça e o amor renasça.

n) **COMO CONHECER O FUTURO MARIDO — 41.** Quando as moças têm muitos apaixonados e não se resolvem por nenhum dêles, esperam a véspera de S. João e, exatamente à meia-noite, vão olhar na água de um rio, lago ou açude, onde, acreditam, estará refletido o rosto daquele com quem se casarão. — No Norte do Brasil (2) a experiencia é feita com um copo d'agua.

As raparigas da Andaluzia fazem o mesmo e as dos Pirineus coisa mais ou menos semelhante (3).

42. Há outra maneira de vir a conhecer o futuro marido. É menos fácil que a anterior, mas de resultados muito seguros. Consiste essa experiência no seguinte: no dia de S. João deve a jovem guardar um bocado de todo alimento que tomar nas diversas refeições, arrançando, assim um pratinho que é posto sobre uma mesa. Indo deitar-se, sonhará a moça com o homem com quem um dia se deverá unir pelo matrimônio. E verá distintamente o rosto do rapaz, de maneira a reconhecê-lo, mais tarde, no seu prometido.

43. Uma vez divisado o rosto do futuro marido, se é o de alguém das relações da moçólla, o nome "ipso facto" será conhecido. Em caso contrário há uma maneira fácil de saber o apelido do mesmo: no dia de S. João ao dar esmola ao primeiro

(1) Inquer. sobre o Saci, depoimento do sr. M. Lopes, p. 103.

(2) G. Barroso, O sertão e o mundo, p. 90.

(3) Sébillot, o. c. p. 126.

pobre que apareça, deve a curiosa jovem indagar do nome do mendigo. Como se chamar o pobre, assim se chamará o espôso da moça.

No Norte, o óbulo deve ser de um vintém que esteve mergulhado nas cinzas da fogueira da véspera (1). — “Na Alemanha, a jovem devia estender diante da porta um fio fiado pela primeira vez por ela e perguntar ao primeiro homem que passasse o seu nome: esse seria o de seu marido” (2).

o) SANTOS CASAMENTEIROS — 44. No caso da moça começar a ficar passada, receosa de não arranjar marido agarra-se ela com Santo António ou S. Gonçalo, que são os dois grandes santos casamenteiros, venerados em todo o Brasil (3). Santo António é o mais afamado dos dois. “É curioso notar que esta fama, sendo para nós de procedência portuguesa, parece ter adquirido aqui maior extensão e vitalidade que em Portugal mesmo. Lá o santo casamenteiro por excelência é S. João, como se verifica da poesia popular e como pessoalmente o atestam escritores portugueses de hoje, entre os quais Jaime Cortesão, no seu *Cancioneiro* e Luís Chaves, no seu *Amor Português*. Nós não só conservamos como aumentamos os créditos do santo neste particular. As moças brasileiras, de sul a norte, na cidade como no campo, fazem grande consumo de “santo-antoninhos” de pau, de barro, de cêra, de chumbo, em estatuetas, em medalhas, em gravuras.

Conta Pereira da Costa que em Pernambuco, para obrigar o santo a realizar o que lhe pedem, tiram-lhe as devotas o Menino Jesus, só o restituindo depois do milagre; viram-no de cabeça para baixo, arrancam-lhe o resplendor e pregam-lhe uma moeda no lugar da tonsura; penduram-no de uma corda dentro de uma cisterna, etc. São práticas, essas, que com pouca diferença se repetem pelo país inteiro. A tais práticas, — embora ligadas a rogativas de outra natureza, — referiu-se também o padre Vieira, com benignidade não estranhável em pregador tão fértil em audácias, num outro sermão de Santo António proferido no Maranhão em 1657.

As ameaças e castigos aos santos e, em geral, às entidades sobrenaturais, pertencem a uma corrente de observâncias que se perde na noite dos tempos e vai prender-se à psique dos pri-

(1) G. Barroso, o. p. c., pgs. 90-91.

(2) Sébillot, o. c. p. 122.

(3) “Sto. António e particularmente S. Gonçalo são advogados de casamento”. — Per. da Costa, *Folclore Pernambucano*, p. 120.

mitivos. Em Minerrois (Hérault, França) até 1850, quando se fazia um casamento, as raparigas desfilavam diante da imagem de S. Sicre dando-lhe na cabeça com uma machadinha e dizendo-lhe numa fórmula rimada que a feririam com ela, se não lhes dava noivo dentro de um ano" (Sto. António, artigo publicado no "Estado de S. Paulo", em julho de 1925).

Segundo Sébillot (El Paganismo Contemporaneo), S. Brás é ameaçado no Ain; S. Vilbrock em Sorbey, outros santos em várias localidades do oeste da França; Sto. António em Portugal, na Espanha e na Itália; na Sicília castigam um santo se não faz com que termine a sêca; na Licata Sto. Ângelo é ameaçado e em Rossolini punem a S. José.

Cornélio Pires, em suas Conversas ao pé do fogo, p. 161-162, diz que para casar "é só garrá Sto. Antonho e depindurá êle pro pescoço u infia dentro do cuadô... Tá ali, tá siguro!"

E o escritor cearense Leonardo Mota: — "Moça que quizer achar casamento enterre Sto. António de cabeça para baixo" (1).

p) **A DATA DO CASAMENTO** — 45. Santo António ou S. Gonçalo raramente deixam de atender aos rogos das aflitas suplicantes, e quando estas arranjam noivo ou namorado procuram saber, no seu circulo de amigas, quem casará primeiro. E fazem isso de um modo curioso: duas jovens (os rapazes e as crianças também fazem, por vezes, essa experiência) segura cada uma numa das hastes de osso do galináceos chamado comumente "pegador" e puxam. Aquela que ficar com o pedaço maior é quem casará primeiro. — Com o pistilo do cravo realiza-se experiência semelhante.

46. Há uma coisa que determina ainda mais a data do casamento, mas essa não depende da vontade das moças: é sonhar com sací em noite de sexta-feira para sabado. Quer isso dizer que a rapariga se casará dentro de um ano (2).

q) **CAUSAS DE CELIBATO E DE CASAMENTOS COM VIÚVOS** — 47. Quando nada deu resultado e a mulher ficou solteirona, é porque comeu bico de pão algum dia. É quanto basta para não arranjar marido.

48. Quem come o último doce, bolo ou biscoito de um prato está fadado a casar com viúvo ou viúva.

O mesmo dizem de quem tem terçol e daquele a quem varreram o pé com uma vassoura.

(1) Violeiros do Norte, p. 217.

(2) Inquer. sobre o Sací, depoimento do sr. M. Lopes, p. 103.

Na Itália recomenda-se que não se varram os pés das solteiras e das viúvas para que elas não deixem de encontrar marido (1).

r) **O CASAMENTO — 49.** Marcado o dia do casamento, não devem os noivos comer mais qualquer coisa na própria panela em que o petisco foi feito, a fim de que não chova no dia do enlace.

No Ceará (2) e em Pernambuco (3) essa abusão também é conhecida.

50. Casados afinal, possui a mulher, em seu traje de noivado, um talismã proporcionador de casamento em breve prazo aos solteiros que o levarem consigo: as flôres de laranjeira da grinalda. E' por isso que após a cerimônia nupcial, são essas flôres largamente distribuídas entre os candidatos ao matrimônio.

Pereira da Costa registou o mesmo costume em Pernambuco (4). — Na França a credence também existe (5).

51. Não sei se há entre nós o hábito de lançar punhados de arroz ou de outros cereais sôbre os noivos, terminado o casamento. Supeito que sim, mas ainda não deparei com referência nenhuma a ele em autores paulistas, nem o vi praticado em nenhum casamento.

s) **AMORES ILÍCITOS — 52.** Já que falamos de amor neste capítulo, para terminá-lo dediquemos algumas linhas a "esse outro amor que nos perverte e engana". Eis o que diz, a respeito, Leôncio de Oliveira: "Mulher que avilta o leito, transformando-o em latibulo, no qual recebe o padrinho de seu filho, não só ela, também o amante, se transmudam em fachos de fogo; correm por cima da casa em que moraram, quando vivos, caminham um para o outro, e no encontro, chocam-se e chispam fagulhas rútilas, perseguindo os notivagos, transeúntes para lhes roubar a vida" (6).

53. Entre as superstições e lendas sobre amores ilícitos nenhuma se destaca mais que a da mula-sem-cabeça. "Concubinas de clérigos — diz o folclorista acima citado — transformam-se em "mulas sem cabeça". Quem tiver a desdita de encontrá-las, ouvindo-lhes o silvo tétrico e estridente, deve ocultar as unhas que para elas têm extraordinário brilho, que as atrái (7).

(1) G. Zanazzo, o. c., p. 137.

(2) Leonardo Mota, o. c., p. 227.

(3) Per. da Costa, o. c., p. 120.

(4) Per. da Costa, o. c. p. 120.

(5) Sébillot, *Le Folk-Lore*, p. 243.

(6) Vida Roceira, p. 19.

(7) Id., p. 20.

Em certas regiões do país o nome dado às amantes de padres é outro: *burra de padre*. Gustavo Barroso declara ser esse apelido mais generalizado no interior do Ceará que o de *mula-sem-cabeça* (1). O autor de *Terra de Sol* lembra, a seguir, que há uma tendência universal para dar nomes de animais às mulheres da vida e sugere também que "talvez até venha esse apelido (o de *mula-sem-cabeça*) de serem as mulas de quatro pés montarias especialmente preferidas pelos clérigos e as primeiras que lhes foi dado obter" (2), o que é muito plausível.

A lenda da *mula-sem-cabeça* não é apenas brasileira. J. B. Ambrosetti recolheu-a na zona de Missões: "Naquela região existe também a lenda da "*mula anima*", que é de origem espanhola, mas batizada em guaraní com o nome de *Tatá hujá*; também se fala na "*mulher de cura abandonada por este*", que se apresenta igualmente em fôrma de mula, que anda de noite deitando fogo pelos olhos mascando o freio e produzindo grandes rumotes, como que espanta os outros animais (3).

IV

t) **ALIMENTAÇÃO** — 54. Criança que derruba um raco de pão ao solo, apanha-o logo e beija-o. Quando pequenos, eu e meus amigos fazíamos isso, e com que escrupulosa exatidão! Não me lembro de nunca, naqueles tempos, ter deixado de apanhar o tiquinho de pão, de limpá-lo cuidadosamente e de levá-lo aos lábios. E isso porque me haviam dito que quem tal não fizesse se arriscava a vir, um dia, a ficar sem nem um pouco do indispensável alimento para mitigar a fome. Ignoro se as crianças paulistas ainda conservam essa crendice, que é de origem portuguesa (4). Ha dez ou doze anos atrás ela era observada à regra, mesmo na capital do Estado. — Além de Portugal depara-se com essa superstição na Itália, onde a colheu G. Zanazzo (5).

55. Derrubar vinho na mesa é sinal de sorte. — O mesmo se diz em Portugal (6), na Itália (7) e na Espanha (8).

(1) O sertão e o mundo, p. 181 e segs.

(2) O sertão e o mundo, p. 181 e segs.

(3) J. B. Ambrosetti, *Supersticiones y Leyendas*, p. 54.

(4) L. de Vasc., *Trad. popul. de Port.*, p. 311, nota 297. — Cornélio Pires diz, no seu "*Conversas ao pé do Fogo*" p. 161: "*Pinchá fora pão, trais miséria e ergué o que cae n'um se deve: é das arina.*"

(5) *Usi, credenze e pregiudizi del popolo di Roma*, p. 227.

(6) L. Chaves, *O Amor português*, p. 133.

(7) Zanazzo, *o. c.*, p. 233; G. Franceschi, *Superstizione*, p. 206.

(8) Sébillot, *cit. Guichot y Serra — Le Folk-Lore*, p. 292.

56. Já a queda de sal na mesa é de mau agouro. — Na Itália diz-se: "se ci rovescia il sale — aspettati male", e o folclorista G. Franceschi (1) acha que se trata de uma superstição originária, talvez do "antigo costume de cobrir de sal os campos malditos ou as cidades vencidas e destruídas", o que não me parece provável. Acrescenta o mesmo autor que "na cela de Leonardo da Vinci, Judas está no ato de derrubar o saleiro — reunindo, assim, as duas superstições, isto é, aquela do 13 à mesa e a outra do sal. Segundo sir Thomas Brown, — continua G. Franceschi — "o derrubar sal não era entre os antigos um prognóstico geral de futuras desgraças, mas um preságio particular, relativo à ruptura da amizade" e isso porque o sal, como símbolo da amizade, era oferecido, antes de qualquer outra coisa, aos hóspedes, e ainda hoje é, em algumas cidades, ofertado, em sinal de homenagem, aos monarcas. Strafforello nota: "a presença do sal sobre a mesa santificava a refeição; quindi la cela del sal era venerada pelos romanos, os quais transmitiram sua veneração aos tempos feudais. Por isso, da mesma maneira que deixar cair algum dos instrumentos (do sacrifício) era considerado um mau agouro, parece provável que o mesmo sentimento prevalecesse no caso do sal. Cada movimento subitâneo da vítima, diante do altar, incutia terror, provavelmente pela razão de que, com isso, o sal caía espalhado sobre sua cabeça". (G. Franceschi, *Superstizione*, Manual Hoepli, Milão, 1914) — Conta Sébillot (2) que "nas Ardennes o saleiro virado presagia uma próxima disputa com um amigo; em muitos países essa circunstância é olhada como podendo causar infelicidade". Entre esses países está Portugal (3).

57. O queijo tem, para o povo, a estranha propriedade de enfraquecer a memória do que o comem. Lindolfo Gomes (4) colheu, em Minas, o modismo: "Esqueci... — Quem esquece come queijo", e na Nova Floresta do padre Manuel Bernardes, tocou com o seguinte trecho: "Há também memória artificial, da qual uma parte consiste na abstinência de comeres nocivos, a esta faculdade, como laticínios, carnes salgadas, etc." (2.º tomo, tit. V, p. 238, edic. Chardron) — João Ribeiro (5), que também tratou do assunto, cita mais o seguinte, de don Francisco Manuel de Melo:

(1) *Superstizione*, pgs. 205-206.

(2) *Le Folk-Lore*, p. 292.

(3) L. Chaves, *O amor português*, p. 133.

(4) *Nihil Novi*, p. 220, nota 4.

(5) *Frases feitas*, 1.ª série, pgs. 236-237.

"Sempre ouvi por regra aceita
De Galeno que aja glória,
Que tira o queijo a memória
A toda gente direita."

(Obras métricas, decima XXVI)

"Quem promete não repousa
Quando de dar tem desejo;
Venha e não vos faça ó queijo
Esquecer de ess'outra cousa".

(Epigrama 83).

Conjetura o ilustre gramático que tenha havido "confusão entre uma forma antiga quezo, ou cazo e quezo, queijo, esta derivada de caseum como se sabe, e a outra derivada de catium de cattum que produziu no italiano cazzo (palavra obscena) gato e no português e espanhol caço ou quezo. Assim, comer queijo seria equivalente a comer gato e outra credice também espalhada na Europa é que quem come gato ou miolos de gato, enlouquece ou perde o juízo". — Pergunta ainda J. Ribeiro se "entraria na formação da credice o influxo verbal de escaecer, es-quecer". Até hoje não sei de gramático que lhe respondesse, e eu que não sou gramático, muito menos poderel resolver esse problemazinho.

58. Cebola e pimenta produzem imbecilidade em que os come (1).

59. No primeiro artigo desta série e sob o número 3, referi-me à abusão que aconselha as mulheres a não comerem frutos duplos para que não venham a ter filhos gêmeos. Recordo aqui esse prejuízo, uma vez que tratamos de alimentos.

60. Ao falar, mais acima, n. 56, na superstição do sal derubado, citei uma passagem de G. Franceschi, que se refere à credice dos 13 à mesa, muito difundida entre nós. Sébillot, o folclorista francês a que, volta e meia, me refiro, assinala que, "segundo uma superstição comum na Europa cristã e partilhada mesmo pelos mais civilizados, evita-se ser treze à mesa, porque um dos convivas deve morrer no mesmo ano" (2). É, como se vê, exatamente a nossa credice (3), que aliás tem origens remotas. Ouçamos a esse respeito o etnógrafo italiano Di Cesaró: "Acredita-se comumente que o preságio de desgraça que a su-

(1) Comunicação do sr. Seb. A. Oliveira, de Tanabi.

(2) Sébillot, o. c., p. 292.

(3) A antipatia pelo 13 existe em Portugal, também. "O dia 13 desafia todas as desgraças", diz L. Chaves, "O amor português", p. 76.

perstição popular liga ao treze seja devido à última cela de Cristo e dos seus doze apóstolos. Na própria *Ilíada*, quando os gregos fazem uma expedição noturna ao campo dos troianos e penetram nos repartidos dos trácios, matam doze e em décimo terceiro lugar ammazzano Reso, o seu rei, isto é, o símbolo da sua totalidade; do mesmo modo se Cristo se encontrou na cela com doze apóstolos isto se deve appunto ao significado dos treze, porque elle resumia a virtude dos doze, era o sol entre os doze signos do zodiaco" (1). Entre os romanos, conta G. Franceschi (2), não se sentava à mesa um número ímpar de pessoas. "Nós entre os numerosos ímpares — diz aquele autor — não consideramos como desgraçado mais que o 13. Ainda nisto, portanto, fizemos um notável progresso". Em Turim, segundo esse mesmo folclorista (3), "a poltrona n. 13 (dos teatros) é difficilmente occupada, não ha carro de praça com tal número e, em Londres uma senhora, depois de ter pedido, inútilmente, à prefeitura para mudar-lhe o número da casa de 13 para 12-bis, foi obrigada a fechá-la porque ninguém queria alugá-la". Na França essa superstição também existe (4). É tão conhecida essa crendice, que a enciclopédia espanhola *Espasa* dedicou-lhe as seguintes linhas: "O número treze é objecto de uma vulgar superstição, cren-do alguns que traz desgraça, por exemplo, o serem treze os comensais em uma mesma mesa, o caber a uma pessoa este numero numa série, etc. Há quem suponha que a fatalidade do número treze se radica no pérfido Judas, que formava (dizem) o treze no colégio dos Apóstolos. Outros lhes dão outras origens tão arbitrarias como esta".

61. Como falamos de coisas de mesa, acrescentemos que não se deve pôr os talheres em cruz. O povo toma isso como agouro de morte. — A mesma superstição foi registrada em Portugal, por L. Chaves (5) e na França por A. van Gennep (6) e Paul Sébillot (7).

62. "À hora da refeição, derrubar talher é sinal de visita: homem se fôr garfo, mulher se fôr colher e pessoa mexeriqueira se fôr faca".

(1) G. A. Di Cesaró, II valore occulto di superstizioni, tradizioni, e fiabe popolari — citado por G. Franceschi, o. c., pgs. 61-62.

(2) Superstizione, p. 18.

(3) Idem, pgs. 199-200.

(4) Rémond e Voivenel, Le génie littéraire, Paris, 1912, p. 235: "poderíamos citar um dos maiores hotéis de Paris no qual não há um número 13 em mais de 600 quartos"...

(5) O Amor português, p. 133.

(6) Religions, mœurs et légendes, p. 48.

(7) Le Folk-Lore, pgs. 292-293.

63. E, finalmente, o povo estabelece que dinheiro não é coisa que se ponha em cima da mesa. — Por que? — Desanda a vida... — Em Portugal, também, isso pode levar a pobreza para um lar e na Sicília é sinal de traição (1).

u) **VESTIMENTAS E ACESSÓRIOS** — 64. — Vestir ceroulas pelo avesso, por acaso, é sinal de sorte. Diz-se também que livra de cachorro louco (2). — Na Irlanda acha-se que é bom sinal vestir qualquer peça de roupa pelo avesso e na Inglaterra quem não quer encontrar-se com fadas veste seu habit também pelo avesso (3).

65. Não se deve pregar novamente um botão que cai de qualquer peça de vestuário, porque dá azar.

66. Gravata de retroz atrai a má sorte para quem a usa. — O mesmo se diz no Ceará (4).

67. Pôr o chapéu em cima da cama traz "macaca" (azar).

68. Outra coisa que produz calporismo é largar sapato com a sola para cima.

69. Presente de lenço desfaz as amizades. — Essa superstição é conhecida no norte do país (5). Pereira da Costa colheu-a em Pernambuco: "Faz mal receber presente de santos, alfinetes e lenços sem retribuir ao menos com um vintém para não perder-se a amizade (6). — Em Portugal diz-se que "oferecer lenço é agouro de lágrimas" (7) e que presagia "apartamento", pois serve para dizer adeus" (8).

70. Outra coisa que pode provocar inimizade é emprestar alfinete. Quando se devolve esse objeto, deve-se cotucar com êle a pessoa que nô-lo emprestou, para evitar o rompimento das relações. — Na passagem de P. da Costa, acima citado êle nos diz que os presentes de santos, isto é, de imagens, de alfinetes e de lenços devem ser retribuídos "ao menos com um vintém, para não perder-se a amizade". Portanto a credence é conhecida em Pernambuco, embora lá não se mande cotucar a pessoa que emprestou o alfinete. — Já na Itália a superstição paulista aparece integralmente. "Quando, por exemplo, tendes necessidade de um alfinete e o pedis a um parente, a um amigo ou a quem quer que seja, pica a mão da pessoa que vô-lo der com o seu

(1) Sébillot, o. c., p. 293.

(2) C. Pires, *Conversas ao pé do fogo*, p. 160.

(3) Sébillot, o. c. pgs. 335-336.

(4) Leonardo Mota, *Viol. do Norte*, p. 224.

(5) Afr. Peixoto, *Missangas*, p. 24.

(6) Folk-Lore pernambucano, p. 113.

(7) Teófilo Braga, *O povo português*, Vol. II, p. 108.

(8) L. Chaves, o. c., p. 76.

próprio alfinete. Se assim não o fizerdes, tornar-vos-eis inimigo daquela pessoa, ou então "ce litigherete o cce pesserete quaji seri" (1). Em Portugal "não podem os noivos trocar prendas que piquem, como tesouras, alfinetes, agulhas, etc. porque elas picam o amor" (2).

71. Quando se empresta um canivete deve-se devolvê-lo aberto para não haver briga.

v) MISCELÂNEA — 72. Afrânio Peixoto registou duas superstições do Norte que eu creio existirem em S. Paulo. Não estou certo, porém, disso, e, dando-as a seguir, faço-o na esperança de receber alguma informação a esse respeito. São estas as abusões a que me refiro: a) "Um pedaço de cabelo pôsto num olho de bananeira faz crescer depressa"; b) "Não se deve cortar cabelo fora da lua, mas quando é nova porque vai crescendo com ela" (3).

73. Quem culser que lhe cresça logo a barba deve passar títica de galinha no rosto.

74. "Fazer a barba depois da comida produz congestão" (4). Essa superstição, que Afrânio Peixoto colheu no Norte do país, está muito difundida em S. Paulo.

75. Os sinais brancos nas unhas são chamados entre nós mentiras ou fortunas. Esta última denominação parece-me a mais popular e as pequenas manchas são tidas por augúrio de riquezas. — Em Pernambuco diz-se: "Pintinhas brancas nas unhas, mentiroso" (5), e no Ceará: "Mentir faz a gente ficar com as unhas pintadas de branco" (6). — João Ribeiro dedicou, em seu livro "A língua nacional" (7) as seguintes linhas a essa superstição: "Mentiras. — no Brasil chamam mentiras às manchas brancas que costumam aparecer na superfície das unhas; sempre me pareceu que tal acepção do termo fosse um modismo peculiar do nosso povo; mas não é, deve ser expressão geral, pois que a encontramos na tecnologia latina — mendacia unguium (Walter Guttman, Medizinische Terminologie); eruditamente, o nome delas é leuconiquia (leuconichia), do gr. leucos branco, e onyx, unha" (Dr. Plácido Barbosa, Dicionário de terminologia médica). — "... os antigos gregos

(1) G. Zanazzo, o. c., p. 157.

(2) L. Chaves, o. c., p. 76.

(3) Missangas, p. 23.

(4) Afr. Peixoto, o. c., p. 26.

(5) P. da Costa, o. c., p. 116.

(6) Leon Mota, o. c., p. 218.

(7) P. 237 e segs.

e latinos acreditavam que o hábito de mentir assinalava no corpo uma marca por onde se denunciava o mentiroso. O sinal devia ser no nariz, nos dedos, nas unhas ou na ponta da língua. — “Em Horácio na ode a Barina, que não aparece em edições expurgadas, e que é a VIII (respectiva IX) do livro segundo, é indicada a mancha nas unhas: “Barina, eu acreditara em ti, se tivesse recebido castigo de tuas mentiras, se te aparecessem negros os dentes e manchadas as unhas”.

— Diz a seguir J. Ribeiro que muitas pessoas traduziram a ode em várias línguas, “sem faltar à compreensão do texto”, sendo, portanto, de presumir que a superstição seja conhecida de toda a gente. “A razão dessa superstição — acrescenta — está provavelmente em que aquêles sinais são freqüentes nas crianças e pessoas muito moças e nelas o hábito de mentir é ainda mais freqüente, já de medo de castigo ou por desenvoltura natural e ausência de gravidade”. — Em Portugal, de onde a devemos ter herdado, a crendice existe: “Quando aparece uma malha branca na unha é sinal de presente próximo” (C. Pedroso, — *Varia*, n. 224). — Também se diz (Beira Alta, Douro) que esta malha denota que a pessoa que a tem disse uma mentira (1).

76. Cortar as unhas ás segundas-feiras livra de dôr de dente. A's sextas-feiras evita nevralgias (2), mas dá “espigas”, unheiros.

77. Quando arde uma orelha da gente é sinal de que alguém está falando mal de nós. — No Ceará existe a mesma superstição (3). — Em Pernambuco dizem que “quando a gente sente arder-lhe a orelha direita é que estão falando bem na ausência e mal se é a esquerda” (4). — O mesmo dizem em Portugal, no Douro (5). — Na Itália, onde existe o provérbio: “Quando fischia fiorecchio dritto, il cuore é afflitto — quando il manco il cuore é franco” (6), o arder a orelha esquerda é que é tido por bom sinal. Afirma G. Franceschi que já os romanos, na antiguidade clássica, tinham fé nessa abusão (7).

78. Quando uma pessoa bebe água (ou qualquer outra bebida?) por um copo já usado por outra, fica conhecendo os se-

(1) L. de Vasc., o. c., p. 258.
 (2) “Cortá unha na sexta-feira cura nevragia de dor de dente”.
 (Corn. Pires, op. cit. pg. 160.)
 (3) Leon Mota, o. c., p. 219.
 (4) P. da Costa, o. c., p. 116.
 (5) L. de Vasc., o. c., p. 253.
 (6) G. Franceschi, o. c., p. 208.
 (7) Idem, p. 59.

gredos da primeira. A mesma superstição, sem tirar nem pôr, em Portugal (1).

79. É muito vulgar a crendice de que é perigoso três pessoas servirem-se do mesmo fósforo para acender seus cigarros. O povo não determina o mal que pode acontecer aos violadores dessa proibição, mas parece tratar-se de perigo de morte. Lindolfo Gomes, o autorizado folclorista mineiro, estudou as origens dessa superstição e, embora não haja chegado a conclusões definitivas, sempre averiguou algo de interessante. Senão vejamos: "Desde muitos anos conheço a superstição intensamente vulgarizada em nosso país, de que faz mal uma pessoa ceder lume para duas outras acenderem os seus cigarros, de modo que três pessoas não devem acender os cigarros com o mesmo fósforo ou lume. Causou-me, pois, admiração, o haver encontrado no *Excelsior* — *Dimanche*, de Paris, n. 44, de 30 de dezembro de 1925, a seguinte pergunta: "D'ou vient la légende qui fait redouter l'allumage de trois cigarettes par une même flamme?" Informa esse jornal, respondendo à pergunta, que a verdadeira origem da lenda parece remontar à guerra do Transvaal, onde os ingleses perceberam que, à noite, um de seus soldados que fumava era atingido pelas balas inimigas. Examinando o caso com maior atenção chegaram a concluir que, quando três de seus homens fumavam, o terceiro morria, pois que os boers vendo aparecer uma chama nas trincheiras inimigas, deixavam que os dois primeiros soldados acendessem seus cigarros, fazendo pontaria para alvejarem o terceiro, que finalmente era morto. Daí a explicação da lenda. Sabemos os brasileiros não ser isto exato, porquanto muito antes da guerra do Transvaal já esta superstição era conhecida e muito espalhada em nosso país. Parece que a explicação se deve procurar em outra superstição que se tornou proverbial: "Três, diabo fez" (2), aliás antífrase de outra, usada no bom sentido: "Três, Deus fez". Ora, Deus é uma das três pessoas da Santíssima Trindade: Padre, Filho e Espírito Santo, isto é, um só Deus verdadeiro. Como o demónio também faz parte do grupo (3).

(1) L. Vasconc., o. c., p. 68.

(2) Dizemos nós os paulistas: Conta de três, o Diabo fez.

(3) — Aqui termina o manuscrito de Amadeu. Vê-se claramente que "Superstições do Povo Paulista" não constituem um trabalho sequer rascunhado. São meras notas susceptíveis de acréscimos, correção e até de redacção. Algumas observações pueris demais denunciavam trabalho de algum colaborador ou correspondente que tivesse enviado material e cuja contribuição Amadeu houvesse apenas colecionado e mandado passar a maquina, como estava, para depois corrigir e dar forma. Robustece essa suposição o estilo, muitas vezes mau, incorrecções de linguagem, até pronomes deslocados que dificilmente passariam numa redacção de Amadeu Amaral.

ÍNDICE

	Pág.
Amadeu Amaral	VII
Os estudos Folclóricos no Brasil	
I	1
II	9
O Popular em Matéria Folclórica	13
Folclore e Dialectologia	
Estudos mal orientados — De quem a culpa? O que se deve fazer: os «brasileirismos» — O que se deve fazer: o folclore	18
Uma Tarefa a Executar	25
Poesias, Contos e Lendas	..
A insuficiência dos nossos arquivos folclóricos — São Paulo, «região desconhecida», nesta matéria — Tudo por explorar — A poesia po- pular paulista, grande filão abandonado — Nossas lendas e as contri- buições do índio, do negro e do branco — Qual a proporção de cada um? Ignoramos — Os contos, outra vegetação virgem à espera dos desbravadores — Como coligir — Necessidade de coligir muito, para se poder apurar alguma coisa	40
Por uma Sociedade Demológica em São Paulo	
I — Por que não formar uma associação em São Paulo? Modelo que se impõe: o puchirão — Os fins e o programa	49
II — Documentação a colher — Como proceder à exploração — O preparo dos materiais	54
Poesia da Viola	
I — Flores do campo e poesia do povo	65
II — O folclore e a ternura feminina	68
III — Poesia do violão e poesia da viola	69
IV — A «Moda»	70
V — A «Trova» e sua origem portuguesa	79
VI — Lições da Trova. A lenda da tristeza — A Lenda da Sensualidade. Os temas	83
VII — Elaboração colectiva	85
VIII — Exageros inconvenientes — A justa medida	90

A Poesia Nativa do nosso Povo

- I — Dificuldades do assunto — A situação de preferência ocupada pela Poesia nos estudos de literatura popular — Excessos sentimentais, entusiasmos artificiosos — O povo concebido como um «poeta» e grande poeta — Na realidade, pouco de «belo» e muito de «interessante» — Corrente tradicional e corrente nativa — A poesia popular do Nordeste: suas tendências, suas formas 97
- II — O «desafio» — O gênero narrativo, sua primazia no Nordeste — A poesia popular de São Paulo, suas tendências, suas formas — O gênero lírico, seu predomínio decidido nesta parte do país — Suas variedades 105
- III — Humorismo — Sátiras — Histórias de bichos — O valor dessa poesia — Aspectos que interessam e devem ser estudados 113

A Poesia Popular de São Paulo

- I — Corrente urbana e corrente rústica 125
- II — Literatura popular e literatura culta 129
- III — Corrente tradicional e corrente inventiva 134
- IV — Invenção individual e a formação de novas camadas tradicionais 140
- V — Outras contribuições para o patrimônio tradicional 145
- VI — A acção modificadora colectiva: seus factores gerais 147
- VII — Processo de elaboração popular 161
- VIII — Cancioneiro Caipira 165

Uma Cantiga de Berço 175

Um Romance Tradicional

- São Paulo e os depósitos tradicionais — Restos do romance do «Conde Yano» encontrados em Barueri — Ligeira comparação com as versões portuguesas e espanholas e com as de Sergipe e Pernambuco — Provável existência de outras reminiscências do mesmo gênero 184

Um Ciclo de Romances Rústicos

- I — Os poemas nordestenses do «Boi» («romances de vaqueiros») — Os exemplares conhecidos — Área de propagação do ciclo 195
- II — Uma «moda» paulista-mineira que se liga ao ciclo nordestense dos «romances do boi» — Hipóteses sobre as origens e desenvolvimento do ciclo — Inutilidade das conjecturas sem colheita e exame de maior material — A complicação terrível da «cozinha» poética popular 203

Paremiologia

- I — Matéria atraente — Dificuldades, questões gerais preliminares — Domínio da Paremiologia — Provérbios típicos — Variações — Frases feitas 215
- II — Outros dizeres colectivos e tradicionais — Paremiologia e «Brasão Popular» — Alcinhas e Apodos — Apotegmas — Outras fórmulas — Resumo 221
- III — Classificação — Objecto da Paremiologia 226

IV — Em língua portuguesa — Bibliografia — Necessidade de uma revisão dos catálogos existentes — No Brasil	231
V — Um pouco de provérbios e riffs	242
VI — Os dictados que de facto se dizem	247
VII — Mais algumas notas paremiológicas	254
VIII — Ainda um pouco de paremias	260
IX — Nos domínios da Paremiologia	267
Adivinhas e outros problemas	275
Bons Sintomas e Boas novas	
Cartas recebidas — O interesse manifestado pelo folclore — E a Associação Paulista de Estudos Populares?	286
Um conto Picaresco	295
Um Caso de Etimologia Popular como Elemento Transformador de um Mito	299
Pedro Malasartes	
I — Recordações pessoais — Um tipo interessante: espertalhão, descarado, embromador «au demeurant», bom rapaz — Malasartes em Minas — Malasartes na literatura — Traços de sua biografia — Productos de vários cruzamentos inter- nacionais — Conclusão, sem concluir	305
II — Introdução desnecessária — A venda dos porcos, a panelinha maravilhosa, a árvore de dinheiro e outros episódios da aventurosa vida do ilustre pícaro	310
III — Mais aventuras — Malasartes e Mâchepied — Malasartes em Portugal — Suas origens	313
IV — O noveleiro	324
V — Novos contingentes — Considerações mais ou menos oportu- nas — Como o nosso herói entrou no céu: duas versões- tipo — Outra modalidade da «morta assassinada» — Os ladrões e a missa de Roma — A marca da boiada — E continua	328
VI — A contribuição de outros — Mais um punhado de historietas edificantes	333
VII — Ainda a contribuição de outros — Novos episódios e variantes	339
Genealogia de um Caso	
I — Gênese das lendas e contos nacionais — Inconvenientes da imaginação — O caso do caipira e do potrinho e a historietta quinhentista dos calçotes — Identidade fundamental de uma e outra — Sua ligação com um conto mongólico — A questão do parentesco — Origens da nossa novelística po- pular — O caso do potrinho e o tema universal da bilha de leite	347
II — O caipira e o potrinho	353
Santo Antônio	
O taumaturgo português e as adaptações do culto popular — Depa- rador de objectos perdidos... e de negros fugidos. O testemunho de Vieira — O santo e a feiticeira — Protector das donzelas e casa- menteiro — Milagroso à força... Ainda o testemunho de Vieira.	

Comparações — Um santo familiar e um culto alegre. Fogos e brincos. Resposos e festas. Versos e contos — Santo Antônio belicoso — Um trabalho que merece fazer-se.

I	357
II	363
III	370

Superstições do Povo Paulista

I — O Homem — Gestaçõ, nascimento e batismo	379
II — O Homem — Infância	386
III — O Homem — Juventude, amores, casamento	399
IV — O Homem — Alimentação, vestimentas — Miscelânea	404

Impresso em 1976, pelo método offset, com filmes
fornecidos pelo Editor, no transcorrer do
Cinqüentenário das atividades da
EMPRESA GRÁFICA DA REVISTA DOS TRIBUNAIS S.A.
Rua Conde de Sarzedas, 38 — Tel. 36-6958 (PBX)
01512 — São Paulo, SP, Brasil.

porcentagem de analfabetos, analfabetos que não sabiam ler e analfabetos que aprenderam a ler mas não podiam compreender o que que liam... Pode-se afirmar sem risco de erro que o autodidata Amadeu Amaral foi o primeiro universitário de São Paulo num tempo em que não havia universidade no Brasil. E um homem nessas condições capaz de fazer a obra que deixou, deixa de ser culto apenas, porque só o gênio tal podia permitir. Os leitores verão a profundidade dos seus livros neste momento em que se procura publicar as suas obras completas, tanto na sua poesia (*Urzes, Névoa, Espumas, Lâmpada Antiga*), nos seus ensaios, *Política Humana, Letras Floridas, Elogio da Mediocridade*, nas suas novelas, *A Pulseira de Ferro, Memorial de um Passageiro de Bonde, Ratinha de Esgoto* e outras, sobretudo nos seus estudos demológicos, no campo do folclore principalmente, como *Tradições Populares, Dialeto Caipira* e tantos mais que tanto as universidades existentes, ainda que precárias como é a maioria e os grandes estudiosos fora delas não poderão jamais ignorar. Os numerosos volumes a serem publicados o demonstrarão.

AMADEU AMARAL



Amadeu Amaral era um autodidata mas quem lê sua obra o julgará um grande universitário e foi Bergson quem disse "que um autodidata compreendido como universitário no mínimo será um gênio"...

Tradições Populares

Todo folclore brasileiro está abrangido na obra de Amadeu Amaral mas sempre dentro do ponto de vista científico e não apenas literário como tem acontecido com quase todas as figuras intelectuais que do assunto têm tratado; basta ler *Tradições Populares* para verificar isto.



EDITORA HUCITEC



SECRETARIA DA CULTURA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PREÇO: Cr\$ 95,00